Bernardo Kucinski

Jornalistas e Revolucionários

Nos tempos da imprensa alternativa



1991

Ficha Técnica

Publicação Original
1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda.
2 ed., revista e ampliada, 2001, Edusp.

Autor
Bernardo Kucinski

ISBN
ISBN 85-85328-14-2

Editoração Digital
EccentricDuo

ÍNDICE

AOS LEITORES E PROTAGONISTAS

Esta história da imprensa alternativa da época da ditadura militar está dividida em três partes – livros I, II e III – que podem ser lidas separadamente. São precedidas de um resumo, que sintetiza todo o trabalho e seguidas de uma listagem dos jornais alternativos e uma bibliografia atualizada. O primeiro livro desenha um panorama do surto alternativo, tentando distinguir as várias categorias de jornais e as situações em que surgiram. Também conta histórias de vida de grande número de jornais paradigmáticos, mas não as dos grandes jornais alternativos, de maior duração e de circulação nacional. A segunda parte, chamada *Os jornalistas*, é dedicada às histórias de vida dos grandes jornais alternativos de motivação essencialmente jornalística, incluindo o satírico O PASQUIM, os que eu designo como existenciais (BONDINHO, EX, VERSUS) e os de reportagem (COOJORNAL e REPÓRTER). A terceira parte, chamada *Os revolucionários*, dá conta da vida dos três grandes jornais vinculados a partidos ou frentes políticas (OPINIÃO, MOVIMENTO, EM TEMPO).

Para escrever esta história, entrevistei cerca de sessenta protagonistas da imprensa alternativa, incluindo muitos de seus líderes, consultei arquivos pessoais e públicos e as coleções dos jornais. Adotei como critérios de inclusão no universo da imprensa alternativa, além do discurso alternativo, a quantidade de trabalho jornalístico agregado e o grau de autonomia jornalística. Por esses critérios, não foram incluídos boletins reproduzidos artesanalmente e em tiragens diminutas por movimentos sociais e comunidades eclesiais de base, e nem órgãos oficiais de partidos políticos e outras instituições da sociedade civil, exceto alguns jornais estudantis. Também não foram incluídos empreendimentos com objetivos predominantemente mercantis.

Agradeço aos entrevistados pela boa vontade e candura dos depoimentos, e aos que forneceram material de seus arquivos. Especialmente a Raimundo Rodrigues Pereira, que permitiu o acesso a seu arquivo pessoal. No entanto, parodiando Millôr Fernandes, quando o censor de plantão, dr. Romão, avisou-o de que estava suspensa a censura em O PASQUIM e de que “agora a responsabilidade é de vocês”, a responsabilidade por esta pequena história da imprensa alternativa é toda minha. Mesmo porque, também, fui protagonista desta história.

Este livro é uma adaptação da tese de doutorado defendida junto à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, em 1991, à qual incorporei sugestões e críticas dos membros da banca, Ciro Marcondes Filho, Flávio Aguiar, Jair Borin, Daniel Aarão Reis Filho e Alice Mitika Koshiyama, que foi também minha orientadora e quem me persuadiu a encetar a pesquisa. Entre a primeira edição e esta, revista e atualizada, tive a oportunidade de encontrar, durante minhas viagens pelo país, mais protagonistas da imprensa alternativa, o que

permitiu acrescentar à narrativa e às notas de referência, pormenores significativos, assim como preencher algumas das lacunas da narrativa original, principalmente quanto à participação de diagramadores e apoiadores dos jornais – os mais anônimos de seus protagonistas. E aproveitei críticas que considerei procedentes, feitas à primeira edição, especialmente de Raimundo Pereira e Ziraldo. Eliminei algumas passagens repetitivas, ou de caráter mais subjetivo e acrescentei à bibliografia trabalhos pertinentes publicados após a primeira edição.

Os leitores irão estranhar as referências que faço a mim mesmo, como se fosse um segundo eu. Foi a forma que encontrei para não ter que usar a primeira pessoa. Vício de jornalista.

A NAU QUE PARTE, OU O PRESENTE MAIS QUE PERFEITO

[...]
Fixa-se a partida no puro ato de partir
e guarda, para sempre, esse frescor
de coisa sendo feita. Presente tão perfeito,
[...]
Partimos, e é todo nosso ser que se confunde
com a jovem essência da partida.
[...]
Era o tempo azado e a nau partiu,
sem prévio aviso e sem qualquer itinerário.

Bento Prado Júnior, 1966

Introdução

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa ou imprensa nanica*. A palavra *nanica*, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam[1].

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial.

O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia. Em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela ideologia da guerra-fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos: “Organizações de Frente” do comunismo internacional, que tinham por tarefas “isolar o governo” e “difundir o marxismo”[2]. Editores d’O PASQUIM permaneceram encarcerados por dois meses logo após o AI-5. Editores de RESISTÊNCIA, COOJORNAL, OPINIÃO, foram presos em ocasiões diversas. Algumas edições eram apreendidas, mesmo depois de filtradas pela censura prévia. A partir do projeto de distensão política do governo Geisel (1974-1978), combatido pela linha-dura militar, os jornais alternativos tornaram-se o pivô das lutas intestinas do regime. Após as greves do ABC e da campanha pela anistia, entre 1978 e 1980, quando a articulação na sociedade civil atingiu um novo patamar, a imprensa alternativa esteve entre os alvos principais da tentativa da *linha dura* de romper os nódulos dessa articulação por métodos terroristas.

Havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do *nacional* e do *popular* dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960. Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniqüidades sociais. Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os bóias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o do *caminho da revolução brasileira* e as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura. Tanto a linguagem dogmática da maioria dos jornais políticos, formulada de modo canônico, como sua postura pudica, refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), predominante

durante a maior parte do ciclo alternativo. Diversamente da contra- cultura norte-americana dos anos de 1950 e 1960, que deixara pouco espaço para o que Theodore Roszak chamou de “marxistas antigos que continuavam a soprar as cinzas da revolução proletária esperando por uma faísca”, as esquerdas brasileiras, oprimidas pela ditadura, não tiveram tempo para preencher as dimensões psíquicas do ideal revolucionário[3].

A outra classe de jornais tinha suas raízes justamente nos movimentos de contra-cultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Rejeitavam a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. Além de introduzirem no Brasil temáticas da contracultura, alguns de seus protagonistas experimentaram drogas, em especial o LSD, em busca de novos modos de percepção. O PASQUIM, ao lado de suas raízes no nacional-popular, instituiu o culto da cultura norte-americana, e ainda detonou um movimento próprio de contracultura, transformando as linguagens do jornalismo e da publicidade, e até a linguagem coloquial. O PASQUIM mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos de 1970, em especial nas cidades interioranas que haviam florescido durante o milagre econômico, encapsuladas numa moral provinciana. Mas, mesmo esses jornais alternativos de raízes existencialistas atuavam no plano da contingência política opondo-se ao regime até mais visceralmente do que os marxistas, como observou José Luiz Braga[4]. Nesse plano, mantinham-se nos marcos de uma cultura convencional de esquerda e da crítica intransigente. Seus protagonistas, muitos deles antigos militantes de esquerda, haviam adotado o existencialismo mais como fuga instintiva do dogmatismo das esquerdas e da própria realidade opressiva do que como adesão a uma nova acepção de ser. Não criticavam a cultura estabelecida das esquerdas; apenas, não mais a adotavam como filosofia de vida.

Nos Estados Unidos, as diferentes manifestações da contracultura, inclusive seus movimentos políticos, como o *Black Power*, tiveram como denominador comum ostensivo o uso da maconha, proscrita pela moral conservadora, numa tentativa de construção de um novo ethos, uma nova forma de ser e agir, dotada de uma ética de transgressão e de novos modos de consciência. Na Grã-Bretanha era a adesão especialmente ao ácido lisérgico (LSD) que denotava a crença de que nenhuma liberação social ou política poderia ocorrer sem a libertação anterior de cada indivíduo[5]. A contracultura aconteceu no capitalismo avançado, visto como forma suprema de dominação psicológica, conforme as idéias em voga de Herbert Marcuse, entre outros[6]. No Brasil, o recurso à droga, além de incidental, foi um divisor, não um identificador. O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao *imperialismo*, dos quais a ditadura era vista como uma representação.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos[7]. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social[8], ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na

forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos.

Nesse processo destacava-se a figura do líder, o jornalista-alma do projeto alternativo. Teria existido OPINIÃO sem Raimundo Pereira? PIF-PAF sem Millôr Fernandes? O PASQUIM sem a dupla Ziraldo – Jaguar ou VERSUS sem Marcos Faerman? Dificilmente. Mas a esse impulso essencialmente jornalístico, somava-se o apelo geral revolucionário das gerações dos anos de 1960 e 1970, fazendo dos jornais alternativos, primeiro, instrumentos de Resistência ou de uma revolução supostamente em marcha, depois, numa segunda fase, derrotado esse apelo, caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura. Na fase final a articulação se desdobrou, abarcando parte do movimento popular de base. Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural.

Entre 1974 e 1977, ou seja, até a entrada em cena do operariado do ABC, a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a história da imprensa alternativa. O grande “racha” de MOVIMENTO, de abril de 1977, dando origem ao EM TEMPO, foi também um marco da reorganização das esquerdas brasileiras.

Nos casos-limite, havia jornais de enraizamento partidário desde a origem e os que, ao contrário, nasceram de impulsos estritamente jornalísticos. Mas foi tão intenso o apelo do imaginário político nos anos de 1970, principalmente após 1975, que mesmo jornais originalmente desvinculados de partidos políticos, como VERSUS E DE FATO, acabaram dominados pela prática partidária. Antes deles, nos primeiros anos após o golpe, a extraordinária influência da Revolução Cubana levou ao lançamento de jornais alternativos que tinham, como um de seus propósitos, atrair jovens para focos guerrilheiros.

Uma parte da imprensa alternativa tornou-se sucedânea de organizações políticas clássicas. Através do MOVIMENTO, o líder político clandestino Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, antigo dirigente da Ação Popular (AP), lançou e desenvolveu a primeira e mais influente campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Através do VERSUS, o clandestino Partido Socialista dos Trabalhadores lançou, em 1978, a primeira proposta de um partido socialista legal e de massas do período da abertura. Dentro do EM TEMPO, os grupos Centelha, de Belo Horizonte, e Nova Proposta, de Porto Alegre, conheceram-se e se uniram, fundando em 1979 a organização Democracia Socialista (DS), ligada à IV Internacional. As campanhas de venda de assinaturas eram também campanhas de ampliação partidária. Os jornais alternativos tornaram-se palco de uma realização sociopolítica, em cujos bastidores dava-se uma disputa política e ideológica permanente.

Paralelamente, alguns jornais foram concebidos em conformidade com estratégias de estados-maiores políticos. O projeto de OPINIÃO foi submetido ao comitê central da Ação Popular (AP) antes de ir às bancas, ao mesmo tempo em que essa organização clandestina adotava a estratégia da *guerra popular prolongada*, e iniciava sua aproximação com o PCdoB. MOVIMENTO, após a chacina no comitê central do PCdoB na Lapa, em

fins de 1976, tornou-se um quase-partido, formulando e implementando políticas tanto no plano institucional como nas bases de ativistas. É principalmente pela sua dimensão política, como espaço da rearticulação possível de militantes de partidos clandestinos num ambiente ditatorial, que a imprensa alternativa brasileira dos anos de 1960 e 1970 se distingue dos surtos alternativos que se deram na mesma época nos Estados Unidos e na Europa.

Nos Estados Unidos, a disseminação do método simplificado *offset*, de impressão a frio, facilitou o surgimento da imprensa *underground* dos anos de 1950 e 1960, permitindo tiragens pequenas a baixo custo nas próprias gráficas dos grandes jornais, que passaram a oferecer tempo ocioso de impressão para terceiros[9]. No Brasil dos anos de 1970, esse método, aliado à implantação, pela Editora Abril, de um sistema nacional de distribuição, estimulou o surgimento de jornais alternativos portadores de projetos nacionais, a partir de tiragens de 25 mil exemplares. Mas, além de impor aos jornaleiros o pagamento adiantado, as distribuidoras se apoderavam de 40% da receita. Seu objetivo não era o de permitir grandes vendagens de concorrentes, e sim o de reduzir seus próprios custos operacionais. Apenas os raros jornais alternativos capazes de vender regularmente muito mais do que a tiragem mínima de uma distribuição nacional poderiam cobrir suas despesas com a vendagem, já que a maioria não tinha receita publicitária. Foram os casos d'O PASQUIM e REPÓRTER. Os demais sofriam prejuízo pelo privilégio de uma presença nacional em banca, o que aponta para a natureza política e não mercantil desses projetos. Quando as vendas caíam a oito ou dez mil exemplares, devido à introdução da censura, ou ao estreitamente da linguagem, sem que a tiragem mínima necessária para uma cobertura nacional pudesse ser diminuída, esses prejuízos tornavam-se enormes. Mais da metade das tiragens era posteriormente recolhida e destruída. Dessa forma, nas primeiras oito edições, MOVIMENTO perdeu metade de todo o capital inicial angariado em sua campanha de lançamento. Daí a debilidade financeira crônica da imprensa alternativa de distribuição nacional.

Eram quase sempre pouco discutidas as questões de administração e de viabilização econômica. Como no poema de Bento Prado Júnior, "a nau partia sem prévio aviso e sem qualquer itinerário". Reuniam-se, em geral, em coletivos informais, cooperativas, ou em sociedades por cotas, freqüentemente sem definição precisa das cotas. Mas, apesar da importância da autogestão e da posse dos meios de produção como traços essenciais da imprensa alternativa, seus participantes em geral desconheciam a doutrina e os problemas dos empreendimentos baseados na associação de pessoas e não de cotas de capital, como é a cooperativa. Eram conhecimentos que pertenciam a uma outra cultura política, já descartada pelos principais teóricos do marxismo como incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores no âmbito de uma economia de mercado, capitalista. Tese, aliás, corroborada pelo fracasso da COOJORNAL, única cooperativa importante de jornalistas a explorar a fundo e de forma consciente o ideal cooperativo, inclusive forçando a legislação restritiva em vigor.

Uma notável aversão àquilo que Weber denominou de "espírito capitalista"[10], foi outro traço marcante e denominador comum de todos os jornais ao longo do ciclo alternativo. Era algo que se originava do imaginário mesmo das esquerdas e da juventude da época, na sua oposição geral, não só ao regime militar, mas ao próprio capitalismo. Movia-os, ao contrário, um espírito anticapitalista. Repudiavam o lucro. Negavam que as tais virtudes do ascetismo, apontadas por Weber, fossem uma das bases da

acumulação. Toda acumulação era vista como um roubo, identificada com a "acumulação primitiva" referida por Marx. Mas não conseguiam criar processos de acumulação substitutivos. E se, apesar de tudo, havia lucro, não o reaplicavam. Quando O PASQUIM começou a vender mais de cem mil exemplares por semana, gerando grande lucro, e surgiu a oportunidade de comprar a preço de ocasião as gráficas do Grupo Feitler, no Rio de Janeiro, Jaguar recuou, assustado com a perspectiva de se tornar patrão. GRILO chegou a vender 30 mil exemplares, mas sua continuidade ficou comprometida pelo caos administrativo da editora Arte & Comunicação.

As estruturas de poder da imprensa alternativa explicitavam propósitos democráticos e participativos. Mas, invariavelmente, sucumbiam ante os métodos dos partidos clandestinos na sua luta pela conquista da hegemonia dos jornais. Seguiam-se os "rachas" e a formação de estruturas mais sofisticadas, igualmente impotentes frente às novas divergências. Havia entre as concepções vigentes uma forte inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional. Algumas plataformas programáticas, como as da Informação, dirigido por Adelmo Genro Filho, e o segundo AMANHÃ, liderado por Ricardo Maranhão e Chico de Oliveira, reproduziam literalmente as proposições de Gramsci sobre o papel dos intelectuais no processo de construção de uma hegemonia[11]. Todos os principais jornais procuravam montar um conselho editorial composto por personalidades de prestígio com a finalidade de legitimar a linha editorial, ampliar a base de sustentação dos jornais ante as investidas da repressão e identificá-lo com correntes expressivas de OPINIÃO. Além do ativismo de militantes políticos e da colaboração voluntária de intelectuais, os jornais eram apoiados, com dinheiro e matérias, por jornalistas que continuavam trabalhando na imprensa convencional, e por artistas que organizavam shows para angariar recursos.

O organismo deliberativo dos jornais era em geral estabelecido segundo o princípio da frente jornalística, reunindo jornalistas, intelectuais e ativistas de vários partidos clandestinos em torno de uma plataforma comum. Mas na cultura política de cada partido a ainda predominava a concepção leninista que entendia o jornal como instrumento de partido. E cada grupo procurava ganhar posições na frente jornalística, para fazer dele o seu instrumento de poder, mesmo ao atropelo dos mecanismos pré-estabelecidos. Era como se houvesse um consciente gramsciano, expresso nos programas e estatutos, compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo. Havia jornais como RESISTÊNCIA, de Belém do Pará, fundado e dirigido desde o início por uma célula do PCdoB, que simultaneamente controlava a entidade legal formalmente proprietária do jornal. Através desses mecanismos e instrumentos de controle da pauta e da edição, o secretismo necessário à sobrevivência dos partidos clandestinos sob a ditadura foi se incorporando ao cotidiano de muitos jornais.

O secretismo tornou-se traço cultural e, ao mesmo tempo, instrumento do jogo pelo poder, em contradição direta com o contrato social explícito dos jornais e seus mecanismos formais de democracia. Nem os membros do conselho e nem o proprietário formal de OPINIÃO sabiam dos contatos do editor com o comitê central da AP e, depois, com o PCdoB. EM MOVIMENTO teceu-se uma teia complexa de relações secretas com várias instâncias do PCdoB, incluindo o recebimento regular de diretivas do comitê central captadas pelas ondas curtas da Rádio Tirana. E o jornal era conduzido politicamente não por seu editor ostensivo, e

sim, secretamente, pelo seguidor ilustre do PCdoB, Duarte Pereira, que redigia todos os seus editoriais – os famosos *Ensaios Populares* –, diretivas políticas e a maioria das pautas especiais, ainda que freqüentemente divergisse das diretrizes do partido. Somente o editor ostensivo conhecia todos esses vínculos. Tanto os ativistas ligados ao PCdoB como os que a ele se opunham, identificavam erroneamente as diretrizes políticas do jornal como tendo se originado no próprio comitê central. Nesse teatro de absurdo, em que os personagens escondiam-se atrás de máscaras, deu-se o grande "racha": o confronto entre um imaginário stalinista e outro trotskista, cada qual acreditando combater um inimigo histórico. Cada qual revivendo, meio século depois, no microcosmo de um jornal alternativo, os símbolos da luta entrem a III e a IV Internacionais.

Apesar de complexo, o fenômeno alternativo teve contornos nítidos no tempo, como outros surtos da história do nosso jornalismo, entre os quais o dos pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiu o seu apogeu em 1830 com cerca de cinqüenta títulos[12], e o dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos[13]. Nos três momentos, pequenos jornais sem fins mercantis, produzidos precariamente, às vezes por um homem só, como eram muitos pasquins, dirigiam-se à sociedade civil e às classes subalternas criticando o Estado e propondo mudanças. A imprensa alternativa dos anos de 1970 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra- hegemônico. Especialmente no seu apogeu, durante o triênio 1975-1977, quando o padrão alternativo tornou-se dominante, com a circulação simultânea de todos os oito grandes somando até 160 mil exemplares por semana. Na mesma época, circulavam mais duas dezenas de jornais alternativos de âmbito regional ou com temáticas específicas, como os jornais feministas, e outros menores ou efêmeros. Somente em 1975 foram criados cinco novos jornais alternativos de peso. Outros sete foram lançados em 1976, e mais nove nos três anos seguintes. Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como pólo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura. Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas ativistas políticos. Conforme um raciocínio original de Elizabeth Fox, a imprensa alternativa pode até mesmo ser definida como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento em ambiente autoritário[14]. Daí a excepcional afetividade coletiva despertada por PIF-PAF em 1964, por O PASQUIM, OPINIÃO e BONDINHO, após o AI-5, e o apoio recebido de inúmeros jornalistas que permaneceram na grande imprensa. Os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo.

Enquanto isso, a grande imprensa regredia, após o golpe de 1964, a funções mercantis estritas. Jornais que, na luta contra o Estado populista dos anos de 1950, chegaram a erguer com os militares um poder paralelo, a *República de Galeão*, causa principal do suicídio de Getúlio, e que, num crescendo de ativismo, ajudaram a articular o golpe militar, sofrem uma grande inflexão no seu papel social, delegando ao Estado autoritário a tarefa de defender os seus interesses de proprietários. A simetria é simbólica: sob o autoritarismo é o alternativo MOVIMENTO que se torna um quase-partido, gerando sua própria ideologia e fazendo política, enquanto o antigo quase-partido O ESTADO DE S. PAULO regride à função de mero vendedor de notícias (envelhecidas pelo noticiário noturno

da televisão) e propagandas impressas[15].

Com o golpe havia se completado um processo de ocupação direta do Estado pelas classes proprietárias que vinha desde o governo Kubitschek, quando foram criados grupos executivos, com quadros do próprio empresariado, para elaborar as normas e as políticas de cada grande setor da economia[16]. Ao mesmo tempo em que se acentuou seu caráter classista, o Estado assumiu-se como condutor de um processo excludente das massas e silenciador das oposições. Nesse Estado assim privatizado, desavenças entre frações políticas ou econômicas no bloco de poder eram resolvidas nos corredores palacianos, exatamente como nos regimes absolutistas, tornando dispensável a esfera pública burguesa como espaço de confronto entre interesses de classe e necessidades do Estado.

O enorme poder desse Estado privatizado sobre o processo de acumulação "resultou num realinhamento das esferas pública e privada, assim como na reestruturação dos mecanismos ideológicos institucionais que ligavam essas duas esferas"[17]. Enquanto recuam os jornais, é acionado como mecanismo de persuasão ideológica dominante o padrão GLOBO de televisão. "Os jornais diários não aumentaram significativamente a tiragem... não conseguiram atingir um equilíbrio financeiro capaz de propiciar a independência editorial"[18]. Passa pelo Estado, pelos seus subsídios, empréstimos favorecidos, verbas publicitárias e isenções fiscais, e não pela esfera pública e seus leitores o processo de acumulação da empresa jornalística brasileira nos anos de 1970.

O público leitor dos jornais restringiu-se ainda mais, confundindo-se com os próprios protagonistas das notícias, última versão do elitismo congênito de uma sociedade na qual a burguesia industrial adotou os valores da oligarquia agrária[19]. Funcionou no pós-1964 aquilo que Luís Roberto Alves designa como "uma estrutura política criadora do silêncio, ao operar seus esquemas de modernização social como máscara, para o modelo de concentração [...]"[20]. Desapareceram a maioria dos vespertinos, enquanto o mercado se concentrava num número cada vez menor de empresas cada vez maiores. A circulação dos diários caiu em meio milhão de exemplares nos anos de 1960[21]. Nesse simulacro de modernização, em que se misturou o fechamento de alguns jornais *manu militari* com a adoção de técnicas modernas de gerenciamento e marketing, acelerou-se o processo de assalariamento dos jornalistas, o fim de uma cultura jornalística de relativo desprendimento salarial, compensado por satisfações intelectuais, literárias e ideológicas. Passou a prevalecer nos novos projetos modernizadores que operaram essa mudança, como o JORNAL DA TARDE e as publicações da Editora Abril, especialmente VEJA, um mecanismo oposto de compensações: salários relativamente elevados. Assim, o assalariamento se consolidou como relação de trabalho no jornalismo brasileiro, no âmbito da modernização silenciadora e da legislação autoritária de 1968, que instituiu a obrigatoriedade de diploma para jornalista e seu registro no Ministério do Trabalho. E nas redações mais atrasadas, ou provincianas, exacerbou-se o mandonismo e o favoritismo, em decorrência das relações privilegiadas entre as empresas e o Estado, da eliminação da estabilidade no emprego, com a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da repressão aos sindicatos e da perda de importância relativa do público leitor. Essa especificidade do modo de produção intelectual da imprensa brasileira sob a ditadura assumiu forma acabada após o AI-5, de dezembro de 1968.

Por isso, na origem de toda aventura alternativa havia a liderança de jornalistas, ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa e um episódio específico de fechamento de espaços na grande imprensa, um

incidente que empurrava jornalistas em direção a uma alternativa, às vezes ainda mal formulada, imprecisa. O PASQUIM só surgiu depois que foram fechados três dos principais espaços de humor criados na grande imprensa por Ziraldo, o suplemento "Cartum", do Jornal dos Sports, "O Centavo", no O CRUZEIRO e "Manequinho", no CORREIO DA MANHÃ, todos extintos em 1967. Com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas câmaras de tortura do Exército, em São Paulo, em outubro de 1975, rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho no conjunto da grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime, dando origem a uma nova geração de jornais alternativos importantes.

Do universo levantado de cerca de 150 jornais, um em cada dois não chegava a completar um ano de existência. Vários ficaram apenas nos primeiros dois ou três números. E foram muitos os que, como AMANHÃ, PIF-PAF e INFORMAÇÃO, exerceram influência decisiva nos campos da política e do jornalismo em apenas meia dúzia de edições. Apenas cerca de 25 jornais, nascidos de articulações mais densas, tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos. Mas, apesar da grande variedade de propostas editoriais, soluções estéticas e diversidade temática, regional e ideológica, nenhum deles sobreviveu com seus traços originais ao regime autoritário que combateram e sob o qual nasceram[22].

Uma das perguntas cruciais que tentei responder neste trabalho é por que desapareceram tão repentinamente os jornais alternativos, mesmo aqueles com um acervo de muitos anos? Uma resposta corrente, incorporada pelo senso comum, é a de que esses jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a Resistência. Não tinham porque sobreviver ao regime militar. Subjacente a esse raciocínio está um modelo reativo de imprensa alternativa parcialmente corroborado pelos fatos como um sistema termodinâmico no qual a cada aumento ou diminuição da pressão autoritária corresponderia um aumento ou diminuição da atividade alternativa. A falha desse modelo está em atribuir a uma lógica única e exógena, a gênese e a morte da imprensa alternativa, fenômenos que devem ser buscados principalmente no imaginário de seus protagonistas, daqueles que a fizeram e não nas ações daqueles que não a quiseram. A repressão, os seqüestros de edições, a censura prévia, os processos políticos, tudo isso precipitava crises latentes dentro dos jornais; raramente foram as causas diretas do seu fechamento.

Efetivamente, com a abertura, a grande imprensa não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais, que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sociopolítica.

A ditadura, entretanto, não foi a única razão de ser da imprensa alternativa. Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações ou a tentativa, conforme Ana Maria Nethol, de criar todo um "modelo ético-político", com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção de uma contra-hegemonia ideológica do que no campo conjuntural da resistência à ditadura[23].

Mas qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa? Tinha

como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições.

Os jornais alternativos de porte, tanto os políticos como os existenciais, foram vítimas também de traços culturais que desqualificaram seus participantes como protagonistas de novo modelo ético-político democrático. Ao contrário, uma forma própria de alienação instalou-se nos jornais alternativos. Protagonistas não organizados nos partidos clandestinos – entre os quais, freqüentemente, jornalistas líderes dos projetos – viam-se reduzidos, de sujeitos do processo, a instrumentos de manipulação. Nas discussões em código, as divergências tornavam-se necessárias como bandeiras de luta pelo poder. De traço ideológico, o sectarismo tornou-se linguagem, cultura, hábito, finalmente uma ética. Tornava-se muito difícil, nessas condições, administrar divergências e rivalidades internas surgidas com o desenvolvimento da conjuntura. Estabeleceu-se em muitos jornais um conflito ético insanável, uma crise total daquele modelo ético-político a que refere Ana Maria Nethol, pela precariedade de seus elementos constitutivos. Assim, impulsos libertários, de origem intelectual-jornalística, combinados numa nova matriz de relações baseada na auto-organização, na autonomia do trabalhador intelectual e numa ética em que os métodos determinavam os fins, acabavam sendo negados pelo falseamento das relações pessoais inerente ao modelo leninista, no qual os fins justificam os meios. Esse fenômeno foi decisivo nas crises de OPINIÃO e MOVIMENTO, dois dos principais jornais alternativos dos anos de 1970, atingidos fatalmente não pela repressão, mas por divergências internas. Também DE FATO, EM TEMPO e até VERSUS, surgido de um impulso não-partidário, desapareceram por essa causa fundamental.

Todos os grupos políticos, como observa Daniel Aarão Reis Filho, “autoproclamavam-se vanguardas políticas, estados-maiores... e nesse processo preparam-se para a revolução afastando-se da sociedade que pretendem revolucionar, adquirem coesão interna em troca do afrouxamento dos laços com a sociedade”[24]. Foi exatamente o que ocorreu com OPINIÃO, surpreendido pelos rumos da campanha eleitoral de 1974. A maioria dos jornais alternativos portadores de projetos nacionais dirigia-se a um mesmo e pequeno público, já esclarecido. Em sua fase final, MOVIMENTO estava reduzido a jornal de seita, em linguagem e em público, vendendo apenas entre quatro e cinco mil exemplares a seus próprios adeptos. Tanto assim que, ao contrário do senso comum, quase não foi afetado pelos atentados terroristas a bancas de jornais, a partir de 1977. Apenas dois jornais alternativos, ambos desvinculados de frentes jornalísticas e do modelo leninista, alcançaram tiragens grandes por períodos longos: O PASQUIM, que atingiu ampla leitura entre jovens e adolescentes nas grandes cidades do interior; e Repórter, lançado em 1977, deliberadamente para ser lido pelas camadas subalternas e pequenos funcionários da baixada fluminense.

O PASQUIM sofreu um processo de envelhecimento de linguagens como reconheceu tardiamente Ziraldo ao escrever que “a grosseria violenta... o palavrão desembestado já não são mais coisas revolucionárias. Assim, perderam a força...”[25]. Ao não se institucionalizar como entidade

capaz de absorver novas gerações e com elas interagir, O PASQUIM perdeu a capacidade de se renovar e criar. REPÓRTER, sem venda militante, dependente das bancas, foi fatalmente atingido pela campanha terrorista contra bancas de jornais.

Refletiam – alguns desses jornais vinculados a partidos políticos e, principalmente, os jornais ligados aos movimentos basistas do final do ciclo alternativo – uma modalidade de engajamento jornalístico e de articulação entre jornalismo e política que, na expressão de Regina Festa, mudou de lugar social[26]. A partir de 1980, esse tipo de engajamento sobreviveu apenas em órgãos de sindicatos e partidos políticos, anteriormente reprimidos, e nos jornais de movimentos populares apoiados materialmente pela Igreja Católica e outras entidades da sociedade civil. Nesse processo de institucionalização do jornalismo crítico através de terceiras instituições, no entanto, eram outras as gerações engajadas e a ética prevalecente. Dissolveram-se os coletivos dos jornais alternativos, desapareceu o imaginário que os impulsionava. Apesar de alguma semelhança formal e temática entre os antigos jornais alternativos e alguns dos novos jornais de entidades da sociedade civil, nessa mudança de lugar social o jornalista não é sujeito do processo e desaparece a autonomia jornalística.

Nas articulações predominantemente jornalísticas, como foram BONDINHO, O PASQUIM e o exemplar COOJORNAL, pesaram a falta de uma tradição cooperativista. Em outros, como MOVIMENTO, pesou a ausência de valores democráticos nas relações cotidianas, por sua vez oriunda de uma supervalorização da ideologia, em detrimento do comportamento – e, nessa ideologia, da ação revolucionária em detrimento da relação democrática. A não-valorização do respeito mútuo, do direito de divergir, a incapacidade de operar novas propostas participativas que surgiram nos jornais basistas, em especial após 1976, contribuíram para fragilizar os jornais alternativos. Em países com tradição de relações interpessoais mais democráticas, alguns jornais do ciclo alternativo sobreviveram e se consolidaram: Village Voice, nos Estados Unidos, Time Out e Private Eye, na Grã-Bretanha, Liberation, na França. Mas todos eles mudaram de caráter, e são hoje parte da imprensa convencional.

Por isso tudo a extinção dos alternativos pode ser sintomática de algo mais profundo do que simplesmente, ou apenas, a lógica do regime autoritário. Pode ter sido sintomática do fim de outros ciclos, cujo ocaso se confundiu com o da ditadura brasileira sem ter com ela uma relação direta. A morte de propostas éticas de transformação social, da crença na realização pessoal através da ação coletiva ou comunitária. Muitos jornais alternativos do último período desapareceram em meio a um processo político no interior das esquerdas mais complexo que a mera passagem do espaço clandestino e semi-clandestino para uma esfera pública. O que ocorreu foi, antes de tudo, uma implosão do paradigma leninista, operada pelo surgimento inesperado (e por isso, em parte indesejado) do Partido dos Trabalhadores. Na imprensa alternativa essa implosão foi antecipada por AMANHÃ, quando Chico de Oliveira propôs explicitamente o repúdio ao aparelhamento do jornal; por BATENTE, ao criar o conceito de frente de massa, como forma de impedir a instrumentalização por partidos; e pelos jornais basistas, fruto da necessidade da esquerda de recuar, de abdicar do papel de vanguarda e humildemente se realimentar junto ao povo. A partir do surgimento do movimento pró-PT, em 1979, de um momento para o outro estava rompida a dualidade entre espaço clandestino e esfera pública, entre vanguarda e massa. Estava eliminada a supremacia do dogma. O novo partido, que reunia católicos, comunistas, socialistas e sindicalistas pragmáticos, negava a própria necessidade de

haver uma doutrina. Com o PT foram implodindo um após o outro todos os partidos e agrupamentos leninistas, em especial o PCdoB, no que também implodiram jornais alternativos apoiados na sua militância.

O desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa parece ter sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e a sociedade, antecipa as grandes transformações[27]. Nesse caso, por raciocínio inverso, podemos entender o próprio surgimento da imprensa alternativa dos anos de 1970 como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil. Estimulado pelo surgimento da ditadura, mas com direito próprio de existência na história.

NOTAS

1. Aurélio Buarque de Holanda, em seu *Novo Aurélio* (2 ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986) consagra a expressão *imprensa alternativa* como exemplo de algo que se contrapõe a interesses ou tendências dominantes. Antônio Houaiss mostra que *alternativo*, como designativo daquilo que tem o poder de alterar, surgiu da forma erudita *alter*, do mesmo radical latino *alius* do qual surgiu alterativo (Antônio Houaiss, "*Comunicação e Alienação*", Comunicação e Política, mar./maio 1983). João Antonio teria sido o primeiro a usar a expressão nanica, em "Aviso aos Nanicos", O PASQUIM n. 318 de 1 a 7/8/1975. Alberto Dines adotou a expressão *imprensa alternativa* em sua coluna "Jornal dos jornais", na FOLHA DE S. PAULO, de abr.1976. Antes, na coluna de 13/7/1975, reconhecera a importância dessa imprensa, mas chamando-a de imprensa *underground*.

2. Cf. Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas. Maia conseguiu acesso a relatórios da Polícia Federal e dos Órgãos de Segurança e repressão dos militares no período.

3. Cf. Theodore Rozsak, The Making of a Counter-culture, pp. XII e 66.

4. Cf. José Luiz Braga, O PASQUIM e os Anos 70, 1991.

5. Cf. Elizabeth Nelson, The British Counter-Culture: 1966-1973, 1989.

6. Cf. Herbert Marcuse, Eros & Civilization, 1959.

7. A distinção entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, ao se associarem na imprensa alternativa, deve-se à necessidade de preservar as diferenças entre os vários modos de pensar, que se tornaram cruciais nos momentos de crise nos jornais alternativos.

8. Uso o conceito de imaginário como uma síntese de dois significados: no sentido do conjunto de crenças, mitos e arquétipos que, muito mais do que a ideologia, pode explicar as ações humanas, ou seja, o imaginário efetivo, de Cornelius Castoriades, e no sentido da imaginação criadora de Gaston Bachelard, o dinamismo oriundo da imaginação, organizador e fator de homogeneidade na representação. Cf. Cornelius Castoríades, A Instituição Imaginária da Sociedade, 1982; Gaston Bachelard, La Poética del Espacio, 3 ed. México, F.C.C., 1965, p. 28.

9. "Antes, ninguém podia lançar um jornal sem ter um capital inicial que podia ir de 10 mil dólares até 200 mil." Cf. Neil Hickey, "The Publisher as Revolutionary". Entrevista a John Wilcock, Nova York, The American Society of Magazine Editors, 5/4/1971.

10. Max Weber, The Protestante Ethics and the Spirit of Capitalism, pp. 47-78. Não ter objetivos de lucro foi um dos principais critérios adotados pela Royal Comission de 1988 que estudou a imprensa britânica, para identificar imprensa alternativa.

11. A obra de Antônio Gramsci, Os Intelectuais e a Organização da Cultura, traduzida por Carlos Nelson Coutinho, foi publicada pela editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA exatamente em 1968, tornando-se um manual entre intelectuais e jornalistas, apesar de seu caráter fragmentário.

12. Cf. Nelson Werneck Sodré, História da Imprensa Brasileira, 1986.

13. Cf. Maria Nazareth Ferreira, A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920). São Paulo, Cortez,1980.

14. Elizabeth Fox desenvolveu seu raciocínio a partir da afirmação de Hannah Arendt de que o papel da educação totalitária é o de desagregar e o de destruir a capacidade de ter convicções. Elizabeth Fox, "Communications and Civil Society", Comunicação e Política, mar./abr. 1983.

15. A mera produção e venda de notícias e, menos ainda, de produtos culturais, como fascículos, não caracteriza

uma empresa jornalística; ela alcança esse status ao tentar disseminar uma ideologia e defender interesses de classe, para o que constitui um espaço público independente do Estado. Cf. Ciro Marcondes Filho (org.), Imprensa e Capitalismo, 1984.

16. Cf. René Armand Dreifuss, 1964: A Conquista do Estado, 1981.

17. Cf. Carlos Estevam Martins & S. C. Velasco, apud Joan R. Dassin, "The Brazilian Press and the Politics of Abertura", Journal of Interamerican Studies and Word Affairs.

18. José Marques de Melo. "Brasil: "Imprensa e Capitalismo Dependente", Cadernos Intercom, São Paulo, n. 3, ago 1982.

19. Para o autoritarismo congênito e o caráter ágrafo da sociedade brasileira, ver os trabalhos de R. A. Amaral Vieira, em especial "Notas Visando a Fixação de um Conceito de Autoritarismo", Comunicação e Política, n. 1; "O Exílio de um Povo: Alienação da História", Comunicação e Política, n. 8.

20. Luís Roberto Alves, "Comunicação e Cultura Popular: As Prosopopéias na Rua no Meio do Redemoinho", em Regina Festa & Carlos Eduardo Lins da Silva (orgs.), Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo, Paulinas, 1986, p. 120. Para esse autor, todo o processo comunicacional e ideológico brasileiro, desde o Império, tem sido uma seqüência de promessas de modernização e redistribuição de riquezas, seguidas pela implantação de novos sistemas de domínio que perpetuam as oligarquias.

21. Cf. Jean R. Dassin, 1984, op. cit., p. 399. A tiragem combinada dos diários era, em 1988, de apenas 4,3 milhões. Cf. Jair Borin, Jornais Diários, mimeo., ECA/USP, 1990. Nesse período o país também se urbanizou, mas a taxa de analfabetismo se manteve elevada, em torno de 20% da população.

22. O PASQUIM foi comprado por um de seus antigos colaboradores.

23. Ana Maria Nethol, "Reflexiones Acerca de la Teoria y Accion Comunicativas de los Processos de Transición a la Democracia", Comunicación y Democracia en América Latina, Lima, DESCO, 1982.

24. Daniel Aarão Reis Filho, A Revolução Faltou ao Encontro, 1989, pp. 16-19.

25. Carta de Ziraldo a Ivan Lessa, arquivo I. Lessa, c. 1981.

26. Regina Festa & Carlos Eduardo Lins da Silva (orgs.). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil, op. cit. Ver também Regina Festa, Comunicação Popular e Alternativa: A REALIDADE e as Utopias. São Bernardo do Campo,IMS, 1986, tese de mestrado.

27. Conforme idéia original de Marco Aurélio Garcia.

Primeiro Livro

PANORAMA DA IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL (1964-1980)

[...] periodizar a história considerando a alternativa possível e que foi vencida e, simultaneamente, elucidar o sentido da periodização oficial [...].

***Marilena Chauí*[1]**

OS PROTAGONISTAS

MARCOS DO IMAGINÁRIO

Os jornais alternativos dos anos de 1970 nasceram na forma de gerações superpostas, a primeira, protagonizada basicamente pelos derrotados de 1964. Na última, já entraram em cena alguns dos jovens precursores do jornalismo pós-moderno do novo milênio. Em cada fase eram outras as motivações e o caráter da articulação entre seus protagonistas e deles com a sociedade civil. Surgiam novas propostas estéticas e operacionais, mudava o relacionamento com os leitores. Dessas mudanças no imaginário dos protagonistas da imprensa alternativa é que se retira uma periodização elucidativa do que foi o ciclo alternativo, muito mais do que dos marcos instituídos pelo regime, freqüentemente adotados pela historiografia corrente. Regina Festa, por exemplo, considera o período 1968-1978 como de acúmulo de forças, caracterizado por uma comunicação de resistência. Os marcos tomados por ela são claramente os do regime, do AI-5 à anistia[1]. Mas se tomarmos os marcos do imaginário instituído nos protagonistas da imprensa alternativa, determinamos, nesse mesmo espaço de tempo, pelo menos sete gerações distintas de jornais alternativos.

Na primeira fase do ciclo alternativo, do lançamento do PIF-PAF em junho de 1964 até o fim da FOLHA DA SEMANA em 1966, deu-se o desmoronamento do universo político do populismo, sem que a maior parte da esquerda suspeitasse da dimensão a ser adquirida pela mudança. Além do propósito de resistência democrática, expresso nos jornais apoiados pelo Partido Comunista (PC), como FOLHA DA SEMANA, há o sentimento de desprezo pelo ridículo manifesto dos primeiros tempos do golpe, explorado a fundo pelo satírico PIF-PAF.

Uma segunda geração de jornais surge a partir de 1967, fruto de todo um novo imaginário oriundo da revolução cubana, da proposta de uma guerrilha continental, da teoria dos focos de Régis Debray. Entre esses jornais, destacam-se O SOL, PODER JOVEM e AMANHÃ.

Seguiu-se um intervalo de mais de um ano praticamente sem novos jornais alternativos. É o tempo das grandes passeatas estudantis, do maio de 68 na França, dos protestos contra a guerra do Vietnã. As lutas no espaço público forçam a retomada do jornalismo crítico pela grande imprensa, desaparecendo o impulso jornalístico vital para a criação de jornais alternativos. Foi depois do refluxo dessas manifestações, da *debacle* da luta armada e ausência de perspectivas, a partir de meados de 1969, que se juntaram em grande número os protagonistas da imprensa alternativa, dando origem a uma de suas fases mais ricas, incluindo os primeiros semanários de circulação nacional sob o signo da resistência político-cultural, entre os quais O PASQUIM e OPINIÃO.

Entre 1971 e 1972, surge uma quinta fase de jornais, como GRILO e Balão, que se caracterizam pelo humor pesado, às vezes escatológico, e pelo experimentalismo em linguagem. Ambos, influenciados pelo cartunista americano Robert Crumb e pelo europeu Wolinski. GRILO reproduz diretamente cartoons estrangeiros, inclusive os mais tradicionais, de Charles Schultz. Mas Balão expressa, ao contrário, uma reação dos jovens contra a dominação estrangeira no mercado de cartoons e dá origem a uma explosão criativa de humor nacional por uma nova geração de cartunistas iniciantes, entre os quais Luis Gê, Laerte, Angeli e os irmãos Chico e Paulo Caruso. Cerca de setenta novos desenhistas passaram pelas dez edições de O BALÃO2. Por influência de BALÃO e GRILO surgiram novos “gibis”,

de crítica pesada aos costumes, auto-denominados “udigrudi”, (do inglês *underground*), entre os quais Patota, Vaca Amarela e Klik.

A partir de 1974, quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através da imprensa alternativa, os jornais incham e se multiplicam. Surge, assim, uma sexta vaga, em pleno colapso do milagre econômico, constituída de projetos ambiciosos, como VERSUS e MOVIMENTO, nos quais predomina o ativismo político.

Uma geração nova de jornais, lançados por jornalistas de prestígio regional, nasceu da crise do padrão complacente da grande imprensa, precipitada pelo assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 1975. Dessa crise surgiram, entre outros, DE FATO e COOJORNAL. Simultaneamente, deu-se a diversificação temática e espacial da imprensa alternativa, surgindo os alternativos regionais e feministas.

A partir de 1977, nascem jornais motivados essencialmente pela campanha da anistia, que também empolga os jornais alternativos já em circulação. Entre os jornais da anistia estão REPÓRTER, RESISTÊNCIA E MARIA QUITÉRIA.

Com a multiplicação e a superposição de jornais alternativos, seu padrão tornou-se dominante e passou a ser adotado como solução natural pela massa de estudantes de jornalismo oriundos das novas escolas de comunicação. Surgiram, então, duas últimas grandes vagas de jornais alternativos: jornais basistas como BATENTE, ligados aos movimentos populares, que também proliferaram nesse período, e uma nova geração de jornais experimentais, como AVESSO, que expressavam a fadiga do apelo político junto a jovens estudantes de comunicação que posteriormente se tornariam famosos no jornalismo neoliberal. Os dois tipos de jornal eram fortemente influenciados pela crítica das escolas de comunicação aos meios de comunicação de massa e ao jornalismo convencional.

LINHAGENS

Muitos dos intelectuais colaboradores da imprensa alternativa pertenciam às gerações que viveram a queda do nazi-fascismo e do Estado Novo[3]. Já os jornalistas e ativistas políticos eram mais jovens, forjados em sua maioria na matriz dos movimentos estudantis do final da década de 1960, passando alguns pela luta armada e pelas prisões. A eles, juntaram-se os *focas*, recém-formados, das escolas de comunicação dos anos de 1970. A prática alternativa fez deles companheiros de jornada.

Eram quase sempre as mesmas pessoas que apareciam e reapareciam em diferentes jornais e situações. Alguns criavam sucessivos jornais. Ziraldo, Jaguar e Henfil atuaram em quase todos os grandes alternativos de humor. Outros saíam de um jornal onde haviam tido papel subalterno, para fundar e liderar um novo jornal. Marcos Faerman saiu de Ex para fundar VERSUS, e depois se tornou editor-chefe de SINGULAR & PLURAL, revista alternativa criada em 1978, entre outros, por Audálio Dantas e Rodolfo Konder. Outros faziam o caminho inverso. Arthur Poerner, fundador de FOLHA DA SEMANA, tornou-se, depois, colaborador de Pasquim; os intelectuais e os humoristas colaboravam com todos os jornais alternativos. Surgiu um estilo alternativo, do qual muitos jornalistas nunca mais se desfizeram (como Mouzar Benedito, Lúcio Flávio Pinto, Ivan Maurício, Paulo Francis, Ziraldo e Veríssimo). Havia também não jornalistas que trabalharam arduamente para viabilizar jornais. Em São Paulo não teria existido AMANHÃ sem o esforço de Antonio Martins Filho, ativista do PC. Em Minas, foi decisivo o papel de um ativista da AP, Betinho Duarte, na sustentação de MOVIMENTO e, depois de EM TEMPO, Antonio Carlos Ferreira (Tonico) foi o grande organizador da produção de OPINIÃO e MOVIMENTO, colocando ordem numa

caótica gráfica de São Paulo, a PAT (Publicações e Assistência Técnica Ltda), que dessa forma se tornou a central de produção de jornais alternativos. Chico Mendes carregava VARADOURO na mochila, para vender nos seringais do Acre.

Os protagonistas da imprensa alternativa dos anos de 1970 constituíam, assim, uma subcultura que se distinguia do grosso dos jornalistas e intelectuais pela sua disposição contestatória, pela sua propensão ao ativismo, pela sua intransigência intelectual e, em certa medida moral, pela afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos.

Alguns jornalistas fundaram toda uma linhagem de jornais que se sucediam e que geravam outros jornais, quando rachavam as articulações políticas a eles subjacentes. Devido a essa característica do surto alternativo podemos classificar os jornais, de forma elucidativa, também por linhagens.

Três grandes linhagens, cada qual constituída de cerca de uma dezena de jornais criados sucessivamente pelo mesmo núcleo, respondem, em conjunto, por quase um quarto de toda a produção alternativa dos anos de 1970, e pela maioria dos alternativos de circulação nacional. Duas dessas linhagens receberam a influência do jornalismo praticado na revista REALIDADE. Criada em 1966, em plena revolução da sexualidade e introdução da pílula anticoncepcional, e dirigida por Paulo Patarra, REALIDADE fazia sucesso com um jornalismo baseado na reportagem social, na discussão crítica da moral e dos costumes, mostrando um Brasil real, em profundas transformações. Era também um jornalismo com ambições estéticas, inspirado no *new-journalism*, o movimento de rebelião estilística dos jornalistas norte-americanos contra a camisa de força da narrativa telegráfica, que introduziu a reportagem jornalística de valor literário, baseada na vivência direta do repórter com a realidade que se propunha a retratar. “Com REALIDADE, o fato jornalístico entre nós ganhou dimensões sociológicas e penetrou no gosto do público”[4]. Vendia tiragens crescentes que chegaram a 400 mil exemplares.

Apesar de pertencer ao grupo empresarial Editora Abril, REALIDADE já funcionava internamente como redação alternativa. Não só seus principais jornalistas eram membros de células políticas, como “na redação discutiam em pé de igualdade com a direção da revista, impondo seus pontos de vista; as divergências eram sempre de fundo, mas a equipe tinha competência para defender sua posição. O grupo todo tinha a mesma posição editorial, as reuniões em que se definiam os rumos da revista tinham um espírito democrático e uma grande preocupação política, não no sentido partidário, mas no sentido das palavras que empolgavam a juventude da época, debate e democracia”[5].

Por essas qualidades REALIDADE seria uma matriz importante do ciclo alternativo, nela estando raízes de duas das principais vertentes da imprensa alternativa, a que se pode denominar de vertente existencial e vertente política. Quando, em 1968, a Ação Popular ordenou a seus militantes que se misturassem ao povo, caindo na clandestinidade, se necessário, os jornalistas da base da AP na REALIDADE que rejeitaram essa diretiva deram origem à linhagem dos alternativos existenciais e antidoutrinários. Foram os criadores do BONDINHO (1970), JORNALIVRO (1971), GRILO (1971), FOTOCHOQ (1973), EX (1973), VIVER (1975), MAIS UM (1976), EXTRA-REALIDADE BRASILEIRA (1976), DOMINGÃO (1976). Começaram por um jornalismo engajado mas antidoutrinário, passaram por uma curta fase de experimentação sensorial com drogas e terminaram num jornalismo kamikaze, através de Ex, em que cada edição era um ataque definitivo ao regime ditatorial.

Os jornalistas da base da AP de REALIDADE que aceitaram as diretivas de se misturar ao povo acabaram se ligando aos projetos de jornalismo de frente política de Raimundo Pereira, a mais prolífica de todas as linhagens, surgida em torno do AMANHÃ, criado por Raimundo Pereira em 1967. Da equipe original do AMANHÃ e de suas ramificações e dissidências, nasceram oito outros jornais essencialmente político-ideológicos, incluindo alguns dos alternativos de maior repercussão: OPINIÃO (1972), MOVIMENTO (1975), ASSUNTOS (1976), UM NOVO AMANHÃ (1977), EM TEMPO (1977), BLOCO (1979), e os tardios BRASIL EXTRA (1984) e RETRATO DO BRASIL (1987). Além desses, é também do interior desses jornais, do esgotamento de seus padrões, que nasceram Beijo em 1977 e, no ano seguinte, LAMPIÃO D'ESQUINA, JORNAL DA VILA e BATENTE. A história dos jornais alternativos políticos dos anos de 1970 é basicamente a história da evolução dessa linhagem fundada por Raimundo Pereira, e de sua articulação com os partidos clandestinos.

A terceira linhagem é carioca e teve Ziraldo como personagem central, sempre presente, desde "Cartum" do Jornal dos Sports, "O Centavo" e "Manequinho", O Sol e PODER JOVEM. Além de Ziraldo, Jaguar, Millôr e Henfil lideraram outros humoristas e cartunistas, lançando alguns dos mais importantes veículos alternativos dos anos de 1970, entre os quais o primeiro alternativo, PIF-PAF (1964), e o mais duradouro de todos, O PASQUIM (1969). Dessa linhagem surgiram também CARAPUÇA (1968), o jornal *underground* de Luiz Carlos Maciel, FLOR DO MAL (1970), os jornais de Tarso de Castro, Já (1971) e ENFIM (1979), e o almanaque de Henfil, FRADIM.

Havia linhagens regionais, formadas por intelectuais e jornalistas relativamente isolados dos centros de produção intelectual, levados a lançar sucessivos jornais para dar vazão à criatividade. Às vezes, contavam com apoio de empresários ou instituições locais. Assim, em Porto Alegre, Luiz Fernando Veríssimo e outros escritores e jornalistas participam sucessivamente de EXEMPLAR, jornal de cultura e política, que circulou de 1967 a 1973 com o apoio do Centro dos Professores Gaúchos; de Pato Macho (1971), editado por Veríssimo; de RISCO, a revista editada pela Editora LPM entre 1975 e 1976; de uma revista de supermercados obviamente inspirada em BONDINHO, chamada CARRINHO; e do efêmero PELEIA. Em Londrina, formou-se uma típica linhagem regional a partir do semanário NOVO JORNAL, lançado em 1971 com bases empresariais, mas com uma proposta editorial atrevida. Ali se juntou o grupo de jornalistas jovens, focas, futuros protagonistas de TERRA ROXA (1972) e POEIRA (1974), dois dos mais aguerridos jornais estudantis da história de Londrina; de ATALHO (1975), porta-voz da Associação dos Professores Licenciados do Paraná; de seu sucessor, ÁGUA CORRENTE; e, finalmente, de PARANÁ REPÓRTER (1980), o jornal da cooperativa dos jornalistas de Londrina, e FALA PARANÁ (1981), braço do jornal MOVIMENTO em Londrina[6]. Em Florianópolis, um grupo liderado por Eloy Galloti lançou sucessivamente AFINAL e DENÚNCIA.

O EXÍLIO PROFISSIONAL DE UMA GERAÇÃO

Os primeiros jornais alternativos nasceram no vazio deixado pelo desbaratamento da imprensa vinculada ao campo popular e pelo estreitamento do espaço crítico na grande imprensa. O golpe completava um ciclo de fechamento progressivo de jornais e revistas de esquerda e de concentração de capital nos jornais convencionais, que começou

em meados dos anos de 1950 com o fechamento dos jornais do Partido Comunista, colocado na ilegalidade, e se agravou com a política de estabilização monetária de Lucas Lopes que suprimiu o câmbio diferenciado para a importação de papel em dezembro de 1961, o que multiplicou o seu preço[7]. Entre os jornais do PC atingidos estavam Momento (Salvador), que chegou a vender 5 mil exemplares, Folha do Povo (Pará) e Notícias de Hoje (São Paulo). Entre as revistas independentes atingidas estavam a revista mensal de cultura e debate ANHEMBI, fundada por Paulo Duarte em 1950, e a revista SENHOR, criada por Nahum Sirotsky em 1959 com o apoio do empresário Simão Weissman. Anhembi deixou de circular já em dezembro de 1962. Senhor contou com um projeto gráfico vanguardista de Carlos Scliar, pioneiro em técnicas de rebaixamento de foto e na diagramação circular. Teve editores de categoria, como Newton Rodrigues, Luiz Lobo e Paulo Francis. Voltada a um público de elite, revolucionou o jornalismo de revistas no Brasil. Ao seu padrão gráfico superior, somavam-se originais de escritores consagrados como Guimarães Rosa e Clarice Lispector, e elementos da contracultura americana e européia. Ali se reuniram, durante o seu apogeu, alguns dos futuros protagonistas d'O PASQUIM, entre os quais Ivan Lessa, Millôr Fernandes, Glauco Rodrigues, Jaguar e Paulo Francis. Não conseguindo cobrir os custos crescentes, em fins de 1960, com menos de dois anos de vida, Senhor entrou em declínio[8].

À política concentracionista seguiu-se, a partir de abril de 1964, a força da repressão. Todos os veículos do campo popular, a maioria defensores das *reformas de base*, fecharam. Muitos de seus editores tiveram que se exilar. Entre os primeiros exilados estavam José Maria Rabelo, diretor d'O Binômio, semanário de sátira e crítica política fundado em 1952, em Belo Horizonte, por ele e por Euro Arantes, um dos veículos precursores da imprensa alternativa dos anos de 1970 – pela sua forma tablóide, pela sua linha de crítica e contestação e por sua precariedade administrativa. Binômio chegou a vender 25 mil exemplares. Quando foi fechado por oficiais do Exército, em 1964, vendia seis mil exemplares[9].

Também foram extintos de imediato o influente O Semanário, de orientação nacionalista, inspirado pela ideologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e BRASIL URGENTE, semanário católico de esquerda, lançado pelo dominicano Frei Carlos Josaphat em março de 1963, alcançando 40 mil exemplares de vendagem[10]. Ambos exercitavam um engajamento jornalístico que seria típico do ciclo alternativo dos anos de 1970. Entre os editores de BRASIL URGENTE estava Roberto Freire, que depois exerceria grande influência no grupo da revista REALIDADE e se tornaria um dos editores de BONDINHO.

Obviamente, desapareceram todos os jornais dos partidos políticos de esquerda. Entre os quais, o semanário PANFLETO, fundado pouco antes do golpe para a Frente de Mobilização Popular (brizolista), por um jovem e talentoso jornalista gaúcho, Tarso de Castro, filho de um petebista dono de jornal, com passagem pelo ÚLTIMA HORA de Porto Alegre, PANFLETO vinha circulando com tiragens crescentes desde fins de 1963, chegando a vender quase 200 mil exemplares às vésperas do golpe, quando foi fechado[11]. Tarso de Castro seria um dos fundadores e primeiro condutor d'O PASQUIM. Desapareceram, ainda, POLÍTICA OPERÁRIA, tablóide da *nova esquerda*, dirigido por Luís Alberto Dias Lima (Rio de Janeiro) e por Rui Mauro Marini (São Paulo); os semanários clandestinos do PC, NOVOS RUMOS12 e do PCdoB, A CLASSE OPERÁRIA; o jornal LIGA, do movimento das ligas camponesas de Francisco Julião; coleções de popularização de temas políticos, como os CADERNOS DO

POVO BRASILEIRO, que chegaram a vender até 50 mil exemplares de um único título[13]; e duas importantes revistas de discussão teórica, ESTUDOS SOCIAIS, trimestral, fundada por Astrogildo Pereira em 1958, e BRASILIENSE, bimestral, fundada em 1955 por Caio Prado Júnior e dirigida por Elias Chaves. E desapareceram todos os jornais e revistas estudantis, entre as quais MOVIMENTO – publicação mensal da União Nacional dos Estudantes editada por Arnaldo Jabor e lançada em 1962[14]. Foram também extintos diversos suplementos dominicais da grande imprensa que funcionavam como espaços alternativos virtuais[15].

Apesar de expressarem muito mais um jornalismo opinativo do tipo praticado por pequenos jornais até a crise de 1930, ou, como observa André de Seguin des Hons, “tendências de esquerda que se dirigem a elites operárias e intelectuais”[16], esse conjunto de jornais e revistas constituíam, com as organizações e movimentos a eles ligados, uma esfera pública alternativa à esfera pública burguesa.

Surgiu uma espécie de exílio profissional da geração engajada da SENHOR, PANFLETO, BRASIL URGENTE e outros veículos extintos, de onde viriam muitos dos principais protagonistas das primeiras fases da imprensa alternativa dos anos de 1970.

Além do fechamento de todos esses espaços, o golpe de 64 destruiu o grande veículo de massas voltado ao campo popular, engajando dezenas de jornalistas de espírito crítico, a cadeia ÚLTIMA HORA, criada por Samuel Wainer em 1951, e que chegou a vender 500 mil exemplares em onze edições em sete estados. Primeiro jornal de caráter nacional, ÚLTIMA HORA, com sua linha populista, concorria com as esquerdas na captura do imaginário popular. Para as famílias tradicionais proprietárias da imprensa, entretanto, era o intruso, o inimigo que as havia derrotado em quatro esferas: no campo ideológico, ao quebrar, com sua linha populista e nacionalista, a homogeneidade do discurso da grande imprensa; no campo formal, ao revolucionar o jornalismo diário brasileiro; no campo mercadológico, ao atrair o maior público leitor das grandes cidades; e no campo institucional, ao abocanhar favores do Estado, antes exclusivos dessas famílias. Com a morte de Assis Chateaubriand e a dissolução do império dos Diários Associados, cinco famílias passam a dominar a imprensa brasileira: em São Paulo, os Mesquita, proprietários do grupo OESP, e os Frias, donos da empresa FOLHA DA MANHÃ; no Rio de Janeiro, as famílias Marinho, d’O GLOBO, e Nascimento Brito, do JORNAL DO BRASIL; no Sul, a família Caldas Júnior. A configuração regional e as rivalidades duas a duas reproduzem a formação oligárquica oriunda do domínio agrário.

O assédio ao ÚLTIMA HORA começou com a crise de 1953, forçando Samuel Wainer a um exílio inusitado para a época[17]. Na crise de 1963, as famílias proprietárias da grande imprensa lançaram NOTÍCIAS POPULARES, uma contrafação do ÚLTIMA HORA, tentando capturar seu público com um jornalismo sensacionalista e alienante[18]. A articulação do golpe contou com a participação central da família Mesquita. A grande imprensa tinha como objetivo próprio a liquidação do ÚLTIMA HORA. Assim, o empastelamento das redações do ÚLTIMA HORA, em abril de 1964, pode ser visto não apenas como parte das operações gerais de repressão, mas como o assalto final de uma ofensiva das oligarquias tradicionais da imprensa contra o arrivista ÚLTIMA HORA. É simbólico desse assalto a repartição dos despojos. No Rio de Janeiro, onde “os militares depredaram a redação e o jornal fechou”[19], O GLOBO copiou as fórmulas editoriais criadas por Samuel Wainer em ÚLTIMA HORA. Em São Paulo, “os grandes anunciantes começaram a tirar os anúncios,

um boicote econômico [...] administrado pela FIESP e pela Federação do Comércio, o que deixou o presidente (do jornal), Rubens Paiva, desesperado. Quanto Otávio Frias foi a Paris fazer uma proposta de compra para Samuel Wainer, o jornal não podia cobrir nem a folha de pagamentos [...].”19. O grupo FOLHA DA MANHÃ ficou com o título.

NOTAS

1 Marilena Chauí, “Introdução” em Edgar Salvadori de Decca, O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 16.1. Cf. Regina Festa, “Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa”, em Regina Festa & Carlos Eduardo Lins da Silva (orgs.), Comunicação Popular e Alternativa no Brasil, op.cit.

2. Cf. Pedro Biondi, Jornal do Campus, São Paulo, ECA/USP, ano11I, n.165, 10/11/1995.

3. Entre eles, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Otto Maria Carpeaux, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Callado, Hélio Jaguaribe e Luciano Martins.

4. Cf. J. S. Faro, “Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea”, Revista de Cultura, n. 67, ago. 1977, p. 32.Ver do mesmo autor, Revista REALIDADE, 1966-1968, 1999.

5. Entrevista de J. A. Granville Ponce a Patricia Liane João, out. 1989, mimeo., arquivo BK.

6. Cf Nilson Monteiro, depoimento, 27/12/1990. Pertenciam ao grupo, entre outros: Roldão Arruda, Marcelo Oikawa, Célia de Souza, Marília Andrade, Cleusa Venâncio, Domingos Pellegrini e o próprio Nilson Monteiro.

7. Nelson Werneck Sodré, História da Imprensa no Brasil, op. cit.

8. Cf. Carlos Scliar & Luiz Lobo, “Uma Senhora Revista”, Revista Imprensa, 1990, pp. 16-18.

9. Entrevista com Euro Arantes, em DE FATO, n. 4, 1976. Poucos depois, fechou a revista Alterosa, também de Belo Horizonte, na qual colaborava o jovem humorista Henfil.

10. A experiência de BRASIL URGENTE é discutida por Paulo César Loureiro Botas em A Benção de Abril, Petrópolis, Vozes,1983.

11. Entrevista com Paulo Schilling, 16/8/1989. Colaboravam em PANFLETO, entre outros, Paulo Francis, Fortuna, Ferreira Gullar e Paulo Schillius.

12. Em 1986, o Instituto Astrogildo Pereira relançou Novos Rumos.

13. Cf. Ênio Silveira, entrevista em Leia, setembro de 1990, São Paulo, p. 6. Ênio Silveira diz que sua editora participava ativamente do processo de agitação intelectual e política da época. Foi preso sete vezes entre 1964 e 1969.

14. Possível origem do nome do alternativo MOVIMENTO, identificado com a mesma corrente originária da AP que dominava a UNE em 1962. Outras publicações do movimento estudantil que desapareceram: o Metropolitano, circulava semanalmente como suplemento do Diário de Notícias (Rio de Janeiro), o Universitário (Rio Grande do Sul), Tribuna Universitária, Mosaico e Ação Popular (Belo Horizonte); Unidade, que circulava como suplemento de A Tarde (Bahia). Ver Homero Cunha, “A Nova Imprensa Universitária”, MOVIMENTO, n. 1, mar. 1962.

15. Entre os quais o suplemento dominical do JORNAL DO BRASIL, editado por Reinaldo Jardim, e o do Diário de Notícias, onde escreviam Glauber Rocha, Artur da Távola e Sérgio Augusto (futuro colaborador de OPINIÃO).

16. André de Seguin des Hons, Le Bresil-presse et histoire, 1030-1985, 1985.

17. Samuel Wainer, Minha Razão de Viver, São Paulo, Record, 1987.

18. Ver interessante depoimento sobre os motivos da fundação de NOTÍCIAS POPULARES, em Gisela T. Goldenstein, Do Jornalismo Político à Indústria Cultural, 1987.

19. Entrevista de Eurico Andrade a Marco Polo Ribeiro Henriques, dezembro de 1989, inédita, arquivo BK. O ÚLTIMA HORA carioca, que como o de São Paulo, voltou a circular, só sobreviveu até 1971. Também desaparecerem as edições do Rio Grande do Sul (surgindo no seu lugar ZERO HORA), e de Minas Gerais.

OS PRECURSORES

A REAÇÃO DA SÁTIRA: HUMOR COMO ATO COLETIVO

Em contraste com as outras ditaduras do Cone Sul latino-americano do mesmo ciclo, surgidas sob o signo do terror, o golpe militar no Brasil nasceu com um traço ridículo congênito do qual nunca se livrou. Suas primeiras ações repressivas eram marcadas muito mais pelo grotesco do que pelo trágico. Os próprios derrotados referiam-se à ditadura como *ditamole*, enquanto os generais golpistas retroagiam o marco histórico do golpe do risível PRIMEIRO DE ABRIL para 31 de março.

Algumas centenas de políticos, militares e dirigentes sindicais foram destituídos de seus direitos políticos e muitos passaram por humilhações ou tiveram que se exilar. Mas foram poucos os mortos e torturados na primeira fase do regime, em sua maioria sargentos e dirigentes sindicais de regiões afastadas. Até por não serem de conhecimento amplo, esses episódios, com a exceção dos relatos de humilhações impostas ao governador de Pernambuco Miguel Arraes e ao líder comunista Gregório Bezerra em Recife, não determinaram o imaginário coletivo, mais impressionado pela comicidade de operações do tipo "ouro para o bem do Brasil"[1].

O grotesco dos primeiros dias do golpe militar desencadeou nos humoristas cariocas uma fúria criativa que não encontrava espaço suficiente no CORREIO DA MANHÃ, único jornal da grande imprensa a condenar o autoritarismo e as violações dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, nascia PIF-PAF, planejado por Millôr Fernandes um pouco antes do golpe, mas que passou a circular como primeiro jornal alternativo,

menos de dois meses após, no dia 21 de maio. Sua repercussão foi fulminante, juntando-se à do próprio CORREIO DA MANHÃ, como primeiros sinais de reação do campo derrotado e da sociedade civil.

Cínicos e libertários, os escritores satíricos e cartunistas desempenharam um papel central na resistência à ditadura brasileira. Nenhuma outra categoria se opôs de forma tão coesa. Em primeiro lugar, como diz Henfil, "o humorista tem a consciência de que só pode expressar o que sente das coisas, se tiver absoluta liberdade"[2]. Em segundo lugar, esse humor funcionou como terapia coletiva, socializando uma das principais funções psicológicas do riso, a de dissipar tensões lentamente acumuladas. Por isso, ele floresceu nos momentos de anticlímax do regime militar: primeiro, logo após o golpe; depois, quando se esgotou o impacto do AI-5 e, finalmente, ao se iniciar a abertura política.

Submetidos à persistente censura, que suprimia e mutilava originais, e à má vontade dos proprietários da grande imprensa, os humoristas ergueram uma imprensa própria, alternativa. Com ela, driblaram o poder, num exercício lúdico típico de seu ofício. Nesse jogo, foram até presos. Mas, ao contrário dos jornalistas convencionais, entre os quais prevaleceu o conformismo, não desistiram. E, apesar das rivalidades naturais entre grandes artistas, formaram um bloco diversificado em estilos e visões, mas sólido na visceral oposição à ditadura. Como uma equipe aplaudida por uma grande platéia que compartilha cada momento de seu jogo, o humor brasileiro dos anos de 1970 tornou-se um ato coletivo contra a ditadura, extravasando os limites não confrontacionais do humor político clássico. Tanto assim que O PASQUIM foi entendido pela hierarquia militar como instrumento de confronto.

Desde o começo, os humoristas evitaram a caricatura; recorreram muito mais à charge para a qual não faltavam os ingredientes essenciais: os tipos e as situações genéricas que o público podia identificar facilmente, generais sobrecarregados de medalhas, agentes truculentos da polícia, os coronéis neurotizados pelo anticomunismo dirigindo Inquéritos Policiais Militares, que inspiravam mais riso do que temor. Tratava-se, nesse início, de um regime ambíguo, ainda indefinido entre uma corrente civil liberal-conservadora e outra militar-autoritária. Havia um discurso "democrático" e uma prática repressiva. Com a arma poderosa da ironia o humorista penetrava nas contradições entre palavra e ato enfatizando o grotesco das situações.

Com seu apego à hierarquia, o sistema militar avaliava como perigoso o uso da caricatura. Ao deformar fisionomias, dissecando e expondo os traços críticos da personalidade, a caricatura individualiza o ataque, abrindo o flanco a retaliações diretas. Em alguns jornais interioranos, nem mesmo a charge política genérica era permitida[3]. Além de raras, as caricaturas eram quase sempre dos civis, que apoiaram o golpe, como os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros.

INFLUÊNCIA DE MILLÔR FERNANDES

Foi preciso que o humorista Millôr Fernandes perdesse o seu espaço na grande imprensa para surgir o primeiro jornal alternativo pós-1964. Millôr tornou-se nacionalmente conhecido ao criar a seção PIF-PAF, na revista O CRUZEIRO, quando da queda do Estado Novo e da sua censura, o DIP (Departamento de Informações e Propaganda). O CRUZEIRO, da qual Millôr havia sido um dos principais editores, chegou a vender 750 mil exemplares[4]. Em 1950, após uma disputa salarial, saiu da empresa,

mas continuou produzindo PIF-PAF como colaborador[5]. Paulo Francis considera tão grande – e perniciosa – a influência do estilo de Millôr sobre os humoristas de sua geração, que o acusa de ter atrasado o ressurgimento do humorismo político no Brasil no pós-guerra[6].

Eclético, autodidata, tradutor, escritor, teatrólogo, e altamente organizado, Millôr desenhava desde a infância, influenciado pelas histórias em quadrinhos americanas[7]. No Liceu de Artes e Ofícios, onde cursou o secundário, foi influenciado pelos impressionistas, como Toulouse Lautrec e Degas, e por outros pintores movidos por impulsos não apenas artísticos, mas também apreciativos, como Brueghel e Durer, que retratavam criticamente. Entrou para O CRUZEIRO aos 14 anos, como desenhista, mas acabou fazendo de tudo. Nos Diários Associados, além de editar várias seções de O CRUZEIRO e de A CIGARRA, produzia O GURI, revista em quadrinhos copiada de tiras americanas. Para Sérgio Augusto,

> *[...] é nas histórias em quadrinhos que está a origem da simplicidade do estilo de Millôr. [...] descobriu que um rabisco podia resultar numa obra de arte ao ler as primeiras aventuras de Flash Gordon desenhadas por Alex Raymond, de quem passou a imitar até a assinatura [...]. As bases de seu desenho são, portanto, acentuadamente populares [...]*[8].

Millôr considera que seu humorismo na fase de O CRUZEIRO era basicamente ingênuo[9]. No entanto, ele representava, nos anos de 1960, a culminância da estética do humor escrito no Brasil, enquanto Ziraldo atingia o máximo no humor desenhado. Em Millôr, o ceticismo absoluto permitia a liberdade total, o não-condicionamento pela ideologia, enquanto a maioria, como era o caso de Ziraldo, estava politicamente engajada na matriz atada do nacional-populismo. Nesse ambiente, mesmo Jaguar, um cético e anárquico, fazia humor articulado ao campo das forças populares, reservando o poderio de seu estilo cruel para agredir os poderosos, nunca para ridicularizar os oprimidos. Millôr chegou a desafiar o tabu do Partidão (Partido Comunista Brasileiro), escrevendo no CORREIO DA MANHÃ "um artigo-gozação sobre o Partido Comunista, dizendo que o governo deveria incrementar a imprensa comunista porque ela era muito ruim [...]". O artigo foi vetado pelo editor e Millôr se demitiu[10].

O individualismo em Millôr era ao mesmo tempo uma prática pessoal – orgulhava-se de ser "o melhor salário da imprensa brasileira"[11] – e uma concepção de mundo. "Não me dou bem com classes, só com indivíduos... filosoficamente sei que o mundo foi sempre uma sangreira.[12]" Seu humor ia além dos marcos da crítica social da maioria dos humoristas da época, atingindo o âmbito da filosofia de vida. Mas, depois do golpe militar, que coincidiu com a ruptura nos Diários Associados, tornou-se engajado. Não à moda das esquerdas, a partir de uma ideologia, e sim ao estilo do existencialismo sartreano, cuja pedra angular, conforme Luís Carlos Maciel, era a liberdade total da existência humana. A tese de que "a existência precede a essência", negando-se o valor de toda idéia ou norma preconcebida. "Somos livres para fazer qualquer coisa, mas nossos atos criam um conteúdo a posteriori, o que estabelece a exigência ética. Se somos radicalmente livres, isso significa apenas que somos totalmente responsáveis por tudo o que fizermos, inclusive as obras de arte"[13].

Millôr traduz o existencialismo na máxima: "Livre-pensar é só pensar." Concebe a liberdade de pensar e de criar como um estado natural e absoluto, não um imperativo político. Mas, ao contrário de Sartre, a concepção de Millôr torna-se, no limite, metafísica e ingênua, forma de fuga dos conflitos do mundo real, que ele considera perturbações da vida e

não parte dela.

> *Não tenho procurado outra coisa na vida senão ser livre. Livre das pressões terríveis da vida econômica, das pressões terríveis dos conflitos humanos, livre para o exercício total da vida física e mental. Livre das idéias feitas e mastigadas, tenho como Shaw, uma insopitável desconfiança de qualquer idéia que já venha sendo proclamada por mais de dez anos [...]*[14].

NASCE O PIF-PAF

Em outubro de 1963, já em clima de confronto entre o campo popular e as forças conservadoras, ocorreu o incidente que pôs fim aos 18 anos da seção PIF-PAF em O CRUZEIRO. Cedendo a pressões da hierarquia da Igreja Católica, a direção da revista acusou Millôr, em editorial, de ter abusado da sua boa fé ao publicar um trabalho especial, A verdadeira história do Paraíso, que a própria revista havia encomendado. Criou-se uma "questão religiosa" e Millôr deixou de produzir a seção PIF-PAF para O Cruzeiro[15], reafirmando seu ceticismo sobre a condição humana. O conflito não poderia ter sido mais grave, pois o mito do Paraíso está no centro da elaboração artística e da linguagem metafórica de Millôr, que a ele recorre regularmente não para satirizar a Igreja ou a religião, mas para refletir sobre a condição humana.

Agindo "por impulso visceral"[16], Millôr decidiu lançar PIF-PAF como revista autônoma com a ajuda decisiva de seus amigos humoristas, de Ylen Kerr, como diretor comercial, Eugênio Hirsch, como diretor de arte, e ainda Marina Colassanti. Desenhava a revista no seu próprio estúdio, custeando-a com um empréstimo contraído junto a José Luís de Magalhães Lins, o banqueiro dissidente da família Magalhães Pinto, do Banco Nacional, que costumeiramente financiava setores da imprensa, e que acabaria por conceder empréstimos a outros jornais alternativos.

PIF-PAF nasceu sem nenhum esquema profissional de produção. Os humoristas, inclusive Ziraldo e Fortuna, que logo se destacaram pela exuberância de seus desenhos, entregavam suas colaborações, mas não trabalhavam na revista. Millôr Fernandes, com a experiência de O CRUZEIRO, produzia tudo. Uma precariedade que se tornaria marca registrada da imprensa alternativa. Quando a distribuidora Fernando Chinaglia circulou seu número 1, na penúltima semana de maio de 1964, PIF-PAF vendeu cerca de 40 mil exemplares, com enorme impacto nos meios estudantis, jornalísticos, políticos e intelectuais. Apesar de voltada predominantemente à crítica de costumes e de ter sido preparada antes do golpe, PIF-PAF foi recebida como uma resposta ao golpe militar. Tornou-se rapidamente uma revista política, pois foi esse o uso que dela fizeram as circunstâncias e seus leitores. Criou-se uma dinâmica de confronto. Claudius foi preso ao circular o número 4 da PIF-PAF, com uma de suas charges mais poderosas na página editorial. Tornou-se, assim, o primeiro humorista preso no período pós-1964. Na edição seguinte Claudius ironizou o interrogatório absurdo a que foi submetido, através da crônica *Rigorosamente incomunicável*[17]. PIF-PAF foi radicalizando e criando as fotomontagens ridicularizando os donos do poder. Em todas as edições era enfatizada de alguma maneira a palavra liberdade. Até que na edição de número 8, Millôr publicou uma fotomontagem do general Castelo Branco devorando uma perna de Carlos Lacerda. E ocupou toda a contracapa com o texto que ficaria famoso:

ADVERTÊNCIA

Quem avisa, amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; se o governo continuar deixando que certos jornais façam restrições à sua política financeira; se o governo continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; se o governo continuar deixando que algumas pessoas pensem por sua própria cabeça; e, sobretudo, se o governo continuar deixando que circule esta revista, com toda sua irreverência e crítica, dentro em breve estaremos caindo numa democracia.

Foi uma provocação, e Millôr a repetiria anos depois em O PASQUIM. A revista foi apreendida em Niterói e alguns outros lugares. Exausto de uma empreitada que não conseguia mais levar sozinho, Millôr deu por encerrada a experiência de PIF-PAF. A apreensão, mais do que causa, foi o pretexto para o seu fechamento[18]. PIF-PAF fechou apesar de sua altíssima qualidade editorial e acabamento gráfico. Ao contrário do experimentalismo de O PASQUIM e algumas outras publicações alternativas, Millôr concebia PIF-PAF como um projeto gráfico orgânico. Mas não como um projeto ideológico. "Quem deu a ideologia foi o relatório do exército; eu nem estava pensando nisso, nem sabia que estava começando a imprensa alternativa"[19].

Com vendagem surpreendente para uma revista nova lançada sem campanhas publicitárias, PIF-PAF fechou porque foi lançada sem organização administrativa apropriada, sem funcionários de apoio, de modo amadorístico e voluntarista. Essa situação repetiu-se em toda a imprensa alternativa dos anos de 1970. Não se tratava de uma incompetência administrativa da equipe da PIF-PAF ou de Millôr, mas da mentalidade antiempresarial comum a todos os jornalistas, intelectuais e humoristas dessa década, grande complicador em qualquer empreitada jornalística num país com as dimensões e os problemas de distribuição do Brasil. Millôr levou dois anos pagando a dívida da PIF-PAF.

O PARTIDO COMUNISTA E O NÚCLEO DEMOCRÁTICO

No imediato pós-golpe, ao lado da reação ainda espontânea de intelectuais e jornalistas de extração liberal ou antilacerdista, e dos humoristas, houve uma reação articulada das bases intelectuais do PC. Em outubro de 1965, foi lançado o semanário REUNIÃO, de Ênio Silveira (que também lançou nessa linha a revista CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA). No mês seguinte, um grupo de economistas e jornalistas ligados ao PC criou Carta Econômica Brasileira, boletim mensal especializado, dirigido por Roberto Saturnino Braga, de linha discreta mas firmemente antigovernamental, preocupada "com o bem-estar e o futuro de nosso povo"[20]. Na linha de frente da resistência ao golpe, nessa fase, estão os intelectuais cariocas, jornalistas e escritores, principalmente através da atuação da Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA e do CORREIO DA MANHÃ. É ainda incipiente a imprensa alternativa. REUNIÃO durou apenas três edições, "fechado pela polícia por ordem do sr. Juracy Magalhães, ministro da Justiça do governo Castello Branco"[21], simultaneamente à promulgação do Ato Institucional número 2.

O AI-2 foi baixado para conter a reação dos militares de uma nova *linha dura*, capitaneada pelo general Costa e Silva, à vitória de candidatos populistas nas eleições para governadores, em Minas Gerais e na Guanabara. Decretado em outubro de 1965, instituiu o estado de sítio, suspendeu garantias constitucionais, dissolveu partidos políticos e cassou

direitos políticos, não só de lideranças populistas, mas também da corrente civil do movimento golpista. Mudou totalmente o clima político. Carta Econômica Brasileira deixou de circular quando ainda estava no número 9. Tudo isso ocorreu em meio ao aprofundamento da recessão econômica, eliminação da garantia de emprego, através de criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e abertura do mercado de capitais do Brasil ao sistema financeiro internacional através da resolução 63.

Em seguida ao AI-2, quando as esquerdas e liberais discutiam

> *[...] se valia a pena ou não fundar o MOVIMENTO Democrático Brasileiro (MDB), cujo nascimento dependia até da aprovação do regime, o PC apoiou a idéia, considerando esgotada a possibilidade de ação de massas, e se engajou na articulação da Frente Ampla no Rio de Janeiro, que se estendeu até São Paulo; FOLHA DA SEMANA saiu nesse contexto*[22].

Tipicamente alternativo, tablóide, com 16 páginas, FOLHA DA SEMANA era editada por Arthur José Poerner, redator do CORREIO DA MANHÃ, e reagrupou toda a esquerda jornalística do Rio de Janeiro, incluindo Sérgio Cabral, Maurício Azedo (secretário), Otto Maria Carpeaux, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Paulo Francis, Marcio Moreira Alves e Luis Carlos Maciel. Foi o único alternativo não efêmero dessa fase, completando quinze meses de vida. Em julho de 1966, deu-se a cassação dos direitos políticos de Arthur Poerner. Em dezembro desse ano, o jornal foi fechado por decreto presidencial e sua redação ocupada por fuzileiros navais[23]. Ainda nesse período, o nacionalista Euzébio Rocha lançou BRASIL SEMANAL, também efêmero.

Com as denúncias de torturas em Recife por Márcio Moreira Alves no CORREIO DA MANHÃ, o caso também de tortura de Pavel Gutko em Goiás, no início de 1965, e a sucessão de atos institucionais, começou a tomar forma, no imaginário dos intelectuais e jornalistas, a face cruel do golpe.

Nessa primeira fase da imprensa alternativa, de predomínio de jornais alinhados como Partido Comunista, corrobora-se a tese de J. S. Faro, que atribuiu a energia criativa da imprensa alternativa dos anos de 1970 a um processo de acúmulo de experiências durante os 18 anos extremamente livres e participativos anteriores ao golpe. Um período em que as manifestações da intelectualidade brasileira, embora fragmentárias e heterogêneas em suas formas, teriam atingido um estágio superior de densidade, e um traço homogeneizador, unitário, que ele denominou de “núcleo democrático da cultura brasileira”[24]. Trata-se de uma época de clara hegemonia do Partido Comunista nos campos das artes, da cultura e do jornalismo. Sônia Virgínia entende que havia um paradigma dominante, a ponto de se constituir em uma “cultura oficial de esquerda, embebida numa sociologia racionalista e nas visões clássicas das esquerdas”[25]. O “núcleo democrático” de que fala Faro não deve ser entendido, portanto, como adepto da democracia formal, vista até com reservas, dada a permanência das práticas estalinistas do PC, e de suas concepções leninistas. O que define o seu conteúdo democrático é muito mais a adesão a ideais de participação, de conhecimento do Brasil real, de resistência ao golpismo e combate ao que se entendia como “fascismo” de Carlos Lacerda, da crença no discernimento do povo. Marco Aurélio Garcia explica a hegemonia do PC nos campos cultural e artístico mesmo depois de ter perdido, há muito tempo, importância no campo político, pela afinidade entre as concepções dualistas do PC, entre as quais a da necessidade de modernização (dos setores sociais considerados arcaicos), e a proposta de modernidade que alimentou as artes e cultura

no Brasil. Mesmo depois da formação da dissidência do PC influenciada por Marighela, a direção do partido manteve a linha de "resistência democrática" e coerentes com essa linha, jornalistas importantes ligados ao PC, produziam o jornal clandestino Notícias Censuradas. Um de seus editores era o jornalista Milton Coelho das Graças, famoso no Rio de Janeiro por suas polêmicas com Carlos Lacerda, antes do golpe[26].

Nesse período, a revista CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, ao mesmo tempo em que vocalizava as posições do PC frente ao golpe, dava início à exegese dessa *cultura oficial de esquerda*, de todo esse imaginário construído em quase duas décadas de efervescência. Iniciou-se a análise do significado do golpe, a autocrítica de seus fracassos, que desembocaria na crítica ao populismo e à razão dualista do PC. Mas esse debate acabou sendo liderado pela esquerda dissidente do PC, que se proclamava não reformista, e pela nova organização de esquerda chamada POLÍTICA OPERÁRIA, através da revista REVISÃO, publicada pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP em 1965, e depois pela TEORIA E PRÁTICA, ambas com a participação dos irmãos Emir e Éder Sader e de Ruy Mauro Marini em 1967.

NOTAS

1. Na primeira fase repressiva de 1964 a 1966, coincidindo com o governo Castelo Branco, são processadas 2.127 pessoas. São mortas quinze pessoas, a maioria militares e dirigentes sindicais. Cf. Arquidiocese de São Paulo, Brasil: Nunca Mais, 1986, p. 85. O número de mortos está em Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, 1983. A partir do AI-5 e coincidindo com o governo Médici (entre 1969 e 1974), há 4.460 denunciados em processos políticos.

2. Henrique Filho Henfil, OPINIÃO, 23/7/1976. São raros os casos de ditaduras militares como a brasileira, que inspiraram humor em grande escala, porque elas se valem da força bruta ao passo que o humor é uma forma espiritual de ultraje. Cf. Gregor Benton Joke, "The Origins of Political Humor in Society", em C. Powell & E. C. Paton (orgs.), Humour in Society: Resistance and Control, 1988.

3. Henfil, Conferência na Universidade Católica de Minas Gerais, 10/3/1971 (transcrição arquivo MM). O cartum e a charge são formas de expressão em que se criticam situações através do desenho; já a caricatura é um estilo de desenho caracterizado pela deliberada destruição das feições do retratado e por isso de efeito devastador e concentrado sobre pessoas.

4. Cf. Mário de Moraes, "O Último Suspiro", Revista de Comunicação, n. 20, nov. 1989.

5. Entrevista, 10/1/1990.

6. Paulo Francis, "Introdução", em Claudius, Jaguar & Fortuna, Hay Gobierno?, 1964.

7. "Minha primeira emoção plástica foi o lápis número 1, já minha maior emoção intelectual foi a história em quadrinho". OPINIÃO, 30/5/1975.

8. Sérgio Augusto, OPINIÃO, 30/5/1975.

9. Entrevista, 10/01/1990, Revista Imprensa, dez. 1988, pp. 54-71.

10. Depoimento de Millôr em OPINIÃO, 30/5/1975.

11. Entrevista, 11/1/1990. Millôr orgulha-se também do rigor com que trata patrões, pelos quais nutre desprezo.

12. Idem, ibidem.

13. Luís Carlos Maciel, Anos 60, 1987, p. 27.

14. "Prefácio", em Millôr Fernandes & Flávio Rangel, Liberdade, Liberdade, 1965.

15. Entrevista em 11/1/1990. Ver esse especial de dez páginas em O CRUZEIRO, de 5/10/1963.

16. Idem, ibidem. Nessa entrevista Millôr insiste em que não precisava lançar a revista, pois estava envolvido em muitos outros projetos, e que os amigos é que o empurraram.

17. Segundo Millôr Fernandes, essa prisão pode ter sido traumática, determinando o afastamento de Claudius do Brasil.

18. "O esforço era tão gigantesco que quando fechou senti um alívio", disse Millôr em entrevista, 11/1/1990. "Millôr estava louco para ser fechado; a polícia apreendeu o número 8 em Niterói e ele aproveitou", disse Ziraldo em entrevista, 11/1/1990. Millôr faria provocações semelhantes em O PASQUIM. Cf. Ivan Lessa, entrevista com o autor em Londres, 1992.

19. Entrevista com Millôr, 11/1/1990. Ele se refere ao relatório do Centro de Informações do Exército (CIEX) sobre a imprensa alternativa, que pode ser lido em Sérgio Caparelli, Comunicação de Massa sem Massa, 1982, p. 115.

20. "Editorial", Carta Econômica Brasileira, n. zero, nov. 1964.

21. Cf. Paulo Francis, Folha de S.Paulo, 27/10/1990.22. Entrevista com Jarbas Hollanda, 23/6/1990. Ver também Sérgio Augusto, "O Jornal Exterminado por Decreto", Revista Imprensa, set. 1991, p. 22.

23. Poerner foi preso em 1970, exilando-se em seguida, na Alemanha. Seu livro PODER JOVEM, também editado pela CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, em 1968, sobre a participação política dos estudantes, foi proibido pelo governo. Ver Pedro Celso Uchôa Cavalcanti & Jovelino Ramos (orgs.), Memórias do Exílio, 1976.

24. J. S. Faro, "Raízes Culturais da Imprensa Contemporânea", Vozes, vol. 71, n. 67, ago. 1977.

25. Sônia Virgínia Moreira, "As Alternativas da Cultura", em Maria Amélia Mello (org.), Vinte Anos de Resistência – Alternativas da Cultura ao Regime Militar, 1986, p. 34.26. Cf. Victor Gentilli, entrevista, maio 2001. Outros editores do Notícias Censuradas foram Marco Antonio Tavares Coelho, Carlos Maranhão e Jairo Régis. As declarações de Marco Aurélio Garcia deram-se em entrevista ao autor, jan. 1991.

O FASCÍNIO DA GUERRILHA

"[...] o dever de todo revolucionário é fazer a revolução [...]."

Fidel Castro*

JORNAIS PARA ORGANIZAR O FOCO

Um novo imaginário manifestou-se na imprensa alternativa através do semanário AMANHÃ, lançado em São Paulo em março de 1967, do semanário carioca PODER JOVEM e do pequeno jornal PIQUETE, distribuído durante a greve de Contagem, em Minas Gerais, ambos em 1968. Nascido do triunfo da Revolução Cubana, impulsionado pela decisão de Fidel Castro de romper o bloqueio de Cuba através de uma revolução continental na América Latina e por uma nova concepção de revolução, a "teoria do foco", de Régis Debray, esse imaginário cativou as dissidências do PC e de outros partidos de esquerda, formadas no movimento estudantil principalmente. Crescia nos meios estudantis a convicção de que o *imperialismo* havia entrado em crise terminal e de que toda a América Latina estava em tempos de revolução. "Todos sentem que... a revolução bate às portas"[1]. E havia pressa: "Corremos o risco de chegar atrasados, a revolução vai ocorrer e vamos ficar de fora"[2].

> *Desde 1965, começaram a se formar novos grupos, bem fechados, no interior do movimento estudantil para discutir as idéias de Regis Debray difundidas por Temps Modernes, a revista dirigida por Jean Paul Sartre, e pela revista cubana Casa de las Américas. Entre eles, os futuros criadores do jornal alternativo PIQUETE, que se reuniram em torno de uma vontade comum: ser revolucionário. Quase todos tinham origem na pequena*

burguesia, sendo a maioria estudantes universitários. Fizeram-se reuniões do agrupamento e um objetivo foi posto: "os companheiros deveriam conhecer a teoria e a prática das organizações de esquerda, então existentes, ao mesmo tempo em que deveriam desenvolver sua própria formação política e sua transformação ideológica [...]."[3]

Em meados de 1967, com dissidentes da POLOP, esses jovens formaram o Colina (Comando de Libertação Nacional), e no ano seguinte distribuiriam um pequeno jornal para operários, PIQUETE, e uma revista teórica, AMÉRICA LATINA, com textos de Régis Debray e Che Guevara[4]. Atuaram na greve de Contagem de 1968. De Belo Horizonte sairia depois um dos maiores contingentes de quadros da imprensa alternativa, como já vinham saindo quadros da imprensa convencional, grandes escritores e humoristas[5]. Entre eles, egressos do Colina. Participariam, depois, e decisivamente, de OPINIÃO, MOVIMENTO, EM TEMPO e de um dos maiores alternativos regionais, o DE FATO.

Dos jornais lançados já sob influência do imaginário da guerrilha, o mais importante foi AMANHÃ, apoiado numa frente de partidos de esquerda que controlava o Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. No AMANHÃ constituiu-se o núcleo dirigente que, sob a liderança de Raimundo Rodrigues Pereira, viria a fundar vários dos mais importantes jornais alternativos, dos quais, por sua vez, surgiram outros jornais e grupos dissidentes. E foi em AMANHÃ que se criou o mecanismo de frente jornalística, pelo qual vários partidos de esquerda, mantendo seus jornais clandestinos ou de partido, unem-se na sustentação de um jornal, produzido sob padrões técnicos do mercado, voltado não só aos seus militantes, mas também a um público externo e distribuído nacionalmente.

AMANHÃ morreu quando a frente se dissolveu, em meio a lutas que mais lembravam embates militares do que disputas estudantis. Vivia-se a antevéspera da guerrilha. Naqueles dias era comum grupos da esquerda estudantil *expropriarem* mimeógrafos uns dos outros. Mas nada se compara, na história da luta das esquerdas pelo controle de aparelhos gráficos, ao grande assalto da ala estudantil do PC às gráficas do cursinho da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, duas semanas antes do Natal de 1967. Os atacantes, mais de quarenta, reuniram-se em grupos, através de senhas, cada pelotão com seu comandante. Muitos trajavam blusões de couro, apesar do alto verão. "Já era um treinamento para a guerra de guerrilhas"[6]. Conseguiram ocupar quatro unidades do cursinho. Reagrupada no prédio que não havia *caído*, a POLOP ainda resistiu três meses[7].

Com grande prestígio no meio universitário, caminho obrigatório para um vestibular bem sucedido na Faculdade de Filosofia, uma verdadeira potência econômica, o cursinho era a principal fonte de receita do grêmio estudantil e possuía uma gráfica completa. O PC não admitia que tudo isso permanecesse sob controle da POLOP, depois de a haver derrotado na eleição para o Grêmio. Nessas eleições, a ala estudantil do PC, a caminho de se tornar a *dissidência do PC*, aliou-se à dissidência estudantil do PCdoB, chamada Ala Vermelha, e juntos derrotaram a coalizão da Ação Popular (AP) com a POLOP. "Suspeitavam que, com o dinheiro do cursinho, a POLOP financiava a implantação de um foco de guerrilha"[8]. A solução foi tomar de assalto suas instalações.

Assim se completou o "racha" entre a POLOP e a AP de um lado, e as dissidências do PC e do PCdoB de outro, que meses antes havia posto fim ao AMANHÃ. Desde o AMANHÃ até o EM TEMPO, dez anos

depois, a história das frentes jornalísticas, formadas por partidos da esquerda clandestina para dar sustentação a jornais alternativos no espaço legal, foi uma sucessão de "rachas" e golpes de força, fundados numa concepção sectária da prática política, por sua vez legitimada por um preciosismo teórico. Cada grupo defendia táticas e estratégias diferentes para a "revolução brasileira", "quase todas coerentes, desde que aceitos certos postulados [...]"[9]. Assim, cada partido se julgava dono da verdadeira e única resposta, o único *partido verdadeiro*[10], qualificado para o papel de guia dessa revolução.

O NASCIMENTO DA FRENTE JORNALÍSTICA

Em 1967, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, na rua Maria Antonia, havia se constituído no mais importante laboratório de idéias e de ação política do Brasil pós-1964. Lá "discutia-se com mais intensidade e profundidade do que em centenas de seminários [...] a natureza do processo histórico (que estava sendo vivido) [...] como caracterizar o regime militar [...] causas e implicações históricas do golpe [...]"[11]. Ali surgira, em 1961, uma *nova esquerda*, a Organização Marxista-Leninista POLÍTICA OPERÁRIA, ou POLOP, cujas lideranças mais importantes eram Éder Sader, Emir Sader e Teotônio dos Santos, e com um jornal, semiclandestino, chamado POLÍTICA OPERÁRIA[12]. Depois do golpe, através do Grêmio estudantil da Faculdade de Filosofia, o único do país sob seu controle, a POLOP lançou, a partir de maio-junho de 1965, a revista REVISÃO, que discutia o papel do estudante e do intelectual.

Com o rápido crescimento do movimento estudantil em 1966, principalmente a partir das passeatas de setembro daquele ano, as *setembradas*, as palavras de ordem específicas, contra o acordo MEC-USAID e o ensino pago, foram se transformando em palavras de ordem contra a ditadura. Em 1967, a Maria Antonia já era uma mini-Nanterre, em pé de guerra contra a ditadura militar. A ala estudantil do PC, liderada pelo estudante de física José Arantes de Almeida, entrou em um processo de radicalização que, sob a influência das palavras de ordem guevaristas, a transformaria, primeiro, em dissidência e, depois, em contingente da Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella.

Apesar de suas divergências táticas e estratégicas, e de se combaterem mutuamente, todas as organizações acabaram aderindo à luta armada. Até mesmo a AP, que criticara a forma como vinha sendo colocada a proposta de luta armada, dizendo ser "um erro o movimento estudantil querer substituir o movimento popular". A POLOP também outorgava ao movimento estudantil apenas um *papel auxiliar* na luta contra a ditadura, através de lutas por reivindicações específicas. Mas lançava ações relâmpagos cada vez mais ousadas, que pelo seu estilo desembocariam na proposta de luta armada[13].

> *AMANHÃ faz parte desse processo de radicalização que deu origem à dissidência. Houve uma intenção de cooptar a POLOP, o que realmente acabou ocorrendo, porque ela dirigia o cursinho, de onde vinha todo o dinheiro. José Roberto Arantes também queria atrair outros quadros e AMANHÃ foi um instrumento para essa atração e, depois, para a afirmação do grupo [...]*[14].

Além da POLOP e da dissidência do PC, participavam do AMANHÃ a dissidência estudantil do PCdoB (Ala Vermelha) e alguns jornalistas trotskistas e independentes. "A proposta do jornal foi do partidão; o miolo

da idéia surgiu de Antônio Benetazzo, que procurou Claudio Tozzi para fazer o projeto gráfico e convenceu o (líder da dissidência) José Roberto Arantes. O Arantes tomou a iniciativa de lançar o jornal"[15].

Mas a decisão política de fazer o jornal só foi possível porque havia simultaneamente uma articulação jornalística com o mesmo objetivo. Um projeto de jornal de combate à ditadura, proposto por Raimundo Rodrigues Pereira – amigo de José Arantes e que, como ele, havia sido expulso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) durante o golpe e acolhido pelo curso de física da USP. Raimundo Pereira era então mais próximo da POLOP e seu projeto de jornal acabou fazendo a ponte POLOP-dissidência do PC.

O LÍDER JORNALÍSTICO

Raimundo Rodrigues Pereira tinha 26 anos quando foi preso e expulso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos com outros estudantes, no calor do golpe militar de 1964, por suas atividades políticas. Foi acolhido pelo Instituto de Física, um dos mais politizados da Universidade de São Paulo, em que além da influência de cientistas de prestígio ligados ao Partido Comunista, como o professor Mário Schemberg, havia fortes núcleos de organizações clandestinas. Dali surgiriam, nos anos seguintes, muitos quadros dirigentes dos grupos de luta armada[16]. Raimundo havia sido um dos mais populares alunos no ITA, onde além de fazer teatro, havia editado um boletim estudantil, revelando aptidão jornalística excepcional.

Era igualmente intensa a vida política no ITA, onde além do PC, POLOP e AP, ainda predominava a antiga JUC, Juventude Universitária Católica[17]. Raimundo tinha, em cada momento, definição clara de seus objetivos pessoais, e obstinação, o que, junto com seu gregarismo, lhe dava grande capacidade de liderança e de persuasão. Passou a militar no PC e, depois, na Polop[18]. Em São Paulo, confirmando sua vocação jornalística, escrevia para a revista Médico Moderno, a convite do jornalista e ex-militante trotskista, Ítalo Tronca.

Assim, já como jornalista free-lancer, enquanto terminava sua graduação no curso de física, Raimundo começou a discutir um projeto de jornal com Ítalo Tronca, Luís Eduardo Merlino (militante da Ala Vermelha) e Antonio Carlos Ferreira (estudante do curso de arquitetura). A eles se juntou, depois, Bernardo Kucinski, outro estudante do curso de física. Raimundo acabou sendo formalmente convidado por José Arantes para editar AMANHÃ, "apesar de alguma resistência da alta direção do PC, que o considerava muito ligado à POLOP"[19]. Ao grupo inicial, sob sua liderança, juntaram-se militantes estudantis da Ala Vermelha e do PC, o artista gráfico Carlos Takaoka e o militante da POLOP Ricardo Maranhão, quase todos futuros protagonistas também de OPINIÃO e MOVIMENTO.

ENTRE A ORTODOXIA E A GUERRILHA

AMANHÃ foi produzido por estudantes ativistas políticos para ser lido por uma classe operária desarticulada pela repressão. Adotou uma linguagem facilitada, para esse público-alvo, sob clara influência do estilo do JORNAL DA TARDE, surgido um ano antes. Com frases curtas e fluentes, idiomáticas, sem o ranço que caracterizaria tantos jornais alternativos, as manchetes do AMANHÃ fazem perguntas ao leitor, ou convidam ao diálogo direto. Os textos são curtos, e há forte presença da

técnica de reportagem.

A partir de uma demarcada visão de classe, AMANHÃ alertava os operários sobre o processo então em curso de desmantelamento de suas garantias de emprego, na consolidação da nova ordem econômica: "VEJA OS GOLPES DO FUNDO" e "NÃO CAIA NO FUNDO" eram manchetes sobre a introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A denúncia do Fundo de Garantia ocupou quase todas as seis edições do jornal. A última edição tinha como manchete "DEDOU 1.800 DE UMA VEZ SÓ", a história de como os pelegos sindicais Hermeto Dantas e Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), interventores no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, delataram às autoridades centenas de trabalhadores e líderes sindicais. Foi decisiva, nessas reportagens, a colaboração de Antônio Félix Nunes, redator sindical de NOTÍCIAS POPULARES, em que sofria um processo de crescente marginalização[20]. AMANHÃ tinha seções de esporte, cultura, notas internacionais e uma seção de popularização da ciência, baseada em reportagens. Do Rio de Janeiro, foi assegurada a colaboração regular de Otto Maria Carpeaux, já então cerceado na grande imprensa, de Nelson Werneck Sodré, Jaguar e Fortuna. Os humoristas tinham gavetas cheias de desenhos que a imprensa convencional não publicava e davam esses desenhos de graça para AMANHÃ.

Do projeto gráfico de Cláudio Tozzi, em branco e preto e com o logotipo em vermelho, resultou um tablóide ao mesmo tempo agradável, forte e simples. Ao destacar uma única manchete na primeira página, obtinha-se clareza de comunicação – apesar da deficiência da impressão a quente, técnica já superada naquela época. AMANHÃ tinha existência legal, sendo impresso na gráfica de O Dia, jornal de propriedade do ex-governador Ademar de Barros, em nome do Grêmio da Faculdade de Filosofia. Era distribuído semanalmente em bancas selecionadas, no centro de São Paulo, inclusive às portas do Sindicato dos Metalúrgicos, e em algumas bancas do Rio de Janeiro, por intermédio de antigos colegas de Raimundo dos tempos do ITA. Nesse esquema, estão contidos todos os elementos dos futuros grandes jornais da imprensa alternativa produzidos por Raimundo Pereira, inclusive a atuação decisiva de seus amigos do ITA. AMANHÃ foi sucesso imediato. O número 1 circulou na primeira semana de abril de 1967 e vendeu sete mil exemplares.

Apesar de circular abertamente, AMANHÃ vivia o clima da clandestinidade. Seu núcleo dirigente e seus redatores tomavam cuidados típicos da atividade política clandestina, sob o permanente temor à repressão. Por isso, com a exceção de nomes consagrados, como Carpeaux, os artigos e reportagens não eram assinados. A redação funcionava precariamente, semi-clandestina, no andar superior de um velho casarão que sediava o TUSP (Teatro Universitário da USP), na região da Avenida Paulista, e só era conhecida pelos colaboradores mais próximos. Finalmente, agentes do DEOPS impediram a impressão da edição número 6 na gráfica de O Dia e prenderam Antônio Martins Rodrigues durante 24 horas. Avisada pelo telefonema de um funcionário de O Dia, a redação removeu seus equipamentos da sede. A direção do TUSP pediu que o jornal não funcionasse mais ali. E Martins conseguiu imprimir apenas uma pequena parte dessa edição em outra gráfica, pois já havia ordens em contrário da polícia. Assim acabou o jornal AMANHÃ, aparentemente vítima da repressão[21].

Na verdade, como aconteceria depois com outros jornais alternativos, a ação policial apenas precipitou o fim do AMANHÃ, que já estava envolto

em divergências internas insanáveis entre o PC e a POLOP, em virtude do que não se insistiu em sua publicação. No centro das divergências que levaram ao rompimento da frente jornalística, estava um encarte sobre guerrilhas na América Latina e em outras partes do terceiro mundo. Mais do que um exercício jornalístico, o encarte era uma proposta dissimulada de luta armada que conflitava com a linha editorial geral, voltada à conscientização do movimento operário. Refletia o crescente guevarismo e o debraysmo, que tomavam de assalto os corações e mentes do movimento estudantil, a começar pela POLOP. "Quando o Che reaparecer, não será exagero afirmar que ele estará à frente de um movimento de guerrilhas como chefe político e militar indiscutível [...]", anunciava AMANHÃ em seu número 6, reproduzindo um discurso de Fidel Castro publicado pelo LE MONDE[22].

> *"A POLOP me chamou para fazer o caderno especial de guerrilha, para trazer ao jornal a idéia da luta armada. O pessoal da direção do partidão via com descontentamento essa conversa de luta armada. Dava-se um confronto entre POLOP e PC, e também um confronto entre duas facções do PC: a ala estudantil, que ia virar dissidência e ainda não sabia disso, e a direção do partido. Como o jornal fez sucesso, a briga sectária aumentou. Assim, quando o DOPS apareceu e apreendeu alguns exemplares, o jornal simplesmente acabou. Aparentemente era por causa da repressão, mas, na verdade, foi porque se havia rompido a aliança POLOP-PC [...]*[23]*.*

> *"O partido tinha investido em infra-estrutura e cobrava outra linha. Aí o Joaquim Câmara Ferreira designou um senhor de idade, um velhinho cujo nome não recordo, para tentar nos convencer a mudar de linha. A idéia do Joaquim Câmara era a de que o jornal não se estreitasse, mas o velhinho aderiu à dissidência [...]*[24]*.*

Além de propor a luta guerrilheira, o guevarismo se constituía numa crítica aos partidos comunistas tradicionais, acusados de imobilistas e reformistas. O PC, em particular, era acusado por Marighella de reboquismo e perda do sentido de classe. Ironicamente, a ala estudantil do PC, após romper sua aliança com a POLOP, pondo fim à frente jornalística do AMANHÃ, por pressão da direção do PC, acabou por aderir ela mesma à luta armada, rompendo com essa direção do PC e proclamando-se dissidência. O próprio Joaquim Câmara seria o braço direito de Marighella na ALN.

GRÊMIO INFORMA

Quando o Grêmio da Faculdade de Filosofia decidiu lançar um novo jornal, GRÊMIO INFORMA, voltado apenas aos estudantes, no início de 1968, valeu-se basicamente da mesma equipe do AMANHÃ. Entre seus dirigentes estava José Dirceu, apoiado pela ala estudantil do PC, apesar de não ser membro do partido. A ala estudantil estava em pleno processo de "racha" com o Comitê Central e formação da dissidência estudantil do PC. Através do GRÊMIO INFORMA, venceu uma luta difícil contra a AP pelo controle do movimento estudantil em São Paulo. Raimundo Pereira, de início não participou do GRÊMIO INFORMA, atribuindo o fechamento do AMANHÃ a "erros do PC"[25]. Mas, após as primeiras edições, voltou à equipe, convencido por Luís Eduardo Merlino. Produziu, então, uma edição de GRÊMIO INFORMA, de recepção aos calouros, tão primorosa e comunicativa que chamou a atenção de Paulo Patarra, editor da revista REALIDADE. Daí surgiria um convite para que ele escrevesse em Realidade[26].

Dissolvida a frente jornalística do AMANHÃ, Raimundo Pereira participou, com alguns outros colegas do jornal, como Ítalo Tronca e Luís Eduardo Merlino, da curta mas intensa experiência de jornalismo crítico da FOLHA DA TARDE, durante o agitado período pré-AI-5, sob a direção de Miranda Jordão, chefe de redação, e com Frei Betto na chefia de reportagem[27]. Raimundo escreveu também duas reportagens para a revista REALIDADE sob a orientação de Carlos Azevedo, um dos militantes da base da AP na revista, iniciando-se, nesse momento, seu processo de aproximação com a AP, que seria fundamental na constituição de OPINIÃO e MOVIMENTO. Também Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, o alto dirigente da AP e futuro condutor político do jornal MOVIMENTO, era nessa época jornalista da REALIDADE.

Foi para poder imprimir o novo jornal, GRÊMIO INFORMA, que a dissidência tomou de assalto as instalações do cursinho[28]. O GRÊMIO INFORMA era impresso nas máquinas planas da gráfica do cursinho e, por isso, se limitava ao tamanho ofício. Mas, apesar de ser menor que AMANHÃ, tinha alto padrão estético e editorial, com uma diagramação e arte baseadas no grafismo e no contraste branco e preto. Era distribuído no Rio de Janeiro por Franklin Martins e Vladimir Palmeira. Circulou num período dramático, que começou com a morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, capa de uma edição extra do GRÊMIO INFORMA, de abril de 1968, quando também se deu a ocupação da Faculdade de Filosofia, e só terminou com o AI-5, no final daquele ano. Nesse intervalo, ocorreu também a revolta estudantil de Maio de 1968 na França, e deu-se a derrota das últimas tentativas de resistência do movimento operário ao projeto econômico do regime autoritário, com a repressão às greves de Osasco (em abril) e Contagem (julho). O ciclo fechou com o desbaratamento do Congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna e a adesão à luta armada tanto dos estudantes da Faculdade de Filosofia como de algumas das lideranças operárias derrotadas nas greves[29].

"O SOL NAS BANCAS DE REVISTAS..."

PODER JOVEM, em tamanho *standard*, foi lançado por jornalistas e artistas de prestígio do Rio de Janeiro, entre os quais, Dedé Gadelha, mulher de Caetano Velloso, Ana Arruda, Zuenir Ventura, Ziraldo, Henfil, recém-chegado de Minas Gerais, e Reinaldo Jardim, o autor da reforma gráfica do JORNAL DO BRASIL. Propuseram ao dono do Jornal dos Sports, Mário Júlio Rodrigues, o lançamento de um suplemento político e cultural, semanal, denominado O Sol. Seria mais uma tentativa de ampliar vendas, numa época em que o jornal passava por dificuldades financeiras e fazia muitas experimentações jornalísticas. Mas, sem que muitos desses jornalistas soubessem, o projeto foi encampado, desde o início, pelo MOVIMENTO Nacionalista Revolucionário (MNR). Esse grupo surgiu do movimento dos sargentos e marinheiros liderados por Leonel Brizola, que, já em 1964, tentara uma guerrilha no Rio Grande do Sul, com apoio financeiro de Cuba. Em 1966, enquanto Che Guevara estava chegando à Bolívia, tentaram fixar três focos guerrilheiros, dos quais apenas conseguiram um, por algumas semanas, na Serra de Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo, desarticulado em abril de 1967[30]. Seus remanescentes, sob o nome de MNR, aproximaram-se do grupo de artistas, jornalistas e intelectuais cariocas engajados na discussão de um jornal que "fosse uma escola de jornalismo"[31].

Era um projeto político do MNR para atrair jovens e organizar uma nova guerrilha, mas muitos dos participantes de O Sol nem sabiam disso. Eu fui recrutado lá dentro. O MNR já tinha feito a primeira guerrilha e estávamos nos organizando para outra... houve grande influência da revolução cubana. Resolvemos nuclear jovens, utilizando o jornalismo. Venderam a idéia ao dono do jornal argumentando que os leitores de esporte tinham que comprar um segundo jornal para se informarem de outros assuntos. Em vez disso, o leitor teria uma revista semanal, com todas as notícias. Montaram um concurso, no qual escolheram não só bons jornalistas, mas também os que tivessem certas definições políticas[32].

"Zuenir Ventura mostrou como é que se deveria escrever e logo caiu fora"[33]. Mas o projeto pegou. O Sol alcançou grande impacto no meio jornalístico, especialmente pela audácia de sua diagramação, ora concretista, ora psicodélica, pela sua linha editorial, de crítica ao janguismo pela esquerda. "JANGO TRAIU VARGAS", foi uma das manchetes. O jornal circulou em plena articulação da Frente Ampla.

Apesar de seu relativo sucesso, a elevação de custos acarretada pela produção de um suplemento de tal qualidade fez parte dos sócios da empresa exigir seu fim, "inclusive porque era muito contestador"[34].

Desde o início, O SOL foi objeto de relatórios detalhados do DOPS carioca e do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), que apontavam para o "perigo que representava, tendo em vista a penetração de um jornal de esportes o jornal nas camadas populares". Os relatórios mencionaram o "curso de jornalismo orientado por Carlos Heitor Cony, e cujos alunos em sua maioria foram escolhidos entre estudantes sem experiência, mas nunca detectaram vínculos com o MNR. "Até o momento ainda não se definiu claramente sua tendência política", diz um dos relatórios.

Em novembro de 1967, o Jornal dos Sports parou de distribuir os encartes do O Sol e também do Cartum JS, produzido por Ziraldo, pondo fim a essa experiência rara de jornais alternativos embutidos dentro de um jornal convencional. Mas O Sol ainda sobreviveu como diário autônomo até janeiro de 1968, e depois como semanário até novembro. Ziraldo atribui o fechamento do O Sol ao dramaturgo Nelson Rodrigues, irmão do proprietário[35].

Na seqüência, a mesma equipe – com a ajuda do advogado, depois deputado federal, Pedro Paulo Lomba – criou o alternativo PODER JOVEM, semanal, com oito páginas. "Em O Sol queríamos a revolução; PODER JOVEM era mais alegre, menos revolucionário"[36]. Saíram quatro edições no mesmo tamanho *standard* de O Sol, em fevereiro de 1968. Tinha como editora Ana Arruda e, como secretário, Galeno de Freitas. Na equipe, ainda, Reinaldo Jardim, Martha Alencar, Maria José Lourenço e Jorge Pinheiro. Todos, nomes que apareceriam em outros jornais alternativos[37]. Cada capa de PODER JOVEM era um pôster, desenhado por um artista gráfico: a própria Martha Alencar, Ziraldo, então no apogeu de sua criatividade, Fortuna.

Todos esses jornais alternativos da primeira fase pós-golpe foram efêmeros. Os projetos mais importantes só seriam retomados após a derrota da proposta de luta armada. O envolvimento dos jovens nesta proposta teria implicações profundas no fazer jornalístico, tanto o alternativo como o convencional. Nas concepções dos grupos que foram surgindo do interior de cada uma das correntes de esquerda, era "necessário estabelecer uma fronteira rígida entre a organização político-militar e as organizações de massa"[38]. Com zelo jesuítico, os ativistas mineiros levariam essa prática ao extremo da perfeição nos diversos jornais alternativos em que atuaram

como quadros decisivos.

Quanto ao jornalismo convencional, condicionavam-no a critérios de segurança, principalmente após agosto de 1967, quando Carlos Marighella voltou da I Conferência da OLAS, realizada em Havana, com o projeto de detonar a luta armada. Muitos jornalistas adotaram a técnica do baixo perfil, para não pôr em risco sua atividade clandestina. Especialmente após o AI-5, passaram a considerar a atividade política prioritária em relação à jornalística, vista como "uma profissão qualquer com uma única particularidade, a de potencializar a ação política"[39]. Típica dessa concepção foi a diretiva da AP aos seus jornalistas da REALIDADE, para que abandonassem o jornalismo e se misturassem ao povo[40].

Em maio de 1968, Marighella lançou o seu boletim clandestino O Guerrilheiro, conclamando à luta armada. A Ação Popular lançou seu jornal clandestino Libertação, enquanto discutia sua fusão com o PCdoB, que por sua vez instalava as bases da guerrilha do Araguaia. Derrotado o movimento estudantil em Ibiúna, sua liderança, da AP, adere ao imaginário guerrilheiro na versão chinesa da *guerra popular prolongada*. A existência dessas propostas reforçou no interior do estamento militar a dinâmica já acelerada de golpe dentro do golpe, que acaba vitoriosa através do AI-5, em dezembro de 1968, pondo fim às ambigüidades do regime e instaurando um autoritarismo forte. Na cultura das esquerdas, reforça o apelo à luta armada: não cair na clandestinidade passa a ser considerado um sinal de fraqueza. Os militantes eram instruídos a não se exporem, para se preservarem antes e depois da passagem à clandestinidade[41].

NOTAS

* Segunda Declaração de Havana, 4/1/1962, em Fidel Castro, Discours de la Revolution, 1966, p. 122.

1. De um dos líderes da POLOP do Rio de Janeiro na época, Moniz Bandeira. Cf. Moniz Bandeira. Caminho da revolução brasileira. Rio de Janeiro, Melso, 1962.

2. Raciocínio formulado por Manoel Lisboa de Moura, fundador do PCR em 1966 a partir de uma dissidência do PCdoB. Cf. Jair Borin, entrevista, 11/9/1990. Alguns membros do grupo tentaram se juntar à coluna guerrilheira de Che Guevara. Manoel Lisboa foi assassinado no cárcere. Ver Régis Debray, Revolution in the Revolution, 1968.

3. Documento Colina, 1962, arquivo Brasil Nunca Mais.

4. Cf. Daniel Reis Filho & Jair Ferreira de Sá, Imagens da Revolução, 1985.

5. Esse papel extraordinário de Minas Gerais como fornecedor de quadros pode ser explicado pelo grande potencial dos filhos de suas elites tradicionais, educados em bons colégios religiosos, e que não encontravam posteriormente campo de realização em Minas que era, por sua vez, vizinha dos três maiores centros de produção cultural, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

6. Defrontando-se com uma inesperada reação dos alunos, convocados às pressas pelos professores ligados à organização da *nova esquerda* POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP), tiveram que recuar. Mas atacaram de novo, na tarde do dia seguinte. Entrevista com José Eli da Veiga, 27/6/1990.

7. Entrevista com Antônio Martins Rodrigues, um dos comandantes da operação, 24/6/1990.

8. Entrevista com José Eli da Veiga, 27/6/1990.

9. José Eli da Veiga, A Reforma que Virou Suco, 1980, p. 14.

10. A concepção de que há um partido verdadeiro e de que os outros, portanto, são falsos, formulada por Stalin, assemelha-se à de que há um só Deus verdadeiro. Note-se que como Deus, nos textos sagrados, Partido está sempre grafado em maiúscula nos textos partidários.

11. José Eli da Veiga, A Reforma que Virou Suco, 1980, p. 14.

12. A POLOP fez a crítica do PC, propondo o caráter socialista da revolução brasileira. Cf. João Roberto Martins Filho, MOVIMENTO Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968, 1987, p. 194. Essa concepção influiu no futuro "racha" do jornal MOVIMENTO, em 1977. A POLOP alcançou importância intelectual e teórica desproporcional à sua força política. É difícil, no entanto, defini-la ideologicamente, exceto por um claro anti-stalinismo, que a aproximava, por um lado, do trotskismo e, por outro, da ortodoxia leninista.

13. Cf. João Roberto Martins Filho, MOVIMENTO Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968, 1987, pp. 172-174.

14. Entrevista com Ricardo Maranhão, 23/3/1990.

15. Entrevista com Antônio Martins Rodrigues, 24/6/1990. Antônio Benetazzo tornou-se depois dirigente do MOVIMENTO de Libertação Nacional (Molipo); em 30/10/1972, sob tortura foi assassinado no DOI-CODI, São Paulo. Cf. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, p. 53. Ver capítulo "Apogeu e Declínio de OPINIÃO".

16. O próprio José Arantes e o também estudante de física Jeová de Assis Gomes entraram para o MOVIMENTO de Libertação Popular (Molipo), uma dissidência da ALN. Wilson Silva, um dos últimos quadros de direção da

ALN e que desapareceu em maio de 1974, foi também aluno do Instituto de Física nessa época. José Arantes foi assassinado em dezembro de 1971, após regressar clandestinamente de Cuba. Jeová de Assis Gomes foi assassinado por um comando da repressão ao assistir um jogo de futebol em Goiânia, em 9 de janeiro de 1972, também após regressar clandestinamente de Cuba. Cf. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, pp. 46, 72 e 121. Ver também Jacob Gorender, Combate nas Trevas, 1987, p. 203.

17. Entrevista com Pompillo Mercadante, à época diretor de relações externas do Centro Acadêmico do ITA, encarregado de estabelecer relações com a UNE, em 24/6/1990. Daquelas turmas do ITA saíram, entre outros, José Albuquerque Salles e Ulrich Hoffman, futuros dirigentes do PC, e Amir Kahir e Ceici Kameyama, futuros dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

18. Depoimento ao autor, fevereiro de 1991.

19. Entrevista com Antônio Martins Rodrigues, 24/6/1990.20. Nunes não podia ser demitido porque tinha mais de dez anos de casa, mas o impediam de escrever. Posteriormente, foi o criador da figura de João Ferrador, dos boletins do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

21. Entrevista com Antônio Martins Rodrigues, 24/6/1990.

22. AMANHÃ, n. 6, 4 a 10/5/1967, p. 14.

23. Entrevista com Ricardo Maranhão, 23/3/1990.

24. Entrevista com Antônio Martins Rodrigues, 24/6/1990.

25. O PC quis cortar o Raimundo do AMANHÃ. Cf. entrevista com Antônio Martins Rodrigues, 24/6/1990. Raimundo Pereira não endossa essa versão. Depoimento, fev. 1991.

26. Entrevista com Raimundo Pereira, jan. 1991.

27. Nesse momento, Frei Betto está ligado ao grupo de Marighella. Cf. Frei Betto, Batismo de Sangue, 1982.

28. Entrevista com Antônio Martins Filho, 24/6/1990.

29. Enquanto a dissidência cerra fileiras com a ALN de Marighella, surgem dissidências também no interior da POLOP, uma delas unindo-se a operários de Osasco e sargentos do MOVIMENTO Nacionalista Revolucionário (MNR) para dar origem à VPR, e a outra dando origem à Colina. Para o clima desse final de ciclo, ver Zuenir Ventura, 1968: O Ano que Não Terminou, 1988.

30. Cf. Jacob Gorender, Combate nas Trevas, op. cit.; Daniel Aarão Reis Filho & Jair Ferreira de Sá, Imagens da Revolução, op. cit..

31. Entrevista com Ana Arruda, 8/7/1991.

32. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990. Alguns participantes centrais d'O Sol e de seu sucessor, PODER JOVEM, nunca souberam de sua instrumentalização pelo MNR. Cf. entrevista com Eva Paraguassú, set. 1990.

33. Entrevista com Ana Arruda, 8/7/1991.

34. Em sua homenagem, Caetano incluiu em Sem lenço, sem documento, o verso: "O Sol nas bancas de revistas...". Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

35. Ver textos completos dos relatórios dos serviços de repressão em: Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 1999.

36. Entrevista com Ana Arruda, 8/7/1991.

37. Em 1970, uma parte dos militantes do MNR foi presa, e a outra, entre eles Jorge Pinheiro, exilou-se no Chile. Após um segundo exílio na Argentina, e a conversão ao trotskismo, Jorge Pinheiro e Maria José Lourenço voltaram ao Brasil em 1974 e fundaram o partido Liga Operária, cujos militantes tomaram o jornal VERSUS. Ver no capítulo "VERSUS: A Política como Metáfora".

38. Documento Colina, 1962, arquivo BNM.

39. Entrevista com Rui Falcão a Pamela Valente, nov. 1989, mimeo., arquivo BK.

40. Abriram uma exceção, permitindo a um deles trabalhar no ÚLTIMA HORA.

41. Cf. Jacob Gorender, Combate nas Trevas, op. cit.;e Rui Falcão, entrevista a Pamela Valente, nov. 1989, mimeo, arquivo BK.

INTERVALO PARA FAZER A REVOLUÇÃO

AÇÃO POLÍTICA E IMPRENSA ALTERNATIVA

Com o acirramento das manifestações de rua contra o regime militar entre 1967 e 1968, desaparecem os jornais alternativos da primeira fase inspirados na idéia da resistência democrática, na crítica ao grotesco do golpe e no nacionalismo. E com a eclosão das grandes greves operárias e da guerrilha urbana de 1968-1969, desaparecem os alternativos inspirados pelo imaginário da guerrilha. O PASQUIM só surgiria no final desse período, junho de 1969; passaram-se muitos meses mais até surgirem os alternativos seguintes. Essa alternância entre imprensa alternativa e atividade política direta sugere um modelo funcional da imprensa alternativa no Brasil, muito mais como substituta da ação política, do que como parte dessa ação. Ao contrário, portanto, do que ocorreu na Europa em 1968, quando a busca de formas alternativas de expressão fez parte essencial do processo de contestação política e protestos estudantis.

Fernando Reyes Matta, analisando a experiência latino-americana, diz que "não há imprensa alternativa sem um processo de dinâmica social em que amplos setores postulem objetivos e plataformas de ação"[1]. "Essa imprensa, chamada alternativa, forjou-se na prática das lutas sociais do Cone Sul da América Latina"[2], diz Sérgio Caparelli; são todas afirmações satisfatórias, mas não elucidam necessariamente o mecanismo formador da imprensa alternativa em cada momento. Pois, se a imprensa alternativa é parte e função das lutas sociais, como se explica seu quase-desaparecimento entre 1968 e 1969, período de recrudescimento das grandes manifestações de rua, seguidas da guerrilha urbana?

No surto alternativo brasileiro dos anos de 1970, a imprensa alternativa portadora de um projeto nacional articula-se às organizações de esquerda dentro de estratégias predominantemente defensivas, as estratégias possíveis numa ditadura. Por outro lado, o impulso decisivo da empreitada alternativa não foi o político, mas o jornalístico. E, nos momentos de grande comoção social, a grande imprensa reabre seus espaços críticos. Quando isso acontece, os jornalistas não procuram a alternativa. Há, portanto, uma interação complexa entre duas necessidades distintas: a do fazer político e a do fazer jornalístico, que tanto podem se somar como se anular. Na maior parte do grande arco de tempo que vai de 1964 a 1980 elas se somaram. No biênio 1968-1970, no entanto, assim como a partir de 1980, elas se anularam.

BREVE REABERTURA DE ESPAÇOS CONVENCIONAIS

As manifestações estudantis, que chegariam ao apogeu com a *passeata dos cem mil*, na Candelária, em junho de 1968, emocionavam a classe média, o que forçava a imprensa convencional a manter seus espaços abertos à cobertura crítica da repressão. Mesmo porque tratava- se de eventos espetaculares. E havia, num certo momento, a expectativa de que os militares poderiam ceder.

Enquanto a equipe de REALIDADE começava a sofrer pressões crescentes para moderar sua cobertura, tendo perdido já o grupo próximo à AP, entre os quais Narciso Kalili e Sérgio de Souza, destacavam-se cinco bolsões de jornalismo crítico: CORREIO DA MANHÃ; ZERO HORA, de Porto Alegre; a revista FATOS E FOTOS, dirigida por José Augusto Ribeiro, que acompanhava semanalmente, com fotos espetaculares e de

grande apelo emocional, os embates de rua entre a repressão e a massa estudantil; o vespertino paulista FOLHA DA TARDE, do grupo Folha, dirigido por Miranda Jordão, em que trabalharam Raimundo Pereira (após o fechamento do AMANHÃ), Paulo Sandroni, Ítalo Tronca, Luís Eduardo Menino e o próprio Frei Betto (após REALIDADE), como chefe de reportagem; a edição paulista do ÚLTIMA HORA, onde trabalhou por algum tempo Narciso Kalili (após sair da REALIDADE, e já como tarefa política da Ação Popular). No Rio de Janeiro, chegou a circular durante cinco meses, de agosto a dezembro de 1968, um novo diário, O Paíz, de linha editorial "patriótica e independente," publicado por um ex-funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Hedyl Rodrigues Valle, que se opunha ferozmente à política econômica implementada pelo ministro Roberto Campos, sob a égide dos militares.

FOLHA DA TARDE destacou-se não só pela cobertura dos protestos contra o regime militar no Brasil, como também pela cobertura das gigantescas manifestações contra a guerra do Vietnã e da revolução estudantil na França. Havia até uma competição pelo melhor jornalismo crítico, entre a equipe do FOLHA DA TARDE, em que era maior a influência da *nova esquerda*, e a de ÚLTIMA HORA, em que era mais nítida uma linha AP[3]. Também nessa fase, início de 1968, Mino Carta, um dos principais operadores do processo de *modernização*, baseado em veículos formalmente avançados e voltados a uma nova classe média, dá início ao processo de atração de jornalistas jovens para a formação da equipe da VEJA. Lançada em setembro, VEJA cobriu espetacularmente o congresso clandestino da UNE, em Ibiúna, tomado de assalto pelas forças da repressão no dia 12 de outubro.

NOVO FECHAMENTO: REPRESSÃO E EXPURGO

Com o AI-5 modificam-se as condições para o exercício do jornalismo crítico na imprensa convencional, mesmo naqueles projetos ditos modernos, recém-lançados pela Editora Abril. O AI-5 sinaliza às elites dominantes a etapa de consolidação da ditadura.

Na mesma semana do AI-5, Alessandro Porro, a pretexto de uma divergência editorial, obtém a demissão de dirigentes da REALIDADE. Começa o seu processo de declínio que vai até 1971. "REALIDADE deixava de ser a estrela da Abril. Precisava morrer por causa da VEJA, que era o grande investimento da empresa"[4]. Algumas semanas depois do AI-5, Antônio Aggio substitui Miranda Jordão na FOLHA DA TARDE, e a redação se dissolve[5]. A grande imprensa adapta-se rapidamente à nova situação, demitindo seus jornalistas mais combativos e críticos. Após dois atentados contra o CORREIO DA MANHÃ, o único órgão da grande imprensa que não se curvou ao regime, é preso por uma semana seu diretor-superintendente, Oswaldo Peralva, em dezembro de 1968. Em janeiro são presos o diretor Nelson Batista e a proprietária Niomar Muniz Sodré, caso único nas relações entre o regime autoritário e os barões da imprensa[6]. A edição do jornal é apreendida, a polícia ocupa sua sede por uma semana. Em março, o jornal pede concordata. Em setembro de 1969 é arrendado a terceiros.

O silêncio da imprensa é essencial ao sucesso da luta contra a guerrilha urbana, cujas ações espetaculares dominam todo o ano de 1969, culminando com o seqüestro do embaixador americano Charles Burke Ellbrick, em setembro. Nas torturas imediatas, logo no momento da prisão, para obter rapidamente endereços, nomes e pontos, baseia-se o combate à guerrilha urbana. Em junho de 1969 é criada a Operação

Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, uma operação conjugada da polícia política, das três forças armadas e de paramilitares, que se especializa na obtenção de informações pela tortura, embrião dos futuros DOI-CODI. A imprensa não só evitava a temática das torturas, mas ignorava também os processos políticos nas auditorias militares, para não retratar o preso político como vítima. Ao contrário das denúncias de tortura, logo após o golpe, e das revelações sobre a morte do sargento Raymundo Soares, no Rio Grande do Sul, em 1967, excepcionalmente destacadas pelo JORNAL DO BRASIL e pelo ÚLTIMA HORA carioca, a grande imprensa preferia agora a omissão. O pretexto é a censura esporádica através de bilhetinhos e ordens telefônicas – pois ainda não havia sido instalada a censura prévia regular. O motivo real era uma identificação de classe. Era como se a habitual tolerância das elites frente à tortura de suspeitos de crimes comuns, pela polícia, tivesse se estendido à tortura de presos políticos, desde que *terroristas*. Por isso, Álvaro Caldas diz que "quem pesquisar o que aconteceu no Brasil vai encontrar muito pouco ou quase nada nos jornais, notas oficiais, resumos de depoimentos nas auditorias, informações de órgãos de segurança comunicando prisões e mortes, com destaque apenas para notícias de seqüestros"[7]. Inicia-se nessa época a ascensão do JORNAL NACIONAL da TV GLOBO, com a monopolização do espaço informativo.

Restou como último espaço a ser fechado a revista VEJA, que após um lançamento desastroso, derrubando sua vendagem até um resíduo de apenas 18 mil exemplares, recuperou-se, graças à cobertura espetacular dos vôos à Lua, organizada por Raimundo Pereira. Dessa forma, Raimundo assumiu posição-chave na revista, trazendo para ela alguns dos antigos jornalistas do AMANHÃ, entre os quais Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca. Já em dezembro, com o AI-5, Raymond Cohen, diretor de planejamento da Editora Abril, havia recomendado aos Civita um corte na redação, alegando prejuízo potencial permanente de US$1 milhão por ano[8]. Mas a dinâmica da cobertura tornara-se irresistível. Já em 1969 VEJA se destacava com uma cobertura política relativamente crítica e que constrangia o regime. VEJA vivia uma contradição, pois tinha que dar retorno a um investimento gigantesco feito antes do AI-5, agora sob condições políticas modificadas. Sob a chefia de Raimundo Pereira e com a participação de Élio Gaspari e Dirceu Brizola, entre outros, a equipe política da VEJA noticiou, em detalhes, a crise da disputa sucessória entre a *linha dura* nacionalista, que apoiava o general Albuquerque Lima, e o Alto Comando, que apoiava o general Médici, incluindo a tomada secreta do voto da oficialidade.

Em dezembro de 1969, aproveitando uma frase inadvertida de Médici, de que seu governo não admitiria torturas, essa equipe, à qual se juntou Bernardo Kucinski, publicou duas reportagens em seqüência denunciando a tortura de presos políticos e anunciando a preparação de um dossiê nacional para ser entregue ao presidente[9]. Os jornais de circulação nacional, ao invés de acompanharem, deixaram VEJA isolada. No mês seguinte, a equipe teve que sair da revista. Fechava-se o último grande espaço para um jornalismo crítico[10]. Com duas das mais criativas equipes de jornalistas sem espaço na imprensa convencional, iria surgir o impulso da segunda geração dos alternativos. Da equipe da REALIDADE saíram basicamente os fundadores de BONDINHO, e da equipe de Raimundo Pereira na VEJA, os fundadores de OPINIÃO.

NOTAS

1. Fernando Reyes Matta, "La Comunicación Alternativa como Respuesta Democrática", em Comunicación y Democracia en América Latina, Lima ,Desco, 1982.
2. Sérgio Caparelli, "A Imprensa Alternativa Revisitada", Revista de Biblioteconomia & Comunicação, vol. 3, jan.-dez. 1988.
3. "Eles eram mais POLOP, nós éramos mais *guerra popular prolongada*". Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1990.
4. Entrevista com J. A. Granville Ponce a Patricia Liane João, out. 1989.
5. Entrevista com Ítalo Tronca, jan. 1990.
6. Niomar Muniz Sodré teria preferido fechar o jornal a juntar esforços com Samuel Wainer, cuja proposta nesse sentido ela teria respondido que "não se misturava com cafajestes". Samuel Wainer, Minha Razão de Viver, 1987.
7. Álvaro Caldas, Tirando o Capuz, 1981. p. 142.
8. Ulysses Alves de Souza, "A História Secreta de VEJA", Revista Imprensa, set. 1988.
9. Edições 66 e 67 de dezembro de 1969. Após saírem de VEJA, Kucinski e Tronca aproveitaram esse dossiê para redigir Pau de Arara: A Violência Militar no Brasil, primeiro livro sistemático de denúncia das torturas do regime, publicado por Maspero, Paris, em 1971, por intermediação de Luís Eduardo Merlino, e em nova edição corrigida e ampliada com notas de Flávio Tavares em 1972. Carlos Azevedo, com o mesmo material, redigiu o Livro Negro da Repressão, uma edição especial do jornal clandestino da AP, Libertação.
10. Sobre o episódio da saída de Raimundo e sua equipe de VEJA, ver uma versão rósea em "A História Secreta de VEJA", op. cit.. Raimundo Pereira contesta essa versão em carta à revista, datada 27/10/1988, mimeo., arquivo Raimundo Pereira.

OS JORNAIS DE RESISTÊNCIA

A CONSCIÊNCIA COLETIVA DA DERROTA

Com o esgotamento das lutas abertas e clandestinas contra o regime, simbolizado pela morte de Carlos Marighella em 1969, começou a ser erigido o universo simbólico pós-1964 em que a classe operária e intelectuais se tornaram iguais na condição de vencidos, nas palavras de Edgar de Decca[1]. Formou-se a consciência coletiva do golpe, como marco histórico, como divisor do tempo. E uma solidariedade que se foi consolidando na seqüência de novas derrotas, a morte de Carlos Lamarca em 1971, a silenciosa derrota da guerrilha do Araguaia em 1972, a dramática derrubada da Unidade Popular de Allende, no Chile, em 1973, quando se encerrou o ciclo da história instituído pelo imaginário da Revolução Cubana. Começou o tempo da baixa reatividade social frente ao arbítrio, do exílio de mais intelectuais e jornalistas, do exílio dentro do exílio – os brasileiros exilados no Chile e obrigados a fugir. E do nascimento dos primeiros grandes jornais alternativos.

MILAGRE ECONÔMICO E GRANDE IMPRENSA: O MODO COMPLACENTE

A euforia vivida pela classe média nutrida no milagre econômico forneceu à grande imprensa a justificativa de mercado para um jornalismo complacente, através de produtos de disseminação cultural, como os fascículos e as revistas de lazer, nos quais o jornalismo crítico era secundário. A visão triunfalista da economia baseada na mitificação do

crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) monopolizou o noticiário em detrimento da política[2]. Com o fechamento do CORREIO DA MANHÃ, a linha triunfalista passa a dominar sem grandes dissonâncias.

Consolidaram-se os projetos jornalísticos voltados a essa classe média, como JORNAL DA TARDE e VEJA, ambos idealizados por Mino Carta, o projeto de uma televisão hegemônica, do grupo Roberto Marinho. VEJA, convivendo com uma imperceptível e esporádica censura – graças a uma sutil autocensura – encontrou sua vocação mercadológica na glorificação do *milagre econômico* e dos valores da classe média. Em 1973 já estava vendendo 170 mil e Mino Carta podia anunciar em editorial que "[...] por obra de feliz coincidência, chega a um número de páginas jamais alcançado, 164, das quais 75 de anúncios"[3]. Não foi coincidência.

A oposição legal caíra em estado de letargia. Na eleição nacional de 1970, o único partido de oposição, o MDB, obteve apenas 21% dos votos, perdendo para os 30% de votos brancos e nulos. E, nas eleições municipais de novembro de 1972, o partido governista ARENA elegeu 80% dos prefeitos e 85% dos vereadores. Nesse clima de despolitização, que atingiu seu apogeu na Copa do Mundo de 1970, e se prolongou até a de 1974, os presos políticos cumpriam suas penas ignorados pela maioria da população; remanescentes de grupos clandestinos de luta armada, isolados da sociedade, eram sistematicamente liquidados; e os automóveis carregavam o dístico "Brasil, ame-o ou deixe-o".

De caráter ora simbólico, ora dissuasório, nunca assumida publicamente, nem mesmo depois do Decreto-Lei 1077, de janeiro de 1970, que atribuía a tarefa à Polícia Federal e que sintomaticamente permaneceu sigiloso, a censura esporádica não afetava o modo de produção da grande imprensa. A introdução de censura prévia regular em O ESTADO DE S.PAULO e JORNAL DA TARDE, em agosto de 1972, apesar de também não afetar o modo de produção desses dois jornais, reforçou o poder dissuasório do sistema sobre os demais veículos, que docilmente passaram a se autocensurar[4]. Os dois diários da família Mesquita foram submetidos à censura prévia porque expressaram uma dissidência no interior do sistema de poder. Os demais jornais acomodaram-se e se autocensuravam regularmente orientados por bilhetinhos ou telefonemas da Polícia Federal. Estabelecida a relação de complacência recíproca entre o regime o as empresas jornalísticas, não foi preciso generalizar a censura prévia como instrumento de controle da informação. Com exceção dos dois diários da família Mesquita, do Notícia, de Manaus e da TRIBUNA DA IMPRENSA, os diários brasileiros não sofreram censura prévia formal e continuada. Entre as revistas, além da censura de cunho moralista de Status, Homem, Ele & Ela e Nova, apenas VEJA sofreria censura prévia, já no final desse período, em fevereiro de 1974, em plena crise do milagre e início da fase seguinte, de lutas intestinas no aparelho militar.

Deu-se uma tal conivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici, observa Beatriz Bissio, que o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de persuasão[5]. Freqüentemente, os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando notícias plantadas pela polícia sobre *fugas* ou *atropelamentos* de presos políticos, indiscriminadamente chamados de *terroristas*. Tornavam-se, assim, cúmplices do processo de liquidação desses presos. Os cartazes "procuram-se estes terroristas" eram impressos nas oficinas da Empresa Jornalística FOLHA DA MANHÃ. Quando as denúncias de torturas ecoavam na imprensa internacional, jornais brasileiros importantes, como O GLOBO, O ESTADO DE S. PAULO e Folha de S.Paulo, escreviam editoriais negando as acusações e atribuindo-as a uma intenção de difamar o regime.

Pelo menos uma redação, a da FOLHA DA TARDE, pertencente ao mesmo grupo, era dirigida pela polícia[6].

Para o intelectual, para o jornalista e para o ativista político, essa foi a fase mais dura do regime. Entre 1970 e 1974, do governo Médici ao início do governo Geisel, foram mortos ou *desaparecidos* 132 intelectuais e ativistas políticos, ou quase 80% do total de vítimas fatais do regime[7]. Durante todo esse tempo a imprensa convencional calou-se, como regra, com a notável exceção de Hélio Fernandes, que enfrentou quase dez anos de censura prévia rigorosa em seu diário TRIBUNA DA IMPRENSA, sem transigir ou negociar com o censor[8]. E, mesmo já derrotada a luta armada, a grande imprensa omitiu-se perante a intensificação subseqüente das violações de direitos humanos. Apenas quinze jornalistas foram processados por crimes de imprensa até 1974, a maioria pertencente a jornais do interior, e por criticarem casos locais de mandonismo ou corrupção[9].

A SOLIDARIEDADE NECESSÁRIA

Um grande vazio havia se instalado nas universidades, onde se multiplicavam as tentativas de controle ideológico, articuladas entre o núcleo integralista que controlava as áreas de educação e justiça no governo federal e os interesses de acadêmicos oportunistas. Muitos intelectuais haviam optado pelo exílio voluntário, após as sucessivas cassações. Em especial, após a série de decretos de março a agosto de 1969, expulsando das universidades 66 professores (além dos que já haviam sido expulsos em 1964), entre os quais alguns dos mais ilustres e conhecidos cientistas sociais do país[10]. Mais importante do que o número relativamente pequeno de professores afastados, foi a ocupação da universidade pela nova geração de acadêmicos conformistas ou oportunistas. Alguns dos afastados fundaram centros independentes de pesquisa, entre os quais o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), para poderem manter suas atividades vitais – a versão acadêmica do fenômeno alternativo. Desses grupos de pensadores e cientistas sociais saíram os protagonistas que contracenaram com jornalistas e ativistas políticos na criação de OPINIÃO, entre os quais Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Luciano Martins, Chico de Oliveira e Arthur Gianotti.

O EMPRESÁRIO PROGRESSISTA

Foram criados nesse período cerca de vinte jornais alternativos, entre os quais cinco dos mais duradouros e influentes: O PASQUIM (1969), BONDINHO (1970), POLITIKA (1971), OPINIÃO (1972), Ex (1973). Nos jornais desta fase, destacavam-se como protagonistas principais um grupo de jornalistas veteranos, intelectuais de extração acadêmica e um empresário *progressista*, politicamente motivado, responsável pelo apoio material ao projeto. Com a exceção de OPINIÃO, não foi decisiva nesta fase a participação dos ativistas de partidos políticos, a maioria ainda nas cadeias ou no exílio.

O grupo alternativo Arte & Comunicação, criador de BONDINHO e de seu sucessor Ex, formado por jornalistas egressos da REALIDADE, contou inicialmente com apoio de Thomas Farkas, dono da Fotóptica; depois, com o decisivo suporte operacional e comercial do grupo Pão de Açúcar, através do empresário e professor Luís Carlos Bresser Pereira, ex-militante da Juventude Universitária Católica (JUC), em seus tempos

de estudante[11]. Ao distribuir a revista, gratuitamente, na sua rede de supermercados, o grupo Pão de Açúcar garantia uma base de receita publicitária, sua e de seus fornecedores[12].

OPINIÃO, criado por egressos de VEJA, liderados por Raimundo Pereira, foi financiado por Fernando Gasparian, empresário do setor têxtil (América Fabril), ligado a intelectuais e políticos da esquerda nacionalista perseguidos pelo regime, entre os quais Almino Afonso, então exilado. Gasparian era muito amigo do ex-deputado federal Rubens Paiva, assassinado pelos órgãos de repressão, tragédia que o impulsionou em direção a um projeto de jornal de oposição.

O PASQUIM contou com apoio operacional e financeiro de Murilo Reis, dono da distribuidora Imprensa, que ficou com 50% das cotas da sociedade e cuidou da distribuição do jornal[13]. POLITIKA, lançado por repórteres políticos veteranos, cerceados nos jornais em que trabalhavam, contou com o apoio operacional do jornal TRIBUNA DA IMPRENSA, em cujas gráficas era impresso.

A VERTENTE POLÍTICA: RESISTÊNCIA E NACIONALISMO

Como reflexo da solidariedade na derrota predominou nos jornais desta fase, tanto os satíricos ou existenciais como os políticos, um espírito de frente, de convívio das diversas correntes de oposição, desde remanescentes da *burguesia nacional*, até a extrema esquerda. Quase todos os jornais políticos eram produzidos no Rio de Janeiro, onde havia massa crítica de intelectuais e jornalistas resistentes ao regime e onde ainda sobrevivia, nesses meios, a tradicional influência do Partido Comunista, que tinha na época uma “frente de entendimento dirigida por Luís Maranhão, dedicada a acompanhar e a apoiar a imprensa, especialmente os jornais alternativos”[14].

Nem chegava a haver explicitação de programas políticos comuns. Não havia, entre esses jornais, divergências táticas ou estratégicas decisivas, até porque não havia definições ou propostas precisas dessa ordem sendo colocadas ou dividindo a sociedade civil. Havia divergências ideológicas, e diferentes alinhamentos, mas os vários grupos e jornais enxergavam-se muito mais como complementares, coadjuvantes de uma mesma frente de resistência, não como competidores.

Em todos os jornais políticos repetia-se a postura nacionalista dos primeiros alternativos de 1965, reação à abertura generalizada da economia aos capitais estrangeiros, promovida pelos mentores do golpe. Mas a modalidade de nacionalismo, e seu peso na linha do jornal, variava consideravelmente.

O projeto editorial de OPINIÃO, moderno e bem acabado, inspirou-se no semanário inglês GUARDIAN WEEKLY, que reproduzia os melhores artigos da imprensa européia e americana. Tratava-se, inicialmente, de um jornalismo analítico e interpretativo, mais do que opinativo, refletindo a influência do modo de pensar dos intelectuais que colaboravam com o jornal e lhe davam o tom. Um jornalismo crítico, contrastando com o triunfalismo dominante no governo Médici. OPINIÃO não era um jornal marxista; apenas continha a visão marxista na medida das contribuições individuais dos colaboradores. Pela sua alta qualidade editorial, OPINIÃO comandou o respeito das elites em geral, inclusive dos conservadores, que o viram inicialmente não como manifestação de imprensa alternativa no sentido de algo precário e radical, mas, ao contrário, como uma proposta

de jornalismo moderno e sério, um produto superior do jornalismo brasileiro convencional. O próprio Gasparian apresentou OPINIÃO como "o jornal que iria durar 100 anos"[15]. Nessa época, os jornalistas europeus, principais colaboradores de LE MONDE e mesmo de THE GUARDIAN, passavam por um processo de radicalização e maoisação, estimulada pela guerra do Vietnã, pela Revolução Cultural chinesa e pelo Maio de 1968 na França[16]. Em OPINIÃO, o nacionalismo entrou mais em decorrência da visão maoísta do imperialismo como fenômeno central do processo político mundial, do que das posições nacionalistas de seu proprietário, Fernando Gasparian.

Com o semanário FATO NOVO, lançado em São Paulo em março de 1970, alguns meses antes de OPINIÃO, jornalistas ligados ao PC reocuparam o espaço deixado por REUNIÃO e FOLHA DA SEMANA. O jornal aproveitou o rescaldo da articulação nacionalista do general Albuquerque Lima, o presidente da SUDENE que tentou a sucessão de Costa e Silva, com apoio dos coronéis do grupo nacionalista de direita Centelha Nativista. Um dos principais articuladores do FATO NOVO era o jornalista Milton Coelho da Graça, que havia sido um dos editores do jornal clandestino do PC Notícias Censuradas, agora, funcionário da Editora Abril. No expediente do jornal, os redatores principais eram Frederico Vasconcellos e Jorge Figueiredo. Na sua primeira fase, o tom do jornal era dado principalmente pelo intelectual de grande prestígio Paulo Duarte, através de uma coluna regular de crítica à ditadura[17]. FATO NOVO adotou o nacionalismo como linha mestra já a partir do nome da editora: Verde-Amarela. Um nacionalismo forçado, no mesmo tom da direita militar nacionalista. Mas procurava manter caráter de frente no conselho formado por ilustres: Eurico Amado, Sergio Buarque de Hollanda, Alfredo Marques Viana e Paulo Duarte. FATO NOVO durou até dezembro de 1970, saindo 33 edições semanais.

POLITIKA, semanário produzido a partir de outubro de 1971 por jornalistas cariocas veteranos em cobertura política – Oliveira Bastos, Sebastião Nery, Jorge França e Adirson de Barros –, retomou o veio do populismo nacionalista, que caracterizou as lutas do campo popular nos anos de 1950. Seus mitos eram Juscelino, Getúlio, Jango, o desenvolvimentismo. Enxergavam a política através da atuação das personalidades. Um jornalismo convencional na forma e elitista em conteúdo, mas contestatório na conjuntura política do momento e que por isso só poderia se realizar através de um projeto alternativo. POLITIKA tornou-se um dos maiores alternativos, tanto em tiragem, que chegou a 38 mil exemplares, como EM TEMPO de vida, durando mais de dois anos, até abril de 1974. Mas não teve uma influência proporcional a essas dimensões devido à sua pouca sofisticação ideológica e ao anacronismo de suas concepções, do ponto de vista das forças de oposição emergentes e da juventude da época. Em março de 1973, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, (CISA), entregou ao governo um dossiê acusando POLITIKA de ser uma "plataforma de difusão do PCB, MR8 e políticos cassados e exilados," e propondo uma ação combinada de repressão contra o jornal, incluindo a devassa fiscal. Submetido a pressões e à censura prévia, POLITIKA fechou carregado de dívidas[18].

Seu espaço foi ocupado, quase em seguida, pelo semanário CRÍTICA, também carioca, lançado em agosto de 1974 por um grupo bastante heterogêneo de intelectuais e jornalistas cariocas de prestígio, entre os quais o poeta, ex-integralista, Gerardo Mello Mourão[19]. Nacionalista e emedebista, CRÍTICA refletia um amplo espectro de opiniões, como se fosse o seu propósito demonstrar a necessidade da tolerância e da

convivência dos contrários. E dava uma ênfase maior à cultura e à literatura. Polemista, o jornal publicou na sua edição 56 uma entrevista de impacto de Glauber Rocha contra as verdades estabelecidas no meio intelectual. CRÍTICA fechou após a apreensão de sua edição 63, em novembro de 1975, supostamente por causa de uma crítica à proposta do presidente Geisel, de abrir a exploração de petróleo no Brasil a empresas estrangeiras. Durou, portanto, pouco mais de um ano.

Simultaneamente a POLITIKA e CRÍTICA, e contando com alguns colaboradores comuns a esses jornais, circulou, intermitentemente, de abril de 1973 até fins de 1976, o semanário JORNAL DE DEBATES, dirigido por Limeira Tejo, inspirado pelo nacionalismo de raiz positivista do começo do século, pela idéia do primado da razão e da ciência, do desenvolvimento técnico e econômico. O título retomava a trajetória do famoso JORNAL DE DEBATES, fundado por Mattos Pimenta e Plínio Catanhede em 1946, o principal veículo da campanha pelo monopólio estatal do petróleo nos anos de 1950, a ponto de sua sede ser também a sede do MOVIMENTO Nacional pela Defesa do Petróleo. Em 1963, Limeira Tejo obteve o título do jornal de Mattos Pimenta. Não por coincidência, usaria o título finalmente em abril de 1972, apogeu do projeto econômico de abertura ao capital estrangeiro[20].

Apenas dois números, precários, foram lançados em abril de 1972, seguindo-se um intervalo de quase um ano. Em fevereiro de 1973, foi reiniciada a publicação, com a capa em duas cores. Defendia o desenvolvimento do mercado interno, numa linha nacionalista de esquerda, contando com uma constelação de colaboradores de prestígio[21]. Houve uma nova interrupção, desta vez longa, em dezembro de 1974. As edições do JORNAL DE DEBATES só seriam retomadas em janeiro de 1976, sob a direção de Cícero Sandroni, e por pouco tempo. Nessa fase, notabilizou-se pelo grande espaço dedicado aos leitores. Tornou-se quase que um jornal escrito pelos seus próprios leitores. Em abril deixou de circular definitivamente. Nesta última fase, apesar da permanência dos grandes nomes e de seu nacionalismo, predominava a temática da liberdade. Assim, republicaram, trinta anos depois, o editorial sobre a liberdade, do primeiro JORNAL DE DEBATES, de abril de 1946, numa curiosa demonstração de permanência, tanto da falta de liberdade, como das concepções positivistas que viam na liberdade não um valor em si mesmo, mas uma condição necessária para o desenvolvimento, e viam a verdade como algo acima das concepções de grupos e partidos:

> *[...] a liberdade de pensamento e o livre debate das idéias é fundamental para o progresso e o aperfeiçoamento dos povos. Mas tal liberdade só se realiza pelos meios normais de divulgação, imprensa, rádio etc. Acontece, porém, que esses meios se encontram em mãos de classes sociais e de partidos políticos, isto é, fechados a todas as manifestações contrárias aos interesses daqueles grupos [...]*[22].

A VERTENTE EXISTENCIAL: CONTRACULTURA

Uma das conseqüências do vazio político deixado pelas derrotas de 1969 foi a ânsia por sensações novas através da droga, das experiências sensoriais em busca de uma nova percepção, primeiro com a maconha, depois com o LSD, principalmente por parte dos jornalistas e jovens estudantes indiferentes ao discurso ideológico. Era uma influência direta das experiências do psiquiatra norte-americano Timothy Leary com o LSD, de grande impacto nos meios estudantis, intelectuais e artísticos norte-

americano e europeus. “Em 1969, a escolha estava totalmente polarizada, drogas ou luta armada”, diz Joan Dassin[23].

A liberdade total representada por essa busca sensorial contrastava com a supressão total da liberdade imposta pelo regime. Nessa época, entre 1970 e 1971, “de repressão política muito forte e quase nenhuma repressão à droga”, o consumo de maconha e, às vezes, do LSD, tornou-se uma subcultura entre intelectuais e estudantes não vinculados a partidos políticos[24]. Enquanto a esquerda clássica refugiou-se ainda mais no dogma – e alguns grupos remanescentes insistiam neuroticamente na luta armada – a vertente existencial recorreu à droga, entre os quais jornalistas do BONDINHO, O PASQUIM e VERSUS.

Em meados de 1972, fase mais pesada da repressão política, Luís Carlos Maciel, o guru da contracultura de O PASQUIM estreitava ainda mais os laços com artistas de teatro também movidos por essa busca de novos modos de percepção, e com os tropicalistas baianos. BONDINHO também se aproximou dos tropicalistas, mas adotou um estilo próprio de contracultura, com ênfase na liberação sexual sob a influência das idéias do psicanalista alemão anti-fascista William Reich, que considerava a repressão sexual como mãe de todas as repressões, e foi redescoberto e cultuado pela juventude dos anos de 1970, especialmente na Inglaterra. A redação passou a viver a liberação total, comunitariamente, num casarão na Lapa, onde praticavam o amor livre e utilizavam a maconha. Em VERSUS, lançado no final dessa fase, o recurso à droga não teve esse caráter coletivo, mas influiu especificamente na criatividade gráfica do jornal.

De modo geral, a vertente existencial não ligava para ideologias. Mesmo em VERSUS, a ideologia se manifestava já como linguagem metafórica, como uma sucessão de mitos e heróis a serem reverenciados. Nos jornais da vertente existencial o que contava era a experiência vivida[25]. Além disso, entendiam a realidade não como algo objetivamente existente, mas como interação entre observador e objeto (concepção que Maciel também localiza na filosofia oriental e introduzida no Ocidente através dos movimentos de contracultura dos anos de 1950-1960).

> *A realidade não é um sujeito que confronta um objeto: é uma experiência instantânea... o que aconteceu no instante anterior não existe mais em lugar nenhum, só em nossas cabeças, como memória, isto é, como imagem... a partir da visão da instantaneidade, da compreensão do aqui e agora, você também pode agir politicamente. Isso vai exigir de você, como homem de ação, uma grande concentração. O homem político abraça uma ideologia, elege uma política, e descansa. A cabeça dele fica preguiçosa. Mas há alternativa. A política é um jogo falso e desastroso, homens escravizados por seus próprios preconceitos [...]*[26].

Nada poderia ser mais próximo da filosofia de Millôr Fernandes e mais distante do dogmatismo das esquerdas. A partir dessas concepções decorre a de ideologia como uma camisa-de-força, e a de política como um jogo de falsidades. Por isso, a compartimentação que havia entre os jornais alternativos regidos pelo primado da ideologia e os jornais existenciais.

As raízes existenciais de O PASQUIM, onde conviviam as duas vertentes, inspiraram o surgimento de outros jornais de contracultura no país. Em primeiro lugar, através de uma seção permanente *udigrudi* de Luís Carlos Maciel, que recebia grande número de cartas, e dos artigos de Ivan Lessa. Depois através de um jornal separado, publicado pela mesma empresa, FLOR DO MAL. Saíram apenas cinco edições do jornal, em 1970, editado por Maciel, mas sua repercussão foi grande. FLOR DO MAL tirava quarenta mil exemplares, dos quais vendia metade. Maciel

inspirou-se em Baudelaire, "iniciador da modernidade", e o jornal era um "momento de liberdade extrema" justamente quando a supressão da liberdade tornou-se extrema[27]. Procurava escrever todas as páginas do jornal à mão, numa busca de espontaneísmo total, de eliminação de filtros mecânicos, ideológicos, o que deu ao jornal um perceptível traço surrealista. Diretamente inspirados por FLOR DO MAL, foi lançado Presença, no Rio de Janeiro, um minitablóide de 72 páginas, em outubro de 1971. Editado por Rubinho Gomes e alguns jovens que se consideravam mais artesãos do que jornalistas. Só saíram duas edições em quatro meses, e entre seus assuntos havia Hélio Oitcica, John Lennon, coronel Erasmo Dias.

VERBO ENCANTADO surgiu em Salvador em 1971, como um jornal regional de cultura, música, textos e poesia. De estilo vanguardista, e editado com um almanaque, em tamanho tablóide, com 18 páginas, tirava 15 mil exemplares e também privilegiava a artesania, a produção individual e totalmente livre. Um jornal com muita influência de Caetano e Gil. Apesar de relativamente organizado – com um editor, Álvaro Guimarães, diretor financeiro e diretor administrativo –, foi também efêmero.

Por inspiração direta d'O PASQUIM, fortemente calcado nas suas soluções formais, Fernando Veríssimo e Juarez Fonseca lançaram em Porto Alegre, em abril de 1971, o satírico e irreverente tablóide Pato Macho. Chegou a ser chamado de "O PASQUIM gaúcho". Sem nenhuma organização, "o jornal nunca passou de um rascunho do que poderia ter sido [...] não tínhamos nem uma máquina de escrever própria, o que diria de uma sede, um plano, organização, editorial ou algo que se parecesse (com uma) empresa [...]"[28]. Ali escreveram alguns dos principais jornalistas gaúchos, entre os quais Paulo Totti, José Pinheiro Machado, Delmar Marques, José Onofre e Moacyr Scliar. Muito bem acabado, e com muitos anúncios, não sobreviveu ao seu próprio ultraje. Escandalizou a provinciana Porto Alegre, que, nas suas próprias palavras, "fechou as pernas" ao Pato Macho. Sua vendagem inicial, de cerca de oito mil exemplares, começou a cair a partir do quinto número. No sétimo, quase não vendeu. Fechou no número 15, em julho de 1971.

A brutalidade da censura prévia imposta sobre os jornais alternativos a partir do número 8 de OPINIÃO, em dezembro de 1972, nivelou e depois achatou padrões estéticos e de linguagem. Com a centralização da censura prévia dos jornais alternativos em Brasília, a partir de 1973, os jornais eram obrigados a mandar seus originais com dias de antecedência, e recebiam de volta apenas sobras para serem remontadas. Foram duramente atingidos por esse sistema de censura prévia OPINIÃO, POLITIKA, MOVIMENTO, Pasquim e O São Paulo, o jornal da Cúria metropolitana de São Paulo[29]. Dessa fase até o colapso do milagre econômico e o surgimento da política de distensão no interior do aparelho militar, em 1975, os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência.

NOTAS

1. Edgar Salvadori de Decca, O Silêncio dos Vencidos, 1981, p. 33.

2. Chama-se de milagre econômico o período entre 1967 e 1973, em que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 115% ao ano, em média, quase o dobro da média histórica do país. Isso ocorreu no contexto de grande afluxo de capitais estrangeiros a baixo custo, políticas de concentração de renda e êxodo rural, detonando um ciclo de grande expansão na construção civil, que foi o motor do milagre.

3. VEJA, 12/9/1973.

4. A censura foi imposta aos dois jornais em resposta a um telegrama de Ruy Mesquita a Alfredo Buzaid, protestando contra ordens telefônicas de censura. Ver Paolo Marconi, A Censura Política na Imprensa Brasileira: 1968-1978, 1980. Marconi computou 497 ordens telefônicas e bilhetes pedindo censura entre 1969 e 1974 em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. De 1974 a 1978, foram apenas 70. Para uma comparação entre dos efeitos da censura em O ESTADO DE S. PAULO e em OPINIÃO, ver Maria Aparecida. Aquino, Censura, Imprensa, Estado Autoritário, 1999.

5. Beatriz Bissio & Maria Nakano. Brasil:La Experiência de la Prensa Alternativa., 1982. Mas o governo criou um serviço especial de propaganda política, sob a chefia do Coronel Otávio Costa, a Assessoria Especial de Relações Públicas, AERP.

6. No dia 25/10/1970 quase todos os jornais noticiaram a fuga do militante da ALN, Eduardo Leite (Bacuri). O comandante da tropa de choque do DEOPS mostrou a Bacuri, preso, a notícia da sua fuga. Apesar da desesperada mobilização dos demais presos, Bacuri foi retirado da cela e depois assassinado, em Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, p. 33. Sobre a impressão dos cartazes, ver entrevista com Mauro Merlino, 10/8/1989. A morte de Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, dirigente da ALN, assassinado pelo chefe do esquadrão da Morte, delegado Fleury, em outubro de 1970, foi noticiada pelos jornais como tendo sido causada por um ataque cardíaco. Para os editoriais dos jornais negando a existência de tortura e seus noticiários reproduzindo a versão dos torturadores, ver Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 1999.

7. Números aproximados. Cf. Reinaldo Cabral & Ronaldo Lapa (orgs.), Desaparecidos Políticos, 1979. A cada novo levantamento, surgem novos casos de mortos e desaparecidos durante a ditadura. Um dos levantamentos mais completos é Dos Filhos deste Solo, publicado pela Boitempo/Fundação Perseu Abramo, em 1999, com base nos trabalhos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, criada para cumprir a determinação do Decreto-Lei

9.140/95, que manda indenizar os familiares de desaparecidos. Foi escrito por Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio.

8. Apesar de não se incluir no universo dos jornais alternativos strictu senso, pela sua ideologia e por traços de caráter de seu proprietário, o TRIBUNA DA IMPRENSA distinguia-se totalmente da grande imprensa, inclusive por não ser lucrativo. Pode ser considerado um remanescente do jornalismo de um homem só, polemista, crítico e antigovernista, de antes dos anos de 1930.

9. As exceções foram os processos contra Niomar Muniz Sodré Bitencourt e Hélio Pelegrino, do CORREIO DA MANHÃ (1969); contra Oliveira Bastos e Sebastião Nery do TRIBUNA DA IMPRENSA (1969 e 1971); e contra José de Arimateia Gomes Cunha, do Correio Braziliense, único caso de processo provocado por denúncia de torturas. Cf. Arquidiocese de São Paulo, Brasil: Nunca mais, 1986, p. 147. Em 1981, já depois da Anistia, o diretor e um jornalista do Jornal de Montes Claros (MG) foram condenados pela justiça militar, com base na Lei de Segurança Nacional.Conf. Maurício Maia, op.cit.

10. E também físicos, bioquímicos, médicos. Relatos dos expurgos encontram-se em Adusp, O Livro Negro da USP, 1978; Adurgs, Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS, 1979; Darcy Ribeiro, A Universidade Necessária, 1969, apêndice 2.

11. Bresser Pereira também se aproximou, posteriormente, do projeto OPINIÃO. Finalmente, muitos anos depois, fundou seu próprio veículo, a Revista de Economia, editada em conjunto com a Editora Brasiliense.

12. Ver a história dos jornais alternativos do grupo REALIDADE na segunda parte deste livro, “Os Jornalistas”.

13. Entrevista com Jaguar, 11/1/1990.

14. Entrevista com Givaldo Siqueira, 24/6/1990. Luís Inácio Maranhão Filho, advogado e jornalista, militante do PCB, foi desaparecido em 3 de abril de 1974, em São Paulo. Cf. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, 1984.

15. No imaginário de alguns de seus protagonistas, ao contribuir para a constituição de uma ampla frente de oposições na sociedade civil, OPINIÃO tornaria mais favoráveis as condições para uma guerra de guerrilhas contra a ditadura. Ver na terceira parte deste livro, “OPINIÃO, a Frente Natural”.

16. Richard Gott, do THE GUARDIAN, apresentado por Raimundo Pereira como paradigma do bom jornalismo em OPINIÃO, era, na época, um maoísta convicto. Entrevista, set. 1990.

17. Um dos principais apoiadores do jornal foi o intelectual e produtor musical Marcus Pereira. O então repórter esportivo Laurindo Leal Filho, formalmente Diretor Responsável, apenas escrevia algumas matérias sobre esporte. O verdadeiro condutor do jornal, Milton Coelho, oito anos depois tentou atrair parte dos dissidentes do MOVIMENTO, entre os quais, Chico de Oliveira e Ricardo Maranhão, para um novo jornal, o Bloco, voltado aos sindicatos e trabalhadores, de apoio à candidatura Ulysses Guimarães à presidência. Cf. entrevistas com Ricardo Maranhão, 23/3/1990 e com Laurindo Leal Filho, 13/09/2001.

18. Cf. Beatriz Bissio e Maria Nakano, op. cit.19. Tinha como colaboradores: Hélio Pelegrino, João Antonio, o mesmo Sebastião Nery de POLITIKA, Washington Novaes, Jaguar, Joel Silveira, Newton Carlos e Hélio Silva.

20. Cf. OPINIÃO, n. 73, 22/2/1973. O quarto jornal de debates.

21. Colaboravam nacionalistas famosos, como Euzébio Rocha, ex-editor do nacionalista BRASIL SEMANAL (1965), e Gentil Noronha; Paulo Francis, Euro Arantes (do antigo jornal Binômio, de Minas Gerais), Nelson Werneck Sodré e Nelson Brito.

22. JORNAL DE DEBATES, Ano XXX, n. 1, jan. 1976.

23. Cf. Joan Dassin, Fear and Armed Struggle in Brazil: Political Memoirs of the Generation of 68, 1985.

24. Entrevista com Luiz Egypto, 29/8/1990.

25. MOREIRA, Sônia Virginia Moreira, “Alternativas da Cultura”, em Maria Amélia Mello (org.), Vinte Anos de Resistência, 1986. Este ensaio traça as diversas correntes culturais e artísticas dos anos de 1960 e 1970, com ênfase na influência da contracultura em movimentos como o concretismo de Haroldo de Campos e o tropicalismo, na música popular.

26. Luís Carlos Maciel, Os Anos 60, 1987, p. 10. Essa é a explicação de Maciel a posteriori. Em 1972, em entrevista a BONDINHO, enfatizava a contracultura como uma consciência crítica da sociedade. Mas já dizia também que na experiência *underground* as pessoas atingiam um outro estado de consciência e de experiência da realidade. Cf. BONDINHO, n. 35, 01/3/1972.

27. Cf. BONDINHO, 01/3/1973, entrevista com Luís Carlos Maciel.

28. BONDINHO, 30/3/1971, entrevista com Luís Fernando Veríssimo.

29. A censura prévia foi oficialmente introduzida pelo Decreto-Lei 1.077, de 16/1/1970.

OS JORNAIS DA CRISE HERZOG

A CRISE DO MILAGRE

Os abalos sofridos pela ditadura brasileira a partir de 1974 levaram o estado-maior militar a optar por um processo de abertura política controlada, alavancado através da grande imprensa. Mas a linha-dura militar, diretamente envolvida na repressão, contestou a proposta de abertura. Assim começou a crise da abertura, tendo como epicentro o estabelecimento militar, mas afetando diretamente a imprensa e seu modo complacente.

A triplicação dos preços do petróleo no final de 1973 desestruturou a economia, inviabilizou o estilo de vida da nova classe média e derrubou as taxas excepcionais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) características do "milagre econômico". Acomodada, a maior parte da grande imprensa não avaliou a escala da crise. Com a exceção da revista Visão, de A GAZETA MERCANTIL[1], e de algum veículo regional, como FOLHA DA MANHÃ, de Porto Alegre, a grande imprensa havia perdido o senso crítico.

Já em dezembro de 1974, antevendo o esgotamento do padrão de crescimento que cimentara o bloco de poder e o legitimara junto à classe média, Eugênio Gudin, um dos seus principais quadros, lançou o primeiro grande ataque contra os militares acusando o regime de "autoritário". Era a burguesia adiantando-se no processo de ruptura, para bloquear a estatização como solução natural, e abrir caminho ao neoliberalismo.

Ao mesmo tempo em que desabava o PIB e o seu mito, foi surgindo

um novo imaginário nas populações de renda baixa em conseqüência de distorções acumuladas em seis anos de crescimento concentrador da renda, expostas dramaticamente, no momento em que a economia parou de se expandir. O milagre havia provocado o maior êxodo da história do Brasil, inchando as regiões metropolitanas. Agravaram-se as condições de moradia e de transporte. Proliferaram as favelas e explodiram epidemias. Primeiro, a poliomielite, matando entre 16 mil e 31 mil crianças em 1971. Depois a epidemia de meningite, que somente em 1974 matou 2.900 crianças, a maioria em São Paulo.

Havia surgido entre esses migrantes urbanos um novo tipo de conhecimento e de conscientização que não passavam pela grande imprensa, gestado principalmente nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, criadas pelo Concílio Vaticano II. Em 1970, já existiam no Brasil cerca de 80 mil CEBs, das quais metade em zonas urbanas ou semi-urbanas. O descontentamento explodiu nas eleições parlamentares de novembro de 1974, capitalizado por uma bem elaborada campanha pelo horário gratuito da TV, inspirada por sociólogos que se haviam debruçado sobre a realidade de um "povo em movimento", desconhecida da imprensa convencional[2]. Candidatos do MDB ao Senado receberam 14,5 milhões de votos, contra 10,1 milhões dados ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), conquistando 16 das 22 cadeiras em jogo. O governo perdeu a maioria de dois terços no Senado e certamente perderia a maioria simples na eleição seguinte, quando essas 22 cadeiras já não estariam em jogo, e sim as demais 44 cadeiras, em sua maioria da ARENA. Na Câmara Federal a oposição dobrou sua representação para 160 deputados, contra 204 da ARENA. O governo também perdeu a maioria em três assembléias estaduais importantes, o que levaria à quase automática eleição de governadores de oposição, dado o sistema de voto indireto implantado pelos militares. Era o esgotamento do mecanismo de sanção do autoritarismo pelo voto, que distinguia a ditadura brasileira.

Entre fechar mais o regime, ampliando a dimensão política da crise e socializar as responsabilidades, a facção "castelista" dominante na cúpula militar optou pelo segundo caminho. Nascia assim a proposta de distensão política do general Geisel e de seu braço direito, o general Golbery do Couto e Silva, um dos articuladores do golpe de 1964 e criador do Sistema Nacional de Informações (SNI). Uma saída gradual e controlada do regime autoritário demandaria a médio prazo a quebra do monopólio de oposição pelo MDB e, portanto, o relaxamento dos controles da atividade política, a descriminalização das oposições de esquerda, o fim da censura prévia[3]; a longo prazo, a substituição da coerção física, eficaz apenas no combate a pequenos grupos, pela dominação ideológica, necessária no controle da oposição de massa[4].

O problema imediato da facção dominante era o de vencer as resistências internas ao projeto de abertura, oriundas do aparelho de repressão e da "linha-dura". Entre meados de 1973, quando o Alto Comando do Exército já havia se fixado no general Geisel como sucessor, até o final de 1974, os órgãos de repressão procederam à eliminação sistemática dos remanescentes de grupos clandestinos, de forma secreta, através da técnica do "desaparecimento"[5]. Nesse processo, tornaram-se um poder paralelo, autodenominando-se "braço clandestino da repressão". Em 1975 passaram a ações espetaculares visando constranger o general Geisel e inviabilizar a política de abertura. Na falta de vítimas ligadas a ações armadas, desencadearam uma *caça às bruxas*, prendendo antigos militantes, simpatizantes ou supostos simpatizantes do Partido Comunista, entre os quais, grande número de jornalistas.

A liberalização da imprensa havia sido concebida por Geisel e Golbery, como parte essencial da estratégia de abertura. Como observa Celina Rabello Duarte, a imprensa se transformou no principal mecanismo de articulação política durante o governo Geisel[6]. Alfred Stepan revela que, para o general Geisel, o abrandamento da censura era visto como o primeiro passo da política de abertura. Assim como a complacência da grande imprensa fora essencial para a derrota rápida dos grupos de luta armada por métodos brutais, o abrandamento da censura e da autocensura passou a ser a forma mais rápida e eficaz de intimidar os aparelhos de repressão que se opunham à abertura.

> *Com essa finalidade, (o general Golbery) passou um bom tempo antes e depois da posse de Geisel em comunicação direta com os principais jornalistas e editores, tentando persuadi-los dos objetivos do processo de abertura, enquanto sensibilizava-os a respeito dos constrangimentos que ele e Geisel enfrentavam por parte da oposição representada pela linha-dura [...]. Entre as publicações que deram um apoio importante ao projeto de liberalização estavam o* JORNAL DO BRASIL, VEJA, ISTO É *e o* O ESTADO DE S. PAULO *[...]*[7].

> *Dos contatos realizados entre os assessores mais diretos do general Geisel e os homens de imprensa, formou-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, um grupo de jornalistas influentes, completamente engajados no projeto político do governo [...]. Esses jornalistas chegavam a participar da elaboração de projetos e estratégias políticas juntamente com o grupo palaciano [...]*[8].

Golbery procurava, numa primeira etapa, reciclar os donos da imprensa e os principais editores, mostrar a eles que o governo estava interessado num grau de crítica, o suficiente para intimidar a linha-dura, mas não tanto que a assustasse e a levasse a reações incontroláveis. E, numa segunda etapa, substituir todo o aparato coercitivo de repressão policial-militar por um novo aparato, de caráter ideológico, a própria imprensa.

Tratava-se, portanto, de envolver os editores como co-autores de uma proposta de abertura cujos contornos e alcance eram determinados pela cúpula militar. E de erguer, ao fim, toda uma nova estrutura de dominação alicerçada na imprensa. O caráter desse novo jogo ficaria mais claro quando, após a derrota da "linha-dura", já em 1978, a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, com o apoio do MDB, colocou em risco o controle do processo pela cúpula militar. Então, os jornalistas e editores seduzidos por Golbery torpedearam a candidatura da Frente Nacional pela Redemocratização[9]. "O grupo de editores e jornalistas ligados a Golbery, e os donos de jornais manobraram amplamente as informações. O fato é que toda essa mobilização da imprensa, em torno da sucessão, acabou permitindo que o presidente Geisel conduzisse praticamente sozinho o processo sucessório [...]"[10].

MORTE DE HERZOG E CRISE DO PADRÃO COMPLACENTE

Com a exceção de alguns editores, entre os quais Élio Gaspari, Mino Carta e de um dos membros da família Mesquita, Ruy Mesquita, a grande imprensa de início não aderiu ao processo de abertura, pois estava condicionada pelas pressões dos órgãos de repressão e pela censura, em mãos da linha-dura, que por sua vez gozava ampla autonomia regional. Os donos dos jornais tinham dúvidas sobre a real correlação de forças. Por um lado, temiam represálias dos órgãos de repressão. Por outro, temiam o governo central, num período em que também havia caído as

receitas de publicidade comercial, aumentando a dependência em verbas do governo[11]. Assim, não se constituiu um novo padrão estável e claro nas relações entre imprensa e regime e entre jornalistas e proprietários dos meios de comunicação, em substituição ao esgotamento do padrão complacente. Nesse contexto deu-se o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, sob tortura, no DOI-CODI de São Paulo, em 25 de outubro de 1975. O protesto dos jornalistas, de início tímido e hesitante, explodiu num movimento que envolveu personalidades do centro e até do campo conservador. Somou-se às pressões dos grupos de direitos humanos por informações sobre os "desaparecidos"; a crise política assume a forma manifesta de uma crise do espaço público, das liberdades públicas e individuais, do direito de expressão das elites, dos intelectuais e dos profissionais liberais e principalmente dos jornalistas. E tendo como mártir um jornalista.

Quando o DOI-CODI matou outro preso, o operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, estavam maduras as condições para a derrubada do chefe da linha-dura, general Ednardo D'Avilla Melo. Mas seguiram-se ainda quase dois anos de lutas intestinas no aparelho militar, até a demissão do ministro do Exército, general Frota, no final de 1977. Um período marcado por atentados a bomba idealizados por integrantes da linha-dura, algumas cassações de mandatos determinadas pelo próprio general Geisel para apaziguar essa facção, e o pacote de mudanças constitucionais por ele baixado em abril de 1977, que modifica os quocientes eleitorais, para manter o controle do processo de abertura. Há expurgos nas redações de O ESTADO DE S. PAULO, Folha de S.Paulo e JORNAL DO BRASIL. Otavio Frias, dono da Folha de São Paulo, não só não acreditava no sucesso da abertura, como apostava na posse de Frota e por isso realinhou o jornal, demitindo Cláudio Abramo e colocando no seu lugar Boris Casoy, um quadro de confiança dos militares, em meio ao "incidente Lourenço Diaféria"[12]. No final desse período de lutas intestinas, estavam afastados alguns dos principais quadros dirigentes da grande imprensa: Alberto Dines, do JORNAL DO BRASIL, Mino Carta, da VEJA, e Cláudio Abramo, da Folha de S. Paulo. É a crise generalizada de relações no interior da grande imprensa. O próprio processo de retirada da censura dissuasória foi acidentado. Em janeiro de 1975 havia terminado a censura prévia em O ESTADO DE S. PAULO e JORNAL DA TARDE. Em abril ela sumiu d'O PASQUIM. Mas VEJA, até então convivendo com uma censura branda e ordens telefônicas esporádicas, teve que receber um censor residente após uma charge de Millôr execrando a tortura. Só em junho de 1976 acabou a censura em VEJA. Na imprensa alternativa política, que se recusava a participar do jogo da abertura controlada, a censura prévia não só continuou como foi intensificada, só terminando em 1978.

DE FATO – A CRISE DE CONSCIÊNCIA

A morte de Herzog provocou crises internas agudas em algumas redações, levando à ruptura nas relações de trabalho e ao surgimento de uma nova modalidade de jornais alternativos, de caráter regional, criados, em geral, por jornalistas de prestígio em capitais fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, com apoio de seus sindicatos e portadores de propostas elaboradas de gestão cooperativa.

Os mais notáveis desses empreendimentos foram: Posição, lançado em Vitória por Rogério Medeiros; DE FATO, lançado em Belo Horizonte por Aloísio Moraes e COOJORNAL, lançado em Porto Alegre por uma cooperativa formada dois anos antes, após uma crise no interior de uma

grande redação, premonitória da crise Herzog[13].

DE FATO nasceu da rebelião de um grupo de jornalistas do JORNAL DE MINAS, quando seu editor Afonso Paulino defendeu os órgãos de repressão em longos e seguidos editoriais em que endossava a tese do suicídio de Herzog e alertava que "a infiltração comunista [...] vai encontrar paradeiro na ação severa do governo, Guardião da paz e da tranqüilidade [...]"[14]. Aloísio Moraes Martins, correspondente local de O GLOBO, com participação dos jornalistas do JORNAL DE MINAS e de estudantes de cursos de comunicação e de psicologia, propôs um novo jornal com a preocupação básica de ganhar "autonomia jornalística", entendida como a possibilidade de "expressão profissional sem as restrições decorrentes do exercício assalariado do jornalismo"[15].

DE FATO foi lançado em janeiro de 1976, sem organização administrativa e sem capital de giro, produzido de início na casa de Aloísio Moraes. Colaboravam alguns dos jornalistas recorrentes da imprensa alternativa, como Flamínio Fantini, João Batista dos Mares Guia, Luís Dulci. A vendagem de cada edição, da ordem de sete mil exemplares, pagava a produção da edição seguinte, o que fez do empreendimento um exercício coletivo intenso. Além da crítica à ditadura, o jornal se dedicava à reportagem local, à revelação dos estragos sociais e ambientais provocados pelo acelerado processo de urbanização e industrialização de Belo Horizonte, no início dos anos de 1970. Em todos os jornais alternativos regionais, desse tipo, predominava a reportagem sobre problemas regionais ou locais. DE FATO inclinou-se também por temas malditos ou interditos na fechada e conservadora sociedade mineira, sob visível influência d'O PASQUIM. A homossexualidade, o feminismo, a revolução comportamental. Sem ser um jornal feminista, "DE FATO continha duas correntes feministas entre seus organizadores"[16].

Mas DE FATO não escapou à maré das rearticulações políticas das esquerdas. Apesar de nascer sem ligações com organizações políticas, desde o início seus fundadores assumiam que o projeto operava no plano político, por desafiar o regime e a grande imprensa local, por se valer do trabalho voluntário e consciente, inclusive, de ativistas políticos. Depois, o jornal tornou-se importante demais para ser ignorado pelos grupos políticos, então em processo de crescimento no meio universitário. A partir do início de 1977, coincidindo com o alinhamento de MOVIMENTO ao PCdoB, os ativistas políticos engajados na sucursal do jornal em Belo Horizonte, a maioria egressos da APML (da facção que não se juntou ao PCdoB) ou membros da Centelha (posteriormente Democracia Socialista, de caráter trotskista), decidiram entrar em DE FATO, ficando com a tarefa de elaborar o estatuto e regras de convivência, com o objetivo de tomar o poder político e o controle do jornal.

As reuniões do jornal transformaram-se em longas e profundas discussões políticas, nas quais os ativistas políticos levavam sempre vantagem. O grupo novo tinha um projeto político claro, o de conquistar o jornal, e agia como facção. A partir do número [17], DE FATO tornou-se mais organizado, e se robusteceu com uma capa em cores e um melhor acabamento gráfico. Passou a ser distribuído também em algumas bancas de São Paulo e Rio de Janeiro, e a dar mais destaque à vida e à organização dos operários, aos movimentos de base.

Mas sua linguagem foi perdendo fluidez à medida que perdia em pluralismo. "DE FATO passa a expressar um projeto editorial lógico e racionalmente construído e em melhores condições de imprimir uma direção ao jornal, que tem na homogeneização e na excludência uma de

suas características mais importantes."17 Como uma camisa-de-força, essa lógica construída não consegue acompanhar as alterações rápidas da conjuntura, o jornal foi perdendo pertinência e ressonância, a equipe se desagregando. Em outubro de 1978, DE FATO parou de circular, após uma das mais robustas e longas carreiras de jornal alternativo de caráter regional, durando quase três anos.

NOVOS ALTERNATIVOS REGIONAIS

Posição, lançado por Rogério Medeiros em Vitória já no final de 1976, e tendo como redator-chefe Jô Amado, circulou durante mais de três anos, mantendo um padrão superior de qualidade. Com muita reportagem regional, e alguma publicidade local, proclamava-se independente, mas comprometido com as lutas populares. Começou com periodicidade quinzenal, e depois passou a semanal. A partir do número nove, Rogério Medeiros saiu para a grande imprensa em São Paulo. Outros dez jornalistas de Vitória também buscaram trabalho fora. Esses jornais representaram também uma tentativa de criar um espaço de trabalho em cidades muito próximas ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo, invadidas pelos jornais enviados das grandes capitais.

CIDADE LIVRE, publicado em Brasília sob influência direta da experiência de MOVIMENTO, fez da crítica à imprensa convencional um de seus temas recorrentes. Essa era outra característica editorial dos jornais surgidos no bojo da crise do modo complacente da grande imprensa e da morte de Herzog. CIDADE LIVRE reuniu grande número de jovens jornalistas insatisfeitos com a grande imprensa, entre eles, Eduardo Almeida, da sucursal do JORNAL DO BRASIL em Brasília, Marinilda Marchi, da sucursal da VEJA, Armando Rollemberg, Sérgio Chacon, José Augusto Varella, Eliane Motta. Tinha a marca das escolas de jornalismo, na forma de reportagens previsíveis sobre prostitutas, o tratamento vanguardista às fotos e às ilustrações, uma certa experimentação. Um jornal supostamente voltado aos habitantes das cidades-satélite, mas escrito para a classe média e para as bases jornalísticas do plano piloto, de forma pesada e até erudita.

Durante mais de quatro anos, a partir de 1977, circulou em Rio Branco, capital do Acre, um jornal alternativo de linguagem e estética peculiares, o VARADOURO, composto a quente, e ilustrado freqüentemente com desenhos a traço. O "jornal das selvas", como ele se autoproclamava, conseguiu, pelo seu aspecto rústico, despojado, por sua estética de artesanato, expressar um *ethos* amazônico. VARADOURO não se parecia com nenhum outro dos jornais alternativos. Numa época em que o Acre passava por profundas transformações, o jornal se propunha a "registrar as conseqüências dessa segunda patada" do Estado, com a entrada das empresas agropecuárias e seus respectivos agentes (a primeira patada aconteceu com o ciclo da borracha). Sua linguagem era inovadora: "abriu as páginas da palavra escrita para a palavra falada". Seus personagens eram os índios, os posseiros, diaristas, estivadores, os "soldados da borracha", cujas histórias o jornal se propunha a contar "com fidelidade e respeito aos relatos simples e profundos que brotam da alma do povo"[18]. Apesar de suas reportagens abordarem aspectos da vida na Amazônia de forma crítica e colada às camadas populares, sem meias palavras, o jornal contava com anúncios do comércio local. Não possuía nenhum ranço da linguagem doutrinária dos alternativos nacionais.

Entre seus fundadores e apoiadores decisivos de VARADOURO

estavam Abrahim Farhat, com militância na UNE e na Contag, e dois jornalistas locais de renome, correspondentes de jornais do Sul, Silvio Martinello e Elson Martins da Silveira, que o anunciaram como "um dever de consciência" de quem acredita no papel do jornalista[19]. "É propositadamente feito aqui, na 'terra'. Sai, portanto, de uma forma rude, cabocla, sem técnica, cheio de limitações e gerado pela necessidade de colocar em discussão os problemas de nossa região, de nosso tempo e principalmente de nossa gente"[20].

Foi o bispo de Rio Branco, Dom Moacyr Felix quem deu o impulso final para a produção de VARADOURO, adiantando dinheiro da Cúria para a edição do primeiro número. A maior dificuldade de VARADOURO sempre foi a impressão. Algumas edições chegaram a ser impressas em São Paulo, devido ao boicote das poucas gráficas locais[21]. Chico Mendes vendia o jornal nos seringais. Em torno desse projeto de imprensa alternativa formaram-se os quadros dirigentes que vinte anos depois dariam combate ao domínio local das oligarquias ligadas ao narcotráfico.

COOJORNAL, PARADIGMA DO COOPERATIVISMO

Coube aos gaúchos o mérito de desenvolverem de modo consciente e sistemático a solução cooperativista como alternativa formal à propriedade capitalista dos jornais da grande imprensa[22]. Fundaram a cooperativa COOJORNAL de serviços jornalísticos ainda em 1974, lançaram o COOJORNAL, em 1976, e O Rio Grande, em 1979.

COOJORNAL foi não só a maior cooperativa de jornalistas jamais formada no Brasil, como também o primeiro projeto de organização jornalística ampla que adotou a doutrina cooperativista como fundamento de sua atividade e procurou adaptá-la a uma práxis jornalística. Nos outros jornais alternativos apareciam algumas práticas parecidas às do cooperativismo, mas desconhecia-se o ideário cooperativista, sem tradição no Brasil, e ausente da cultura política das esquerdas, apesar de originário da mesma matriz utópica.

A idéia da auto-organização operária na esfera da produção surgiu na França e na Inglaterra no início do século XIX, em reação às dramáticas condições de trabalho impostas pela revolução industrial. Inspirava-se no Iluminismo, na crença na vontade do homem e na sua razão. Robert Owen (1771-1858) transformou sua fiação de algodão em Lanark, Inglaterra, num modelo de organização cooperativa. Considerava o capital – e, portanto, a propriedade –, desnecessário. François Fourier (1772-1837), crítico de Owen, propunha unidades de produção que harmonizavam as relações capital-trabalho, valorizando o direito de propriedade.

No Brasil escravista inexistiam condições para o cooperativismo[23], pois a organização autônoma dos escravos só podia se dar em isolamento nos quilombos. E os trabalhadores livres não eram assalariados, mas artesãos ou autônomos interessados apenas no amparo na velhice e na doença, dada a inexistência de seguridade social, para o que criaram as caixas de amparo ou de beneficência[24].

Após a abolição, surgiram a Corporação Operária de Camaragibe, em 1895, em Pernambuco, e diversas cooperativas de consumo, de funcionários públicos, militares e empregados de grandes empresas. E algumas cooperativas de produtores de café e laticínios, meros sistemas de compra de insumos e venda de uma produção que permanecia individual. Nem os imigrantes italianos anarquistas, fundadores de centenas de associações de auxílio, escolas e sindicatos, entre 1880 e 1920,

e conhecedores do cooperativismo através das idéias de Pierre-Joseph Proudhon, dedicaram-se à sua implantação[25]. Além de individualistas, predominavam entre os anarquistas italianos as linhas "insurrecional", ou "educacionalista", ambas propugnando mudar, antes, a cabeça das pessoas[26]. O cooperativismo seria um dos eixos da Escola Nova proposta por Anísio Teixeira nos anos de 1920-1930. Mas, no ideário marxista brasileiro, que sucedeu o anarquismo, não havia lugar para o cooperativismo, pois o centro da sua atividade organizacional e doutrinária era a construção do partido de vanguarda que levaria a cabo a revolução. Marx elogiara as sociedades cooperativas como criações independentes dos trabalhadores, capazes de demonstrar a inutilidade do capitalista, mas combateu o cooperativismo ao mover suas lutas ideológicas contra o "socialismo utópico" e o anarquismo de Proudhon, por ocasião da Primeira Internacional, de 1864[27]. Vinte e cinco anos depois, na Segunda Internacional, foi a vez da social-democracia alemã posicionar-se contra a autogestão econômica e política da classe operária, a partir da teoria da vanguarda de Karl Kautski que negava ao proletariado a possibilidade de desenvolver autonomamente uma consciência política[28]. Essa foi a base das concepções dominantes em toda a esquerda brasileira, subordinando a organização operária à vontade do partido[29].

Também nas suas teorias econômicas, Marx havia descartado a saída cooperativa, argumentando que, ao adotar a acumulação como objetivo, reduzindo seu consumo, condição de sucesso do empreendimento cooperativo que precisa formar seu próprio capital, o trabalhador estaria apenas reduzindo o custo de reprodução de sua força de trabalho no conjunto da produção capitalista. Tratava-se, para Marx, de um desvio de mentalidade, em que o trabalhador adotava valores típicos do capitalista, tais como a "industriosidade".

Rosa de Luxemburgo, outra grande influência nas esquerdas brasileiras, criticou o cooperativismo a partir da ótica da circulação. Ao depender da comercialização, e portanto da concorrência com outros produtores, era inevitável na cooperativa a tendência à intensificação da exploração dos próprios cooperados trabalhadores. "Os cooperados no campo da produção teriam que ser patrões de si mesmos, contradição que ocasionaria o fracasso das cooperativas de produção [...]"[30]. Tudo isso aconteceu efetivamente no COOJORNAL.

RAÍZES E EXEMPLO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO

Quando fundaram a cooperativa, portanto, os jornalistas de Porto Alegre moviam-se por uma ética diferente e antagônica àquela inerente ao ativismo de esquerda, dos jornalistas de OPINIÃO ou MOVIMENTO. Sua origem poderia estar num inconsciente coletivo exclusivo dos gaúchos, no passado remoto do "caldeamento de culturas"[31], e de formas coletivas de produção das missões jesuíticas do início da história do Rio Grande do Sul. Essas formas coletivas duraram nada menos de 170 anos, deixando raízes duradouras na formação social do Rio Grande do Sul e no imaginário gaúcho[32].

Dessas raízes brotou o moderno cooperativismo gaúcho, quando o governo federal, em busca da auto-suficiência em trigo, e o governo do Estado, em busca de uma solução para o êxodo rural crescente, apoiaram o plantio de trigo por cooperativas na década de 1950. Nessa base cooperativista existente no Rio Grande do Sul nos anos de 1970 a cooperativa COOJORNAL inspirou-se, mas tendo que vencer obstáculos interpostos pela lei. Em geral o Estado brasileiro só estimulou

o cooperativismo em momentos de grande crise econômica e social, como foi o período pós-abolição. Assim, um decreto de 1900 propunha a criação de sindicatos e associações de crédito; em 1907, outro decreto permitia a sindicatos organizarem cooperativas. Foi somente na crise de 1930, precisamente em 1932, que o decreto 22.239 sistematizou legalmente o cooperativismo, adotando o modelo "rochdaliano", de adesão voluntária e sem limitação no número de associados, e sistematizado como uma sociedade de pessoas e não de capital. Em 1943 é criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul de 1958 a 62, estimulou o cooperativismo como ferramenta de reforma agrária. E, com Alberto Pasqualini, o cooperativismo tornou-se uma ideologia entre os trabalhistas.

A COOJORNAL teve que vencer obstáculos legais. A ditadura militar criou alguns mecanismos nacionais de reforço do cooperativismo, entre os quais o Banco Nacional de Habitação, mas esses instrumentos faziam parte de um processo de aumento dos controles e da intervenção do Estado na economia. Vários decretos baixados entre 1964 e 1965 restringiram a liberdade das cooperativas de crédito. O BNH passou a controlar as cooperativas habitacionais, o Banco Central as entidades de crédito cooperativo e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ficou com o controle legal dos demais tipos de cooperativas, inclusive a COOJORNAL. Sob o autoritarismo floresceram as "falsas cooperativas", as organizações de pessoas jurídicas – como a Coopersucar e a Cotia –, e foram beneficiadas com incentivos fiscais apenas as sociedades anônimas[33].

Do exemplo da COOJORNAL surgiram, em 1977, quatro novas cooperativas de jornalistas: a Copjornal, em Londrina a JORNACOOP, em Santos a Comcisa, em Salvador e a COOJORNAT, em Natal.

Em 1979 já eram oito as cooperativas de jornalistas. Haviam surgido novas cooperativas em Goiás, Rio de Janeiro, Recife[34]. Em setembro de 1978, em Natal, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Cooperativas de Jornalistas, que aprovou a idéia de fortalecer o movimento cooperativista e estender seu padrão a outros meios de comunicação, com sete objetivos principais: abertura de mercado de trabalho, melhoria do nível salarial, independência profissional, alteração nas relações de trabalho com maior participação dos jornalistas nas decisões editoriais, nova atitude do jornalista perante a sociedade, incentivo ao estudo de novas linguagens e criação de canais de participação popular[35].

Em Natal havia se desenvolvido de forma autônoma um ideal cooperativista no final dos anos de 1960, a partir de um convênio entre a Sudene e a Emater, órgão do Ministério da Agricultura, criando a função de "técnico em cooperativismo". Houve alguma disseminação da idéia cooperativista e em 1975 havia 26 cooperativas, número considerável para o tamanho do Estado. Nesse contexto e com o exemplo da COOJORNAL, surgiu em 1977 a cooperativa de jornalistas de Natal, COOJORNAT, com a participação de vinte jornalistas, liderados por Dermi Azevedo, com o objetivo de criar um "jornal de jornalistas".

E por que "um jornal de jornalistas"? Assim como em Porto Alegre, para conquistar uma liberdade profissional que na província era ainda mais restrita do que nas capitais, devido à predominância de jornalismo de gabinete.

> *Com jornalistas na feitura e direção [...] o jornal não precisa se preocupar com injunções políticas externas e internas [...] o jornal é dos jornalistas para que eles possam exercer a profissão de acordo com seus princípios:*

liberdade de informação, senso crítico, inconformismo. E o jornal serve também para os jornalistas que fazem marcar sua presença na vida política do país e do Estado, deixando de ir a reboque dos editoriais dos patrões [...][36].

Mas passaram-se anos até que o jornal começasse a ser efetivamente preparado e mais um ano até a sua estréia em abril de 1980, sob o nome Salário Mínimo, "um jornal com fome de verdade". Com tiragem diminuta, apenas mil exemplares, e periodicidade mensal, Salário Mínimo nasceu sob influência da crítica das escolas de comunicação ao jornalismo convencional e à comunicação vertical, propondo "decididamente, colocar-se no campo dos oprimidos". Foi instituído um Conselho de Redação, com representantes "de entidades democráticas e populares da cidade [...] que discutiam pautas e as matérias, quase sempre sugeridas pelas entidades [...]"[37].

Salário Mínimo foi pouco mais do que um símbolo, e mesmo assim durou pouco. Seu conteúdo relativamente convencional, a despeito das intenções, era pouco diversificado e pouco criativo. E havia dificuldades de distribuição. A partir do número 4 recebeu auxílio financeiro de uma entidade ecumênica. Em abril de 1981, lançou uma campanha em busca de publicidade. Aceitou anúncios do governo e procurou noticiar atividades de entidades com recursos, como o Senac.

Em Londrina, a Copjornal lançou seu PARANÁ REPÓRTER, em fevereiro de 1980. Durou apenas cinco edições, incluindo o número zero. Fortemente influenciado pelo pioneiro COOJORNAL, era editado por Bernardo Pelegrini. Igualmente efêmero foi o Preto no Branco, lançado pela JORNACOOP de Santos.

A forma cooperativa, no entanto, não prosperou no marco da imprensa alternativa. Nem mesmo a cooperação entre jornais. Já em 1977 o jornal DE FATO, de Belo Horizonte, havia proposto um encontro nacional de jornais alternativos em Brasília para discutir a possibilidade de criação de uma estrutura unificada de distribuição, mas a idéia não vingou. Apesar do trânsito de muitos jornalistas entre um e outro jornal alternativo, foi sempre muito baixo o grau de colaboração entre os jornais. Na fase final do período de censura prévia, adotaram um selo comum, de registro da presença da censura. E intercambiaram anúncios promocionais, uns dos outros. Na fase derradeira, da campanha de terror contra as bancas de jornais, em 1980, formaram-se "comitês de defesa dos jornais ameaçados", com a finalidade específica de dar suporte moral e cívico aos jornaleiros. Nunca foi tentado um esquema conjunto de distribuição ou produção dos jornais.

OS REGIONAIS EFÊMEROS

Entre os alternativos regionais efêmeros criados por pequenos grupos de jornalistas e frutos do mesmo descontentamento com a imprensa convencional, alguns se destacaram.

Viver, lançado por Narciso Kalili em Londrina, e DOMINGÃO, lançado por Sérgio de Souza, em Ribeirão Preto, ambos em 1975, refletem o recuo de duas facções do mesmo grupo depois da experiência totalizante de Ex. Não por coincidência, são ambos projetos de jornalismo de lazer, retomando o veio inicial de BONDINHO. Na origem de BANDEIRA 3, lançado por Lúcio Flávio Pinto em Belém do Pará, estava muito mais o seu descontentamento com o autoritarismo de Raimundo Pereira, editor de OPINIÃO, "cujo espírito de feitor", diz ele, "ultrapassou os limites de

minha tolerância"[38]. Apesar de sua proposta editorial dirigida à periferia de Belém do Pará, BANDEIRA 3 tornou-se um jornal basicamente voltado à classe média politizada e com forte vocação ecológica, dada à sua inserção na região Amazônica.

No seu editorial de despedida, Lúcio Flávio diz que "BANDEIRA 3 precisava existir, mesmo meteoricamente, para lembrar que cada jornalista tem algumas necessidades fundamentais de expressão – consigo e com os outros – e que cada leitor é um mundo que precisa ser descoberto. Necessidades e buscas que têm sido frustradas por toda a grande imprensa deste país"[39]. BANDEIRA 3 não tinha ligação com partidos políticos mas ao nuclear jornalistas com aspirações autonomistas em Belém, contribuiu para o lançamento, dois anos depois, do Resistência, dirigido pelo PCdoB. Alguns jornais regionais dessa fase são impulsionados também por jovens escritores de talento isolados dos grandes centros, como foi o Jornal da Amazônia, lançado em 1975 por Márcio Souza, e que chegou a tirar doze edições. Seu sucessor foi Livro Jornal, com apenas quatro edições[40].

Ao grupo que lançou Boca do Inferno, em Salvador, pertenciam jornalistas ligados a Ex, entre os quais, Hilton Libos. Era um minitablóide que circulou apenas três edições com tiragens que variaram de mil a sete mil exemplares, editado por João Santana Filho. Nessa curta existência o jornal foi invadido por grupos paramilitares, e conseguiu o único prêmio Esso jamais concedido à imprensa alternativa – por uma reportagem de Chico Pontual e Rose Genevois sobre a vida de uma mulher posseira[41].

MANTIQUEIRA foi lançado pelo jovem jornalista Luís Nassif ainda em 1974, em Poços de Caldas, como uma compensação "pelo abandono de suas raízes quando passou a trabalhar na VEJA e pela complacência do jornalismo da VEJA na ocasião"[42]. Fechava o jornal nos finais de semana, depois do fechamento da própria VEJA. Pelo espírito de sacrifício, pelo trabalho voluntário de professores e outros intelectuais da cidade e pela cobertura crítica que passou a fazer da cidade, encaixou-se no espírito alternativo da época, apesar de organizado como empresa mercantil, com cinco sócios. Tiravam entre três e quatro mil exemplares. Pressões dos grupos políticos locais, articuladas pelo sócio e jornalista Décio Moraes, levaram à dissolução da sociedade. Dois anos depois o grupo em torno de Nassif, a maioria com passado comum na Juventude Universitária Católica (JUC), lançou o alternativo Dois Pontos, que tirou apenas quatro edições. E logo em seguida, articulados com estudantes, jornalistas e intelectuais de vinte cidades do Sul de Minas, lançaram Uai, "um jornal bem mineiro" voltado à temática regional, cujo nome se inspirou num antigo Uai de Alfenas.43

BAGAÇO foi lançado no Rio de Janeiro sob o impacto da indignação diante das violações de direitos humanos, da revolta contra a grande imprensa e da admiração pela imprensa alternativa[44]. Entre seus colaboradores estavam veteranos como José Louzeiro e jornalistas jovens, como Marcelo Beraba. Apesar da ajuda de artistas que promoveram um show em seu apoio, BAGAÇO foi apenas até o número 2, editado em fevereiro de 1978, quando o próprio dono da gráfica Jornal Hoje, de Nova Iguaçu, que o deveria imprimir, acionou a polícia, frustrando sua impressão. No contexto da crise da abertura, havia se generalizado em algumas regiões, entre as quais o Rio de Janeiro e Belém do Pará, a pressão de órgãos de repressão sobre gráficas para que não imprimissem jornais alternativos.

CHAPADA DO CORISCO surgiu de um "racha" do grupo literário "Ciranda" que, apesar de pequeno, revolucionou a cena literária no Piauí.

Uma ala lançou uma revista literária e a outra, sob a liderança de Antônio José Medeiros, lançou CHAPADA DO CORISCO, minitablóide mensal, com tiragem de apenas mil exemplares, mas mesmo assim, conseguindo grande repercussão. Medeiros era ligado ao Partido Comunista, mas o jornal adotou linha independente. Contou, como alguns outros regionais, com a ajuda de MOVIMENTO. Fechou após a sétima edição, em virtude de brigas internas não ideológicas e da perda do monopólio da denúncia, quando a grande imprensa abandonou o modo complacente[45].

NOTES

1. O projeto de renovação de A GAZETA MERCANTIL, iniciado por Hideo Onaga em 1972 foi retomado por Roberto Muller, com a proposta de contribuir para uma modernização de atitudes e idéias da burguesia brasileira. Atraiu jornalistas ligados a Cláudio Abramo e alguns da imprensa alternativa, como Bernardo Kucinski, Aloisio Biondi, José Roberto de Alencar, Dirceu Brisola, Teodomiro Braga.

2. Ver Candido Procópio F. de Camargo et. al., São Paulo, Crescimento e Pobreza – trabalho fundamental que orientou a campanha do MDB

3. Para um estudo detalhado deste período ver do autor Abertura, a História de uma Crise, 1982 (edição revista sob o nome O Fim da Ditadura Militar, 2001).

4. Para um estudo detalhado do papel dos meios de comunicação no projeto de abertura, ver Celina Rabello Duarte, Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de Duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978, 1987.

5. O projeto Brasil: Nunca Mais, op. cit., refere-se a "cerca de 125 cidadãos desaparecidos".

6. Celina Rabello Duarte, Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de Duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978, op. cit., p. 72.

7. Cf. Alfred Stepan, Os Militares: Da Abertura à Nova República, 1984.

8. Cf. Celina Rabello Duarte, Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de Duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978, op. cit., p. 101.

9. Como parte da ofensiva contra a FNR na imprensa, em setembro de 1978, são demitidos da sucursal de VEJA em Brasília, D'Alembert Jaccoud e Pompeu de Souza. Ver depoimento de Pompeu de Souza em Paolo Marconi, A Censura Política na Imprensa Brasileira, 1980.

10. Celina Rabello Duarte, Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de Duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978, op. cit., p. 119.

11. O Estado de São Paulo, que havia tomado US$ 150 milhões de empréstimo do Banco de Boston, sofre queda de 5% na receita de publicidade, cf. Júlio de Mesquita Neto em Expansão, 13. nov. 1974. Note-se que durante o governo Geisel permaneceram em vigor todos os instrumentos legais de controle da imprensa; o próprio governo, ao apontar sempre com o perigo do "retrocesso", não estimulava os donos de jornais.

12. O Exército exigiu a demissão de Diaféria por causa de uma crônica sobre o Sete de Setembro, que julgara insultuosa. Cláudio Abramo criou, logo após, para a editora Brasiliense, a revista Leia. A posição de Otávio Frias foi relatada por Mino Carta em depoimento na TV Cultura, em janeiro de 2001.

13. Também os projetos de Mino Carta, a revista ISTO É (1976) e muito depois o Jornal da República (1979) resultam dessa crise do padrão complacente. Mino Carta lançou ISTO É, após ser demitido de VEJA por pressão do governo e protagonizar o episódio da morte de Herzog. "A partir daí, mandei tudo para as cucuias, percebi que jamais trabalharia em outra grande empresa, que não tinha mais interesse. E passei a desafiar mais abertamente os patrões." Cf. depoimento em Paulo Markun, Vlado. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 168. Ver também Fernando Pacheco Jordão, Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil, 1980.

14. JORNAL DE MINAS, 1/11/1975; 12/11/1975.

15. Cf. Maria Ceres Pimenta Spinola Castro, DE FATO, um (Outro) Sujeito Político na Cena Mineira, 1989.

16. Entrevista Flamínio Fantini, 24/10/1990.

17. Maria Ceres Pimenta Spinola Castro, DE FATO, um (Outro) Sujeito Político na Cena Mineira, op. cit., pp. 34-36.

18. VARADOURO, ano 1, n. 10, jun. 1978. Ver também depoimento de Toinho Alves em O Acre, n. 3, Rio Branco, ago. 1997.

19. Após oito meses de preparação, que incluíram o transporte de 300 quilos de chumbo, via aérea, desde o Rio de Janeiro, criaram uma empresa com sete sócios: Edson Martins, Silvio Martinello, Luís Carvalho, Abrahim Farhat, Arquilau de Castro Melo, Célia Pedrina e Alberto Furtado. Contavam com a colaboração de nomes ilustres da Amazônia, como Márcio Souza, correspondente em Manaus e Lúcio Flávio Pinto, de Belém do Pará. Ver depoimentos de seus fundadores em O Acre, n. 3, Rio Branco, ago. 1997.

20. VARADOURO, n. 1, "Editorial", maio 1977. Silvio Martinello havia sido colaborador de OPINIÃO.

21. Entrevistas com Silvio Martinello e Dom Moacyr Grechi, 17/05/1997

22. Ver a história detalhada da cooperativa e do jornal na segunda parte deste livro, "Os Jornalistas".

23. Cf. Diva Benevides Pinho, "Notas de Avaliação do Cooperativismo Brasileiro", Caderno Cooperativista, n. 2, 1980; e da mesma autora, O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro, 1982.

24. Uma exceção a essa regra foi o lançamento do Jornal dos Typographos, em 1853, no Rio de Janeiro, pela Associação Tipográfica Fluminense, propriedade dos próprios tipógrafos que haviam entrado em greve. Cf. Flávio Aguiar, A Comédia Nacional no Teatro de José de Alencar, 1984.

25. Proudhon considerava a propriedade "um roubo", com a exceção da posse dos instrumentos de trabalho pelos próprios trabalhadores, e propôs um modelo "mutualista" de produção por unidades cooperativas ligadas por bancos também cooperativos.

26. No I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, predominou a linha do sindicalismo revolucionário, antimilitarista, apolítico e (pelo) ensino laico. Cf. Maria Nazareth Ferreira, A Imprensa Operária no Brasil, 1880-1921. Petrópolis, Cortez,1980. Ver também Vernon Richards, Malatesta, Life & Ideas, 1984.

27. Karl Marx, CRÍTICA ao Programa de Gotha, 1977.

28. Cf. Maurício Tragtenberg, Reflexões sobre o socialismo, 1980.

29. David Slub, Lenin, a Biography, 1976. Mesmo depois da vitória bolchevique, Lenin disse que deveriam ser erradicadas quaisquer ilusões formais de autonomia operária ou cooperativismo.

30. Rosa de Luxemburgo, Reforma ou Revolução, 1967.

31. Entrevista com Flávio Aguiar, 16/10/1990.

32. Fundadas a partir de 1626, as dezesseis reduções indígenas tinham por base a propriedade social dos meios de produção, combinada com a incorporação das práticas cooperativas na caça e na agricultura já existentes entre os guarani. Através das missões deu-se um dos fenômenos mais curiosos de percurso de uma utopia. Teriam sido criadas pelos jesuítas no Novo Mundo a partir das utopias de Platão, de Tomas Morus e de Tomás Campanela. Mas retornam ao imaginário Europeu, influenciando Hegel e os iluministas, e os socialistas utópicos, entre os quais Babeuf e Saint-Simon, a ponto dos operários parisienses chamarem os discípulos mais radicais de Babeuf e Blanqui de "jesuítas vermelhos". Cf. Décio Freitas, O Socialismo Missioneiro, 1982. Ver também Arno Alvarez Kern, Missões: Uma Utopia, 1982.

33. Diva Benevides Pinho, "Notas de Avaliação do Cooperativismo Brasileiro", op. cit.

34. COOJORNAL, n. 40, abr. 1979. Há organizações jornalísticas com fortes traços cooperativos, mas que são, na realidade, sociedades por cotas. Entre elas, a editora Oboré e a agência fotográfica F4, ambas em São Paulo.

35. Cf. Beatriz Bissio & Maria Nakano, Brasil, la Experiência de la Prensa Alternativa, 1982.

36. Salário Minimo, edição especial, 1981.

37. Cf. Carlos Eduardo Lins da Silva, "Jornalismo Popular no Rio Grande do Norte", Comunicação e Sociedade, n. 6. Set. 1981.

38. Carta a Sérgio Buarque de Gusmão, 1974, arquivo RP.

39. BANDEIRA 3, n. 7, 2/9/1975.

40. Entrevista com Roseanne Arcanjo Pinheiro, set. 1996. Notícia, de Manaus, foi um dos poucos diários convencionais submetidos a censura prévia. Na cidade o boletim Porantins, da CIMI, que depois teria circulação nacional, preenchia algumas das funções de um jornal alternativo.

41. Cf. EM TEMPO, n. 2,14/2/1978.

42. Entrevista com Luís Nassif, 28/11/1990.

43. MANTIQUEIRA continuou a circular como jornal convencional. Também participaram da articulação inicial de Uai Murilo Carvalho e Teodomiro Braga, ligados ao jornal MOVIMENTO, e Antonio Barbosa Neto, ex-dirigente da AP, originário daquela região e recém-libertado. Na sua edição de dezembro de 1979, Uai publicou a biografia de Osvaldão (Osvaldo Orlando Costa), o herói da guerrilha do Araguaia, nascido na região de sul de Minas.

44. A principal matéria do número 1 do BAGAÇO foi uma entrevista com o veterano da imprensa alternativa, Roberto Freire.

45 Participaram, ainda, entre outros: Cinéas Santos, Marcos Premonesi, Dodó Machado.

APOGEU E DIVERSIFICAÇÃO TEMÁTICA

O RETORNO DA MILITÂNCIA

Com a derrota do governo na eleição de 1974, a adoção da política de abertura gradual, dela decorrente, e a libertação dos primeiros presos políticos, o sentimento de solidariedade e unidade entre as oposições começa a dar lugar à colocação de propostas divergentes[1]. Dá-se o "racha" do jornal OPINIÃO e, na sua esteira, o surgimento de MOVIMENTO e de diversos jornais alternativos regionais, mas portadores de projetos políticos nacionais. Jornais povoados pela militância política.

A política de abertura aprofundou divergências entre o proprietário d'OPINIÃO, Fernando Gasparian, e seu editor, Raimundo Pereira, que já vinham de longe, na medida do progressivo atrelamento do jornal ao Comitê Central do PCdoB. Por um lado, a equipe d'OPINIÃO, assim como boa parte do PCdoB, que em algumas regiões pregou o voto nulo, foi surpreendida pelo resultado das urnas. Por outro lado, corriam então, nos meios políticos e nas redações, não só os rumores de uma distensão no campo político, a partir de revelações do general Golbery, mas também a expectativa de uma nova política econômica nacionalista, pois o general Geisel vinha da presidência da Petrobrás e acenava com projetos grandiosos de desenvolvimento das indústrias de base. Fernando Gasparian estava "impressionado com essa perspectiva", enquanto Raimundo Pereira investia na direção dos movimentos populares, que também começavam a emergir, e radicalizava seu conflito com Gasparian. O choque se precipitou e Gasparian demitiu Raimundo Pereira[2].

Raimundo partiu para o projeto de um jornal que não tivesse patrão, um "jornal de jornalistas", nascendo assim MOVIMENTO, modelo de um novo tipo de jornal alternativo, de propriedade coletiva duplamente articulado à sociedade. Enquanto contava com endosso ostensivo e ajuda financeira de jornalistas, deputados e personalidades, articulava-se secretamente com a direção do PCdoB e com grupos de apoio formados, em sua maioria, por ativistas políticos que estavam saindo das prisões – e adotavam os jornais alternativos como espaço de reintegração à sociedade, de rearticulação política e, às vezes, como única alternativa de trabalho. Ressurge um padrão de jornal alternativo organicamente ligado a partidos clandestinos.

Apoiado financeiramente por quase quatrocentos cotistas, entre os quais cerca de duzentos jornalistas, MOVIMENTO, no entanto, foi conduzido politicamente, e de forma secreta, por um ativista político que vivia na clandestinidade, Duarte Lago Brasil Pacheco Pereira, autor dos "Ensaios Populares" de MOVIMENTO, de suas principais propostas políticas, da maioria das pautas de suas edições especiais e, até mesmo, das instruções políticas e programáticas que Raimundo Pereira copiava, memorizava e posteriormente defendia nas reuniões de pauta[3].

OS GRAMSCIANOS

Em Porto Alegre, uma articulação basicamente de ativistas políticos, contando com personalidades de prestígio no meio jornalístico, lançou o semanário Informação, em 1976. Sua equipe era originária do Semanário da Informação Política que circulou por algum tempo em Ijuí, e incluía lideranças das esquerdas gaúchas, entre as quais Daniel Herz, Adelmo Genro Filho, Tarso Genro, Glênio Peres. E jornalistas que já haviam

participado ou viriam depois a participar de outros jornais alternativos, como Carlos Mossman e Flávio Aguiar. Pertenciam, em sua maioria, à esquerda do MDB no plano político ostensivo, e tinham ligações, no plano clandestino, com dissidências do PCdoB e alguns outros grupos de esquerda. Mais tarde iriam muitos para o Partido dos Trabalhadores.

Informação foi fruto, em âmbito regional, de uma dupla insatisfação. Primeiro, com os rumos do jornal MOVIMENTO, a essa altura sob hegemonia do PCdoB e em início do processo de "racha" que levaria à fundação do EM TEMPO. Segundo, com os limites impostos pela hegemonia do MDB no campo da oposição legal no Rio Grande do Sul. Procuraram recriar um espaço pluralista, que permitisse a convivência das divergências, num momento de explicitação e mesmo acirramento dessas divergências. "Informação defende as posições dos grupos que sustentam a necessidade do debate interno para manter a unidade da oposição brasileira."[4]

> *Um debate não limitado a objetivos políticos imediatos, mas voltado precisamente para o interesse das camadas populares, tais como a proposta de outro modelo econômico, criação de um sistema eficaz de defesa dos direitos humanos, análise da situação política e social do Rio Grande do Sul, bem como a denúncia de fatos que são escamoteados pela imprensa tradicional [...]"[5].*

Conforme a tradição dos alternativos gaúchos, Informação tinha diagramação conservadora e sóbria. Enfatizava os temas político-eleitorais e partidários. Durou seis meses, financiado com contribuições mensais de cerca de cem pessoas, e acabou quando o dinheiro acabou.

Uma outra articulação de militantes gaúchos, mais à esquerda, deu-se em torno de Lampião. Nele se juntaram ativistas de extração trotskista, ligados à corrente estudantil denominada Perspectiva e a Raul Pont, ainda na prisão. Esse antigo membro do Partido Operário Comunista (POC) mais tarde fundaria, através do EM TEMPO, a Democracia Socialista. Lampião deu uma grande contribuição formal à imprensa alternativa, com sua diagramação original numa única folha tamanho *standard*, com tipos miúdos, textos curtos e irônicos. Tirou apenas sete edições e deixou de circular exatamente quando ampliava-se seu quadro, incluindo correspondentes da diáspora gaúcha em São Paulo (Flávio Aguiar, Marcos Faerman, Omar Barros Filho), em Brasília e em Campinas.

Na sua intenção manifesta, nos pontos programáticos, nas plataformas de lançamento, no discurso elaborado para conquistar o apoio dos intelectuais, dos jornalistas independentes e da sociedade civil, os jornais alternativos apoiados em frentes de partidos propunham-se a forjar uma consciência coletiva homogênea, através da prática de um jornalismo integral. Proposições claramente gramscianas. Informação é um caso notável de influência gramsciana. Desde 1968 a obra de Gramsci vinha despertando interesse dos intelectuais. Com a derrota da luta armada houve uma corrida a Gramsci, o pensador que do cárcere, ou seja, também em situação de derrota física, estudou os problemas da ação política em condições adversas. Nenhum teórico influenciou tanto os intelectuais do início dos anos de 1970 quanto Gramsci[6]. Os estudos da práxis jornalística, as teses acadêmicas e até mesmo os artigos de circunstância adotaram as teses de Gramsci como referencial teórico. Tornou-se corrente a expressão "intelectual orgânico", designativa do trabalhador intelectual ou pensador que se dispõe a contribuir para a formação de uma consciência política no interior da classe operária. Gramsci havia definido "jornalismo integral" como o que vai além da mera satisfação das necessidades aparentes de seu público ou de seus jornalistas; como o jornalismo capaz de criar e

desenvolver essas necessidades e ampliar seu público. Trata-se de um corolário direto da concepção gramsciana de revolução através de uma função hegemônica de natureza essencialmente ideológico-cultural, em cuja constituição os jornais teriam um papel importante, em oposição ao modelo leninista que concentra todo o poder no partido. Embora também operasse com os conceitos de partido e de vanguarda, Gramsci não subordinava jornal a partido. Considerava que esse jornalismo integral só poderia ser praticado se o jornal fosse uma entidade em si mesma, geradora do seu próprio conhecimento, e portadora de uma ética específica, embora ligado aos grandes movimentos sociais. Não poderia, portanto, ser mera correia de transmissão de um partido ou de um comitê central.

OS LENINISTAS

Para demonstrar um caráter não diretamente partidário, os jornais alternativos orgânicos tinham sempre um conselho editorial e outros organismos coletivos. No caso paradigmático de MOVIMENTO esse conselho era composto de nove personalidades de grande prestígio no campo das oposições e ainda havia um conselho de redação de doze jornalistas. Além disso, contou para seu lançamento com as contribuições dos acionistas-apoiadores, atraídos por uma intensa mobilização. Mas, subjacente à articulação ostensiva, havia uma outra articulação, de inspiração leninista, comandada pelos militantes dos partidos políticos hegemônicos em cada projeto. O jornal era visto por cada grupo ou partido como instrumento direto de organização e ampliação do próprio partido, e a ele subordinado. Para Lenin, todo poder pertence ao partido, ao qual o jornal se subordina. O partido é a forma suprema. Além disso, para Lenin, ao jornal do partido caberia "não apenas difundir idéias, educar politicamente e ganhar aliados políticos [...] [mas ser um] propagandista e agitador coletivo (e também) um organizador coletivo"[7]. Essa concepção, referendada pelo III Congresso do Comintern, em 1921, continuava sendo comungada por todas as organizações de esquerda em 1975, não só as de extração estalinista, como também as tendências trotskistas e outras[8], e por alguns intelectuais e jornalistas não-vinculados a esses partidos. Era parte da cultura de esquerda dos anos de 1970.

O propósito dos grupos de esquerda era sempre o de assumir o controle do jornal e depois usá-lo para organizar e ampliar a sua organização política. Na luta por esse controle, ao invés de um processo de construção de uma consciência coletiva homogênea, de inspiração gramsciana, tinha-se a imposição de uma ideologia dogmática que passava, inclusive, a ser usada como instrumento demarcador da luta pelo poder, ou seja, como dogma de uma cruzada, como ocorreu em DE FATO e, depois, em MOVIMENTO. Ao invés de unir, aproximar, as discussões tinham a função sociopolítica de dividir, de separar.

O fenômeno da leninização dos jornais alternativos generalizou-se, atingindo até o mensário VERSUS, de inspiração cultural-existencial. Marcos Faerman havia fundado VERSUS como proposta de ação através de uma cultura de resistência, mas o mensário, com seu discurso re-elaborado, já como linguagem mítica, adotando como referência toda a América Latina, atraiu ativistas do movimento clandestino Liga Operária, que tornaram-no um jornal organizador de partido.

Nesses jornais, perdiam importância as personalidades do conselho editorial, aumentava o poder dos ativistas políticos reunidos em torno das sucursais, através da vendagem e das discussões de seus artigos. Nessa mudança, a linguagem do jornal ia se constituindo num código,

compartilhado apenas pela subcultura dos grupos políticos. Em MOVIMENTO esse processo se manifestou após uns seis meses da fundação e atingiu o apogeu com a proposta de expurgar o jornal, mesmo à custa de um "racha", em abril de 1977. Com a queda da direção do PCdoB, na Lapa, no final de 1976, MOVIMENTO praticamente substituiu o partido. O "racha" entre os militantes ligados às diversas correntes tornou-se inevitável. Em VERSUS, a mudança deu-se de forma abrupta, quando o jornal passou a ser controlado pela Liga Operária. Eliminada a mediação entre a práxis jornalística e a ação política, VERSUS morreu menos de um ano depois.

A POLÍTICA DO FEMINISMO

Enquanto um novo movimento feminista explodia na Europa desde o começo dos anos de 1970, no Brasil a questão da mulher era desprezada por diversos jornais alternativos importantes. Com a introdução da pílula anticoncepcional e após duas décadas de expansão econômica, ampliou-se a participação da mulher na política institucional e nas atividades produtivas e de direção, ao mesmo tempo em que se aceleraram as transformações na forma da família. Tudo isso desembocou num movimento feminista pela incorporação dessas mudanças no corpo da lei. Questões da família, do corpo e do sexo tornaram-se públicas. Mas, no Brasil, o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo chacota, inclusive por O PASQUIM, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral "anticlasse média moralista", especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Freqüentemente, associavam feminismo à frustração sexual.

Em alguns países o feminismo tornou-se movimento de massa. Nos países católicos, a luta das mulheres visava principalmente a descriminalização do aborto. Nos países de legislação avançada, a luta era pela transformação de mentalidades, da família, pela abolição da dupla jornada de trabalho. Na França, onde assumiu caráter mais intelectual, o feminismo impressionou grande número de exilados e exiladas brasileiros, "constituindo-se um núcleo feminista de exilados"[9]. Na primavera francesa de 1971, Simone de Beauvoir e mais de trezentas feministas assinaram um manifesto assumindo publicamente a prática do aborto, um crime grave na lei da França católica.

Assim, com atraso de alguns anos, chegou ao Brasil uma nova combinação de idéias e desejos de luta, um novo ativismo político, e novas categorias analíticas, como o conceito de gênero, contribuindo para o processo de abandono do paradigma clássico de ativismo baseado exclusivamente no conceito de "luta de classes". Em 1975, proclamado pela ONU Ano Internacional da Mulher, ganhou novo impulso o movimento feminista no Brasil, a partir de um "Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista", realizado em outubro na Câmara Municipal de São Paulo com apoio da ONU, da Cúria Metropolitana e de associações femininas. Em novembro foi fundado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que realizou pesquisas de campo sobre a condição da mulher – ainda mais dramática entre as famílias pobres das novas periferias urbanas do que em muitas outras partes do mundo. Logo nos primeiros encontros os participantes foram surpreendidos com a distribuição do primeiro número do Brasil Mulher, jornal alternativo feminista produzido em Londrina, trazido para São Paulo dentro de uma mala de viagem por sua fundadora, a jornalista Joana Lopes, e impresso nas oficinas da Folha da Manhã[10].

Precursor dos alternativos feministas, Brasil Mulher foi lançado em dezembro de 1975, com o apoio do MOVIMENTO Feminino pela Anistia (MFA), criado naquele ano por Therezinha Zerbini. O MFA não era um movimento feminista, ao contrário, usava a imagem da mulher para legitimar a luta pela anistia e nesse sentido — do uso da imagem da mulher – poderia ser considerado até como de inspiração machista. Joana Lopes havia entrevistado Therezinha Zerbini para a Folha de Londrina, a primeira incursão do jornal no tema da anistia. Desse contato e "da presença em Londrina de Narciso Kalili e Rui Barbosa, nasceu a idéia de um boletim do MFA, que logo virou um jornal, um jornal feminista" [11].

No primeiro número do Brasil Mulher, além do espaço nobre à luta pela anistia, prevaleceram as concepções clássicas da esquerda: "Não há liberdade para a mulher enquanto não houver liberdade para o ser humano", diz o seu editorial[12]. O feminismo do Brasil Mulher foi fortemente influenciado pelo marxismo, e em especial pelo maoísmo, voltado para a temática da pobreza e da miséria, que no Brasil tem como subprodutos problemas femininos graves e específicos, entre os quais mortes por abortos clandestinos – afetando apenas as mulheres pobres – e a prostituição infantil. Brasil Mulher tinha como temas permanentes "saúde, educação e, principalmente, o grande número de abortos e como isso afetava o país; via a luta das mulheres como parte da luta de classes"[13].

Da contradição entre as posições de Therezinha Zerbini "que pregava a anistia, mas não para os terroristas", e das feministas em torno de Joana Lopes, surgiu o primeiro "racha", já na reunião de pauta do número 2, em fevereiro de 1976. Uma reunião "com mais de 40 pessoas, gente de todos os partidos que queriam se reorganizar" através do jornal[14]. Brasil Mulher transferiu-se para São Paulo, onde criou a entidade feminista Sociedade Brasi1 Mulher. O jornal era publicado a cada dois meses, com tiragens de dez mil exemplares e distribuição nacional. Houve depois um segundo "racha" quando a maioria, sob hegemonia do PCdoB e liderada por Maria Amélia Machado e Rosalina Santa Cruz, decidiu orientar o jornal para mulheres das classes trabalhadoras, dentro de uma perspectiva de ampliação partidária. Para isso, propunham pautas específicas, ao mesmo tempo em que se valiam da Sociedade Brasil Mulher como base de atividades partidárias. A minoria, incluindo a fundadora Joana Lopes, que propunha como público preferencial a classe média, e o feminismo como tema central, finalmente abandonou o jornal. Com a saída de Joana Lopes e das feministas independentes, o jornal morreu[15]. Brasil Mulher durou dois anos, até 1977.

Em junho de 1976 foi lançado Nós Mulheres, tendo como jornalista responsável Anamárcia Veinsecher, e uma base de ativismo mais ampla do que a do Brasil Mulher, incluindo membros de clubes de mães engajadas em lutas por creches na zona sul de São Paulo. Após vários encontros organizados pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, haviam decidido lançar um jornal, nascido assim diretamente dos movimentos de base femininos. Sua matriz ideológica também era o paradigma clássico das esquerdas, mas com autonomia clara para a luta feminista:

> *O primeiro jornal feminista brasileiro a colocar que o privado também era público e a levantar questões como a sexualidade, a criança, a privilegiar o ângulo da liberdade [...] não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. Nós Mulheres decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas [...]* [16].

Nós Mulheres criou uma Associação de Mulheres, e circulou

irregularmente durante dois anos, com tiragens variáveis de dois a dez mil exemplares, até 1978, quando um grupo decidiu separar-se da associação.

Maria Quitéria foi lançado em maio de 1977 e como porta-voz do MFA. No conselho os nomes tradicionais da esquerda nacionalista dos anos de 1960, entre os quais, Euzebio Rocha e Barbosa Lima Sobrinho. Esposa do general Zerbini, cassado pelos vitoriosos de 1964, Therezinha Zerbini adotou o nome da heroína feminina dos militares brasileiros. O jornal, minitablóide, era totalmente voltado à temática da anistia. Entre os feministas efêmeros surgiram ainda Correio da Mulher, publicado por Rosane Bahlis no Paraná, e Mulher ABC.

O mais duradouro e o mais feminista dos jornais feministas, Mulherio, nasceu já no final do ciclo alternativo, em 1981, e continuava a existir em janeiro de 1990, quase dez anos depois. Foi editado por Adélia Borges, que havia trabalhado em MOVIMENTO e posta na lista negra das grandes empresas jornalísticas, depois de participar da greve dos jornalistas de 1979, como dirigente sindical. Contava com o suporte material da Fundação Carlos Chagas, fugindo, portanto, do modelo organizativo da imprensa alternativa dos anos de 1970, apesar de semelhanças em conteúdo, postura e padrão editorial. Ao contrário de seus antecessores, Mulherio "não é porta-voz de nenhum grupo feminista ou instituição de pesquisa em particular"[17].

Muitas jornalistas e feministas participam simultaneamente de vários dos jornais feministas desse período, constituindo-se num subgrupo da comunidade de jornalistas da imprensa alternativa. Propunham-se num primeiro momento a "subsidiar, apoiar e divulgar [...] as atividades de grupos de mulheres (que surgiram em vários Estados brasileiros) assumindo a defesa de lutas políticas e econômicas, através de associações de donas de casa, clubes de mães [...]"[18]. Assim como os alternativos orgânicos formulavam os propósitos ora de organizar os trabalhadores, ora de subsidiar suas lutas, a modalidade feminista, propunha-se a subsidiar essas mesmas lutas, desde que travadas por mulheres. Era, de início, uma especialização, ou divisão de tarefas de um mesmo imaginário.

Numa segunda fase, à medida que se criaram as associações de mulheres e se articulou o discurso feminista, os jornais feministas passaram a diferir do jornalismo alternativo por dois fatores principais: primeiro, por implicarem um associativismo e uma prática específica que se realizava no plano social, enquanto a dos jornais orgânicos, além do menor conteúdo de associativismo, se realiza no plano político; em segundo lugar, por implicar mudanças de hábitos de vida, divisão de trabalho no âmbito da família.

De um modo geral, os jornais feministas não atingiram graus elevados de desenvolvimento e autonomia conceitual. Começaram como alternativa à própria imprensa alternativa, mas mantiveram-se presos aos seus paradigmas e passaram pelos mesmos processos de "rachas"; só no final da década libertaram-se do universo anterior, mergulhando no feminismo e desenvolvendo um padrão próprio, muito mais ligado ao meio acadêmico, à pesquisa de campo, do que às instituições da sociedade civil[19].

O IMAGINÁRIO DA SEXUALIDADE

Em reação até agressiva ao dogmatismo dos grupos de esquerda e à sua moral conservadora, surgiram os alternativos pregadores da importância da sexualidade. O prazer pessoal, inclusive o corporal, e sexual, como sendo "tão importante quanto a necessidade de liberdade política e a necessidade de comer"[20].Enquanto na Europa eram recuperadas as teorias

de Wilheim Reich sobre a libertação através do orgasmo, os principais jornais alternativos brasileiros de caráter político não refletiam uma visão libertadora, mesmo que fragmentada, nos campos da vida pessoal e do prazer. Mesmo os jornais feministas brasileiros não valorizavam tanto quanto os europeus a busca do prazer sexual, a busca do "orgasmo", palavra proibida no vocabulário das esquerdas. Às militantes do PCdoB, por exemplo, era vedado o uso de cosméticos e adereços.

Com essa temática e reagindo contra o autoritarismo nas relações internas d'OPINIÃO, Júlio César Montenegro, seu editor de cultura, Genilson Cezar, Ronaldo Brito e Caio Túlio Costa lançaram, em 1977, o tablóide Beijo, dedicado ao comportamento, sociologia e cultura, à discussão do prazer e de sua necessidade. Era um ataque também ao espírito jesuítico do jornal OPINIÃO, ao culto do sacrifício, ao represamento e até repressão da sexualidade. E mais uma via de abandono dos dogmas de esquerda, pelo caminho do prazer e do seu culto, como simbolizou Fernando Gabeira o ex-jornalista alternativo, ex-militante de luta armada, ao vestir a tanga e proclamar o "crepúsculo do macho". Esse imaginário iria ainda mais longe, até erigir uma metafísica do prazer corporal, especialmente o gozo sexual, como meta superior, como modo de vida e como psicoterapia, conforme a somaterapia de Roberto Freire, o ex-jornalista alternativo, guru de toda a escola de jornalismo existencial do grupo Realidade[21].

Beijo lançou seu primeiro grande ataque contra a concepção de homossexualidade dos jornalistas d'O PASQUIM. "Simulando liberar, quando a imprensa progressista tratava da homossexualidade era apenas para lhe indicar rigidamente o seu lugar no meio social".[22] Ao contrário dos jornais feministas, que se pareciam a uma ala feminina dos alternativos políticos, Beijo erigiu a esquerda como seu alvo de crítica. E de crítica pela esquerda. Era forte, nesse período, a influência de Michel Foucault, de sua crítica ao intelectual como dono da verdade. Beijo foi um refinado produto da imprensa alternativa. A radicalidade levada às últimas conseqüências. Sua diagramação era ousada, concretista. Sua temática do prazer, antecedendo-se a Fernando Gabeira em mais de um ano, foi sentida como uma bofetada pelos jornalistas de MOVIMENTO. Saíram apenas seis edições. Em Beijo inspiraram-se os alunos da Escola de Comunicações e Artes da USP que em 1977 lançaram AVESSO, primeiro jornal estudantil a adotar o tamanho *standard*, aproveitando o maior espaço visual para uma diagramação ousada, com uma linha editorial e iconoclasta[23].

Mais duradouro e menos sofisticado foi Lampião de Esquina, mensal, com vinte mil exemplares, lançado por Aguinaldo Silva, um dos principais colaboradores d'OPINIÃO, fundador e conselheiro de MOVIMENTO. Sua bandeira era mais diretamente o homossexualismo, a defesa aberta e franca dos direitos das minorias sexuais. Contou com a colaboração de Jean Claude Bernardet, Darcy Penteado, Peter Fry e circulou num contexto em que o homossexualismo começou a ser assumido e "aceito no Rio de Janeiro como em nenhuma outra cidade do mundo"[24].

Lampião de Esquina começou elegante e terminou pornográfico. Sua circulação coincidiu com a explosão pornográfica no país em decorrência da abertura e das pressões de uma demanda reprimida pela pornografia. Circularam 37 números, até junho de 1981. Assim como os jornais feministas, seus jornalistas foram se constituindo num grupo ativista específico. Chegavam a enviar um manifesto em defesa dos direitos dos homossexuais ao Congresso Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas, que então se realizava em Roma, subscrito também pelo "Somos – Grupo de Afirmação Homossexual". O manifesto exigia, "além

do direito ao trabalho, o direito legítimo e inalienável ao prazer que é parte do seu direito à vida e à sobrevivência [...]. Acusavam a sociedade brasileira, inclusive "setores progressistas", de consagrarem a "discriminação sexual"[25].

OS ECOLÓGICOS

Em todos esses anos surgiram poucos jornais ecológicos e nenhum rigorosamente alternativo. O movimento ecológico ganhou impulso principalmente após a divulgação em 1979, do "Manifesto Ecológico" de José Lutzemberger, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente. Destacaram-se: Paranapanema, São Paulo, 1977 – publicado com apoio empresarial para lutar contra a instalação de fábricas de papel no Vale do Paranapanema; Ecojornal, São Paulo, 1979 – com apoio empresarial e de entidades ecológicas nacionais e estrangeiras.

OS JORNAIS DA ANISTIA: RESISTÊNCIA

A partir do Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, reunido sob grande tensão em Brasília, em julho de 1976, o apelo da anistia passou a galvanizar as oposições. Para todos os partidos políticos era prioritária a soltura de seus presos. A Anistia reunificou momentaneamente as esquerdas em torno de uma ação política possível e com objetivos claros e alcançáveis. A maioria dos jornais alternativos, inclusive o satírico O PASQUIM, que entrevistou Fernando Gabeira no exílio, passariam por fases editoriais dominadas pela temática da anistia. Pelo menos quatro jornais alternativos nasceram diretamente do apelo à anistia. Além dos feministas Brasil Mulher e Maria Quitéria, foi essa a motivação original do alternativo carioca Repórter e do Resistência, de Belém do Pará.

Repórter nasceu de um incidente muito parecido ao que deu origem a Brasil Mulher: uma entrevista sobre o tema da anistia. No caso de Brasil Mulher, foi da entrevista de Joana Lopes com Therezinha Zerbini, fundadora do MOVIMENTO Feminino pela Anistia. No caso de Repórter, foi de uma entrevista de um grupo de jornalistas ex-militantes da "dissidência" carioca com o presidente da Anistia Internacional, Thomas Hammarberg, em visita sigilosa ao Brasil no final de 1976. Vários deles haviam sido presos políticos desde antes do ciclo da luta armada. Criaram o jornal para poderem disseminar a entrevista, tirando apenas mil exemplares. Mas, em seguida, sob a liderança de João Sant'Anna, Luiz Alberto Bettencourt, Paulo Haddad, acabaram criando um dos mais vendidos jornais alternativos dos anos de 1970, e dos mais controvertidos, por sua dose de pornografia. Um dos poucos dirigidos não à classe média mas ao povo[26].

Resistência nasceu da necessidade política de proteger as vidas e os direitos humanos de militantes de esquerda e de lideranças populares. Após a chacina da direção do PCdoB, na Lapa, em dezembro de 1976, e da repressão que se seguiu, alguns remanescentes do partido em Belém do Pará discutiram a idéia de criar uma associação de direitos humanos. Entre eles, o advogado Paulo Fontelles de Lima e o agrônomo Humberto Cunha[27]. Wladimir Pomar, filho de um dos líderes assassinados na Lapa, Pedro Pomar, era um dos poucos contatos eventuais com o partido, quando passava pela região, onde estavam suas raízes familiares. Os catorze anos de ditadura haviam causado "consideráveis prejuízos à oposição do Pará [...]. O sul do Pará havia sofrido a violência das Forças Armadas

no combate à guerrilha do Araguaia. Por muito tempo, o clima nessas áreas era de pavor e muita cautela [...]"[28]. Com o assassínio do fazendeiro americano John Davis na Amazônia, e a necessidade de garantir o direito de defesa aos posseiros acusados do crime, a idéia foi discutida e aprovada pelos remanescentes do partido, entre eles o próprio Paulo Fontelles e sua mulher, Hecilda Veiga Fontelles de Lima. Nasceu, assim, em agosto de 1977, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, um movimento de base da sociedade civil, com estatuto registrado em cartório e uma detalhada carta de princípios aprovada em Assembléia Geral – dirigida secretamente, desde a sua gestação, por esses quadros, oriundos do PCdoB. Além de lutar pelos direitos humanos e de disseminar a linha do partido, a sociedade contribuiria para a luta pela anistia e pela incolumidade dos presos políticos, que passou a prioritária no partido após a queda de parte de sua direção. Seis meses depois, a direção do PCdoB decidiu que a sociedade deveria lançar um jornal, "para a divulgação da sociedade e também para atrair simpatizantes"[29].

Já na assembléia que aprovou a fundação do novo jornal, chamado Resistência, revelou-se um método paradigmático de instrumentalização política então adotado pelo PCdoB. Para dirigir o jornal, havia um candidato forte entre os membros da sociedade: o jornalista Raimundo José Pinto, irmão de Lúcio Flávio Pinto. A direção do partido "inchou a assembléia com dezenas de estudantes simpáticos ao PCdoB, que nunca tinham participado antes"[30], e assim elegeram, para editor do Resistência, Luiz Maklouf Carvalho, jornalista da imprensa convencional, simpatizante do partido.

Apesar de órgão de uma sociedade de direito civil, Resistência tinha a conformação típica dos jornais alternativos, e destacou-se como um dos mais sugestivos da última fase do ciclo alternativo. Não só pelo seu conteúdo editorial, que cobria, com autonomia jornalística, todos os campos normalmente tratados pela imprensa alternativa de base, como também pela organicidade de sua articulação, pela quantidade de trabalho envolvida na sua produção, distribuição e administração. Era impresso em tamanho um pouco maior do que o tablóide, o que o distinguia dos demais alternativos. Suas reportagens cobriam todas as mazelas sociais de Belém, com destaque para as violações de direitos humanos, ao mesmo tempo em que dedicava algum espaço sistemático a temas nacionais como forma de disseminação das posições do PCdoB, espaço esse que foi crescendo no decorrer do tempo, tornando-se dominante na última fase do jornal.

Resistência durou mais cinco anos, passando por três fases, até junho de 1983. Teve ainda uma sobrevida, até junho de 1989, período em que saíram apenas três edições, uma delas com as melhores reportagens das edições anteriores. Numa primeira fase não tinha periodicidade, saía "quando se conseguia financiamento das entidades democráticas para pagar uma edição"[31]. O trabalho era em grande parte voluntário. A partir do número dez optam por edições especiais, diretamente financiadas "pelo movimento democrático e popular", especialmente pela Igreja, que comprava edições inteiras. As tiragens com um mínimo de dois mil exemplares a um máximo de cinco mil. Também oscilava muito sua vendagem em bancas, de um mínimo de 400 exemplares na edição 27 para 1.635 exemplares logo na edição seguinte, que tratava de um tema de interesse geral da população (Escândalo na Caixa Econômica). Mas esses números, aparentemente modestos e muito irregulares, não refletem a real importância do Resistência. Além de quinhentos exemplares distribuídos a entidades da sociedade civil e a personalidades, gratuitamente ou por

permuta, o jornal “penetrou em lugares nunca alcançados por outros veículos”[32], graças à militância do PCdoB e das comunidades de base da Igreja, e à sua própria clareza de estilo. Em outubro de 1979, Resistência ganhou o Prêmio Wladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, pela matéria Encontrem Jana. A história do apelo do pai da estudante Jana Morono Barroso aos camponeses do Araguaia para que encontrassem sua filha, desaparecida durante a guerrilha. Depois, ganhou o Prêmio Wladimir Herzog mais três vezes.

A segunda fase do Resistência começa em abril de 1980 quando o jornal consegue regularizar as edições, com periodicidade mensal. Nessa fase as tiragens variam entre cinco a sete mil exemplares, estabilizando-se em quatro mil. Na sua última fase regular, de meados de 1982 até inícios de 1983, com periodicidade quinzenal, chegou a tirar, em algumas edições, até cinco mil exemplares, dos quais vendia 3,5 mil.

Devido à repressão local, Resistência era rodado em vários lugares, Belém, São Luís, Santarém, e até em São Paulo. Por denunciar torturas de presos políticos dentro do próprio Ministério do Exército em Brasília, o ministro da Justiça determinou a apreensão do Resistência número cinco e abertura de inquérito contra o jornal pela Lei de Segurança Nacional. Quando o jornal foi apreendido, e enquanto Paulo Fontelles (presidente da Sociedade), sua mulher Hecilda e o editor do jornal Luiz Maklouf eram processados pela Justiça Militar, passava por Belém um representante de uma entidade ecumênica alemã, que se impressionou com o caso[33]. Pediu um projeto à sociedade e conseguiu em seguida uma ajuda de 300 mil marcos, que permitiu ao PCdoB montar uma gráfica completa, com duas rotativas pequenas. Para dirigir essa gráfica criou uma empresa, Suyá Produções, cujos sócios majoritários eram quadros do PCdoB.

Todas as decisões envolvendo o jornal e a gráfica eram discutidas pelo Comitê Regional do PCdoB-Esquerda, a dissidência que havia se formado em várias capitais, rediscutidas e encaminhadas por uma célula do partido, obviamente clandestina, denominada Organização de Base Pedro Pomar. A OBPP, como era referida, tinha como única tarefa dirigir Resistência, e seu secretário era ao mesmo tempo o editor do Resistência e representante do jornal junto ao partido. Cabia à OBPP discutir campanhas para o jornal, elaborar as propostas, levar essas propostas às assembléias da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, teoricamente a proprietária do jornal, e fazer com que fossem aprovadas. Em Resistência, através da criação de duas instâncias completas, paralelas, a secreta e a pública, o princípio e o método da instrumentalização adotados pelos partidos de esquerda atingem a perfeição formal.

Inevitavelmente o jornal seria vítima direta das divergências intrapartido, precipitadas pelo “racha” em torno da avaliação da guerrilha do Araguaia, que Pedro Pomar havia criticado como fruto de erros estratégicos, contra a opinião de João Amazonas e outros membros da direção. Entre os críticos de João Amazonas estão Wladimir (o filho de Pomar), José Genoíno, Ozeas Duarte e Humberto Cunha, todos com grande prestígio na região. “O pessoal de Salvador foi o primeiro que trouxe a público as divergências e se afastou do partido dando início ao “racha” mais grave e rápido de sua história.”[34] Maklouf, Humberto Cunha e militantes do movimento estudantil engajam-se na dissidência. Conseguem manter o controle do jornal, derrotando Paulo Fontelles, que se manteve alinhado com a direção.

Resistência passa a ser assunto obrigatório nas reuniões do Comitê Regional dissidente. Seus dirigentes, assim como os da Sociedade, participam das reuniões nacionais da dissidência. Essa foi a terceira e

melhor fase do Resistência do ponto de vista da regularidade e das vendas. Com o propósito de ampliar e consolidar a facção, o Comitê Regional decide conferir prioridade máxima ao jornal, e por isso mesmo propõe aumentar a sua freqüência para quinzenal, conforme esta diretriz, que foi dirigida às organizações de base (OB), com a recomendação de "destruir (o documento) logo após a leitura":

> *Ao propiciar a elevação do nível de consciência de setores do movimento, ao contribuir para o avanço de sua organização, ao facilitar o surgimento de uma direção política mais correta e eficaz, o jornal cria também condições para que o P. cresça. O trabalho em torno do jornal reunirá pessoas melhores, mais preparadas, do movimento de massas. Aplicando-se com justeza, e em toda sua extensão e profundidade, o programa do jornal (essencialmente correto), colocar-se-ão sob a influência do P., de sua prática e de suas propostas, importantes setores de massa. Por isso interessa ao P., e é imprescindível ao seu fortalecimento, um jornal como esse. Por isso, também, defendemos a necessidade de um esforço concentrado no jornal*[35].

No entanto, há um "racha" dentro do "racha", quando uma conferência nacional da dissidência decide "aparelhar" o jornal, utilizando seu potencial como instrumento de ampliação e organização do partido, o que implicaria em alienar apoios da sociedade civil e de ativistas de outros partidos e eliminar seu caráter de frente. "A Organização de Base Pedro Pomar não se submete a essa diretriz e leva à Assembléia uma proposta de manutenção do caráter de frente do jornal, rompendo o princípio do centralismo democrático."[36] Chegam até a publicar artigos na imprensa liberal alertando para o perigo do aparelhamento do Resistência.

Trata-se de uma rebelião tipicamente jornalística, e por isso comandada pelo editor do jornal e apoiada por aqueles mais envolvidos na sua feitura, oriunda de um cansaço súbito das técnicas de manipulação, que passavam como herança genética, da direção do partido para as mesmas dissidências que antes haviam denunciado essa manipulação. Era o nojo dos métodos manipulativos. E como todo nojo, veio de repente. A OBPP perde em duas votações na Assembléia. A partir de então, em setembro de 1983, o editor se afasta, desmantela-se toda a estrutura de sustentação do jornal, que o deixa nas mãos do partido. É o começo do fim do Resistência.

O APOGEU DO PADRÃO ALTERNATIVO

Com a superposição dos novos jornais alternativos de caráter nacional aos já existentes, circulavam oito grandes alternativos de caráter nacional com uma vendagem total, entre 1975 e 1976, da ordem de 120 mil a 160 mil exemplares. A eles foram se somando nos dois anos seguintes os jornais regionais de tiragens médias, e os jornais de novas temáticas, como os feministas. Tornou-se dominante o padrão alternativo, tanto visualmente, nas bancas de jornais, como nas escolas de comunicação e nas redações de jornais, surpreendidos pela variedade de formas, pela sua multiplicação e capacidade de resistência às perseguições do regime[37].

Jornais alternativos de circulação nacional entre fim de 1975 e início de 1976 (números estimados)

Jornal	Número de Exemplares
O PASQUIM, Rio de Janeiro	50 mil exemplares
CRÍTICA, Rio de Janeiro	15 mil exemplares
Ex, São Paulo	20 mil exemplares
OPINIÃO, Rio de Janeiro	10 mil exemplares
MOVIMENTO, São Paulo	13 mil exemplares
Brasil Mulher, Londrina, São Paulo	10 mil exemplares

VERSUS, São Paulo 20 mil exemplares
COOJORNAL, Porto Alegre 35 mil exemplares

Durante os anos seguintes, o padrão alternativo seria visto como um modelo, principalmente nas capitais afastadas do eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Nessas regiões

> *[...] a imprensa nanica do Sul projetou-se de maneira decisiva, principalmente os jornais MOVIMENTO e EM TEMPO, que falavam de mortes por tortura, do pacote de abril, denunciavam a corrupção no Palácio do Planalto, reivindicavam a convocação de uma Constituinte e a anistia total, questionavam a farsa das eleições e a nomeação do novo Presidente [...]*[38].

Em 1978, estudo secreto do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), somando a circulação de oitenta jornais alternativos, embora misturando jornais de freqüências distintas situou esse conjunto em oitavo lugar em circulação na imprensa brasileira[39].

NOTAS

1. Exceto no Rio Grande do Sul, onde as solturas começaram antes devido às precárias condições na Ilha do Presídio, a maioria dos (cerca de) 250 presos políticos foram soltos em 1975 e 1976. Apenas 10% afastaram-se totalmente de política. Entrevista com Luís Eduardo Greenhalgh, 17/3/1990.

2. Cf. Hermando Alves, entrevista, 1973. Raimundo Pereira também diz que Gasparian contava com o nacionalismo de Geisel, a ponto de colocar anúncios gratuitos da Petrobrás em OPINIÃO. Gasparian nega essa versão, entrevista, fevereiro de 1991. Chico de Oliveira diz, ao contrário, que foi Raimundo Pereira quem precipitou o rompimento, por orientação do PCdoB. Entrevista, mar. 1991.

3. Para esse extraordinário caso de personificação, ver a história detalhada de MOVIMENTO na última parte deste trabalho.

4. Carlos Mossman, “Um Jornal em Debate”, MOVIMENTO, 2/8/1976.

5. “Nossa Proposta”, editorial. Informação, n. 1, 22/7/1976.

6. Não se pode dizer o mesmo dos militantes de esquerda, inclusive dos que como Gramsci, amargavam a derrota na prisão: “Nós ainda estávamos em Lenin, e até antes de Lenin”. Entrevista de Ozeas Duarte, jul. 1990. Ver revisão da leitura de Gramsci no Brasil em Carlos Nelson Coutinho, “Cidadão Brasileiro”, Teoria e Debate, n. 9, 1990, pp. 58-63.

7. V. I. Lenin, Por Donde Empezar: Acerca de la Prensa y la Literatura, Buenos Aires, Anteo, 1965, p. 65 apud Delfim Afonso Júnior, Alternativa Jornalística x Poder Editorial, 1982. Sobre as influências de Lenin e Gramsci na imprensa alternativa, ver também Maria Ceres Pimenta Spinola Castro, DE FATO, um (Outro) Sujeito Político na Cena Mineira, 1989.

8. “[...] O partido comunista deve ser a vanguarda, o posto avançado do proletariado durante todas as fases das lutas de classes revolucionárias [...]. O jornal comunista deve tentar ser um empreendimento comunista, isto é, uma organização proletária de luta, uma comunidade de trabalho dos trabalhadores revolucionários [...]”, em Armand Mattelart & Seth Siegebaud (orgs.), Communication and Class Struggle, 1983, p. 39.

9. Entrevista com Marco Aurélio Garcia, 14/1/1991.

10. Entrevista com Joana Lopes. Joana pagou com seu salário a impressão do primeiro número. Note-se a semelhança com o nascimento do Repórter, também inspirado repentinamente pela anistia e produzido e pago por um pequeno grupo de jornalistas.

11. Entrevista com Joana Lopes, 17/12/1990.

12 Um editorial feminista diria: “Não há liberdade para o ser humano enquanto não houver liberdade para a mulher”.

13. Entrevista com Joana Lopes, 17/12/1990.

14. Idem, ibidem.

15. Entrevista com Adélia Borges, 17/12/1990.

16. Nós Mulheres, n. 1, “Editorial”, jun. 1976.

17. Para a história do Mulherio ver Adélia Borges, "Mulherio, um jornal feminista", Comunicação e Cultura, n. 8, ano 4. Ver ainda Regina Festa, "Mulher e Comunicação Alternativa, um Processo de Resistência em Explosão", Comunicação e Sociedade, n. 8, ano 10, 1982.

18. Brasil Mulher, "Editorial", dez. 1977.

19. Assim, o conselho editorial do Mulherio é composto por Carmem Barroso, Eva Blay, Heleieth Saffioti, Maria Moraes e Maria Rita Kehl.

20. Conforme manifesto do Lampião e do grupo "Somos" ao Congresso Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas realizado em Roma em 1980.

21. Roberto Freire, Sem Tesão Não Há Solução, 1987; e Ame e Dê Vexame, 1990.

22. Beijo, n. 2, dez. 1977. O PASQUIM reproduzia em parte as concepções da revista Playboy, de grande impacto no Brasil durante a ditadura pelo seu conteúdo político, mas que tratava a mulher como objeto e condenava o feminismo por "prejudicar o romantismo das relações amorosas". Cf. G. D. Levy e G. H. Smith, "Representations of Women and Men in Playboy Sex Cartoons", em C. Powell & G. E. C. Paton (eds.), Humor in Society: Resistance and Control, 1988, p. 238.

23. AVESSO revolucionou a estética alternativa com sua diagramação ousada e iconoclasta. Entre seus fundadores estão Luiz Renato Martins e Júlio César Montenegro, oriundos de Beijo, Roberto Grun, Tereza Pinheiro, Silvia Poppovic e Matinas Suzuki, Gilberto Vasconcelos e Mario Sérgio Conti. Também o diagramador de MOVIMENTO, Sérgio de Almeida, veio de AVESSO. Entrevistas com Roberto Grun, 27/02/1997, e com Luiz Renato Martins, 29/08/2001.

24. Entrevista com Ziraldo, 11/1/1990.

25. Repórter, ago. 1979.

26. A história detalhada de Repórter encontra-se na segunda parte deste livro.

27. Entrevista com Luiz Maklouf Carvalho, 1/10/1990. Paulo Fontelles acabou sendo assassinado em 1988. Humberto Cunha tornou-se vereador pelo PT.

28. Cf. Luiz Maklouf, "Apontamentos para uma História do Jornal Resistência". Antologia Prêmio Torquato Neto, Rio de Janeiro, RioArte, 1985.

29. Entrevista com Luiz Maklouf, 1/10/1990.

30. Idem, ibidem.

31. Informe do Núcleo de Imprensa, mimeo., s/d., arquivo LM.

32. Entrevista com Luiz Maklouf, 1/10/1990. Os dados de vendagem em banca e mala direta são do Resistência, jun. 1982 (edição extra) e 15 de janeiro de 1983.

33. Anos depois, Paulo Fontelles foi assassinado.

34. Entrevista com Luiz Maklouf, 1/10/1990.

35. "Do CR do PCdoB (esquerda) no Pará, a todas as OBs", mimeo., jul. 1982, arquivo LM.

36. Entrevista com Luiz Maklouf, 1/10/1990.

37. A tal ponto se impôs o padrão alternativo, que grupos de direita ligados aos órgãos de repressão lançaram imitações de alternativos: O Expresso, editado por José Antônio de Oliveira Machado, e A Carta, editado por Cláudio Marques.

38. Célia Guarabira, "Circular de apresentação ao assumir a direção do jornal Mutirão", 8/1/1979, mimeo., arquivo RP.

39. Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 1999.

OS ALTERNATIVOS BASISTAS

OS NOVOS JORNALISTAS

O apogeu dos jornais alternativos de circulação nacional coincidiu com o surgimento de uma nova geração de jornalistas oriundos das escolas de comunicação instituídas pela legislação autoritária de 1968 que impôs a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. A adoção generalizada do grau superior pela classe média combinada com essa reserva de mercado para diplomados em jornalismo levou a uma explosão de cursos de comunicação. Quadruplicou o número de cursos no ensino público, e decuplicou no ensino privado. Em 1970 já havia 58 cursos de jornalismo. Somente nos primeiros três anos de vigência do novo sistema, entre 1969 e 1971, triplicou o número de matrículas em cursos de jornalismo[1].

Em 1975, ano em que Herzog foi assassinado no DOI-CODI de São Paulo, ocorreu a primeira greve estudantil da fase da abertura. Criaram-se os Diretórios Centrais de Estudantes independentes da legislação autoritária, os DCEs livres. Nesse clima de retomada do ativismo político vão se formando os estudantes de jornalismo. A PUC de São Paulo foi invadida pela polícia. Ressurgiram jornais estudantis de contestação que se identificavam com a imprensa alternativa, então vítima dos primeiros atentados terroristas e campanhas de intimidações contra os jornaleiros[2].

No fim de 1977 as forças de repressão começam a recuar, deixando amplos espaços abertos a manifestações e à fermentação social. Estudantes se rearticulam para um III Encontro Nacional, tentando reorganizar a UNE (União Nacional dos Estudantes). No meio estudantil a fermentação é capitaneada pela nova corrente Liberdade e Luta (Libelu), trotskista e basista, fugaz, a que melhor soube captar esse estado de espírito de destampe de panela. Nos meios populares a insatisfação é canalizada pelas milhares de comunidades eclesiais de base e, logo em seguida, pelos sindicatos operários.

Perante a saturação do mercado de trabalho pelas primeiras turmas das novas escolas de comunicação, as turmas seguintes aproximam-se de sindicatos e de movimentos eclesiais de base. Formando pequenas redações, cooperativas e mutirões, lançam jornais voltados aos problemas específicos da região, do bairro, eventualmente, de um movimento de base. Tomam como modelo o padrão da Imprensa Alternativa e modificam-no através de propostas de comunicação direta entre jornalista e público. Criam jornais em que as bases populares são ao mesmo tempo o sujeito da comunicação e seu próprio agente.

Surgem jornais alternativos de reportagem em vários centros urbanos e distritos industriais, pouco articulados com os intelectuais de projeção nacional, mais colados ao ativismo político presente nos movimentos de base e nos sindicatos.

Nota-se em muitos dos projetos dessa geração aquilo que Francisco Rudiger denominou “sobrevalorização” da cultura popular, como parte de uma atitude de rejeição dos meios de comunicação de massa[3]. Diferentemente dos alternativos portadores de um projeto nacional, estes jornais de reportagem tentavam atuar dentro de uma subcultura regional, colados a uma prática específica – um bairro, uma favela, um distrito industrial – na qual os códigos pudessem ser facilmente compartilhados[4]. Essa preocupação coincidia com um refluxo ideológico no interior das organizações políticas, que, perplexas com a dinâmica dos movimentos

populares e o espontaneísmo aparente das primeiras greves operárias, recuaram da pretensão de se tornarem “vanguardas”. Ao mesmo tempo, preocupavam-se com os problemas específicos da comunicação.

Mesmo quando se articulavam diretamente com partidos políticos os jornais alternativos dessa modalidade criticavam a linguagem dogmática de alguns jornais alternativos, e seu distanciamento do povo que nessa nova proposta deveria deixar de ser receptor passivo da informação. No lugar do discurso ideológico e genérico, procuram novas visões da realidade, valorizando o quotidiano e a reportagem. Era um claro reflexo do universo crítico das novas escolas de jornalismo, que apontavam os meios de comunicação de massa como intrinsecamente manipuladores, difusores de uma ideologia conveniente às classes dominantes, conforme a tradição marxista e, depois, a da Escola de Frankfurt. Com a proliferação dos movimentos de base, surge uma variante dessa crítica que passa a enxergar no movimento popular e comunitário possibilidades concretas de criação ideológica própria, ao contribuir para auto-reconhecimento entre trabalhadores e moradores, o desenvolvimento de uma linguagem comum; um espaço político e social[5]. Embora hegemônica, a ideologia burguesa não conseguiria ocupar todos os espaços do imaginário popular nem abafar todas as suas contradições[6]. É nesse nicho, nos interstícios da ideologia dominante, que vão operar a maioria dos jornais alternativos dessa fase.

OS MOVIMENTOS POPULARES

Os movimentos de base eram, em geral, fragmentários, por se nuclearem em torno de lutas específicas, locais, de uma população heterogênea e recente. Alguns movimentos, no entanto, assumiram dimensões regionais e até nacionais, como foi o MOVIMENTO do Custo de Vida, fundado em Vila Remo, São Paulo, em 1973, que pelo alcance universal de sua reivindicação e graças ao apoio direto recebido do PCdoB, chegou a reunir, em 1978, dezenas de milhares de donas de casa, em sua grande maioria oriundas das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base[7].

No entanto, o centro do palco foi logo ocupado pelas grandes greves operárias, em sua origem também fermentadas pelo ativismo de base. Mais importante do que o seu papel episódico no palco ostensivo da política foi a contribuição das CEBs e dos movimentos populares na formação de lideranças populares, de uma disposição participativa e na tentativa de construção de um novo ethos, a dimensão que faltara à imprensa alternativa, até então. As CEBs eram ao mesmo tempo um movimento de base e suporte de outros movimentos; geravam uma nova identidade social[8]. Lançadas para barrar o avanço das igrejas evangélicas, as CEBs eram formadas de início por sete a dez famílias, que se reuniam na casa de uma delas semanalmente, especialmente para cursos de evangelização. Depois, foram aumentando de tamanho e encampando a discussão de problemas comunitários, ao mesmo tempo em que se tornava dominante entre elas a nova Teologia da Libertação. Segundo Ismar de Oliveira, as CEBs desempenharam um complexo de funções. Eram também formas de sobrevivência popular diante das condições precárias encontradas pelos migrantes nas grandes cidades; muitas pessoas da classe média e classes pobres viam na Igreja um abrigo perante um Estado cada vez mais opressor. A maioria esmagadora dos membros das CEBs havia vindo do interior ou do Nordeste e passado por um fugaz momento de deslumbramento nas grandes cidades durante o milagre econômico. Nessas reuniões, não só discutiam as razões de sua penúria à luz da teologia da libertação, que vestia a análise marxista na forma de um discurso ético-religioso, retomavam

suas raízes culturais sob forma de reminiscências e cantos. Usavam suas lutas urbanas na linguagem de seu passado rural. Assim, o movimento dos sem-casa na zona Leste de São Paulo, reunindo milhares de pessoas, denominava-se movimento dos sem-terra. Desde 1975 a Igreja havia erigido a própria comunicação alternativa aos meios de comunicação de massa como uma nova preocupação central, o que valorizou a participação das CEBs em comunicação alternativa[9]. Em regiões de grande crescimento, como distritos industriais, esses movimentos populares "transformam-se em verdadeiras fábricas de lideranças, politizando a região"[10].

Surgiram desses movimentos de base várias centenas de jornais, boletins e folhetins populares, apesar do agrafismo das populações pobres e da inexistência de uma tradição de imprensa comunitária no Brasil[11]. A maioria desses veículos nem sequer podem ser classificados de jornais, por sua precária materialidade. Eram boletins ou folhas xerografadas ou mimeografadas, com tiragens diminutas, com pouca agregação de trabalho jornalístico. Não expressavam uma articulação jornalística – eram apenas difusores de uma outra articulação de base[12]. Alguns destacaram-se por estar no jornal o centro de gravidade dessa articulação de base. Era o jornal sua principal razão de ser, ou o fator de síntese de vários movimentos populares de base ou de sindicatos novos surgidos num mesmo bairro industrial. Eram vendidos a preços baixos, em geral pelos próprios ativistas dos núcleos de base ou pelos próprios jornalistas, e quase todos tinham periodicidade mensal, pequeno número de páginas e alguma publicidade local.

JORNAL DOS BAIRROS: PARADIGMA DO JORNALISMO BASISTA

Um dos projetos mais acabados do jornalismo alternativo basista, o Jornal dos Bairros circulou durante mais de quatro anos em Contagem, Betim, Ibirité e Cidade Industrial de Belo Horizonte. Nessas regiões, a partir do surgimento da Pastoral Operária, em 1976, começaram a cair os currais eleitorais que sustentavam a política tradicional clientelista. Surgiram oposições sindicais e organizaram-se assembléias com centenas de operários, paralelamente a organizações de bairros. O jornal nasceu por iniciativa de cinco jornalistas e, "nesse período, torna-se o canal de manifestação dos vários setores populares, chegando até mesmo a criar espaço para a aglutinação dos mesmos, tendo a preocupação de não se tornar vanguarda e direção do movimento [...]"[13].

Com periodicidade quinzenal, Jornal dos Bairros atingia 64 bairros vendido por 150 moradores e colaboradores:

> *Os colaboradores eram, em sua maioria, estudantes de comunicação ou profissionais dessa área, critério estabelecido para sua sobrevivência... tratando-se de jornal quinzenal, destinado à grande massa, a linguagem era simples e buscava-se torná-lo leve e atraente. Durante quatro anos, evitam-se publicar editoriais, pretendendo, assim, abrir um espaço na imprensa para depoimentos do povo [...]. Quanto à divisão interna, o critério foi o da não divisão do trabalho. As tarefas de redação, venda, administração e direção eram assumidas por todo o coletivo do jornal. Tratava-se também de uma imprensa autofinanciada*[14].

Jornal dos Bairros foi vítima do amadurecimento do processo de conscientização e organização que ele próprio ajudou a gerar. Tornou-se insuficiente diante da dinâmica do movimento social, ou repetitivo em relação a boletins e volantes desses movimentos, mais ágeis e diretos. Os próprios voluntários locais do jornal eram disputados pelos movimentos sindicais.

Em todos os cinturões industriais surgiram jornais semelhantes. Hora

Extra, mensal, foi lançado em Nova Iguaçu para um público operário, e após um ano passou a circular em forma mimeografada. O Repórter da Região foi lançado em Campinas, em junho de 1978, por doze jornalistas, sob influência da eclosão das greves do ABC, e chegou a vender treze mil exemplares:

> *O objetivo era dar cobertura mais aprofundada dos assuntos que tocam diretamente os trabalhadores [...], instrumento para fazer aflorar o caráter comum das reivindicações isoladas [...], abordar todo o universo que acarreta a degeneração do padrão de vida material e intelectual do trabalhador [...] o seu quotidiano [...], [assim] haveria um vínculo direto entre o jornal e seus leitores. [...] o próprio jornal deveria de certa maneira transformar-se num elemento indispensável desse quotidiano [...], queríamos uma identidade própria [...]*[15].

Repórter da Região era vendido por apenas Cr$ 3,00 e posteriormente acabou sendo distribuído de graça, obtendo anúncios que pagavam apenas um quinto dos custos. Durou pouco mais de três anos, até fim de 1981.

Extremamente semelhantes em proposta, em público-alvo e como expressão do recuo das organizações de esquerda da antiga pretensão de serem vanguarda ou direção do movimento operário, são o ABCD Jornal, surgido na região industrial do ABC em São Paulo, em 1976; O Repórter de Guarulhos, surgido igualmente num distrito industrial; e o Jornal da Vila, ambos de 1978. Todos tinham a participação de antigos militantes da Ala Vermelha. Vendido a apenas dois cruzeiros e tirando cinco mil exemplares, o ABCD anunciava-se como "fruto do trabalho de um grupo de jornalistas e estudantes de comunicação, daqui e de São Paulo, que não vêem mais possibilidade de informar bem e corretamente, enquanto permanecerem presos ao esquema tradicional da grande empresa jornalística [...]"[16]. O jornal era quinzenal e propunha-se a tratar de questões trabalhistas ao lado dos problemas de bairros. Entre seus editores estavam Júlio de Grammont, Fatima de Carvalho, Rodolpho Gamberini, Alípio Freire e Marcelo Bueno. Mas o jornal não conseguia atingir os leitores, porque estava preso, de início, a uma linguagem parecida à de MOVIMENTO. Após uma interrupção, foi redirecionado para tratar, principalmente, de assuntos trabalhistas, e dirigido para as "camadas mais avançadas dos metalúrgicos enquanto operários, não enquanto moradores [...]"[17]. Passou a contar também com alguma publicidade institucional dos sindicatos da região e chegou a tirar 100 mil exemplares no seu apogeu. Tornou-se de certa forma caudatário da escalada das lutas operárias do ABC, onde se dava, naquele momento, um confronto de forças em escala nacional. "O ABCD Jornal chegou a substituir a Tribuna Metalúrgica, o órgão oficial dos sindicatos, em alguns momentos[18]." Aos poucos, ABCD Jornal foi se tornando porta-voz dos interesses corporativos dos sindicatos de metalúrgicos, e logo desapareceu.

O Repórter de Guarulhos tirava oito mil exemplares e saiu em tamanho *standard*, passando depois a tablóide. Vendido a apenas Cr$ 2,00 propunha-se a "facilitar às chamadas classes menos favorecidas não só o acesso à imprensa – que continua sendo coisa de elite no Brasil e em Guarulhos ainda mais –, mas sobretudo um veículo para a divulgação de suas necessidades, anseios, reivindicações, e lutas pela melhoria de seu padrão de vida"[19]. Também O Repórter de Guarulhos contava com apoio institucional dos sindicatos, que compravam repartes do jornal para distribuí-los gratuitamente e de comunidades eclesiais de base. Durou até fim de 1981.

Jornal da Vila dirigiu-se a um público diferente, de moradores mais do que de operários, mas tinha em comum com ABCD Jornal e Repórter de

Guarulhos a origem de seus editores, antigos militantes e ex-participantes de jornais alternativos portadores de projetos nacionais. Laís Tapajós, uma das fundadoras do Jornal da Vila, chegou a participar de AMANHÃ, ainda em 1967, de MOVIMENTO, e, após o seu "racha", colaborou com alternativos feministas, antes de fundar o Jornal da Vila com Silvia Campolim, que também participara de MOVIMENTO. Queriam "tentar fazer um jornal de fato popular, que estivesse próximo aos movimentos sociais, refletisse sobre suas experiências e contribuísse para o seu desenvolvimento"[20]. A elas juntaram-se algumas pessoas com trabalho acumulado em educação de base na mesma região, mas sem experiência jornalística. Como eram poucos os jornalistas experientes, tiveram sempre muita dificuldade operacional, e foi preciso ensinar jornalismo aos demais participantes – prática comum na imprensa alternativa basista. Nunca conseguiram, no entanto, incorporar os participantes dos movimentos populares na feitura do jornal.

Com oito páginas, tablóide, vendido a Cr$ 2,00 e periodicidade mensal, Jornal da Vila era voltado a um conjunto de sete bairros na periferia sudeste de São Paulo compreendendo 150 mil habitantes, e às lutas e movimentos populares desses bairros. A equipe era formada por doze pessoas, incluindo dois jornalistas e dois estudantes. Combinavam vendas em bancas com vendas diretas pelos moradores e angariavam pequenos anúncios. Mas a partir do número 22, tiveram que distribuir gratuitamente o jornal, numa última tentativa de ampliar seu público. Procuravam simplificar a linguagem e facilitar a leitura, usando muito intertítulos e quebrando as matérias em blocos pequenos. Sempre com muita reportagem e entrevistas, "não citavam nomes dos entrevistados (por causa da repressão)"[21]. Durou pouco mais de dois anos, até a edição 26 de junho de 1980.

A decisão de deixar de circular "foi tomada pela equipe que o fazia, diante da realidade de uma crise financeira interna, que trouxe à tona a discussão da eficácia política do jornal [...]"[22].

BATENTE E A "FRENTE DE MASSA"

BATENTE surgiu a partir de numerosos grupos de base da região de Osasco, oriundos em sua maioria da Ação Católica Operária e da Frente Nacional do Trabalho, organizações que haviam tido grande liderança na região, e que, pressionados pelas bases, chegaram a participar da greve liderada por José Ibrahim em 1968. Conseguiram escapar à repressão que se seguiu à greve e quase dez anos depois, "sob a liderança do padre francês Domingos Barbé, tiveram a idéia de fazer um jornal para unificar os movimentos de base"[23]. Convidaram para fazer o jornal Ricardo Maranhão, que já participara do AMANHÃ e do OPINIÃO, e que, como a maioria deles, inclinava-se politicamente nessa fase pela articulação em torno do PMDB. Participavam cinco estudantes de jornalismo recém-formados.

Foram tirados cinco mil exemplares de BATENTE, com uma linha editorial voltada à região, e carregada com prestação de serviços. O espírito de ruptura dessa modalidade de jornal alternativo em relação aos grandes alternativos nacionais pode ser medido pela "recusa da pecha de alternativo", por parte de sua equipe. Não queriam se identificar com a linguagem canônica e a temática abstrata do ponto de vista popular, dos jornais alternativos políticos de circulação nacional. Não aceitavam as formulações rígidas de tática e estratégia que dividiam cada vez mais sectariamente os grupos de esquerda.

Maranhão enfrentou dificuldades para se deslocar para Osasco e, a

partir do número três, foi substituído por Antônio Roberto Espinoza, ex-preso político e que já havia participado do EM TEMPO. Nessa segunda fase, em tamanho *standard*, foram tiradas dez edições, com dez a doze mil exemplares cada. Mas, apesar da grande repercussão do jornal, de shows com artistas famosos como Zé Keti e Ivan Lins, de pequenos anúncios locais, e de uma ajuda financeira de 11,2 mil dólares da entidade holandesa NOVIB, o jornal saía irregularmente, por falta de jornalistas experientes, de voluntários para sua distribuição, de uma administração eficiente que cobrasse os anúncios[24]. As reportagens trazidas pelos leitores e por lideranças populares precisavam ser reescritas tendo o leitor ao lado, como numa escola de jornalismo. Além de Espinoza e, mais tarde, de Jorge Batista, também ex-preso político e oriundo do EM TEMPO, havia cinco jornalistas recém-formados como o editor de arte, Zé Ramos.

BATENTE tornou-se o centro de um associativismo político que chegou a reunir 250 pessoas. Seu expediente listava 150 pessoas e nas assembléias chegaram a comparecer até 250 pessoas. BATENTE era a própria síntese dos movimentos de base da região, propiciando a esses grupos o momento e a instância de unidade que precisavam para superar sua heterogeneidade. Seu estatuto, elaboradíssimo, continha um programa político completo, de apoio à livre organização dos trabalhadores, às liberdades partidárias, à CUT (Central Única dos Trabalhadores), ao Comitê Brasileiro de Anistia. Uma das contribuições de BATENTE à autoconceituação da imprensa alternativa foi a criação da expressão "frente de massa". Em BATENTE havia militantes de várias organizações de esquerda, em especial do MOVIMENTO de Emancipação do Proletariado, que adotara a linha de "tomar um banho de povo"[25], mas predominava o imaginário próprio das entidades de base. Assim, numa tentativa de superar as crises repetidas dos alternativos políticos, BATENTE adotou um novo conceito de frente. "É uma frente de massa, pois permite o estabelecimento de contatos com comunidades e frentes de trabalho nos bairros ou profissionais, através da distribuição e discussão do jornal, assim como através da contribuição desses para matérias do jornal." O jornal caracterizava-se ainda como "apartidário", democrático internamente e de âmbito municipal[26].

Apesar de BATENTE ser basista e apartidário, sua equipe dirigente não tinha uma visão ingênua nem da política e nem do próprio basismo. Aproximavam-se da visão gramsciana de jornal como uma instituição em si mesma, e mantinham-se fiéis ao conceito de luta de classes:

> *O jornal tem que falar por si só, pois não se pode pretender envolver todos os leitores. Não se deve cair no doutrinarismo, mas deve-se procurar estabelecer uma linha fundada nos interesses dos trabalhadores, no avanço da luta democrática. Deve-se procurar sempre partir para uma formação também ideológica, mostrando-se o caráter de classe e dando-se um enfoque operário e não burguês, como faz a grande empresa [...]*[27].

Uma função designada pelos protagonistas de BATENTE como "formativa", se distinguia dos jornais movidos por grupos que aspiravam o papel de vanguarda do proletariado.

Mas nem o conceito de frente de massa salvou o jornal do "racha" político. Com o avanço dos movimentos populares e das greves do ABC, o jornal se dividiu em três grupos. Um que tocava o jornal e propunha que ele mantivesse o papel de unificador dos movimentos populares; outro que propunha uma estratégia de recuo, de retaguarda dos movimentos populares; e um terceiro, que se propunha a liderar os movimentos populares. Uma discussão, que encobria um "racha" maior, entre adeptos da nova articulação partidária do Partido dos Trabalhadores, e os adeptos da frente em torno do PMDB. "A pá de cal do BATENTE foi quando

surgiram novos partidos, quando surgiu o PT ele rachou entre PT e PMDB."[28] Sobrou ainda um pouco do dinheiro da NOVIB que foi usado para criar o Conselho Popular de Comunidade de Base de Osasco.

IMPRENSA ALTERNATIVA COMO MOVIMENTO DE BASE

Desse conjunto de alternativos basistas, em que jornalistas jovens em busca de trabalho se articulavam a um movimento de base ou sindical, por sua vez articulado a ativistas políticos em fase de recuo ideológico, podemos extrair um conceito de imprensa alternativa como sendo ela própria um movimento de base. Um movimento de base jornalística, cuja reivindicação específica é a de praticar um determinado tipo de jornalismo possível apenas fora do mercado convencional. Distinguem-se dos alternativos portadores de projetos nacionais de transformação cuja primazia é o projeto nacional. Nesses jornais basistas a prática jornalística a ser alcançada é o seu próprio fim, sendo a transformação da sociedade um de seus valores referenciais. Prática que se apóia nos movimentos sociais e enfatiza a "contra-informação", como a informação que é negada do povo por parte da imprensa dominante[29]. Nessa categoria distinta de imprensa alternativa, os jornalistas são os protagonistas principais, valendo-se dos movimentos populares para operar sua auto-realização como jornalistas. Conseguem se articular porque há uma complementaridade de imaginários: o desejo de praticar um jornalismo livre e que não reproduzisse as relações verticais transmissor versus emissor consideradas como típicas da imprensa convencional (e mesmo da imprensa alternativa em algumas de suas outras modalidades) atende às necessidades de expressão dos movimentos populares. Por isso, nesses projetos, o referencial é menos um alinhamento ideológico ou uma articulação política e mais uma prática jornalística. Nesse sentido foram as mais importantes tentativas de construção de um jornalismo alternativo, apesar do caráter paroquial de suas propostas editoriais, e de refletirem certamente uma estratégia de recuo tanto do jornalista em relação aos meios de comunicação de massa, como dos ativistas políticos em relação aos projetos nacionais. É o fracasso dessa alternativa, mais do que o de qualquer outro, que aponta para o encerramento da possibilidade da uma imprensa alternativa.

O ÚLTIMO NANICO

Coube a um jornal com o sugestivo nome de Nanico fechar o ciclo dos alternativos basistas com uma proposta editorial em que a motivação jornalística aparece de forma dominante. Esse tablóide foi lançado, em setembro de 1979, em Belém do Pará, por recém-formados do curso de jornalismo da Universidade Federal do Pará, inclusive alguns que já trabalhavam na imprensa local, e estudantes de outros cursos da Universidade. Erigiram o jornalismo e sua prática como centro inicial de preocupação. O jornal entrevistou os principais jornalistas de Belém, como Nélio Palheta Lúcio Flávio Pinto e Raimundo José Pinto, discutiu o ensino do jornalismo e as Escolas de Comunicação. E foi incursionando cada vez mais pelos grandes temas nacionais e por áreas da cultura, mas sempre mantendo um espaço de discussão da prática jornalística. Encarado pela equipe como uma grande "aventura" jornalística, uma demonstração da força de vontade, Nanico foi financeiramente auto-sustentável, e dotado de alto padrão gráfico e de acabamento. Era totalmente produzido e vendido pelo grupo. O número zero causou espanto pelo conteúdo e apuro gráfico.

Mas teve apenas nove edições. Sua equipe não era fixa, com exceção do editor Marcos Soares, Ana Petrucelli, Rosa L. e o diagramador Orly Bezerra.

Nanico não mantinha ligações orgânicas com partidos políticos, mas a maioria de seus participantes, "que se ligavam muito mais por laços de amizade" eram simpatizantes do PCdoB[30].Seu editor, um aluno de jornalismo considerado brilhante, era filho de Wladimir Pomar e neto de Pedro Pomar, que se apresentava sob o nome de Marcos Soares. Tinha, portanto, ligações afetivas e ideológicas com o PCdoB, e depois com a dissidência "de esquerda". É em Nanico que Wladimir Pomar dá sua primeira grande entrevista. Outro que aparece em Nanico, escrevendo um longo artigo, é Duarte do Lago Pacheco Pereira, o autor dos Ensaios Populares e condutor de MOVIMENTO. Quando o jornal fechou, Marcos Soares foi para o Resistência, chegando a editar o jornal por algum tempo, em substituição a Luiz Maklouf. Saiu de Resistência quando sua verdadeira identidade foi descoberta pelo pessoal do MR-8.

Nanico tirou oito edições mensais até agosto de 1980, quando fechou por cansaço da equipe, agravado pela saída de Ana Petrucelli e Rosa Leal, que mudaram para Brasília, e por acharem que nessas condições "não dava para ter dois jornais alternativos na mesma cidade, Nanico e Resistência"[31]. Nessa última fase já era mais próxima a relação com o PCdoB-Esquerda.`

NOTAS

1. Foram 1.547 matrículas em 1969, 2.181 em 1970 e 3.013 em 1971, conforme Anuário IBGE, 1972.

2. Os mais importantes são: POEIRA, DCE de Londrina, 1974; AVESSO, órgão do DCE-Livre da USP, que surpreende pela ousadia de sua paginação; Cobra de Vidro, produzido por um conjunto de diretórios estudantis (o tamanho, *standard*, de AVESSO inspirou o retorno da imprensa alternativa a esse padrão, a começar com EM TEMPO em 1977); Novo rumo, vários DCEs de São Paulo; o Espírito da Coisa, São Paulo, 1977; e Nova Ação, Salvador, 1977.

3. Francisco Rudinger, "Da Cultura Popular como Estratégia de Recuo", Comunicação e Sociedade, ano III, n. 6, set. 1981.

4. A busca de inserção em uma subcultura popular bem definida, por exemplo, é postuladar por José Ignacio Rey em "Comunicación Alternativa y Comunicación Popular", Comunicación, 28-29, jul./set. 1980.

5. Cf. Vera da Silva Telles, "Os Anos 70", em Lúcio Kowarick (org.), As Lutas Sociais e a Cidade, 1988.

6. Ver Luiz Gonzaga Motta, "Cultura de Resistência e Comunicação Alternativa Popular no Brasil", Comunicação e Política, vol. 1, n. 1, mar./maio 1983.

7. Cf. Tilman Evers, "Os Movimentos Sociais Urbanos: O Caso do MCV", em José Álvaro Moisés et al., Alternativas Populares da Democracia, 1982. Para uma discussão de movimentos populares, ver também José Álvaro Moisés et al.,Contradições Urbanas e Movimentos Sociais, 1977.

8. Ver Carly Aguiar, "CEBS: Comunicação e Identidade Social", em Pedro Gomes & Márcia Cruz Piva (orgs.), Políticas de Comunicação e Participação Popular, 1988.

9. Ver Ismar de Oliveira Soares, Do Santo Ofício à Libertação, 1988.

10. Entrevista com Antonio Roberto Espinoza, 29/9/1990.

11. Cf. José Marques Melo, "Prensa comunitária en el Brasil". Comunicación, 28-29, jul./set. 1980. O autor considera a imprensa de imigrantes do final do século XIX como a única verdadeiramente comunitária no Brasil. Os boletins de movimentos de base eram também fruto da migração interna, com a carga correspondente de reminiscência e recuperação cultural, que as comunidades de base valorizavam de propósito.

12. Uma das mais completas coleções de veículos dos movimentos de base encontra-se no Centro Pastoral Vergueiro, São Paulo.

13. Ione Weiss, "Jornal dos Bairros: O Nascimento de um Jornal", Folheto, s/d., Arquivo RP. Muitos dos seus jornalistas jornal foram efetivamente morar nos bairros da periferia de Belo Horizonte. Participaram do Jornal dos Bairros, entre outros, Nilmário Miranda, Tilden Santiago e Sandra Freitas, todos com grande participação na política e no jornalismo, no período posterior, de democratização. Entrevista Sandra Freitas, 2001.

14. Idem, ibidem.

15. Ver estudo completo desse jornal em Doraci Fernandes & Sandra Oliveira, "Reflexões sobre a Experiência de um Jornal Popular na Periferia de Campinas", em José Marques de Melo (org.), Comunicação e Classes Subalternas, 1980.

16. ABCD Jornal, "Editorial", n. 1, abr. 1976.

17. Unidade, jan. 1979.

18. Harnecker, Marta. O Sonho é Possível, 1994, p 70.

19. Unidade, jan. 1979. Entre seus editores estavam William Salazar e Nevio Roberto Gomes. Na sua fase final, o jornal tornou-se ostensivamente petista.

20. "Carta aos amigos", da equipe do Jornal da Vila, mimeo., ago. 1980, arquivo CPV.

21. Unidade, jan. 1979.

22. "Carta aos amigos", da equipe do Jornal da Vila, mimeo., ago. 1980, arquivo CPV.

23. Entrevista com Antonio Roberto Espinoza, 29/9/1990.

24. Na mesma ocasião, a NOVIB recusou um pedido de ajuda financeira de MOVIMENTO, por não se tratar de "apoio a atividades com e/ou grupos de base". Cf. carta do secretário geral da NOVIB, José Theunis a M. Gomes, de 11/12/1979, arquivo RP.

25. Entrevista com Antônio Roberto Espinoza, 29/9/1990.

26. Cf. Estatuto do Jornal BATENTE, aprovado em Assembléia de 15/2/1979, mimeo., arquivo CPV.

27. Idem, ibidem.

28. Entrevista com Antônio Roberto Espinoza, 29/9/1990. A maior parte das informações sobre BATENTE provém de Espinoza.

29. Sobre essa ênfase ver Luiz de Cerqueira Egypto, Imprensa e Indústria da Consciência: A Informação e a Contra-Informação Militante, 1983.

30 Entrevista com Marcos Soares, 27/2/1991. Participavam também de Nanico: Carlos Machado, Ana Petrucelli e Rosa Leal.

31 Entrevista com Marcos Soares. Para um histórico completo de Nanico, ver Railídia Carvalho da Silva, "Nanico, a Alternativa no Alternativo", Universidade Federal do Pará, 1993 (Projeto Experimental em Jornalismo).

A NOVA ARTICULAÇÃO DAS ESQUERDAS

NO HORIZONTE, O OPERÁRIO

Como se adivinhassem a eclosão das primeiras grandes greves operárias, que só ocorreriam um ano depois, as esquerdas articuladas nos jornais alternativos portadores de projetos nacionais começaram a se dividir em dois grandes campos já a partir de meados de 1977. Antecipam-se, no interior dos jornais alternativos, os "rachas" provocados, nos partidos marxistas, pela reaparição do protagonista social mítico das esquerdas, o operário. Eram tensões que vinham se acumulando à medida que se elevava o patamar de confronto entre sociedade civil e Estado, graças principalmente às novas pastorais da Igreja voltadas ao campo popular, ao acúmulo de forças das comunidades de base e movimentos populares.

Ao mesmo tempo, ganhava destaque na mídia convencional uma reação de cunho liberal contra a ditadura. Principalmente entre profissionais liberais e políticos. Estudantes pediam a "volta do Estado de Direito." Em agosto de 1977, o jurista Gofredo da Silva Telles endossa essa palavra de ordem em sua "Carta aos Brasileiros", encampada logo em seguida por Raymundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Formam-se duas vertentes de esquerda. Uma, capitaneada pelo PCdoB, e que depois incluiria o MR-8, defendia a aliança com os liberais signatários da Carta aos Brasileiros; apostava na rebelião de conservadores ilustrados, como Teotônio Vilela e Paulo Brossard. Essa corrente retomava o imaginário nacional-populista do PC, de aliança com setores da burguesia, a visão etapista da revolução brasileira, e propunha a luta por liberdades democráticas e por uma Assembléia Nacional Constituinte. A outra

corrente, de raízes nos antigos grupos anti-stalinistas da *nova esquerda*, além de negar as teses etapistas, defendia a organização das classes trabalhadoras como única saída não-autoritária para a crise do autoritarismo. É formada por quase todos os demais grupos de esquerda, notadamente a facção da antiga AP que se recusara aderir ao PCdoB, velhos e novos grupos trotskistas, em especial um novo agrupamento denominado Centelha, e o MOVIMENTO de Emancipação do Proletariado. Esses grupos retomam o ideário do "horizonte socialista" da revolução brasileira, formando uma *nova esquerda*, majoritariamente trotskista.

Em abril de 1977 dá-se o confronto entre as duas correntes, quando a *nova esquerda* se rebela contra o domínio do jornal MOVIMENTO pelo PCdoB. O resultado é um grande "racha" tanto na cúpula de MOVIMENTO como entre ativistas espalhados pelo país e nos núcleos de venda direta do jornal. Formam-se dois grupos: os que rejeitam definitivamente a tutela do PCdoB, e os que "continuavam defendendo a necessidade de união em torno de MOVIMENTO como o único jornal de resistência à ditadura e os que consideravam essa fase superada"[1]. Desse "racha" surgem os jornais dissidentes de MOVIMENTO: EM TEMPO, 1977, São Paulo; Mutirão, 1977, Fortaleza; Contestado, 1977, Florianópolis; Invasão, 1977, Salvador; AMANHÃ, 1977, São Paulo; Jornal do Povo, 1978, Teresina; Desafio, 1979, Maceió.

A VERTENTE DA "FRENTE DEMOCRÁTICA"

Com a saída das tendências mais à esquerda, o núcleo dirigente de MOVIMENTO avançou na proposta de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Essa havia sido a pedra de toque do programa de "união pela independência, o progresso e a liberdade", aprovada na VI Conferência Nacional do PCdoB, de junho de 1966, único item não incluído nos programas d'OPINIÃO e de MOVIMENTO, por ser o que mais claramente separava a corrente AP-PCdoB das demais[2]. Os grupos da *nova esquerda* rejeitavam a prioridade dada a uma proposta de frente democrática, que – na avaliação da maioria deles – estava sendo hegemonizada por correntes liberais-burguesas, em detrimento da possibilidade de autonomia do movimento operário[3].

Para o PCdoB, adepto do modelo chinês de revolução através de uma *guerra popular prolongada*, movida do campo para as cidades e tendo como força motriz os camponeses, a "hegemonia da classe operária era ideológica e não organizacional", manifestando-se através da liderança do partido revolucionário, que só poderia ser um e único, o próprio PCdoB. No programa de 1966, a proposta de frente patriótica inspirava-se no poderoso paradigma da *guerra popular prolongada*, antiimperialista, para cuja preparação era preciso criar amplos movimentos populares de oposição, o que só poderia ser alcançado em ambiente de franquias políticas.

Derrotada a guerrilha do Araguaia, a luta pelas franquias democráticas e pela anistia domina o discurso político do PCdoB, agora reforçada pela necessidade de libertar seus líderes presos. Assim, a resolução do Comitê Central do partido, de janeiro de 1975, não faz nenhuma referência à *guerra popular prolongada*, exceto por um tributo à guerrilha do Araguaia ("forma mais alta de Luta"), e propõe a "aliança de todas as forças sinceramente desejosas de ver o Brasil no caminho da democracia, por uma Constituinte livremente eleita, a abolição de todos os atos e leis de exceção e a anistia geral [...]":

> *[...] constitui reclamo geral o estabelecimento de franquias autenticamente*

democráticas, a instituição de um Estado de Direito. A liberdade torna-se essencial para mobilizar as forças da nação e de modo a enfrentar as dificuldades e construir o progresso do país e o bem-estar de seu povo [...], a exigência em prol de um Estado de Direito democrático somente se poderá efetivar através de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita e que disponha de real poder [...] tampouco se pode erigir um sistema político democrático, quando milhares de pessoas [...] estão impedidas de participar da atividade pública [...] e inúmeros patriotas continuam encarcerados, caçados pelos denominados órgãos de segurança, ou banidos de sua terra natal [...][4].

Para a *nova esquerda*, MOVIMENTO contribuía efetivamente para uma hegemonia burguesa. Consideravam essa política remanescente do PCB de outros tempos. O próprio PCB retomava sua tradição de tentar influir na estrutura sindical[5], enquanto o PCdoB investia nas formas de organização da sociedade civil que exatamente fugiam ao âmbito da organização operária clássica, dando força simultaneamente às oposições liberais de extração burguesa e aos movimentos populares de base, como o MOVIMENTO Contra o Custo de Vida.

A VERTENTE DA LIVRE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Mesmo os poucos jornalistas e cientistas sociais "independentes" agrupados no grande conglomerado da nova esquerda[6] protagonizam, nessa fase, um papel primordialmente político-ideológico. No plano jornalístico, o grupo contava com Bernardo Kucinski. Como liderança ideológica, quem melhor e mais sistematicamente fazia a crítica às concepções subjacentes à linha editorial de MOVIMENTO era Chico de Oliveira. Seu prestígio tornou-o o principal teórico da nova articulação das esquerdas.

No principal texto de análise da conjuntura da crise aparentemente profunda do regime, no início de 1977, Chico de Oliveira destacava os seguintes processos: uma ruptura profunda entre as classes dominantes e as classes dominadas no plano econômico, que ele denominava de despolitização da economia; a subordinação crescente das atividades econômicas aos condutos do capital internacional, fazendo com que não houvesse classes dominantes nacionais, processo que ele denominava de desnacionalização da política[7]. O resultado desses dois processos é um Estado antinacional. Essa antinomia Estado-Nação seria a característica do regime, e não a forma militar de controle do aparelho desse Estado (que, com o surgimento das cisões militares, havia entrado em crise aparente).

Destacava o papel da Igreja: "ao passar para ações do tipo Pastoral Operária, que não podiam recusar a presença de organizações políticas, fez com que a articulação da sociedade civil subisse de nível". E concluía que tudo isso havia levado ao isolamento profundo do governo, mas não necessariamente a uma crise do regime. O governo reagia atacando justamente as articulações da sociedade, adotando inclusive táticas terroristas. Daí os atentados aos jornais da imprensa alternativa, ou contra entidades da sociedade civil, como a OAB e a ABI. Ao mesmo tempo o governo buscava legitimidade, denunciando as oposições como intransigentes, e tentando reconstruir maiorias no Congresso (através do pacote de abril). Havia sempre uma possibilidade de saída autoritária para a crise do autoritarismo, através, por exemplo, da recomposição militar negociada no contexto da sucessão presidencial.

Chico de Oliveira criticava o que chamava de "saída elitista", que consistia em capturar uma fração militar dissidente que convalidaria a

eleição de um candidato liberal pelo colégio eleitoral, o rationalle da futura Frente Nacional de Redemocratização que MOVIMENTO viria a apoiar. Apesar de cético em relação ao potencial da sociedade civil, dizia que as verdadeiras alternativas eram entre "optar por uma saída elitista ou trabalhar por uma saída democrática".

No centro da argumentação de Chico de Oliveira está o conceito de hegemonia. Ele contrapõe à hegemonia da produção material e do trabalhador como força produtiva, uma nova hegemonia pretendida, do trabalhador como agente político:

> *[...] uma saída democrática consiste, sobretudo, em impor e construir uma hegemonia ideológica, por sobre a hegemonia da estrutura da produção material. Apenas o mecanicismo vulgar não percebe que parte da própria infra-estrutura são os próprios operários como força produtiva: toda a questão da hegemonia ideológica consiste em operar a transformação do operariado de simples força produtiva em agentes políticos. E por isso uma saída democrática, ainda que não liquide o capitalismo, prescinde do reboquismo e mesmo da conquista de uma fração das Forças Armadas: ela passa pela conquista ideológica das Forças Armadas ou de parte delas, e nisto se distingue da saída elitista que consiste apenas em posicionar uma fração das Forças Armadas a seu favor, mantendo, entretanto, o estatuto dessas forças armadas intocado [...]".*

A partir dessa análise propõe que o novo jornal se dedique a subsidiar a articulação da sociedade civil, reconhecendo a democracia como uma reivindicação basicamente popular, e combatendo tanto a saída autoritária como a saída elitista, propondo

> *[...] sistematicamente a organização das classes trabalhadoras como peça essencial e faltante para a constituição de uma real alternativa democrática [...]. A perspectiva da publicação é apontar para o socialismo, mas não propô-lo, mesmo porque sem a organização das classes trabalhadoras, o socialismo não passa de uma retórica [...].*

Mas, apesar de compartilharem da análise de conjuntura de Chico de Oliveira, os grupos de extração trotskista, principalmente, não aceitavam a cultura política subjacente à sua linguagem, que ignorava os cânones do leninismo. Chico de Oliveira, no plano político, propunha a construção de uma "democracia de trabalhadores", e não de uma "ditadura do proletariado". Mais do que uma divergência ideológica, coexistiam na principal articulação da *nova esquerda* no EM TEMPO, culturas políticas conflitantes. Desse conflito de concepções nasceram novos "rachas". Logo, Chico de Oliveira repudiou a tentativa de aparelhamento do projeto de EM TEMPO pelos grupos de formação trotskista-leninista.

De qualquer forma, "subsidiar a organização dos trabalhadores" passa a ser o mote de uma nova leva de jornais alternativos, articulados pela *nova esquerda*. Um mote que, segundo Tarso Genro, poderia ser considerado paternalista de esquerda. Para ele, era preciso

> *[...] distinguir a função de "intelectuais singulares" que são cooptados pela luta dos trabalhadores e se tornam, objetivamente, seus representantes, da intelectualidade como fração de classe, que na sua relação com o proletariado tende a alimentar um paternalismo de esquerda por pretender mostrar aos operários "como se fazem as coisas" [...]*[8].

A RESSURGÊNCIA TROTSKISTA

Predominavam entre as forças novas da esquerda, os grupos de extração trotskista. Dá-se nessa época um recrudescimento da influência trotskista

após a crise da IV Internacional. “O fenômeno da ressurgência trotskista é mundial e se dinamiza em 1968; com a rebelião dos estudantes em Paris, a retomada de uma perspectiva revolucionária, a idéia de que a revolução na Europa é possível de novo, uma resposta ao imobilismo dos PCs”[9]. No Brasil, o crescimento do trotskismo se dá em meio a um processo de multiplicação por fragmentação que vem desde a Argentina. Há também a influência da internacionalização da crise do capitalismo americano, as duas desvalorizações do dólar, em 1971 e 1973, parecendo corroborar os postulados trotskistas do caráter permanente e necessariamente mundial de uma revolução socialista. Projeta-se, nessa época, o prestígio do economista trotskista belga Ernest Mandel.

O mais notável conglomerado trotskista nascido nesse período é a corrente Liberdade e Luta, a Libelu, que adere, marginalmente, à articulação EM TEMPO, através da participação de dois de seus membros apenas. Corrente do movimento estudantil em 1977/1978, formada por jovens intelectualmente bem preparados em relação à média da juventude universitária da época, a Libelu alcançou grande influência junto aos jovens[10]. Nascida sob o signo da liberdade de associação e de expressão, ela não precisa da mediação de uma frente jornalística. Por isso tinha apenas um pé em EM TEMPO, enquanto seus membros preparavam seu próprio jornal partidário, O Trabalho, lançado em 1º de maio de 1978. Posteriormente, após um “racha”, surge de seu interior e com alguns outros dissidentes oriundos do EM TEMPO o jornal Causa Operária, em 1981. Mais ainda do que o MEP, a Libelu “faz a crítica rasante de tudo o que veio antes, considerando que todo o marxismo do passado não era marxismo”[11].

REARTICULAÇÕES REGIONAIS

Muitos dos correspondentes de MOVIMENTO, contrários às teses do PCdoB, hegemônicas no jornal, ao mesmo tempo em que se articulavam na longa luta interna que levou ao seu “racha”, lançaram alternativos regionais com a mesma finalidade de ter espaço próprio de ação. Esse processo já havia levado o grupo Centelha, controlador da sucursal de MOVIMENTO em Belo Horizonte e em luta contra a direção de São Paulo, a tomar o poder no jornal DE FATO. O “racha” de MOVIMENTO precipitou tudo.

Em Salvador, os correspondentes de MOVIMENTO, Tibério Canuto, Emiliano José e Oldack de Miranda, a maioria proveniente da APML, lançaram o tablóide mensal Invasão, ao mesmo tempo em que protagonizavam a luta contra a hegemonia do PCdoB em MOVIMENTO, tornando-se, mesmo, líderes dessa luta e da constituição de EM TEMPO.

Os jornais produzidos por essas frentes, em geral instáveis, enfatizam em graus variados as lutas sindicais e a condição operária. Invasão debruça-se sobre a condição dos operários da Companhia Brasileira de Chumbo, próxima a Salvador, mas se caracteriza muito mais pelo seu caráter de alternativo baiano. Tem um grande expediente, com cerca de trinta nomes, e um conselho editorial com diversas personalidades da Bahia, entre os quais Adelmo Oliveira, jornalista veterano de Salvador, e o líder dos autênticos do PMDB, deputado federal Chico Pinto. Foi um jornal efêmero. Mais identificado com a proposta de livre organização e conscientização das classes trabalhadoras, estava Contestado, tablóide mensal lançado em Florianópolis, em fevereiro de 1977.

Dois compromissos básicos fizeram nascer Contestado: a luta pelas liberdades democráticas e a identificação com os interesses e aspirações

das classes populares [...] alterar o quadro de miséria e da injustiça significa sobretudo restituir o direito de voz e participação aos milhões de trabalhadores e assalariados. Só eles podem promover a transformação da sociedade, e a transformação só se dará quando eles forem senhores da própria destinação [...] são os oprimidos que vão se libertar a si mesmos [...]12.

Contestado tem uma pauta quase totalmente tomada por reportagens e ensaios sobre a condição operária em Santa Catarina.

Mutirão foi lançado em Fortaleza em 1977 com uma proposta tipicamente basista, para ser um "veículo colocado à disposição da comunidade, de forma aberta, sem partidarismos de qualquer espécie [...] veículo de denúncia das arbitrariedades cometidas contra a população [...] também um instrumento eficaz de conhecimento da realidade cearense, sempre tão deturpada e mal tratada pela chamada grande imprensa [...]"[13]. De tamanho um pouco menor que o tablóide e ainda composto a quente, ao contrário da maioria dos alternativos, Mutirão tinha mais a imagem de um pequeno jornal comercial interiorano do que de um alternativo. "No início o jornal congregou muitas pessoas da classe média intelectual, que num extenuante processo de discussões internas perdiam-se em detalhes muitas vezes pitorescos, como, por exemplo, a hipotética questão dos anúncios: deveríamos aceitar ou não a publicidade de empresas multinacionais?"[14].

Sob hegemonia da facção do PCdoB que mais tarde formaria o PRC, Partido Revolucionário Comunista, Mutirão propunha a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Viveu crise permanente, a começar pelo afastamento da maioria dos intelectuais e jornalistas.

Nasceu um clima de desconfiança mútua que degenerou em agressões. A desconfiança surgiu no início do jornal e se agravou com a tentativa feita por algumas pessoas de transformá-lo numa entidade representativa, que deveria subscrever cartas abertas e abaixo-assinados, confundindo-se o jornal com um órgão de representação de alguma classe ou segmento da sociedade [...][15].

Mesmo com todos esses problemas, Mutirão durou quase três anos, até maio de 1980.

Como Mutirão, o alternativo Jornal do Povo foi lançado em Teresina com apoio de grupos que logo se definiriam como PRC, o Partido Revolucionário Comunista. Teve como editor Vanderlei Faria e durou quatro edições, entre 1978 e 1979. Desafio foi lançado em Maceió por Freitas Neto na fase final desse período, em 1979, chegando a durar dois anos.

Notas

1. Entrevista com Regis Cavalcanti, 28/6/1981.
2. Cf. Documento: A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L). Lisboa, Maria da Fonte, 1974.
3. Cf. Celso Frederico, A Esquerda e o MOVIMENTO Operário, 1964-1984, vol. 2, 1990.
4. "Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura", Mensagem aos Brasileiros, mimeo. do comitê central do PCdoB, jan. 1975, arquivo OD.
5. Cf. Celso Frederico, A Esquerda e o MOVIMENTO Operário, 1964-1984, op. cit. Segundo o autor, o MR-8, em primeiro lugar, e o PCdoB, após se refazer da chacina da Lapa, aproximaram-se da política do PCB, mantendo diferenças adjetivas apenas e confluindo na CGT.
6. Esse conglomerado no projeto EM TEMPO inclui os grupos: Centelha, Nova Proposta, MEP, Subfrete, APML, Debate, MR-8, elementos da Libelu e independentes. Um grupo trotskista importante, PST, conquistou o jornal VERSUS. Ver na segunda parte deste livro, "Os Jornalistas".
7. Chico de Oliveira, "Sobre a Conjuntura e as Tarefas de uma Publicação Democrática, 1977, mimeo., arquivo BK.8. "Encarando a Frente Ampla", EM TEMPO, 25/6/197.
8.Ver detalhes na segunda parte deste livro, "*Os Revolucionários*".
9. Entrevista com Marco Aurélio Garcia, 23/8/1990.
10. Para um panorama dos grupúsculos e tendências trotskistas, ver Antonio Ozai da Silva, História das Tendências no Brasil, s.d.
11. Entrevista com Flávio Aguiar, 13/8/1990. O ocaso da Libelu deu-se de forma tão fulminante quanto seu apogeu. E muitos de seus líderes passaram depois a se envergonhar de seu passado Libelu. Ver, por exemplo, entrevista de Eduardo Fonseca em O ESTADO DE S. PAULO, 12/8/1990. Nesse sentido, a Libelu poderia ser considerada mais um modismo de esquerda do que uma tendência tardia das mesma, e poderia ser incluída no fenômeno geral denominado pós-moderno, que tem justamente entre suas características a rejeição do marxismo e do ideário de esquerda, e o modismo.
12. Contestado, "Editorial", n. 2, fev. 1977.13. Célia Guarabira, "Carta aos leitores", 8/1/1979, arquivo RP.14. Idem, ibidem. Tinha entre seus editores Gervásio de Paula e Célia Guarabira, e na equipe Luís Carlos Antero, membro do Conselho Editorial de MOVIMENTO.15. Idem, ibidem.

O FIM DO CICLO ALTERNATIVO

A EXTINÇÃO DE UMA ESPÉCIE

Como se tivesse ocorrido um cataclisma, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981. Desde os grandes alternativos nacionais surgidos ainda em 1975, até os basistas, da última geração, voltados aos movimentos populares e à reportagem. Desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais.

Os sobreviventes, O PASQUIM, Resistência e EM TEMPO, haviam se divorciado do padrão alternativo. O PASQUIM foi vendido a um dono capitalista. Resistência sobrevivia simbolicamente, com apenas três edições em cinco anos e apoio direto do PCdoB. EM TEMPO sofreu "rachas" fulminantes, virando porta-voz exclusivo do grupo trotskista Democracia Socialista (DS). Houve novas tentativas de lançamentos de jornais alternativos, mas todas fracassaram. PARANÁ REPÓRTER, o jornal da cooperativa dos jornalistas de Londrina, editado por Bernardo Pellegrini, só durou de fevereiro a junho de 1980. Também não prosperou a tentativa de Télia Negrão, editora do Boca no Trombone, cujo número zero saiu em outubro, em Curitiba. Jornal da República, uma ambiciosa proposta de jornal diário, com elementos alternativos, lançada em 1979 por Mino Carta, atraiu alguns jornalistas da imprensa alternativa, para uma linha editorial de centro-esquerda. Fracassou em poucos meses. Malogrou Canja, tablóide em cores, dedicado à música popular, produzido pelos mesmos criadores do BONDINHO. Também falhou Brasil Hoje, revista criada

pelo MR-8, imitação de VEJA, mas de periodicidade mensal, lançada em dezembro de 1981, com o apoio de setores da velha esquerda nacionalista, desejosos de capitalizar o avanço eleitoral do PMDB e as dissidências surgidas no meio militar em torno do general Andrade Serpa[1]. Foram todas experiências efêmeras. O tablóide feminista Mulherio, lançado em maio de 1981, ocupou o espaço temático deixado por Brasil Mulher, mas por ser órgão da Fundação Carlos Chagas, não se enquadra no modelo alternativo típico dos anos de 1970. Esse modelo, nas suas mais diversas manifestações, desapareceu.

A CRÔNICA DEBILIDADE ECONÔMICA

Do ponto de vista econômico, a imprensa alternativa era débil. Todos os alternativos nacionais perdiam suas receitas de vendagem em banca porque não conseguiram criar uma alternativa de distribuição que os libertasse das comissões extorsivas cobradas pelos grandes distribuidores. Essas comissões chegavam a 45% do preço de capa, com o pagamento três semanas depois da distribuição[2]. Mesmo considerando um encalhe de apenas 20%, nunca haveria uma receita superior a 35% do valor de capa de toda a edição. Nos casos de EM TEMPO e MOVIMENTO, que precisavam imprimir pelo menos vinte mil exemplares, a tiragem mínima para uma cobertura nacional, para vender menos de dez mil, o que ocorria era queima de dinheiro. Direta e consciente: "Semanalmente, vamos colocar vinte mil jornais na Abril, dos quais – seguindo previsão – venderemos cerca de oito mil. Nosso outro canal de distribuição será a vendagem direta, realizada por amigos do jornal. Por essa via pretendemos vender ao menos quatro mil jornais durante as férias escolares e seis mil EM TEMPO de aula"[3]. Esse era o esquema idealizado para EM TEMPO, no qual era inevitável o acúmulo de prejuízos pela distribuição da Abril, que teria um retorno de no máximo 12,5% do valor total de capa dos vinte mil exemplares, menos da metade de seu presumível custo de produção.

Por que não se limitar à venda direta, a assinaturas e à distribuição seletiva em algumas bancas em cada capital? Porque os jornais alternativos portadores de projetos nacionais insistiam numa circulação nacional, a mais ampla possível, como parte de sua proposta de visibilidade pública e ampliação política, e para isso pagavam um preço. Viviam, assim, cronicamente em déficit. Essa equação, elementar, nunca foi resolvida pelos administradores da imprensa alternativa. Em 1977, O PASQUIM ainda vendia 84 mil exemplares por semana, mas tinha apenas dois mil assinantes[4].

PRESSÕES ECONÔMICAS E ATENTADOS ÀS BANCAS DE JORNAL

Em meados de 1977 começam os atentados a bomba contra jornais alternativos e contra bancas de jornais. Intermitentes durante um longo tempo, assumem o caráter de uma campanha a partir de junho de 1980, atingindo o apogeu em agosto, quando bancas de jornais em várias capitais são incendiadas e os jornaleiros começam a recusar jornais alternativos. Os prejuízos com os incêndios são grandes, pois era destruída também a carcaça da banca. Em São Paulo chegam a sessenta os jornaleiros que recorrem ao sindicato em busca de alguma ajuda ou proteção. Os atentados eram apenas a ação mais espetacular de um leque de operações visando asfixiar a imprensa alternativa num momento delicado da política de abertura, com a participação de setores do governo. Em fevereiro de

1979 o general Heitor Furtado Arnizaut de Mattos, numa solenidade de transmissão de comando, acusou publicamente a imprensa alternativa de dar "muita proteção aos subversivos"[5].

Ainda em 1976 O II Exército pedira um levantamento dos colaboradores e anunciantes de ISTO É para fazer pressão sobre a revista, mesmo não sendo uma revista alternativa, e no ano seguinte agentes da Polícia Federal pressionaram diretamente assinantes do COOJORNAL. Em setembro de 1978, o CIEX (Centro de Investigações do Exército) havia preparado um dossiê sobre a imprensa alternativa, divulgado pela imprensa em 18 de abril de 1979, que lançava as bases para uma ampla ação fiscal e administrativa de caráter formalmente legal contra os jornais[6].

Propunha devassas contábeis e cobranças de débitos previdenciários. Foram iniciadas perícias contábeis em VERSUS (abril de 1979), Lampião de Esquina (julho de 1979), a penhora dos bens da TRIBUNA DA IMPRENSA pelo INPS (1981)[7].

Esporadicamente, ocorriam prisões, processos pela Lei de Segurança Nacional e invasões de redações. Nos atentados propriamente, participavam civis de grupos de extrema direita, elementos da Polícia Federal, do Exército e da Polícia Estadual[8]. Por um momento a grande imprensa, também prejudicada pelos atentados às bancas, uniu-se à imprensa alternativa numa grande articulação que tentava uma resposta eficaz aos atentados. A Editora Abril distribuiu uma "carta ao amigo jornaleiro" subscrita pela ABI, UNE e outras entidades da sociedade civil pedindo: "Não se curve diante dos terroristas". Foram distribuídos repartes gratuitos de jornais alternativos, para compensar os jornaleiros. E foram organizados atos públicos. Mas o que decidiu a batalha contra o terrorismo foi o erro dos próprios terroristas: a explosão, antes do tempo programado, da bomba do Rio Centro, em 30 de abril de 1981. Ali acabou a campanha terrorista. Foi um momento também de grande afinidade editorial e operacional entre grande imprensa e o que ainda restava de imprensa alternativa.

Mas até que ponto os atentados podem explicar o fim dos jornais alternativos? Considerando que as vendas em banca eram mínimas para os alternativos portadores de projetos nacionais, como MOVIMENTO e EM TEMPO e em menor escala O PASQUIM e COOJORNAL, os atentados destruíam jornais destinados ao encalhe. De fato, jornais como MOVIMENTO já tinham sua vendagem, mesmo antes dos atentados, reduzida a um resíduo de apenas sete a oito mil exemplares, basicamente o público militante do PCdoB, que apoiava o jornal, e um círculo pequeno de simpatizantes. Foi imperceptível a queda de vendas de MOVIMENTO em função dos atentados de julho e agosto de 1980. De 7,5 mil exemplares para 6,5 mil, ou seja, dentro da variação que havia entre edições mais e menos atraentes[9]. Ocorreriam grandes quedas, isso sim, nos meses seguintes, em virtude dos conflitos internos do jornal, em especial após o fulminante "racha" do PCdoB em torno da avaliação da guerrilha do Araguaia. As vendas em banca de MOVIMENTO caíram para quatro mil e depois para 3,5 mil exemplares apenas. Também a venda do COOJORNAL em bancas era gravosa.

Alguns jornais alternativos, no entanto, os não ligados a projetos político-partidários e que tinham grande vendagem em bancas, sofreram com os atentados, pois não tinham a opção da venda militante. Sofreram mais ainda com as apreensões de algumas edições inteiras. Esse foi o caso do Repórter, que além disso teve suas vendas em banca diminuídas à metade, de 70 para 35 mil. Repórter efetivamente desapareceu devido

à impossibilidade de recuperar essas perdas apenas com as edições carnavalescas de caráter pornográfico, que vendiam mais de cem mil exemplares[10]. COOJORNAL, um dos alternativos a contar com receita de publicidade, sofreu prejuízos graves com a pressão dos militares gaúchos contra os seus anunciantes, no início de 1979, a apreensão de uma edição e a prisão de seus editores em julho de 1981. Mas foi basicamente devido a decisões estratégicas erradas (o lançamento do semanário o Rio Grande) e dissensões internas crescentes, inclusive políticas, que COOJORNAL deixou de existir.

OS ALTERNATIVOS QUE MUDAM DE LUGAR SOCIAL

Parte da atividade jornalística alternativa passou por um processo de institucionalização, como ocorreu em geral com as oposições. Especialmente com a tomada dos sindicatos pelas forças de esquerda a partir das greves de 1978 e 1979 no ABC, e com a consolidação de entidades representativas dos movimentos populares, como Comissão Pastoral da Terra, que a partir de 1978 lança boletins e pequenos jornais em vários Estados. Na década de 1980, multiplicam-se órgãos de sindicatos e partidos políticos e jornais de movimentos populares apoiados materialmente pela Igreja Católica, na CUT e outras entidades da sociedade civil. Mas, não se reproduz a articulação que definia uma imprensa alternativa, apenas subsistem alguns de seus elementos, e numa forma mais simples: os jornais são veículos de defesa de interesses corporativos ou institucionais específicos. Nessa configuração o jornalista é essencialmente assalariado que precisa defender posições políticas e programáticas da instituição que o emprega. O âmbito da decisão política é o da instituição e não da redação do jornal. Surgem dezenas de jornais e revistas desse tipo, institucionais, que continuam carregando aparentemente algumas das mesmas bandeiras da imprensa alternativa dos anos de 1970. É tão grande a afluência e a influência de jovens jornalistas na imprensa sindical que,

> *[...] a partir de 1978 [a imprensa sindical] ganha novo enfoque [...] deixa de ser atividade de militância voltada à doutrinação ideológica [...] deixa de ser tarefa de "fechar" jornal encomendada pela diretoria [...] para ser [...] comunicação das classes trabalhadoras [...], quando "técnicos" formados por escolas de comunicação e com experiência profissional na chamada grande imprensa e/ou com a imprensa alternativa vão para dentro dos sindicatos, antes reduto exclusivo dos burocratas, médicos, advogados, e provocam significativas mudanças*[11].

Já antes da greve de 1978, na campanha salarial de 1977, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo valeram-se do uso moderno e massivo da comunicação, mobilizando os trabalhadores através do boletim diário com a figura do João Ferrador[12], e de uma edição especial da Tribuna Metalúrgica.

Durante a greve de 1979, Tribuna Metalúrgica chega a tirar entre vinte e trinta mil exemplares diários de seu suplemento. Nesse ano também surge Folha Bancária, jornal diário do Sindicato dos Bancários de São Paulo, começando com mil exemplares de tiragem, crescendo para até 35 mil[13]. Dezenas de sindicatos rurais são também retomados por lideranças populares que desalojam os pelegos e passam a publicar jornais inspirados, em parte, no padrão alternativo. No Paraná chega a ser criado um jornal único de nove sindicatos rurais, o Picareta na Justiça[14]. E, em São Paulo, estudantes de comunicação, liderados por Sérgio Gomes e ligados à corrente Unidade Sindical e ao PCB, criam uma sociedade por cotas, para

produzir jornais para o movimento sindical, a Oboré.

A DISPERSÃO DOS PROTAGONISTAS

Com o surgimento de novas possibilidades táticas e estratégicas no campo político, a partir da crise sucessória e da eclosão das grandes greves operárias, em 1978, romperam-se as frentes jornalísticas em meio a profundas divergências entre seus participantes.

Os mecanismos formais de democracia interna dos jornais alternativos de frente não resistiram ao sectarismo ideológico, à ética dos interesses partidários. À medida que se abria espaço para a rearticulação partidária, perdia sentido o condomínio forçado das frentes jornalísticas. O fim da ditadura foi desagregador para os jornais de frentes comandadas por partidos de esquerda. A imprensa alternativa não era substituta da imprensa clandestina dos partidos, que de forma precária sobreviveu sob a ditadura[15], mas a atividade inerente aos jornais alternativos, suas assembléias e redações, suas campanhas de assinaturas e seus debates, eram um substituto do próprio partido como espaço social e de articulação nas condições da ditadura, e dispensável sem ela. Com a abertura, essa função desapareceu. Os partidos se organizam abertamente. Abandonam a imprensa alternativa, na qual precisavam conviver forçosamente com outros partidos e facções, e lançam seus próprios jornais, quase que simultaneamente, a partir de junho de 1979. Estava selado o fim dos alternativos políticos portadores de projetos nacionais.

São lançados em seqüência os jornais partidários, produzidos por muitos dos quadros da antiga imprensa alternativa, disputando o espaço público nas bancas, comprimindo também dessa forma o espaço dos jornais alternativos:

1978

O Trabalho, lançado no primeiro de maio, órgão da Organização Socialista Internacionalista (OSI), que começou a aparecer em 1975. Ficou conhecida como Libelu, da chapa estudantil Liberdade e Luta. Semanário, tablóide. A favor da autonomia operária, o grupo primeiro resistiu e depois aderiu à articulação do PT.

Convergência Socialista, órgão do grupo trotskista Liga Operária (1974), depois Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), que lança o movimento “convergência socialista”, primeiro, através do VERSUS, depois pelo seu próprio jornal. Primeiro partido clandestino a aproveitar o espaço de abertura para lançar um partido legal, socialista e de massas. Suplantada pelo PT, entrou para o partido, mantendo-se como facção, com projetos de poder.

1979

O Companheiro, do MOVIMENTO de Emancipação do Proletariado (MEP), organização basista, que participou do EM TEMPO.

EM TEMPO, que continua a circular com o mesmo nome, mas na forma tablóide e como órgão do grupo trotskista Democracia Socialista (DS).

Causa Operária, órgão da facção trotskista Organização Quarta Internacional (OQI). Procuram influir no PT desde o início, defendendo um “PT classista”.

Hora do Povo, órgão do MR-8, que também havia participado da

fundação de EM TEMPO. Participam na política institucional apoiando-se sob o guarda-chuva do PMDB.

Tribuna da Luta Operária, órgão do PCdoB. Seu lançamento esvazia totalmente o jornal MOVIMENTO. O jornal não consegue imprimir uma nova linha editorial e sucumbe, vítima da luta interna entre grupos remanescentes do PCdoB. Raimundo Pereira prefere fechar o jornal a vê-lo levado por um desses grupos à órbita do PT.

1980

Voz da Unidade, órgão do PC.

O Povão (Recife), editado por Bruno Maranhão, ligado ao PCBR, depois filiado ao PT. No seu Conselho Editorial figuravam Lula, Bete Mendes e Manoel da Conceição, entre outros.

1982

Jornal dos Trabalhadores, órgão do Partido dos Trabalhadores, quinzenal, *standard*.

1984

São Paulo Hoje, órgão do PMDB, tablóide, mensal, no padrão da imprensa alternativa.

A Esquerda, órgão de uma nova dissidência do PCB, liderada por David Capistrano. Efêmero. O grupo aderiu ao PT.

1985

O AMANHÃ, órgão de uma dissidência do PCdoB. Editado por Ozeas Duarte. Efêmero. Aderiram ao PT.

1986

Rumo ao Socialismo, órgão do MOVIMENTO dos Trabalhadores pelo Socialismo.

O MIMETISMO DA GRANDE IMPRENSA

Finalmente, a imprensa alternativa perdeu o monopólio do jornalismo crítico para a grande imprensa. Alguns veículos da grande imprensa apropriam-se do padrão alternativo, operando-o com mais recursos e eficácia, como foram os casos da revista ISTO É, a partir de 1976, e do Projeto Folha. Bandeiras até então exclusivas da imprensa alternativa, entre as quais a campanha da anistia, são encampadas pela grande imprensa, como observam Márcio Bueno e Regina Festa[16]. O JORNAL DO BRASIL e a Folha de S.Paulo lançam suplementos à imagem da imprensa alternativa. O Folhetim, criado e editado a partir de 1977 por Tarso de Castro e Fortuna, ambos oriundos d'O PASQUIM, como suplemento da Folha de S. Paulo, confunde-se propositalmente em forma e conteúdo com os jornais alternativos.

Navegando nos ventos da abertura, a Folha de S. Paulo disputava o

leitor d'O ESTADO DE S. PAULO através de uma linha editorial crítica. Atraiu a geração Libelu e adotou parte da linguagem alternativa. O projeto editorial da Folha, delineado primeiramente por Cláudio Abramo em 1978, inspirou-se na experiência dos alternativos orgânicos, inclusive através da proposta de uma plataforma política.

> *[...] a organização de um regime democrático que assegure a estrita observação dos direitos do homem e do cidadão e que atenda aos interesses da maioria da população, por meio da participação política de todos os setores da sociedade e de todas as tendências de opinião [...] a liberdade de informação, compreendida como direito de todos terem acesso ao conhecimento dos fatos e das idéias [...] o fortalecimento dos organismos da sociedade civil [...] a distribuição da renda nacional, prioritariamente por via tributária [...] o apoio à livre iniciativa econômica com prioridade para o capital nacional (o privado ou estatal) sobre o capital estrangeiro [...] a submissão de toda economia ao interesse social [...] a preservação da identidade cultural brasileira [...]*[17].

Um manifesto político que poderia ter sido copiado d'OPINIÃO ou MOVIMENTO, excetuada a referência à "livre iniciativa" – aliás em contradição com o dirigismo econômico do trecho final. Cláudio Abramo criou também um conselho editorial, à imagem dos organismos típicos da imprensa alternativa.

EXPURGO E ABERTURA

Mas essa abertura de espaços durou pouco. Foi efêmera a fase de apropriação do padrão alternativo por parte da grande imprensa. A partir da greve dos jornalistas de 1979, os donos dos jornais assumem a tarefa de expurgar suas redações daqueles jornalistas que haviam sido de alguma utilidade durante o regime de exceção, mas que se tornavam inconvenientes numa fase ainda delicada, sem o controle extra-redação da censura governamental. Em O ESTADO DE S. PAULO estão sendo demitidos os intelectuais da casa. "Os expurgos são determinados pela recessão econômica, mas seguem um padrão ideológico, atingindo sistematicamente os jornalistas que rejeitam o neo-autoritarismo implantado nas redações. Até mesmo humoristas consagrados, como Henfil, vão perdendo seus espaços na imprensa convencional"[18]. Entre 1979 e 1981, fase de declínio acentuado da atividade econômica, o JORNAL DO BRASIL cortou 26% de sua redação, O GLOBO cortou 20% e a ÚLTIMA HORA, 32%[19]. Na Folha de S.Paulo, a greve de 1979 contou com grande adesão, pondo em cheque a nova estrutura interna de poder, que tentava se justificar ideologicamente através do projeto político de apoio à abertura, mas que era ao mesmo tempo o instrumento de implantação de uma sucessão familiar, com a passagem do comando à nova geração. Com o fracasso da greve seguiu-se uma onda de demissões que completou o expurgo da velha guarda, a adoção do projeto autoritário de 1981 cobrando vassalagem das chefias[20]. Assim, afirmou-se o poder de uma nova geração através do expurgo dos jornalistas experientes, especialmente os das gerações dos anos de 1950 e 60, tendo como conseqüência importante a cooptação da nova geração num projeto de poder e de jornalismo que tornava desnecessária a busca de alternativas, negava as antigas utopias e propunha a manipulação consciente e sofisticada do mercado[21].

Nesse clima surge uma última grande tentativa de jornalismo quase-alternativo, por iniciativa de Mino Carta: o diário Jornal da República, que atrai os descontentes da Folha de S.Paulo, inclusive Cláudio Abramo. O fracasso do semi-alternativo Jornal da República, coincidindo com o fim

dos jornais regionais de reportagem da última geração dos alternativos, praticamente põe fim ao ciclo da imprensa alternativa dos anos de 1970.

Com o insucesso do Jornal da República e a reversão do projeto Folha, fracassaram as tentativas mais importantes de transpor para o âmbito da grande imprensa, se não o complexo de experiência da imprensa alternativa dos anos de 1970, pelo menos suas propostas principais de conduta editorial. Além das implicações políticas, o abandono do imaginário alternativo pelo novo Projeto Folha marca a ascensão de todo um novo imaginário, autoproclamado pós-moderno, que contém entre seus elementos definidores a própria rejeição da possibilidade da utopia, da necessidade de uma ética.

NOTAS

1. Canja, quinzenal, era editada por um coletivo que incluía Sérgio de Souza, o antigo editor do BONDINHO. Era desenhada por Paulo Orlando (Polé), e tinha Roberto Freire entre seus colaboradores. Brasil Hoje, revista mensal, era editada por Ricardo Lessa e se apoiava nos nacionalistas e brizolistas Euzébio Rocha, o antigo editor do BRASIL SEMANAL, e Paulo Canabrava. Florestan Fernandes também aparece, como um apoio distoante.

2. Cf. carta de Luiza a Paulo Barbosa sobre a Distribuidora Chinaglia, 20/12/1979, arquivo RP. “EM TEMPO informa” sobre as condições da Distribuidora Abril, 18/11/1990, arquivo BK.

3. “EM TEMPO informa”, 4/11/1977, arquivo BK.

4. O papel estratégico da assinatura na viabilização de semanários no Brasil seria demonstrado por VEJA, que atingiu a tiragem de mais de meio milhão de exemplares graças a assinaturas. VEJA usa a banca essencialmente como ponto de venda da própria assinatura, através do cupom encartado na revista.

5. O ESTADO DE S. PAULO, 1/2/1979.

6. Novo dossiê foi preparado e divulgado pelo Departamento de Polícia Federal, em junho de 1981, que o enviou à Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, sobre a ação terrorista. Cf. O GLOBO, 3/6/1981.

7. A devassa em VERSUS, por exemplo, é solicitado pelo DEOPS ao juiz auditor da Justiça Militar Nelson Machado Guimarães, como parte do processo relativo às atividades da Associação Civil Convergência Socialista. Cf. carta da equipe do VERSUS, 19/4/1979, arquivo RP. Para documentos oficiais detalhados sobre a devassa fiscal na imprensa alternativa ver Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 1999.

8. Cf. Raimundo Pereira, “Notas Manuscritas: Os Ameaçados e suas Manifestações, s.d., arquivo RP. Raimundo cita como fonte de suas informações o jornalista Clóvis Rossi. A agência do INPS do bairro de Pinheiros, São Paulo, era freqüentemente instruída, de Brasília, a devassar gráficas que imprimiam jornais alternativos e os próprios jornais. Cf. depoimento confidencial a BK, 1989.

9. Relatório de vendas, arquivo RP.

10. A intenção da Polícia era de arruinar o jornal, tanto assim que o chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Moacir Coelho, informou que não haveria impedimento à circulação de determinada edição do jornal, mas ordenou a apreensão de toda a edição tão logo foi impressa. Cf. MOVIMENTO, 4/4/1978.

11. Valdecir Verdelho, “A Nova Imprensa Sindical”, em Regina Festa & Carlos Eduardo Lins da Silva (orgs.), A Comunicação Popular e Alternativa no Brasil, 1986.

12. Para a história de João Ferrador, ver Antônio Carlos Felix Nunes, Fora de Pauta, 1981.

13. Para os casos de Folha Bancária, Tribuna Metalúrgica e Jornal dos Jornais, ver Luiz de Cerqueira Egypto, Imprensa e Indústria da Consciência: A Informação e a Contra-Informação, 1983.

14. Alguns desses jornais: Enxadão, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá; A Foice, do Sindicato de Correntina, Bahia; Boletim Informativo, de Colatina, Espírito Santo; Lamparina, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.

15. Entre outros, circularam Libertação, da AP; A Classe Operária, do PCdoB; Voz Operária, do PC; Frente Operária, do movimento posadista; Unidade Proletária, do MR-8; e até O Guerrilheiro, da ALN.

16. Regina Festa, Comunicação Popular e Alternativa: A REALIDADE e as Utopias, 1986. Ver também Márcio Bueno, "A Imprensa Alternativa – Ontem e Hoje", em Maria Amélia Mello (org.), Vinte Anos de Resistência, 1986. E, ainda, Beatriz Bissio & Maria Nakano, Brasil: La Experiencia de la Prensa Alternativa, 1982.

17. Cf. Carlos Eduardo Lins da Silva, Mil Dias: Bastidores da Revolução em um Grande Jornal, 1988.

18. Em 1979 mandava tiras do Zeferino para o JORNAL DO BRASIL e para O Jornal da República, O Dia, Jornal de Brasília, jornais sindicais e para a imprensa alternativa; a "carta do primo Figueiredo para ÚLTIMA HORA, Jornal da República e O PASQUIM; e por fim, as famosas cartas da mãe para ISTO É. Já em 1984, época do veto, além da ISTO É, só O GLOBO recebe suas colaborações". Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, op.cit., e também Jornal do Campus, São Paulo, 30/9/1987.

19. Cf. Maurício Azedo, em Unidade e ação, Rio de Janeiro, mar./abr. 1980, edição especial.

20. Carlos Eduardo Carlos Eduardo Lins da Silva, Mil Dias: Bastidores da Revolução em um Grande Jornal, op. cit.

21. Para uma exposição cândida dessas concepções ver Otávio Frias Filho, "Vampiros de Papel", Folhetim, 5/8/1987; Matinas Suzuki Jr., "A Maquiagem do Mundo", em Primeira Página, Folha de S.Paulo 1925-1985; Carlos Eduardo Lins da Silva, Mil Dias: Bastidores da Revolução em um Grande Jornal, op. cit.

EPITÁFIO

Em 1983, Raimundo Pereira, ex-AMANHÃ, ex-OPINIÃO, ex-MOVIMENTO, lança o semanário alternativo Política, com a ajuda da Editora Três. Sai apenas o primeiro número.

Em 1984, Bernardo Kucinski, ex-AMANHÃ, ex-OPINIÃO, ex-MOVIMENTO, ex-EM TEMPO, lança uma nova revista alternativa, Brasil Extra, por encomenda dos financiadores Flávio Andrade e Marília Andrade. Apesar da boa vendagem, foi fechada antes da impressão do segundo número.

Em 1984, Elmar Bones, ex-COOJORNAL, lança o alternativo Já, em Porto Alegre. Irregular e efêmero. Em 1986, lançou Lutas da Maioria, em Florianópolis. Irregular.

Em 1986, Raimundo Pereira, ex-AMANHÃ, ex-OPINIÃO, ex-MOVIMENTO, ex-Política, lança, através de uma subscrição pública, o diário alternativo Retrato do Brasil. Tem o apoio de Elifas Andreato, Eurico Andrade, Fernando Moraes, Flávio Andrade, Helio Bicudo, Luiz Gonzaga Belluzo, Mino Carta, Nirlando Beirão e Raymundo Faoro. Após algumas semanas torna-se semanal, depois irregular, até que desaparece.

Em 1986, Tarso de Castro, ex-O PASQUIM, ex-Já, ex-Enfim, lança o semanário nacional tamanho *standard* O Nacional, com trinta mil exemplares de tiragem e linha editorial brizolista. O jornal deveria se transformar em diário. Participam Eric Nepouceno, Paulo Caruso, Palmerio Doria. Durou onze meses e cinqüenta números, até setembro de 1987. Tarso de Castro morreu em junho de 1991, aos 47 anos.

Em 1987, Lucio Flávio Pinto, ex-OPINIÃO, ex-BANDEIRA 3, ex-MOVIMENTO, lança o Jornal Pessoal, quinzenal, tamanho ofício, escrito inteiramente por ele mesmo. Circula até hoje.

Em 1990, Marcos Faerman, ex-VERSUS, ex-Ex, lança uma versão brasileira de Crisis. Saiu apenas o primeiro número.

Em 1996, Sérgio de Souza e Roberto Freire, ex-BONDINHO, ex-Jornal Livro, ex-Ex, lançam Caros Amigos, revista mensal que dura até hoje.

Em 1997, Élson Martins e Abrahim Farhat, ex-VARADOURO, lançam O Acre, mensal, de curta duração.

Em 1999, Ziraldo, Jaguar e outros remanescentes de O PASQUIM lançam Bundas, revista humorística semanal, que dura apenas um ano.

Segundo Livro

OS JORNALISTAS

Em 1969 estávamos mais ou menos ao Deus-dará. O sonho tinha acabado, não se tinha o que fazer ou para onde ir, formava-se o vazio histórico e existencial onde medravam a luta clandestina e o desbunde[...]

Luís Carlos Maciel, Os Anos 60, 1987, p. 88.

O JORNAL DA PATOTA: O PASQUIM

> *[...] os cartunistas são nossos posseiros. Tomaram terra proibida de editorial, de comentário político, e nela plantaram com ar ingênuo, pincel na mão, como se fosse uma enxada [...].*
>
> ***Antonio Callado[1],***

> *[...] dictators fear laughter more than bombs [...].*
>
> ***Arthur Koestler[2]***

ZIRALDO E OS JOVENS HUMORISTAS: HENFIL

À medida que o jornalismo "sério" foi se encolhendo, depois da edição do Ato Institucional número 2, expandiu-se o humor na grande imprensa. É uma fase de grande criatividade de Ziraldo, em torno do qual passam a gravitar muitos humoristas jovens, ainda desconhecidos do grande público. Para acomodá-los, Ziraldo lançou em março de 1967, no Jornal dos Sports, na mesma época do projeto alternativo O Sol, o suplemento Cartum JS. Assim se revelou essa nova geração de chargistas, entre os quais Miguel Paiva, Juarez Machado, Al, Wagner e o mineiro Henrique Filho, o Henfil. Na revista O CRUZEIRO, Ziraldo lançou um caderno de humor, O Centavo, com uma proposta editorial semelhante, juntando veteranos e novatos. De todos esses jovens humoristas estimulados por Ziraldo, Henfil foi a maior revelação. Ele havia criado, ainda em 1964, um par de personagens na revista Alterosa, de Belo Horizonte, que inovaria a arte da tira humorística e da charge política no Brasil: os fradinhos, personagens esquizofrênicos, expressão do conflito instalado na sociedade brasileira pelo golpe de 1964, e da destruição dos sentimentos de fraternidade. Os fradinhos foram a resposta de Henfil ao veto a charges políticas em Belo Horizonte:

> *Eu tinha que criar um personagem à força, ou seria demitido da revista, porque não dava para fazer charge. Na época eu convivia muito com os padres dominicanos... responsáveis para mim por uma nova visão do mundo... até os quinze ou dezesseis anos eu tinha medo do inferno terrível... achava que mulher era pecado... foram eles que me revelaram que inferno não tinha fogo e uma série de outras coisas, como o problema social da Igreja... Quando eu tive que criar, pensei nos dois fradinhos, primeiro porque plasticamente era bacana... usando aquele hábito... segundo, porque era um negócio que eu estava vivendo na época... Existiam dois frades dominicanos, um era comprido, narigudo e muito religioso; o outro era gordinho, escondia pão debaixo da batina para comer fora de hora... Muito tempo depois, com a minha divisão de personalidade, é que eu comecei a fazer crise dos dois, um contra o outro e tal. Um era o que todo mundo chama de sádico, mas era o cara mais no chão; o outro era o cara meio alienadão, até safado de vez em quando...[3].*

No suplemento semanal O Sol, do Jornal dos Sports, sob a liderança de Reinaldo Jardim e Ana Arruda, Henfil desenhou seu primeiro personagem após os Fradinhos, o torcedor do Flamengo, Urubu[4].

Mas, apesar dos novos espaços de humor, a maioria das charges amontoava-se nas gavetas. Tanto as da nova geração como as dos veteranos, principalmente os trabalhos mais fortes de Jaguar[5]. No final de 1967 esse bloqueio se agravou com o fechamento do Cartum JS e d'O Centavo,

devido ao constrangimento que a charge política trazia às famílias proprietárias. Os humoristas migram em massa para o CORREIO DA MANHÃ, no qual Fortuna lança o suplemento humorístico Manequinho, que no entanto desapareceu como todo o jornal, após o AI-5. Jaguar consegue uma página semanal de humor na Folha de S.Paulo.

Para os humoristas ficou demonstrada, a partir desses incidentes, a necessidade de uma publicação própria, independente, a idéia de voltar a publicar uma revista, como PIF-PAF, só de humoristas, uma revista porta-voz de todos os humoristas brasileiros[6]. Os veteranos precisavam espaços mais livres; para a nova geração tratava-se de conseguir aparecer, “pois os grandes jornais preferiam humor estrangeiro mais barato e não comprometido com a realidade local”[7].

Tarso de Castro, o ex-editor do jornal de Brizola O PANFLETO, propôs usar uma revista quase desconhecida, Carapuça, lançada em agosto de 1968 em tamanho meio-ofício por Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta). Desenhada de fato por Alberto Eça e distribuída por Murilo Reis, dono da Imprensa, empresa distribuidora da revista Manchete, Carapuça vendia cerca de 18 mil exemplares. Carlos Prosperi, dono de uma agência de publicidade garantia os anúncios no novo esquema, e Murilo Reis garantiria a distribuição. Mas ocorreu a morte repentina de Sérgio Porto, impedindo o prosseguimento de Carapuça. E Jaguar achava que era preciso fazer outro jornal, completamente diferente. “Pedimos um projeto gráfico para o Carlos Prosperi e nos reunimos na casa do Carlos Magaldi; o grupo inicial dos fundadores d’O PASQUIM era Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Prosperi, Claudius e Jaguar [...]”.[8]

A ORGANIZAÇÃO NÃO-BUROCRÁTICA: A PATOTA

Logo de início deu-se um impasse em torno da forma de prosperidade. Liderando os humoristas jovens, Henfil, de postura totalmente anti-capitalista, propunha uma cooperativa, com igualdade de direitos para todos. Millôr achou incorreto que cartunistas ainda desconhecidos tivessem o mesmo ganho dos consagrados, e propôs uma divisão qualitativa: metade das cotas seria prosperidade dos veteranos e a outra metade dividida entre os numerosos artistas mais jovens. Jaguar, o líder, não gostou de nenhuma das duas propostas: “Fui contra a cooperativa porque não funcionaria; os novos, que estavam aparecendo queriam ganhar o mesmo que os famosos; e haveria discussões intermináveis, dificultando a tomada de decisões”. O impasse, que se manteve de março a junho, acabou consagrando uma forma deficiente de sociedade por cotas na qual não havia nem as vantagens de um comando hierárquico nem as de uma cooperativa. Murilo Reis, o empresário dono da distribuidora, ficou com 50% das cotas, e cinco jornalistas e humoristas ficaram com 10% cada: Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prosperi e Cláudio Ceccon. Henfil rebelou-se, acusando os cinco de “velhos reacionários”. E criou uma dissidência que se recusou a entrar no projeto, incluindo Miguel Paiva, Juarez Machado e Wagner Tadeu. Ziraldo, que fazia grande sucesso na época com seu Flicts, e em cuja casa os dissidentes reuniram-se algumas vezes, de início também não aderiu ao O PASQUIM. Nem mesmo Millôr quis participar[9].

Durante toda a sua existência como imprensa alternativa, O PASQUIM foi uma sociedade por cotas instável, em que mudava a composição acionária, a cada crise. Mas não foram obedecidas regras básicas de administração, controle financeiro e de estoques, o que levou

ao estrangulamento de um projeto editorialmente bem-sucedido. O grupo não se via como uma empresa, nem mesmo como uma redação convencional, mas como uma patota, um grupo de amigos que tinha prazer de fazer de suas relações pessoais e idiossincrasias matéria de jornal.

A "patota" era uma forma específica e original de organização de pauta, não burocrática e extremamente criativa. Reuniam-se em bares e relacionavam-se como indivíduos iguais, discutindo cada edição de forma espontânea. Para José Luiz Braga, formulador dessa avaliação, a "patota" representava a negação da necessidade da ditadura: "À lógica da eficiência e da produção" a patota contrapõe "um exercício lúdico motivado pelo gozo [...]"[10]. Cada um já era muito bem informado e relacionado, o que levava a uma troca muito quente de idéias. Por isso O PASQUIM, sem ter reportagem e nem sucursais, era um jornal sempre de grande atualidade. Na "patota", dava-se um processo de realimentação de idéias e de informações que não era a mera soma de idiossincrasias, e também não precisava de hierarquia.

RAÍZES D'O PASQUIM

Imaginado por Jaguar como um jornal do bairro de Ipanema, do Rio de Janeiro, O PASQUIM logo revelou vocação à universalidade, extraindo daquele microcosmo uma visão crítica compartilhada por jovens e artistas do resto do país. Era uma "crítica pontual, localizada no cotidiano e sempre muito precisa", preenchendo o vazio deixado pelo fracasso dos movimentos populares e pelo desaparecimento da hegemonia cultural das esquerdas, que "impedia o estabelecimento de uma base analítica sólida de crítica ao regime"[11]. O PASQUIM definitivamente não era um jornal de bairro comum, até porque quase não fazia reportagem.

As vendas do novo jornal estouraram desde o primeiro número. "Não acreditava que o jornal fosse além do Rio de Janeiro, tanto que no primeiro número eles queriam tirar vinte mil e eu dizia: 'Vocês estão loucos'; saíram os vinte mil e esgotou, o segundo foi trinta mil, o terceiro quarenta mil, foi uma loucura."[12]

Como o pioneiro da imprensa *underground* americana, o Village Voice, fundado no bairro boêmio de Nova York em 1955, O PASQUIM propagou, a partir daquela compacta zona intelectual-boêmia do Rio, uma contracultura, alternativa tanto à cultura da ordem estabelecida como à cultura oficial de esquerda[13]. Uma contracultura sintetizada no conceito do "anticaretismo, do repúdio ao conformismo, a tudo o que fosse conservador, repressor e inautêntico", no sentido, segundo Luís Carlos Maciel, da "existência inautêntica" definida por Sartre[14].

Seus alvos principais eram a ditadura militar, contra a qual se opunha de maneira visceral, a classe média moralista e a grande imprensa. Alimentando-se tanto nas raízes do existencialismo e da contracultura norte-americana, como nas raízes do populismo, a "patota" de O PASQUIM encontrou seu denominador na mais intransigente oposição à ditadura. Por isso, O PASQUIM possuía duas dimensões, uma contingente, de combate à ditadura, e outra filosófica.

O PASQUIM não só propunha a seus leitores a liberdade total; O PASQUIM viveu a liberdade total, na forma não burocrática de produção da pauta e no recurso de alguns de seus protagonistas centrais a novos modos de percepção através da maconha e da cocaína. O PASQUIM acabou criando uma versão carioca ainda mais cínica e debochada da ética do prazer inaugurada por Hugh Heffner, na Playboy, que proclamava o

sexo como fonte suprema de prazer e, portanto, a abstinência sexual como uma atitude moralmente condenável. Ao critério do prazer, O PASQUIM adicionou o critério da dissipação, principalmente a alcoólica. Em sua primeira fase, Tarso de Castro muitas vezes já chegava à redação drogado. "Cheirava cocaína ostensivamente e oferecia para outros", cultuando a droga como na contracultura norte-americana, em que seu uso ostensivo ajudava a compor um ethos de transgressão[15]. Depois, "o imaginário da orgia e da dissipação passou a ser em parte irreal, cultivado."[16]

O PASQUIM estourou sucessivas previsões de vendas até se estabilizar em 225 mil exemplares a partir da edição número 32, em janeiro de 1970, com apenas sete meses de existência. O vigor do fenômeno O PASQUIM pode ser medido pelo crescimento lento do Village Voice, que só começou a dar lucro sete anos depois de lançado. Em 1967, com 12 anos de circulação, Village Voice vendia apenas 75 mil exemplares[17].

A REVOLUÇÃO DA LINGUAGEM

Logo no seu primeiro número, de 26 de junho de 1969, O PASQUIM revolucionou a linguagem do jornalismo brasileiro, instituindo uma oralidade que ia além da mera transferência da linguagem coloquial para a escrita do jornal. Essa revolução, semi-apreendida pela imprensa nos anos seguintes, teve impacto mais profundo na publicidade. Aparentemente, começou por acaso, quando Jaguar usou as propriedades de uma outra invenção de introdução relativamente recente no jornalismo brasileiro: o gravador.

> *A primeira entrevista d'O PASQUIM foi com Ibrahim Sued, feita pelo Sérgio Cabral, pelo Tarso e por mim. Tirei do gravador quase na hora de ir para a gráfica. Sérgio disse: "falta fazer o copy-desk". Eu nunca tinha ouvido falar naquilo, era apenas um chargista, Tarso e Cabral já eram jornalistas tarimbados. "Tem que botar em linguagem jornalística". Finquei o pé, insistindo que estava ótimo e só ganhei a partida porque não dava tempo, estava na hora do jornal rodar[18].*

Além do estilo coloquial, herdado, segundo Jaguar, do Febeapá de Sérgio Porto e, mais remotamente, do barão de Itararé[19], as primeiras edições d'O PASQUIM já trazem os traços, seções e maneirismos que caracterizariam o jornal durante toda a sua existência como imprensa alternativa: a grande entrevista, provocativa, dialogada, as dicas de restaurantes, sugeridas por Jaguar e escritas por sua mulher Olga Savary, e que seriam depois imitadas por quase toda a imprensa brasileira; o bairrismo, a página de *underground* de Luís Carlos Maciel; o personagem imaginário Pedro Ferreti, pseudônimo compartilhado por todos os redatores, quando queriam criticar anonimamente; os artigos corrosivos de Paulo Francis; o ratinho Sig, criação de Jaguar em homenagem a Sigmund Freud e inspirada em Hugo Leão de Castro, morador de Ipanema que levava sempre um ratinho ao ombro; a enorme seção de cartas, as tiras do chopnics, personagem sugerido pelo publicitário Castro Neves, combinando os beatniks com chope, e criado por Jaguar e Ivan Lessa, com grande sucesso ainda antes d'O PASQUIM, quando aparecia simultaneamente no JORNAL DO BRASIL e Jornal dos Sports[20].

Apesar de não serem sócios fundadores, Millôr e Ziraldo colaboraram desde o primeiro número. Henfil, Paulo Francis e Sérgio Augusto aderem em seqüência. Ivan Lessa passou a escrever de Londres. Advertindo que, ou o jornal será independente e nesse caso não durará muito, ou terá que transigir, Millôr profetizou: "Nós, os humoristas, temos bastante importância pra ser presos e nenhuma pra ser soltos". Colaboraram,

também desde o início, Martha Alencar, Sérgio Noronha, Fortuna, Moacyr Scliar, Newton Carlos, Chico Buarque, Caetano Velloso, Ferreira Gullar, Glauber Rocha, Cacá Diegues. O número seis d'O PASQUIM marcou o início da simbiose com o grande público. As vendas estouravam com uma chamada de capa ridicularizando a chegada dos americanos à Lua, tratada com pompa pela grande imprensa. O PASQUIM inaugurava a técnica do deboche, tão eficaz na crítica ao milagre econômico. Caetano foi capa do número 17, quando a tiragem se aproximou dos 100 mil exemplares, tornando-o um dos jornais mais vendidos do país. A dissidência jovem que, sob a liderança de Henfil, rejeitara o modelo de constituição do jornal, aderiu em peso.

As capas passam a ser dedicadas aos grandes nomes da música popular, do teatro, e ocasionalmente da oposição política, criando um efeito multiplicador de vendas. Dom Helder Câmara, nome proibido nos meios de comunicação, foi capa do número 40. Na edição número três apareceu pela primeira vez a palavra "bicha", em artigo de Tarso de Castro. O PASQUIM introduziu o palavrão na linguagem jornalística, e na própria linguagem falada, através de corruptelas e variações dos termos originais rapidamente incorporadas no quotidiano do público. Provocou sensação uma entrevista com Leila Diniz em novembro, edição número 22, totalmente livre de autocensura, repleta de palavrões, alguns explícitos, outros tão óbvios que eram substituídos por um *, sem prejuízo de leitura.

Aos poucos, a "patota" foi adotando esses mecanismos de deformação de palavras surgidos por acaso, como técnica de construção de toda uma nova linguagem. A característica principal dessa nova linguagem era oralidade, mas, como observa José Luiz Braga, não era uma oralidade única[21]. Não se tratava de uma simplificação através do coloquial ou do popular. Foi todo um novo modo de expressão, dotando os textos de cada escritor dos atributos de expressividade da fala. E talvez indo além. Era como se os artistas da linguagem tivessem sido influenciados pelo modo de produção dos humoristas, pela técnica de isolar elementos do objeto, dissecá-los e deformá-los, aplicando essas técnicas à linguagem escrita.

A REVOLUÇÃO NO COMPORTAMENTO

Apesar de superficial, ou até por isso, a entrevista de Leila funcionou como uma bofetada na hipocrisia e duplicidade de valores das elites. Aumentam de tal forma as pressões do governo contra O PASQUIM que, no número 25, Rubem Fonseca escreveu um artigo explicando que "palavrão não é pornografia".

Consolidado desde o número trinta, com tiragens próximas a duzentos mil exemplares, O PASQUIM recebeu muitas páginas de anúncios. Surge um estilo de vida criado e centrado em torno de O PASQUIM, um público definido por esse estilo de vida. Formam-se "clubes de leitores d'O PASQUIM" nas cidades do interior. A publicidade passa a ocupar 25% do espaço, chegando a até 30%, a maior parte de editoras, boutiques, bares e restaurantes. Cria-se, entre O PASQUIM e seus leitores, aquela comunicação direta, do tipo horizontal, tantas vezes proposta por projetos alternativos e raramente alcançada. Especialmente através da seção de cartas, que são respondidas provocativamente por Ivan Lessa, num estilo sádico, que agride e até insulta, numa relação adulta, que não tenta paternalizar ou instrumentalizar o leitor, ou convencê-lo de alguma coisa. "O leitor vai desenvolvendo seu senso crítico junto com o jornal e acaba voltando esse senso sobre o próprio O PASQUIM. A presença do leitor

em O PASQUIM é avassaladora."[22] Mas a seção de cartas não escapa da dimensão ficcional que vai tomando conta do espaço do jornal, através de personagens imaginários e situações inventadas. Para José Luiz Braga, através do deboche, o próprio conceito de espaço público passa a ser satirizado pelo jornal[23].

"O PASQUIM foi a primeira coisa a mudar o comportamento do brasileiro depois da televisão. No verão d'O PASQUIM, depois da entrevista de Leila Diniz, o Brasil se tornou a única comunidade no mundo a aceitar integralmente o homossexual; no verão d'O PASQUIM, as mulheres grávidas, pela primeira vez, apareciam nas praias"[24]. Paradoxalmente, O PASQUIM era machista, fazendo do feminismo e do homossexualismo objetos de chacota e provocação, outra influência da revista Playboy, que considerava homossexualismo uma aberração, e o feminismo uma ameaça ao romantismo nas relações amorosas. Os dissidentes d'OPINIÃO, fundadores de Beijo, denunciariam O PASQUIM como falsamente libertário na questão do homossexualismo.

Não era essa a leitura da gente comum. Desencadeou-se toda uma mudança comportamental no país, que tinha como referências centrais as dicas d'O PASQUIM.

"Nas cidades do interior, o pessoal d'O PASQUIM era rei. Sem deixar de ser metropolitano, O PASQUIM conseguiu penetrar no interior, romper com o falso puritanismo deste. Mandavam presentes, vinham até ao Rio de Janeiro para visitar a redação."[25]

Os publicitários veneravam e copiavam a linguagem d'O PASQUIM; preferiam designar O PASQUIM e os demais jornais alternativos como "imprensa nanica", como se quisessem esvaziar seu conteúdo contestatório. A absorção d'O PASQUIM pelo sistema mercantil e sua domesticação editorial seriam, em circunstâncias normais, uma questão de tempo. Assim como aconteceu com Village Voice nos Estados Unidos. O PASQUIM já havia se tornado uma grife, com enorme capacidade de vender os objetos demandados pela sociedade de consumo. Ao contrário d'O PASQUIM, o grupo dominante do Village Voice sempre colocou o sucesso comercial como um de seus objetivos principais, motivo pelo qual Norman Mailer afastou-se da revista[26]. Também as circunstâncias da ditadura militar brasileira bloquearam a via do desenvolvimento mercantil d'O PASQUIM, mantendo e, depois, aprofundando sua vocação contestatória. O governo exercia pressão crescente sobre as empresas para que não anunciassem em O PASQUIM, e muitas delas rendiam-se[27], ao mesmo tempo em que O PASQUIM reforçava seu conteúdo político, nos artigos de Paulo Francis, Ferreira Gullar, Fausto Wolf; e chamando para suas grandes entrevistas personagens malditos pelo regime.

O HUMOR NAS GRADES

Quando a vendagem de O PASQUIM atingiu a marca extraordinária dos duzentos mil exemplares, tornando-o hegemônico junto aos filhos da classe média, consolidou-se no aparelho repressivo a tese de que o jornal era um instrumento de grupos subversivos com o objetivo de destruir a família brasileira. Essa tese decorria naturalmente da doutrina de Segurança Nacional, que via a imprensa como um campo privilegiado de infiltração comunista[28], e do uso do puritanismo como arma de contra-arrestação ideológica. Em setembro de 1969, a Junta Militar havia introduzido Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória em todos os graus e escolas do país[29]. E em fevereiro do ano seguinte, baixava o Decreto-Lei 1.077, que reintroduzia a censura prévia de caráter político como uma

extensão da censura de costumes em espetáculos e diversões, "considerando que as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes obedecem a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional".

O PASQUIM respondeu ao decreto em editorial didático, desmontando o raciocínio que tentava ligar liberalidade e modernidade de costumes ao comunismo internacional[30].

Contra esse pano de fundo, surgem também as primeiras reações da grande imprensa ao sucesso de O PASQUIM, visto como um intruso, o novo competidor no mercado publicitário, especialmente o mercado das revistas[31]. Uma primeira investida já havia ocorrido logo após a edição do número 26, em novembro de 1969, que trazia uma entrevista com Juca Chaves ironizando Adolpho Bloch, proprietário de Manchete ("acho que ele é anti-semita"). Tratava-se de uma tirada, pois tanto Bloch como Juca Chaves são judeus. Mas foi o pretexto para que Bloch pressionasse seu distribuidor, Murilo Reis, detentor de 50% das cotas d'O PASQUIM, que imediatamente desalojou o jornal e suspendeu a distribuição pela sua empresa. A hostilidade da grande imprensa, na visão de Henfil, aumentava em proporção direta à tiragem d'O PASQUIM:

> *A grande imprensa no início aceitou O PASQUIM, como irmão moleque, porque todo mundo é jornalista... os jornalistas queriam proteger aquele negócio que é o sonho deles, de fazer exatamente o que eles gostariam de fazer num jornal... até que o negócio ficou um pouquinho sério, O PASQUIM começou a vender... e vendendo tomando público, tomando público principalmente das revistas. Aí a guerra começou. Aí era agressão, era intriga... toda a grande imprensa entrou em choque conosco*[32].

Em novembro de 1969, em cima da entrevista de Leila Diniz, O GLOBO publicou editorial de primeira página acusando a existência de uma "esquerda pornográfica", nociva, devido à falta de controle social.

Em março de 1970 foi colocada uma bomba rudimentar no quintal da sede d'O PASQUIM. Não chegou a explodir. A impressão dos jornalistas foi a de que se tratava de uma ação de grupos ligados a Tradição Família e Propriedade (TFP), revoltados com a entrevista de Leila Diniz. Ao mesmo tempo começam as desavenças na "patota": Claudius briga com Tarso de Castro. Em abril, após a capa dedicada a Dom Helder Câmara, a polícia começou a censurar O PASQUIM – de início, irregularmente. Em junho, foi introduzida a censura prévia, obrigando a redação a submeter todas as matérias, antecipadamente, à Polícia Federal. Mas os humoristas jogavam com os censores o sutil jogo do humor, deformando a própria censura, transformando-a numa caricatura da censura real:

> *Veio uma senhora chamada dona Marina, que nós descobrimos que tinha um ponto fraco: gostava de beber. Todo dia a gente botava uma garrafa de scotch na mesa dela e depois da terceira dose ela aprovava tudo. Resultado: foi despedida... no lugar dela entrou o general Juarez Paz Pinto, excelente figura humana, praticante de cooper, pai da Heloísa – a garota de Ipanema – e um tremendo bonitão. Já era aposentado como general mas estava inteirão, enxuto, cheio de namoradas. O mais gozado era que ele recebia a gente numa garçonnière, debaixo de um enorme retrato de Brigite Bardot com os peitos de fora. De vez em quando chegavam umas meninas lá, ele apresentava a gente visivelmente orgulhoso, "esse aqui é o Jaguar, de O PASQUIM, o Ivan Lessa, estou aqui censurando O PASQUIM, vai lá pro quarto que daqui a pouco eu vou". Mas aí, evidentemente, ele ficava nervoso, a gente espichava as discussões e, para evitá-las, ele ia aprovando. Outra coisa que a gente fazia... todas as quartas-feiras ele jogava biriba na praia com os coroas de lá; a gente contratou uma secretária boazuda que ia lá de biquíni dizendo: "generalzinho, eu trouxe a materinha de O PASQUIM pro senhor censurar". Os outros coroas ficavam morrendo de*

> *inveja, porque ela se esfregava, acariciava o general. Ele ficava todo prosa... e aprovava. Era uma coisa sórdida*[33].

Esse jogo acabou abruptamente em 1o de novembro de 1970, quando policiais do DOI-CODI invadiram a redação d'O PASQUIM durante o fechamento da edição, prendendo todos os jornalistas presentes, menos Tarso de Castro, que conseguiu escapulir pelo muro dos fundos e refugiar-se na casa ao lado, um escritório, de onde continuou dirigindo o jornal clandestinamente. O fato de caber ao DOI-CODI, um comando especial do exército para o combate à luta armada, e não à polícia política, o controle da operação, revela a importância atribuída a O PASQUIM pelo aparelho de repressão.

> *Houve várias batidas em O PASQUIM e a polícia levou muitos documentos, mas a mais séria foi a que os levou presos ao departamento aéreo-terrestre da Vila Militar, ocupado pelo DOI-CODI. Foram presos no fechamento, de madrugada: José Grossi, Ziraldo, Paulo Garcez, Fortuna e Luís Carlos Maciel. Prenderam em casa o Francis. Millôr não estava em casa quando foram prendê-lo. Os outros receberam proposta da polícia para se entregarem em troca da libertação dos que já estavam presos. Numa reunião, Jaguar e Sérgio Cabral concordaram em se entregar. Millôr não estava presente. Queriam prender também a Leila Diniz. Quem abrigou-a foi o Flávio Cavalcanti. Era tudo coisa do falso puritanismo. Achavam que a entrevista da Leila visava destruir a família. Quando os militares viram a grana dos talões de cheque, pensaram que O PASQUIM recebia dinheiro de Cuba*[34].

O PASQUIM não terminaria por causa dessas prisões, mas sofreu um baque profundo, especialmente pelos efeitos de longo prazo nas relações pessoais, na vontade de alguns de abandonar o Brasil e de não continuar jogando aquele jogo. As tiragens também caíram drasticamente, devido à censura de muitas das melhores matérias e charges, e à recusa de muitos jornaleiros em exibir e vender o jornal. Ao saírem da prisão de oito semanas, a tiragem havia caído de 180 mil para apenas 60 mil exemplares[35]. A publicidade caiu a zero[36].

A prisão veio corroborar um dos atributos da estética do humor satírico e da charge, o de gerar ódio de classe, mais do que prazer estético, ao contrário das outras artes plásticas que obtêm reconhecimento acima das classes. Não adiantou a precaução dos humoristas que haviam feito um acordo implícito de não se valerem de caricaturas[37], a forma de humor mais propensa a provocar retaliações – além de contribuir para popularizar o criticado. Com a exceção das caricaturas de capa d'OPINIÃO, logo suprimidas pela censura, a caricatura só voltou a ser modalidade dominante de humor político após a derrota da linha-dura militar, a partir de 1977, quando Alex Solnik e Chico Caruso transportaram o cenário da sátira para o quotidiano e o personalizaram nas figuras do presidente Figueiredo e sua corte, em Bar Brasil[38].

Os humoristas d'O PASQUIM não praticavam o humor diversionista, ou como forma de reintegração do indivíduo no sistema. Era um humor fortemente centrado na denúncia da coerção e da violação dos direitos humanos[39]. Assim como a charge norte-americana atingiu seu apogeu durante as guerras mundiais, depreciando o inimigo, ao mesmo tempo em que oferecia alívio às famílias dos soldados, o humorismo pasquiniano sob a ditadura agredia o aparelho dominador com ironia funda, e trazia alívio ao campo oprimido para o qual, "em muitos dias negros, abrir o JORNAL DO BRASIL para ver a charge de Ziraldo era a alegria que se podia ter"[40]. Por isso, nesse humor não havia campo para ironizar as oposições, sendo raros os que o faziam. As oposições eram a platéia do jogo coletivo e não

seu objeto[41]. Sua agressividade, suas incursões no inconsciente do opressor, a desmoralização do imaginário repressivo, tudo isso gerava uma profunda irritação no aparelho militar. Ao mesmo tempo em que o desprezo pelo objeto, intrínseco à caricatura e à charge, era captado e compartilhado pela intelectualidade, no estamento militar gerava uma reação de ódio incontida. Em várias ocasiões, "nada incomodou tanto o regime quanto o humor da PIF-PAF ou d'O PASQUIM"[42]. O jornal O GLOBO chegou a noticiar que os jornalistas do O PASQUIM haviam sido incluídos na lista dos 72 presos políticos cuja libertação era exigida pelos seqüestradores do embaixador da Suíça, Enrico Büchner. Uma mentira plantada no jornal pelos órgãos de segurança[43].

DO HEDONISMO À RESISTÊNCIA

Mesmo com a redação presa, O PASQUIM continuou a sair, produzido por Martha Alencar, Millôr Fernandes, Fausto Wolf, Ruy Castro, Henfil e Miguel Paiva, e por artistas e intelectuais que nada tinham a ver com a redação. Naquele natal de 1970, O PASQUIM virou símbolo de resistência, instrumento de intervenção de uma sociedade civil não totalmente adormecida. Escrever n'O PASQUIM passou a ser um privilégio. Num jogo de suprema ironia, o número 75 d'O PASQUIM sai com matérias escritas à maneira de cada um dos humoristas presos, que só foram soltos dois meses depois, a 31 de dezembro:

> *Vieram ajudar o jornal, Otto Lara Resende, Djanira, outros, como interinos, todos vinham ajudar e contribuir. A mulher de Tarso, Bárbara Oppenheimer, cuidava do financeiro. Aí, um dia, a polícia invade para prender Pedro Ferreti, o personagem imaginário criado pela redação. Prenderam a Bárbara Oppenheimer, e chantagearam: se o Tarso se entregasse eles soltavam a Bárbara. Cortaram os telefones, exceto um. Ficava gente da polícia o tempo todo nesse telefone, atendendo. Maria Tereza Pinheiro conseguiu convencer o Tarso e levou-o ao DOPS. Mas não soltaram a Bárbara. Muitos ficaram bronqueados porque Henfil e Millôr não foram presos. As prisões de fato afetaram muito o jornal. O contador, José Grossi, saiu logo depois da prisão. Também mudamos para Copacabana e tínhamos que reformular o jornal que estava degringolado. Os leitores tinham medo. Bancas não queriam receber O Pasquim*[44].

Logo em seguida foi reforçada a censura prévia, e o jogo se tornou cruel. Iniciava-se o longo período de resistência do jornal. Em dezembro de 1973 veio a ordem para que os originais fossem enviados para Brasília, com antecedência, para serem censurados lá. A iniciativa passava para a mão dos militares. Os humoristas resistiam, como sempre, mas sem prazer, como se depreende desta carta de Ziraldo para Claudius, que partira para a Suíça no início de 1970:

> *[...] Segunda-feira é um dia de morte na sede d'O PASQUIM. Se explica. Toda matéria ainda está em Brasília, aguardando liberação da censura. E a Nelma fica aqui, tensa, tentando falar com um tal de Irmão – este é o apelido do cara – que é o quebra-galho que a Nelma arrumou lá em Brasília para ir lá na Polícia Federal, pegar o material e devolver pra gente, por um malote de favor. Se ele não pegar o negócio no aeroporto, levar na polícia, pegar na polícia e botar no avião numa transa toda ajeitada pela Nelma, babau, não tem O PASQUIM. Nelma acabou de me informar que não agüenta mais esta prostituição. Tem que ficar fazendo voz sexy pro filho-da-puta que ela nunca viu. A gente tem que ter uma estrutura de cão pra agüentar o rojão. E ainda não sabemos a que hora o material vai pintar aqui no Rio. AMANHÃ a Nelma avisa: chegou. E corre todo mundo pr'O PASQUIM, pra ver o que sobrou. É uma brincadeira sinistra. Nós já não*

avisamos mais ao Sérgio Augusto e ao Ivan a hora da chegada do material. É uma transa que não serve pra masoquista. O Ivan Lessa rola no chão, espuma, chora – literalmente – baba, sai da sala, desiste, se desespera. Sérgio Augusto fica fazendo tudo igual... como sou mineiro, saio correndo com o que sobrou nas mãos dizendo: 'ainda dá pra fazer um número, deixa que dá'. O Ivan fica enfurecido com minha atitude. Meia hora depois, passa o inferno e todos nós sentamos, ofegantes e animadíssimos, pra ajeitar o número e começar uma maneira de enganar os homens na semana seguinte. Aí, na quarta e na quinta paginamos e terminamos o número. Sexta ele vai pra gráfica e nós já temos que mandar novamente o material pra Brasília. Esta é a rotina. Uma coisa, nós aqui na redação decidimos, num momento de lucidez: nós não vamos ficar loucos [...][45].

Como um "moleque que conseguia correr na contramão, como trombadinha ou pivete"[46], O PASQUIM teve mais possibilidades de driblar a censura do que jornais políticos, presos à necessidade do convencimento lógico.

O ESPÍRITO ANTIEMPRESARIAL

Por duas vezes, os jornalistas d'O PASQUIM obtiveram ganhos suficientes para transformá-lo num dos grandes grupos editoriais brasileiros: nos primeiros 18 meses e sete anos depois, quando os livros da Editora Codecri, nova razão social d'O PASQUIM, lideraram, mês após mês, a lista dos mais vendidos do Brasil. Em 1976, com seis títulos, a Codecri vendeu 250 mil exemplares.

Essas duas oportunidades foram perdidas por inapetência empresarial, o mesmo fenômeno que atingiria, em intensidade variada, toda a imprensa alternativa dos anos de 1970. Em O PASQUIM, o desmando financeiro teve maior importância porque suas receitas eram consideráveis.

Na primeira fase áurea, do lançamento até outubro do ano seguinte, em que o jornal era dirigido por Tarso de Castro, a receita era gasta de maneira caótica e perdulária.

Na memória de cada protagonista variam os detalhes, mas Tarso de Castro é lembrado, unanimemente, como um dos principais responsáveis pela dissipação:

No primeiro ano, O PASQUIM teve um lucro de Cr$ 700 mil, e nunca tinha dinheiro. O contador José Grossi tinha um talão de 50 cheques pré-assinados pelo Jaguar e pelo Tarso. Grossi tinha um Alfa-Romeo italiano que custava US$ 50 mil [...][47].

O Tarso de Castro era a pessoa chave, a cabeça do jornal, o que bolava tudo, fazia e acontecia, mandava mais que o Jaguar, que ainda trabalhava no Banco do Brasil, nessa época. O PASQUIM começou a ganhar muita grana e eles extrapolaram. Era uma fortuna o que se ganhava. Cartão de crédito do Diners, restaurantes, bebida, foi uma loucura, uísque sempre do melhor[48].

Quem dirigia o jornal, no começo, era o Sérgio Cabral e o Tarso. Sérgio Cabral deixava os talões assinados e o Tarso gastava tudo. Suítes em hotéis, carro Puma. Eu me divertia a meu modo, passava cinco dias da semana no Arraial do Cabo[49].

Tarso de Castro havia se apoderado do controle e gastava no que queria, aproveitava-se da desorganização[50].

Quando surgiu a oportunidade de comprar um parque gráfico, a preço de ocasião, a gráfica Feitler, os dirigentes d'O PASQUIM recuaram:

Era uma gráfica em funcionamento e as condições eram vantajosas, mas Millôr não se interessou, Ziraldo não se interessou, todos tinham a sua

carreira, tinham as suas colunas, a perspectiva empresarial não os atraía, começaram a imaginar o trabalho que ia dar [...][51].

Por pressão de um Millôr escandalizado com os desmandos administrativos d'O PASQUIM, Tarso foi obrigado a aceitar uma redistribuição das cotas. Mas impôs, como condição, que sua mulher Bárbara Oppenheimer fosse colocada na presidência. Em reunião separada, no ateliê de Millôr, os humoristas decidiram que aceitariam a proposta, e no dia subseqüente à redistribuição, em assembléia, deporiam a mulher de Tarso de Castro[52]. Haviam se deteriorado a tal ponto as relações internas que em pleno sucesso editorial, O PASQUIM vivia clima de conspiração e lutas intestinas. Na véspera do dia em que Bárbara seria deposta, 1o de novembro, ocorreu a prisão dos humoristas e o plano abortou.

Do retorno da prisão, em janeiro de 1971, até setembro de 1972, quando Millôr assumiu a direção do jornal no contexto de uma intervenção da sociedade civil, a "patota" sofreu o agravamento dos conflitos internos, chegando à semidissolução. Tarso de Castro saiu em janeiro, sendo substituído por Sérgio Cabral, que no entanto só ficou até junho, quando também saíram Fortuna e Luís Carlos Maciel. Martha Alencar foi substituída por Mauricio Glatt. Ivan Lessa volta de Londres e reforça a equipe. O jornal no final de 1972 era basicamente produzido por Henfil, Ziraldo, Lessa e Jaguar, o único que nunca abandonou o jornal. Cláudio Ceccon e Carlos Prosperi já haviam saído. Foi discutida e mais uma vez abandonada a idéia de formar uma cooperativa. Num gesto de supremo deboche, Tarso de Castro escreveu no próprio jornal, depois de demitido da direção, que os boatos de que dera desfalques imensos eram "a mais clara, objetiva, irretocável, límpida expressão da verdade" e que "aquilo é que foi um tremendo barato"[53].

Com a situação crítica do jornal, entrou em cena o empresário Fernando Gasparian, interessado em ganhar conhecimento sobre jornal alternativo, além do desejo de ajudar o único jornal de resistência ao regime de alcance nacional naquela época. Depois de um exame da situação, comprovou as suspeitas e boatos: o jornal tinha dívida muito grande e havia desvios internos. Gasparian parcelou a dívida em 24 meses e as avalizou pessoalmente.

Após um trabalho de meses de convencimento, em setembro de 1972 Millôr aceitou a tarefa de administrar O PASQUIM. Gasparian financiou o pagamento das dívidas, recebendo ações que depois doou a Fausto Wolf[54]. Henfil assumiu as tarefas de administração. Ficara clara a não-confiabilidade administrativa de Jaguar, o gênio d'O PASQUIM. Millôr cortou os telefonemas internacionais, as despesas extravagantes. A razão social foi mudada para Codecri e iniciou-se a publicação de livros.

Haviam caído verticalmente as vendas do jornal, por um processo de rápido envelhecimento editorial. A venda avulsa caiu a apenas 45,5 mil exemplares no último trimestre de 1972. Em meados de 1973 estava em 40 mil exemplares[55]. O PASQUIM perdeu o monopólio do campo alternativo, com o surgimento d'OPINIÃO, Ex, POLITIKA. E os tempos eram outros. Com o colapso do milagre econômico, reduziu-se o poder de compra da classe média, aumentaram desproporcionalmente os custos de transporte. Ao mesmo tempo, abria-se um período de reflexão crítica, não bastava o deboche. Essa mudança já havia sido detectada em 1971, por Henfil. Os encalhes eram grandes, chegando a 50% da tiragem. "Os caras pararam de comprar O PASQUIM, o pessoal mais novo, e aconteceu o fenômeno que os pais começaram a comprar [...]"[56].

Jaguar acredita que O PASQUIM deveria ter terminado após o

saneamento financeiro promovido por Millôr, quando as tiragens ainda atingiam 70 mil exemplares. Vários estudos concluíam que O PASQUIM se tornara inviável. Em agosto de 1973, Millôr dedicou-se a um levantamento meticuloso do sistema de distribuição da Editora Abril, responsável pelo baixíssimo retorno da vendagem em banca, não só d'O PASQUIM, mas de toda a imprensa alternativa de âmbito nacional. Além da comissão extorsiva de 45% do preço de capa, a distribuidora Abril não permitia aos jornaleiros ficarem com o jornal em consignação. Tinham que pagar à vista. Muitos jornais alternativos deixaram de alçar vôo porque, entre outros fatores, não conseguiram criar uma alternativa ao oligopólio de distribuição, especialmente à Abril, cujo objetivo não era o de permitir grandes vendagens aos concorrentes, mas apenas o de otimizar seus próprios custos de distribuição[57].

O FIM DA CENSURA

No dia 24 de março de 1975, exatamente às vésperas da edição 300, a censura prévia foi retirada d'O PASQUIM. Millôr escreveu o editorial, "Sem censura", visto pela redação como uma provocação. Millôr aceitou pequenas mudanças, mas não todas as sugeridas. O editorial, uma obra-prima sobre a censura no Brasil, dizia:

> *Cinco anos depois, tão misteriosamente como começou – 'ordens superiores' – a sinistra censura sobre este jornal se acabou. O dr. Romão, o último interventor de plantão dos vinte ou trinta que passaram pela tarefa nestes mil e quinhentos dias de violências, comunicou a Nelma, que 'vocês agora não precisam mandar mais nada pra censura'. Mas, vício do ofício, não conteve a ameaça: 'Agora a responsabilidade é de vocês'. A responsabilidade sempre foi nossa... o fato é que, mesmo sob censura prévia, a responsabilidade sempre foi nossa... Agora O PASQUIM passa a circular sem censura. Mas sem censura não quer dizer com liberdade [...]*[58].

Depois de enfrentar anos de censura prévia, Millôr temia o jogo de uma eventual autocensura, da crítica dosada por avaliações políticas de conjuntura. "Na verdade, ele queria sair e queria que O PASQUIM acabasse", diz Jaguar. A edição foi apreendida e Millôr fichado no DOPS. Millôr decide efetivamente abandonar a direção d'O PASQUIM: "No dia seguinte eu teria que escrever um artigo ainda mais violento. Iria escrever um artigo violento no número 301 contra o Armando Falcão. Aí não quiseram. Por isso, no número 300, todos entram com um galho dentro da redação"[59].

O PASQUIM NA CAMPANHA DA ANISTIA

Com o fim da censura prévia, encerrava-se o ciclo resistente d'O PASQUIM e nascia uma outra fase, a do jornal mais autoconsciente politicamente e promotor de campanhas políticas e da anistia, personificada por Ziraldo. As vendas se recuperam e atingem um novo pico de 83 mil exemplares no final de 1978, apogeu da campanha da anistia.

> *De um lado o heroísmo inócuo que levava a fechar o jornal, de outro lado o individualista que não transige. Seguramos três ou quatro meses, e depois voltamos com toda a força. Nós é que tiramos o Flávio Koutzi da prisão, após receber a denúncia de Gerald Thomas, de Londres. Também foi O PASQUIM que fez a denúncia da Flávia Schilling*[60].

Mas os grandes jornais adotaram as mesmas bandeiras de O PASQUIM e, como tinham mais repórteres e mais informação, O PASQUIM

lentamente definhou: as tiragens foram caindo para 75 mil no ano seguinte, 66 mil em 1980 e apenas cerca de 44 mil em 1982, e com encalhes crescentes, de mais da metade da tiragem. A campanha da anistia deu apenas uma sobrevida ao que já era um processo de decadência temática e funcional. Esvaziado de seu conteúdo constitutivo, dissolvido o grupo histórico que o criou, e mudado o cenário político, O PASQUIM apenas se igualava, mimeticamente, aos outros alternativos, e com isso se anulava.

Ziraldo fez uma nova tentativa ainda em 1981 de reerguer O PASQUIM, revitalizando seu humor. Em longa carta a Ivan Lessa anunciava que estava "pegando o bastão" da direção do jornal, e ofereceu a Lessa uma remuneração fixa mensal e ainda o pagamento escalonado dos atrasados em troca de sua participação em uma nova fase do jornal que teria "alegria" como linha editorial. Propunha produzir o novo O PASQUIM em tamanho *standard*, nas oficinas do JB, como forma de baratear a produção e "mostrar ao leitor que o jornal mudou". Mas essa mudança nunca ocorreu[61].

A PARTIDARIZAÇÃO D'O PASQUIM

Fracassada mais essa tentativa de reerguer o jornal, Ziraldo e Jaguar levaram O PASQUIM a uma disputa político-partidária contrária às suas tradições anárquicas, o que acabou os separando. Como pano de fundo havia a aguda crise financeira e uma vendagem cada vez menor. Ziraldo, o mais alinhado dos cartunistas d'O PASQUIM, endossou a tese, então defendida pelo PC, de que era importante, e viável, eleger um conjunto de governadores peemedebistas na eleição de 1982, constituindo uma espinha dorsal de poder democrático de norte a sul no país. Entre eles, Miro Teixeira, no Rio de Janeiro. E propôs colocar O PASQUIM a serviço da candidatura de Miro Teixeira, em troca de anúncios de Chagas Freitas, numa ruptura total com as tradições d'O PASQUIM. Essa proposta já denotava um reconhecimento de que O PASQUIM havia falido, esgotado sua função original. Jaguar entrou no jogo, mas apoiando Brizola. Depois reconheceria que cometeu um equívoco essencial. Assim, O PASQUIM desmoralizou-se perante o pouco público que ainda tinha. Saía com um "cantão do PMDB", escrito por Ziraldo e um "covil do Jaguar", totalmente brizolista. Ainda apostaram que quem ganhasse ficaria com todas as cotas do jornal. Brizola venceu e Jaguar tornou-se o único dono do falido O PASQUIM, com US$ 200 mil em dívidas[62].

CODECRI FINANCIA O PASQUIM

Durante todo o seu período de declínio o déficit do jornal é coberto pela rendas de sua editora Codecri, que se tornara a nova mina de dinheiro. Que É Isto Companheiro, de Fernando Gabeira, teve vinte reimpressões. Entre os autores editados pela Codecri estavam Márcio Souza, Alberto Dines, Armindo Blanco, Antônio Callado e Rubem Fonseca. Os livros vendiam em bancas e por reembolso postal, batendo recordes seguidos. A revista Fradim, de Henfil, também vendia bem.

> *A Codecri sustentava O PASQUIM, que não vendia, era decadente. Foi a editora que mais cresceu nessa época. O livro do Gabeira ficou mais de um ano em primeiro lugar. Anedotas d' O PASQUIM vendiam como água. Mas os autores não recebiam seus direitos autorais e começaram a fugir para outras editoras. O próprio Ziraldo, um dos cotistas da Codecri,*

não publicou 'Menino Maluquinho' pela Codecri, porque sabia que não ia receber direito autoral[63].

Em 1980 e 1981, uma áspera troca de correspondência entre Henfil e o diretor-administrativo da Codecri, Júlio Nunes da Silva, revelaria a desconfiança de Henfil de que as receitas da empresa estavam sendo desviadas ou sonegadas, inclusive direitos autorais do Fradim. Júlio Nunes administrava a Codecri desde o início de 1974[64]. Numa resposta especialmente agressiva a Henfil, Júlio Nunes revela como se tornara todo-poderoso, em meio à indiferença dos sócios proprietários, com a única exceção de Jaguar:

[...] os sócios diretores nunca deram-me prioridade, ou seja, nunca leram, ou se leram não entenderam, os relatórios que eu fazia a princípio (por isso deixei de fazê-los), nunca perguntaram nem se interessaram em perguntar como ia a firma nem como ela estava e o que precisava [...]. O nosso querido O PASQUIM está deficitário em vendas, publicidade etc. – o que não é culpa nem problema do administrador aqui – e sim dos redatores e editores. E o que fizeram? Nada! A redação se reuniu? Não! Se interessaram em procurar melhorar a editoria? Fizeram mutirão para soerguer o nosso querido Pasca, símbolo de tantas coisas com os leitores há doze anos? Não! Apenas oneraram mais o jornal, admitindo mais gente [...][65].

SUPERAÇÃO E MORTE DO HUMOR D'O PASQUIM

O PASQUIM também pagou um preço estético pela sua resistência. De tanto desenhar o forte batendo no fraco, o policial massacrando o estudante, o torturador e o torturado, o humor d'O PASQUIM foi se contaminando pelo clichê do bom e do mau, pelo qual "a polícia bate sempre, é má, o marginal sempre é bom"[66]. Ocorre que nos anos de 1980 não havia mais lugar para essa visão esquemática, ou para qualquer visão racional. O humor absurdo do Planeta Diário tomou conta.

Quando o antigo colaborador d' O PASQUIM, o jornalista e empresário João Carlos Rabelo, comprou o título de Jaguar, em agosto de 1988, O PASQUIM vendia apenas três mil exemplares, em edições quinzenais e não mais semanais. Às vezes ficava um mês sem sair. Havia dívidas acumuladas em gráficas, trinta ações trabalhistas correndo na justiça. A editora Codecri já havia fechado, tendo-se perdido todos os seus estoques de livros. "Os jovens já não sabiam o que era O Pasquim[67]."

NOTAS

1. Antonio Callado, citado por Unidade, n. 101, jul./ago. 1988.

2. The Encyclopaedia Britannica, Londres, vol. IX, 1978, p. 11.

3. Henfil, Conferência na Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Minas Gerais, 10/3/1971, mimeo., arquivo MM.

4. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990. A história dos Fradinhos está na forma de quadrinhos, em Almanaque Henfil, Fradinho, Rio de Janeiro, O PASQUIM.

5. Entrevista com Jaguar, 1967.

6. Cf. Flávio Carvalho, "Só Faltam 90 Anos para o Centenário d' O PASQUIM", e, OPINIÃO, 23/7/1978.

7. Cf. a visão de Henrique Filho Henfil, OPINIÃO, 23/7/1976. Outros nomes dessa nova geração são Albertus, Amiraldo, Candido, Clóvis Dias, Gonc, Heráclito, Mayrink e Moita.

8. Entrevista, 11/1/1990. Em janeiro de 1977, edição 289, por sugestão de Ziraldo, foi eliminado o artigo definido do nome do jornal, que virou Pasquim. Neste trabalho, decidimos manter o artigo definido até o final, por uma questão de uniformidade.

9. Como parte de sua total desorganização, O PASQUIM não deixou atas de sua história. Esta reconstituição está baseada em entrevistas com Millôr, Ziraldo e Jaguar, em 12/1/1990, depuradas das informações conflitantes. Ver também: Flávio Carvalho, "Só Faltam 90 Anos para o Centenário d' O PASQUIM", op. cit., e "O PASQUIM Quatrocentão", Homem, mar. 1977; Demis Moraes, O Rebelde do Traço: A Vida de Henfil, 1999; Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 1999.

10. José Luiz Braga, O PASQUIM e os Anos 70, 1991, pp. 27 e 215.

11. Idem, p. 233.

12. Jaguar, Gazeta de Pinheiros, 11/12/1988.

13. Para uma discussão da contracultura ver Luís Carlos Maciel, Os Anos 60, op. cit.; Sonia Maria Braga, "As Alternativas da Cultura", em Maria Amélia Mello (org.), Vinte Anos de Resistência, 1986.

14. "O conformismo – definido pelo marxismo como alienação e denunciado pelo existencialismo como existência inautêntica – é a essência do que se passou a chamar caretice [...] careta é o homem que não é livre, não assume a responsabilidade da própria existência e prefere deixar-se conduzir pela manada". Luís Carlos Maciel, Os Anos 60, op. citi, p. 14.

15. Entrevista com Ivan Lessa, Londres, 6/1/1992.

16. Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, op. cit.

17. Cf. Michael L. Johnson, The New Journalism, 1981.

18. Jaguar, Homenagem aos Vinte Anos d' O PASQUIM, Rio de Janeiro, Casa de Cultura Laura Alvim, 1989.

19. Aparício Torelly, fundador do A Manha, em 1926. Em 1968, publicou Almanhaque.

20. Entrevista com Jaguar, 13/1/1990. Hugo Leão de Castro, que também se tornou personagem d' O PASQUIM sob o nome Hugo Bidet, suicidou-se tempos depois.

21. José Luiz Braga, O PASQUIM e os Anos 70, op. cit., p. 152.

22. Henrique Filho Henfil, OPINIÃO, 23/7/1976.

23. José Luiz Braga, O PASQUIM e os Anos 70, op. cit., p. 128.

24. Entrevista com Ziraldo, 11/1/1990.

25. Entrevista com Nelma Quadros, 13/1/1990.

26. "They wanted to be successful, I wanted to be outrageous," disse Mailer, cf. Michael L. Johnson, The New Journalism, op. cit.

27. Entrevista com Nelma Quadros, 13/1/1990. Uma notável exceção foi a multinacional Shell, que nunca cedeu às pressões.

28. Cf. Paolo Marconi, A Censura Política na Imprensa Brasileira: 1968-1978, 1980.

29. Decreto-Lei 869, de 12/9/1969.

30. "O Sexo de O PASQUIM", O PASQUIM, n. 34, 18/12/1970, p. 3.

31. Repete-se assim o comportamento da imprensa oligárquica em relação a ÚLTIMA HORA, cuja destruição era almejada por donos de jornais que aderiram ao golpe de 1964. Ver depoimento elucidativo de Fernando Levy em Gisela T. Goldenstein, Do Jornalismo Político à Indústria Cultural, 1987, pp. 77-87.

32. Henrique Filho Henfil, depoimento, Universidade Católica de Minas Gerais, 10/3/1971, mimeo., arquivo MM. Para os editoriais de O GLOBO de apoio ao discurso moralista da ditadura, ver Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, op. cit.

33. Entrevista de Jaguar em Gazeta de Pinheiros, 11/12/1988.

34. Cf. Ziraldo, "O PASQUIM Quatrocentão", Homem, mar. 1977.

35. Cf. depoimento de Fernando Gasparian, em J. A. Pinheiro Machado, OPINIÃO x Censura, 1978.

36. Entrevista com Nelma Quadros, 13/1/1990.

37. Cf. Jair Borin, atribuindo a informação a Félix de Athaíde, entrevista, 15/6/1990.

38. A idéia do "Bar Brasil" surgiu em Careta, editada por Tarso de Castro. De início o bar seria o ponto de encontro da oposição. Solnik sugeriu que ali a oposição encontraria o governo, entrevista com Alex Solnik, 17/9/1990.

39. Cf. Millôr, entrevista em Folhetim, 30/12/1979.

40. Ana Arruda, em Ziraldo. 1964-1984, Vinte Anos de Prontidão, Rio de Janeiro, Record, 1984, contracapa.

41. Entre os raros que ironizavam as oposições estavam Hilde Weber (Hilde), em O ESTADO DE S. PAULO. O jornal foi obrigado a abrir um concurso nacional para atrair algum talento e se contrapor à corrente dominante, do humor impresso.

42. Entrevista com Millôr Fernandes, 11/1/1990.

43. Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, op. cit.

44. Idem, ibidem. Também assumiram o jornal, durante a prisão dos seus editores, Miguel Paiva e Carlos Leonam.

45. Ziraldo, carta a Claudius, s. d., arquivo MM.

46. Cf. depoimento de Jaguar, em Folhetim, 30/12/1979.

47. Entrevista com Ziraldo, 11/1/1990. Esse valor correspondia aproximadamente a US$ 140.000. Cf. Relatório Anual, Banco do Brasil, 1974, p. 188.

48. Entrevista com Nelma Quadros, 13/1/1990.
49. Entrevista com Jaguar, 13/1/1990.
50. Entrevista com Millôr, 11/1/1990.
51. Entrevista com Jaguar, 13/1/1990.
52. Idem, ibidem.
53. O PASQUIM, n. 72 de 4 a 10/11/1970. Millôr acusou Tarso de Castro de corrupto. Ivan Lessa diz que Tarso não roubou, mas "torrou muito dinheiro" (entrevista, Londres, 6/1/1992).Tarso de Castro editou depois uma efêmera revista de amenidades, e se tornou editor do suplemento Folhetim, da Folha de S.Paulo, que se apropriou da imagem da imprensa alternativa, praticando um "mimetismo editorial". Fortuna lançou em 1975 a revista de humor O Bicho, quinzenal, que teve apenas oito edições.
54. Entrevista com Nelma Quadros, 13/1/1990.
55. Carta de José Eduardo para Millôr, 9/8/1973, arquivo MM.
56. Henfil, depoimento, Universidade Católica de Minas Gerais, 10/3/1971, mimeo., arquivo MM. Ver histórico detalhado da circulação de O PASQUIM em Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, op. cit.
57. Carta de José Eduardo a Millôr, 9/8/1973, arquivo MM. As três distribuidoras que dominavam o mercado eram Abril, Chinaglia e Superbancas.
58. O PASQUIM, n. 300, 4/4/1975. Ivan Lessa chegou a acusar Millôr de provocar a censura no Pasquim e ser mais cauteloso na VEJA, ao fazer d' O PASQUIM "a cabina telefônica onde Clark Kent virava super-homem" (entrevista, Londres, 6/1/1992).
59. Entrevista com Millôr, 11/1/1990.
60. Entrevista com Ziraldo, 11/1/1990.
61. Carta de Ziraldo a Ivan Lessa, arquivo Ivan Lessa, s. d.
62. Reconstituição baseada nos depoimentos de Ziraldo e Jaguar. "Se o PMDB tivesse vencido no Rio e no Rio Grande do Sul, a história do Brasil teria sido diferente", disse Ziraldo.
63. Entrevista com Nelma Quadros, 13/1/1990.
64. Cartas entre Henfil e Júlio Nunes, 31/3/1980 a 27/9/1981, arquivo MM. Depoimentos de outros membros da equipe apontam para a mesma desconfiança.
65. Carta de Júlio Nunes a Henfil, 17/9/1981, arquivo MM. Ao propor o fechamento d' O PASQUIM, tempos depois, Nunes disse candidamente a um dos diretores do jornal que não se preocupassem com seus direitos porque ele já havia cuidado de si mesmo. Depoimento ao autor, jan. 1990.
66. Depoimento de Tarso de Castro, Folhetim, 30/12/1979.
67. Entrevista com João Carlos Rabello, 10/1/1990.

BONDINHO: O JORNALISMO EXISTENCIAL

A redação dessa revista era para mim assim como é o harém para o sultão: amava todos os meus companheiros, e talvez a grande qualidade da revista, além do talento dos jornalistas que a produziam, era garantida por esse amor que os unia.

Roberto Freire[1]

NASCE A EQUIPE REVISTEIRA

Quando a editora Abril começou a cercear a equipe combativa da revista REALIDADE, no começo de 1968, alguns dos "monstros sagrados" da revista, entre os quais Sérgio de Souza, Roberto Freire e Eduardo Barreto, decidiram sair. Em vez de procurarem emprego individualmente mantiveram-se como um coletivo, oferecendo-se ao mercado, como uma equipe jornalística completa. Era uma novidade[2]. Narciso Kalili, outro "monstro sagrado", havia saído antes, para trabalhar no ÚLTIMA HORA, "como militância da AP"[3] e mantinha contato com o grupo. Mas

> *[...] ninguém queria contratar o grupo como um todo, tinham medo, até que Samuel Wainer chamou-os para produzir Idéia Nova, um grande tablóide dominical de informação; Wainer alugou um andar de hotel na boca do lixo, em São Paulo, para fazer o projeto em segredo, mas quando estava quase pronto, veio o famigerado AI-5, ele pagou e premiou todo o mundo e sumiu[4].*

Em seguida, a equipe revisteira propôs à editora dos irmãos Rossolitto, donos de gráfica e de uma revista grosseira de polícia, o lançamento de três revistas:

[...] uma revista de histórias em quadrinhos do Alan Voss, que ficou bastante conhecida; a revista da Mônica, com o Maurício de Souza; e uma revista feminista, Cara Metade, que se proporia a mostrar como as mulheres vêem os homens; estava o time todo, estavam prontos os fotolitos do Maurício de Souza e os da história em quadrinhos, e os homens disseram que não tinham mais capital para bancar os projetos [...][5].

RAÍZES: EXISTENCIALISMO E AP

Quem eram esses jornalistas? E o que os fazia tão temidos pelos patrões? Muitos deles haviam pertencido à Ação Popular, mas não aceitaram a diretiva da AP em 1968 de abandonar o jornalismo, cair na clandestinidade e "se misturar ao povo". Apesar de ainda freqüentarem reuniões do núcleo da AP, sentiam cada vez menos interesse. Sérgio de Souza era "o que mais resistia à vinculação orgânica com a AP"[6]. Considerava-se um "instintivo", no sentido de algo oposto ao intelectualismo e "achava aquelas apostilas da AP insuportáveis"[7].

A principal característica desse grupo moldado no ambiente de autonomia jornalística da redação de REALIDADE era sua conduta peculiar de desprezo às convenções e tradições, fazendo deles uma das mais demarcadas "panelas" do jornalismo brasileiro sob o aspecto do código de comportamento. Era "por onde sempre se davam seus rompimentos, em política, em jornalismo e até em amizades"[8]. E rompiam freqüentemente, sem sentimentos de culpa, como se não tivessem o superego, aquela instância da psique depositária dos códigos de deveres e obrigações, para usar uma imagem auto-aplicada por Sartre, um dos gurus desse grupo.

Sérgio de Souza havia entrado no jornalismo pela FOLHA DA MANHÃ, em 1958, ainda jovem, junto com Woile Guimarães. Com Narciso Kalili e o artista gráfico Paulo Lafer de Jesus (Polé), viraram ratos de publicações estrangeiras, descobriram o new journalism norte-americano através de Tom Wolfe e Norman Mailer – um jornalismo que se rebelara contra a ditadura do lead, permitindo o amplo exercício da criatividade narrativa do jornalista.

O new journalism retomava o veio da grande reportagem, do jornalismo de features, mas com ambições literárias e a partir de situações vividas. Usava a técnica do registro minucioso, incluía diálogos e descrições de cenários. O exemplo mais notável é o antológico "A sangue frio" de Truman Capote que reconstitui o gratuito massacre de uma família americana por um assaltante ocasional. No new journalism a descrição do fato singular, que caracteriza a narrativa jornalística, consegue transcender os limites da singularidade, dando-lhe a dimensão de uma categoria sociológica. Ridicularizados a princípio, tanto por jornalistas como por novelistas, seus praticantes, entre os quais Truman Capote, Norman Mailer, Gay Talese e Tom Wolfe, fizeram do new journalism um gênero jornalístico e ao mesmo tempo um gênero literário.

Os jornalistas de REALIDADE consideravam jornalismo "a coisa mais importante do mundo". Assim, naquele momento de ruptura, em que eram expurgados da REALIDADE e em que a participação política direta, inclusive no combate clandestino ao governo, se colocava como alternativa sedutora para muitos jornalistas, preferiram permanecer na profissão. Tinham como guru, líder espiritual da equipe ainda na revista REALIDADE, Roberto Freire, que antes havia sido diretor-responsável e membro do conselho de BRASIL URGENTE, o semanário alternativo da esquerda católica, e que mantinha com a direção da AP uma relação

"especial como médico e analista"[9]. O jornalismo de Roberto Freire também se inspirava no new journalism norte-americano, que ele conhecia desde as leituras da geração beat. Em política, suas concepções eram anarquistas, temperadas com um cristianismo herético. Formado em medicina, com especialidade na psicanálise, que depois abandonou pelo jornalismo, Roberto Freire havia sido levado à REALIDADE pelos Civita, para tentar "quebrar a equipe da revista", que mantinha um grau de autonomia considerado intolerável pela empresa. Acabou se tornando uma das principais influências da equipe, fazendo-a ainda mais forte[10].

Por influência de Roberto Freire, esses antigos militantes da AP proclamam-se heréticos, não apenas em relação à verdade revelada do cristianismo, mas a toda e qualquer verdade revelada "por quem quer que seja ou para o que quer que seja"[11], inclusive as ideologias de esquerda, com a exceção do anarquismo. Ao contrário das esquerdas da época, não acreditavam na revolução, numa lógica da história, nem mesmo que "a vida tenha qualquer sentido"[12].

O PRIMEIRO MUTIRÃO ALTERNATIVO

Frustrados duas vezes por empresários, o grupo decidiu fundar, em inícios de 1970, sua própria editora de caráter semicooperativo, vendendo cotas a jornalistas que em sua maioria trabalhariam na empresa. A eles se juntaram os expurgados da VEJA, Raimundo Pereira, que já em contato com a alta direção da AP, procurava articular o que, dois anos depois, seria o OPINIÃO; e Bernardo Kucinski, que planejava ser o correspondente da nova publicação em Londres. Narciso Kalili, demitido de ÚLTIMA HORA, retornou ao grupo.

Logo descobriram a importância do prestígio jornalístico como um mecanismo de reciprocidade social, um compromisso coletivo, na forma descrita por Jung, pelo qual "não só deve haver alguém que deseje o prestígio, deve haver um público que procure alguém para prestigiar"[13].

> *[...] Tínhamos muito prestígio entre os jornalistas; era o brilho do JORNAL DA TARDE, o brilho da REALIDADE, o brilho da VEJA; quase 150 jornalistas compraram cotas da empresa. Nessa época a categoria ainda era relativamente pequena, havia uns dois mil jornalistas, em São Paulo, dos quais mil e duzentos na ativa... Éramos para eles uma espécie de esperança de que talvez desse certo (uma imprensa independente)... também havia uma necessidade de descarga, de contribuir, como um óbulo, uma contribuição a um partido político [...]*[14].

Assim nasceu o primeiro grande esforço cooperativo (informal) de jornalistas dos anos de 1970, mas que nunca operou como cooperativa. Foi registrada uma sociedade por cotas, com apenas dois sócios ostensivos, Eduardo Barreto e Narciso Kalili, e mais dois que não apareciam no expediente. Propunham-se a acumular capacitação profissional e econômica, prestando serviços jornalísticos para terceiros, para eventualmente lançar publicações próprias – idéia que seria retomada cinco anos depois, em Porto Alegre, pelos fundadores de COOJORNAL. Mas, ao contrário de COOJORNAL, o cooperativismo em Arte & Comunicações era apenas um estado de espírito. Muitos cotistas nunca pretenderam trabalhar no projeto, queriam apenas ajudar, e nem havia mecanismos de participação cooperativa. Era mais uma "ação entre amigos do que uma cooperativa; os cotistas só se reuniram uma ou duas vezes [...]"[15]:

> *[...] Começamos produzindo uma revista para a Feira da Indústria*

Têxtil, um único número, e o publicitário Luís Celso Amaral nos levou à Fotóptica e nos relacionou com o Thomas Farkas e com o Henrique Alves. Transformamos o jornal da Fotóptica em uma revista de fotografia de alto nível, a Novidades Fotóptica, que fez um tremendo sucesso. Aí levamos a revista ao Bresser Pereira, amigo do Roberto Freire desde os tempos do BRASIL URGENTE, onde ele chegou a escrever algum artigo, e o convencemos a bancar um novo projeto, do BONDINHO, uma revista de serviços bancada pelo Pão de Açúcar. A revista seria distribuída na rede de supermercados Pão de Açúcar, com 100 mil exemplares de tiragem. Decidimos que seria predominantemente de serviços, cerca de 80%, e pouca reportagem. Um serviço rigoroso, apurado, investigado mesmo. O parâmetro foi Family Circle, uma revista meio protestante vendida em supermercados americanos. O Pão de Açúcar bancaria quatro páginas de anúncios, e nos daria o apoio para angariar os anúncios dos seus fornecedores[16].

Ao contrário da Family Circle, a nova revista seria dada e não vendida. E não teria objetivos proselitistas.

A BONDINHO BEM-COMPORTADA

BONDINHO nasceu, em novembro de 1971, uma revista convencional para a classe média paulistana, produzida por uma empresa jornalística alternativa, Arte & Comunicação (A&C), distribuída no maior conglomerado de supermercados do Brasil, o Pão de Açúcar.

Apesar da originalidade de sua proposta, a primeira revista a entender São Paulo como uma gigantesca metrópole, um mundo em si mesmo a ser descoberto e valorizado no quotidiano das pessoas, e de alguma ousadia estética[17], BONDINHO ficou inicialmente nos limites do convencional. Em contraste com a veterana Village Voice, em circulação em Nova York desde 1955, da Time Out, que estava sendo lançada em Londres, e do próprio O PASQUIM, BONDINHO não começou como revista alternativa. Nem mesmo como revista de contracultura, apesar das raízes de seus fundadores. Sua linguagem, de diálogo direto com o leitor, fluente e moderadamente pasteurizada, evitando ofender os tímpanos da classe média, denotava muito mais a influência do JORNAL DA TARDE e da técnica publicitária. Sua proposta de prestação de serviços tinha raízes no projeto Quatro Rodas, pelo qual haviam passado Sérgio de Souza e José Hamilton Ribeiro[18]. Distinguia-se como produto pela excelência do texto e do acabamento, pela precisão da informação. Uma revista leve, em papel couchê, com horóscopos, culinária, roteiros de passeio, críticas de cinema e de livros escritos por Roberto Freire, um dos cérebros da revista.

Em seus primeiros números, BONDINHO oferece amenidades. São capas deliberadamente bem-comportadas, dedicadas à primavera-verão em São Paulo ("a cidade está amando"), ou ao colorido das comunidades estrangeiras (a colônia japonesa), dicas de bons restaurantes. Minireportagens de serviços. Mesmo dentro desses limites, impactam o meio jornalístico pela qualidade formal e como demonstração de uma capacidade de articulação alternativa até então exclusiva d'O PASQUIM. Ninguém cobra de BONDINHO o engajamento ou o jornalismo crítico. Sobreviver fora da grande imprensa já é uma vitória. Além disso, Arte & Comunicação produzia os quadrinhos GRILO e havia devolvido à Fotóptica sua Novidades Fotóptica, lançando uma revista própria de fotografia também com padrão de excelência, a Revista de Fotografia, editada por George Love (foto) e Dante Matiussi (texto) a partir de maio de 1971. Revista de Fotografia não faz concessões ao convencionalismo; é uma revista de vanguarda sobre a arte da fotografia. A GRILO é lançada em outubro, "com os melhores quadrinhos e tiras compradas em agência".

"Tratava-se de ganhar dinheiro, e esse objetivo foi alcançado, pois GRILO foi bem-sucedida, sobrevivendo à própria Arte & Comunicação."[19] Era ainda a estratégia de recuo, a opção pelo lucro certo através do cartoon estrangeiro num momento em que novas gerações de cartunistas lutam por um espaço na imprensa brasileira.

JORNALIVRO: A INVERSÃO FORMAL

Desde a sua fundação, havia ocorrido em Arte & Comunicação um processo de inchamento de pessoal – semelhante ao que ocorreria depois com COOJORNAL. A mesma coletividade que estabelece o prestígio da articulação alternativa, que a financia inicialmente, acaba exigindo, como contrapartida, a solução de problemas de mercado de trabalho, através da contratação de mais pessoal do que o realmente necessário pelos padrões do mercado com o qual a empresa-cooperativa tem que competir. No caso de BONDINHO, havia ainda a solidariedade política, a guarida dada a muitos ativistas da AP. Para gerir BONDINHO, a captação de anúncios e a produção e compra de papel, foi montada uma grande administração, chefiada por Narciso Kalili. Também o levantamento de dados para as seções de serviços demandava muita mão-de-obra.

> *"Tínhamos uns cem funcionários, tínhamos também alguns militantes da AP, que trabalhavam lá, ganhavam salário para se manter. A seção BONDINHO-Serviços era toda feita por eles."*[20]

Para sustentar essa grande estrutura era necessário gerar mais receita e, para isso, era preciso criar novos veículos, ou ampliar os existentes. Raimundo Pereira foi encarregado de um projeto de revista semanal:

> *[...] Parece que o cristianismo de nossos amigos os leva a contratar mais gente do que o necessário. E agora estão pensando em lançar outra publicação para aproveitar a chamada "capacidade ociosa". Eu fui encarregado de estudar aquele semanário com resumo de matérias das estranjas e na semana que vem devemos ter uma reunião para isso. No esquema entrariam três copidesques em São Paulo (eu, Sérgio de Souza, Myltainho) e três correspondentes – Londres, Paris, Nova York –, mandando material furiosamente[...]*[21].

Raimundo Pereira referia-se à equipe como "eles". Era, de fato, uma equipe fechada, com a qual Raimundo Pereira apenas tangenciava, enquanto tentava juntar massa crítica para um jornal próprio, o futuro OPINIÃO, inspirado nesses estudos de um semanário de resumo da imprensa internacional. O próprio núcleo dirigente de A&C não considerava o projeto de Raimundo Pereira como compromisso firme e "a relação nunca foi formalizada"[22]. Assim, não saiu o projeto do semanário de resumo da imprensa estrangeira.

Em dezembro de 1971, lançaram o Jornalivro, uma das mais inovadoras idéias daquele período, uma proposta ao mesmo tempo defensiva, em termos de estratégia de mercado, e ofensiva, em termos de conteúdo e forma. Defensiva porque republicavam clássicos, nacionais e estrangeiros, em sua maioria caídos em domínio público. Não era preciso pagar direito autoral e a produção, em papel jornal, como um tablóide, também ficaria barata. Ao escolherem textos literários consagrados, evitariam os riscos da retaliação política. A situação difícil despertou na antiga equipe de REALIDADE "um dos seus momentos de maior criatividade"[23].

Cada Jornalivro recebia uma introdução; e o tratamento gráfico conseguia fazer renascer esses antigos textos como se fossem uma grande e nova reportagem. O primeiro Jornalivro sai em dezembro de 1971, tablóide,

com capa em sulfite e miolo de papel jornal, reunindo contos de Machado de Assis e um ensaio crítico sobre sua obra, de Antonio Candido. "Uma revolução", diz um editorial na capa:

> *[...] Todo mundo já tentou encontrar solução para o problema do preço do livro no Brasil... na chutação geral muita gente raspou a trave. O nosso time leu, ouviu, pesquisou, discutiu e parece que encontrou o caminho do gol: livro em forma de jornal, vendido em banca de jornal, a preço de jornal [...]*[24].

Algumas edições tiveram sucesso, especialmente Cleo e Daniel, primeiro romance do editor do Jornalivro, Roberto Freire[25], que em quinze dias vendeu trinta mil exemplares a Cr$ 2,00 o exemplar. O público não queria clássicos, e sim textos novos. Mas outros autores brasileiros relutavam em entregar originais para serem publicados na forma de Jornalivro, e os editores não cediam direitos de autores estrangeiros contemporâneos para co-edição. Na forma jornal, o livro ficava "pelo menos dez vezes mais barato do que na forma tradicional"; suas edições podiam ser vendidas em banca, ao alcance de qualquer passante e a preço de jornal, mas perdia "valor como objeto de arte, como símbolo de cultura, enfim, perdia sua nobreza"[26]. Uma solução parcial foi a edição do Jornalivro/Documento, uma grande reportagem escrita como livro e publicada na forma jornal[27].

BONDINHO SAI DOS TRILHOS: A CULTURA DA DROGA

Torna-se mais abrangente e sistemática a crítica das artes e da cultura. As minireportagens dão lugar às reportagens grandes, quase ao estilo de REALIDADE; uma característica dessa equipe é o seu eterno retorno ao jornalismo de REALIDADE. BONDINHO vai desempenhando esse papel, nos limites permitidos por uma revista de serviços. Surgem algumas narrativas jornalísticas densas, mesmo a pauta de serviços torna-se avançada, sempre procurando a informação através da reportagem. As capas assumem uma estética mais ousada. Saem as rosas e entram quadrinhos de Andy Warhol. Até que, em janeiro de 1972, a equipe decide levar BONDINHO às bancas em distribuição nacional, "porque o dinheiro era pouco, e também porque cansava fazer revista para ser distribuída só em supermercado"[28].

> *[...] Estamos resolvendo mudar o eixo de sustentação (da revista). Confiando na BONDINHO e confiando em você, decidimos nos apoiar em outra renda que não a dos anúncios, a renda da venda em banca. Esta será, a partir do nosso próximo número, nas bancas, a nossa principal base de apoio [...]*[29].

O equívoco dessa decisão não estava em querer ir às bancas, mas em esperar que uma revista produzida em papel couchê, em quatro cores, exatamente para poder reproduzir os anúncios, pudesse se sustentar sem uma renda firme de publicidade.

> *Fui voto vencido... quando foi tomada essa decisão em outubro, já estávamos fechando a programação publicitária para todo o ano seguinte. Estávamos num momento crucial e os sócios resolveram abreviar o processo de consolidação e numa decisão na qual fui voto vencido, resolvemos abandonar a programação publicitária, negociada com base na distribuição gratuita na rede Pão de Açúcar [...]*[30].

Apesar de fazer parte de um conjunto de iniciativas visando aumentar a renda da empresa, a decisão de romper os acordos já firmados com anunciantes e com o grupo Pão de Açúcar e ir às bancas refletia a vontade

de rejeitar o próprio sucesso que vinham alcançando como empresa comercial, e que seria consagrado ao se completar a programação antecipada dos anúncios de todo o ano seguinte. Reafirmavam também seu código de total desobrigação com compromissos assumidos ou convenções. “Um dos argumentos que mais me emputecem foi o de que não queriam ser uma grande empresa, ter um monte de empregados como a Editora Abril.”[31]

Assim, BONDINHO entra no seu segundo ano de vida distribuído em bancas e editorialmente liberado, como se a equipe tivesse sacudido todas as amarras, assumindo sua vocação alternativa. Torna-se robusto e provocativo. Dobra o número de páginas e surpreende o leitor com várias reportagens, perfis e entrevistas numa mesma edição, material de leitura rico e polêmico. As capas vão sendo dedicadas a artistas, que protagonizam para o grande público a rebeldia: Chico de Assis, Chico Buarque, Janis Joplin. Um novo salto se dá no número 34, dedicado inteiramente aos novos baianos, Caetano e Gil, retornados do exílio em Londres. Hamilton Almeida Filho foi ao encontro dos baianos e trouxe para a redação toda uma nova filosofia de vida, a proposta do transbunde, da liberação total. Para o leitor, BONDINHO parecia mudar de uma cultura de resistência “mais conseqüente e mais política, à la Chico Buarque”[32], para a contracultura. Era a influência direta da nova revolução cultural desencadeada nos Estados Unidos e Europa através da música popular, especialmente nos grandes festivais de rock, transformados em ritos de rebeldia comportamental. O festival da ilha de Weight de 1970 atraiu 200 mil jovens, tornando-se um marco da cultura *underground*, do culto a novos modos de percepção através das drogas e à liberação sexual. De fato, estava se dando na equipe de BONDINHO uma mudança profunda, uma ruptura cultural.

A redação foi viver em comuna, numa casa no bairro da Lapa, como uma grande família, onde praticavam o amor livre, tomavam muito ácido, discutiam William Reich e a nova filosofia de Roberto Freire, procuravam a vida integral; discutiam muito e trabalhavam muito[33].

> *Tudo isso refletia muito o momento, era a necessidade de liberação pessoal e coletiva [...]. A idéia de que era preciso viver isso. Foi ao mesmo tempo alienação e inserção, isso numa época pesada, em que cada momento era um momento de conquista. As pessoas viveram isso e muitos piraram, viajaram*[34].

Na edição 35, com 62 páginas, há um depoimento longo de Walmor Chagas, com uma foto dele nu, sentado no vaso sanitário, entrevista com Luís Carlos Maciel sobre a cultura *underground* e várias reportagens sobre as revistas de contracultura que estavam saindo na época. BONDINHO não é mais a revista bem-comportada da família que vai às compras no Pão de Açúcar, é a revista da juventude inquieta e contestadora, dos quadrinhos de Wolinsky, da antipsiquiatria, da contracultura. Nessa fase, “os grandes sacadores de BONDINHO são Sérgio de Souza, Haf, Mylton Severiano e Paulo Lafer, o Polé”[35]; encontram um novo guru no teatrólogo José Celso Martinez Correia. Logo começam os problemas. A equipe angariadora de anúncios continuava batalhando o mercado, mas a nova BONDINHO “foi reprovada pelas agências, primeiro pela irreverência, depois pela posição política e, principalmente, pela credibilidade ruim”. Nas bancas, BONDINHO vendia entre 12 mil e 30 mil exemplares, números irregulares que já refletiam o clima tumultuado da redação. Para agravar os problemas, houve uma desavença com a Editora Abril, e a distribuição teve que ser passada à Chinaglia, menos eficaz.

Sem anúncios suficientes, BONDINHO só resiste oito meses nas bancas,

indo até o número 42, em junho de 1972. Na mitologia da imprensa alternativa, sua morte foi atribuída inclusive a apreensões da polícia, mas "BONDINHO nunca foi realmente apreendida, acabou por falta de dinheiro"[36].

DE EX A MAIS UM

Com a crise de BONDINHO, decidiu-se pedir concordata. Mas a Editora Abril, que não havia recebido de volta um crédito de Cr$ 2,5 milhões à Arte & Comunicações, decidiu pedir a falência da empresa. O processo, de falência fraudulenta, terminou com a condenação de Narciso Kalili e Eduardo Barreto a um ano de prisão, "por má gerência". Réus primários, Kalili e Eduardo Barreto tiveram direito a sursis e Kalili formou uma nova empresa, Espaço & Tempo. Conseguiram salvar os títulos de GRILO e Jornalivro. Modificaram GRILO, que abandonou as tiras de jornais americanos e passaram a reproduzir material *underground* chupados das revistas Harakiri e Valentine, e fizeram novos lançamentos do Jornalivro.

No final desse período, com o grupo já se dissolvendo, GRILO sofre uma intervenção episódica da censura de costumes e Sérgio de Souza resolve lançar Ex-GRILO, "para não passar pela censura". Assim nasceu Ex, um jornal alternativo síntese de tudo o que eles já haviam sido, ex-REALIDADE, ex-BONDINHO, ex-GRILO, um "ex-tudo que já sabíamos que não ia durar"[37].

Incluindo suas várias denominações, Ex durou quase um ano e meio, e alcançou grande repercussão. Era um tablóide de diagramação ao mesmo tempo compacta e ousada, em papel jornal. Uma das características marcantes de Ex e de outra publicação efêmera produzida pela equipe, no período, a revista fotográfica FOTOCHOQ, da qual saíram três edições, é o uso vigoroso da fotografia. Em FOTOCHOQ, as fotografias, muitas vezes já conhecidas do público, são ampliadas e dispostas de forma a produzir uma forte impressão, sem a necessidade de texto. O mesmo efeito é obtido nas capas de Ex e em algumas de suas reportagens internas. Começou a ser distribuído em novembro de 1973, nas bancas de São Paulo, pelos próprios jornalistas, com 32 páginas e tiragem de sete mil exemplares, dos quais vendia 4,5 mil. Um ano depois, estava vendendo 20 mil exemplares com 40 páginas por edição.

Ex realiza em toda sua plenitude o estilo da equipe de REALIDADE, o jornalismo de ruptura, a narrativa forte, uma linguagem sem barreiras à leitura, a ambição por grandes tiragens. Ex expressa a ansiedade do grupo em produzir um jornalismo contundente, que vá direto à ferida, sem metáforas, sem compromissos com a censura. Que seja totalmente político sem precisar das muletas do discurso pedagógico. Mas o clima político ainda é pesado. Ex está quase só nas bancas, com OPINIÃO e O PASQUIM já censurados. Apesar de político na temática, sua equipe não se propõe a "subsidiar a organização das oposições", como se propunham os alternativos ligados a frentes de partidos clandestinos, principal razão da freqüência semanal, a mais colada ao ritmo dos acontecimentos. Ex evita até mesmo criar expectativas de regularidade e não organiza seu corpo de leitores. E o ativista político, acostumado a acompanhar uma determinada postura programática, não sabe qual será o seu enfoque na próxima edição. Cada edição é um número, mudando freqüentemente o corpo de editores. Era uma forma também de escapulir da censura prévia. A resposta da polícia é a apreensão esporádica de uma ou outra edição – o que ocasionalmente ocorria, também, com os jornais submetidos a censura

prévia.

A primeira edição do Ex tem Hitler na capa. A segunda, Kissinger ridicularizado. Já no número três, com a capa de Nixon em roupa de presidiário, Ex sofreu apreensão. Sérgio de Souza e Narciso Kalili são levados à polícia, interrogados e fichados. Sérgio de Souza ficou "realmente apavorado" e foi para Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, onde, com José Hamilton Ribeiro, produz um jornal local[38]. Logo depois, outra parte da equipe vai para Londrina, onde Narciso Kalili cria um novo diário, para o grupo Paulo Pimentel[39]. É a dissolução da equipe. Roberto Freire dedica-se à somaterapia. Eduardo Barreto volta à Editora Abril. Passaram-se quatro meses entre a edição número quatro de Ex e a seguinte. Mas não era, ainda, o fim de Ex.

"Eles achavam que o jornal ia fechar e não fechou."[40] Quem assume e garante o jornal, a partir do número seis é Marcos Faerman, ex-editor de serviços de BONDINHO. Com a ajuda de Dácio Nitrini, imprime ao jornal uma orientação mais literária: "O pessoal de Ex tinha uma visão mais suicida, eles queriam dizer tudo independentemente das circunstâncias. Eu era mais cauteloso, leninista, queria fazer uma construção, e sempre havia brigado mais pela cultura, mesmo à custa de vender menos"[41].

Fracassados os projetos de Londrina e de Ribeirão Preto, a equipe volta para São Paulo e "assume de volta o jornal, achando que Faerman havia tomado Ex meio à força". Dá-se um conflito, saindo Marcos Faerman, após editar seis números de Ex[42].

A partir do número dez, Ex passa a ser distribuído pela Editora Abril, com tiragens de 10 mil exemplares, vendendo 8,5 mil e contando com a colaboração substancial de outros jornalistas, entre os quais Alex Solnik e Gabriel Romero. Ex torna-se um título solto, de propriedade de quem queria participar. "Nessa época, Ex era de todo mundo, quem queria podia produzir um Ex."[43] Predomina, nessa fase de guerrilha jornalística, a liderança de Hamilton Almeida Filho (o Haf). No número 12, recebem uma injeção financeira de Paulo Patarra, que se demite da Abril e se junta ao grupo. Passam a 40 páginas e a 20 mil exemplares de tiragem. Na edição número 13, Paulo Patarra negocia um contrato, de longo prazo, de impressão com o grupo Mesquita, mas no último momento "a direção de redação da empresa vetou a impressão por não concordar com a linha editorial da revista". Foi um escândalo, pois Ex denunciou a atitude dos Mesquita na reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, que ocorria na mesma ocasião, em São Paulo, justamente para pressionar o regime contra a censura[44].

Na semana da morte de Herzog, no final de outubro de 1975, foram tirados 50 mil exemplares da edição Ex-16, que relata todo o episódio de seu assassínio. Na capa, o verso do Hino à República: "Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós". Uma segunda tiragem, de 30 mil exemplares, foi apreendida pela polícia. Decidiram lançar mais uma edição, chamada Extra: O Melhor de Ex, com uma seleção das melhores matérias de toda a série, e essa também foi apreendida. Ao mesmo tempo, é decretada a censura prévia sobre Ex. Era o seu fim. Produziram, ainda, mais um jornal, a que chamaram de Mais Um, que fica apenas nesse número, e cuja reportagem principal era de Otávio Ribeiro, sobre o Esquadrão da Morte. Nesse clima, dá-se uma "briga entre Paulo Patarra, que queria sair com seu dinheiro, e Hamilton Almeida Filho, que alegava não existir dinheiro nenhum, e o jornal acabou"[45].

Um ano depois, no final de 1976, parte da equipe[46] retoma o caminho

alternativo, lançando Extra-REALIDADE Brasileira, uma série de livros-reportagem, também ameaçada de censura prévia. O primeiro é Rede GLOBO, ópio do povo, um estudo de caso escrito em equipe, que tira e esgota 50 mil exemplares. O segundo é Matar ou morrer, sobre as crianças abandonadas. O último, número quatro, Malditos escritores. Com esses livros-reportagem, de qualidade excepcional, é invertida a idéia original do Jornalivro. Em vez de livros em forma de jornal, reportagens em forma de livro. Em março de 1977, é decretada a censura prévia também ao Extra-REALIDADE Brasileira. Assim terminaram os sete anos de guerrilha jornalística da equipe que nunca aceitou as convenções sociais ou códigos de dever ditados pelo superego, nem os de seus colegas e muito menos os impostos pelos patrões ou pela ditadura.

NOTAS

1. Roberto Freire, Ame e Dê Vexame, 1990, p. 149.
2. Pertenciam ainda ao grupo: José Hamilton Ribeiro, Mylton Severiano (Myltainho), Hamilton Almeida Filho (Haf), Woyle Guimarães, Ruy Barbosa e J. A. Granville Ponce.
3. Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1990.
4. Entrevista de J. A. Granville Ponce a Patrícia Liane João, mimeo., dez. 1989, arquivo BK.
5. Entrevista com Sérgio de Souza, 4/7/1990.
6. Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1990. Para um estudo de REALIDADE no período de 1966 a 1968 ver A. S. Faro, Revista REALIDADE, 1966-1968, 1999.
7. Entrevista com Sérgio de Souza, 4/7/1990.
8. Entrevista com Sérgio de Souza, 4/7/1990. A "panela", como grupo que se autoprotege, desempenha um papel importante na sociedade brasileira e constituía-se na principal modalidade de organização grupal dos jornalistas brasileiros nos anos de 1960 e início dos anos de 1970.
9. Entrevista com Sérgio de Souza, 4/7/1990.
10. Entrevista ao autor, 28/01/1997.
11. Roberto Freire, Sem Tesão Não Há Solução, 1987, pp. 86 e 150.
12. Idem, p. 23.
13. Cf. C. G. Jung, O Eu e o Inconsciente, 1988, p. 25.
14. Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1990.
15. Idem, ibidem.
16. Entrevistas com Sérgio de Souza, 4/7/1990 e Narciso Kalili, 28/8/1990.
17. Na chefia de arte estava Eduardo Barreto e nas fotos, Claudia Andujar.
18. Além do editor de REALIDADE, Paulo Patarra foi chamado para dirigir a revista em substituição a Murilo Felisberto, que editou apenas seu número "zero".
19. "Nessa época eu realmente não gostava dos cartunistas brasileiros; achava que não vendiam". Entrevista com Sérgio de Souza, 4/7/1990.
20. Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1990.
21. Carta de Raimundo Pereira a Bernardo Kucinski, 27/11/1970, arquivo BK.
22. Entrevista com Narciso Kalili, 28/3/1990.
23. "Fiz jornalismo em três ou quatro épocas... esta que atravessamos aparentemente me parece a mais difícil... só que por causa desse espírito de equipe, por causa da singularidade daquilo que fazemos, estou conseguindo fazer jornalismo muito mais facilmente.", BONDINHO, n. 32, 19/1/1972.

24. Jornalivro, n. 1, dez. 1971.

25. Foram publicados em forma de jornal, entre outros, Eça de Queiroz, Monteiro Lobato, Dostoievski, Graciliano Ramos e Euclides da Cunha. Trabalharam em Jornalivro, entre outros, J. A. Granville Ponce e Wilson Moherdaui.

26. Roberto Freire, Sem Tesão Não Há Solução, op. cit., p. 105. "Se possuo algo para me orgulhar... [é]... ter participado da criação e da realização do Jornalivro, sem dúvida me orgulha e me envaidece mesmo." Dez anos depois a idéia foi retomada pelo Centro Pastoral Vergueiro, distribuidor do Jornalivro "Nicarágua Livre".

27. Entre elas "Vietnam", de José Hamilton Ribeiro, e "Mil Noites", de Percival de Souza (sobre o Esquadrão da Morte).

28. Entrevista com Sérgio de Souza, 4/7/1990.

29. "Editoral", BONDINHO, n. 26, 29/10/1971.

30. Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1990.

31. Idem, ibidem.

32. Idem, ibidem.

33. Entrevista com Nelson Blecher, 23/5/1991. Para os modos da contracultura britânica ver Elizabeth Nelson, The British Counter-culture, 1966-1973, 1989. Para a contracultura nos EUA ver Theodor Rozsak, The Making of a Counter-culture, 1968.

34. Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1991.

35. Idem, ibidem.

36. Idem, ibidem.

37. Idem, ibidem.

38. DOMINGÃO, um tablóide semanal de serviços e reportagens que durou oito meses.

39. O jornal Panorama, que não teve longa vida, apesar de um projeto de alta qualidade. Após seu fracasso, Narciso Kalili continua na região, produzindo o alternativo Viver, um tablóide semanal leve, de serviços, comportamento e reportagens, que dura onze edições, de junho a outubro de 1975. Com ele trabalha Ruy Fernando Barboza.

40. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

41. Idem, ibidem. Entre outros, também participaram de Ex: Alex Solnik, Gabriel Romero e Mylton Severiano.

42. Entrevista com Amâncio Chiodi, 9/1/1999. Dessa retomada participam o fotógrafo Armando Chiodi. Paulo Patarra e Hamiltinho.

43 Entrevista com Gabriel Romero, fev. 1991.

44. Ex 16, out. 1975. Júlio de Mesquita negou conhecimento dessas decisões, mas Ex publicou documentos comprobatórios do recuo da empresa.

45. Entrevista com Alex Solnik, 17/9/1990.

46. Entram Moyses Baumstein e Sérgio Fujiwara, não voltam Roberto Freire, Sérgio de Souza e Eduardo Barreto.

VERSUS: A POLÍTICA COMO METÁFORA

CULTURA DE RESISTÊNCIA

Após sua tumultuada passagem por Ex, o jornalista gaúcho Marcos Faerman lançou em São Paulo, em outubro de 1975, o jornal bimestral VERSUS, uma das mais radicais manifestações de comunicação alternativa, até ser apropriado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), clandestino, que o transformou em seu porta-voz e finalmente o extinguiu, em meados de 1979.

VERSUS foi ao mesmo tempo uma alternativa de linguagem, de organização da produção jornalística e de proposta cultural. Em vez do discurso político de MOVIMENTO, que o precedeu em alguns meses, usava uma narrativa mítica, operando no plano ideológico através de metáforas culturais e históricas, dos heróis das esquerdas. Faerman proclamou-o um "jornal de reportagens, idéias e cultura", que propunha a "cultura como forma de ação política"[1]. Quase não produzia a reportagem factual clássica; expressava-se através dos sentimentos, e não do convencimento lógico. Valorizava sobretudo a forma, numa "fusão de elementos usados livremente: jornalismo, fotografia, desenho, histórias em quadrinhos, literatura, poesia"[2].

Sem ser submetido à censura prévia[3], VERSUS foi, a seu modo, uma síntese do jornalismo de resistência, adotou a cultura de resistência como manifesto estético "na mesma tradição do teatro de resistência e do cinema de resistência"[4]. Começou vendido de mão em mão e assim continuou durante mais de um ano, produzido por meia dúzia de jornalistas sem nenhum capital inicial, sem empresa, sem equipamentos. No seu apogeu,

entre julho e novembro de 1977, já mais organizado, chegou a vender mais de 35 mil exemplares por edição, graças, sobretudo, à originalidade e beleza de cada edição[5], porque VERSUS era também um objeto bonito.

Por trás desses atributos estava um imaginário original, que era de esquerda sem ser doutrinário, cultural sem ser estritamente literário, e jornalístico sem ser contingente, e temática própria, a de uma América Latina quase totalmente submetida a regimes autoritários. Uma opressão que VERSUS não media em meses ou anos, mas em séculos; a tragédia latino-americana dos anos de 1970, sob a ótica de quatro séculos não menos trágicos.

O UNIVERSO MÁGICO DE MARCOS FAERMAN

Para se entender VERSUS é preciso remontar aos anos de 1950, quando o ginasiano Marcos Faerman, de 15 anos, vivia o "ambiente apaixonadamente cultural" do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, onde escrevia, editava e distribuía jornais estudantis. Em sua casa, recebia do tio comunista o jornal Semanário, dirigido por Oswaldo Costa, onde escreviam Edmar Morel, Osny Duarte Pereira, Gondim da Fonseca – nacionalistas, antiimperialistas de grande força retórica. Nesse ambiente, em plena adolescência, foi impressionado pela revolução cubana, pela fotografia daquele homem barbudo entrando em Havana, pela sugestão da aventura, de um punhado de homens que atravessam o mar em um pequeno barco, e que sobem as montanhas e que depois descem, lutando e tomam o poder [...] mais uma aventura, como as da coleção Terramarear, só que essa era uma aventura em que se falava de luta pela liberdade [...][6].

Tornou-se um fidelista e entrou no Partido Comunista Brasileiro. Passou a ler Novos Rumos, o semanário do PC, "que tinha como dístico nacionalismo, democracia, socialismo". Tornou-se líder da juventude estudantil comunista no colégio. Escrevia jornais e aprendeu diagramação:

> *[...] Nessa época descobri o JORNAL DO BRASIL, comecei a ler Vinícius, Guimarães Rosa, literatura nacional e os grandes romances de autores estrangeiros como Roger Martin du Gard, Steinbeck... fui reprovado várias vezes..., mas lia muito e era bom de redação. Ia ao colégio para fazer jornal, criei vários jornais... por volta de 1961 fui levar um manifesto político que havia escrito para o Flávio Tavares, de ÚLTIMA HORA, em Porto Alegre. Aí ele me convidou para ser repórter. Há tempos eu sonhava em ser repórter de ÚLTIMA HORA, o jornal era minha paixão.*

Assim nosso protagonista torna-se um jornalista profissional. Dá-se então seu batismo de fogo político, que para toda a juventude gaúcha da época foi a campanha da legalidade, quando o governador Leonel Brizola, no final de 1961, distribuiu armas à população e organizou uma rede nacional de radiodifusão para impedir um golpe militar contra a posse do vice-presidente João Goulart. "Percorríamos os bondes em grupos de três agitadores; um levava a bandeira da Frente Estudantil pela Legalidade, a FEL, outro distribuía a propaganda e outro fazia o discurso [...]".

O golpe de 1964 encontra Marcos Faerman militante do PC. Logo depois, no jornal ZERO HORA, que "foi o sucessor de ÚLTIMA HORA em Porto Alegre", criou um Caderno de Cultura, junto com Luís Fernando Veríssimo. Era o embrião da idéia que depois geraria VERSUS, "um caderno de cultura rebelde e com grandes nomes, com textos roubados de revistas estrangeiras"[7].

A DESCOBERTA DA AMÉRICA LATINA

O caderno de cultura do ZERO HORA já contém os elementos básicos da futura revista VERSUS, inclusive a diagramação que funde todos os elementos e se que propõe à ruptura; que dispõe os espaços com liberdade total, e que faz da foto ou da ilustração partes essenciais de um todo e não acessórios. Um dos cadernos foi inteiramente dedicado à América Latina, a temática referencial da futura VERSUS. Nesse trabalho, influiu a cultura da fronteira; "o contato com o Uruguai e a Argentina trouxe o sentimento de latinidade, da importância de uma cultura ignorada pelos grandes veículos"[8].

No clima incerto e, depois, efervescente do pós-golpe, Faerman torna-se leitor regular do Marcha, o semanário uruguaio fundado por Juan Carlos Onetti em 1939 e que teve como editor mais conhecido, Carlos Quijano. A revista "tratava a vida do continente com delicadeza, brilho e sobretudo paixão; uma visão continental nunca antes conseguida [...]. Marcha era uma instituição uruguaia, enraizada na vida do continente"[9].

Através do Marcha, Faerman descobre novos heróis, os mestres da narrativa latino-americana: Mário Benedetti, Juan Carlos Onetti, Gabriel Garcia Marquez, Neruda. E os heróis desses heróis: os índios, os povos latino-americanos, seus mártires e mitos – os Tupac-Amaru, os Sandino, os Zapata. Em 1974, Eduardo Galeano lança Crisis, na Argentina. Tudo isso se compõe com os antigos manifestos nacionalistas, numa cosmovisão que tem a América Latina como centro e o imperialismo como força centrípeta, desagregadora. Marcos Faerman junta-se à Dissidência Leninista, que divergia da direção do Partido Comunista:

[...] Fomos muito seduzidos por Debray; desde 1964 éramos contra a linha do partido, principalmente contra o pacifismo e contra a colaboração de classe. Discutimos com Marighella, com o Gorender, isso desembocou numa fusão com a POLOP, através dos irmãos Sader, e deu origem ao POC. Nosso partido dava peso ao trabalho operário e a idéia do partido operário... a grande procura que o POC fazia era a busca do verdadeiro leninismo. Lia-se muito Rosa de Luxemburgo, 'nem Stalin nem Trotsky, mas Lenin', esse era o nosso mote. Mas o POC era muito aberto, era profundamente anti-stalinista e havia condenação unânime da política externa da União Soviética. O trotskismo já era uma sedução. E em 1968 fui eleito para a direção nacional do POC e enviado para São Paulo onde entrei no Jornal da Tarde[10].

Nos tempos duros do governo Médici, afasta-se do POC, "por medo e por cansaço". Mesmo assim, Faerman ficou preso durante um mês na Operação Bandeirantes. Foi torturado com choques elétricos e só saiu por interferência da família Mesquita, os proprietários do JORNAL DA TARDE. Desligou-se, então, totalmente da militância direta, "desestimulado politicamente pela onda de delações que vieram de Porto Alegre"[11].

VERSUS, A GÊNESE

Na imaginação de Marcos Faerman, existiu o dia da criação de VERSUS.

[...] VERSUS nasceu de um delírio que eu tive em Cuiabá... eu havia ido ao Mato Grosso fazer uma matéria para o JT e conheci o Juruna... Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul, o pôr-do-sol me encheu de emoção; me apaixonei pela idéia de um jornal que falasse de índios, da América Latina, que tivesse aquele pôr-do-sol. Sonhei com um jornal que contasse a história dos povos da América Latina... que fosse realidade e ficção, de grandes histórias, narradas como histórias, e havia o fascismo na América

Latina, havia Chile, eu queria um jornal que contasse a história da resistência na América Latina [...][12].

Reuniu-se com um pequeno grupo, entre os quais Moacir Amâncio, que acompanhou-o na saída de Ex, seu cunhado Vitor Vieira e o gaúcho Omar de Barros Filho (Matico) e Vilma Grycinski. Sem nenhum capital inicial, "assinando promissórias na gráfica de Pinheiros" – que já se habituara a imprimir jornais da imprensa alternativa –, tiraram o primeiro número de VERSUS, em outubro de 1975[13]. A eles se juntou, como colaborador permanente, Caco Barcellos – que, como Omar de Barros Filho, havia sido um dos fundadores da cooperativa de jornalistas de Porto Alegre, a COOJORNAL. Foi definida uma revista cultural "profundamente ligada à América Latina no seu presente e em sua história, com textos densos de força narrativa e poética, com a denúncia do fascismo, sem fechar com discursos ou ideologias. Queríamos Galeano, João Antônio"[14]. O projeto gráfico foi basicamente de Faerman e Toninho Mendes.

[...] Era uma cooperativa anárquica, fazíamos e vendíamos de mão em mão e havia um velhinho que distribuía em algumas bancas de São Paulo. Meu pai distribuía em Porto Alegre. Onde a gente levava, vendia. Tinha uma força estética incrível. As pessoas viam e compravam [...].

Logo se expandiu esse núcleo inicial somando cerca de dez jornalistas, a maioria jovens, como Wagner Carelli e Toninho Mendes, Mouzar Benedito, Licínio Azevedo e Rivaldo Chinen. Fascinado pelo número 1, veio Luiz Egypto, estudante de jornalismo de Juiz de Fora, o primeiro de muitos jovens universitários da nova geração do início dos anos de 1970 que se congregariam em Versus[15]. Seus colaboradores incluíam intelectuais e artistas veteranos como Eduardo Galeano, Eric Nepomuceno, Fernando Moraes, Márcio Souza e outros mais jovens que depois se consagrariam, entre eles, José Miguel Wisnick, Enio Squeff, Alberto Villas, Jacob Klintowitz e Maurício Kubrusly. Posteriormente, juntou-se ao grupo Paulo de Tarso Venceslau, ex-militante da ALN, apresentado ao jornal pelo advogado de presos políticos Luís Eduardo Greenhalgh, também advogado de VERSUS. Paulo de Tarso havia cumprido cinco anos e meio de prisão. Passou a implantar uma administração, contatar distribuidoras, organizar o jornal, "que não tinha nenhuma administração"[16]. Com MOVIMENTO submetido a rígida censura prévia, VERSUS tornou-se o campo privilegiado de realização da nova geração de cartunistas, desenhistas e criadores de quadrinhos, como Luís Gê, Alcy, Jayme Leão, os irmãos Chico e Paulo Caruso, Angeli, Jota. Mesmo porque, em VERSUS, a arte não subsidiava o discurso político, era a matriz de toda a linguagem.

UMA ESTÉTICA DE RUPTURA

De visual dramático, transmitindo ao mesmo tempo beleza e tensão, valendo-se de todos os recursos, do quadrinho à foto, VERSUS difere esteticamente de tudo o que já havia sido feito antes na imprensa alternativa. Com a capa em couchê e em cores, sempre forte e atraente, VERSUS era também um objeto artístico, uma iconografia da política e da história. Um de seus principais artistas gráficos vivia assumidamente a cultura da droga, e valia-se das experiências com novos modos de percepção para a criação gráfica da revista.

A desenvoltura com que os espaços são ocupados denota a influência do JORNAL DA TARDE, e da antiga Senhor. Mas o que essa diagramação procura não é a beleza plástica, o prazer visual ou o funcionalismo gráfico. Muito mais cortante do que BONDINHO ou Ex, a plástica de

VERSUS visa o choque estético. Busca transmitir angústia. É como uma tortura jornalística, a lembrar o leitor de que uma outra tortura real, está ocorrendo naquele instante em todo o continente. Assim operam em VERSUS os desenhos de Carlos Clémen, as gravuras de GRILO, mesmo as ilustrações de gênero fantástico de Luís Gê, a arte e a diagramação de Toninho Mendes.

VERSUS é uma revista de uma América Latina chocada pelo domínio das ditaduras. Marcos Faerman considerava VERSUS a continuadora do Marcha uruguaio e da Crisis argentina. Em 1977, após Crisis ter sido fechada pelo governo militar argentino, Eduardo Galeano enviou a Marcos Faerman a coleção com "perto de quarenta edições, que somavam 150 textos fundamentais de autores latino-americanos"[17]. A reutilização desses textos, deslocados no tempo, inclusive textos da época das guerras de independência da América Latina, corrobora Roland Barthes, para quem o mito é uma forma de linguagem que se vale de narrativas utilizadas fora do tempo em que foram produzidas originalmente[18]. Mas qual era o mito central da linguagem mítica de VERSUS? Para Flávio Aguiar, poderia ser o próprio nascimento de uma América Latina para o intelectual brasileiro, que não a conhecia. Faerman institui, perante o intelectual brasileiro, essa América Latina, um Cone Sul feito de medo e de terror[19].

"Era tudo pensado, usávamos o passado para falar do presente; uma metalinguagem."[20] A revista falava através de símbolos, de alegorias e dos heróis criados pelo passado, uma linguagem metafórica, constituída por um núcleo dramático e um contraponto analítico, "o que facilitava sua leitura pelas pessoas simples"[21]. Ao mesmo tempo, atraía pessoas de sensibilidade artística. Apenas para o público habituado à linguagem pedagógica, e em busca de rigor doutrinário, VERSUS era insuficiente.

Dos temas recorrentes de VERSUS, os mais freqüentes são o da morte e o do medo[22]. Nenhuma palavra aparece com mais força e com mais freqüência em VERSUS do que a palavra morte, unificando, através de sua própria repetição, da multiplicidade de seus usos, um sentimento comum de morte espiritual, "inclusive a morte das minorias e das culturas regionais"[23]. Só no número 1 a morte aparece nove vezes, em várias matérias e sob várias formas: "Diário de Minha Morte", "Necrotério", "450 Anos de Genocídio".

Faerman tinha obsessão pelo texto e acreditava na reportagem como um instrumento de conhecimento. Mas o arquiteto Marcos Cartum, amigo de Faerman, não define o seu jornalismo como crítico e sim como literário, "mergulhado numa poética de confronto" e motivado principalmente pelo seu "interesse pelo Outro e por todas as histórias humanas"[24]. Conhecia a fundo Truman Capote, um dos fundadores desse gênero e um de seus ídolos era o argentino Rodolfo Walsh, expoente latino-americano do new journalism. A carta aberta de Walsh ao governo argentino, denunciando a situação em que vive o país, é publicada em VERSUS número 11, de outubro de 1977, sob o título Carta da morte; Walsh fazia parte da Crisis. Assassinado pela ditadura argentina, Walsh é mais um dos grandes heróis a povoar o universo de Marcos Faerman e as páginas de Versus[25]. Os Mortos de Setembro, fotorreportagem de Wagner Carelli centrada nas fotos dos túmulos dos assassinados durante o golpe de Pinochet, no Chile, a partir do mesmo mito da morte, é um exemplo da técnica narrativa que funde texto e imagem numa simples e poderosa mensagem[26].

EM CENA A LIGA OPERÁRIA: O ENTRISMO

À medida que o país sai do torpor autoritário, foi se tornando insuficiente a linguagem de VERSUS, mesmo para uma revista que não se propunha a organizar o ativismo político ou mesmo a subsidiar esse ativismo. VERSUS suscitava sentimentos ora de pesar, ora de solidariedade, pela tragédia que havia se abatido sobre o Cone Sul latino-americano, mas dava pouco espaço para a análise política, para a autocrítica e reflexão das esquerdas. Tudo se passava como numa luta eterna entre o bem e o mal.

VERSUS não consegue se isolar por muito tempo da política real, não consegue viver apenas de heróis do passado. Primeiro, a política real penetra em VERSUS através de um caderno dedicado à questão negra, Afro-latino-América, que se torna um espaço de aglutinação de militantes do movimento negro, o primeiro jornal negro dentro de um outro jornal. Eram quatro páginas feitas por poetas e intelectuais negros, entre os quais o jornalista Hamilton Cardoso. Ali se formou uma geração de ativistas do movimento negro e o MOVIMENTO Negro Unificado.

Depois, pela sua temática, vai atraindo naturalmente exilados das ditaduras do Cone Sul. Às vezes os abriga em sua sede. Torna-se uma pequena "casa de solidariedade latino-americana"[27], procurada não apenas por fantasmas do passado, mas por ativistas de carne e osso, que estavam fugindo, naquele momento mesmo, da morte certa na Argentina, no Chile ou no Uruguai. Com eles, entra no jornal um grupo aguerrido, originário de exilados brasileiros oriundos do Chile e da Argentina, a Liga Operária, que mais tarde lançaria, em VERSUS, o movimento Convergência Socialista. Através de Omar de Barros Filho (Matico), e de Vitor Viana, cunhado de Marcos Faerman, os dois membros do núcleo gaúcho fundador da revista e simpatizantes da Liga Operária, a organização clandestina vai tomando conta da revista. Faerman foi sentindo fascínio por essa militância:

> *Havia em VERSUS gente de todos os partidos, do PC, do PCdoB, da Convergência, o Paulo de Tarso Venceslau, que depois entrou no PT e que ajudou muito organizando as finanças [...] mas os que mais trabalhavam eram os da Convergência, vendiam jornal de mão em mão; eles foram chegando aos poucos, mais ou menos um ano depois do surgimento do jornal, na base do entrismo. O Omar de Barros Filho e outros eram militantes e eu respeitava militantes, fornecia credencial de jornalista a alguns que estavam clandestinos em São Paulo*[28].

Quando a Liga Operária começou a praticar o entrismo em VERSUS, no segundo semestre de 1977, o jornal estava no seu apogeu, com grande prestígio junto a artistas e intelectuais, graças, sobretudo, ao seu pluralismo, num momento em que a partidarização já ia avançada em outros alternativos. Esse pluralismo permitiu a organização de um show de apoio a VERSUS atendido por quinze mil pessoas, e transmitido por sistemas de som a outras vinte mil, no congresso alternativo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em São Paulo após a sua proibição em Brasília. Participaram gratuitamente todos os grandes nomes da música popular brasileira, incluindo Milton Nascimento, Chico Buarque, MPB4, Simone, grupo Tarancón. Foi um momento de glória de VERSUS. Esse trabalho foi em grande parte organizado por Paulo de Tarso Venceslau, que localizou a política de entrismo da Liga e se colocou como um obstáculo ao domínio do jornal por eles, defendendo uma política mais aberta, mas sem ter o apoio de Faerman, que havia se deixado seduzir[29].

A Liga Operária havia sido fundada na Argentina, em 1974, por cinco exilados brasileiros liderados por Jorge Pinheiro, o mesmo antigo militante do MOVIMENTO Nacionalista Revolucionário (MNR),

recrutado através d'O Sol, e que se refugiara, primeiro, no Chile, depois, na Argentina, após a queda de Allende[30]. Em 1970, uma parte do MNR foi presa e outra, incluindo Jorge Pinheiro, fugiu para o Chile, onde conheceram Mário Pedrosa, que "ganhou o grupo todo para o trotskismo". Na Argentina, conheceram o Nahuel Moreno, fundador do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), ligado à fração bolchevique da IV Internacional, e que "foi o início de tudo"[31].

No mesmo ano da fundação da Liga Operária na Argentina, em 1974, voltaram ao Brasil, estabelecendo-se em São Paulo. Durante os dois anos seguintes, o grupo se amplia, principalmente em Santo André, e a partir de estudantes da Escola de Sociologia e Política. Os novos militantes pertenciam a "uma geração jovem que não tinha saído do Brasil e vários deles pertenciam à revista VERSUS"[32]. À medida que o grupo se expande, e que a atividade política recrudesce no país, aumenta a desenvoltura dos ativistas da Liga Operária dentro de VERSUS, o que Faerman acha positivo: "Há um momento, no final de 1977, em que a política esquenta e o jornal tinha ficado muito cultural. A gente começa a achar que tem que politizar. Ocorrem manifestações estudantis. Minha mulher é presa porque tinha jornais VERSUS no carro. O jornal é questionado"[33].

Com o ativismo crescendo dentro da própria redação, Faerman cria, em outubro de 1977, um conselho de redação com 14 membros, que não têm poder formal, pois a empresa ainda é dos seus três proprietários fundadores, mas denota a necessidade de canalizar as pressões políticas internas. Faerman apresenta o conselho como "parte de uma prática coletiva que se pretende cada vez mais coletiva"[34]. Vários membros do conselho pertencem à Liga Operária. Mas ainda é um conselho pluralista, dele fazendo parte também Márcio Souza e o próprio Paulo de Tarso Venceslau. Quando a luta interna se revela, Paulo de Tarso, Márcio Souza e outros se retiram: "Deixamos claro o erro que se estava cometendo, VERSUS caminhava para o gueto, concorreria com MOVIMENTO, que era dominado pelo PCdoB e parte da AP, o jornal se estreitaria e se descaracterizaria; não deu outra, em novembro consolidaram o golpe"[35].

A TOMADA DE VERSUS E O LANÇAMENTO DA CONVERGÊNCIA

Ao retornar, em dezembro de 1977, de uma viagem de um ano à Europa, durante a qual acompanhou o processo de reorganização dos partidos socialistas na Espanha e em Portugal, Jorge Pinheiro propõe à Liga Operária, abalada por prisões, a formação de um partido socialista de massas, "dentro dos moldes do que estava ocorrendo na Europa".

A idéia encontra algumas resistências, porque "o grupo ainda era fechado, tentava com dedicação extrema montar um partido, e o Celso Bambrilla havia sido torturado barbaramente"[36]. Mas a idéia é aprovada e, em janeiro de 1978, antecipando-se às demais forças de esquerda, a Liga lançou o movimento Convergência Socialista, em ato público na PUC de São Paulo, com a finalidade de atrair as demais forças socialistas para a formação de um grande partido socialista legal.

Sob a direção da clandestina Liga Operária, compareceram neste ato, em 28 de janeiro, cerca de 25 entidades e um total de 300 pessoas de vários Estados. Entre as entidades estavam VERSUS e o grupo Afro-latino-americano de Versus[37].

Nas mesmas reuniões em que trouxe da Europa as novas idéias de organização partidária, Jorge Pinheiro foi "informado da proposta de controlar o jornal". Era o entrismo, uma tradição no PST argentino, que

fez entrismo no peronismo:

> *Surgiram duas propostas: a minha idéia era de que VERSUS era importante como revista do movimento democrático, mas o que prevaleceu foi uma política de cooptação de quem trabalhava na revista e todo o movimento da Convergência Socialista deu-se via VERSUS. O pessoal foi aderindo, o Matico (Omar de Barros Filho) aderiu; ele e o Hélio Goldztejn mandavam no jornal em nome da Convergência; o Matico era o comissário político da Convergência Socialista no jornal*[38].

DA METÁFORA AO DISCURSO DOUTRINÁRIO

Para os leitores, a transformação do jornal começa com a capa PS está nascendo, de dezembro de 1977. Em janeiro, Jorge Pinheiro entra no jornal e no número de março, já sob o controle da Convergência, VERSUS assume o discurso político:

> *[...] Um novo VERSUS? [...] É o que perguntam alguns amigos: VERSUS mudou? A indagação nasce, evidentemente, de uma certa leitura de nossos últimos números. A nossa resposta é: VERSUS mudou... um jornal de ampla circulação como o nosso – que chega agora a 30 mil exemplares mensais – depende essencialmente da realidade histórica para afirmar suas posições... nosso primeiro número é uma metáfora a um clima em que a morte parecia poder sufocar a vida. O novelo da linguagem do VERSUS tem aí o seu ponto de partida. O limite de nossa ação era a história [...]. VERSUS sofreu ataques dos mais variados setores. De um lado, pesava o intelectualismo de uma universidade moldada em parâmetros cansados da moda cultural européia; por outro lado, unia esquerda mais preocupada com o debate de teses do começo do século do que com a circunstância atual; num terceiro lance, vinha o peso da indústria cultural imperialista... mas nós tínhamos clareza de que, ao nível de nosso país, as tarefas de VERSUS eram frustrantes. Era preciso ganhar em clareza, aprofundar nossas análises, solidificar o pensamento de nossa redação... é aí que nascem nossas transformações. VERSUS, que inicialmente estava completamente voltado para a cultura como forma de ação política, assumiu o discurso político. E passou não só a discutir a conjuntura nacional, suas opções, como também a se identificar com as correntes que entendem que só há uma maneira de construir uma democracia para nosso povo: pela construção de um partido socialista[...]*[39].

Assim como os trotskistas da Liga Operária identificaram-se com VERSUS desde o início, Marcos Faerman havia se identificado com o trotskismo da Convergência Socialista, que remetia à figura de Trotsky, o revolucionário literato, culto, o grande escritor polemista e narrador, outro herói de seu universo mítico[40]. O trotskismo lhe era familiar desde os tempos do POC, e de uma afinidade com a Liga Comunista, de Paris. “Faerman foi se aproximando do pessoal da Convergência e as reuniões foram se tornando intermináveis [...]”[41]. “Iludido por promessas que o transformariam em um líder, Faerman endossou todo o golpe e foi devorado pela Convergência.”[42]

Faerman queria levar o movimento Convergência a Brizola. A raiz política mais profunda de Faerman, a que permaneceu depois da passagem pelo POC e pela OBAN, foi o nacionalismo e o antiimperialismo, protagonizados por Leonel Brizola[43]. Na mesma edição em que assume perante os leitores o discurso político, e dá um pequeno espaço à notícia do lançamento do movimento Convergência Socialista, Marcos Faerman abre grandes espaços para Brizola, o herói maior de seu imaginário, o chefe da resistência gaúcha contra o golpe, o idealizador e comandante da campanha pela legalidade. Ainda no exílio, mas com a anistia já no horizonte, Leonel

Brizola movia-se no debate sobre a formação de novos partidos, propondo, de Lisboa, a criação de um novo Partido Trabalhista nos moldes da social-democracia européia. Atraía antigos nacionalistas e alguns socialistas, como Euzébio Rocha e Darcy Ribeiro. Um jovem ativista gaúcho, Miguel Bodea, lançara um estudo defendendo a tese de que o trabalhismo de Getúlio, Jango e Brizola possuía raízes profundas e tinha, portanto, o potencial de aglutinar as forças progressistas e o operariado.

A ascensão e queda da Convergência Socialista, entre o final de 1977 e o final de 1978, foi mais um processo intenso e fugaz, típico desse período de destampe. Antecipando-se às outras articulações, a Convergência consegue atrair mais de mil pessoas ao primeiro congresso para discutir a formação de um partido socialista de massa, no auditório do cursinho Equipe, em São Paulo, em março de 1978[44].

Marcos Faerman justifica o alinhamento perante os leitores:

> *[...] Nosso objetivo é claro: criar uma publicação rica em idéias, que estimule o debate, dizendo o que pensa sem se tornar egocêntrica ou sectária... mas nosso time só saberá jogar se, ao menos, tiver uma camiseta. E a camiseta, no caso, é um programa, uma perspectiva..., pode haver uma esquerda sem uma perspectiva própria? É claro que isso não se confunde com o isolacionismo suicida dos ultras. Mas não será uma outra forma de suicídio a diluição na frente liberal?*[45].

Em março, a Liga Operária (clandestina) muda seu nome para Partido Socialista dos Trabalhadores, adotando o centralismo democrático e mantendo a Convergência como um movimento sob o seu controle. Através de VERSUS, o "órgão que mais articulou a formação de partidos na imprensa alternativa na época", a Liga Operária envia Hélio Goldztejn a Nova York para convencer Brizola a aderir à Convergência. Também conversam com Almino Afonso e com João Cunha. "Mas Brizola não aceitava um movimento no qual o núcleo não fosse ele. E alegava que a Convergência estava marcada por uma postura radical, no que tinha razão."[46] As personalidades políticas não aceitavam a convivência num movimento como a Convergência.

O DESCARTE DE MARCOS FAERMAN

Marcos Faerman, que havia aderido à Convergência "esperando que ela iria ser uma espécie de PT, um grande movimento, uma frente, e que iria evoluir para o apoio a Brizola..."[47], e cujo "projeto pessoal parecia ser o de se tornar o líder da Convergência"[48], ainda acreditava na possibilidade de levar a Convergência à corrente trabalhista de Brizola e tenta entrar no partido clandestino que dirige toda essa articulação, o PST, mas não é aceito: "[...] eu fiquei muito obrero porque tentei entrar para o partido deles e não me convidaram, sabiam que eu tinha sido líder do POC, que eu tinha sido ex-dirigente, e não me convidaram"[49].

E na edição 21, que cobre maio e junho de 1978, ao lado de um manifesto de página inteira da Convergência, é publicada uma entrevista com um deputado do MDB do Rio Grande do Sul, Américo Copetti, ligado à Convergência, em que ele ridiculariza Leonel Brizola e a idéia da volta ao passado:

> *[...] Suponho que possa ser tática política hoje, a dez mil quilômetros de distância de sua pátria, com as fronteiras fechadas para seu ingresso, que ele acene à distância sempre por outras pessoas, com um projeto trabalhista-social-democrata-socialista. Mas eu muitas vezes tenho pensado: será que nós desejamos retornar ao populismo, a tempos passados?*[50].

A situação para Faerman torna-se insustentável:

O jornal foi virando boletim do partido... no país inteiro tinham usado VERSUS para organizar o partido. Os trotskistas haviam inflacionado o jornal, profissionalizando todo o mundo, contra a opinião do Paulo de Tarso, e sem precisar, porque todos escreviam de graça para VERSUS; com isso, fomos ficando ainda mais dependentes deles, era proposital, para o jornal perder a independência... quando senti que estava sendo usado, decidi mandar todos embora, e eu tinha condições legais, além do direito moral e do apoio da maioria da redação... mas aí recuei, tinha medo de que, se os expulsasse, a repressão ia cair em cima deles [...][51].

Além de não o convidarem para o partido, Faerman perde por completo o controle do jornal para esse mesmo partido.

Em junho de 1978, chega ao jornal Maria José Lourenço, dirigente do partido que havia sido presa no ano anterior, e assume a administração; o partido está em peso no jornal. VERSUS torna-se um aparelho do PST, recebia-se dinheiro de fora e mandava-se gente o tempo todo para Bogotá, onde estava então Nahuel Moreno. No retorno dessas viagens ao Nahuel, eram tomadas todas as decisões importantes[52].

Chegou o momento em que Marcos Faerman estava isolado, o que o levou a uma situação insuportável, a Convergência ganhou todo mundo lá dentro e não adiantava ele trazer seus amigos para contrabalançar. As reuniões de pauta começaram a dar em votação ou em pressão muito grande sobre o Faerman, mas ele não largou a peteca[53].

PRISÕES E O "RACHA" DE AGOSTO

O PST marcou, para agosto de 1978, uma convenção nacional que deveria lançar oficialmente o programa do Partido Socialista, para a qual convidou lideranças da organização de outros países latino-americanos, inclusive o líder maior, Nahuel Moreno[54]. Mas Moreno acabaria preso pela polícia, juntamente com uma dúzia de militantes da Convergência.

As prisões e, principalmente, a forma como elas se deram, precipitaram o "racha" que estava latente em VERSUS. No jornal estava sendo preparada uma edição especial sobre Trotsky.

Nesse momento, Marcos Faerman foi informado de que todo mundo seria preso e foi nos avisar. Aí chamaram-no de dedo-duro, porque primeiro avisaram ele. Parece que primeiro avisaram os Mesquita de que o jornal ia ser empastelado e, como daí avisaram o Faerman e ele não foi preso, e depois foram todos presos, acusaram ele de jogo duplo[55].

Com as prisões, Marcos Faerman desapareceu do jornal e só se comunicava pelo telefone; foi uma fase horrível. A partir desse momento o jornal virou militante. Os dirigentes estavam presos ou escondidos e quem dirigia o jornal eram as bases[56].

Com as prisões aumenta ainda mais o prestígio da Convergência. Houve processo e os dirigentes pegaram um ano de cadeia, o que gerou manifestações estudantis de protesto e a ocupação da PUC de São Paulo, dissolvida, a bombas de gás, pelo coronel Erasmo Dias. No entanto, a Convergência não tem inserção nos demais movimentos sociais e por isso não consegue se credenciar perante as bases políticas não pertencentes ao PST, e perante os lideres de prestígio que estão retornando do exílio. Sua articulação pelo partido socialista de massas estava destinada ao fracasso. Jorge Pinheiro cai na clandestinidade.

As prisões faziam parte de uma operação mais ampla contra jornais alternativos, concebida pelo general Figueiredo, então chefe do SNI,

ainda em março de 1978 e que incluía a retomada da devassa fiscal em 42 jornais proposta um ano antes pelo ministro da justiça Alfredo Buzaid. A devassa começou por uma operação fiscal conjunta do Ministério da Fazenda, Instituto Nacional de Seguridade Social e Polícia Federal contra VERSUS. Várias vezes, Marcos Faerman foi chamado para depor para o SNI, no prédio do Ministério da Fazenda, em São Paulo: "a tese deles era que o jornal era financiado por Angola e Moçambique, além de contar com dinheiro cubano... a gente sofreu pressões, interrogatórios... tivemos policiais plantados na porta de casa [...][57]". VERSUS foi multado em 240 mil cruzeiros (correspondentes a cerca de 10 mil dólares na época)[58].

Marcos Faerman e seus colaboradores mais próximos não-filiados ao PST abandonam VERSUS nas mãos do partido, em agosto, exatamente quando o movimento da Convergência Socialista está organizando o congresso de criação do partido socialista – que, no entanto, não conseguiu atrair nenhuma das forças sociais importantes do país[59]. Sua carta de despedida ataca a Convergência:

> *[...] nós entendemos que a luta pelo PS através da Convergência Socialista chegou a um impasse. Por que a Convergência não conseguiu ficar à altura de sua proposição? Por que outros setores não aceitaram liminarmente (e nisso estavam errados) a proposta de construção de um PS? Seja como for, o isolamento da Convergência é um dado concreto, que ninguém pode ignorar. Mas... se a convergência não consegue ser um pólo de união dos que anseiam por um amplo partido popular, ela, por outro lado, começa a pesar cada vez mais dentro de VERSUS. A tal ponto que, não importa se de uma forma inconsciente, torna-se um fardo a ser carregado. Lutamos dentro de VERSUS para impedir que a definição por uma posição implicasse em um empobrecimento editorial, na diluição de nossa linguagem, na politização grosseira das questões, na exclusão de outros setores... enfim: quem pode duvidar, a não ser os convergentes mais dogmáticos, que a estreiteza das bases políticas, teóricas e culturais da Convergência deveria se tornar em camisa-de-força para uma publicação tão indagativa e de vanguarda quanto VERSUS... decidimos não lutar dentro de VERSUS [...][60].*

VERSUS, JORNAL DE PARTIDO

"A partir das prisões de agosto, o PST argentino passa a dirigir e controlar diretamente o núcleo brasileiro e a dirigir a Convergência e o jornal VERSUS."[61] Omar de Barros Filho, Ênio Bucchioni e Júlio Tavares, com a ajuda, principalmente, de Jorge Pinheiro, conseguem publicar ainda mais nove edições de VERSUS. Em novembro, a partir da edição 26, os dirigentes do PST oferecem aos editores não-membros do partido, como Luiz Egypto, a liberdade de edição, numa tentativa de recuperar a qualidade da revista, que efetivamente melhora. "Mas as diferenças maiores aparecem nas coisas menores, como escolha de títulos e fotos", e em dezembro há nova recaída (doutrinária)[62]. A vendagem cai continuamente. Como jornal de um partido, declinava com o próprio partido.

> *Assim que puderam, os argentinos propuseram o fechamento de VERSUS. Uma das alegações era a de que o jornal era ruim, de má qualidade. Estavam na época fazendo a Revista de América, na Colômbia e queriam distribuí-la em toda a América Latina, inclusive aqui[63].*

Sua utilidade como instrumento de organização partidária, na passagem do espaço clandestino à esfera pública havia terminado. Com a anistia, a Convergência não precisa mais de VERSUS. Em junho de 1979, lançam o bem-sucedido Cadernos para o socialismo, número 1, uma grande reportagem de Hélio Goldztejn sobre a vitória sandinista na Nicarágua, que vende duas edições. Em outubro de 1979, um ano após o "racha",

sai a última edição de VERSUS, de número 34. Simultaneamente, a Convergência lança seu jornal próprio, Convergência Socialista, não mais para lutar por um PS, mas para lutar pelo poder dentro do PT, como tendência organizada. VERSUS morreu para tornar-se um novo mito: o do assassinato cultural.

> *[...] Foi um dos mais profundos casos de assassinato cultural porque o grupo que assumiu o jornal, assumiu para matá-lo. A Convergência Socialista foi de uma irresponsabilidade absurda porque, para eles, o VERSUS era apenas uma coisa instrumental, não era a vida. Quando um jornal passa a ser apenas instrumento, ele termina. A irresponsabilidade também foi minha, porque eu era diretor e não tive energia suficiente para enfrentar a situação [...]*[64].

NOTAS

1. "Editorial", VERSUS, n. 18, fev. 1978.

2. Marcos Faerman, "A Imprensa Alternativa", Cadernos de Comunicação Proal, n. 1, 1977.

3. Mas sofreu intimidação direta em abril de 1979, através de perícia contábil-financeira, solicitada pelo DEOPS e autorizada pelo Juiz Nelson Machado Guimarães, da Justiça Militar, da qual resultou uma multa pesada. Cf. Comunicado de VERSUS, 19/4/1979, arquivo RP.

4. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

5. A partir do número 7, de dezembro de 1976, VERSUS começa a ser distribuído nacionalmente pela Distribuidora Chinaglia; depois passou à Abril.

6. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

7. Idem, ibidem. "Ali eu aprendi a roubar textos de revistas estrangeiras", disse ele.

8. Luiz Henrique Rivoiro, Entrevista com Marcos Faerman, Manuscrito, arquivo BK, 1989.

9. Idem, ibidem.

10. POC (Partido Operário Comunista, formado em abril de 1968). Sua posição é de crítica ao foquismo, priorizando até 1970 o trabalho de base entre operários. Não conseguem uma base operária, optando pela luta armada, como as demais organizações clandestinas. Fragmenta-se com a derrota da perspectiva de luta armada. Um grupo de Paris sobrevive sob o nome POC-Combate, filiado à IV Internacional. Cf. Antonio Ozaida Silva, História das Tendências no Brasil, s. d.; Daniel Aarão Reis Filho & Jair Ferreira de Sá, Imagens da Revolução, 1985.

11. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990. Ver também Esquinas de S. Paulo, edição especial em homenagem a Marcos Faerman, do jornal laboratorial da Faculdade Cásper Líbero, 2000.

12. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

13. PAT – Publicações e Assistência Técnica Ltda. Ali foram impressos muitos jornais alternativos a partir de MOVIMENTO, em 1975.

14. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

15. Entrevista com Luiz Egypto, 29/8/1990.

16. Editores de VERSUS: Marcos Faerman, Omar de Barros Filho, Vitor Vieira e Rui Veiga. Editores assistentes: Wagner Carelli, Ana Dora (arte), Licínio de Azevedo, Maria da Paz Rodrigues, Luiz Egypto, Mouzar Benedito da Silva, Caco Barcellos, Hélio Goldsztein, Percy Galimberti, Mário Augusto Jakobskind.

17. Sônia Virginia Moreira, "Vinte Anos de Imprensa Alternativa", em O poder da imprensa alternativa pós-64, Histórico e Desdobramentos, Rio de Janeiro, Rio Arte, 1985.

18. Roland Barthes, Selected Writing, 1983.

19. Entrevista, ago. 1991.

20. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

21. Idem, ibidem. Também depoimento: "A Imprensa Alternativa", Cadernos de Comunicação Social, n. 1, São Paulo, 1977.

22. José Luiz Braga observa que o medo também foi um dos sentimentos dominantes d'O PASQUIM. A declaração de que "quem tem cu, tem medo" funcionava como estratégia para demonstrar "que há motivos reais para ter medo". José Luiz Braga, O PASQUIM e os Anos 70, 1991, p. 219.

23. Cf. observação de Luís Eblak, Notas de Qualificação para dissertação de mestrado, Filosofia/USP, 2000.

24. Entrevista a Mauro Albano, em Esquinas de S. Paulo, edição dedicada à imprensa alternativa, Faculdade Cásper Líbero, 2000.

25. Autor de Operação Massacre, em que investiga e descreve o fuzilamento sumário de peronistas em 1956. De estilo notável, comparável aos melhores autores do new journalism.

26. VERSUS, n. 9, abr. 1977.

27. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

28. Idem, ibidem.

29. Idem, ago. 1991.

30. Ver detalhes de O Sol, depois PODER JOVEM, no capítulo "Jornais para Organizar o Foco".

31. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990. "Alguns acham que ele é um crápula, eu acho que para a América Latina ele é um gênio", diz Pinheiro sobre Nahuel.

32. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

33. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

34. VERSUS, n. 15, out. 1977.

35. Depoimento de Paulo de Tarso Venceslau, ago. 1991.

36. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

37. "Pelo PS", VERSUS, n. 18, fev. 1978.

38. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

39. VERSUS, n. 18, fev. 1978.

40. "Nunca rejeitei a vida de Trotsky, apenas nunca aceitei os massacres do Krondstat e de Makhno." Entrevista, 16/8/1990. Faerman refere-se à repressão comandada por Trotsky contra os marinheiros sublevados na fortaleza de Krondstat e ao cerco e liquidação do líder anarquista Makhno.

41. Entrevista com Caco Barcellos, 30/8/1990. Barcellos trazia suas colaborações sem se enredar nas discussões.

42. Depoimento de Paulo de Tarso Venceslau, ago. 1991.

43. Poderia ser também o caso de Jorge Pinheiro, cujo "primeiro ato político foi a campanha da legalidade". Cf. entrevista, 3/9/1990.

44. Este cursinho, onde também se realizou uma das assembléias do EM TEMPO, é de propriedade do mesmo Jocimar Arcângelo que dirigia o cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia, atacado pelos comandos da dissidência, em 1967. Nossos protagonistas reaparecem constantemente.

45. VERSUS, n. 19, mar./abr. 1978.

46. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

47. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990.

48. Entrevista com Luiz Egypto, 29/8/1990.

49. Entrevista com Marcos Faerman, 16/8/1990. "Nunca passou pela nossa cabeça discutir a entrada do Faerman no partido", disse Jorge Pinheiro.

50. VERSUS, n. 21, maio/jun. 1978.

51. Entrevista, 16/8/1990.

52. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

53. Entrevista com Luiz Egypto, 29/8/1990.

54. A íntegra desse programa está em VERSUS, n. 25, out. 1978.

55. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

56. Idem, ibidem.

57. Cf. Paolo Marconi, A Censura Política na Imprensa Brasileira: 1968-1978, 1980.

58. Cf. Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 1999. O DEOPS de São Paulo abriu inquérito contra a Convergência, prendendo muitos de seus membros.

59. Com ele saem Mário Augusto Jacobskind, Vitor Vieira, Cecília Thompson, Cláudio Willer, Isabel Rodriquez, Reinaldo Cabral e Evaldo Lins.

60. VERSUS, n. 24, set. 1978.

61. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

62. Entrevista com Luiz Egypto, 19/9/1990. Ver "Editorial dos Editoriais", VERSUS, n. 28, jan. 1979.

63. Entrevista com Jorge Pinheiro, 3/9/1990.

64. Depoimento de Marcos Faerman, em MOREIRA, Sônia Virgínia Moreira, "Vinte Anos de Imprensa Alternativa", em O poder da imprensa alternativa pós-64, Histórico e Desdobramentos, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rioarte, 1985. Depois de VERSUS, em dezembro de 1978, Faerman e Audálio Dantas criam com apoio de jornalistas historicamente ligados ao Partidão, como Rodolfo Konder, uma nova revista, Singular & Plural, da Editora Global, da qual saíram seis edições. Também participaram dessa revista: Jorge Escostegui, Carlos Dória e Osmar Freitas Júnior. Outro grupo que rachou passou a editar Os Cadernos Trabalhistas, de apoio a Brizola.

COOJORNAL, A CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA

OS EXILADOS GAÚCHOS

Foi durante o concurso para a revista VEJA, em 1968, que começaram a se agrupar os futuros criadores de COOJORNAL – a mais elaborada alternativa de propriedade para jornais dos anos de 1970. Dos 250 jornalistas selecionados pela Editora Abril para um curso de seis meses, sobraram apenas 50, entre os quais, todos os dez gaúchos inscritos[1]. Formaram um grupo relativamente à parte. Entre eles, um jornalista oriundo da FOLHA DA TARDE de Porto Alegre, Elmar Bones, nomeado chefe da sucursal da VEJA em Curitiba. Seria ele, depois, "a alma do COOJORNAL"[2]. Com exceção do mais velho, Antônio Severo, eram recém-formados; vários haviam migrado de Livramento, na fronteira, para Porto Alegre, "sendo conhecidos como o grupo de Livramento", entre os quais o próprio Elmar Bones[3].

O marco seguinte surgiu do fracasso do jornal FOLHA DA MANHÃ, lançado em 1969 em Porto Alegre pela empresa Caldas Júnior, proprietária de dois jornais tradicionais da cidade, FOLHA DA TARDE e Correio do Povo, para atrair o público jovem e afastá-lo do concorrente ZERO HORA, que inspirado no estilo de ÚLTIMA HORA, havia crescido no mercado. Apesar de contar com alguns bons profissionais, a equipe se revelou insuficiente, três anos depois o jornal naufragava – o primeiro fracasso de toda a história do empresário Breno Caldas, cuja empresa era a sexta maior do país no campo do jornalismo e hegemônica na região Sul.

Breno Caldas deu o jornal, então, ao seu filho Francisco Antonio Caldas, com carta branca e a incumbência de salvá-lo. Sob influência do crescimento da oposição no Rio Grande do Sul desde a eleição de 1970, e um público urbano jovem cada vez mais ativo, Francisco Antonio decidiu por uma variante de jornalismo não subserviente, não provinciano[4]. Chamou alguns dos gaúchos que estavam exilados na Abril – entre eles, Elmar Bones, Jefferson de Barros, José Antonio Severo e Gilberto Pauletti –, com a incumbência de dirigirem o novo jornal e introduzirem inovações no grupo Caldas Júnior, "retirar a imprensa do Rio Grande do Sul do seu atraso em relação ao Centro do país, de seu estágio semiprofissional"[5].

Foram criadas cinqüenta vagas, com a exigência, inusitada, de que os jornalistas não poderiam acumular outro emprego. Em troca, elevaram substancialmente os salários, "o que era uma ruptura, porque todos os jornalistas na época tinham duplo emprego, uma revolução no mercado de trabalho do Porto Alegre"[6].

FOLHA DA MANHÃ influiu decisivamente no jornalismo gaúcho, entre 1972 e 1975, elevando seu padrão e formando jornalistas. Enquanto no resto do país a autocensura ia arrefecendo o ânimo das relações, na FOLHA DA MANHÃ, havia um clima de entusiasmo que contagiava veteranos e estagiários, atraindo egressos de escolas de comunicação. Um jornal moderno, estruturado, com textos bem acabados, trazendo para a província "a experiência paulista de REALIDADE, VEJA, do JORNAL DA TARDE, de Mino Carta [...] de OPINIÃO e O PASQUIM"[7].

Num segundo momento, quando o jornal começou a crescer e a influir na cena política, a empresa passou a recuar. Desse refluxo nasceu a idéia de lançar um jornal independente, dos próprios jornalistas. "Surgiram pressões internas, acusações de que FOLHA DA MANHÃ era um jornal comunista, esquerdista; a primeira crise surgiu quando o jornal revelou que os novos aviões da VARIG, os DC-10, tinham um problema na porta;

deu-se uma crise de relacionamento e saiu o Elmar Bones, que sempre foi a pessoa que liderou o grupo."[8] José Antônio Vieira da Cunha, um dos editores da FOLHA DA MANHÃ, teve a idéia de fundar uma cooperativa de jornalistas, inspirado por uma pequena notícia no JORNAL DA TARDE informando que os jornalistas do Il Giornalle, de Milão, haviam decidido criar uma cooperativa para assumir o jornal e, assim, salvá-lo da falência.

As pressões internas na FOLHA DA MANHÃ continuaram a crescer, precipitando-se após uma reportagem de Caco Barcelos sobre o comportamento escabroso da Brigada Militar ao reprimir manifestações de trabalhadores na Vila Mathias Velho. "Jogavam futebol com a cabeça de um preso."[9] Ao exigirem a demissão do repórter, um estagiário, demitiram-se todos os seus superiores, num total de 22 pessoas, os mais experientes, e da geração mais madura. Muitos deles foram para a Coojornal[10]. Era uma época de crise no mercado editorial e faltavam empregos para jornalistas. Em agosto de 1975, um ano depois da fundação da cooperativa, o grosso da equipe da FOLHA DA MANHÃ migrou para a COOJORNAL, o que deu grande vigor ao projeto alternativo, não apenas pela entrada de novos quadros, mas também porque o episódio confirmou as suspeitas de que havia um limite preciso à prática de um jornalismo independente na grande imprensa[11].

A primeira ata assinada, de uma reunião para discutir a formação da cooperativa, data de 19 de julho de 1974, quando se reuniram seis jornalistas para discutir "aspectos legais, jurídicos, listas de sócios etc."[12]. Decidem ampliar o grupo e consultar o advogado Emiliano Lindberger. Uma das principais dúvidas era como estabelecer o valor das cotas de uma cooperativa, limites mínimos e forma de seus estatutos. Nessas discussões, alguns divergem no essencial da proposta cooperativa, preferindo a criação de uma empresa comercial, que distribuísse lucros. Alegam também que, na forma cooperativa, o capital de muitos, embora pequeno, serviria para beneficiar uns poucos, os dirigentes, os que fariam diretamente o jornal.

Antevendo problemas que acabariam ocorrendo, argumentavam que a estrutura empresarial permitia "trabalho mais profissional, e daria aos responsáveis mais condições de comando sobre os que estavam envolvidos no processo de produção [...] [mas prevaleceu] a tendência à socialização dos meios de produção e democratização total das decisões dentro do sistema cooperativista"[13]. Para isso tiveram que circundar o sistema jurídico, que atribuía ao capital e não ao trabalho o direito de definir as relações e formas de produção[14]. Só se admitia a forma cooperativa de produção nas atividades agrícolas, sob a égide do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

> *O Incra não tinha conhecimento de nada semelhante no país e aceitou o projeto meio a reboque; sendo necessário adaptar normas, reelaborar conceitos e inovar em diversos campos burocráticos e administrativos do sistema cooperativista. A notícia da fundação de uma cooperativa de jornalistas correu as redações, inclusive as do interior e no dia 27 de agosto de 1974, após um trabalho complicado de adaptação das normas da legislação do cooperativismo, 67 jornalistas compareceram à sede da Associação Rio-Grandense de Imprensa e, em seu Salão Nobre, fundaram a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. A receptividade à idéia foi surpreendente. Apenas um jornalista discordou do projeto e se retirou. Cada um dos que assinaram a ata, assim como outros que aderiram nos dias subseqüentes, adquiriram cotas-partes, pagáveis mensalmente[15].*

As cotas, de CR$ 350,00 cada, totalizaram capital de CR$ 45 mil. Os associados podiam subscrever o mínimo de uma cota e o máximo de 1/3

do capital total de 128 cotas. Fundada a cooperativa, com o propósito inicial de prestar serviços jornalísticos, mas com o objetivo último de produzir seu próprio jornal, o número de associados se ampliou dos 66 iniciais para quase 200 e em novembro de 1975 o capital chegou a CR$ 500 mil[16]. Rosvita Saueressig demitiu-se da chefia de reportagem da FOLHA DA MANHÃ, e "com a cara e com a coragem, sobrevivendo com o FGTS, foi ajudar a preparar a cooperativa"[17].

COOPERATIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL

A COOJORNAL procurou se ligar ao movimento cooperativo gaúcho, relativamente forte e dono de uma rede própria de jornais, o que não ocorria em nenhuma parte do Brasil. Aproximou-se, em especial, da poderosa cooperativa gaúcha, Cotrijui. Fundada ainda em 1957, por colonos movidos pelo problema prosaico do combate à saúva, que tinha que ser necessariamente conjunto[18], a cooperativa beneficiou-se, durante o governo de Leonel Brizola (1958-1962), como um dos principais instrumentos do programa de reforma agrária.

No final dos anos de 1970, quando nasce a COOJORNAL, das 1.163 cooperativas de produção existentes no Brasil, todas agrícolas, 220 localizam-se no Rio Grande do Sul, o estado brasileiro com o maior número de cooperativas e só acompanhado, de perto, por São Paulo[19]. Cooperativismo, especialmente na agricultura, exige um fluxo constante de informações entre os cooperados. Mas a imprensa convencional gaúcha dedicava espaço diminuto às questões agrícolas. Uma pesquisa feita em 1970, em 64 jornais do interior e da capital, detectou apenas 6,7% de espaço editorial dedicado à temática agrícola. Os dois únicos suplementos agrícolas então existentes destinavam-se, sobretudo, a informar os grandes proprietários[20]. As cooperativas gaúchas preenchiam esse vazio, editando cerca de vinte jornais, com uma tiragem somada de 196 mil exemplares[21].

A COOPERATIVA DE SERVIÇOS JORNALÍSTICOS

A esse universo juntou-se, em fevereiro de 1975, a COOJORNAL, com a proposta inicial de prestar serviços jornalísticos para terceiros de modo a ampliar o mercado de trabalho. Só depois teria viabilidade um jornal próprio. A COOJORNAL incorporou uma pequena empresa prestadora de serviços, Verbo, de propriedade do próprio Elmar Bones e mais dois sócios, e que produzia alguns house-organs. "Graças ao prestígio de alguns sócios junto a políticos da extinta ARENA, foi obtido um empréstimo, junto ao banco do estado do Rio Grande do Sul, que permitiu instalar a cooperativa."[22] A COOJORNAL passa a produzir Jornal do Inter; O Bancário, para o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; Boletim Informativo União, para a Companhia União de Seguros Gerais; e Trigo e Soja, para a Fecotrigo, uma das maiores cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul. Seu carro-chefe, O Gaúcho, produzido para o Serviço Social da Indústria (SESI), tirava 200 mil exemplares. O Jornal do Inter obtém grande sucesso, vendendo duas mil assinaturas. Alcança tiragens de 10 a 15 mil exemplares, e ganha o prêmio de jornalismo da Associação Rio-Grandense de Imprensa de 1974.

A COOJORNAL chegou a contar com 100 profissionais. Tinha editorias de agricultura e cooperativismo, um departamento especializado, uma agência de notícias e uma agência de fotografias. Editava, ainda, o jornal mensal Cadernos de Cooperativismo, dirigido a esse público. Em 1977, quando COOJORNAL já está circulando em todo o país, a tiragem dos três veículos próprios da cooperativa mais onze veículos produzidos para terceiros somava 142 mil exemplares mensais. Seu núcleo industrial só não tinha rotativas. Possuía equipamento gráfico moderno, com

fotocomposição, montagem, fotolito, "o que garantia sua independência: sua agência de notícias era subscrita pelas mais importantes revistas nacionais, e o número de sócios da cooperativa chegava a 318. Um raro exemplo de jornalistas que, unidos, detinham o controle sobre todos os meios de produção de seu trabalho. Só faltava a impressão. A cooperativa estava econômica e financeiramente estruturada"[23].

No exercício fiscal de 1978 o faturamento da COOJORNAL quase dobrou em relação ao exercício anterior, somando CR$ 11 milhões. No de 1979, a receita mensal, de CR$ 2,5 milhões, equivalia a mais do dobro do capital subscrito de CR$ 1,2 milhões, levando a um faturamento global de CR$ 25 milhões. Metade do faturamento originava-se da prestação de serviços. Tiravam catorze publicações para terceiros, além de cinco publicações próprias. Os últimos quatro balanços da COOJORNAL fecharam em equilíbrio. Trabalhavam na cooperativa 86 funcionários administrativos e mais trinta jornalistas. Outros oitenta jornalistas colaboravam como free-lancers[24].

COOJORNAL: A HISTÓRIA COMO SUJEITO

"Graças à excelente receptividade que a idéia da cooperativa havia adquirido junto ao mercado de Porto Alegre, bem como em São Paulo e Brasília"[25], em outubro de 1976 a cooperativa decidiu finalmente alcançar o seu objetivo maior, o de produzir um jornal para o grande público. O boletim interno aos associados da cooperativa, de oito páginas, que tirava 3,5 mil exemplares e tratava principalmente de mídia e publicidade, foi transformado a partir de seu número 9 em jornal para o grande público, tendo Elmar Bones como editor, Osmar Trindade como secretário e, na redação, muitos egressos das turmas de jornalismos de 1965 a 1967 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul[26]. Assim nasceu COOJORNAL, distribuído nacionalmente, com 35 mil exemplares de tiragem. De início, pelos amigos e cooperados da COOJORNAL espalhados pelo país – a diáspora gaúcha. Depois, passa a ser distribuído pela Superbancas e, finalmente, pela Chinaglia, atingindo, no seu auge, 260 pontos de venda em Porto Alegre, 72 outras cidades do Rio Grande do Sul e várias capitais. Não é uma distribuição nacional de cobertura ampla, como as de OPINIÃO e MOVIMENTO. Chega em todas as capitais, mas com a exceção do Rio de Janeiro, onde vende mais até do que em Porto Alegre, devido ao prestígio local de Brizola, sua venda nas capitais é simbólica[27].

COOJORNAL vai às bancas numa fase já mais definida de abertura política. O regime autoritário poderá durar mais alguns anos, a abertura política poderá sofrer demoras, mas era evidente para todos que o regime militar começava a entrar para a história. E COOJORNAL se tornou o contador dessa história. Como método narrativo, adotavam a reportagem histórica, fundamentada em documentos e depoimentos dos protagonistas ainda vivos. Tornou-se um jornal "memorialista", referenciado no plano do jogo político, não do ideológico, muito menos do psicológico ou do cultural. Nas raízes da vocação historicista de COOJORNAL estavam a herança e a especificidade cultural do Rio Grande do Sul, um Estado que preserva sua história, "a influência de Elmar Bones, para quem nada na história acontece por acaso"[28], e a circunstância de terem sido gaúchos os principais protagonistas da crise institucional que desembocou no golpe de 1964.

Muitas das reportagens históricas de COOJORNAL foram furos

jornalísticos. Entre elas, o relato do coronel Jefferson Cardim sobre a primeira tentativa de resistência armada ao golpe, organizada por Brizola ainda em 1965; depoimentos de Julião, Luís Carlos Prestes, Arraes, Almirante Aragão, o próprio Brizola e as memórias do general Mourão Filho. Na edição de julho de 1977, COOJORNAL alcançou impacto nacional, ao publicar o primeiro levantamento completo do número de punidos, demitidos ou cassados em seus direitos políticos, pelos atos institucionais do regime militar. Com base em meticulosa pesquisa, em página por página do Diário Oficial da União, revelava-se que foram atingidos 4.682 cidadãos, ou seja, numa escala muito maior do que se imaginava. E de que o maior contingente de punidos, quase um terço, era constituído de militares[29]. Em novembro de 1978, COOJORNAL conseguiu a primeira entrevista com os antigos guerrilheiros uruguaios, os Tupamaro. E foi COOJORNAL que revelou a morte – numa briga de bordel – de um dos implicados na tortura e assassinato do sargento Manuel Raymundo Soares, ocorrida em agosto de 1966, assim como o fato de que outro dos principais implicados continuava ativo na repressão política no Rio Grande do Sul.

Apesar de provinciano no campo da cultura, COOJORNAL tratava regularmente de questões de imprensa, numa atitude semelhante à crítica do cinema convencional embutida no cinema engajado. Registrava episódios de censura, de autoritarismo nas redações, o lançamento de novos jornais alternativos, lançava as sementes de uma ideologia de imprensa alternativa cooperativista.

O RIO GRANDE, INCHAMENTO E CONTRADIÇÃO

Nenhum dos jornais alternativos dos anos de 1970, com exceção de BONDINHO na sua primeira fase, conseguiu o sucesso publicitário de COOJORNAL. Grandes empresas gaúchas, com a Gerdau, Springer, Maisonavve, além das cooperativas, anunciavam regularmente em COOJORNAL em seu período de apogeu, entre 1975 e 1977. Mesmo assim o jornal como um todo não era lucrativo devido à sua vendagem relativamente pequena. A experiência da COOJORNAL começou a se tornar problemática ainda em meio ao sucesso editorial de COOJORNAL e ao sucesso empresarial das demais atividades do grupo.

Por "ansiedade de fazer coisas importantes" foi lançado, em maio de 1979, um semanário alternativo de âmbito estadual, O Rio Grande, sem que estivessem maduras as condições de sua sustentação. O próprio COOJORNAL, apesar do prestígio, era "altamente deficitário". Tinha um elevado custo de distribuição, de Porto Alegre para o resto do país, e pouquíssima publicidade.

Com dezoito mil exemplares de tiragem, no mesmo formato e com quase a mesma cara de COOJORNAL, o semanário O Rio Grande só conseguia vender entre quatro e cinco mil exemplares. A estimativa de pelo menos 2,5 páginas de anúncios por edição, das principais agências de publicidade de Porto Alegre, não se concretizou. "Além do mais, era um mau produto; a idéia era boa, mas mal executada, inclusive por insuficiência de recursos materiais e humanos para a feitura de um jornal como ele se propunha ser, um semanário com informações novas, não divulgadas pelos jornais diários."[30]

Ao invés de contribuir para a diminuição dos custos fixos de COOJORNAL, o semanário, deficitário, contribuiu para aumentar os prejuízos. Seis meses depois, após acumular perdas de CR$ 550 mil por

mês, quase o dobro das perdas mensais estimadas para o primeiro ano de circulação, a Assembléia Geral dos Associados decidiu fechar o semanário, pedindo desculpas aos leitores e explicando que "a COOJORNAL é uma empresa pequena que só pode contar com seus próprios recursos, por ser uma cooperativa e por pertencer a trezentos jornalistas e a nenhum empresário"[31].

Por trás do erro de gestão que foi O Rio Grande, havia problemas complexos, entre os quais, uma divisão dos membros da cooperativa em dois grandes grupos etários, com visões políticas e projetos de vida diferentes.

> *Havia cooperados jovens, que recebiam em proporção ao trabalho e, como COOJORNAL era mensal, nasceu entre eles a idéia de um semanário; e havia o grupo hegemônico, dos que saíram da FOLHA DA MANHÃ, pessoal que dava sustentação econômica à cooperativa, que fazia os produtos lucrativos e que tinha uma outra concepção, achava que era preciso ter uma estrutura maior antes de lançar o novo jornal, e que este deveria ser o próprio Coojornal*[32].

Algumas dessas contradições, latentes desde a origem da cooperativa, eram inerentes à forma cooperativa de produção dentro de um mercado de competição capitalista. Outras, oriundas da falta de consenso ou de percepção clara sobre que ética deveria fundamentar a produção cooperativa. Elmar Bones tentou sustar a tendência à queda da rentabilidade, propondo um sistema de normas de produção e de remuneração. Mas apontou, ao mesmo tempo, para razões mais profundas da crise:

> *[...] Numa empresa capitalista a acumulação, indispensável em qualquer sistema, é feita com ônus social. A empresa se apropria de uma parte produzida pelo trabalho e, com esse excedente, faz a sua acumulação [...] é o que Marx chamou de mais-valia [...] numa empresa capitalista, a acumulação, a questão é simples. Quem dita as regras é o capital [...] a COOJORNAL [...] não deixa de ser uma empresa, se por empresa se entende uma unidade produtiva. Apanhamos nossa matéria-prima – que, até a prova em contrário, é a informação – agregamos um xis de trabalho e trocamos por um valor. A diferença é que na cooperativa o fator decisivo não é o capital, mas o trabalho. E mais: não é o trabalho alienado que apenas gera valor monetário, é o trabalho deliberadamente vinculado a uma postura política, com objetivos também políticos. Foi graças a isso que num determinado momento, a acumulação do capital entre nós foi relativamente fácil. O fator decisivo, o trabalho, abriu mão de sua parte no valor que produzíamos... trocou a recompensa financeira por uma recompensa política a longo prazo [...] aparentemente esse objetivo político permanece a disposição de abrir mão do excedente para a capitalização da empresa. Mas o excedente é cada vez menor [...] é inegável que a pressão por melhor remuneração é crescente na cooperativa. E ela demonstra que, apesar de ainda estarmos todos convencidos de que estamos numa etapa de acumulação, para alcançar o objetivo maior (o semanário), é cada vez menor a disposição para o "sacrifício" e maior a procura pela recompensa direta. O aspecto político permanece, mas sofre um desgaste. Primeiro, pelo tempo que estamos levando para chegar ao objetivo inicial, segundo, pela diluição da expectativa de cada um em relação à COOJORNAL. É cada vez mais claro que a cooperativa é uma obra coletiva cujos ramos serão sempre mais determinados por uma ação política do que por expectativas pessoais [...]*[33].

Assim, na concepção de Elmar Bones, havia uma ética essencial naquele projeto cooperativo, também política, mas diferente da ética dos jornais ligados a organizações políticas. Tratava-se não de organizar partidos

ou vanguardas, de contribuir para a conscientização e organização dos trabalhadores, mas de permitir aos associados a prática de um jornalismo livre e independente, no plano eminentemente político da esfera pública, cujas "expectativas" seriam satisfeitas muito mais no resultado do confronto geral do projeto com a ditadura do que como expectativas pessoais.

Mas não era esse o sentimento dominante entre os cooperados mais jovens. "Muitos deles passaram a se ver como a mão-de-obra barata e que ao mesmo tempo dava conteúdo ideológico ao jornal, enquanto a direção estava imbuída de espírito empresarial e comercial."[34] Surgiu uma oposição interna, "liderada por Airton Kanitz"[35], formada, entre outros, por Marco Antonio Schuster, Celso Schröder e Delmar Marques. O declínio financeiro decorrente da pressão dos militares sobre os anunciantes agravou as divergências a partir de julho de 1977.

O "RACHA"

Com as divergências já se aprofundando, foi surgindo na cooperativa um confronto político-ideológico entre dois grupos: o dos "ideológicos", liderados pelo fotógrafo Gerson Schirmer; e o dos "marketeiros", liderados por Jorge Polydoro, como se designavam reciprocamente. Os "ideológicos" propunham uma linha editorial de oposição mais ostensiva ao governo e até mesmo às empresas que de alguma forma davam sustentação ao regime. Um anúncio da Riocell, subsidiária da multinacional norueguesa Borregaard chegou a ser recusado por votação, devido à sua má imagem em Porto Alegre, como empresa poluidora[36].

Em 1978 começou o fenômeno ABC. Em Porto Alegre há a retomada do sindicato dos jornalistas por uma frente de esquerda. No entanto, após a posse surge uma oposição, à esquerda, dos que depois seriam o PT, e esse mesmo grupo faz oposição ao núcleo hegemônico da cooperativa, que consideram muito liberal[37].

Foram se dando escaramuças em torno de critérios de pagamentos de free-lancers, e de nomeações, culminando numa pesada disputa pelo poder na eleição de renovação da direção da cooperativa, em setembro de 1978, cindindo os cooperados em dois grupos,

> *[...] um que quis continuar no poder, e continuou, e outro que tentou chegar ao poder, não conseguiu e se afastou... uma ruptura tão profunda que aquelas pessoas que formaram o grupo que acabou derrotado continuaram fazendo uma campanha difamatória contra os vencedores, prejudicando a COOJORNAL. Apareciam panfletos nas faculdades, nas empresas tomadoras de serviços... eu diria até que se integrando, sem querer, no processo de repressão que o governo executava contra a cooperativa e seu jornal... também foram perdidos clientes... o Sindicato dos Bancários, cuja diretoria era muito ligada aos perdedores da disputa, retirou da COOJORNAL a confecção do seu boletim [...]*[38].

Comparecem 193 cooperados à assembléia de setembro de 1978, "o maior número de participantes em toda a história da COOJORNAL, e... há uma verdadeira caçada a procurações, pois existem associados em todo o país e os grupos em disputa caçam os votos um a um [...]"[39].

A chapa de oposição, encabeçada por Marcelo Oscar Lopes, propõe um programa de renovação total da direção da COOJORNAL, de caráter democratista, seguindo a tendência já manifestada na crise de EM TEMPO, e que incluía a reformulação das relações de trabalho "para evitar que funcionários ou associados sejam demitidos com base em decisões individuais [...]". Propõe a escolha dos editores por eleição e a adoção de

alguns critérios políticos na aceitação de trabalhos para terceiros[40].

O grupo hegemônico, com José Antônio Vieira como candidato à reeleição, consegue derrotar a oposição, mas à custa de uma plataforma populista que promete “a implantação do projeto do semanário, ampliação do número de associados com trabalho permanente na cooperativa, criação de um fundo social que dê garantias a esses associados, maior participação de todos... aquisição de sede própria e o lançamento de novos projetos editoriais [...]”[41].

Foi devido a essa promessa eleitoral, “a grande arma da vitória da eleição de 1978”[42],que o grupo hegemônico se vê forçado a lançar o semanário, sem estar convencido da sua viabilidade. E contra o julgamento do gerente executivo, Eládio Vieira da Cunha, que se demite. O projeto do semanário elaborado por Elmar Bones é de uma auto-assumida falta de entusiasmo e criatividade, “a fórmula é a mais óbvia e convencional possível, fica toda a criatividade para tentarmos fazer o jornal que imaginamos, com os escassos recursos que temos [...] não há muito o que falar sobre linha editorial [...]”[43].

A partir desse “racha”, e subseqüente fracasso d’O Rio Grande, a COOJORNAL perde sua energia vital. O grupo derrotado agita a cidade de Porto Alegre com um ciclo de debates críticos sobre a cooperativa, é acusado pela direção de usar indevidamente o nome da cooperativa, e retalia cobrando o exame da situação de associados que também têm empresas particulares de prestação de serviços. O “racha” ganha os contornos dolorosos da crítica de comportamento e das acusações pessoais. Um dos acusados, o fotógrafo Assis Hoffmann, desliga-se do conselho de edição. Na assembléia seguinte, com o jornal já submetido à forte pressão dos órgãos de segurança, nem há mais oposição e reelege-se o mesmo grupo, com Osmar Trindade revezando na presidência. “A falta de interesse pelos destinos da COOJORNAL será tão grande, a partir daí, que nem se conseguirá cumprir os estatutos no momento determinado e renovar a diretoria em 1982. Somente em 9 de junho de 1983 se conseguirá reunir 54 associados no Sindicato dos Bancários, para eleger o que será a última diretoria, presidida pelo fotógrafo Gerson Schirmer.”[44]

PRISÕES E FIM DE COOJORNAL

Em março de 1983, saiu a última edição de COOJORNAL, número 78, denunciando a prisão de quatro dos principais jornalistas – Elmar Bones, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig e Rafael Guimarães –, em virtude de um processo iniciado ainda em 1980. Quando foram libertados, seis dias depois, em meio a uma onda de protestos, já não era mais possível salvar a cooperativa, apesar de dezenas de reuniões com associados, agências de publicidade e políticos. “A vitória do PDS na disputa do governo gaúcho contribuiu para desanimar até os mais sonhadores... os dirigentes apostavam na vitória da oposição como forma de conseguir apoios que viabilizassem novamente o projeto.” Tudo o que foi conseguido e mais o resultado da venda do núcleo industrial e dos direitos do “Ano Econômico” serviram apenas para quitar as dívidas acumuladas.

Não foi a prisão dos jornalistas de COOJORNAL que provocou o seu fechamento, e sim o “racha” entre os dois grupos, assim como as decisões gerenciais equivocadas decorrentes desse “racha”. Mas as pressões do aparelho repressivo contra COOJORNAL que começaram ainda em 1977 tiveram efeitos devastadores na receita publicitária do jornal, debilitaram a cooperativa, restringindo sua capacidade de responder às pressões do próprio mercado de trabalho, que via na cooperativa a sua salvação.

As primeiras investidas diretas do aparelho repressivo contra a

COOJORNAL começaram após a publicação da pesquisa dos 4.682 cassados, na edição 18, de julho de 1977. Dois agentes da Polícia Federal visitaram todos os anunciantes com o COOJORNAL na mão, dizendo que era um jornal de esquerdistas e comunistas e que desagradava profundamente o governo a sua existência. Na edição seguinte, 80% dos anunciantes, muitos deles com contratos assinados de longo prazo, suspenderam seus anúncios e não anunciaram mais empresas como Olvebra, Samrig, Gerdau etc. "A direção da COOJORNAL contatou o governo e todos os anunciantes, numa tentativa inútil de anular o desgaste de sua imagem. Dos onze anunciantes da edição dos cassados entre indústria, bancos, supermercados e cooperativas, apenas as quatro cooperativas mantiveram os anúncios."[45] COOJORNAL tornou-se cronicamente deficitário, sendo subsidiado pelos outros rendimentos da cooperativa, que por sua vez perdeu alguns dos clientes.

Mas COOJORNAL não podia recuar de sua linha editorial. Em outubro de 1979 deu-se outro momento de tensão, quando o jornal publicou uma correspondência interna do Serviço Nacional de Informações, e os órgãos de segurança do Rio Grande do Sul acusam COOJORNAL de ter recebido dinheiro dos Tupamaro. Além de publicar a correspondência, o jornal respondia com uma explicação detalhada de como produziu a entrevista, exclusiva, com os Tupamaros. O processo que levaria à prisão dos jornalistas deu-se já num período de completa abertura política, em março de 1980, em decorrência da publicação pelo COOJORNAL do relatório do general José Canavarro Pereira sobre a guerrilha comandada pelo capitão Lamarca no Vale do Ribeira, em 1970. Cópias desse relatório circulavam entre alguns oficiais da "centelha nativista" que conspiravam contra a candidatura do general Figueiredo à presidência, estabelecendo contatos com a imprensa alternativa. "O COOJORNAL comprou o relatório, prometendo tirar os carimbos que identificavam a origem de cada cópia, mas deixou alguns por preciosismo jornalístico [...]"[46]. Foram processados pelo Exército não só pela divulgação de documentos secretos, mas também por prevaricação. Durante o Inquérito Policial Militar, um cabo, Carlos Mar Echevarria, admitiu ter vendido o relatório ao COOJORNAL por Cr$ 15 mil[47]. Os quatro jornalistas são levados a julgamento na 1a Auditoria Militar, em julho de 1981, condenados a 5 meses de prisão e dois deles presos no ato, sendo libertados dezesete dias depois, por força de habeas corpus. Mas, um ano depois, ocorreu nova prisão de quatro dias, pelo mesmo processo, e de surpresa, após deferimento de um recurso pelo Superior Tribunal Militar.

As pressões do Exército contra COOJORNAL distinguiram-se pela sua eficácia, em comparação com as exercidas sobre outros jornais alternativos. Em primeiro lugar, porque a cooperativa executava serviços para terceiros que forneciam mais da metade de sua receita, e muitos desses clientes cancelaram seus contratos. COOJORNAL, ao contrário da maioria dos jornais alternativos, era convencional do ponto de vista mercadológico, operando com anúncios, e tendo na receita publicitária parte decisiva de sua cobertura de custos. O cancelamento dessa publicidade tornou-o gravoso.

Outro aspecto importante da repressão ao COOJORNAL foi a sua motivação. COOJORNAL não se dedicava nem a "subsidiar" as oposições, muito menos a "organizá-las"; sua periodicidade mensal tornava-o um jornal mais frio. Seu estilo era deliberadamente sóbrio. Respeitava a moral e os costumes vigentes. Chegou a ser chamado de "O Estadão dos nanicos". Seu tema era o passado recente, oculto, e cujo desvendamento continha lições para o presente. Principalmente, o passado do Exército, de suas violências, de seus falsos heróis e de seus traidores. Era contra esse exercício de revelação de sua própria história que o Exército se voltava. Com tantos problemas, COOJORNAL fechou em abril de 1983. Dois dos dirigentes da cooperativa, Antoninho Gonzáles e Clarice Aquistapace, avalistas do projeto, sofreram pesados prejuízos financeiros. Gonzáles perdeu até a sua casa[48]. A morte de COOJORNAL, como de alguns outros alternativos, deixou também um legado de amarguras.

NOTAS

1. Entrevista com Enio Squeff, 2/9/1990.

2. Idem, ibidem. Os futuros escritores Pedro Maia e Caio Fernando Abreu também eram do grupo.

3. Entrevista com Pedro Maia, out. 1990.

4. Esta análise baseia-se, em parte, em anotações de autoria não identificada para uma história do COOJORNAL, arquivo GH.

5. Elmar Bones, Anotações ao texto de Danilo da Silva Ucha, mimeo., arquivo GH. Esta história do COOJORNAL vale-se em grande parte do texto mimiografado de Danilo da Silva Ucha. Uma versão modificada desse texto foi publicada em O Poder da Imprensa Alternativa Pós-64: Histórico e Desdobramentos, 1985, op.cit. sob o título "História do COOJORNAL".

6. Entrevista com Rosvita Saueressig, 5/5/1990. "Na FOLHA DA TARDE, apenas dois dos 77 jornalistas não tinham outro emprego".

7. Elmar Bones, Anotações ao texto de Danilo da Silva Ucha, mimeo., arquivo GH.

8. Entrevista com Rosvita Sueressig, 5/9/1990.

9. Entrevista com Caco Barcellos, 30/8/1990.

10. A FOLHA DA MANHÃ fechou em março de 1980, após uma crise do grupo Caldas Junior provocada pela maxidesvalorização do Cruzeiro. Cf. COOJORNAL, abr. 1980. Em junho de 1984 fecharam O Correio do Povo, ainda com 94 mil assinantes pagos, e a FOLHA DA TARDE. Em 6 de fevereiro de 1990 foram a leilão os bens de Breno Caldas. Cf. O ESTADO DE S. PAULO, 3/2/1990.

11. Danilo da Silva Ucha alega que a crise do FOLHA DA MANHÃ não teve nada a ver com a fundação da cooperativa, por ter sido posterior. Mas Elmar já havia se demitido quando da fundação da cooperativa, o que corrobora a relação entre fechamento de espaços na grande imprensa e o impulso alternativo.

12. Os seis eram: Osmar Trindade, Euclides Torres, José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro e Elmar Bones. Cf. ata da reunião do dia 19/7/1974, arquivo GH.

13. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", em O Poder da Imprensa Alternativa Pós-64: Histórico e Desdobramento, op. cit.

14. As principais formas permitidas são a Sociedade Anônima, com número ilimitado de sócios, cada qual responsável apenas pelo capital que aplicou; e a sociedade limitada, com número limitado de sócios, cada qual respondendo por toda a empresa. Se a empresa era jornalística, a Lei de Imprensa exigia ainda a indicação nominal e completa de todos os sócios e diretores, e vedava a participação de entidades jurídicas.

15. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit. Ver também COOJORNAL, edição especial em homenagem aos 25 anos da fundação da COOJORNAL, UFRGS, dez. 1999. O jornalista presente à assembléia que se recusou a participar foi Joseph Zukauskas.

16. COOJORNAL, boletim de circulação interna, 15/11/1975.

17. Entrevista com Rosvita Saueressig, 5/9/1990.

18. Cf. Argemiro Brun, pioneiro do cooperativismo gaúcho, apud Verônica Lovato Rossato, "Jornalismo de Cooperativas no Rio Grande do Sul", Comunicação e Sociedade, n. 6, set. 1981.

19. Cf. "Diagnóstico do Cooperativismo Brasileiro", 1977, Cadernos de Cooperativismo, Porto Alegre, COOJORNAL, fev. 1978.

20. Estudo de Egon R. Frolich, apud Verônica Lovato Rossato, "Jornalismo de Cooperativas no Rio Grande do Sul", op. cit.

21. Cf. Verônica Lovato Rossato, "Jornalismo de Cooperativas no Rio Grande do Sul", op. cit.22. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit.

23. Idem, ibidem.

24. Informações dos exercícios 1978 e 1979, Gazeta Mercantil, 7/6/1979.25. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit.

26. Cf. carta de leitor, COOJORNAL, maio 1977. Por isso, a primeira edição de COOJORNAL já tem o número 9.

27. Cf. Carlos Wagner, responsável pelo departamento de circulação entre 1975 e 1977, e Jorge Polydoro, diretor executivo até 1980, em COOJORNAL, edição especial do jornal laboratorial em homenagem aos 25 anos da fundação da COOJORNAL, dez. 1999.

28. Entrevista com Rosvita Saueressig, 5/9/1990.

29. Pesquisa de Beth Costa, com texto de Hamilton Almeida Filho, autor de outras reportagens para COOJORNAL. Essa edição teve recorde de vendagem e foi a primeira a dar lucro para a cooperativa. Cf. COOJORNAL, edição especial do jornal laboratorial em homenagem aos 25 anos da fundação da COOJORNAL, dez. 1999.

30. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit.

31. COOJORNAL, out. 1979.

32. Entrevista com Rosvita Saueressig, 5/9/1990.

33. Memorandum, de Elmar Bones à direção e órgãos competentes, s. d., arquivo EB.

34. Entrevista com Celso Schreder, 28/6/1991.

35. Entrevista com Luiz Lanzetta, 3/6/1991.

36. Cf Jorge Canalli, entrevista, 25/8/2001, Danilo da Silva Ucha e Jorge Polydoro em: COOJORNAL, edição especial do jornal laboratorial em homenagem aos 25 anos da fundação da COOJORNAL, dez. 1999.

37. Entrevista com Rosvita Saueressig, 5/9/1990.38. Entrevista com Celso Schreder, 28/6/1991.

39. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit.

40. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit. Ucha atribui essa proposta à divergência ocorrida sobre a confecção ou não de boletins para a Riocell.

41. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit.

42. Idem, ibidem.

43. Carta de Elmar Bones à Presidência & Conselhos, ref.: "Semanário e seus Reflexos na Estrutura da COOJORNAL", arquivo GH.

44. Danilo da Silva Ucha, "História do COOJORNAL", op. cit. Osmar Trindade e Antônio Oliveira abandonam Porto Alegre, para trabalhar em Moçambique. Elmar Bones, Rosvita Saueressig e outros membros da COOJORNAL são levados por José Antônio Severo para o projeto da Gazeta Mercantil.

45. COOJORNAL, Edição extra, mar. 1983. Os anunciantes ouviam a seguinte pergunta da Policia Federal: "Por que vocês estão financiando um jornal de comunistas?" O executivo da Unimed, Arnaldo Malmann foi um dos poucos que resistiu, foi ameaçado com um inquérito. Cf. COOJORNAL, edição especial do jornal laboratorial em homenagem aos 25 anos da fundação da COOJORNAL, dez. 1999.

46. Entrevista com Rosvita Saueressig, 5/9/1990.

47. O crime de prevaricação aplicar-se-ia, no caso, ao militar ou funcionário público que vendeu o documento, não a quem o comprou.

48. COOJORNAL, edição especial do jornal laboratorial em homenagem aos 25 anos da fundação da COOJORNAL, dez. 1999.

Repórter: O BRASIL OBSCENO

O APELO DA ANISTIA

No final de 1976, o presidente da Anistia Internacional, Thomas Hammarberg, veio ao Brasil em viagem sigilosa, para fundar a seção brasileira da Anistia. Fazia um ano que a morte de Wladimir Herzog havia sacudido do conformismo os jornalistas da imprensa convencional, tanto os mais jovens, que não viveram os anos de liberdade plena, pré-1964, como os anteriormente ligados a partidos clandestinos, a amigos e militantes ainda que continuavam nas prisões. "Todos tinham vontade de fazer alguma coisa."[1] Movidos pela necessidade de agir, três jornalistas cariocas, Luiz Alberto Bettencourt, Paulo Haddad e João Sant'Anna, entrevistaram o presidente da Anistia. E como não tinham onde publicar a entrevista, editaram-na na forma de um jornalzinho, que chamaram de Repórter, "fechado na casa de um deles e do qual tiraram apenas mil exemplares que eles mesmos distribuíram em algumas bancas cariocas"[2].

Nascia um novo coletivo alternativo, um grupo que incluiria ainda Luiz Gollo, Chico Júnior, Eduardo Homem e Elias Fajardo. Apoiavam-se parcialmente numa empresa convencional, a Margem Editora, que publicava o Relatório Reservado, propriedade de Luiz Alberto Bettencourt e Marcos Dantas. Quase todos haviam sido da dissidência carioca do PC, bem no seu início. "A maioria não havia participado do ciclo da luta armada, mas alguns chegaram a ser presos e cumprir até dois anos de prisão."[3]

Relatório Reservado era um boletim econômico-financeiro dirigido a grandes empresários e banqueiros, e de conteúdo alternativo em relação ao

jornalismo econômico da imprensa convencional. De circulação limitada, mas bastante conhecido nos meios empresariais, o Relatório Reservado era levemente nacionalista, sob influência das grandes empresas estatais sediadas no Rio de Janeiro, suas principais fontes de informações. E perseguia sistematicamente a linha investigativa, com furos de reportagem e revelações eventualmente escandalosas.

Membros do grupo não-originários da dissidência, como Alex Solnik, a eles se referiam como "o grupo de jornalistas de Santa Tereza", que se identificavam com o gesto de Fernando Gabeira, também jornalista, que sete anos antes, em setembro de 1969, havia participado do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Ellbrick[4]. João Sant'Anna era repórter d'O GLOBO, com passagem pela publicidade. Escreveu o notável editorial do número zero de Repórter, uma confissão do estado de espírito dos jornalistas jovens da grande imprensa no período pós-Herzog, a geração do medo:

> *Nós somos uma geração de jornalistas formados no AI-5, na paranóia. Nós somos o medo. Ele escorre por cada linha que escrevemos. E mancha o papel de vergonha. Nosso jeito de escrever foi moldado pela grande imprensa – pela autocensura. Nosso trabalho, raras vezes tinha um sentido social. Tinha apenas um sentido prático: sobreviver, de medo. Não devemos acusar ninguém pelo que não dissemos: com raras exceções devemos acusar nós mesmos.*
> *Esse número zero do Repórter poderia ter sido muito melhor. Muito mais verdadeiro. Mas não foi possível: tivemos medo. E só por isso compreendemos aqueles que se recusaram a colaborar. Ou até mesmo a falar. São nossos companheiros no medo que nos sufoca*[5].

Foi apenas depois da experiência do número zero do Repórter que o grupo decidiu "fazer um jornal para ficar"[6]. E por causa dessa decisão, da necessidade de definir o caráter do jornal, surgiram as primeiras divergências. "João Sant'Anna queria fazer um novo OPINIÃO, um jornal político."[7] Propôs uma edição analítica sobre os acontecimentos de 1968 e a repressão; Luiz Alberto Bettencourt e Paulo Haddad queriam mais um jornal baseado no método da reportagem.

Em dezembro saiu o número 1, que se valia, em grande parte, da técnica da reportagem e de entrevistas, mas ainda de conteúdo estritamente político, e fortemente contestatório. Sob influência da temática da Anistia Internacional, era inteiramente dedicado à denúncia da repressão. Continha entrevistas com dom Hipólito (o bispo seqüestrado de Nova Iguaçu), com Raymundo Faoro, Ênio Silveira e Erasmo Dias. E um editorial que era a transcrição direta de um texto de Hélio Pellegrino contra a repressão e o autoritarismo, e também contra o conformismo:

> *As ameaças verdadeiras à segurança são a miséria do povo, a falta de saúde, a ignorância, o conformismo, a falta de liberdade. O poder autoritário, alienado do povo, se torna, portanto, paranóide, discriminatório, violento. Passa a servir à injustiça, não ao povo... delinqüência campeia. A droga. A busca egoística dos paraísos artificiais. Um dos motivos de tudo isso pode bem ser o fato de que, ao povo, lhe foram roubadas as ruas, as praças públicas, onde os grandes problemas deveriam ser debatidos [...]*[8].

O jornal, editado pela Margem Editora, a proprietária do Relatório Reservado, atrai colaborações de alguns jornalistas jovens que mais tarde se destacariam na grande imprensa, como Ricardo Noblat[9]. Repórter proclama-se "independente-autônomo" e alternativo, criticando a censura e a repressão. Através do estilo agressivo e deliberadamente provocativo, coloca-se no campo alternativo, ao mesmo tempo em que se distingue,

nesse campo, pela violência e fluência da sua linguagem, que não tem ranço da linguagem doutrinária, e pelo público a que se dirige. Movia-os "a concepção de que não se podia fazer um jornal para aqueles que já tinham convicções e sim um jornal que rompesse esse bloqueio, um jornal que pela reportagem adquirisse um âmbito popular"[10].

Foram tirados 20 mil exemplares do número 1 de Repórter, dos quais 18 mil encalharam, o que acentuou as divergências entre João Sant'Anna, defensor do jornal político, e Luiz Alberto Bettencourt, favorável às reportagens de rua. No número seguinte começa a prevalecer a reportagem de rua. Por sugestão de Luiz Alberto Bettencourt, levam pelas ruas do Rio de Janeiro o senador Magalhães Pinto, o primeiro civil candidato à presidência da República, registrando as reações populares[11]. Mais bem acabado que o número 1, com matérias menores, um pouco mais sóbrio, vende sete mil de uma tiragem de dez mil exemplares. Dá-se, então, o "racha", porque João Sant'Anna e Paulo Haddad não concordam com a proposta de Luiz Alberto Bettencourt de abrir a pauta para a repressão não política, especialmente a repressão sexual, tema que poderia vender muito mais jornal.

No âmbito desse "racha", o grupo de Luiz Alberto Bettencourt contrata Alex Solnik, surpreendido pela notícia do fechamento de Ex quando voltava de uma longa viagem aos índios Guajajara, no Maranhão, e que havia entrevistado Regina Duarte, para o número anterior. Solnik juntou-se à equipe central de Repórter, para trabalhar em São Paulo. "Além do salário ganharia ações da empresa, mas não havia contrato de trabalho e essas ações nunca foram repartidas."[12] Passam a constituir o núcleo central de Repórter: Alex Solnik, Luís Golo, Chico Júnior e Luiz Alberto Bettencourt. Havia ainda três repórteres no Rio e dois em São Paulo.

Alguns meses após o "racha", dois dos que haviam saído, João Sant'Anna e Cláudio Moniz Freire lançam, com outros jovens jornalistas, o alternativo Flagrante Livre, tendo como editor Rawayana Vargens, que durou pouco tempo. Em dezembro de 1980, terceiro ano de circulação de Repórter, a editora Margem é registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro como uma sociedade anônima com 16 sócios jornalistas e mais um comerciário, "que a criaram vivendo exclusivamente do seu trabalho"[13]. "Na realidade, todos trabalhavam muito e recebiam uma miséria; quando Luiz Alberto Bettencourt acabou com o jornal, descobriram que os papéis das cotas não valiam nada."[14]

NATURALISMO, POLÍTICA E PORNOGRAFIA

A partir do "racha", no número três, Repórter adota a linha editorial defendida por Bettencourt, inaugurando uma escola inteiramente nova de imprensa alternativa: naturalista e, no limite, escatológica. Já na edição anterior era proposta uma ruptura com o padrão da crítica social das esquerdas, quase que exclusivamente limitado ao campo da "luta de classes" e da exploração econômica, ou, na esfera da liberdade, ao campo da liberdade política. Nessa edição, Regina Duarte diz em entrevista a Alex Solnik que "as bases da sociedade são comida e sexo". A entrevista foi anunciada na capa com a chamada: Sexo, Pão e Liberdade.

Essa será a receita de Repórter. A reportagem de capa do número três, proposta por Luiz Alberto Bettencourt "para demonstrar que a política não era o único tema do jornal"[15], é dedicada à repressão sexual, sob o título: "Repressão até na cama". Entrevistam donas-de-casa que à noite se prostituem, mulheres comuns da baixa classe média, e, ao contrário dos

textos bem-comportados e comedidos sobre sexo, mesmo na imprensa alternativa, reproduzem a linguagem chula do povão mais miserável e massacrado. À ruptura editorial com o padrão alternativo corresponde uma ruptura gráfica. A diagramação criada pela artista gráfica Pitsi Munk vale-se de aplicativos fortes, em vermelho, fotos inclinadas, resultando num visual ágil e agressivo, diferenciado em relação à maioria dos jornais então em circulação, alternativos ou não.

A primeira edição dessa nova fase, a número três, coincidiu com o carnaval; o jornal deu, em página dupla, fotos eróticas do carnaval carioca, indo muito além do grau de exposição sexual explorado pelas revistas convencionais. Cenas, muitas vezes, provocadas pela simples presença do fotógrafo e não espontâneas[16]. A edição teve que ser reimpressa, vendendo 25 mil exemplares, esgotados imediatamente. Estava consagrada a nova receita de jornal alternativo, garantindo grandes tiragens.

Sem abandonar a temática política, ao contrário, investindo com fúria ainda maior na denúncia do autoritarismo e da repressão política[17], Repórter abriu amplos espaços para o cotidiano da violência urbana, da repressão sexual, da miséria e da desagregação do tecido social e da estrutura familiar que caracterizam a vida dos trabalhadores e pequenos funcionários da Baixada Fluminense. Essa incursão no baixo mundo era facilitada pelo fato de um dos principais repórteres do jornal ser o mulato Tim Lopes. “Fazia-se passar facilmente por operário, entrava em todos os lugares.”[18] Os textos lembravam o naturalismo de Zola, que para escrever Nana percorreu os bairros da prostituição parisiense ouvindo as prostitutas e cafetinas. Repórter revelou os mais escabrosos mecanismos de sobrevivência das pessoas pobres na Baixada Fluminense e trouxe para as páginas do jornal a fala dessas pessoas, o que nenhum outro jornal alternativo havia ousado. Em Repórter, o protagonista é a pessoa anônima marginalizada, e não os eventuais membros mais articulados da massa marginalizada, ou suas vanguardas já cooptadas pela mentalidade da classe média ou pelo discurso político.

O jornal retratava a fome, a promiscuidade, os assaltos, os estupros, o analfabetismo e a brutalidade policial, a prostituição e as drogas, os favelados que comem ratos. Um cotidiano abjeto de miséria agravada pela recessão econômica de 1981, a mais profunda da história do país até aquela data. Sem a pretensão atribuída aos naturalistas, de fazer dos seus relatos uma ciência natural e aplicada, Repórter fixou como traços permanentes o embrutecimento da vida na Baixada Fluminense, nessa época. A obscenidade de Repórter não era apenas uma técnica de marketing, mas um estilo, uma metáfora da vida brasileira do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. A radicalidade de Repórter estava em não escamotear essa realidade, em nome do bom gosto burguês, da decência e dos bons costumes[19]. Por outro lado, sua face manipulativa estava no uso consciente da pornografia, dos relatos sadomasoquistas, trabalhados como metalinguagem, “para vender jornal”[20].

Com a receita de sexo e política, o jornal vendeu em média 40 mil exemplares por mês, durante os quatro anos em que circulou. Suas edições pornográficas do carnaval alcançavam tiragens espetaculares de até 100 mil exemplares, vendendo no Rio de Janeiro mais do que as edições pornográficas do carnaval de Manchete.

Criticados publicamente pelos antigos editores de Ex, em especial Narciso Kalili, que acusou o jornal de mentir ao leitor, de “pegar uma área da realidade brasileira que não interessa muito”, de ser uma “imprensa marrom” e “antiética”[21], os editores de Repórter justificaram-se através

do alcance do jornal, que vendia mais do que qualquer outro jornal alternativo, com a exceção d'O PASQUIM nos seus melhores tempos:

> *Não tivemos dúvidas em falar de prostituição e repressão ao mesmo tempo. Não vacilamos em publicar fotos escandalosas de carnaval que garantiriam, como garantiram de fato, a boa venda – para esse grande público atraído pelas fotos. Tivemos dentro do jornal uma variedade de matérias sérias e importantes, preocupadas, fundamentalmente, com a situação e a luta do trabalhador brasileiro. É assim que pensamos hoje: precisamos de um jornal de matérias aceitas pelo grande público (se bem que sejam matérias também sérias, tratando de sexo com todo o respeito), para atingir um público grande e que passa a se informar de coisas que, à primeira vista, não seriam atraentes para ele*[22].

A pornografia na imprensa alternativa (incluindo, também Lampião da Esquina) foi parte do surto geral da proliferação de revistas pornográficas e sua exposição explícita nas bancas de jornais, em meio ao processo de abertura política. Nenhum veículo, no entanto, nem mesmo na imprensa pornográfica convencional, foi tão longe no jornalismo pornográfico e chulo como Repórter. Algumas de suas reportagens de capa: Operação Sapatão; Polícia Ataca as Lésbicas; Prostituição de Menores; Virgens Loucas por Sexo; Masturbação nas Ruas; Estupro em Família; Os Reis do Aborto; Sexo Atrás das Grades; Bunda, a Preferência Nacional.

A MORTE PELA VENDAGEM

Com a mesma violência de estilo com que retratava a miséria do povão, Repórter denunciou os grupos militares que colocaram bombas no O ESTADO DE S. PAULO, em 1968, para criar as condições para o AI-5, e os grupos paramilitares responsáveis pela onda de atentados às bancas de jornais, em São Paulo, já em 1980. Denunciou escândalos econômicos do governo e de grupos privados. Entrevistou torturadores que revelaram os meandros da repressão. O editorial da edição de setembro de 1979 foi escrito pelos presos políticos do Rio de Janeiro. Em dezembro de 1980, Alex Solnik entrevistou o ex-recruta Rinaldo Campos Carvalho, que testemunhou o assassínio do militante da ALN, Eduardo Leite (Bacuri), num quartel em Guarujá, em 1970.

No seu apogeu, entre 1979 e 1980, o jornal tentou escapar da armadilha das edições pornográficas, incorporou algumas das idéias d'O PASQUIM, como uma seção "esperta" inspirada nas "dicas", e algumas colunas nas fixas de opinião, entre as quais a coluna política do historiador Daniel Aarão Reis Filho, também antigo membro da dissidência. Divulgaram o jornal em anúncios de ônibus e contrataram um especialista de marketing, para atrair publicidade – o que era raro na imprensa alternativa. Enquanto O PASQUIM declinava, Repórter atraía alguma publicidade especializada, de produtos eróticos. O número de páginas foi a 32 e sua pauta se torna variada, com esporte, política, e ainda mais sexo.

Repórter não sofreu censura prévia. Mas várias de suas edições foram apreendidas, com grande prejuízo operacional, e seus jornalistas foram enquadrados em uma dúzia de processos. A primeira apreensão deu-se logo no número 5, abril de 1978, que tinha como chamadas de capa: Censura é uma loucura e Todo mundo contra o arrocho. Foram apreendidos 47 mil exemplares. Uma capa satírica ilustrada com o general Figueiredo vestido de rainha da Inglaterra, abril de 1979, motivou outro processo. Um ano depois, abril de 1980, já havia mais quatro processos, por "imoralidade" e "denegrir a autoridade". Eram, em sua maioria, movidos através da polícia

de costumes e não de repressão política. Acabavam sistematicamente esquecidos ou engavetados[23]. Mas a apreensão provocava grandes prejuízos, porque eram edições de 60 mil exemplares em média, enormes para a escala da imprensa alternativa. Os jornalistas tentavam compensar as perdas com edições ainda mais pornográficas, especialmente durante o carnaval, quando não havia perigo de apreensão. Assim "todo o dinheiro ganho com as edições do carnaval era gasto para pagar as perdas anteriores, não tinha capital de giro nenhum".

No entanto, com falta de capital de giro, Repórter não resistiu à onda de atentados terroristas a bancas de jornais, que recrudesceu em 1981, e que tinha por finalidade impedir a exposição e venda de jornais alternativos. Repórter era o mais vulnerável a esse tipo de represália, por três motivos: em primeiro lugar, porque não era um jornal de frente política, não tinha o apoio de militantes de organizações políticas e, portanto, não podia contar com a venda militante, de mão em mão, em universidades e sindicatos; em segundo lugar, porque não tinha assinantes em grande número, pois seu público era de baixa renda; em terceiro lugar, não conseguiu atrair publicidade em escala significativa. Suas receitas vinham essencialmente da vendagem em banca. Assim, Repórter, o menos partidário dos jornais alternativos, foi o mais afetado pelos atentados a bancas de jornal e o único efetivamente asfixiado por essa via. Após o carnaval de março de 1981, quando Repórter vendeu mais uma edição pornográfica gigantesca, Luiz Alberto Bettencourt tentou aumentar sua freqüência para quinzenal, para recuperar as vendas normais. Tiraram 30 mil exemplares, mas não conseguiram chegar ao carnaval seguinte.

NOTAS

1. Entrevista com Luiz Alberto Bettencourt, 11/10/1990.
2. Entrevistas com Alex Solnik, 17/9/1990; Luiz Alberto Bettencourt, 11/10/1990.
3. Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho, 10/7/1991.
4. Entrevista com Alex Solnik, 17/9/1990. A idéia é a de uma identificação espiritual. O seqüestro do embaixador Charles Burke Ellbrick, em setembro de 1968, foi organizado pela dissidência estudantil da Guanabara, com a ajuda da ALN (cf. Jacob Gorender, Combate nas Trevas, 1987, p. 166). Foi no decurso do seqüestro que a dissidência adotou o nome MR-8 (cf. Daniel Aarão Reis Filho & Jair Ferreira de Sá, Imagens da Revolução, 1985.
5. Repórter, n. zero, nov. 1977.
6. Entrevista com Luiz Alberto Bettencourt, 11/10/1990.
7. Entrevista com Alex Solnik, 17/10/1990.
8. Repórter, n. 1, dez. 1977.
9. Participam também Rivaldo Chinen, Tim Lopes, Raquel Moreno e Ricardo Bueno. Marcos Dantas, do Relatório Reservado, tem participação discreta.
10. Entrevista com Luiz Alberto Bettencourt, 11/10/1990.
11. Entrevista com Alex Solnik, 17/9/1990.
12. Idem, ibidem.
13. Repórter, n. 36, dez. 1980.
14. Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho, 10/7/1991.
15. Entrevista com Luiz Alberto Bettencourt, 11/10/1990.
16. Entrevista com Alex Solnik, 17/9/1990. "Carnaval é assim, o fotógrafo chegando, pedindo, o pessoal faz qualquer coisa."
17. Reportagem política típica e sintomática das motivações de Repórter é: "Já sabemos quem matou Vlado Herzog", n. 11, out. 1978, na qual revelam detalhes dos interrogatórios e da morte de Herzog, dando os nomes dos implicados.
18. Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho, 10/7/1991.
19. Também na imprensa *underground* norte-americana, apareciam o sadomasoquismo e a pornografia, como se "falar de algo com sinceridade significasse falar tão cruamente quanto possível" (cf. Theodore Rozsak, The Making of a Counter-culture, 1968.p. 56.
20. Entrevista com Alex Solnik, 17/9/1990.
21. "Sexo como Marketing", MOVIMENTO, 25/5/1980; "Masturbação É Apelação", MOVIMENTO, 8/6/1980.
22. Alex Solnik, "Os Sucessos do Repórter", MOVIMENTO, 8/6/1980. "Não deveríamos ter dado tanta importância ao apelo fácil", diz em retrospecto Luiz Alberto Bettencourt em entrevista, 11/10/1990.

23. Foram tantos os processos que Jaguar atribuiu ao Repórter o recrudescimento da repressão contra O PASQUIM, o que motivou resposta irada de Repórter (cf. Repórter, n. 23, abr. 1980, ano 3).

Terceiro Livro

OS REVOLUCIONÁRIOS

OPINIÃO: A FRENTE NATURAL

A única coisa importante que um intelectual podia fazer nessa época era imprensa alternativa [...].

***Ricardo Maranhão*[1]**

Na minha vida, nada foi tão importante quanto este jornal [...].

***Fernando Gasparian*[2]**

CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA E FUSÃO ENTRE AP E PCDOB

O mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos de 1970, o semanário OPINIÃO, surgiu no apogeu do regime autoritário, em outubro de 1972, bancado por um empresário, produzido por jornalistas profissionais, protagonizado principalmente por intelectuais e secretamente instruído pelo comitê central da Ação Popular (AP). Quando o empresário Fernando Gasparian, Raimundo Pereira e o comitê central da AP começaram a pensar, separadamente, em um jornal de frente que se opusesse à ditadura, consolidava-se a "linha-dura" no aparelho militar; na máquina política do governo mandava o núcleo antiliberal constituído por ex-integralistas, como Plínio Salgado, caricatura da capa do futuro número zero d'OPINIÃO. O Estado tendia a um autoritarismo crescente e à ampliação das esferas de controle da informação. Mais do que representar um risco a interesses econômicos ou ao poder, a proposta de um jornalismo crítico e analítico d'OPINIÃO iria se chocar diretamente com a mentalidade antiliberal dominante no aparelho do Estado. Daí a contemporaneidade do projeto, seu enorme impacto e, ao mesmo tempo, o risco que corria.

Nesse contexto de consolidação da ditadura e paralisia das oposições legais, uma grande rearticulação deu-se na esquerda clandestina, com conseqüências importantes no campo do jornalismo: a decisão tomada no encontro da direção central ampliada da Ação Popular, maio de 1971, de se unificar com o PCdoB[3]. Já em 1968, sob a influência da revolução cultural chinesa e de uma visita de seu dirigente Aldo Arantes à China, a Ação Popular "abandonou suas raízes cristãs e se aproximou do marxismo"[4], passando a se denominar Ação Popular Marxista Lenista-APML. "Ao mesmo tempo em que o maoísmo tornou-se sua principal fonte de inspiração"[5], a AP orientou seus militantes a caírem na clandestinidade, vivendo, se possível, no meio operário.

Dois jornalistas de destaque, da forte base da AP na revista REALIDADE – Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira e Carlos Azevedo –, aceitaram a diretriz de cair na clandestinidade. Carlos Azevedo passou a produzir o jornal clandestino Libertação, com a ajuda de Duarte e um jovem artista gráfico vindo do Paraná, Elifas Andreatto[6]. Azevedo tornou-se membro da comissão nacional de propaganda do comitê central do PCdoB. Seria o futuro contato entre o comitê central e o editor d'OPINIÃO, Raimundo Pereira[7]. Duarte, um dos fundadores da AP (e da antiga JUC), membro do seu comitê central, seria, anos depois, o mentor político de Raimundo Pereira, condutor e redator dos Ensaios Populares do jornal MOVIMENTO. Raimundo Pereira, que havia escrito duas reportagens para REALIDADE sob a direção de Carlos Azevedo, "fez questão na

época de levar vida legal"[8]. Não pertencia formalmente à AP. Não caiu na clandestinidade, mas consolidou-se, nessa fase de alinhamento com a AP, após o período estudantil de engajamento, primeiro no PC e, depois, na Polop[9]. "Tinha até considerado cair na clandestinidade, mas a minha missão, a minha tarefa de vida, era o jornalismo."[10]

Entre 1970 e 1971, o PCdoB passou por uma fase de crescimento de sua autoconfiança. Além de receber o pedido de fusão da AP, sua concentração de militantes no Araguaia, com vistas à deflagração de uma *guerra popular prolongada*, vinha ganhando escala.[11] O comitê central rejubilava-se com o declínio do revisionismo do PC, e dizia que o PCdoB tinha condições de se converter na "força dirigente" da revolução brasileira. "Por isso insistia o Comitê Central na necessidade do aperfeiçoamento partidário, e no seu crescimento quantitativo e qualitativo" e até se dava ao luxo de relutar em aceitar a incorporação da AP.[12]

Para a AP, colocavam-se as alternativas: "entre reorganizar-se como partido marxista ou unir-se a um partido anti-revisionista e maoísta já existente; a maioria preferiu a incorporação, mas uma minoria rachou, entre os quais Paulo Wright e Jair Ferreira de Sá, permanecendo sob a denominação APML. O PCdoB acabou aceitando a oferta de incorporação, o que foi visto com bons olhos pelo PC chinês, que nessa altura tinha contatos com as duas organizações, por que achavam que a fusão levaria ao reforço de um pólo de esquerda anti-soviético no Brasil". [13]

Na visão do PCdoB, só a guerra popular derrubaria um regime que classificavam como fascista. Entre as condições necessárias para o desencadeamento dessa guerra estava a existência de uma forte mobilização de forças democráticas. Vigoravam ainda no partido as diretrizes de luta política definidas pela conferência nacional de 1966: "com a bandeira de democracia fazer a luta armada"[14]. A essa diretriz foi acrescentada a ênfase nos movimentos pela anistia e contra o governo militar.[15]

A direção da AP, desde 1970, decidira pela necessidade de um jornal não partidário, de ampla base de apoio nas forças antiditadura, com o mesmo objetivo de estimular uma frente de oposição ao regime, como pré-condição para o desencadeamento de uma *guerra popular prolongada*. Encarregou Carlos Azevedo da tarefa; além de produzir o clandestino Libertação, era ele o responsável pela ligação com o meio jornalístico:

> *Como resultado de uma discussão da direção nacional concluiu-se que em tempos de repressão era preciso um órgão bem amplo, e foi tirada uma diretiva da AP para que eu tentasse convencer o Raimundo a fazer uma publicação legal, ampla, não partidária, que pudesse lutar pela anistia. Comecei a discutir isso com o Raimundo em 1970; fui encontrá-lo na VEJA depois daquelas matérias sobre torturas... Na época o Raimundo nos disse que estava próximo de outra organização e que fazia questão de levar vida legal. Ele tinha uma abertura para discutir comigo e não tínhamos interesse em recrutá-lo, e sim que ele fizesse o jornal. Tivemos longas reuniões. Quando OPINIÃO saiu, mandávamos diretivas para o Raimundo, a cada quinze dias, aproximadamente, às vezes por escrito. Eram sugestões que ele podia seguir ou não. Discordávamos de coisas, mas não tínhamos divergências em relação à linha geral. Sabíamos que era um jornal de frente.*[16]

TRAJETÓRIA DE RAIMUNDO PEREIRA

Para Raimundo Pereira, o criador do AMANHÃ e futuro criador d'OPINIÃO e MOVIMENTO, não havia mais espaço na imprensa convencional em 1972 para o jornalismo crítico por ele praticado

em passagens fulgurantes por AMANHÃ, FOLHA DA TARDE, REALIDADE e, principalmente, VEJA. Apesar de seu prestígio profissional, sua carreira havia chegado a um limite nas edições especiais Amazônia e Nossas Cidades, que ele editara na sua segunda passagem por REALIDADE, após a saída da VEJA. Para ele, a grande imprensa havia adotado uma "estratégia de adesão", havia se vendido "no sentido mais simples da palavra".[17]

"[...] É um momento critico; pra mim ele marca um ponto de inflexão, numa curva, como a subida de uma montanha: chegou no topo e aí você vê aquela estrada. Hoje é uma descida, você não está vendo onde ela vai parar."[18] Como no mito de Fausto, Raimundo foi tentado por Robert Civita, um dos donos da editora Abril. Se aderisse, aceitando as limitações naturais do jornalismo da grande imprensa sob o autoritarismo, teria tudo para chegar ao status almejado. Seria um dos quadros importantes dessa imprensa. Mas essa é a época também das longas conversas em que Carlos Azevedo tenta convencê-lo a lançar um jornal legal apoiado pela AP. Raimundo Pereira recusou a oferta dos Civita[19], e se pôs a campo para tentar viabilizar o projeto sugerido pela AP. Explorou diversos caminhos para viabilizar o jornal. Ao sair da VEJA, dois anos antes, já se ligara ao BONDINHO, junto com Bernardo Kucinski. Ali desenvolveu a idéia de um semanário de informações denominado, provisoriamente, Assunto, que seria de propriedade dos próprios jornalistas. Durante as discussões do Assunto com antigos colegas de Exame, VEJA, REALIDADE e do BONDINHO – entre os quais, Mathias Molina, Dirceu Brisola, Dorrit Harazin e Eurico Andrade –, Raimundo desenvolveu a idéia de contribuição, em dinheiro, de jornalistas que continuariam recebendo seus altos salários na grande imprensa, repassando parte dos ganhos para os trabalhadores do jornal cooperativo.[20]

Quando estava fechando a edição especial Nossas Cidades, com a qual colaboravam alguns dos futuros protagonistas d'OPINIÃO, entre os quais Tonico e Carlos Azevedo, Raimundo recebeu o convite do empresário Fernando Gasparian, auto-exilado em Oxford, para criar um semanário de oposições, por indicação de Bernardo Kucinski, também em exílio voluntário, em Londres. Gasparian pesquisou quem era Raimundo Pereira, fascinado pela sua atuação em VEJA.

FERNANDO GASPARIAN E OS INTELECTUAIS

Fernando Gasparian aglutinou intelectuais do Brasil e do exterior em torno da idéia da nova publicação. Para intelectuais de extração acadêmica, marginalizados pela ditadura, assim como para determinados jornalistas, O PASQUIM, anárquico e satírico, não era uma alternativa. POLITIKA refletia um nacionalismo antigo e uma oposição idiossincrática. E no discurso oposicionista, que ainda conseguia se insinuar na grande imprensa, persistia o monopólio da fala do antigo partidão[21], há muito superado nos meios intelectuais. Dono de uma dúzia de grandes empresas, e com uma pequena experiência em jornalismo estudantil, Gasparian vivia intensamente a política, ao mesmo tempo em que admirava e invejava os intelectuais notáveis, muitos dos quais foram seus colegas de colégio, como Fernando Henrique Cardoso, um dos expurgados da universidade, e Fernando Pedreira, editor d'O ESTADO DE S. PAULO. Era também muito amigo de Celso Furtado, Oscar Niemeyer e Luciano Martins.

Gasparian atuara na esfera pública como um articulador e porta-voz da chamada burguesia nacional, um grupo reduzido de empresários dos setores têxtil, metalúrgico e mineral aliados ao governo populista de João

Goulart e alijados do poder pelo golpe de 1964. Alguns deles, como a família Pignatari, sofreram confisco patrimonial. Gasparian foi destituído dos cargos públicos que ocupava, em entidades empresariais e no Conselho Monetário Nacional. E, após bloqueio econômico por parte do governo, teve que se desfazer da tecelagem América Fabril, adquirida antes do golpe, com alguma ajuda do governo de então. Em alguns círculos de esquerda, perseguia-o a imagem do empresário não cumpridor das obrigações sociais – fama de todo o empresariado nacional na época. O golpe isolou e depois destruiu esse setor da burguesia, aumentando o seu desgaste. Não tendo como se defender, impedido de atuar criticamente optou pelo exílio, passando três anos em Oxford. A morte de Rubens Paiva provocou em Gasparian o impulso final para a idéia de lançar um jornal em oposição no Brasil, "para defender Rubens Paiva que havia morrido aí, na luta, e outros amigos que também estavam exilados".[22] Comprou direitos autorais de prestigiosas publicações inglesas e americanas e passou a discutir a idéia com seus amigos intelectuais.

Sua atuação através d'OPINIÃO é geralmente interpretada como apoio de uma burguesia nacional a uma frente ampla de oposições.[23] De fato, costumava contribuir para causas e entidades nacionalistas, antes do golpe. Mas, ainda que continuasse um nacionalista, Gasparian não poderia mais ser descrito ou singularizado como um representante de interesses de uma burguesia nacional que, após o golpe, deixou de existir como fração articulada da burguesia.[24] Ao propor o projeto OPINIÃO, Gasparian expressou o desejo de desempenhar um novo papel social, de não ser mais o representante da burguesia nacional, conforme registro de Raimundo Pereira:

> *Esteve aqui a burguesia nacional em pessoa e me propôs fazer um semanário em bases inglesas – um dono que paga e acha dinheiro e um editor que edita – no Brasil. Todas as idéias foram discutidas rapidamente com ele. Pergunta: Como ficariam suas indústrias? Resposta: venderia todas, dedicaria todo seu talento administrativo a criar um órgão como esse no Brasil. Pergunta: e os grupos nacionais, os compromissos com as linhas nacionalistas? Resposta: nenhum; eu (Raimundo) faria um jornal independente etc. etc. Resta agora só a questão essencial: É uma pessoa honesta, decente, com a qual se possa embarcar numa canoa dessas por um mar de trevas e tempestades? Enfim, eu queria que vocês dessem suas impressões pessoais. A uma certa altura a gente se alia ao próprio demônio para trabalhar com um mínimo de decência, mas é preciso saber exatamente que diabo é ele [...].*[25]

Para saber exatamente quem era o patrão Fernando Gasparian, Raimundo mandou o jornalista Luís Paulo Costa, do jornal Vale Paraibano, de São José dos Campos, que ele conhecera durante os tempos do ITA, em expedição de reconhecimento a Pau Grande, a vila operária onde moravam os demitidos da América Fabril. Essa investigação, essencial ao encaminhamento da proposta de aliança junto à direção do PCdoB, foi favorável a Gasparian.[26]

ACORDO E DISSIMULAÇÃO

Ainda que adotando uma linha editorial de frente, OPINIÃO não resultou de uma frente explicitamente negociada entre as partes, como a que dera origem ao AMANHÃ. Mesmo porque não mais existia uma frente correspondente, nem nos embrionários movimentos sociais e nem no plano das organizações clandestinas. O produto OPINIÃO deveria ter caráter frentista, porque esses eram os desejos coincidentes de seu dono,

Fernando Gasparian, e do único partido político que teve conhecimento prévio do projeto, a AP. Além disso, ao se valer primordialmente dos amigos das relações anteriores em AMANHÃ e VEJA, Raimundo formou uma equipe naturalmente diversificada. O editor de cultura, Júlio Cesar Montenegro, seu antigo companheiro do ITA era trotskista; o editor de economia, após a desistência de última hora de Aloysio Biondi, era Marcos Gomes, antigo dirigente da AP em São Paulo; o secretário de redação, Antonio Carlos Ferreira, era mais afinado à dissidência; o correspondente em Londres, Bernardo Kucinski, era um independente; Dirceu Brisola, editor nacional, e Maurício Azedo identificavam-se com a linha do PC.

Mas Raimundo Pereira criou um canal de comunicação sistemática apenas com a direção da AP-PCdoB. "Em São Paulo não havia contato desse tipo com o PC."[27] "O pessoal achou que OPINIÃO não teria vida longa, o partido participou à distância, houve tempos em que ficou furioso com o jornal e nem tentou conversar, não havia contato [...].[28]" "OPINIÃO tinha um papel muito importante, mas tinha um distanciamento muito grande em relação a nós, que defendíamos uma frente ampla. Considerávamos que o jornal tinha dois desvios, uma visão esquerdista e, por outro lado, um desvio nacionalista."[29] Em parte, esse distanciamento ocorria porque o PC atravessava uma crise interna entre a direção e as bases no Rio, e havia sofrido quedas em São Paulo. Jornalistas simpatizantes do PC ou haviam abandonado o partido ou tinham cortado os vínculos formais com a militância cotidiana, uma espécie de recuo programado em virtude da virulência da repressão.[30]

Outra característica da articulação com a AP foi seu caráter duplamente secreto, em relação não só a Gasparian e independentes ou membros de outros partidos, como também em relação a outros simpatizantes do PCdoB e da AP. "Na redação do jornal só eu sabia que o Raimundo tinha encontros regulares e freqüentes com Carlos Azevedo, e que ele era o contato com o partido."[31]

O PC tinha algum contato com o projeto no Rio de Janeiro, através de sua "frente de entendimento", órgão da direção do partido criado para finalidades desse tipo e dirigido por Luís Maranhão, amigo de José Cândido "que era muito ligado ao Fernando Gasparian"[32]. Essa articulação, no entanto, além da indireta, não chegava ao editor do jornal, mesmo porque Fernando Gasparian temia a instrumentalização do jornal, "não queria que (o jornal) ficasse no esquema do PC, do PCdoB, queria que ele fosse aberto [...]"[33]; "pretendia que [...] jornalistas e intelectuais (marginalizados por pressões) tivessem uma janela livre, independente, democrática, para expor suas idéias".[34]

Afinal, o jornal seguiu tão de perto a orientação do PCdoB, cada vez mais oposta à do PC, que o próprio Gasparian acabaria recorrendo a jornalistas e quadros do PC, numa tentativa inútil de influir na linha do jornal.

AS AMBIGÜIDADES DO PROJETO

Durou um mês a divergência em torno da forma de propriedade do novo jornal, gerando um impasse. Raimundo Pereira e seu grupo insistiam numa "participação nas ações". Fernando Gasparian "não concordou, disse que a empresa devia ter um só proprietário e nós desistimos de fazer o jornal com ele"[35]. Seja porque se impressionara com a nefasta experiência d' O PASQUIM, que estudara a fundo "em que cada um que saía tinha que levar a sua quota"[36], ou por enraizado espírito de classe, Gasparian rejeitou todas as propostas de participação. "Eu não quis que o jornal tivesse sócio,

não como no LE MONDE – em que todo mundo é sócio; não, nesse tinha que ser só uma pessoa."[37] Raimundo tentou mais uma vez viabilizar um projeto com recursos dos próprios jornalistas e não conseguiu.[38] Um dos grupos a lhe recusar apoio, mesmo depois de muita insistência, foi o do BONDINHO, que "considerou a proposta careta, além do problema de quem mandaria em quem".[39]

Finalmente, Raimundo rendeu-se, mas inconformado, pois Fernando Gasparian não aceitava a forma cooperativa nem no plano da propriedade e nem no da política. Identificava-se claramente com os grandes proprietários da imprensa:

> *[...] Como o jornal vai ser um jornal de briga, queria que ele tivesse uma só briga, a briga externa [...]. Em O ESTADO DE S. PAULO, quem mandava era o Júlio Mesquita, então era aquele jornal que não tem problemas de brigas, dissidências [...]; como esse jornal não estava sendo nenhuma experiência de prática de jornalismo cooperativo, nem nada, quer dizer, não era esse o nosso problema no jornal, o problema do jornal era fazer um jornal político [...].*[40]

Gasparian não aceitava o princípio da participação, mas também não pagava os salários de mercado, daí a excepcionalidade d'OPINIÃO, e seu caráter de imprensa alternativa, mesmo tendo um proprietário capitalista formal. Isso permitiu que Raimundo e sua equipe passassem a se considerar, na prática, co-proprietários do jornal. O normal, numa sociedade capitalista, seria a capitalização da parte não paga dos salários na forma de participação, ou pagamento futuro, o que não ocorreu e nem foi cobrado por Raimundo.

Em OPINIÃO, portanto, conviviam desde o início, duas concepções antagônicas sobre o caráter da propriedade, inspiradas não em interesses materiais, mas na questão do poder. Através de uma concepção de sacrifício material, os jornalistas d'OPINIÃO iriam conquistar, na prática, o poder que Gasparian lhes negara no contrato formal.

> *A forma de propriedade não correspondia à sua proposta democrática. Havia uma contradição. Como a experiência mostraria, um jornal daqueles, nas condições [...] só se sustentaria com um elevado grau de sacrifício de seus jornalistas, e um perseverante apoio de seus leitores e colaboradores, coisas que não se podem obter com uma estrutura empresarial tradicional[...].*[41]

Além do distanciamento de partidos e ideologias, Gasparian coloca como requisito que o jornal "não defenda interesses pessoais"[42], ou, na lembrança de Raimundo, que "o editor não defenda seus interesses particulares" mas se oriente por princípios gerais, que seriam definidos e cumpridos.[43] Apesar de discrepantes, essas formulações expressam o propósito de se romper com uma prática típica da grande imprensa, o favoritismo, o mandonismo. Gasparian, no entanto, ressentia-se sempre que o jornal criticava seus amigos, artistas ou intelectuais.[44]

OPINIÃO apresentou-se ao público com alguns princípios genéricos, o primeiro dos quais já nascia violado pelas relações privilegiadas, estabelecidas secretamente, com a AP-PCdoB: o distanciamento de ideologias ou partidos políticos e grupos; a defesa dos direitos dos cidadãos e das liberdades democráticas; a defesa dos recursos nacionais e da cultura nacional; a defesa dos direitos do consumidor e da preservação do meio ambiente.[45] Esses princípios ajustavam-se e até assemelhavam-se, por algumas das expressões usadas, ao programa de cinco pontos, ainda em vigor, aprovado na conferência nacional do PCdoB em 1966, denominado União dos brasileiros para salvar o país da crise, da ditadura e da ameaça

neo-colonialista.

Gasparian pensava num veículo de idéias e no debate intelectual, inspirado no semanário inglês The New Statesman, daí o nome OPINIÃO. Raimundo Pereira perseguia o projeto de um semanário de informações alternativo à VEJA, com pouco ou nenhum lugar para os intelectuais não jornalistas, e queria que se chamasse Assunto, o nome do projeto acalentado desde a saída da VEJA.[47]

Raimundo não conseguia entender o papel dos artistas e intelectuais, ele combatia a idéia do jornal de intelectuais, dizendo que os intelectuais eram 'vaselina' e comprometidos demais. Não tolerava artistas e intelectuais, desdenhava os intelectuais e fazia chacotas, que a redação aceitava.[48]

Mas os intelectuais e cientistas sociais acabaram se revelando os protagonistas principais do jornal, o que é reconhecido, a posteriori, por Raimundo Pereira:

Ele [Gasparian] queria um jornal de intelectuais e nós queríamos um jornal de jornalistas. Tivemos a competência de fazer o jornal, de dar conta da tarefa, mas o importante mesmo eram os intelectuais, os grandes nomes que foram trazidos por Fernando Gasparian. Nós, os jornalistas, só ficamos importantes quando a censura começou a cortar tudo, após o numero 23. Aí não havia mais os grandes nomes [...].[49]

Raimundo Pereira projetou OPINIÃO inspirado no semanário inglês THE GUARDIAN WEEKLY, que descobriu por acaso numa banca de aeroporto.[50] Trata-se de uma seleção semanal impressa em papel bíblia, de artigos do THE GUARDIAN, LE MONDE e The New York Times. Um dos mais expressivos semanários do mundo ocidental, contrastando com o jornalismo cosmético das revistas semanais norte-americanas Time e Newsweek, inspiradores de VEJA. Esse jornalismo interpretativo e crítico vivia uma fase gloriosa, através da denúncia dos métodos americanos na guerra do Vietnã, e do jornalismo investigativo, que levaria à queda de Nixon.

No projeto, os artigos do LE MONDE apareceriam encartados, como a edição brasileira do LE MONDE, o que provocou longas discussões na comissão executiva do comitê central da AP: "A dúvida era se isso era uma jogada da social-democracia européia ou não. Queríamos mais informação devido à questão do LE MONDE. Aí foi feito um relatório, detalhado, por escrito. E decidimos apoiar. Apoiamos nas vendas, na divulgação, nas assinaturas".[51]

Ao apoiar-se nos mais prestigiosos jornais do mundo ocidental, o projeto procurava constranger a censura e o aparelho repressivo. Qualquer violência contra o jornal teria repercussões internacionais. Como precaução adicional procuravam nomes de prestígio internacional para escreverem ou serem entrevistados nas primeiras edições do jornal, como Robert Kennedy e Celso Furtado.

No projeto editorial de circulação interna, Raimundo Pereira atribuía claramente ao jornalista o papel de protagonista principal, de preferência exclusivo, d'OPINIÃO:

OPINIÃO tem algumas idéias básicas nas quais acredito profundamente: ser um jornal independente, não filiado a qualquer esquema político-partidário, nem a qualquer grupo, turma ou igrejinha; ser o mais informativo possível e sério, condições que nos permitirão travar melhor o combate com a censura e com a imprensa tradicional brasileira; ser um jornal escrito – na maior parte possível – por jornalistas profissionais que tenham uma visão crítica das coisas de seu tempo. Se não tivéssemos terríveis

limitações de dinheiro (que decorrem, em sua maior parte, do fato de não podermos acreditar que OPINIÃO vá vender facilmente mais de 20 mil exemplares), minha proposta seria trabalhar exclusivamente com jornalistas profissionais. Isso nos permitiria ter um texto claro e atraente para sermos acessíveis a mais gente e não ficarmos nas eternas igrejinhas de leitores da revista CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, de Senhor e outras publicações do gênero. O GUARDIAN WEEKLY, de certa forma, é o modelo de semanário que tenho em mente, quando falo em textos de jornalistas profissionais que são acessíveis a muitos e apresentam ao mesmo tempo uma visão crítica; OPINIÃO – pelo menos nos seus primeiros meses – se apoiará vigorosamente no noticiário internacional e nas matérias escritas pelos correspondentes estrangeiros. É uma forma de superar nossa incapacidade e deficiência de recursos na redação brasileira, além de ser uma saída também para os problemas de censura, normalmente mais branda para matérias do exterior; OPINIÃO terá quase certamente censura prévia, como tem boa parte dos mais combativos jornais brasileiros; embora deva ter duas ou três dezenas de matérias assinadas, por número, e a despeito de seu nome, OPINIÃO não será um aglomerado de opiniões pessoais. As matérias deverão, sempre que possível, tentar formar opinião através de informações, descrições e reportagens [...].[52]

OPINIÃO iria às bancas nas segundas-feiras, competindo diretamente com VEJA. Deveria ser impresso em papel um pouco melhor do que o d'O PASQUIM, 24 páginas tablóide, e uma diagramação elegante, ilustrado por desenhos, e não por fotografias. "Achava que tínhamos que resgatar naquele momento a opinião do caricaturista e do chargista, e que precisávamos de um jornal de leitura fácil, e com um grafismo crítico."[53]

O projeto gráfico de Elifas Andreatto privilegiava as caricaturas fortes de conteúdo grotesco, mas em traço fino e elegante, ao estilo do New York Times Review of Books, elaboradas pelo argentino Luís Trimano e por Cássio Loredano, para quem o argentino, com brilhante passagem por VEJA, "reinventou a caricatura no Brasil, com suas veias, nervos e sangue [...] a ponto da gente pensar que o desenho tem movimento"[54]. Foi o grande mestre de Trimano que, por sua vez, a partir da experiência d'OPINIÃO, revolucionou todo o conceito de ocupação de espaços pela caricatura. A ele se juntaram Alcy, os irmãos Chico e Paulo Caruso e Rubens GRILO. Mas, ao propor a caricatura com traço distinto d'OPINIÃO, Elifas Andreatto incorria, sem saber, num grande risco, pois a ditadura militar não admitia a crítica personalizada através da deformação caricatural, atingindo, geralmente, os superiores hierárquicos. A partir de certo momento, em 1975, "OPINIÃO foi proibido de publicar qualquer caricatura de autoridade nacional ou estrangeira, por mais inofensiva que fosse".[55] "A adoção da caricatura foi um erro estratégico."[56]

Por trás desse erro estratégico estava uma percepção superficial do significado da censura. A solução gráfica não comportava censura prévia, já em vigor em Pasquim e POLITIKA, nem qualquer sistema de censura muito restritivo. Por isso mesmo O PASQUIM se valia das charges impessoais. No entanto Raimundo Pereira não previu, em seu projeto, que haveria censura prévia. Provavelmente, como ocorreria em outros projetos, nutria a esperança de que a censura prévia não fosse imposta, graças aos elementos de dissuasão, como o encarte do LE MONDE. Certamente não esperava uma censura tão abrangente como a que ocorreu.

NOTAS

1. Entrevista com Ricardo Maranhão, 23/3/1990.

2. Fernando Gasparian, Folha de S. Paulo, 20/1/1990.

3. O processo de fusão das duas organizações foi longo e teve as seguintes etapas principais: maio de 1969, primeira reunião entre dirigentes da AP e do PCdoB; março de 1971, AP adota a mesma proposta de *guerra popular prolongada* defendida pelo PCdoB, de inspiração chinesa; novembro de 1971, PCdoB reluta em aceitar proposta de fusão da AP; início de 1972, CC da AP discute projeto d'OPINIÃO; segundo semestre de 1972, início do processo de fusão; maio de 1973, diretiva da AP às bases: "incorporemo-nos ao PCdoB"; maio de 1975, completa-se a incorporação.

4. Entrevista com Duarte Pereira, 21/6/1990.

5. João Roberto Martins Filho, MOVIMENTO Estudantil e Ditadura Militar, 1967.

6. Entrevista com Carlos Azevedo, 19/6/1990. "Para estudantes podia ser útil, mas para mim que era repórter de REALIDADE era ruim, perdia-se meu potencial de trabalho, até do ponto de vista da importância para o país e para a política. No fundo havia algo religioso, a AP trocava uma religião por outra [...]." Mas a ida de Narciso Kalili para ÚLTIMA HORA foi uma exceção, considerada pela AP como militância.

7. Entrevistas com Carlos Azevedo, 19/6/1990 e Duarte Pacheco, 21/6/1990.

8. Entrevista com Carlos Azevedo, 19/6/1990.

9. Elifas Andreatto, que produzia o jornal clandestino da AP, Libertação, junto com Carlos Azevedo e Duarte Pacheco, diz que Raimundo tornou-se membro da AP. Isso dá uma medida do grau de identificação de Raimundo com a AP, depois com o PCdoB.

10. Declarações a Flávio Aguiar, entrevista, jul. 1990. Aguiar conviveu longamente com Raimundo na mesma sala da redação de MOVIMENTO.

11. Cf. Jacob Gorender, Combate nas Trevas, 1987.

12. Em novembro de 1971 o CC do PCdoB critica a proposta da AP. Cf. "Resoluções do CC do PCdoB", de dez. 1969, jul. 1980, mar. 1971, em PcdoB, Documentos, Política e Revolucionarização do Partido, 1977.

13. Entrevista com Duarte Pereira, 21/8/1990.

14. Entrevista com Ozéas Duarte, dez. 1989.

15. Cf. "Resoluções do PCdoB", de dez. 1969, jul. 1970 e mar. 1971, em PcdoB, Documentos, Política e Revolucionarização do Partido, op. cit. A ênfase na anistia inspirava-se também na necessidade de libertar os militantes da organização que estavam presos.

16. Entrevista com Carlos Azevedo, 19/6/1990. Elifas Andreatto chegou a participar de um desses encontros clandestinos. As diretivas da direção da AP ao editor d'OPINIÃO perderam-se porque, quando da chacina da Lapa, no final de 1976, Raimundo queimou-as. Cf. Entrevista com Raimundo Pereira, set. 1990.

17. Depoimento de Raimundo Pereira, Ex, jun. 1975.

18. Idem, ibidem.

18. A comparação com o mito de Fausto é do próprio Raimundo, ao relatar ao autor o encontro crucial com Roberto Civita. A partir da recusa do primeiro ficou vetada sua participação em "cargos de confiança" na editora Abril. Cf. carta de Raimundo Pereira a Bernardo Kucinski, 27/11/1970.

19. Depoimento em Ex, jun. 1975.

20. Cf. Delfim Afonso Júnior, Alternativa Jornalística e Poder Editorial, 1982.

21. Idem, ibidem.

22. Inclusive por muitos de seus participantes. Cf. Delfim Afonso Júnior, Alternativa Jornalística e Poder Editorial, op. cit., pp. 130 ss.

23. A ampla adesão da burguesia ao projeto do golpe de 1964 ficou demonstrada pelos arquivos do IPES/IBAD. Cf. René Armand Dreifuss, 1964, a Conquista do Estado, 1981.

24. Carta de Raimundo Pereira a Bernardo Kucinski, c. 1972, arquivo BK.

25. Entrevista com Luís Paulo Costa, 11/5/1991.

26. Entrevista com Jarbas Hollanda, dirigente do PC, 23/6/1990.

27. Entrevista com Antônio Martins Rodrigues, 24/6/1990.

28. Depoimento de Givaldo Siqueira, 24/6/1990.

29. Entrevistas com Givaldo Siqueira, que era da direção do PC na época, 24/6/1990; e Sérgio Gomes, 29/6/1990.

30. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990. Gasparian não tinha a menor suspeita dos contatos secretos com AP/PCdoB. Cf. depoimento ao autor, 10/1/1991.

31. Entrevista com Givaldo Siqueira, 24/6/1990. Luís Inácio Maranhão Filho seria um dos dirigentes do PC, desaparecido em 1974; foi advogado e jornalista. Cf. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, p. 111.

32. Depoimento de Fernando Gasparian a Vasni Moreira Kenski, c. 1988.

33. Depoimento de Fernando Gasparian, em J. A. Pinheiro Machado, OPINIÃO x Censura, 1978.

34. Depoimento de Raimundo Pereira em Ex, jun. 1975.

35. Entrevista com Fernando Gasparian, 10/2/1991.

36. Depoimento a Vani Moreira Kenski, c. 1988.

37. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

38. Entrevista com Narciso Kalili, 28/8/1990.

39. Depoimento de Fernando Gasparian. Cf. Delfim Afonso Júnior, Alternativa Jornalística e Poder Editorial, op. cit.

40. Raimundo Rodrigues Pereira, Que Caminhos Devemos Seguir, documento escrito em 1977, mimeo., arquivo RP.

41. Cf. OPINIÃO, número zero; Ex, jun. 1975.

42. Cf. Ex, jun. 1975.

43. Episódio típico, ainda em março de 1973, foi a tentativa de fazer publicar em uma entrevista com Oscar Niemeyer atribuída a Bernardo Kucinski, talvez redigida pelo próprio Niemeyer.

44. OPINIÃO, n. zero, 23/10/1972.

45. Idem, ibidem.

46. Entrevista com Fernando Gasparian, 10/2/91. Segundo Gasparian, Raimundo alegava que “no jornalismo moderno existem assuntos e não opiniões”. O jornalista Wilson Palhares recorda ter sugerido o nome OPINIÃO a Dirceu Brisola, inspirado no La Opinión, de origem Argentina. Cf. entrevista, 24/6/1991.

47. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990.

48. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

49. Idem, ibidem.

50. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990. Em outra entrevista, Duarte diz que participaram dessas discussões ele próprio, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Renato Rabelo, Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright. Todos da AP. Portanto, foi antes do “racha” e do desligamento de Wright e Ferreira de Sá em outubro de 1972, ou seja, antes mesmo da saída do jornal.

51. Sobrecarta com o projeto d’OPINIÃO, de Raimundo Pereira para Paulo Francis, com cópia para Bernardo Kucinski, c. 1972, arquivo BK. Nessa sobrecarta, Raimundo Pereira diz que Paulo Francis “foi um dos autores da idéia do OPINIÃO”. Possivelmente através de conversas com Fernando Gasparian em Nova York.

52. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990.

53. Depoimento de Cássio Loredano, Revista Goodyear, n. 31, jul. 1991, p. 10.

54. Sérgio augusto, O PASQUIM, 2/2/1978.

55. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990. Ver uma discussão detalhada do papel da caricatura nesse período no capítulo “Os Precursores” deste livro.

56. Cf. Vani Kenski, O Fascínio do OPINIÃO, 1990. A autora conclui que as capas d’OPINIÃO pertencem ao universo da linguagem mítica. “O mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, simplifica toda a dialética [...]”. Essa apreciação da linguagem do OPINIÃO pode ser válida para as capas e as caricaturas. Certamente não era mítica, ou sintética, e sim analítica e extensiva, a linguagem escrita.

APOGEU E DECLINIO DO OPNIÃO

A VOZ DOS INTELECTUAIS

Apesar das ambigüidades iniciais, OPINIÃO finalmente executado por Raimundo Pereira e Elifas Andreatto refletiu maturidade e visão jornalística, um salto de qualidade da imprensa brasileira, alternativa ou não, causando espanto pela qualidade de seus textos e do seu visual. A diagramação elegante, as caricaturas a traço fino de Cássio Loredano o Luís Trimano, e detalhes, como uma seção de xadrez, conferiam ao jornal o desejado classicismo. Foi tão forte a impressão das capas d'OPINIÃO, que cada edição passou a ser identificada pelo público por essa capa por anos a fio. Um estilo expressivo, designado por Vani Kenski como realismo grotesco, "o veio sob qual OPINIÃO tem condições de manifestar seu veto ao regime [...]".[1]

OPINIÃO nasceu como se já tivesse cem anos de tradição. Combinava a afeição clássica com uma linha editorial crítica. Apesar do predomínio de textos de jornalistas estrangeiros traduzidos, OPINIÃO funcionou como canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas perseguidos pelo regime e seu público. Principalmente os perseguidores e pensadores expurgados das universidades, aos quais OPINIÃO devolveu o direito de falar. Em OPINIÃO reabriu-se a discussão das tarefas possíveis para uma oposição em condições de autoritarismo extremo; ali, Fernando Henrique Cardoso escreveu sobre a importância de "abandonar o mito da inviabilidade da participação política"[2], e Aloysio Biondi desmontou o mito do Produto Interno Bruto. Ao mesmo tempo, OPINIÃO revelou novos jornalistas, entre os quais Marcos Gomes e Teodomiro Braga. Através de Cena brasileira e Gente brasileira, apresentou protagonistas sociais e cenários até então desconhecidos do grande público; antecipou-se à grande imprensa na defesa do consumidor e do meio ambiente; provocou uma CPI sobre abusos na comercialização de medicamentos, a partir da denúncia de Bernardo Kucinski; projetou nacionalmente críticos, escritores e ensaístas como Jean-Claude Bernardet, Aguinaldo Silva e Tárik de Souza.

O encarte de uma edição brasileira de LE MONDE e acordos de copyright com outros veículos estrangeiros ofereciam textos de Wilfred Burchett, Anthony Tucker e I. F. Stone. Com esse conteúdo, OPINIÃO galvanizou o público universitário, intelectuais e jornalistas; ocupou o espaço do debate sério e racionalista que O PASQUIM não podia e nem se propunha a encetar. Tornou-se a escola das novas gerações universitárias. Competindo com a cosmética VEJA, o alternativo OPINIÃO desvendou por comparação direta o adesismo da grande imprensa ao regime autoritário. Isolou intelectualmente o governo, já isolado da juventude urbana por O PASQUIM. Foi se tornando, como O PASQUIM, ponto de encontro virtual das oposições.

> *Nos oito primeiros números, OPINIÃO publicou matérias que viriam a ser, dois anos depois, as primeiras bandeiras do PMDB na vitória eleitoral de 1974. No número 4, por exemplo, um trabalho de Gerson Teller Gomes sobre a distribuição de renda, e no número 5 uma matéria de Marcos Gomes e Washington Novaes sobre a dívida externa. As matérias ganhavam especial importância porque ninguém escrevia sobre esses assuntos: eram temas ignorados pela grande imprensa, problemas que não existiam; essas matérias foram decisivas para estabelecer a imagem de jornal disposto a falar a verdade.*[3]

Havia crítica à sisudez do jornal, à baixa qualidade do papel, ao seu tom

mal-humorado e a excessiva ênfase em economia e nas visões européia e norte-americana dos conflitos mundiais. Por falta de recursos, Raimundo Pereira reduzira a cobertura nacional de atualidades, ampliando de 4 para 8 páginas o espaço para grandes matérias.[4] Mas todos esses defeitos foram atribuídos à carência de recursos e considerados menores em relação aos méritos do jornal.

OPINIÃO derrubou o preconceito do jornalista convencional em relação à imprensa alternativa, vista, até então, como artesanal e dogmática. Atraiu o apoio de um grande número de jornalistas da grande imprensa, que enviavam colaborações, às vezes não assinadas para não despertar retaliação de seus chefes. Em apenas algumas edições, OPINIÃO já se impôs como um semanário influente. As vendas superaram as expectativas. Projetado para alcançar ponto de equilíbrio com a vendagem de 20 a 25 mil exemplares semanais, o primeiro número d'OPINIÃO vendeu 31,7 mil exemplares e os subseqüentes uma média de 29 mil. Alguns jornalistas experientes acreditavam que OPINIÃO poderia vender até 100 mil exemplares[5], mas ele nunca saiu do círculo dos leitores intelectuais. Uma pesquisa, feita no final de 1974, mostrou que 40% dos seus leitores pertenciam à classe A e 42% à classe B. Apenas 18% eram de classe C e nenhum da classe D.[6]

ESPAÇOS ESTREITAMENTE VIGIADOS

Os problemas d'OPINIÃO surgiram logo no começo. Em primeiro lugar, com a censura. Ainda antes do lançamento, Fernando Gasparian foi chamado pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro, e advertido pelo chefe do serviço de censura, major Braga.[7] Alguns jornalistas achavam que OPINIÃO poderia até transigir com a censura, sem que isso significasse submissão.[8] O princípio adotado por Raimundo Pereira e Fernando Gasparian foi o de rejeitar procedimentos de autocensura, mas, ao mesmo tempo, editar o jornal cuidadosamente, não dando destaque a matérias delicadas que poderiam ser publicadas com discrição, evitando a linguagem chula. "Será melancólico se o jornal passar a ser censurado por um motivo desse tipo", adverte Gasparian ao deparar-se com um palavrão numa das primeiras edições do jornal.[9]

Nas primeiras edições, OPINIÃO tratou da repressão política em linguagem comedida, mal se diferenciando de alguns veículos da imprensa complacente. O assassínio de Antonio Benetazzo, (um dos fundadores do AMANHÃ), foi anunciado no número dois sem destaque. Apenas o registro deliberadamente seco, entre aspas, dos comunicados dos órgãos de segurança, atribuindo sua morte a um atropelamento. Dirigente do MOVIMENTO de Libertação Popular (Molipo), Benetazzo foi torturado até a morte no DOI-CODI de São Paulo, e todos sabiam disso. Da mesma forma, o comunicado atribuía a morte da militante da ALN, Aurora Maria Nascimento Furtado, torturada na Invernada da Olaria, no Rio de Janeiro, a uma tentativa de fuga.[10]

Neste episódio, no curto período que vai do número zero d'OPINIÃO, lançado em 23 de outubro de 1972, até janeiro do ano seguinte, quando é imposta a censura prévia e partir do número 9, revela-se a duplicidade em que se vivia, o limite a um projeto de jornalismo crítico. Sob uma superfície da normalidade autoritária havia uma guerra, vista como tal, tanto pelos militantes da esquerda armada, como pelo aparelho de repressão, e portanto, regida por leis de guerra. Por isso os cuidados d'OPINIÃO com a censura se revelariam inúteis. A censura

era objetivamente necessária ao regime militar, um instrumento normal de ação no conceito de guerra subversiva, que considera o campo do jornalismo como área preferencial de penetração do inimigo interno[11]. E a censura prévia como arma dissuasória vis-à-vis com os donos dos jornais.

À medida que crescia o prestígio do jornal, aumentavam as pressões. Em Brasília, "congressistas e altos funcionários temiam ser vistos com o jornal na mão; um funcionário do Congresso assumiu o risco de receber os exemplares de assinantes, entregando-os aos seus reais destinatários".[12] Chefes de sucursais de OPINIÃO, assim como os chefes de redação no Rio de Janeiro, são regularmente chamados à polícia. Finalmente, no dia 10 de abril de 1973, é alterado para pior o sistema de censura prévia. Em vez da censura na redação durante três dias de fechamento, o jornal deve submeter todos os seus originais, de uma só vez, até as dez horas da quinta-feira na sede da Polícia Federal, para devolução no dia seguinte. É inútil um rápido e educado protesto de Fernando Gasparian, no qual ele tenta demonstrar os prejuízos decorrentes do novo procedimento[13]. Já na primeira edição submetida a ele, os originais não foram devolvidos no prazo que a própria censura havia estipulado e às 18 horas da tarde do sábado, a hora limite para a impressão, foi dada a ordem de imprimir, à revelia da censura. Gasparian ainda tomou a precaução de enviar logo um exemplar à Polícia Federal explicando as razões da impressão, mas a edição, número 24, foi apreendida e o portador da carta, Tarik de Souza, foi preso. Depois detiveram também por várias horas Raimundo Pereira e Gasparian.

RELAÇÕES DE CLASSE

As relações pessoais entre o dono do jornal Fernando Gasparian e a equipe de Raimundo Pereira eram formais ao invés de amistosas. Havia entre eles um fosso social e cultural intransponível. O núcleo central do grupo provinha da baixa classe média, filhos de imigrantes, ou de nordestinos como era o caso de Raimundo Pereira. Além de naturalmente provincianos, a maioria, paulistas, haviam se formado no clima das agitações dos anos de 1960, rejeitando os valores da classe média e desprezando as elites. Fernando Gasparian, apesar de pessoa de hábitos simples, era membro da elite. Além de abastado e de cultura aristocrática para os padrões brasileiros, circulava nos meios intelectuais. Sua esposa era irmã do empresário Dilson Funaro, da alta burguesia industrial. Nada unia a equipe d'OPINIÃO e seu dono, exceto a visão da importância histórica do jornal, insuficiente, no entanto, para dirimir totalmente as suspeitas iniciais recíprocas, que tentavam superar mantendo um rígido formalismo:

> *"A nossa aliança, digamos assim, não foi rompida por nenhuma das partes e o respeito mútuo (já não digo as relações pessoais que, pelo caráter um pouco fechado do Fernando Gasparian, não são as de 'enturmamento') é a forma de tratamento da redação".*[14]

Raimundo Pereira revela que "[...] a primeira coisa que revoltou o Fernando foi que eu não apareci no primeiro coquetel do jornal; eu devia ter ido, não custava nada. Era até importante. Lançamento do jornal, e eu não fui".[15] Mais tarde, quando as crises estouraram, as relações pessoais deterioraram-se ainda mais.[16]

O ARROCHO SALARIAL

O planejamento comercial do projeto d'OPINIÃO continha falhas suficientes para levar ao fracasso imediato do jornal que, para Fernando

Gasparian, deveria "durar cem anos".[17] Seu primeiro equívoco, fundamental, foi de instituir o princípio da auto-suficiência do jornal como ponto de partida, quando em empresas de comunicação essa é uma meta de chegada. Gasparian justificou essa política com um sofisma, o de que isso era necessário para que o jornal fosse "independente politicamente".[18] Era proposto um ponto de equilíbrio entre receita e despesa desde o início, com a venda de apenas 20 mil exemplares semanais, o que só seria possível reprimindo salários e contendo despesas operacionais. Apenas oito jornalistas teriam contratos de trabalho de tempo integral, o que deve ser comparado com o quadro de 106 pessoas do expediente de VEJA número 1.

Na implantação de veículos de comunicação não há necessariamente grandes investimentos de capital inicial, pois os jornais de porte médio e pequeno são compostos e impressos nas centrais gráficas dos grandes jornais, a custos de oportunidade, em geral razoáveis. Mas há necessidade de divulgar, produzir e distribuir durante um período inicial variável, como um investimento, até que o veículo se torne conhecido e tenha criado um público, quando então pode vender assinaturas e até tentar a captação de anúncios. VEJA investiu durante dois anos, acumulando perdas de US$ 10 milhões.[19] Normalmente, para semanários de pequeno porte, um investimento mínimo necessário é da ordem de US$ 500 mil. Gasparian pode ter interpretado como regra o que foi uma exceção: sua experiência em O PASQUIM, que gerou lucros excepcionais desde o primeiro número, dilapidados por uma equipe dissipativa e uma administração caótica.

Seu investimento inicial ficou em apenas Cr$ 300 mil, o equivalente a US$ 50 mil.[20] A administração funcionava junto com a d'O PASQUIM e na redação havia apenas oito máquinas de escrever, das quais duas quebradas, para quinze redatores.[21] O jornal, de fato, operava em equilíbrio entre receita e despesa desde os primeiros números, mas à custa de salários da ordem de CR$ 600 por semana, metade dos salários vigentes no mercado para profissionais do mesmo nível. Os correspondentes estrangeiros, elos essenciais no encaminhamento de material do exterior, recebiam apenas entre US$ 100 (Bernardo Kucinski, em Londres) e US$ 250 por mês (Roberto Garcia, em Washington). Por matéria escrita, recebiam cerca de US$ 20, o mesmo pagamento das contribuições de cientistas sociais. Nessas condições de sacrifício, era atingido o ponto de equilíbrio já no número oito, mesmo sem contar eventuais receitas de publicidade e assinaturas.[22]

Além dos valores serem baixos , Fernando Gasparian atrasava os pagamentos , especialmente ao exterior, irritando correspondentes e desgastando a equipe. Alberto Carbone, correspondente em Buenos Aires, ficou três meses sem receber, após gastar do próprio bolso com despesas de locomoção e remessas de material. Sua carta a Raimundo Pereira expressa o que ocorria, em maior ou menor escala, com todos os correspondentes, que financiavam as despesas do jornal, ainda confiando na implantação de um padrão minimamente empresarial:

> *Yo no he recebido ningun giro aún, lo que me ha creado enormes dificuldades, ya que con la muerte de mi madre, y todos los gastos conseguientes, quedé quebrado financeiramente. He preguntado varias veces por fone a Montevideo, al Banco Holandes Unido y al Banco do Brasil, pero ellos afirmam que no han recebido giro alguno [...].*[23]

José Bessa, correspondente em Paris, morava de favor no campanário de uma igreja; recebeu um primeiro pagamento e depois ficou três meses sem

receber.[24] A implantação do serviço de pagamentos ao exterior arrastava-se por falta de organização e carência administrativa. Uma administração antiquada.[25] A redação acabou sendo ampliada por uma necessidade objetiva do jornal, mas à custa da redução dos já baixos salários:

> *[...] Tendo em vista a necessidade de aumentar o pessoal da redação, nós diminuímos proporcionalmente o preço de todas as colaborações do jornal. Eu, por exemplo, fui diminuído de Cr$ 750 por semana para Cr$ 600 e, logo depois, para Cr$ 500, que é o meu salário semanal atual... o Fernando Henrique e todos os colaboradores ganham Cr$ 180 por artigo, as matérias normais nós pagamos entre Cr$ 100 e 180 [...].*[26]

AFASTAMENTO DE JORNALISTAS

O arrocho salarial e a precariedade geral das condições de trabalho provocaram, em janeiro de 1973, a saída de dois editores, Mário de Almeida, da redação no Rio de Janeiro, e Arlindo Munglioli, da sucursal de São Paulo. Instalava-se a primeira crise de redação e nas relações com colaboradores, agravadas por queixas, especialmente de Paulo Francis em Nova York, contra a forma de edição dos textos. Mário Alberto não cumpriu seu compromisso de continuar editando, por mais duas semanas, até que fosse encontrado um substituto, recusou-se a atender os telefonemas da redação e assumiu um cargo na revista VEJA. Arlindo Munglioli comunicou secamente que não ia mais colaborar, e só deu as suas razões após muita insistência de Antônio Carlos Ferreira:

> *"1) O Fernando Gasparian nos explora; ele tem muito dinheiro e não quer pôr mais dinheiro na redação; 2) Os salários são baixos, ninguém consegue viver com Cr$ 600 ou mesmo Cr$ 700 semanais; 3) O Raimundo é um megalomaníaco que não admite críticas e com quem não dá para trabalhar [...]".*[27]

Raimundo Pereira e Antônio Carlos Ferreira acusaram os jornalistas demissionários de terem se vendido. Numa reunião dramática em São Paulo, cobraram a colaboração a OPINIÃO em termos morais e éticos:

> *Depois de acalorados debates e críticas ferozes de ambas as partes, chegou-se à conclusão de que, no fundo, no fundo mesmo, os chamados "grandes profissionais" da praça não estão dispostos a largar seus seguros e generosos empregos por um jornal que oferece tudo a eles, menos a escrotidão e o servilismo profissional e político [...] principalmente não passam para o jornal porque têm medo de ficar uns dois ou três meses desempregados, caso o jornal seja fechado pela polícia [...].*[28]

A cobrança moral funciona: Dirceu Brisola junta-se à equipe de Arlindo Munglioli e retorna ao jornal. Um terceiro jornalista importante de São Paulo, Mathias Molina, fica de se juntar a equipe em um mês (o que acaba não ocorrendo).

CENSURA INTERNA

Eram crescentes as queixas de colaboradores e correspondentes contra a censura interna, atribuída principalmente ao editor. O primeiro jornalista importante a romper com OPINIÃO alegando censura interna foi Paulo Francis. Suas discussões com Raimundo Pereira sobre as condições de edição das matérias começaram em tom educado mas firme, terminando quatro meses depois com a acusação de "cafajeste" e o rompimento. Rendendo-se à importância do jornal, Francis, no entanto, não aceitou as explicações que atribuíam os problemas de edição à carência de recursos e à

pressa:

Defini as condições em que eu colaboraria com o jornal, prestando esclarecimentos à editoria, quando fosse o caso, mas, na tradição de autor de artigos assinados, não queria que meu texto sofresse alterações, particularmente sem licença minha. Pedi uma resposta e até hoje não obtive... verifico agora que meu artigo, que saiu sob o título: "Erros da tecnocracia", levou dois cortes em passagens que me parecem importantes... não quero ser chato e colaboro com prazer em OPINIÃO, que me parece melhorar de número em número, e poderá ser uma contribuição importante à imprensa brasileira... me ocorre, no entanto, que você não queira minha colaboração... se for o caso compreendo perfeitamente... mas insisto em que se colaborar, meu texto seja respeitado... Já estava me perguntando como vocês conseguem editar um jornal tão grande e com matérias interpretativas com tão pouca gente, logo não me surpreendi ao saber das dificuldades... quanto à questão dos cortes... você fala em corte por motivos técnicos. Muito bem: me diga o número exato de palavras que quer. Não há problema. Em seguida, há os cortes de passagens fora do estilo do jornal. Aqui você precisa me dar exemplos conceituais, a fim de eu evitá-los. Censura: você decide, o que eu aceito perfeitamente... escrevo uma coluna ultra-pessoal para a Tribuna. É como se fosse uma conversa com o leitor. No Pasquim me atenho ao estilo e espírito chacoalhativo do jornal. Em OPINIÃO procurei dar informações e estimativas fora da rotina de agências, mas de maneira impessoal, no que me parece ser o tom do GUARDIAN WEEKLY... acho que podemos nos entender sem ultimatos mútuos. Reclamei dos cortes não só porque foram feitos sem minha autorização, embora isso pese, claro, mas porque, a meu ver, foram errados [...].[29]

Também o correspondente em Brasília, Julio César Montenegro, queixa-se de censura interna que ele relaciona a um estilo de direção autoritário:

[...] Como é que um jornal que se propõe a abrir o debate com o mundo exterior fecha o debate entre seus colaboradores... nesses dias que passei aí notei que as discussões são poucas, as reuniões de pauta são uma listagem de assuntos... sei que a situação, as dificuldades de tempo e gente, forçam a tomada de resoluções sem ouvir ninguém, mas estou preocupado com a transformação disso em hábito. Só para exemplificar: quando estávamos lendo as matérias para escolher o que iria no nacional, você vetou tão sumariamente a notícia da greve de Minas, que eu quase nem tentei argumentar... esse é um caso menos (será?), embora eu o tenha usado como exemplo. Certo, alguém tem que tomar todas as resoluções, enquanto os menos experientes aprendem. Só que o mesmíssimo argumento é usado para afastar o povo das decisões do governo...é por tudo isso que eu acho desagradável e em choque com o que OPINIÃO representa, que você tenha dito "não quero discutir mais esse assunto". Por quê? Se a minha posição é fácil de ser contestada, porquê se recusar ao pequeno trabalho?.[30]

O comando de Raimundo Pereira foi sendo visto como cada vez mais autoritário, a ponto de, no final, Montenegro chamá-lo de "ditador".[31]

Havia ainda um conflito infindável dividindo o jornal em torno de concepções de cultura: de um lado, o grupo do próprio Montenegro, com alguma simpatia de Jean-Claude Bernardet e de Luiz Renato Martins, impaciente com a ortodoxia de esquerda no campo das artes, da cultura e do comportamento. Exigiam autonomia de cada editor e liberdade total de edição, posição criticada por Raimundo como "modelo anárquico de jornal"[32]. Esse grupo, três anos depois, lançou o jornal alternativo Beijo, em desafio à postura dominante das esquerdas em relação às artes, ao sexo e ao papel dos artistas e intelectuais.[33] Renato Martins também participou de AVESSO. De outro lado, os ortodoxos de cultura, como Nelson Wernek Sodré e Fernando Peixoto. As divergências em torno da cultura refletiam-se também nas discussões de caráter geral, formando-se freqüentemente

um grupo mais radical, liderado por Montenegro, e outro mais disposto a negociar, liderado por Raimundo Pereira.[34]

RESISTIR É PRECISO

A imposição da censura prévia a partir do número 9, na primeira semana de janeiro de 1973, reforçou nos jornalistas d'OPINIÃO o sentimento de missão a cumprir, de um jornalismo engajado na resistência ao regime autoritário. A aceitação dos salários baixos materializava o sacrifício pessoal.

Com o aperto da censura prévia, que se torna devastadora, a partir do número 23, em abril de 1973, esse processo se completa e OPINIÃO muda de caráter, tornando-se quase que exclusivamente um jornal de resistência. São cortados pela censura, principalmente, os textos dos intelectuais, o forte do jornal, que na concepção de Fernando Gasparian o definiam como projeto. São cortadas as caricaturas de Loredano e Trímano. Sem os artigos dos intelectuais, OPINIÃO perde grande parte de seu interesse, apesar do enorme esforço dos jornalistas em produzir material sólido capaz de furar o bloqueio da censura. A vendagem cai à metade.[35]

Desde a primeira imposição de censura prévia, Fernando Gasparian decidira apelar ao Supremo Tribunal Federal, pois a censura não tinha respaldo legal, nem mesmo na legislação autoritária. Constitui como seu procurador Adauto Lúcio Cardoso, um dos liberais afastados do poder pela ascensão dos integralistas, ex-ministro do Supremo, de onde renunciara exatamente em protesto contra um julgamento favorável sobre censura. Gasparian trabalhou cuidadosamente a situação convidando Ruy Mesquita a se juntar à ação, ou mesmo a levá-lo sozinho, para não prejudicar as chances de vitória. Mas Ruy Mesquita não aderiu. Não se juntaria a Fernando Gasparian na defesa de princípios, desafiando o regime nos tribunais, e tendo um jornal alternativo como aliado. Argumentou "que era perigoso naquele momento uma ação desse tipo [...] havia chance de ganhar e a vitória criaria uma confrontação perigosa dos jornais com o governo [...] eles tinham informações de que o próximo presidente da República, que, àquela altura, todo mundo sabia que seria o general Geisel, iria levantar a censura do jornal deles... preferiam esperar [...]".[36]

O mandado de segurança foi impetrado apenas por OPINIÃO, em maio de 1973, argüindo ser inconstitucional o Decreto-lei 1077, de 1970, baixado especialmente para reprimir O PASQUIM, que criou a censura para livros e periódicos. Como prova material da ação dos censores serviu a apreensão do número 24. OPINIÃO venceu apertado, seis votos contra cinco, o que já aponta para a complacência e adesismo, também dos juízes, à ditadura.[37] E foi uma vitória de Pirro, como prognosticara Ruy Mesquita. No dia 20 de junho, o presidente Médici baixa o decreto específico legalizando a censura prévia em OPINIÃO, com base no Ato Institucional número 5.[38]

Após esse decreto, e com a aproximação da passagem do poder para os geiselistas – que propunham um relaxamento da censura –, OPINIÃO sofre um processo de estrangulamento com o claro objetivo de arruinar o jornal, forçar Gasparian a fechá-lo, para que fosse possível suspender a censura prévia n'O ESTADO DE S. PAULO e JORNAL DA TARDE, sem, com isso, beneficiar a imprensa alternativa. Acabar com OPINIÃO antes de acabar com a censura.[39] Gasparian ainda tentou publicar nos grandes jornais a peça que fundamentou o seu mandado de segurança, sob o pretexto legal de um aviso a "terceiros interessados", mas O GLOBO recuou na última hora e O ESTADO DE S. PAULO tentou mas não conseguiu porque já estava sob censura. O documento só saiu no Correio Braziliense.

Irritado com a iniciativa de Gasparian de entrar na justiça, Buzaid chegou

a pedir ao presidente Médici que fechasse a Editora Inúbia. Valeu-se de um relatório do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), que atribuía a publicação do jornal a uma articulação de ramificações internacionais para a subversão da ordem pública e a implantação da ditadura comunista no Brasil. O fechamento da editora não aconteceu, mas a partir da edição 37 a censura prévia tornou-se total, atingindo as páginas de cultura com a mesma intensidade com que atinge as matérias políticas.

Em novembro, o material enviado para a Polícia Federal, em Brasília, para a edição 55, é mutilado com tal intensidade que Fernando Gasparian decide suspender a edição e fazer uma nova denúncia pública. Envia uma carta de protesto ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid, com cópia para todos os assinantes e à imprensa estrangeira, detalhando os fatos e protestando contra "os graves atentados à liberdade e à lei". Haviam sido cortadas 170 das 348 laudas submetidas à censura. E o jornal estava proibido de submeter matérias que substituíssem as cortadas.[40] A vendagem d'OPINIÃO chega a cair a apenas 11 mil exemplares, recuperando-se um pouco em seguida[41]. Gasparian já havia decidido fechar o jornal, mas nem para isso ele tinha poder. Imbuída do espírito de resistência, transmitido a uma parcela da opinião pública e aos leitores, a redação disse não. "Ele queria um fechamento de impacto, um grand finale, mas nós não deixamos."[42]

Foi uma lenta e dolorosa agonia: e suas 231 edições, do seu nascimento em outubro de 1973, até sua extinção, em abril de 1977, foram cortadas total ou parcialmente pela censura cerca de 4.800 laudas, volume quase igual ao das laudas que conseguiram passar pela censura. Ou seja: para cada número d'OPINIÃO, tinham que ser produzidos dois. Foram ainda apreendidas três edições, e mais duas impedidas de circular, uma delas por excesso de cortes, e a outra por proibição mesmo.

NOTAS

1. OPINIÃO, n. 22. Antonio Candido, Chico de Oliveira, Celso Furtado, Luciano Martins e Nelson Werneck Sodré estavam entre os colaboradores regulares d'OPINIÃO.
2. Depoimento de Fernando Gasparian, em J. A. Pinheiro Machado, OPINIÃO Contra Censura, op. cit.
3. Carta de Raimundo Pereira a Roberto Garcia, 17/10/1972, arquivo RP.
4. Cf. carta de Antônio Ferreira a Bernardo Kucinski, 20/3/1973, arquivo BK.
5. OPINIÃO, 19/12/1975.
6. O mais expressivo relato sobre a ação da censura sobre OPINIÃO está em J. A. Pinheiro Machado, OPINIÃO Contra Censura, op. cit.
7. Essa é a opinião de Oscar Pedroso Horta. Cf. relatório da sucursal de São Paulo, c. dez. 1972, arquivo RP.
8. Bilhete de Fernando Gasparian a Raimundo Pereira, 20/11/1972, arquivo RP.
9. OPINIÃO, n. 2, p. 2, "Volta do Terror". Cf. com os relatos constantes do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, 1984, pp. 84-85.
10. Conforme observa Maria Helena Moreira Alves, a doutrina de segurança nacional não é apenas um instrumento de repressão, mas toda uma nova doutrina de guerra, definindo novos inimigos e novas táticas e estratégias militares. Cf. Maria Helena Moreira Alves, O Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), 1984. Nessa nova modalidade de guerra, a imprensa é vista como campo privilegiado, cf. Paolo Marconi, A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978), 1980.
11. Entrevista com Teodomiro Braga, ago. 1990.
12. Carta de Fernando Gasparian ao delegado regional da Polícia Federal, 11/4/1973.
13. Carta de Antônio Carlos Ferreira a Bernardo Kucinski, 9/2/1973.
14. Depoimento de Raimundo Pereira, Ex, jun. 1975.
15. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990. Segundo Elifas "o comportamento de Raimundo era planejado para ridicularizar Gasparian". Raimundo nega, admitindo apenas que se deixou levar por "desvios pequeno-operários". Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.
16. OPINIÃO, n. zero, 23/10/1972.
17. Idem, ibidem.
18. Cf. "A História Secreta de VEJA", Revista Imprensa, set. 1988.
19. Depoimento de Raimundo Pereira, Ex, jun. 1975.
20. Relatório, arquivo RP.
21. Cartas de Antônio Carlos Ferreira a Bernardo Kucinski, 6/2/73 e 9/2/73. Segundo Raimundo Pereira, até a edição 23, o jornal se pagou com a vendagem. Gasparian alega que investiu US$ 800 mil em OPINIÃO, cifra que Raimundo só julga possível se incluídas despesas pessoais e de viagens do próprio Gasparian, eventualmente

ligadas ao jornal, ou se foram feitos pagamentos generosos a colaboradores especiais, ou aos advogados que impetravam contra a censura no Supremo Tribunal. Cf. entrevistas com Raimundo Pereira e Fernando Gasparian, fev. 1991.

22. Carta de Alberto Carbone a Raimundo Pereira, 20/11/1972.

23. Carta de José Bessa a Bernardo Kucinski, c. 1973, arquivo BK.

24. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

24. Carta de Antônio Carlos Ferreira a Bernardo Kucinski, 12/2/1973.

26. Carta de Antônio Carlos Ferreira a Bernardo Kucinski, 12/2/1973; carta de Júlio César Montenegro a Raimundo Pereira, 12/1/1973.

27. Carta de Antonio Carlos Ferreira a Bernardo Kucinski, 12/2/1973.

28. Carta de Paulo Francis a Raimundo Pereira, 6/12/73, arquivo RP. Também Mauro Santayana queixa-se de que um despacho seu sobre a "primavera de Praga" foi vetado por Raimundo, com a justificativa de que uma de suas citações sobre os cuidados que a imprensa deveria ter num momento de abertura, não era interessante para a situação brasileira. Entrevista com Mauro Santayana, 16/08/2001.

29. Carta de Júlio César Montenegro a Raimundo Pereira, 12/1/1973.

30. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

31. Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.

32. Um dos principais artigos d'O Beijo discute a questão com base no pensamento de Michel Foucault, O Beijo, n. 2, dez. 1977. Ver detalhes no capítulo "O Imaginário do Desejo", na primeira parte deste livro.

33. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

34. A edição n. 23, com o caso Alexandre Vanucchi, vendera 38,7 mil exemplares, na mesma faixa de VEJA, que vendeu 42 mil. Cf. depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.

35. Cf. depoimento de Fernando Gasparian, em J. A. Pinheiro Machado, OPINIÃO Contra Censura, op. cit., p. 39. Pode ter havido algum equívoco de memória neste depoimento, pois em janeiro/fevereiro de 1973 não era tão certa a indicação de Geisel.

36. Ver a íntegra dos votos no mandado de segurança n. 72.836-DF.

37. Os Mesquita impetraram o seu mandado apenas em 1976, quando já não estavam sob censura prévia, e com o objetivo de se ressarcir de prejuízos. Curiosamente alegaram que a censura de suas edições de 10 e 11 de maio de 1973 foi baseada em decreto presidencial baixado exclusivamente para OPINIÃO, o que é verdade. O julgamento final desse processo deu-se apenas em agosto de 1980, com vitória dos Mesquita. O principal argumento dos juízes foi de que a censura política não poderia discriminar um jornal, devendo ser igual para todos. Ver apelação cível 47.771-SP, 1ª Vara da Justiça Federal.

38. Tratava-se de uma filosofia geral da época. A mesma política foi aplicada aos remanescentes da luta armada, que foram exterminados e "desaparecidos" a partir desse período, como parte da "abertura" de Geisel. Ver Bernardo Kucinski, Abertura: História de uma Crise, 1982.

38. Carta aos assinantes, 22/11/1973. Para a ação da censura nessa fase d'OPINIÃO e as tentativas frustradas de publicar um aviso de censura na imprensa, ver Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 2001.

39 Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

40. Idem, ibidem.

41. Cf. Elifas Andreatto, essa era a expressão usada por Raimundo Pereira, entrevista, 19/06/1990. Ver também Raimundo R. Pereira, Que Caminhos Seguir, documento de avaliação escrito em 1977, mimeo., arquivo RP.

42. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990.

A CRISE TERMINAL DO OPNIÃO

A REDAÇÃO IMPÕE SUA AUTONOMIA

Ao se constituir em grupo resistente, a redação d'OPINIÃO torna-se autônoma. Trabalhando ainda mais pesado, produzindo o dobro de matérias e desenhos, na tentativa de vencer a censura pelo cansaço, e conseguir matéria suficiente para uma edição razoável, mas recebendo salários que outros jornalistas não aceitariam, a redação considerava-se a verdadeira dona de um jornal que "Fernando Gasparian tentava açambarcar"[1]. Enquanto protagonizava no meio jornalístico como líder da resistência nacional à censura, Raimundo Pereira remetia ao coletivo da redação a discussão de suas divergências com Gasparian. Ao mesmo tempo, começou manifestar "uma tendência ao sectarismo, que afastava muita gente"[2]. Tudo isso deu-se num curto espaço de tempo, resultando num incidente importante já no número 24, em abril de 1973, quando a censura foi transferida para Brasília.

O jornal driblou a censura ao noticiar a missa do sétimo dia do militante da ALN, Alexandre Vannuchi Leme, oficiada por dom Paulo Evaristo Arns. Não mencionou o nome do estudante, porque essa foi a determinação da polícia a todos os jornais, mas deu, em outro espaço, a nota oficial da polícia sobre a morte de Alexandre, de forma que qualquer leitor podia ligar as duas matérias. A edição acabou sendo apreendida, mesmo depois de passar pela censura prévia. Elifas Andreatto atribui a apreensão ao fato de a capa ter sido impressa com uma tarja vermelha, apesar de o seu desenho ser em branco e preto. "Gasparian foi contra colocar a tarja, achava que era uma provocação [à censura], mas o Raimundo insistiu."[3]

Em julho de 1973, Gasparian irritou-se com um artigo de Teodomiro Braga ironizando o senador e banqueiro Magalhães Pinto, sua "calva polida e seus ternos de tropical brilhante"[4]. O Banco Nacional, de Magalhães Pinto, não discriminava a imprensa alternativa ao conceder financiamentos.[5] Gasparian considerou a linguagem igual à VEJA, e a matéria uma provocação. Mas, apesar de sua insistência, o texto não foi alterado. O coletivo da redação funcionava como reforço às posições de Raimundo e bloqueava o poder formal de decisão de Fernando Gasparian. Essa crise foi contornada, mas outras se sucederam, aumentando de intensidade. Cabia aos intelectuais alijados das páginas do jornal pela censura o papel de mediadores entre Fernando Gasparian e a equipe de Raimundo Pereira, destacando-se Fernando Henrique Cardoso como o intermediário mais freqüente.

Após a indicação do general Ernesto Geisel, presidente da Petrobrás, para suceder Médici, alterou-se profundamente o quadro político. Desde julho, após encontros sistemáticos do futuro presidente com empresários e políticos, em um escritório no bairro da Candelária, no Rio de Janeiro, corriam informações de que Geisel adotaria uma política nacionalista e que acabaria com a censura. Quase todos os editores de jornais recebem emissários com essa informação, a começar pelos Mesquita. O próprio Raimundo Pereira é chamado por Heitor de Aquino, assessor do general Golbery do Couto e Silva, para ser informado de que "piorar não vai".[6]

As promessas de abertura alargaram o fosso entre Gasparian, que parecia "apostar nessa política"[7], e a cética redação. "Convencido por seu amigo economista Jesus Soares Pereira, um dos criadores da Petrobrás e profundo admirador de Geisel, de que o novo presidente era um nacionalista, Fernando Gasparian sugeriu a publicação de dois anúncios da Petrobrás,

grátis."[8] Mas a equipe do jornal vetou, e produziu dois estudos revelando traços do general Geisel desconhecidos do grande público, que negavam sua imagem de déspota esclarecido. A primeira matéria relatava os votos de Geisel quando ministro do Supremo Tribunal Militar, denunciando uma personalidade cruel, um dos juízes mais duros do STM. A segunda matéria, uma pesquisa de Marcos Gomes, desmontava outro mito, o da competência de Geisel como presidente da Petrobrás. Mostrava que sua equipe, a partir de uma visão equivocada do mercado de petróleo, aumentou a dependência do Brasil, reduzindo as prospecções domésticas, exatamente às vésperas da crise de novembro de 1973.[9]

ARGUMENTO

Já desiludido d'OPINIÃO, em outubro de 1973, Gasparian comprou de um grupo de padres católicos a Editora Paz e Terra, que havia falido. E lançou Argumento, revista mensal de cultura, atraindo para os dois empreendimentos seus amigos intelectuais afastados d'OPINIÃO pela censura, ou pelo que ele considerava sectarismo crescente do jornal.[10] Criou para a revista um conselho de redação que incluía Anatol Rosenfeld e Antonio Candido, e um conselho consultivo também de grandes nomes, como Érico Veríssimo e Florestan Fernandes. Argumento retoma a proposta original de Gasparian, de uma publicação ensaística, inspirada no The New Statesman, escrita por intelectuais, preterida no processo de criação d'OPINIÃO. Apesar do desejo de Raimundo de participar do projeto, "Gasparian não deixou"[11]. Elifas Andreatto fez o projeto gráfico da revista.

Argumento teve vida curta, apesar de obter grande prestígio nos meios intelectuais, graças, mais uma vez, à combinação entre um bom projeto gráfico e a qualidade dos ensaios. Seus textos eram acessíveis, sem prejuízo do rigor, e diagramados em duas colunas de corpo legível, com capitulares, em contraste com os corpos miúdos das revistas acadêmicas. Trazia trabalhos de artistas gráficos importantes, como Flávio Carvalho. Tudo isso num tamanho menor do que o das revistas semanais, destacava Argumento como um objeto cultural, mais do que uma simples coleção de textos, retomando, na metade do tamanho, a experiência gráfica do Senhor.

Já estava no prelo a edição número 4 de Argumento quando foi parcialmente apreendida pela polícia a edição número 3. Fernando Gasparian decidiu suspender a revista, não só devido à apreensão, também porque "se sentia desprestigiado por não ter autonomia para decidir sobre a publicação"[12].

UMA REDAÇÃO MAOÍSTA

No final de 1973, surgiu uma nova crise em OPINIÃO, quando Gasparian tentou modificar a equipe, propondo a contratação de seu amigo Franklin de Oliveira como auditorialista, de Fausto Cupertino como redator e de Sebastião Nery como editor de uma seção de notas políticas. Nery editara o semanário alternativo POLITIKA, de linha nacionalista, que deixara de circular desde abril, após dois anos de crescente censura prévia. Fausto Cupertino era conhecido por suas ligações com o Partido Comunista, tendo editado o jornal clandestino do partido. Fernando Gasparian procurava quebrar o monolitismo ideológico do jornal e, ao mesmo tempo, o poder corporativo da redação.

Vários fatores foram reduzindo o pluralismo da redação d'OPINIÃO, a

partir do final de 1973. Em primeiro lugar, o afastamento dos intelectuais pela censura. Unidos no exílio acadêmico e até na amizade a Gasparian, esses intelectuais refletiam um amplo espectro ideológico, que ia de liberais como Hélio Silva e Celso Furtado até marxistas como Paulo Singer e Francisco Weffort, passando por todo o campo de antiga influência do PC, como Nelson Werneck Sodré. Em segundo lugar, foi crescendo no jornal a influência de Marcos Gomes, "que havia sido dirigente máximo da AP em São Paulo"[13], em que chegou a ser preso e torturado por sua participação no movimento estudantil, como dirigente da UNE. Estava no Rio de Janeiro, onde tinha família, e foi convidado de última hora para o jornal por indicação do irmão, outro ex-companheiro de Raimundo dos tempos do ITA, que colaborava com OPINIÃO, quando Aloysio Biondi e Washington Novaes desistiram de assumir a editoria de economia. Estava afastado da AP na época,[14] mas a desenvoltura de seu trabalho na redação foi naturalmente qualificando-o como mentor ideológico do jornal, com grande influência sobre o próprio editor, com o qual estabeleceu uma "relação acima da redação"[15]. Elifas Andreatto também havia sido militante da AP.

"No final, havia em OPINIÃO uma redação maoísta"[16], para o qual contribuía também a própria cobertura da guerra do Vietnã, na qual a resistência vietnamita era tratada heroicamente, como de resto era tratada por toda a imprensa liberal.

O coletivo d'OPINIÃO opôs-se às contratações propostas por Fernando Gasparian, apesar do reforço que representavam. Alegavam que "Sebastião Nery não era confiável e que o estilo de Franklin de Oliveira era arcaico"[17]. Não tinham argumentos contra Fausto Cupertino. Mas opunham-se ao que seria na verdade uma mudança estrutural da equipe como um poder coletivo e da linha editorial. Atribuíam a Gasparian a intenção de "se aproveitar de incidentes pessoais para recompor a aliança de sustentação d'OPINIÃO", tendo em vista as promessas de abertura do regime, "afastando o setor mais popular"[18]. Finalmente, os novos nomes foram aceitos depois de penosas discussões nas quais toda a redação, inclusive os não-maoístas, se opôs a Gasparian.

SECTARISMO E ALIENAÇÃO

O choque final, causador da ruptura entre a equipe de Raimundo Pereira e Fernando Gasparian, deu-se no marco das eleições parlamentares de 1974, nas quais o MDB elegeu 16 das 22 cadeiras do Senado em disputa, e dobrou sua representação na Câmara para 160 deputados (contra 204 da ARENA). Os resultados confirmaram o papel relevante d'OPINIÃO, pois o MDB venceu discutindo exatamente os temas levantados por OPINIÃO. Paradoxalmente, esses resultados surpreenderam a redação, que vinha considerando a campanha do MDB com ceticismo, quase que como uma legitimação do regime autoritário. "A maior parte dos artigos d'OPINIÃO fazem previsões sombrias para o MDB; prevê que o PMDB pode ficar em último lugar, depois da ARENA, dos votos brancos e nulos [...] e insistem em mostrar as divisões internas do MDB enfatizando divergências pessoais e não as políticas [...]."[19]

OPINIÃO elogiava o grupo autêntico do MDB, com o qual acabou se ligando "intimamente"[20], constituído por cerca de quarenta deputados mais à esquerda, entre os quais Chico Pinto, preso por seis meses após um discurso de crítica a Pinochet, e que se tornaria, depois, correspondente de MOVIMENTO em Brasília. Ao mesmo tempo, o jornal criticava os

moderados do MDB, entre os quais seu presidente, Ulysses Guimarães, e os principais amigos de Fernando Gasparian. Essa crítica era o reflexo da posição do PCdoB, que "nas eleições de 1974 decidiu pelo voto nulo, com a exceção de um grupo de São Paulo, ao qual pertencia Aurélio Perez"[21]. Um pouco antes do dia da eleição, o jornal corrigiu seu rumo, passando a propugnar o voto no MDB.

> *No finalzinho, Raimundo Pereira e Marcos Gomes praticamente faziam um jornal de partido, indo contra gente da redação; eu, Tárik de Souza, Júlio César Montenegro tínhamos claro que o jornal sobreviveria caso se ampliasse [...] [mas] com certeza, no finalzinho, já havia orientação partidária definida por trás daquilo; o próprio Gasparian percebeu isso, que o jornal começava a representar essa posição.*[22]

Surgira, portanto, um fenômeno de alienação no projeto d'OPINIÃO, pois o jornal transmitia uma visão irreal do processo político em curso. O jornal se alienara do próprio público, o qual acabou votando em peso no MDB, fato que marcou o começo do fim do regime autoritário.

Em dezembro, como parte de um conjunto de perfis dos principais deputados federais, OPINIÃO criticou o deputado mineiro Marcos Tito, eleito com o apoio dos autênticos, inclusive circulando uma carta da prisão de Chico Pinto, e que depois discursou rejeitando ostensivamente o rótulo de autêntico. Fernando Gasparian irritou-se profundamente com essa reportagem. "Marcos Tito era ligado a Fernando Gasparian e o próprio discurso em que repudiava a classificação de autêntico parece ter sido escrito por Franklin de Oliveira. Parecia até de propósito."[23] A partir desse incidente estava encerrada a possibilidade de convivência e passaram a discutir as formas de rompimento.

O ROMPIMENTO

Raimundo Pereira já se dedicava ativamente ao projeto de um novo jornal, sem proprietário, um jornal de jornalistas, e orientava todas as discussões no sentido de transformar o processo de ruptura numa operação de apoio da redação e dos leitores ao novo projeto. No plano externo, cultivava a imagem do editor que criou OPINIÃO e resistiu à censura. Ao coletivo da redação, Raimundo propunha um rompimento negociado, sem agressões mútuas, de forma que o próprio Gasparian e seu universo de amigos fossem apoiadores do novo jornal. Mas seu "desprezo pelas questões de cultura"[24] já havia gerado uma oposição interna de caráter não partidário, e sim centrada na crítica aos seus métodos, liderada pelo editor de cultura, Júlio César Montenegro. Somada à posição dos funcionários, desejosos apenas de ir à Justiça e receber suas indenizações, essa oposição tirava a maioria de Raimundo no próprio coletivo da redação.

Para conseguir maioria, Raimundo Pereira propôs, numa primeira etapa, a formação de um conselho de redação ampliado, incluindo colaboradores regulares que não eram membros da equipe. Mesmo assim, não conseguiu manter a unidade do grupo no processo de rompimento:

> *[...] A redação acabou se dividindo em relação à compreensão e aos métodos de tratar o velho proprietário. A direção propôs que se estabelecesse uma aliança com ele, em novas bases, que ele fosse convidado para o conselho editorial do novo jornal e para ser um de seus grandes acionistas. A corrente que já não considerava possível uma unidade com ele propunha o rompimento definitivo [...] a proposta da direção foi majoritária, mas a unidade da redação se rompeu... diante da nova ruptura, a direção propôs a criação de um conselho de redação, dos redatores e colaboradores mais regulares do OPINIÃO, como órgão supremo onde seriam resolvidas*

todas as divergências, eleito pelo conjunto das correntes que formavam a redação. Esse conselho, porém, cindiu-se pelas mesmas razões que já vinham separando a direção [...] da cultura da direção geral, em relação ao encaminhamento da política cultural do jornal e ao encaminhamento das negociações com o proprietário. A razão aparente foi uma divergência em torno da proposta [do novo jornal] ter ou não uma estrutura centralizada, o grupo [...] da cultura defendia um jornal sem o comando central, com seções de orientação independente [...].[25]

Sem o apoio do grupo de cultura, inclusive de Júlio César Montenegro e Genilson Cezar, que continuaram no jornal, Raimundo negociou a saída com uma comissão de intelectuais, que incluía Fernando Henrique Cardoso e Chico de Oliveira.[26] Foram acertados os seguintes pontos: a equipe de redação não atacaria Fernando Gasparian e nem iria à Justiça do Trabalho; Fernando Gasparian daria à equipe acesso aos arquivos d'OPINIÃO e compraria duas cotas do novo jornal, como demonstração de apoio ao projeto.

Na edição número 122, 7 de março de 1975, OPINIÃO divulga o nome do novo editor, Argemiro Ferreira, atribuindo a saída de Raimundo e sua equipe a divergências, e desejando sucesso ao novo jornal que pretendia fundar, desde que dentro dos princípios de independência e defesa das liberdades.

O manifesto da equipe é mais longo, pois procura preparar o terreno para a campanha do MOVIMENTO, apresentando a equipe sutilmente como vítima de uma intransigência de Gasparian:

A história do jornal OPINIÃO tem sido a história da luta para se criar no Brasil um órgão de imprensa independente que defenda o país contra a exploração estrangeira e tome posição ao lado de seus cidadãos, na luta pelas liberdades democráticas, contra a destruição de seu ambiente e pela divulgação de seus reais valores artísticos e culturais [...].
Em OPINIÃO contribuíram mais diretamente cerca de duas centenas de cidadãos, entre funcionários, intelectuais, jornalistas, empresários e estudantes [...] entre essas pessoas assumiu um papel fundamental Fernando Gasparian, dono do jornal, que mobilizou recursos e sua capacidade intelectual e empresarial [...] dentro dos princípios de funcionamento que consideramos essenciais para a existência de um jornal [...]: o proprietário jurídico do jornal não é, simultaneamente, o dono de seu pensamento e orientação, mas concorda, também, em submeter à discussão suas sugestões editoriais [...] foram esses princípios de funcionamento democrático que possibilitaram ao jornal superar suas diversas crises e inclusive se fortalecer [...].
No dia 18 passado, contudo, Fernando Gasparian comunicou ao editor Raimundo Rodrigues Pereira a decisão de afastá-lo do jornal. A posição irredutível do proprietário [...] sem aceitar as várias propostas de mediação que lhe foram oferecidas, inclusive a criação de um conselho editorial ao qual um alegado personalismo do editor ficasse subordinado, implicava [...] no rompimento da prática democrática do jornal. Em vista disso, a redação resolveu se afastar coletivamente d'OPINIÃO, com o propósito de constituir um novo jornal que abrigue as amplas correntes d'OPINIÃO que compõem as forças democráticas do país [...].[27]

A MORTE AGÔNICA

OPINIÃO viveu, ainda, mais dois anos e dois meses. Uma longa agonia, pois Gasparian lutava em duas frentes. Não conseguia recompor a equipe com jornalistas alinhados a ele e leais, e nem escapar do regime de implacável censura prévia. A redação decidia tudo por votação. Buscando construir um espaço próprio, livre dessas injunções, Gasparian lançou, em

junho de 1975, um novo veículo, Cadernos do OPINIÃO, retomando a fórmula do veículo de ensaios e comentários. Dessa vez em papel jornal, apenas com uma capa de couchê.

Em OPINIÃO, sucedendo Argemiro Ferreira, em julho de 1976, assumiram Ozeas Carvalho e Genilson Cezar. Em conseqüência da vitória do MDB nas eleições de novembro, abrandou-se a censura sobre os textos dos intelectuais. Gasparian passou a pagar salários comparáveis aos da praça, mas sem assinatura em carteira, sentindo-se a equipe, como os anteriores, no direito de dar a linha do jornal.

Mas os conflitos ressurgiram na cobertura da cultura. Apesar do apoio da corrente ligada ao PC, e da adesão de alguns jornalistas importantes, como Vladimir Herzog e Paulo Markun, Gasparian não conseguiu substituir os dissidentes da editoria de cultura, que insistiam na liberdade total de crítica. Criticam os espetáculos Gota d'Água e Ponto de Partida, produzidos por artistas consagrados e amigos de Gasparian, como Chico Buarque e Paulo Pontes. Gasparian não admitia a crítica a seus amigos num jornal ainda sob censura que do seu ponto de vista deveria priorizar a crítica ao poder. Mas a redação já se cansara da resistência pela resistência e precisava levantar novas bandeiras, uma delas a da crítica à complacência na área da cultura e em relação aos amigos de Gasparian. E produzia artigos ostensivamente críticos aos intelectuais do CEBRAP, ao MDB ou a personalidades ligadas a Gasparian, como Mário Soares. Gasparian alegou que, ao criticar artistas alinhados ao campo popular e progressista nos artigos que a censura deixava passar, OPINIÃO acabava fazendo o jogo da censura,[28] e chegou a vetar alguns.

Enquanto isso, Raimundo Pereira deslanchava o projeto de MOVIMENTO erodindo o apoio a OPINIÃO nos meios jornalísticos e intelectuais, e especialmente entre os estudantes e ativistas políticos. Com sua ação Gasparian ficou caracterizado como o vilão da história do rompimento.[29]

A partir de 1977, a censura tornou-se de novo asfixiante, como reflexo das lutas intestinas entre os duros e os geiselistas, que só terminaria com a demissão do ministro do Exército Sylvio Frota, no final daquele ano. Enquanto os demais jornais eram gradativamente liberados da censura prévia, OPINIÃO era punido por censura ainda mais feroz, com o evidente propósito de asfixiá-lo. A edição 195 foi apreendida na gráfica. Após nova apreensão, da edição 205, amadureceu a idéia de publicar uma edição desafiando a censura, apoiada por todos os conselheiros. Assim surgiu a edição 230, desobedecendo cortes feitos pelos censores em Brasília. Imprimindo o jornal numa gráfica diferente da habitual, Gasparian conseguiu furar o cerco da Polícia Federal e parte da edição 230 chegou a ser distribuída. Outra parte foi confiscada. A edição seguinte já não circularia, imediatamente apreendida pela polícia.[30] O presidente Geisel acabava de fechar o Congresso para editar o pacote de abril, que redefiniria os coeficientes eleitorais, de forma a permitir o prosseguimento da política de abertura controlada, ao dificultar a obtenção de maioria pelo MDB.

Aproximava-se, justamente nesse mês de abril, a data do dissídio coletivo dos jornalistas do Rio de Janeiro. "Gasparian decidiu não dar o aumento. Assinou as cartas de demissão dos principais jornalistas."[31] Tentou montar uma nova redação sob a direção do poeta Ferreira Gullar, que retornava de um exílio de cinco anos, mas não conseguiu. "Convidou Cícero Sandroni para fechar uma edição e ele recusou."[32] Os demitidos haviam lançado uma carta acusando Gasparian de autoritarismo e sectarismo: "Houve de nossa parte uma tentativa de dinamizar o jornalismo cultural através da crítica

aos conchavos e a aliança de grupos, através do questionamento de posições tradicionalmente estabelecidas em alguns setores da intelectualidade...”[33] Na redação atribui-se ao CEBRAP, o centro de pesquisas criado por Fernando Henrique durante a ditadura, as pressões contra algumas das matérias mais críticas aos intelectuais e artistas. Nessa fase terminal, a redação se compõe de grupos minoritários de cultura política radical, alguns trotskistas outros anarquistas.

Com a imagem deteriorada no meio jornalístico, Gasparian não encontrou respaldo para formar uma nova equipe e decidiu fechar o jornal. Assim acabou, em abril de 1977, após 231 semanas, o jornal que deveria durar cem anos.

NOTAS

1. Entrevista com Elifas Andreatto, 16/9/1990. Alexandre Vannuchi Leme foi morto com requintes de crueldade no DOI-CODI, em São Paulo, em 17 de março de 1973. Era militante da ALN (Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, 1984, p. 65). Raimundo nega que Gasparian tenha se oposto à forma de edição daquela matéria e assegura que ele não lia o jornal antes da publicação. Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.

2. OPINIÃO, n. 35, 8-16/7/1973. Antes disso, Gasparian já havia reclamado contra o tom de uma reportagem envolvendo o empresário Ricardo Amaral. Entrevista, 10/2/1991.

3. Ver, a respeito, depoimento de Millôr Fernandes na segunda parte deste livro, “PIF-PAF e os Anarco-satíricos”.

4. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990. Exibindo um panfleto do PCdoB com material obviamente coletado durante as reportagens de Raimundo sobre a Amazônia, para REALIDADE, Aquino acrescenta: “Mas a vigilância continua”. Aquino havia sido um dos entrevistados de Raimundo, pois fora assessor de Daniel Ludwig.

5. Entrevista com Hermano Alves, c. 1973.

6. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

7. OPINIÃO, n. 39, 7-14/8/1973 e n. 50, 22-29/10/1973. Ver ainda Marcos Gomes, “Petrobrás: Uma Oitava Irmã?”, em Bernardo Kucinski (org.), Contratos de Risco e Dependência, 1977.

8. Raimundo Pereira admite, em retrospecto, que sua equipe foi intransigente e imatura, mas atribui a Gasparian imaturidade política e sectarismo. Entrevista e depoimento, 5/6/1990.

9. Entrevista com Fernando Gasparian, 10/2/1991.

10. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990.

11. Entrevista com Duarte Pacheco, 3/8/1990.

12. Cf. informações de Raimundo Pereira, 5/6/1990.

13. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990.

14. Cf. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990.

15. Idem, ibidem.

16. Idem, fev. 1991.

17. Análise da cobertura das eleições de 1974 em OPINIÃO, em Ruth Tegon, Étude d’un hebdomadaire brésilien, 1976.

18. Cf. depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.

19. Entrevista com Ozeas Duarte, dez. 1989.

20. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990. Também, Chico de Oliveira está convencido de que já havia uma diretriz do PCdoB para que fosse rompida a aliança com Gasparian. Entrevista, jul. 1991.

21. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990. Gasparian relata um incidente de outra natureza, mas envolvendo também Franklin de Oliveira. Cf. Delfim Afonso Júnior, Alternativa Jornalística e Poder Editorial, op. cit.

22. Entrevista com Elifas Andreatto, 19/6/1990.

23. Raimundo R. Pereira, Que Caminhos Devemos Seguir, op. cit. Note-se que o sistema de edição descentralizada acabaria sendo implantado no EM TEMPO, dois anos depois, também por insistência da editoria de cultura.

24. Idem, ibidem.

25. Manifesto: Aos leitores do OPINIÃO e aos Jornalistas, Rio de Janeiro, 28/2/1975, mimeo.

26. Segundo Fernando Gasparian, Raimundo tentou convencer Argemiro, durante uma reunião, a não assumir o jornal, conforme relato de um dos participantes, provavelmente Sérgio Augusto. Entre os amigos de Raimundo Pereira que ajudaram a fundar o jornal era muito profundo o ressentimento em relação a Gasparian; não aceitavam que outros jornalistas dessem continuidade ao jornal. Bernardo Kucinski chegou a criticar Vladimir Herzog por ter assumido o cargo de correspondente do OPINIÃO em São Paulo, e na sua correspondência à imprensa internacional atribuiu o rompimento quase que exclusivamente a um suposto desejo de Gasparian, nunca suficientemente confirmado, de querer flexibilizar a linha do jornal em função da abertura.

27. Cf. Delfim Afonso Júnior, Alternativa Jornalística e Poder Editorial, op. cit. O veto de Gasparian a algumas matérias é relatado por Luiz Renato Martins, entrevista, 29/08/2001.

28. VEJA estimou que Fernando Gasparian despendeu, durante toda a existência do jornal, o equivalente a aproximadamente US$ 300 mil. VEJA, 13/4/1977.

29. Entrevista com Marcos Gomes, 12/4/1977.

30. Entrevista com Marcos Gomes, 12/4/1990.

31. Júlio Cesar Montenegro, VEJA, 13/4/1977.

MOVIMENTO: O JORNAL DOS JORNALISTAS

> *Um dos equívocos principais é achar que MOVIMENTO é um jornal de jornalistas [...] o conselho não é dono do jornal*[1].

A CAMPANHA NACIONAL DE ARRECADAÇÃO

Ao lançar, em abril de 1975, a campanha de fundos para um jornal cujos donos fossem os próprios jornalistas, Raimundo Pereira reinterpretou as experiências passadas d'OPINIÃO e o antigo projeto do Assunto como etapas de uma caminhada cujo objetivo final sempre fora o de construir um jornal sem dono, um jornal dos jornalistas:

> *Decidimos fazer OPINIÃO nas bases propostas por Gasparian para formar uma equipe e adquirir experiência até onde fosse possível. Depois, se a experiência fosse interrompida – uma possibilidade que já se antevia pelo fato da redação não ter nenhum mecanismo de controle sobre o jornal – prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato e de direito, ou seja, também juridicamente, tivessem o poder de decisão para garantir a observação de suas idéias [...]*[2].

No folheto de lançamento, o número zero de MOVIMENTO, Raimundo destacou o surgimento do coletivo de 16 pessoas na crise final d'OPINIÃO, depois reduzido a 11, que definiu cinco princípios para um novo jornal. O primeiro ponto ainda dizia respeito ao procedimento de saída d'OPINIÃO, aprovando a proposta de Raimundo de uma saída pacífica e negociada, de forma a não alienar do novo projeto as forças

próximas a Gasparian. Dois pontos tratavam da linha política, definindo os nomes de um conselho editorial e um programa mínimo semelhante ao d'OPINIÃO, mas voltado a um público mais popular. Finalmente, eram definidos o caráter coletivo da propriedade, a ser "dividida entre as pessoas que o fizessem", e os poderes do editor, que responderia a um conselho, mas "poderia escolher os editores, nomear e demitir funcionários"[3].

Essa reinterpretação da história d'OPINIÃO, como mera travessia, visava sensibilizar as forças políticas e o meio jornalístico para a mais ambiciosa campanha de arrecadação de fundos já feita para um projeto de imprensa alternativa. Além de seu próprio prestígio, e do da equipe d'OPINIÃO, Raimundo criava uma idéia-força – a da propriedade coletiva do jornal pelos seus jornalistas, a ser financiada pelo conjunto da categoria como um ressarcimento pela injustiça cometida por Gasparian quando demitiu a equipe responsável por três anos de jornalismo de resistência e de sacrifícios[4]. Por isso, ressaltava como contradição essencial d'OPINIÃO a de ser um jornal democrático, mas sem a democratização de sua propriedade, e argüia exaustivamente a tese da intransigência de Gasparian e da unilateralidade de sua decisão de demitir a equipe: "Era como se, num projeto que pertencia, de fato, a várias pessoas, uma das partes tomasse uma decisão fundamental unilateralmente"[5].

Propunha que o jornal fosse gerido coletivamente, por um sistema original de dois conselhos. Um deles, de orientação editorial, era formado por "nove personalidades democráticas", e o outro, um conselho de redação com poder deliberativo, era constituído pelos doze jornalistas fundadores do jornal. A esses doze, o acionista doaria a propriedade de 51% das ações, da nova sociedade Edição S.A. no próprio ato da subscrição:

> *[...] o jornal não será de um dono. Não terá, portanto, crises do tipo das que abalaram recentemente e tem abalado ou mesmo destruído sistematicamente o trabalho de várias equipes de jornalistas e intelectuais que, a certa altura de seus projetos, entravam em choque direto com o proprietário da publicação. Este acabava impondo sua decisão pessoal sobre a equipe, mesmo que decidisse contra a qualidade e os princípios de funcionamento da publicação, exclusivamente por ser proprietário jurídico dela [...]*[6].

O CONTRATO SOCIAL DE MOVIMENTO: UM CRÉDITO DA SOCIEDADE

De êxito surpreendente, a campanha arrecadou Cr$ 750 milhões, quase US$ 100 mil, até o final de maio. Começou a se constituir efetivamente a equipe do jornal. Foi uma campanha inteligente e ousada – características dos projetos de Raimundo Pereira – e lançada na hora certa. Seus alvos principais eram três grupos sociais: os jornalistas, os deputados federais de oposição, eleitos na grande virada de novembro de 1974, e a geração estudantil de 1964-1968.

Desde os tempos da REALIDADE, Raimundo Pereira admirava-se com os altos salários pagos aos jornalistas de talento na imprensa convencional. Seu antigo projeto, Assunto, já explorava a idéia de um esquema pelo qual alguns jornalistas não abandonariam seus empregos e financiariam o trabalho de outros jornalistas. Ao lançar MOVIMENTO, essa idéia foi retomada com visitas às redações, "de onde parecem cintilar salários mensais de até dezenas de milhares de cruzeiros"[7]. Raimundo dirige boa parte de seu prospecto de lançamento a esses jornalistas, rememorando todas as suas passagens pela grande imprensa, fazendo elogios de nomes famosos e do projeto BONDINHO, vinculando toda essa experiência à proposta do novo jornal. Uma página do número zero é dedicada ao estudo

comparado dos processos de democratização de grandes jornais na Europa e Estados Unidos.

Outro grupo de acionistas potenciais composto pelos estudantes formados nas lutas políticas de 1964-1968, já estabelecidos na vida, casados e prósperos, em geral profissionais bem-pagos ou, mais modestamente, nas universidades. Alguns tinham até se transformado em pequenos empresários. Muitos deles eram leitores e assinantes d'OPINIÃO. Alguns possuíam sentimentos de culpa em relação a colegas mortos ou desaparecidos, todos nutriam grande admiração pela abnegação da equipe de Raimundo Pereira em OPINIÃO. Subscreveram com prazer as cotas de Cr$ 5 mil, equivalentes a 100 ações da Edição S.A., individualmente ou em grupos que se reuniam na casa de um deles, quase sempre um antigo colega de Raimundo dos tempos do ITA[8]. A campanha superou por pequena margem a meta pretendida, de Cr$ 1 milhão, "vendendo 259 cotas, individuais ou em grupos de até 300 pessoas"[9]. O terceiro grupo de acionistas é formado de deputados do MDB, especialmente o grupo autêntico, que recebera cobertura favorável e ampla d'OPINIÃO. Raimundo Pereira articula o apoio do grupo, através de Lysaneas Maciel, Fernando Lira, Ayrton Soares, Alencar Furtado, Chico Pinto e Jorge Uequed. Cerca de 50 deputados subscreveram cotas de Cr$ 5 mil cada, totalizando um quarto do capital inicial da Edição S.A[10]. Chico Pinto assume o cargo de chefe da sucursal de Brasília, e escreve uma coluna semanal. Alencar Furtado faz parte do conselho de personalidades democráticas.

Não houve definição dos estatutos da empresa, não foi sugerida a criação de uma assembléia geral de acionistas, nem mecanismos de escolha ou renovação do Conselho Editorial ou mesmo do Conselho de Redação, detentor do poder de voto. O que se estabeleceu entre os acionistas de MOVIMENTO, "mais da metade deles jornalistas"[11], e o grupo dos doze membros do conselho de redação foi um compromisso ético de funcionamento democrático do jornal, delegando-se todos os poderes a esses conselheiros-fundadores[12]. Um pacto fundamentalmente jornalístico, pelo qual jornalistas, profissionais e parlamentares dispunham-se a financiar uma alternativa de propriedade jornalística coletiva e de gestão democrática, da qual não participariam diretamente[13].

PROGRAMA DA FRENTE: AS LUTAS DOS CIDADÃOS BRASILEIROS

Em MOVIMENTO, torna-se explícito e demarcado o programa político de frente ampla que em OPINIÃO aparecia de forma difusa. Foi escrito quase que exclusivamente por Marcos Gomes[14], sem passar por discussões entre acionistas e conselheiros, mesmo porque tinha caráter genérico. Na passagem entre os dois programas há uma sutil mudança de linguagem, com o aparecimento de novas adjetivações políticas, como "personalidades democráticas", ou "combativo". Redefine-se o objetivo editorial, para atingir os setores mais populares, em contraposição aos objetivos quase que estritamente intelectuais d'OPINIÃO. Assim, foi acrescentada, à defesa das "liberdades democráticas", também a defesa dos "recursos e da cultura nacionais" e da qualidade de vida do povo brasileiro, a proposta de "acompanhar as lutas dos cidadãos brasileiros" e "descrever as condições de vida da gente brasileira":

> *"[...] E que diante da impossibilidade de ser lido ou mesmo comprado, amplamente, por exemplo, pelos trabalhadores sindicalizados, falasse de*

temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e em linguagem que pudesse ser entendida por eles, quando os artigos, de uma forma ou de outra, chegassem até eles"[15].

Na composição do conselho editorial, destacam-se personalidades pela sua ação política ou social mais do que pela sua contribuição intelectual, as "personalidades democráticas cujas posições são representativas das preocupações gerais do jornal"[16]. Pertencem ao conselho editorial: Audálio Dantas (o primeiro presidente do sindicato dos jornalistas de São Paulo, eleito com apoio do campo popular, após dez anos de ditadura); Alencar Furtado, deputado federal pelo MDB; Chico Buarque; o indianista Orlando Vilas Boas; Fernando Henrique Cardoso, o único oriundo dos quadros intelectuais d'OPINIÃO; escritor folclorista Hermilo Borba Filho; o líder católico e deputado federal cassado, Edgar da Mata Machado; e o sociólogo e ativista do PMDB gaúcho, André Forster.

Chico de Oliveira passou ao conselho de redação, diretamente vinculado ao fazer do jornal, formado pelos doze jornalistas que detêm a propriedade formal e do qual fazem parte, além da equipe central que fundou OPINIÃO, Bernardo Kucinski, Maurício Azevedo, o teatrólogo Fernando Peixoto e o deputado federal Chico Pinto.

A CORRIDA AO JORNAL: UM ESPAÇO DE REAGLUTINAÇÃO POLÍTICA

MOVIMENTO atraiu grande número de ativistas políticos sentenciados durante os processos de repressão e que estavam sendo soltos nessa época. O projeto do jornal chegou a ser discutido nos coletivos que se formavam dentro das prisões[17]. Muitos ativistas saem das cadeias diretamente para os grupos de apoio ao jornal nas sucursais de MOVIMENTO. Antigos militantes de esquerda que se haviam afastado da luta armada, assim como grupos novos, animam-se com o surgimento do novo jornal num momento de inflexão política, vendo nele um espaço onde era possível a ação política no plano legal.

Praticamente todos os remanescentes de antigos grupos se aproximam de MOVIMENTO e apóiam o projeto: antigos militantes da POLOP, da Dissidência e da Ala Vermelha, que haviam participado do AMANHÃ, remanescentes do Colina, da ALN, ex-membros da AP que rejeitaram a fusão com o PCdoB e alguns intelectuais do PC. Também se aproxima de MOVIMENTO um grupo novo, de estudantes de Belo Horizonte, que começou a se reunir secretamente a partir de 1970, em torno da discussão de textos de Lenin, Trotsky e Ernest Mandel, posteriormente conhecido pelo nome Centelha.

Na sucursal de MOVIMENTO em Salvador, predominaram os ex-militantes da AP que não ingressaram no PCdoB. Rearticularam-se após o desbaratamento sofrido em 1973, primeiro filiando-se ao MDB, depois agrupando-se em torno da sucursal de MOVIMENTO. Mas em Belo Horizonte, onde foi quase completo o desbaratamento da AP em 1970-71, o grupo Centelha assumiu o controle da sucursal do jornal: "Nosso grupo sentia-se muito isolado em relação ao resto do Brasil. Decidimos aderir após uma discussão aprofundada na nossa direção, com o objetivo de, através do novo jornal, tomar conhecimento de outros grupos que poderiam existir no país, que poderiam pensar como nós, tendo em vista a constituição do partido revolucionário"[18].

Desse processo de aglutinação de militantes nasceu uma estrutura de grandes coletivos, especialmente na Bahia e em Belo Horizonte, ocupados

em atividades de apoio ou acessórias, como a denúncia da censura, "fazendo assinaturas, vendendo ações, fazendo vendas diretas de jornais nas universidades e, nos fins de semana, nos cinemas, teatros, bares etc."[19]. É o começo da luta de cada organização de esquerda pela ampliação de seu espaço na frente jornalística.

A sucursal de Belo Horizonte, que a princípio funcionava precariamente, no primeiro ano já mobilizava diretamente 31 pessoas, das quais 17 jornalistas, em boa parte graças ao trabalho intenso do ex-ativista da AP, Betinho Duarte. Assumiu, como responsabilidade paralela, a produção de um boletim enviado semanalmente a 200 acionistas, e a mais 100 destinatários em Brasília, relatando os efeitos da censura e resumindo algumas das matérias afetadas.

Havia também muita disposição de discutir o jornal e escrever matérias, surgindo as assessorias – uma "forma de organizar a colaboração destas pessoas, torná-las sistemáticas e, principalmente, teriam o objetivo de 'treinar' colaboradores para o jornal... dessa forma organizamos as assessorias de educação, economia, saúde, política, problemas urbanos e sindicais"[20].

Cada assessoria tinha um coordenador, escolhido democraticamente. Naturalmente surgiu um fórum coletivo, uma sistemática, um conselho regional de redação, com estatutos e procedimentos de tomada de decisões por votos ainda mais avançados do que o próprio conselho de redação fundador do jornal, que ainda não criara seu estatuto. O mesmo processo ocorreu na Bahia, em Porto Alegre e, em menor escala, em outras sucursais.

Alguns meses depois, essa experiência foi abandonada, por recomendação do conselho de redação de São Paulo, que a considerou "democratista". Alegaram que dava "muita discussão, opinião e reunião, e pouca coordenação", e que conferia autonomia à sucursal em relação a São Paulo. Mesmo assim explodiu, já em junho de 1976, uma primeira crise interna – o chamado caso Albernaz –, quando um colaborador de Belo Horizonte, Murilo Albernaz, dirigiu, diretamente a São Paulo, críticas à sucursal. Um conflito de fundo partidário, pois enquanto Murilo Albernaz, como a maioria da direção de São Paulo, era próximo ao PCdoB, a sucursal de Belo Horizonte estava sob hegemonia da Centelha. Essa crise revelou o caráter partidário assumido pela estrutura de MOVIMENTO. Incompreensível para os independentes do jornal, discutida em linguagem de código, restrita a questões menores de procedimentos, "a crise Albernaz consumiu dois meses de discussões, cem horas de reuniões formais em São Paulo e Belo Horizonte, recursos materiais do jornal e sacrifícios pessoais [...]"[21].

RELAÇÕES COM O PCDOB

MOVIMENTO nasceu vinculado ao PCdoB através de três articulações distintas, que acabariam entrando em choque e levando à desagregação do jornal. Na origem desses conflitos está o caráter inconcluso do processo de fusão AP/PCdoB.

A partir da decisão de fusão, em 1972, mas num ritmo lento, a direção do PCdoB incorporou alguns dirigentes da antiga AP, formando uma direção única. Mas, nas bases, a fusão se deu de forma ainda mais lenta e desigual, tanto por encontrar resistências, como por "motivos de segurança". Interessava à nova direção manter dois esquemas separados para dificultar a repressão. A derrota da guerrilha do PCdoB no Araguaia, consumada em dezembro de 1973, acelerou o processo de fusão. Mas mantiveram-se por muito tempo duas organizações paralelas

e principalmente duas mentalidades. De um lado, a cúpula do PCdoB e alguns altos dirigentes da AP com ela já afinados. De outro, as bases, "assemelhando-se a um mosaico de organizações regionais, precariamente ligadas"[22], não tendo absorvido, em geral, todas as mudanças ideológicas decorrentes da fusão. Uma das principais mudanças referia-se à teoria dos três mundos, segundo a qual o maoísmo constituía-se numa etapa de revolução socialista. Estando as duas superpotências, URSS e EUA, engajadas numa disputa mortal pela hegemonia mundial, os povos oprimidos deveriam buscar no maoismo um terceiro caminho, obviamente liderado pela China. "O PCdoB, a rigor, nunca aceitou essa tese, mesmo durante sua fase maoísta, mas a AP sim; o processo de fusão com o PCdoB, a direção da AP abandonou essa linha, mas o pessoal de origem AP continuou insistindo na teoria dos três mundos durante muito tempo"[23].

MOVIMENTO reteve até o fim a Teoria dos Três Mundos da AP, mas manteve no geral uma relação programática com o PCdoB, um desdobramento da proposta estabelecida durante a criação d'OPINIÃO. Não só a proposta de um jornal mais próximo a movimentos populares foi elaborada por Marcos Gomes, ex-dirigente da AP em São Paulo; Raimundo Pereira manteve os contatos com o comitê central do PCdoB, através de Carlos Azevedo, coordenador de sua comissão de propaganda, que assessora diretamente o comitê central.

Apesar de sua derrota no Araguaia e da prisão de quatro altos dirigentes nos dois anos anteriores[24], o PCdoB é um partido em relativa ascensão em 1975, um pouco mais estruturado e crescendo no meio estudantil e no movimento popular de alguns estados. E claramente na ofensiva em relação ao PC, cujo revisionismo denuncia com vigor. "A única organização clandestina de certa importância a manter-se em atividade no decorrer de 1976."[25] Seu comitê central, em janeiro de 1975, aprova uma declaração reiterando a política de frente ampla contra a ditadura, ainda em vigor desde a conferência de 1966, mas com mais ênfase nas lutas populares no campo legal, na luta pela anistia e por uma Constituinte. O caráter de frente ampla de MOVIMENTO e sua proposta editorial refletem as novas prioridades: "O êxito nessa magna tarefa exige a criação de uma ampla e combativa frente de oposição à ditadura. As correntes e organizações representativas do povo têm que procurar o entendimento para atuarem juntas [...] a unidade para a luta é a arma da vitória"[26].

O objetivo é reforçar uma diretriz de luta pelo estado de direito através de uma frente ampla, em decorrência da quebra de perspectivas da "*guerra popular prolongada*", dada a derrota do Araguaia, mas ainda escondendo essa derrota, que o comitê central só iria admitir e divulgar em setembro do ano seguinte, quando emite o documento Gloriosa Jornada de Luta[27]. O PC também propunha, desde novembro de 1973, uma frente patriótica contra o fascismo, que ia além dos limites da proposta do PCdoB, incluindo "até mesmo monopólios descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime"[28]. Mas o PC se encontrava fragilizado, na defensiva, pois além das crises nos seus comitês estaduais em São Paulo e no Rio de Janeiro – em 1972-73, sofreu pesadas perdas em 1974-75, quando quase todo seu comitê central foi preso e desaparecido[29] ao voltar clandestinamente do exílio. Nesse quadro de fragilidade do PC, e fragmentação ou desaparecimento das outras organizações de esquerda, estreitaram-se os vínculos entre Raimundo Pereira e o PCdoB. "Azevedo me visitou durante a campanha de cotas por MOVIMENTO e me trouxe o elogio do partido à condução que demos ao conflito com Gasparian."[30] "Entre as tarefas mais importantes da militância, estava a de ajudar o MOVIMENTO [...] o partido considerou o jornal um instrumento de

penetração na massa, organizava eventos, vendia, distribuía [...]."[31]

Muitos ex-dirigentes da AP e do PCdoB retomavam diretamente a vida partidária ao saírem das prisões em São Paulo, refazendo contatos e formando novas bases, dando origem a todo um processo de reorganização do PCdoB. Azevedo diz que a direção do partido não tinha uma visão aparelhista do jornal. Mas as bases fazem sua própria leitura dos vínculos privilegiados com o PCdoB. Desde o início, nas primeiras campanhas de vendas, usam o jornal para diretamente reorganizar e expandir o partido:

> *[...] Os militantes estão começando a sair da prisão. José Duarte, velho-dirigente do PCdoB, e Antônio Neto Barbosa, o Barbosinha, ex-AP, estão saindo da prisão e reorganizam o partido em São Paulo, e como também precisavam sobreviver, formam um grupo que entrou na área de vendas do MOVIMENTO. Assim como os contatos começaram a fazer uma certa rearticulação nacional. Os ativistas apóiam o jornal e apóiam-se no jornal para rearticular o partido[32].*

Barbosinha tornou-se durante algum tempo chefe de vendas de MOVIMENTO, usando a estrutura do jornal para trazer para a luta legal muitos militantes do partido pelo país afora.

O CONDUTOR SECRETO: DUARTE BRASIL LAGO PACHECO PEREIRA

Um terceiro vínculo com a antiga AP deu-se durante a montagem da estrutura administrativa, com a ajuda de uma empresa de planejamento, a Hidrobrasileira, de propriedade de um antigo militante da AP, Sérgio Motta, que vinha abrigando alguns dos egressos da clandestinidade, oferecendo a eles trabalho remunerado. Dessa empresa, além do apoio operacional, veio o diretor de operações de Edição S. A., Francisco Marsiglia. É também nessa empresa que Raimundo vai encontrar o antigo jornalista da REALIDADE e ex-dirigente da AP, Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, ainda na clandestinidade, com quem faz um acordo especial. Duarte havia sido dirigente da AP durante as discussões sobre o projeto OPINIÃO. "Era considerado um gênio por seus companheiros"[33], quando foi eleito para direção da UNE, ainda em 1964, pela AP. Foi quem primeiro traduziu Althusser no Brasil, tendo chegado ao marxismo por leituras anteriores à leitura do maoísmo feita pela AP, "mas com a Revolução Cultural aderiu ao maoísmo"[34]. Apesar de ter sido um dos arquitetos da incorporação da AP ao PCdoB, no último instante, "ao perder o controle do processo devido à cisão liderada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, não se incorporou ao PCdoB"[35]. Firmou-se na idéia de "construir o partido da terceira etapa do Brasil"[36]. Foi protelando sua adesão, alegando divergências ideológicas de procedimentos. Mas continuou sendo visto pelas bases como "companheiro", gozava de grande prestígio intelectual na AP-PCdoB, sem ser efetivamente membro do partido. Foi ele o verdadeiro cérebro de MOVIMENTO, seu principal teórico e condutor político, enquanto discutia suas divergências com a direção do PCdoB, com vistas a uma incorporação que nunca aconteceu[37]. Acabou fazendo de MOVIMENTO o partido da terceira etapa, conforme a Teoria dos Três Mundos.

> *Azevedo entrou para o PCdoB e eu fiquei fora, na clandestinidade. Raimundo me procurou antes de sair do jornal e estudamos a possibilidade de eu colaborar, sem assinar as matérias. Participei de toda a discussão e preparação do MOVIMENTO e passei a colaborar escrevendo e sugerindo matérias, fazendo pautas, inclusive a da edição especial sobre a mulher"[38].*

Duarte Pacheco passou a escrever regulamente uma coluna semanal, os famosos Ensaios populares, o principal motivo do grande "racha" de MOVIMENTO, cerca de um ano e meio depois. Também lançou a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e orientava Raimundo com minutas de posições políticas, para que ele pudesse enfrentar as discussões do conselho. Tornou-se o mestre político de Raimundo, que reconhecia seu despreparo teórico "em matéria de política para o nível de responsabilidade que me foi posta nas mãos [...]"[39]. Duarte Pacheco recebia salário fixo pelo seu trabalho, mas a autoria dos Ensaios Populares foi assumida pelo próprio Raimundo, e seus contatos com Duarte Pacheco ocultados do conjunto do jornal – inclusive do conselho editorial, fundadores e acionistas do jornal.

A verdadeira autoria de Ensaios Populares só era conhecida por Raimundo Pereira e por eventuais dirigentes do PCdoB familiarizados com o estilo de Duarte Pacheco. Mesmo quadros do PCdoB no jornal apenas suspeitavam que alguns ensaios não eram escritos por Raimundo, e sim por alguém da cúpula do partido.

CENSURA PRÉVIA E DOUTRINARISMO

Desde o número zero estava prevista a imposição da censura prévia. O jornal garantia a seus apoiadores que não compactuaria com o regime, e já preparava os espíritos para o enfrentamento: "A equipe de MOVIMENTO trabalhou em OPINIÃO mais de dois anos submetida à censura: saber como atua é um dos dados que nos leva à certeza de que ela é pelo menos tão desgastante para quem a exerce como para quem a sofre"[40]. Mas, como já acontecera antes, as conseqüências da censura prévia não foram consideradas a fundo no projeto de viabilidade econômica do jornal, e havia sempre uma esperança de que poderia não ser imposta.

A censura prévia havia sido abolida alguns meses antes nos dois jornais da família Mesquita (em janeiro de 1975), e em O PASQUIM (em abril do mesmo ano). Provavelmente, a equipe de MOVIMENTO esperava que só seria imposta depois de alguns meses, e talvez até lá já tivesse sido relaxada em toda a imprensa. Certamente não seria virulenta. No entanto, o presidente Geisel enfrentava ainda a oposição interna da linha-dura, num processo de lutas intestinas, culminando em outubro com a morte de Vladimir Herzog. MOVIMENTO foi vítima dessa luta intestina, polarizada naquele momento em torno da proposta de abrir a prospecção do petróleo no Brasil a empresas estrangeiras, através de famosos contratos de risco. "O número zero do MOVIMENTO ridicularizava a proposta dos contratos de risco e por isso foi confiscado, gerando ao mesmo tempo a ordem de censura prévia."[41]

O jornal, portanto, já nasceu em regime de censura prévia. Nos primeiros quinze anos de MOVIMENTO, foram totalmente censuradas 184 matérias e parcialmente vetadas outras 177, num total de 1.099 laudas, dizia o primeiro balanço, reservado, de Raimundo Pereira. Foram vetadas pela censura matérias cruciais de cada edição, o que reforçou o tom doutrinarista do jornal e o recurso a uma linguagem hermética, antijornalística:

> *Podemos dizer que em cada uma de nossas seções faltam três, quatro matérias importantes, que são sistematicamente censuradas. A cada semana trabalhamos com três ou quatro artigos de capa, diferentes, porque nunca sabemos se os assuntos vão ser vetados. Todos os aspectos do jornal são afetados pela censura. Não se pode inventar um desenho para ilustrar uma*

página que pareça pesada porque todos os desenhos e vinhetas têm de ser aprovados [...]"[42].

A edição número 15 foi totalmente proibida de circular, mesmo após ter sido censurada.

MOVIMENTO sofreu censura prévia durante três anos, desde o número zero até junho de 1978. Nesse universo de 153 edições semanais foram cortadas pela censura 3.162 ilustrações e 3.093 matérias na íntegra, afetando todas as editorias, mas principalmente as temáticas sociais e as políticas. Foram extensos também os cortes parciais de matérias[43].

A ESTÉTICA DO FEIO COMO MANIFESTO POLÍTICO

Por ter sido o único jornal da imprensa alternativa submetido à censura prévia desde o zero, MOVIMENTO não realizou com plenitude seu projeto editorial e gráfico. Mutilado desde o início e repleto de erros de revisão, revelou-se um desastre estético. Em contraste com OPINIÃO, MOVIMENTO, desde o início, transmitia a sensação de um equívoco editorial. A equipe agora valorizava a doutrina e desprezava o acabamento. Os jornalistas já não iam mais à gráfica, de estilete na mão, para corrigir cada pequeno defeito do paste-up. Refletindo também uma mudança de mentalidade, MOVIMENTO tinha a diagramação mais pesada do que a d'OPINIÃO, com textos longos e tijolados, em corpo oito e até em corpo sete. Suas charges e desenhos eram rudes devido ao pouco tempo disponível entre a aprovação do rascunho pela censura e a confecção da arte final. Expressavam uma estética popular, em contraste com os traços aristocráticos d'OPINIÃO. Repetidamente eram reproduzidos os clássicos desenhos das criancinhas famintas de Käthe Kollwitz, inspirados pela miséria do povo alemão durante a crise da República de Weimar. Predominavam as charges de uma nova geração de cartunistas, na maioria formados ao redor da revista Balão, lançada em âmbito estudantil, a partir da Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA), em 1972. Entre seus criadores, Laerte, os irmãos Caruso, Jota, Luís Ge e Alcy[44]. Predominavam os traços grossos, fortes, de Jayme Leão, os personagens de cara esmagada e nariz esborrachado de Jota. Como se quisessem demonstrar que foram deformados pela repressão, ou que pertenciam a um país de pessoas subnutridas, de um povo também deformado e maltratado, com o qual o jornal se identificava. MOVIMENTO assumia a estética do feio como manifesto político.

Excepcionalmente, eram aplicadas as gravuras fortes de Rubem GRILO e Elifas Andreatto produzia uma capa plasticamente elegante[45].

PERFIL EDITORIAL: O POVO E SEU CENÁRIO

MOVIMENTO não possuía um projeto detalhado, mas definiu algumas seções-chave, a cena brasileira e a página de novos contistas, sugerida por Bernardo Kucinski, as duas colunas opinativas, a de Chico Pinto e a não assinada de Duarte Pacheco, contratadas por Raimundo Pereira. Além dessas seções, destacou-se, na primeira fase, a seção de cultura, ocupando quatro páginas do jornal, deixando, portanto, de ser caudatária.

Os Ensaios Populares destacaram-se pela clareza de estilo e linguagem pedagógica. Propunham-se a "fazer educação popular"[46], desenvolvendo um tema em forma editorial, a partir de fatos da semana ou da conjuntura. Aos poucos foram definindo, com vigor e estilo econômico, posições políticas, e passaram a desempenhar dentro do jornal e junto ao público

o papel de símbolo ou comprovação de existência de uma determinada hegemonia política no jornal.

A cena brasileira já existia em OPINIÃO e ganhou grande destaque em MOVIMENTO porque coadunava com a decisão de priorizar a temática popular, e era mais tolerada pela censura que via nessas reportagens peças literárias sem valor político. Através da cena brasileira, de sua correlata Gente brasileira, destacaram-se talentos, entre os quais Sérgio Buarque, Fernando Miranda e Murilo Carvalho. Tornaram-se antológicas as reportagens de Murilo Carvalho sobre os apanhadores de café, os plantadores de trigo e outros tipos de trabalhadores do campo. Também escreveram matérias antológicas Aguinaldo Silva, Ivan Maurício e Teodomiro Braga. Na fotografia revelaram-se, entre outros, Juca Martins e Nair Benedicto, fundadores da agência F-4, fornecedora regular de material fotográfico para a imprensa alternativa.

Havia uma obsessão na escolha de tipos e situações do campo. Ou situações extremas, retratando, muito mais, pedaços de um passado que sobrevivia em meio a profundas transformações sociais. “Como gênero, lembravam os sketchs dos primeiros jornalistas americanos, que viajavam pelo oeste descrevendo cenas peculiares e tipos exóticos; entre o conto e a crônica; algumas cenas beiravam o panfletário, mas outras trabalhavam com a ficção, operando mudanças no consciente do narrador e, portanto, do leitor.”[47]

Aos críticos d’OPINIÃO, como Jean-Claude Bernardet e Ricardo Maranhão, MOVIMENTO incorporou toda uma nova geração de críticos e ensaístas – entre eles Flávio Aguiar, José Miguel Wisnick e Maria Rita Kehl. Escapando um pouco mais da virulência da censura prévia, a seção de cultura torna-se importante e relativamente autônoma em relação ao resto do jornal. Tem uma visão não-ortodoxa das questões de cultura, um ecletismo que lhes permitiu, principalmente, “não praticar o realismo socialista”[48]. O espaço para novos contistas fez sucesso, ampliando o campo de leitura do jornal e revelando alguns talentos – entre os quais, João Gilberto Noll e Silvio Fiorani –, além de projetar nacionalmente Moacyr Scliar.

No plano ideológico, fortemente obstruído pela censura, a contribuição inicial de MOVIMENTO foi fragmentária. Predominou no jornal uma visão do processo político que poderia ser classificada de liberal-populista, valorizando as manifestações de descontentamento de setores da burguesia, o surgimento das primeiras oposições de cunho liberal, como Paulo Brossard e Teotônio Vilela. Os artigos de Marcos Gomes e os Ensaios populares de Duarte Pacheco trabalhavam com as idéias do nacionalismo econômico e do terceiro-mundismo. Em contraste com essa visão, mas sempre em posição subalterna na distribuição dos espaços e dos títulos, havia uma visão mais à esquerda, expressa por artigos de Chico de Oliveira, Maria Moraes, Guido Mantega e Bernardo Kucinski.

A coluna de Chico Pinto, que deveria interpretar a semana política em Brasília, ganhou notoriedade não apenas pelas informações que trazia, mas pela freqüência com que era mutilada pela censura. MOVIMENTO foi o único jornal a contestar, desde o primeiro número, o acordo atômico com a Alemanha, saudado acriticamente por toda a imprensa e mesmo pelo campo da esquerda tradicional como uma vitória da nacionalidade contra os Estados Unidos. Havia, também, muitas matérias de defesa do consumidor e do meio ambiente, escritas por José Roberto de Alencar e por Bernardo Kucinski, além de denúncias sobre a dívida externa.

DESASTRE FINANCEIRO

Em apenas quatro meses, MOVIMENTO perdeu Cr$ 508 mil, ou seja, metade de todo o capital inicial levantado junto aos apoiadores. Nem Raimundo e menos ainda os editores e conselheiros do jornal pensaram em rever o planejamento em razão da introdução da censura prévia. O jornal vendeu muito abaixo do planejado, além de sofrer o confisco da edição número 15. Como Cr$ 378 mil foram gastos em implantação (máquinas de escrever, sede, material, telefones), foi-se quase todo o capital inicial. E o jornal viu-se na contingência de cortar drasticamente as despesas e lançar uma nova campanha financeira.

Prejuízo operacional de julho	Cr$206 mil
Idem de agosto	Cr$142 mil
Idem de setembro	Cr$ 90 mil
Idem de outubro (previsão	Cr$ 80 mil
Total de perdas[49]	Cr$508 mil

O projeto inicial previa um jornal de 28 páginas, com tiragem de 50 mil exemplares, folha de pagamento de 180 mil cruzeiros. Seu ponto de equilíbrio econômico – entre custos e receita – se daria com a venda de 27 mil jornais – a cinco cruzeiros os oito primeiros números e seis cruzeiros os restantes. Mas as previsões iniciais de venda se revelaram otimistas. O número 1 vendeu apenas 21 mil exemplares, contra a previsão de 30 mil[50]. No oitavo número, as vendas já haviam caído a apenas 8,5 mil, demonstrando que poucos leitores estavam dispostos a comprar um jornal mutilado só por apoio político[51].

O relatório reservado de Raimundo Pereira atribui todo o desastre financeiro à censura, não apenas pelos efeitos diretos, mas também pelos indiretos: o atraso na distribuição do jornal, pois a distribuidora Abril só podia iniciar as remessas após a autorização expressa da Polícia Federal, que conferia o jornal impresso com o material censurado; as despesas operacionais e materiais adicionais, provocadas pela existência da censura. Além disso, menciona o fato de, por atrasos na integralização do capital, o jornal ter sido lançado em época de férias, e sem campanha de divulgação, relativamente desconhecido do público potencial. Mas Raimundo admite que errou na avaliação da conjuntura política, agravada entre os meses de lançamento do projeto e sua efetivação: "[...] Às nossas considerações teóricas de desconfiança em relação [...] à política de distensão não se seguiu uma opção prática coerente do modelo do jornal a ser feito nesse momento". Não houve nenhuma discussão aprofundada no conselho de redação, após a censura ter-se tornado um fato consumado, continuando no mesmo ritmo o trabalho de preparação, como que movido por um fatalismo. Assim se perdeu, em apenas quatro edições, 20% do capital inicial.

Raimundo propôs, então, adequar os custos à receita do jornal, reduzindo o número de páginas de 28 para 24, e a tiragem de 50 mil para 35 mil exemplares. Mas isso reduzia o ponto de equilíbrio em muito pouco, de 27 mil para 24,6 mil exemplares. A solução foi cortar a folha de pagamento drasticamente, de 180 mil para 110 mil cruzeiros, com novo ponto de equilíbrio em 17,8 mil exemplares, ainda muito acima das vendas reais. Novo corte nas despesas com pessoal em outubro, reduzidas a apenas 90 mil, e no número de páginas, que cai para vinte, trouxe o ponto de equilíbrio para cerca de quinze mil exemplares, pouco acima da vendagem média daquele mês[52]. Com esses cortes, ficou eliminada a possibilidade de uma redação profissionalizada. O jornal teria que ser

escrito primordialmente por colaboradores que não precisassem viver desse trabalho, e por ativistas políticos.

Para recompor o capital de giro, reduzido a apenas Cr$ 150 mil, insuficiente para continuar rodando o jornal, Raimundo lançou uma campanha de assinaturas, com a meta de vender 5 mil assinaturas de Cr$ 250 em dois meses, propôs uma chamada de capital adicional no valor de Cr$ 200 mil e a antecipação da integralização do capital pelos subscritores originais, cujas prestações iriam até abril do ano seguinte. Todas essas medidas tinham também custos operacionais elevados e precisavam ser emuladas através do apelo emocional e ideológico, e de uma intensa visitação às universidades. No dia 2 de dezembro, quando circulou o número 17 de MOVIMENTO, foi recebida a ordem para remeter o material à censura em Brasília[53], e não mais a São Paulo. MOVIMENTO já era um jornal de resistência, entrando numa crise da qual nunca mais sairia. Em fevereiro, apesar de todo o esforço, só haviam sido vendidas três mil assinaturas.

NOTAS

1. Raimundo Pereira, relatório ao Conselho, rascunho, 12/3/1976. Este, como praticamente todos os demais textos referidos neste trabalho como de autoria de Raimundo Pereira, foram obtidos no arquivo pessoal de Raimundo Pereira (arquivo RP), mas devem ser entendidos como formulados essencialmente e mesmo redigidos, na maioria das vezes, por Duarte do Lago Pacheco Pereira. Cf. Raimundo Pereira, entrevista ,fev. 1991.

2. Raimundo Pereira, “Nasce um Jornal”, MOVIMENTO, n. zero, jun. 1975. MOVIMENTO era o nome da revista mensal da União Nacional dos Estudantes, anterior ao golpe de 1964.

3. Idem, ibidem.

4. O prestígio de Raimundo, como um tributo a ele conferido pela sociedade, estava diretamente vinculado à experiência d’OPINIÃO, vista pelo seu lado externo nos seus aspectos heróicos.

5. Raimundo Pereira, “Nasce um Jornal”, MOVIMENTO, n. zero, jun. 1975.

6. “Participe do MOVIMENTO”, folheto de promoção, abr. 1975.

7. Raimundo Pereira, “Nasce um Jornal”, MOVIMENTO, n. zero, jun. 1975.

8. Três antigos companheiros de Raimundo no ITA – Raimundo de Oliveira, Francisco Gomes e Gilcio Amaral – financiaram o trabalho preparatório de lançamento do jornal, que durou três meses, de Raimundo Pereira, Antônio Carlos Ferreira e Marcos Gomes (irmão de Francisco). Cf. Entrevista com Raimundo Pereira, 6/3/1991.

9. Cf. balanço do primeiro ano de MOVIMENTO, mimeo., c. jun. 1976, arquivo RP.

10. Cf. MOVIMENTO, 30/11/1981.11. MOVIMENTO, n. zero, jun. 1975.

12. Ampliado logo após com mais quatro membros, o conselho fica assim composto: Aguinaldo Silva, Antônio Carlos Ferreira, Bernardo Kucinski, Elifas Andreatto, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, Jean-Claude Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azedo, Raimundo Pereira, Teodomiro Braga, Sérgio Buarque, Juca Martins, Flávio Aguiar e Flávio de Carvalho.

13. Mesmo após as campanhas posteriores de vendas de ações, a maioria dos acionistas continua sendo de jornalistas. Cf. relatório quinqüenal/newspaper MOVIMENTO, 1975-1979, elaborado para fins de pedido de financiamento ao exterior: “[...] cerca de 400 pessoas que se dispuseram a integralizar o capital [...] entre as quais cerca de 200 jornalistas e 40 parlamentares [...]”.

14. Entrevista com Raimundo Pereira, 6/3/1991.

15. Raimundo Pereira, “Nasce um Jornal”, MOVIMENTO, n. zero, jun. 1975. Entrevista, 6/3/1991.

16. MOVIMENTO, n. zero, jun. 1975.

17. Entrevista com Jair Borin, 20/6/1990.

18. Entrevista com João Machado, 6/7/1990.

19. Relatório da sucursal de Belo Horizonte, s. d., arquivo RP.

20. Idem, ibidem.

21. Raimundo Pereira, O Caso Murilo Albernaz, relatório especial, s. d., arquivo RP. Prevaleceu a solução hierárquica,

com reiteração da autoridade da sucursal.

22. Cf. Pedro Estevam da Rocha Pomar, O Massacre da Lapa, 1987, p. 111.

23. Entrevista com Luís Bernardes, 3/7/1990. A Teoria dos Três Mundos foi considerada pela literatura oficial do Partido Comunista Chinês como uma importante contribuição de Mao ao marxismo-leninismo. Ver Teng Hsiao Ping, "China and the Three Worlds", Peking Review, n. 16, 19 abr. 1974; ver também Peking Review, n. 45, 4 nov. 1977.

24. Cf. PcdoB, documentos, Cinqüenta Anos de Luta, 1975.

25. Pedro Estevam da Rocha Pomar, O Massacre da Lapa, op. cit., p. 111.

26. Cf. mimeo., jan. 1975, arquivo od.

27. Cf. Jacob Gorender, Combate nas Trevas, 1987, p. 212.

28. Cf. Antônio Ozai da Silva, História das Tendências no Brasil, s. d., p. 151.

29. São doze os dirigentes desaparecidos entre novembro de 1973 e outubro de 1975. Ver uma análise dessa fase da repressão em Bernardo Kucinski, Abertura: História de uma Crise, 1982, pp. 44-110.

30. Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.

31. Entrevista com Carlos Azevedo, 19/6/1990.

32. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990. Depois de passar por outras mãos, a chefia de vendas fica a cargo de Paulo Barbosa (que não é o Barbosinha e nem está ligado ao PCdoB), de meados de 1979 até o fim do jornal, dois anos depois. Entrevista com Paulo Barbosa, 11/09/2001.

33. Entrevista com Marco Aurélio Garcia, set. 1990.

34. Entrevista com Duarte Pacheco, 5/6/1990. Ele traduziu Marxismo Segundo Althusser, uma coleção de ensaios, São Paulo, Sinal, 1967.

35. Entrevista com Ozeas Duarte, ago. 1991.

36. Cf. Haroldo Lima & Aldo Arantes, História da Ação Popular, 1984, p. 144.

37. Segundo Marco Aurélio Garcia, a ap, ao contrário do pc e do PCdoB, era muito flexível nos vínculos com dirigentes de prestígio, aos quais permitia uma margem ampla de realização pessoal. Cf. entrevista com Marco Aurélio Garcia, ago. 1990.

38. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990. Como principais divergências pode-se citar o fato de ele não aceitar a tese de um caráter semifeudal da sociedade brasileira, de não ver condições para a luta armada e, ainda, exigir uma crítica mais profunda do stalinismo. Também não abandonou a Teoria dos Três Mundos, mesmo depois de seu repúdio aberto pela Albânia, a partir de 1977, cf. entrevista com Carlos Azevedo, 19/06/1990.

39 Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991. "Quando Duarte falou em Constituinte, eu nem sabia o que era isso; aí fui procurar nos livros".

40. MOVIMENTO, n. zero, jun. 1975.

41. No entanto, a polícia deu como pretexto a cena brasileira "Minha Vida com a Central do Brasil", alegando que o texto era um incitamento à revolta.

42. MOVIMENTO Reservado, n. 2, out. 1975, arquivo RP.

43. Entrevista com Raimundo Pereira, 5/6/1990. Para um levantamento minucioso das matérias censuradas em MOVIMENTO ver Maria Aparecida Aquino, Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978), São Paulo, 1999.

44. Desse grupo originou-se também a editora Oboré, que se especializou em fornecer artes gráficas e charges ao movimento popular e a sindicatos. Entrevista com Sérgio Gomes, jul. 1990.

45. Elifas desenhou as capas de Mao Tsé Tung, Mulher, Santo Dias, Arraes e Lula.

46. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990.

47. Cf. Entrevista com Flávio Aguiar, jul. 1990. Cf. Murilo Carvalho, Coletâneas de Cenas: Estórias de Trabalhador, 1976, e A Cara Engraçada do Medo, 1977.

48. "Para desespero do Raimundo", segundo Flávio Aguiar, entrevista, jul. 1990.

49. MOVIMENTO Reservado, n. 2, out. 1975, arquivo RP.

50. Idem, ibidem.

51. MOVIMENTO, 10-17/3/1980.

52. Essa média de vendas nas bancas só se manteve durante um mês. A partir de dezembro, as vendas em banca caem ininterruptamente até junho de 1976, quando se estabilizam em torno de apenas nove mil exemplares.

53. Ofício 4349/1975, da Polícia Federal, arquivo RP.

DE JORNAL A QUASE-PARTIDO

O MÉTODO DOGMÁTICO

As reuniões do conselho de redação do jornal MOVIMENTO, nos sábados pela manhã, seguiam o rito da discussão canônica em torno dos dogmas políticos. Raimundo Pereira preparava-se para essas reuniões copiando à mão as diretrizes escritas por Duarte Pacheco e, menos freqüentemente, as trazidas por Carlos Azevedo, destruindo em seguida os originais por razão de segurança[1]. Munido desses roteiros prévios minuciosos, conseguia enfrentar os desafios do debate político, apesar da crescente vulnerabilidade das posições do PCdoB diante das críticas dos outros grupos de esquerda e dos independentes, principalmente daqueles com formação acadêmica, como Chico de Oliveira, Guido Mantega e Maria Moraes.

O conselho transformou-se em palco de antagonismo entre duas grandes tendências: de um lado os militantes do PCdoB, e de outro quase todos os demais grupos, junto com a maioria dos independentes e intelectuais de formação acadêmica. Tratava-se, também, de um choque entre um sistema dogmático de significações e outro mais pragmático. Por isso se aproximaram os jornalistas independentes, alérgicos ao dogma, os acadêmicos, cujo sistema de saber é tentativo e fragmentário, e os trotskistas do grupo Centelha, que dominavam a sucursal de Belo Horizonte, cujo dogma principal era, na tradição trotskista, o próprio combate ao dogmatismo. Nesse grande e heterogêneo grupo entraram, naturalmente, os ex-militantes da AP da sucursal de Salvador, que haviam rejeitado o PCdoB e tinham na sua diferença com ele a definição da sua identidade.

Aos que não viviam o jornal como espaço partidário, tornou-se desgastante o jornalismo praticado em MOVIMENTO. Arlindo Mungliolli, jornalista de estilo perfeccionista, logo se demitiu do cargo de editor de Economia. Bernardo Kucinski assumiu uma atitude de crítica aberta e constante. Ricardo Bueno enviou do Rio de Janeiro uma carta de críticas contundentes sugerindo que o jornal ampliasse seus temas, que se tornasse mais bonito e mais solto, mais criativo e informativo.

O roteiro da resposta de Raimundo a Ricardo Bueno, com mais de oito laudas, é paradigmático de uma visão doutrinária do jornal e do tipo de instruções municiadas por Duarte Pacheco. Começa por capitalizar como elogio o que era uma crítica – o fato de haver crítica seria uma demonstração de que o jornal era democrático – e termina pela remessa do mérito da discussão a uma instância abstrata, o programa do jornal, que apesar de nunca ter sido discutido pelos conselheiros, começa então a ser erigido em dogma.

> *[...] Todo jornalista está ligado ao processo econômico-social em andamento e às lutas político-ideológicas em curso; necessariamente tem que tomar posição ao lado de alguma das forças em choque [...] a questão central é portanto política, a dos interesses a que serve o jornal; que opção ele tomou pelas forças sociais em confronto na sociedade [...] o papel da criatividade é secundário e é o de ajudar o jornal a perseguir os seus objetivos [...]*[2].

E quais seriam os objetivos de MOVIMENTO?

> *[...] Ajudar essas forças a elevar sua compreensão da situação nacional e internacional e a organizar-se na luta por seus objetivos comuns e específicos. Tendo como base um programa amplo e democrático do jornal,*

unir e organizar essas forças e manter a luta de idéias entre elas, em relação às questões em aberto [...].

Nessa etapa, oito meses depois do lançamento, Duarte Pacheco, pelas anotações de suas instruções copiadas por Raimundo, admite que "pessoas novas que entraram não têm a mesma compreensão das antigas, as idéias não foram compartilhadas, talvez se possa dar um passo adiante [...] estudar a questão do método democrático, o nosso método interno". Mas recua: "Não estou propondo esse passo adiante". E rejeita as acusações que já se fazem, de dogmatismo: "Alguns confundem jornal dogmático com ter posição".

Em todo esse raciocínio há a negação do conselho de redação como instância viva, e de seus membros como seres independentes, com poder deliberativo: "[...] Um dos equívocos principais é achar que o MOVIMENTO é um jornal de jornalistas [...] o conselho não é o dono do jornal"[3]. E remete esse poder para o conjunto de acionistas, apoiadores e colaboradores, o que, no entanto, é uma abstração, pois não possuem representação efetiva no jornal.

Logo se dissolveu o núcleo de jornalistas amigos que, desde o projeto AMANHÃ, se formara em torno de Raimundo Pereira. Novos grupos se formam; um deles em torno da editoria de cultura. Outro grupo era o dos mineiros, oriundos d'OPINIÃO, também afastando-se de Raimundo. Marcos Gomes, que desde a saída d'OPINIÃO sofria crises intermitentes de depressão, era seu único apoio dentro da redação nas questões ideológicas.

Raimundo dedicava a grande parte do seu tempo reescrevendo as minuciosas prescrições de Duarte Pacheco, com estratégias de ação política, não só para o jornal, mas para o país:

Devemos insistir, na linha do último artigo, na possibilidade de dividir os moderados e formar uma aliança entre liberais tipo Brossard, nacionalistas tipo Simon e Alencar, e as bases e setores populares do MDB, para alterar a composição da direção nacional e abrir caminho a uma atuação mais coerente e combativa do partido. Mais uma vez só é preciso não perder de vista a conjuntura nacional e tomar como critério o programa do MDB, persistir numa política ampla e ao mesmo tempo não fazer concessões de princípios, não arquitetar acordos eleitorais espúrios com os adesistas [...][4].

Até o início de 1976, Raimundo incorporava também as conversas com Carlos Azevedo, que lhe trazia minutas das diretivas do comitê central do PCdoB, e com quem "discutia muito as particularidades da tática, da luta contra a censura, da frente popular e da Constituinte, e estratégia [...]"[5]. Mas, a partir do início de 1976, o PCdoB ficou sem condições de se dedicar a um tal esmiuçamento tático, pois se viu envolto na luta interna em torno da avaliação da guerrilha do Araguaia, ao mesmo tempo em que apertava o cerco da repressão sobre seu comitê central. Azevedo passou a ter mais dificuldades nos contatos: "Estamos nesse momento apertados, não sei o que ocorre lá dentro [do jornal], a impressão é que se discute muito, que se discute tudo o tempo todo; mando artigos, sugestões, informes sobre nossa visão da situação [...] às vezes o Raimundo perguntava, explique essa situação, qual é a visão [do partido] sobre que parte da burguesia é progressista, que parte não é [...]"[6].

A partir do massacre da Lapa, em 16 de dezembro daquele ano, em que foram mortos dois dirigentes do partido (Angelo Arroyo e Pedro Pomar) e presos outros seis, um dos quais (João Batista Drummond) foi assassinado no dia seguinte no DOI-CODI de São Paulo[7], tornou-se extremamente precária a comunicação de Azevedo com Raimundo, crescendo a importância de Duarte Pacheco.

“As bases pensavam que os artigos de Duarte eram a voz do partido, mas o partido ficou sem voz. A direção vinha da rádio Tirana, da Albânia, que eu transcrevia e mandava para o Raimundo. Certamente passava tudo pelo Duarte Pacheco [...]”[8]. Os Ensaios Populares, atribuídos a Raimundo, faziam com que fosse visto como pensador e líder político, e não apenas como editor de um jornal alternativo, recaindo sobre ele uma carga psicológica e intelectual extraordinária, à qual respondeu apoiando-se ainda mais em Duarte Pacheco.

Virtualmente extinta a comissão executiva do comitê central do PCdoB[9], a elaboração política de Duarte Pacheco supera, em intensidade e regularidade, à dos remanescentes da direção do PCdoB. MOVIMENTO torna-se um quase partido, Raimundo era o seu líder aparente e Duarte Pacheco, o verdadeiro condutor.

Entre os não-alinhados ao PCdoB, foi crescendo a suspeita de que Raimundo Pereira seguia diretrizes previamente estabelecidas, fora do âmbito do jornal, e de que quase todas as discussões tinham por objetivo vencer resistências, legitimar essas diretrizes. Começaram a surgir também incidentes de censura interna, através de manipulações de títulos e espaços, pequenos cortes, sob pretexto técnico, e mesmo supressão de matérias. Em agosto de 1976, Maurício Azedo, membro fundador do conselho editorial, e costumeiramente alinhado com as posições do PC, cortou relações temporariamente, em protesto contra a não-publicação de várias de suas matérias[10].

PRIMEIRAS DIVERGÊNCIAS : A TEORIA DOS TRÊS MUNDOS

Os primeiros desentendimentos concretos eclodiram em novembro de 1975, o jornal com apenas cinco meses de vida, quando a redação reagiu de forma fria a uma proposta de Bernardo Kucinski de dar tratamento comemorativo à vitória do MPLA (MOVIMENTO Popular de Libertação de Angola) em Luanda e à proclamação, por Agostinho Neto, da República Democrática de Angola.

Raimundo Pereira reagiu negativamente:

> *[...] A proposta de uma cobertura comemorativa do que se dizia que era o sucesso do início de uma revolução socialista em Angola, com a libertação do país pelas tropas angolano-cubanas-katanguesas armadas pelos soviéticos [...] nos dividiu porque não temos uma posição única em relação aos caminhos que levam um povo a se libertar nem em relação à natureza do regime soviético [...] considero que a ajuda externa não pode substituir a luta dos povos e sim apoiá-la [...]*[11].

Era a aplicação da Teoria dos Três Mundos, que tinha como prioridade enfraquecer as posições e a liderança da União Soviética em todas as partes do mundo e substituir a influência soviética nas lutas de libertação da África e América Latina. Confrontado no conselho editorial com o livro fundamental de Basil Davidson, revelando as ligações dos movimentos angolanos não-apoiados pela União Soviética, o FNLA de Holden Roberto e a UNITA de Jonas Sawimbi, com a CIA e com a África do Sul[12]. Flávio de Carvalho, editor internacional, corrigiu nos meses seguintes os rumos da cobertura, tornando-a mais informativa e aberta, conforme decisão do conselho editorial, o que em si já foi um fato raro. Em fevereiro foi publicado um artigo enciclopédico – Afinal, quem são os angolanos? que refletia claramente a necessidade de reciclagem de conhecimento por parte dos ativistas do PCdoB, que desconheciam o caráter excepcional da

liderança de Agostinho Neto. Mas no mês seguinte, na edição de primeiro de março, a pretexto do reinício das aulas escolares, Duarte Pacheco publicou o Ensaio Popular "O culto ao último livro", que perguntava "ler mais é saber mais?" E respondia: "O erro dos que sucumbem ao culto desenfreado dos livros é profundo"; "querer desenvolver uma teoria sem experiências práticas é como pretender levantar-se do chão puxando os próprios cabelos". Esse Ensaio Popular, além de refletir um curioso culto a provérbios chineses, foi recebido como um insulto pelos críticos da cobertura sobre Angola.

A DIVERGÊNCIA EM TORNO DO NACIONAL-POPULISMO

Em dezembro de 1975, a sucursal de Belo Horizonte, controlada pela Centelha, atacou um Ensaio Popular de Duarte Pacheco, As correções e as soluções, que

> *[...] enfatizava diferenças entre firmas nacionais e estrangeiras, e propunha um novo modelo baseado no consumo popular, na valorização do mercado interno e na reforma agrária, e remetia diretamente à tese terceiro-mundista da China: [...] [lutando] com os outros países subdesenvolvidos por uma renegociação geral da dívida externa [...] [e] nesse sentido aliar-se decididamente ao Terceiro Mundo e apoiar a formação de associações de produtores de matérias-primas*[13]*.*

"As correções e as soluções constituem uma sugestão de tipo nacional-reformista, que aconselha a aliança com a burguesia nacional, atribuindo-lhe a direção da luta pelos interesses nacionais", acusa a carta de Belo Horizonte, cobrando uma discussão formal sobre o programa mínimo defendido pela frente jornalística: "Pensamos que o conselho de redação deve definir-se concretamente [...] o que exigimos é a demarcação política do denominador comum"[14].

Mas a direção em São Paulo investiu ainda mais nas suas teses durante a crise da renúncia do ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, que vetara a compra da empresa nacional Consul por grupos estrangeiros[15]. Apesar de MOVIMENTO veicular, de modo pluralista, as análises do caso Severo Gomes[16] – inclusive dois artigos que relativizavam a importância do episódio –, os artigos escritos sob a ótica da ala de esquerda são publicados invariavelmente em posição subalterna, enquanto os editoriais do jornal aprofundam o comprometimento com a posição nacional-populista.
Em 21 de fevereiro, o Ensaio Popular de Duarte Pacheco, O acordo e o desacordo dentro da oposição, como se estivesse desafiando as críticas internas, avança ainda mais:

> *Uma parcela dos grandes empresários e fazendeiros pode apoiar o objetivo básico do programa oposicionista, que é a luta pela reconstitucionalização democrática do país. Confirma-se dessa maneira que o leque oposicionista é amplo [...] chega até às correntes liberais, representativas de setores dos grandes empresários e dos grandes proprietários de terra[...].*

Nesse mesmo Ensaio Popular, Duarte Pacheco inclui uma proposta de luta por uma Assembléia Nacional Constituinte. Assim, estava completo o programa original do PCdoB, de aliança com setores da burguesia.

Aluísio Marques, o teórico do grupo Centelha, de Belo Horizonte, contestou a tese de que grandes empresários possam lutar pela democracia, e pediu a abertura dos Ensaios Populares a uma participação ampla do jornal. Exigência que vinha sendo feita por todos os setores não

pertencentes ao núcleo central, e pelos independentes. Raimundo respondeu que a "seção Ensaios Populares está aberta à participação de qualquer pessoa" (o que nunca se verificou), não revelou a verdadeira autoria dos ensaios e respondeu ao mérito dos argumentos com uma sofisma: "O programa do jornal propõe 'acompanhar as lutas dos cidadãos brasileiros por liberdades democráticas'; propõe, portanto, que acompanhemos 'todas' as lutas por liberdades democráticas, mesmo as dos grandes empresários [...]"[17].

O RELATÓRIO SOBRE OS ENSAIOS POPULARES

Em torno dos Ensaios Populares, escritos secretamente por Duarte Pacheco, editados com grande destaque, sem assinatura, como editoriais, deu-se o choque frontal entre as duas principais correntes do jornal: de um lado, os liberais-populistas – como eram designados os adeptos da AP-PCdoB por seus adversários; de outro, os trotskistas, como o PCdoB designava os grupos da Bahia e de Belo Horizonte, e os independentes de São Paulo. Para a *nova esquerda*, as teses defendidas pelos Ensaios representavam o retorno às velhas concepções do partidão, contra as quais se haviam rebelado gerações de militantes políticos. Os independentes, como Chico de Oliveira, que haviam desenvolvido um enorme esforço intelectual após o golpe de 1964, na crítica ao nacional-populismo e às concepções dualistas do PCdoB, consideravam os Ensaios um atraso intelectual[18].

Para resolver a divergência, foi criada uma comissão coordenada por Flávio Aguiar, com a participação de Chico de Oliveira e Marcos Gomes. No início de março, Flávio Aguiar apresentou seu relatório concluindo que os Ensaios constituíam uma entre muitas interpretações possíveis do programa do jornal:

> *[...] O que há de comum nesses ensaios é a bandeira de luta pela democracia [...] [mas] os ensaios formulam uma visão particular e contingente desse programa [...] não poderia ser de outra forma, sob o risco dos textos dos ensaios se tornarem uma defesa de princípios abstratos [...] [trata-se] de uma interpretação doutrinária adequada ao programa do jornal, no sentido de que buscam sempre ligar todas as lutas e aspirações [...] à luta pela democracia [...] mas esta ligação se faz num nível de detalhamento tal que os fazem uma interpretação possível do programa [...] outras cabem dentro desse programa [...] o que interessa, a meu ver, é fixar aqui o princípio de que cabe mais de uma interpretação do programa do jornal, desde que se mantenha como eixo central destas interpretações a formulação da luta democrática [...]*[19].

Flávio Aguiar discute em seguida a questão do método de decisão, citando um trecho dos próprios ensaios ("se o objetivo é democrático, o método é democrático; e se o método não é democrático, o resultado também não pode ser democrático [...]".), concluindo: "[...] Parece evidente que, no nível de detalhe a que chegam, os Ensaios não podem ser tomados como expressão global do conselho de redação ou, muito menos, de todas as pessoas que compõem o jornal [...] haverá divergências até quanto ao estilo [...] a seção deixa de satisfazer a unidade do jornal [...]".

O relatório propõe um conjunto de medidas com o objetivo de "preservar a convivência democrática" e "assegurar o tratamento igualitário para todas as pessoas", entre elas: que a seção seja transformada num espaço de "debates sobre a questão da luta democrática e sua articulação com as demais aspirações do povo brasileiro"; que seja aberta a todos os membros do jornal; que continue sendo coordenada e editada pelo editor do jornal.

Ao mesmo tempo, propõe a criação de uma outra comissão para discutir e aprovar textos que marcassem a posição do jornal, ou seja, os editoriais[20].

PROPONDO A HEGEMONIA DE UMA CORRENTE

Municiado por Duarte Pacheco, Raimundo reagiu ao relatório de Flávio Aguiar pregando a necessidade de haver a hegemonia de uma corrente dentro do jornal: "[...] Um programa, por mínimo que seja, deve ser um todo articulado e suficientemente demarcador, por isso, nas posições básicas que toma, não comporta mais de uma interpretação [...]"[21]. Em seguida, propõe avançar ainda mais essa interpretação considerada a única possível. Rejeita a proposta de transformar a comissão dos Ensaios em órgão permanente, dizendo que "ela poderia se transformar numa espécie de direção paralela". E advoga a extensão da política editorial monolítica, até então restrita essencialmente aos Ensaios, a todo o jornal alegando que "um programa claro e preciso, por mínimo que seja, é indispensável para todo o jornal e não apenas para os Ensaios Populares; ele interfere em toda a pauta, nas ilustrações, nos títulos, na paginação, na seleção de funcionários e colaboradores [...]"[22].

Seu objetivo parecia ser o de provocar a saída dos descontentes, depurar o jornal. Propõe a edição de um caderno especial contendo exatamente os Ensaios Populares, tão contestados[23].

Para a direção do PCdoB, o que ocorre em MOVIMENTO é uma luta contra o trotskismo, o inimigo interno contra o qual Stalin moveu o mais feroz combate, e que se tornou na cultura estalinista expressão pejorativa, designativa de uma oposição intelectualizada e descomprometida com a prática política. Era um teatro do absurdo. A oposição criticava os editoriais terceiro-mundistas e maoístas, julgando que refletiam a posição do PCdoB; as bases do PCdoB apoiavam a direção do jornal, também julgando que essa era a posição do partido, quando na verdade desde a visita de Nixon à China em 1972 e, mais acentuadamente a partir de 1975, o maoísmo já era repudiado abertamente pela Albânia e pelo PCdoB como de inspiração nacionalista. "[...] as bases pensavam que os Ensaios Populares de Duarte eram a voz do partido [...] mas apesar das divergências com o Raimundo em torno da questão do maoísmo, achávamos que a oposição dentro do MOVIMENTO era de inspiração trotskista e isso nós não aceitávamos de forma alguma [...]"[24].

Raimundo Pereira endurece suas posições, propõe que a próxima assembléia geral de acionistas seja transformada em grande "ato público de solidariedade ao jornal" e que nesse ato seja feito "o lançamento oficial do caderno dos Ensaios Populares [...]"[25].

A solução cênica para camuflar o expurgo consiste em proclamar um momento de pretenso reforço de unidade: "conquistar o comparecimento [à Assembléia] de importantes personalidades, como Brossard, Furtado, dom Evaristo, dom Ivo, da CNBB, da ABI, da OAB, de um representante do DCE, um operário (talvez da pastoral operária), representantes de grupos feministas etc., uma demonstração de força e de unidade das oposições [...]"[26].

Contando com a maioria cativa no conselho editorial, em parte porque alguns conselheiros que poderiam se sensibilizar com os reclamos da oposição, como Aguinaldo Silva, Fernando Peixoto e Maurício Azedo, encontram-se no Rio e não acompanham de perto as discussões, preferindo confiar à distância no líder que sempre admiraram, como ocorre também com o deputado Chico Pinto, Raimundo consegue aprovar suas propostas por seis votos contra quatro, sob grande pressão das bases da redação

ligadas ao PCdoB, lideradas por Antonio Neto Barbosa, o Barbosinha.

UMA TEORIA PARA A CENSURA INTERNA

O incidente que precipitou o “racha” de MOVIMENTO foi a publicação distorcida de um artigo de Bernardo Kucinski analisando a nova política de direitos humanos do presidente Carter, em especial a emenda Reuss, em tramitação no Congresso americano, condicionando a concessão de empréstimos externos à obediência a um código de direitos humanos. O artigo enfatiza a contradição dessa política com os interesses naturais do capital financeiro, “que se move para as regiões de maior taxa de lucro e não de maior taxa de direitos humanos”, mas ressaltava, numa frase-chave, que justamente por isso se tratava de uma emenda “revolucionária” em relação aos critérios consagrados do capital financeiro.

Além do corte dessa frase crucial, o artigo foi publicado em posição subalterna a um Ensaio Popular negando qualquer valor à política de direitos humanos e considerando-a uma ingerência na nossa soberania. Através desse truque, o artigo era usado para convalidar uma posição oposta à pretendida pelo autor.

Duas semanas antes, a Casa Branca havia divulgado seu relatório sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. Mas o editorial dizia que “[...] nada mudou na estratégia fundamental dos Estados Unidos e seu caráter intervencionista...”[27]. Desse raciocínio, o Ensaio concluía que a nova política de direitos humanos de Carter só poderia “prejudicar a luta dos trabalhadores por seus direitos... é o que pode acontecer na União Soviética e no leste europeu... a campanha está dirigida basicamente contra a URSS [...] a ingerência do governo americano pode ainda distorcer a luta dos povos subdesenvolvidos por suas liberdades democráticas”[28].

Acusado por Bernardo Kucinksi de instrumentalizar sua matéria, Raimundo reiterou que o corte não mudou “nada de essencial”, deteve-se em outros cortes na mesma matéria sobre os quais o autor não havia reclamado, para demonstrar que os cortes haviam sido “corretos”. Em seguida, teorizou sobre os cortes, estabelecendo os princípios de uma política de edição que sanciona o controle e a manipulação por parte do editor. Nessa justificativa, Raimundo retomou o argumento usado na sua antiga polêmica com Paulo Francis, em OPINIÃO, de que, por princípio, todas as mudanças decorrentes de necessidades de edição “devem ser feitas com a concordância do redator”, mas imediatamente negava esse princípio: “nos comprometemos a só fazer cortes dentro de certos critérios e ele [o autor] se compromete conosco a aceitar os cortes feitos e procurar um aperfeiçoamento dos critérios através da discussão e posteriormente à publicação dos artigos”.

E mais: “[...] quando o redator pertence à equipe do jornal, a concordância com os critérios é implícita [...]”[29].

O GRANDE “RACHA”

A partir do incidente da emenda Reuss, Bernardo Kucinski exige a retirada de seu nome do conselho editorial e se demite do cargo de editor especial. Os grupos de oposição e os independentes cobram a democratização do espaço do editorial, exigem que os editoriais reflitam o espectro de opiniões existentes na frente jornalística. Cresce entre os que se opõem à direção do jornal a convicção de que se trata de uma discussão inútil. Não há mais confiança nas palavras, nas declarações. A crise se

generaliza pelo jornal e suas sucursais. Precipita-se o "racha".

Em todas as sucursais são realizadas grandes assembléias, envolvendo no total cerca de 300 pessoas, um processo nacional de discussão política e ideológica dos principais ativistas políticos do movimento estudantil e movimentos populares. Tudo isso irá convergir na reunião do conselho editorial, marcada para 29 de abril, e na assembléia geral do dia seguinte, com delegações numerosas dos estados, e na qual será eleito, pela primeira vez, o editor do jornal. No dia 25 de abril, o grupo de descontentes de São Paulo, que vinha se reunindo na casa de Bernardo Kucinski, lança um manifesto de crítica às concepções de que insatisfações são casos isolados e de que "a vida do jornal deva ser animada por embates que conduzam à exclusão de pessoas [...]".

> *[...] Apesar de MOVIMENTO se propor a ser expressão de uma frente jornalística de oposição democrática com posições políticas diferenciadas, unida em torno de um programa comum, o jornal tem assumido, em algumas ocasiões, posições políticas que não refletem esse consenso mas, sim, uma interpretação particular de nosso programa... especialmente nos Ensaios Populares [...] se bem que seja necessária a manutenção de um centralismo no exercício das decisões, estas devem balizar-se pela prática da ampla discussão prévia [...] para a manutenção do consenso [...] não se pode cair no exercício de um centralismo autoritário [...] daí a urgente necessidade de se discutir os procedimentos e os métodos de funcionamento do jornal [...].*

Os dissidentes propõem: (1) A reafirmação do programa do jornal; (2) a elaboração prioritária dos estatutos; (3) que não se avance na explicitação dos pontos do programa antes da regulamentação estatutária; (4) que a eleição do Editor não seja vinculada a nenhuma interpretação particularista do programa; (5) que seja dado o prazo de noventa dias para assegurar os mecanismos garantidores da democracia interna[30].

A partir desse manifesto, ainda sem as adesões dos trotskistas de Belo Horizonte ou dos ex-APML de Salvador, polarizam-se as posições. As delegações de Belo Horizonte e de Salvador juntam-se aos dissidentes de São Paulo, elaborando uma proposta concreta para votação na reunião do conselho de redação do dia 29, e na provável assembléia geral do dia seguinte. A proposta MOVIMENTO retoma e aprofunda a linha geral de crítica aos métodos da direção do jornal:

> *A superação da atual unilateralidade da linha editorial começa pela discussão de seu processo de gestação. Isto aponta para a análise dos atuais métodos de trabalho, para a questão da democracia interna, bem como para a amplitude de nossos objetivos e para o que permitiu que essa linha editorial passasse dos limites do consenso [...].*
> *Propõem ainda os dissidentes que a eleição do editor seja provisória, por apenas 90 dias, prorrogáveis por mais 45, por 2/3 dos votos do conselho, enquanto é desencadeado um processo duplo de (1) rediscussão do programa mínimo e (2) desenvolvimento de mecanismos de democracia interna. Durante esses 90 dias, prorrogáveis por mais 45, fica aberta a participação nos Ensaios Populares, aos quais são acrescentadas a rubrica editorial e a assinatura do autor. Propõe a formação de uma comissão para aprovar os ensaios por 2/3 dos votos e outra, de sete membros, para propor os novos estatutos e procedimentos, dentro de um calendário de debates[31].*

Raimundo Pereira vai à reunião do conselho de redação do dia 29 de abril munido de um longo texto em que defende a tese da "necessidade de haver uma hegemonia dentro de um jornal como MOVIMENTO". Como concessão aparente, propõe que os Ensaios Populares passem a ser assinados pelo editor, mas cria, ao mesmo tempo, uma outra seção, de editoriais não

assinados. Assim, em vez de democratizar o editorial, duplica o exercício dessa opinião particularizada do programa, através do Ensaio que leva a assinatura do editor e, portanto, de Raimundo Pereira, e de um outro espaço para o qual seriam deslocados os textos de Duarte Pacheco. No seu conjunto, a proposta visa a consolidar e legitimar a estrutura de poder que vinha sendo contestada[32].

A reunião do Conselho foi dramática; um marco na história do ativismo de esquerda do período de transição.

> *"Houve de tudo nessa reunião, o clima do jornal se deteriorava rapidamente com a perspectiva da briga. Houve discussões inflamadas, bate-boca, muito suor e nenhuma pausa [...] depois de doze horas, as quase cem pessoas que assistiam e debatiam na reunião, ouviram os conselheiros decidirem: nove votos a favor da direção, cinco contra e a perplexa abstenção de Elifas Andreatto[33]."*

Derrotados na reunião do conselho de redação[34], os dissidentes vão à assembléia geral do dia seguinte, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com o objetivo de marcar posição e abrir, ao público acionista, as críticas. Nessa assembléia, de grande vigor retórico, e com a presença de duas centenas de ativistas políticos de todo o país, é ratificada a proposta da direção do jornal. No dia seguinte, os dissidentes consagram o "racha", num manifesto com 37 assinaturas, basicamente as mesmas do primeiro manifesto, exceto Maurício Azedo, e com a adesão de destacados membros das sucursais de Minas Gerias e de Salvador, entre os quais João Batista dos Mares Guia, Oldack Miranda, Emiliano José e Tibério Canuto. Dois terços dos signatários desse manifesto seriam futuros membros ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. O "racha" de MOVIMENTO sinalizava uma ruptura que ia além dos limites de um jornal alternativo, fruto de longo processo de rejeição do paradigma stalinista:

> *[...] Consideramos assim, rompidos os compromissos que MOVIMENTO assumiu em seu número zero, com o público leitor, com todos os que o apoiaram e com aqueles que nele trabalhassem ou viessem a trabalhar. Lá se [prometia] uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato e de direito, ou seja, também juridicamente, tivessem poder de decisão para garantir a observação de suas idéias [...] ao contrário dessa democracia de fato e de direito, chegamos, em MOVIMENTO, a uma situação semelhante àquela descrita pela própria equipe que saía do jornal OPINIÃO, em 1975: "era como se, num projeto que pertencia de fato a várias pessoas, uma das partes tomasse uma decisão fundamental unilateralmente" [...][35].*

Três anos depois, ainda perplexo com as dimensões do "racha", e já dividido na disputa interna entre as várias facções do próprio PCdoB, Raimundo Pereira anotou:

> *Ainda está para ser feita uma interpretação mais detalhada das causas da cisão... segundo interpretação de Tadeu [Arantes] e de Duarte Pacheco também, ao que parecia na época, o PCdoB teria assumido a hegemonia no controle do jornal. Isso reforça a tese de que a divisão de 77 foi, principalmente, provocada pela ação desse grupo que conseguiu influir sobre a direção do jornal e ditar seu rumo. O erro principal na época teria sido nosso, e não dos que nós chamamos divisionistas, mais decididos da época, o João Batista [dos Mares Guia], o Tibério Canuto e outros. Reforça também o argumento de gente como o Marcos Gomes, para quem Tonico, eu, São Paulo, constituímos o centro e não a vanguarda do jornal. MOVIMENTO seria, então, dirigido pela esquerda, através do centro, nós. Não concordo que seja uma interpretação correta[36].*

ESTREITAMENTO E DECLÍNIO DE VENDAS

MOVIMENTO debilitou-se irreversivelmente com o "racha" de abril de 1977. Reduzido à condição de jornal de uma única tendência, suas vendas em banca caíram rapidamente e, em cerca de seis meses, já haviam se reduzido à metade: 4,5 mil exemplares. Em fevereiro de 1978, atingiram o fundo do poço, apenas 4,2 mil exemplares vendidos em banca[37]. As vendas de assinaturas semestrais caíram da média de "mais de mil por mês, no período de 1977 anterior à cisão, para menos de 750 no período de maio de 1977 a fevereiro de 1978"[38]. EM TEMPO, lançado pelos dissidentes, com as características de frente jornalística de esquerda, machucou a imagem, roubou muitos dos leitores de Movimento[39] e todos os ativistas não-alinhados com o PCdoB. Nesse período, foram surgindo também os novos jornais alternativos regionais, a maioria reproduzindo o mesmo espectro de forças que saíram de MOVIMENTO. E a revista ISTO É, lançada por Mino Carta, em maio do ano anterior, com uma proposta parcialmente inspirada na imprensa alternativa, avançava sobre o leitor de classe média não-organizado. Raimundo Pereira considera ISTO É aliada do MOVIMENTO, por "bater-se contra a censura [...] pela liberdade sindical e pela maior representatividade partidária". E chama a atenção para a migração, de MOVIMENTO para ISTO É, de "colaboradores nossos que há tempos não aparecem mais em nossas páginas [...]"[40].

Apesar do esforço de vendas dos ativistas do PCdoB, as duas principais sucursais de MOVIMENTO, Belo Horizonte e Salvador, tornaram-se gravosas. Antes do "racha", Belo Horizonte gerava 30% de lucro sobre uma receita mensal de Cr$ 50 mil. Após o "racha" provoca um prejuízo mensal de 22% sobre uma receita líquida da ordem de Cr$ 35 mil mensais. Em Salvador caiu a zero um lucro antes equivalente a 16% da receita[41].

Em abril de 1978, a crise atingiu seu ápice:

> *[...] A situação econômica da Edição S.A. é de grande e permanente desequilíbrio; desde a crise de abril do ano passado, ela não apresenta nenhum balancete mensal lucrativo; a empresa está pesadamente onerada por dívidas a curto prazo, vem atrasando sistematicamente seus salários; já teve títulos apontados em cartório, já prorrogou seus pagamentos junto a seus principais credores e não tem capital de giro algum [...]*[42].

Surpreendidos pela extensão do "racha", principalmente pela perda indesejada dos independentes, expondo o caráter partidário do jornal, os dirigentes de MOVIMENTO tentaram, de início, atrair de volta parte dos dissidentes. Por isso, retiveram a carta de demissão e divulgaram, em contrapartida, um abaixo-assinado dos que não saíram do jornal em que consideram a decisão dos que saíram "precipitada e prejudicial". Assinado por quase 150 pessoas, de doze cidades, esse manifesto é um exemplo interessante do raciocínio autoritário, pois seus autores querem negar aos dissidentes até mesmo o direito de serem dissidentes, sob a justificativa de que isso seria prejudicial ao jornal MOVIMENTO, aos que ficaram e às "lutas mais gerais do povo brasileiro".

> *Nós, abaixo-assinados, nos opusemos ao afastamento desses companheiros [...] alguns dos companheiros que se afastam afirmaram que continuarão a escrever para o MOVIMENTO. Os abaixo-assinados renovam seu interesse por essas colaborações. Renovam também o convite feito por mais de uma centena de acionistas do jornal presentes à assembléia do dia 30, no sentido de que discutam dentro do jornal as divergências [...]*[43].

Os dissidentes responderam por carta, insistindo na retirada de seus nomes do expediente[44], e tomando a precaução de enviar uma cópia a O PASQUIM.

Três meses após o "racha", em julho, ao lançar um pacote de documentos para ajudar a reconstrução das sucursais, especialmente a de Belo Horizonte, Raimundo Pereira ainda procurava vencer a crise adotando a linguagem orwelliana, apresentando o "racha" como uma vitória, a vitória da unidade, e o jornal como tendo se fortalecido.

Atribui o isolamento do jornal e o próprio "racha" às manobras do regime para "confundir e neutralizar pelo menos a parte mais vacilante da oposição democrática [...]"[45].

Na base desse raciocínio, está o fato de o jornal EM TEMPO, criado pelos dissidentes, não ter sofrido censura prévia, já abolida em todos os veículos, nessa época, menos em MOVIMENTO, TRIBUNA DA IMPRENSA e O São Paulo. Esse era um dos motivos pelos quais antigos colaboradores de MOVIMENTO, cansados de verem seus trabalhos vetados ou mutilados, migravam para outras publicações. Certificando-se da impossibilidade de um retrocesso institucional, após a queda do general Sylvio Frota em outubro de 1977, Mino Carta investia no jornalismo crítico de maior apelo que o de MOVIMENTO, pois somava aos liberais, em que MOVIMENTO se apoiava, um interesse muito maior e menos preconceituoso pelos novos partidos políticos e movimentos sindicais.

INFLUÊNCIA INSTITUCIONAL DE MOVIMENTO

Após a saída dos dissidentes, a Constituinte passa a ser defendida, através dos Ensaios Populares de Duarte Pacheco, como uma solução síntese da luta pelas franquias democráticas. Torna-se a bandeira principal do jornal, que desenvolve uma campanha permanente pela Constituinte[46].

MOVIMENTO entrevista dezenas de lideranças do MDB sobre a idéia da Constituinte, contribuindo efetivamente para disseminação da proposta entre os quadros políticos convencionais, principalmente entre deputados federais. Os Ensaios Populares aprofundam e detalham o tema da Constituinte. Torna-se grande a influência do jornal junto aos parlamentares de oposição. O PCdoB está sem direção e cabe a Duarte Pacheco dissidente, mais próximo ao partido, o papel de mentor da campanha pela Constituinte, através do jornal[47].

A executiva nacional do MDB, em agosto de 1977, rejeitou a proposta como prematura, remetendo-a para uma consulta às bases, mas MOVIMENTO manteve sua campanha, reforçada por mais três cadernos especiais entre 1977 e 1978, além do caderno com os Ensaios Populares de 1976, que dava peso especial à Constituinte. Um caderno denomina-se "Constituinte"; o outro, "A Oposição no Congresso", que reúne discursos de deputados e senadores de oposição. Um terceiro caderno trata da anistia. Esses cadernos alcançam mais repercussão do que o próprio jornal. Não sendo perecíveis, livres de censura prévia, são vendidos por grupos de apoio durante um longo período. O caderno da Constituinte vendeu 40 mil exemplares, em três edições[48]. Com os cadernos, muito mais do que com o jornal, com vendagem restrita em 1977 e ainda submetido à pesada censura prévia, o grupo dirigente de MOVIMENTO realiza seu projeto político de criação de uma frente pelas franquias democráticas sob a tutela dos liberais do MDB. E rompe o isolamento do jornal, no plano institucional[49]. Contribui não só no plano das idéias, mas também no plano orgânico, através da multiplicação e do estreitamento dos laços com

os deputados federais, que já existiam com Chico Pinto e Alencar Furtado desde o lançamento do jornal. Muitos dos textos desses cadernos eram "usados literalmente pelos deputados em seus discursos pela Constituinte ou pela anistia"[50]. Três anos depois, graças ao prestígio recuperado e diante dos atentados a bancas, o jornal recebeu ajuda financeira de uma entidade do exterior[51]. Durante esse período, MOVIMENTO penetra nos movimentos populares mais afastados dos grandes centros nos quais é intensa a militância do PCdoB. Desperta e cria lideranças no campo, entre as quais Chico Mendes, o líder dos seringueiros do Acre, assassinado dez anos depois[52].

Na campanha pela Constituinte, MOVIMENTO é um partido político que tem em Duarte Pacheco seu ideólogo e condutor, gerando e operacionalizando propostas políticas, preenchendo, claramente, o vácuo deixado pela chacina da Lapa, que "deixou o PCdoB desarticulado e desprovido de direção nacional atuante no Brasil até 1980"[53]. Dado o nível de elaboração e detalhamento alcançado pelas propostas políticas de Duarte Pacheco, é mais plausível considerar que, nessa fase de profunda dispersão e distanciamento da cúpula do PCdoB, MOVIMENTO influía no PCdoB, e não o contrário. Nesse período, tornam-se difíceis e espaçados os encontros de Raimundo com Carlos Azevedo, sempre protegidos por mecanismos de segurança. A direção remanescente enviava suas diretivas do exílio, pelas ondas curtas da Rádio Tirana, da Albânia. Foi lá que o PCdoB, chefiado por João Amazonas, realizou sua VII Conferência Nacional, em duas partes: em outubro de 1978 e em janeiro de 1979, antes e depois das eleições[54]. Essas eram as diretivas, transcritas por Carlos Azevedo e passadas a Raimundo Pereira com extrema dificuldade[55].

A NOVA ESTRUTURA DE PODER

Como um partido político virtual, MOVIMENTO viveu problemas complexos de direção e comando, porque influíam no jornal pelo menos duas correntes do PCdoB, uma oriunda da antiga AP e a outra do antigo PCdoB, além de Duarte Pacheco, que havia interrompido suas tratativas para o ingresso no partido, após a queda da Lapa. Junto ao Raimundo "passam a haver duas direções [...] eu [Carlos Azevedo] que era o contato da direção nacional, e o Duarte Pacheco, que escrevia todos os artigos e se achava mais do partido que os outros"[56]. E nas bases do jornal, na estrutura de vendas e distribuição predominava uma terceira influência, a de Antônio Neto Barbosa (Barbosinha), que viera da AP, mas ligado a José Duarte, antigo membro do comitê central do PCdoB que conhecera Barbosinha na prisão.

> *"[...] Assim, José Duarte ficou sendo visto pelas bases meio como o representante do comitê central do PCdoB em São Paulo e exercia sua influência via Barbosinha. Só que a outra estrutura não o aceitava [...]."*[57]

O grupo dirigente decidiu realizar as Assembléias prometidas durante o "racha" no final de outubro de 1977, em meio à crise financeira, apesar dos enormes gastos envolvidos. Elas são consideradas inadiáveis, "tendo em vista tanto os compromissos assumidos de renovar a diretoria no prazo de seis meses, quanto à necessidade que temos de fortalecer rapidamente o centro de decisões do jornal"[58]. Participam dessas assembléias, cerca de 500 pessoas, elegendo 47 delegados à convenção. Dos participantes, 43% pertencem a grupos de vendas e administração e 40% às redações. Há 17% de acionistas[59]. Esses números, para um jornal que vendia apenas 4,5 mil exemplares, reforçam o entendimento de MOVIMENTO, nessa

fase de transição política que vai do fim de 1976 ao início de 1978, como um jornal-partido, o espaço de uma articulação política da sociedade civil, apenas levemente mascarada pela presença de personalidades não-engajadas organicamente nesse movimento.

Nas assembléias setoriais e regionais é aprovada a principal proposta da direção do jornal, a criação de uma sociedade de colaboradores, representando efetivamente as bases partidárias que apóiam o jornal, já que a metade mais um dos votos dos acionistas havia sido doada aos membros do Conselho Editorial, reduzido a 13 membros e sem legitimidade, em virtude do "racha".

Trata-se de uma proposta de emergência. Não atende a todos os problemas estatutários de um quase-partido[60], mas resolveria, numa primeira aproximação, a questão de legitimidade do poder e da imagem do jornal perante o público apoiador. É sugerida a eleição de um delegado para cada dez colaboradores, sem critérios muito rígidos, "pois nem há tempo para isso". Alguns acionistas "mais próximos ao jornal" também podem eleger delegados na razão de um para dez. Esses delegados, reunidos em assembléia, elegem um conselho de direção, que tem a função de representar a assembléia, nas funções de: propor a linha editorial do jornal; propor a composição da nova diretoria; e, juntamente com o conselho editorial, eleger o editor geral de MOVIMENTO. Posteriormente, o Conselho Editorial seria dissolvido, sendo substituído por esse novo conselho de direção, ao qual são repassados os 51% das ações da Edição S.A.

É a democracia indireta, com três níveis, cada uma elegendo a seguinte, processo que impede a ocorrência do voto desestabilizador em assembléia de colaboradores. A assembléia é apenas deliberativa no limite de eleger um Conselho de Direção que, por sua vez, irá indicar a direção.

Fazem parte do novo conselho de direção 35 pessoas, incluindo todos os remanescentes do conselho de redação. Entre os novos nomes, destacam-se o empresário Kurt Mirow, como representante dos acionistas, Eduardo Suplicy, Jair Borin, Benedito Cintra e Raimundo Teodoro[61]. As assembléias não elegem um novo editor, ficando essa decisão adiada. Raimundo Pereira continua sendo o editor. Francisco Marsiglia, o administrador, sai do jornal – apenas o primeiro de uma série de afastamentos de membros do núcleo dirigente.

A CRIAÇÃO DO ESTADO-MAIOR

Logo após a realização da assembléia que escolheu os novos organismos, o conselho diretor elege um grupo de seis de seus membros para atuar como grupo executivo, ou Gruex, na tentativa de resolver um problema recorrente das estruturas que se propõem democráticas, a distância entre as decisões dos conselhos e a prática do dia-a-dia. A criação do Gruex exprime também o estado de emergência em que se encontrava o jornal no final de 1977, praticamente falido, necessitando de uma direção eficaz e ágil, e a tendência à superorganização que acompanha MOVIMENTO. Desde o início, MOVIMENTO é o mais organizado jornal de toda a imprensa alternativa dos anos de 1970. Possuía uma contabilidade profissional e um arquivo, regia-se por um rito preciso. Registrava-se tudo por escrito e com grande formalismo. Gastavam-se horas e horas nas discussões de deliberações. Também essa forma suprema de organização nos remete para o modo de organização dos partidos de esquerda no Brasil, réplicas das organizações comunistas clássicas, organizações de elite que se

autoproclamavam vanguardas políticas e Estados-maiores[62]. O Gruex do jornal MOVIMENTO é uma representação do Estado-maior. Tem tanta importância formal que funciona conforme o regulamento próprio, um regimento. Reúne-se uma vez por semana, tem secretário permanente e "eleito entre seus membros" e ata de todas as reuniões[63].

Essa estrutura de representação e execução que se pretendia democrática apenas cobria um comando autoritário e um clima de crescentes disputas internas. Em janeiro de 1978, é a vez de Sérgio Buarque, editor dos Cadernos, membro do conselho de direção e antigo membro do conselho de redação, anunciar a decisão íntima de sair do jornal,

> *[...] determinada por profundas divergências de métodos de trabalho, por relações desgastadas no jornal e por um clima de desconfiança que há muito tempo julgo existir [...] os que se acham com o monopólio da oposição popular tentam dar ao jornal atribuições que apenas complicam a sua luta pela sobrevivência e, na prática, não se traduzem nas páginas do MOVIMENTO [...]*[64].

NOTAS

1. Cf. Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991. "Lembro do dia em que li uma dessas anotações [...] cuja autoria básica é do meu 'assessor secreto' Duarte Pacheco e que causou, de fato, um mal-estar na reunião do conselho de redação junto ao Chico de Oliveira [...]".
2. Raimundo Pereira, relatório ao conselho de redação, rascunho, 12/3/1976, arquivo RP.
3. Raimundo Pereira, relatório ao conselho de redação, rascunho, 12/3/1976.
4. Anexo à carta de Raimundo Pereira à sucursal de Belo Horizonte, 25/2/1977, arquivo RP.
5. Entrevista com Carlos Azevedo, 23/6/1990.
6. Idem, 19/6/1990.
7. Para uma descrição do clima no interior do PCdoB na época, assim como uma arqueologia dos fatos que levaram à chacina em 16 de dezembro, ver Pedro Estevam da Rocha Pomar, Massacre da Lapa, op. cit.
8. Entrevista com Carlos Azevedo, 19/6/1990.
9. Raimundo Pereira chegou a ser interrogado nessa ocasião pelo delegado Sérgio Fleury, pois em depoimento, arrancado sob tortura, Aldo Arantes disse ter mantido encontros com Raimundo e outros jornalistas, cf. autos do inquérito do deops. Posteriormente, na auditoria militar, negou essas afirmações. Segundo Luís Eduardo Greenhalgh, advogado dos presos, a não inclusão de Raimundo no processo da Lapa explica-se pelo escândalo provocado pelas denúncias de tortura, levando os militares a abreviar o processo em vez de ampliá-lo.
10. A censura torna-se marcante após o "racha". No final de 1977 é suprimida, na terceira edição do caderno especial sobre a Constituinte, a contribuição do professor Florestan Fernandes. Cf. carta de Antonio José a Raimundo Pereira, 13/7/1976, e manifesto de Sérgio Buarque e J. Tadeus, de 16/11/1977, arquivo RP.
11. Raimundo Pereira, Que Caminhos Devemos Seguir, c. maio 1977, arquivo RP.
12. Basil Davidson, In the Eye of the Storm, 1972.
13. MOVIMENTO, 8/12/1975.
14. Breve nota crítica a propósito das correções e soluções, carta de Belo Horizonte, s. d., arquivo RP.
15. Uma discussão desses episódios encontra-se em Bernardo Kucinski, Abertura: História de uma Crise, op. cit.
16. Bernardo Kucinski, "Eliminando as Impurezas do Modelo", MOVIMENTO, 14/2/1977; Maria Moraes, "Quem Ganhou com a Saída de Severo Gomes?", MOVIMENTO, 28/2/1977.
17. Carta de Raimundo Pereira a Betinho, s. d., arquivo RP.
18. Ver Chico de Oliveira, "CRÍTICA à Razão Dualista", Estudos CEBRAP, n. 2, out.1972; A Economia da Dependência Imperfeita, São Paulo, Graal, 1977.
19. Flávio Aguiar, pauta para a reunião da comissão, 12/3/1977.
20. Idem, ibidem.
21. Raimundo Pereira, nota manuscrita sobre a proposta de Flávio Aguiar a respeito dos Ensaios Populares, s. d.,

arquivo RP.

22. Idem, ibidem.

23. Flávio Aguiar critica, especialmente, a proposta do folheto de apresentação do caderno especial por sugerir "uma unidade em torno dos ensaios que não existe dentro do jornal", mimeo. de Flávio Aguiar a Raimundo Pereira, abr. 1977, arquivo RP.

24. Entrevista com Carlos Azevedo, 23/6/1990. Essa visão do perigo do "trotskismo" vai aparecer também nos autos do processo decorrente do massacre da Lapa. A respeito do interrogatório de Haroldo Lima, ele afirma: "passou ainda informações [na reunião da Lapa] que foram anotadas por Aldo Arantes, relacionadas com a existência de grupos trotskistas ou trotskisantes de São Paulo [...]".

25. Raimundo Pereira, nota manuscrita sobre a proposta de Flávio Aguiar a respeito dos Ensaios Populares, s. d., arquivos RP. Convém lembrar que a maioria dos manuscritos de Raimundo Pereira são cópias de instruções de Duarte Pacheco ou, com menor preferência, de Carlos Azevedo.

26. Idem, ibidem.

27. A negação do fato que, isolado, pode invalidar uma doutrina é justificada pelo manual de redação do Comintern: "[...] O critério para a verdade não está no fato isolado, mas na totalidade da teoria comunista e sua práxis". Cf. Adalberto Fogarati, "The Task of the Communist press", em Armand Mattelart & Seth Siegelaub (orgs.), Communications & Class Strougle, 1983. O governo Carter manteve sua retórica de direitos humanos; em dezembro o secretário de Estado Cyrus Vance veio ao Brasil e cobrou a restauração do habbeas corpus. O presidente Geisel, em represália, denunciou o acordo militar Brasil/Estados Unidos.

28. MOVIMENTO, 4/4/1976. Dois meses depois, dizia o jornal: "[...] se nada mudou na sociedade americana, se ela continua dominada pelos monopólios, se estes detêm o poder político, se Carter é uma criação deles; a política que este governo quer só pode ser a velha política dos monopólios", MOVIMENTO, 27/6/1977. Note-se que o raciocínio começa com o postulado de que "nada mudou" e, dessa forma, nega o próprio fato que tenta explicar.

29. Carta de Raimundo Pereira a Bernardo Kucinski, s. d., arquivo RP.

30. "Aos Companheiros do MOVIMENTO", manifesto, 25/4/1990, arquivo BK. O manifesto contém vinte assinaturas, inclusive as dos conselheiros Chico de Oliveira, Jean-Claude Bernardet, Flávio Aguiar, Bernardo Kucinski (demissionário) e Maurício Azedo, que pediu registro para acrescentar que o fazia num esforço pela unidade do jornal e não como manifestação de desconfiança a Raimundo Pereira. Assinam ainda antigos membros da POLOP (como Ricardo Maranhão), da Ala Vermelha (como Laís Tapajós), ex-dissidentes (como Maria Moraes e Guido Mantega) e independentes (como Maria Rita Kehl).

31. Proposta MOVIMENTO, arquivo BK.

32. Proposta da diretoria, arquivo RP. Curiosamente, no preâmbulo dessa proposta, Raimundo Pereira proclama a legitimidade do poder do conselho de redação, que ele mesmo negava nos seus manuscritos de orientação para o debate interno.

33. Flávio Aguiar, "Primeiro de Maio: Aniversário de uma Idéia", EM TEMPO, 1-7/5/1978. Ausentes três membros do conselho de redação e seis do conselho editorial.

34. Por margem reduzida de apenas quatro votos. Mesmo Elifas Andreatto, antigo membro da AP, preferiu abster-se.

35. Reprodução da frase de crítica a Gasparian usada por Raimundo ao lançar "MOVIMENTO. Manifesto", 1/5/1977. A direção do jornal recusou-se a publicar esse manifesto, que só recebeu divulgação mais de um mês depois, em O PASQUIM, de 9/6/1977, sob o título "MOVIMENTO: Carta Aberta".

36. Raimundo Pereira, nota manuscrita, "O Caso Barbosinha: Uma Interpretação", arquivo RP.

37. Mais dois mil exemplares eram vendidos diretamente pelos grupos de apoio, e havia 5,5 mil assinantes. Cf. Cf. relatório quinqüenal/newspaper MOVIMENTO, 1975-1979, arquivo RP.

38. Carta aos membros da Sociedade de Colaboradores da Edição S.A., São Paulo, 5/4/1990, arquivo RP.

39. Segundo pesquisa, cerca de um ano após o lançamento, entre 268 assinantes, apenas 17% identificavam-se com as posições políticas do jornal. A maioria (72%) o havia assinado no início, e quase todos (79%) fizeram-no por espírito de "cooperação e solidariedade". Cf. "Pesquisa/Leitor/Assinante", mimeo., c. maio 1976. Arquivo RP.

40. Raimundo Rodrigues Pereira, "Comunicado à redação", 8/11/1977, arquivo RP. Raimundo lista os seguintes colaboradores que migraram para ISTO É: Ana Maria Vainsecher, Luiz Serrano, Aloysio Maranhão, Paulo Sérgio Pinheiro, Carlos Guilherme Motta, Ana Maria Bahiana, Mário Chimanovitch, Helena Salém, Paul Singer e Francisco Weffort.

41. "O Desempenho das Sucursais da Edição S. A.", 1977/1978, mar. 1978, mimeo., arquivo RP. Esse estudo mostra que quase todas as sucursais operavam com prejuízo maior, proporcionalmente às receitas, do que o prejuízo do jornal como um todo.

42. "Aos Membros da Sociedade de Colaboradores da Edição S. A.", 5/4/1978, arquivo RP.

43. "Dos Colaboradores do Jornal MOVIMENTO a seus Leitores", mimeo., arquivo RP.

44. A carta é de 27 de maio, e MOVIMENTO só iria publicá-la em 11/7/1977, após sua publicação em O PASQUIM.

45. "Balanço editorial", anexo à carta da sucursal de Belo Horizonte aos acionistas, 25/7/1977, arquivo RP. Mais uma vez, é Duarte Pacheco quem instrui Raimundo Pereira.

46. Ver, por exemplo, "A Constituinte", Ensaio Popular assinado por Eduardo Neto, pseudônimo adotado por Duarte Pacheco por um breve período após o "racha", MOVIMENTO, n. 99, 23/5/1977.

47. A palavra de ordem pela Constituinte foi aprovada pelo CC do PCdoB ainda em janeiro de 1975.

48. Cf. Edição S. A., newspaper MOVIMENTO, 1975-1979, relatório especial, arquivo RP.

49. Os cadernos e as outras publicações especiais também contribuem decisivamente para a sobrevivência financeira da empresa em 1977 e 1978. Além dos citados, destacam-se: "História do Brasil", 1976; "Cadernos de Debate", 1976; "Estórias de Trabalhadores", 1976; "Ciência e Poder", 1976; "Artistas e Festas Populares, 1977; "Mulher", 1977; "O Banquete e o Sonho", 1977; "Repensando o Nacionalismo", 1977; "Petróleo: Contrato de Risco e Dependência", 1977; "Meu Filho Alexandre Vanucchi", 1978; "O Imperialismo no Brasil", 1978; e "Calendário", 1978.

50. Entrevista com Raimundo Pereira, 19/7/1990.

51. "a questão das verbas externas é tratada irresponsavelmente; não se voltará a receber". Anotação pessoal de Raimundo Pereira para a convenção extraordinária, 14/11/1981. O jornal preparou um projeto especial para angariar fundos no exterior. Apenas uma entidade atendeu ao pedido. Outro auxílio, pequeno, foi dado anteriormente por Miguel Arraes.

52. "Foi a partir de nosso conhecimento com o companheiro Saulo Petean, já como jornalista e repórter fotográfico da agência F-4 [...] que a gente começou a se entrosar mais na causa da organização dos seringueiros [...] através

do trabalho que fizemos juntos como correspondentes e distribuidores do extinto semanário MOVIMENTO da imprensa alternativa da década de 70 [...]", carta de Chico Mendes a Peter Fry, Fundação Ford, 21/3/1987, arquivo RP.

53. Cf. Jacob Gorender, Combate nas Trevas, op. cit., p. 212.
54. Cf. Pedro Estevam da Rocha Pomar, Massacre da Lapa, op. cit., p. 129.
55. Entrevista com Carlos Azevedo, 19/6/1990; Duarte Pacheco, 21/6/1990; e Raimundo Pereira, 19/7/1990. Os encontros entre Raimundo Pereira e Carlos Azevedo, nesse período, obedeciam a elaborados procedimentos de segurança.
56. Entrevista com Carlos Azevedo, 19/6/1990.
57. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990.
58. Relatório da Comissão de Estatutos, 19/10/1990, arquivo RP.
59. Relato dos trabalhos eleitorais, MOVIMENTO, n. 123, 7/11/1977.
60. Raimundo Pereira, por exemplo, relacionava os seguintes problemas que exigiam definição: como se abre uma sucursal, como são eleitos seus chefes, qual a sua autonomia, quais são os poderes dos editores, como se nomeiam os editores. São problemas típicos de uma estrutura partidária. Cf. "MOVIMENTO, debates internos", manuscrito, reunião de 25/6/1977, arquivo RP.
61. Relatório de Antônio Carlos Ferreira às sucursais, 19/10/1977, arquivo rp. Nessas discussões os dissidentes foram acusados de "estarem há seis meses fazendo campanha contra o jornal".
62. Cf. Daniel Aarão Reis Filho, A Revolução Faltou ao Encontro, 1989, pp. 16-17.
63. Relatório de Antônio Carlos Ferreira, 17/11/1977, arquivo RP.
64. Carta de Sérgio Buarque, 16/1/1978, arquivo RP.

A MORTE E O MITO DO JORNALISMO MOVIMENTO

"..na decisão de fechar
chorou Raimundo Pereira
distante também choraram
um estudante carente
uma mulher oprimida
um operário valente
um jornalista sensato
um líder de sindicato
e um camponês consciente..'

Capistrano Neto

APOIO À FRENTE NACIONAL PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

A história aprontou sua ironia maior para o jornal MOVIMENTO quando coronéis da direita nacionalista, com base na Brigada de Paraquedistas, a mesma que havia dizimado a guerrilha do Araguaia, forçaram o MDB, em 1978, a lançar a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à Presidência da República[1]. Para isso, lançaram a Frente Nacional pela Redemocratização, que lutaria pelo restabelecimento de todas as franquias democráticas, a anistia plena e a revogação dos atos de exceção[2]. Um dos principais articuladores da Frente era o próprio chefe da sucursal de MOVIMENTO em Brasília, e conselheiro do jornal, deputado

Chico Pinto.

Reunindo setores do MDB, dissidências militares e, em menor escala, a oposição civil de cunho liberal, a FNR representa para MOVIMENTO e para o PCdoB, a vitória de suas propostas de luta pelas franquias democráticas e pela anistia, com base em uma ampla frente sob hegemonia burguesa; a corroboração de suas teses que existiam frações da burguesia interessadas na democratização. MOVIMENTO chega a fazer uma eleição popular, por amostragem, em bairros de São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, que dá a vitória a Euler[3].

MOVIMENTO apóia decididamente a Frente. Mas Antônio Neto Barbosa, o Barbosinha, ex-dirigente da AP ligado a José Duarte, não tendo recebido instruções do comitê central, que está Tirana, combate esse apoio, tornando explícita sua intenção de controlar o jornal. Barbosinha critica também o estilo mais jornalístico da cobertura, que atinge seu ápice em julho, quando MOVIMENTO sai com uma capa onde Figueiredo diz: "Eu não sou corrupto"[4].

> *[...] Foi uma longa discussão com o Barbosinha sobre a questão da Frente, queríamos cobrir mais os fatos, menos doutrinariamente, mais jornalisticamente [...] essa capa representou para nós uma vitória da concepção de que era preciso cobrir a eleição de Figueiredo [...] quando Chico Pinto começou a participar da articulação da frente, junto com o Severo Gomes e outros, o pessoal do Barbosa, sem conhecer a posição do PCdoB, que estava no exterior, foi contra. Quando a posição do partido chega através da rádio Tirana, o Azevedo me passou logo a diretiva, e eu antecipei que dali alguns dias ele [Barbosinha e as bases do PcdoB] mudariam de opinião [...]*[5].

Assim, MOVIMENTO e o PCdoB engajaram-se na articulação da facção militar comandada pelo general Hugo Abreu.

MOVIMENTO lança-se com ímpeto na cobertura da campanha da Frente e vai obtendo rápidos e sucessivos aumentos nas vendas. Pela primeira vez, desde sua fundação, MOVIMENTO tem informações de primeira mão sobre a dissidência no interior do estabelecimento militar, principal razão da alta vendagem. São contatos com os participantes do grupo Centelha Nativista, além das lideranças explícitas do FNR, Severo Gomes, Euler Bentes, Pompeu de Souza, Hugo Abreu e Chico Pinto[6]. O fim da censura prévia, em junho de 1978, nos últimos três veículos a ela ainda submetidos – TRIBUNA DA IMPRENSA, O São Paulo e o próprio MOVIMENTO–, marca efetivamente o fim do autoritarismo na atividade jornalística. Para MOVIMENTO, significou o fim de uma restrição discriminatória e altamente custosa, que o impedia de competir com outros veículos da imprensa alternativa e da grande imprensa. O levantamento da censura prévia dava-se num quadro de aprofundamento da crise de legitimidade do regime. Enquanto cindia-se o aparelho militar no campo popular, eclodiam as primeiras grandes greves desde 1968. Uma fase repleta de eventos espetaculares propícia o bom jornalismo, o que MOVIMENTO soube aproveitar.

Com vendas crescentes Raimundo Pereira tem recursos para reforçar a equipe e contrata os jornalistas do grupo REALIDADE, Hamilton Almeida Filho (Haf), Mylton Severiano (Miltainho) e o artista gráfico Sérgio Fujiwara. Haf e Miltainho haviam participado de projetos importantes, como BONDINHO, Ex, e o jornal Panorama, de Londrina. Duarte Pacheco e Carlos Azevedo (que nessa época escreve alguns textos para o jornal) apóiam a idéia de tornar MOVIMENTO mais jornalístico[7].

Hamilton Almeida Filho (Haf) deveria, inicialmente, dar acabamento

jornalístico à edição, "o que antes não havia"[8], enquanto Fujiwara faria a arte e o layout. Mas Haf logo passa à reportagem, reproduzindo em MOVIMENTO o tratamento de impacto das reportagens que caracterizavam Ex. Sucedem-se em MOVIMENTO denúncias de corrupção na cúpula dirigente, de escândalos e de planos militares insanos, como o de uma eventual invasão do Uruguai. Algumas das reportagens são sensacionalistas no sentido clássico da expressão, utilizando-se das técnicas da impersonação e da reconstituição. Assim é a reportagem "Tortura à Brasileira", em que um pau-de-arara é montado na redação do jornal[9].

Nessa mesma edição, já derrotado general Euler e eleito Figueiredo, MOVIMENTO produz O Mar de Lama, um dossiê sobre a corrupção no governo de Geisel. A edição é apreendida e MOVIMENTO responde com um dossiê ainda mais completo, uma esquisa na forma de verbetes, produzido em um mês depois por Haf e Júlio Cesar Garcia. A vendagem chega a 20 mil exemplares, só alcançada na primeira edição do jornal. Mas aumentam as pressões das bases do PCdoB contra o que consideram uma cobertura sensacionalista[10]. Duarte Pacheco diz que "aquele não é o tipo de jornalismo que gostaria de fazer"[11]. Miltainho ainda trabalha mais algumas edições, até fevereiro de 1979, quando MOVIMENTO contribui para revelações sobre o seqüestro de Lilian Celiberti e Universindo Diaz. Em meio às discussões e críticas à cobertura, acusada de apolítica e sensacionalista, Miltainho sai do jornal.

> *"[...] O critério deles era a reportagem e o impacto, a sensação, sem se preocuparem tanto com os critérios políticos. Mas o jornal tinha bases, sistemas de apoio. Não era um problema de Raimundo, as bases rejeitavam esse jornalismo. Houve confronto de concepções jornalísticas. Raimundo foi autoritário e sai o Haf [...]."*[12]

Assim se encerrou de repente a tentativa de recuperação do jornal através da reportagem e de uma linguagem de sensação. As bases partidárias rejeitaram essa linguagem, e Raimundo fechou com elas.

FECHAMENTO DO ASSUNTOS E O EXPURGO DE BARBOSINHA

Assuntos era uma seção de MOVIMENTO que depois virou um suplemento, distribuído em movimentos de bairro e no MOVIMENTO Contra o Custo de Vida (MCV). O nome vinha do antigo projeto de Raimundo, quando tentara viabilizar OPINIÃO. Em novembro de 1976 já era um jornal alternativo separado, tamanho *standard*, com quatro páginas. Em fevereiro de 1977, passou a tablóide, saindo a cada dois meses. Sua proposta era de "divulgar os trabalhos populares em linguagem simples, dirigida à grande massa, tratando de temas que fortaleçam o nível de consciência e organização popular [...]. A discussão de pauta estaria a cargo de um grupo de representantes destes trabalhos nos bairros e inclusive a redação seria composta desta maneira, na medida do possível [...]"[13].

Assuntos havia sido criado como instrumento de penetração e organização do PCdoB nos movimentos de base; não foi motivo de divergências porque as outras organizações, como a Frente Nacional do Trabalho e o PC também se valiam dele . Sua direção foi dada a Barbosinha "que queria fazer de Assuntos um veículo de rearticulação das bases do PcdoB"[14]. Barbosinha não só usou o jornal para reorganizar as bases do partido, como trouxe essas bases para dentro de MOVIMENTO. E conseguiu persuadir o Gruex a criar uma estrutura fixa para o jornal dentro da redação. Nessa reconstrução, cresce o seu poder, tornando-se chefe da administração. Desde a convenção de fim de 1977, vinha se intensificando

a pressão de Barbosinha pelo controle do jornal. "Na convenção em que o objetivo era reorganizar o jornal, Barbosinha propôs uma forma de reorganização que lhe daria o poder [mas] ele perdeu. Sua visão era a de assumir o controle mesmo."[15]

Mas Barbosinha enfraqueceu-se quando Assuntos entrou em declínio acelerado. Suas vendas, diminutas no início do ano, chegaram a 3,5 mil exemplares em junho de 1978, apogeu do MOVIMENTO do Custo de Vida – ao qual os ativistas do Assuntos estavam ligados. Em seguida, as vendas despencaram, chegando a apenas 1,47 mil exemplares em outubro, quando o jornal é suspenso[16].

Barbosinha atribui o desastre a Raimundo Pereira, acusando-o de desobedecer as diretrizes da convenção, não dando condições materiais para a produção e redação do jornal.

> *"Em São Paulo e em outras capitais, os grupos de base já reconhecem Assuntos como órgão difusor de suas idéias [...] seria necessário que Edição S. A. fizesse uma autocrítica de sua atuação em relação a Assuntos [...]."*[17]

Mas Raimundo Pereira decide, com o núcleo de sua confiança, Marcos Gomes e Duarte Pacheco, o expurgo de Barbosinha. Começa nesse enfrentamento com Barbosinha a longa luta de Raimundo para se libertar da tutela do partido, que ele mesmo havia buscado.

Em reuniões sucessivas, dezembro e janeiro, Raimundo convence o Gruex da inviabilidade econômica do jornal Assuntos, enquanto Marcos Gomes parlamenta com Barbosinha sobre a sua saída: "para que não fosse traumática, insistíamos no caráter exemplar da crítica ao Barbosinha, que não era uma questão pessoal, era de linha [...]"[18].

Era uma longa carta aos membros da Sociedade de Colaboradores, e, portanto, às bases do PCdoB e alguns poucos independentes, Antônio Carlos Ferreira historia o processo de constituição de Assuntos, e atribui seu declínio a três fatores principais: 1. O fato dele se dirigir "principalmente a populações dos bairros, com necessidades locais, impossíveis de serem coordenadas em nível nacional"; 2. Ao "racha" de abril de 1977, quando "saiu muita gente do jornal e, como ele era vendido na base da mobilização, as vendas imediatamente caíram em São Paulo, que sempre foi a base do Assuntos; 3. Ao crescimento do movimento operário no ano passado [que] o jornal não conseguiu acompanhar, [pois] para isso precisaria ser semanal [...]"[19].

Assim morreu Assuntos. E saiu do jornal o grupo do Barbosinha.

PERPLEXIDADE DIANTE DA AUTONOMIA OPERÁRIA

Na manhã do dia 12 de maio de 1978, estourou a greve no turno da manhã da Saab Scania, em São Paulo. Em dez dias já havia noventa indústrias metalúrgicas paralisadas no ABC. No ano seguinte, esse movimento dava um salto organizacional com uma greve de mais de cem mil operários e a proclamação do que ficou conhecido como República São Bernardo. Mesmo a repressão e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais não retiravam a iniciativa do movimento operário, apenas acentuavam o isolamento do governo. Através dessas greves, o processo de abertura escapava ao controle dos militantes, assumia dinâmica própria. Tratava-se de um movimento operário basicamente autônomo em relação às organizações tradicionais da esquerda[20].

Enquanto a *nova esquerda*, especialmente os grupos em torno de EM TEMPO, via no movimento operário emergente a partir de 1978 o mais

importante acontecimento político do período, e o PCB investia, como era a sua tradição[21], no interior da estrutura sindical oficial, o PCdoB ainda discutia a guerrilha do Araguaia. MOVIMENTO investia nas formas de manifestação e organização populares que fugiam do âmbito da organização operária. Ao escrever no jornal o balanço do ano de 1978, Aurélio Perez elogia o MOVIMENTO Custo de Vida e mede o grau de importância das greves, não pela sua qualidade intrínseca ou pelo seu impacto institucional, mas pela sua contribuição, ou não, à proposta formal de frente ampla, dizendo que "[...] devido à pressão que sofre a classe operária não está tendo uma atuação mais direta, mais concreta, na luta pela democracia [...]"[22].

MOVIMENTO insiste nessa linha mesmo após a greve de 45 dias do ano seguinte: "[...] os movimentos grevistas recentes foram essencialmente econômicos [...] além disso, em sua maioria, foram espontâneos; não foram liderados por trabalhadores com uma consciência político-ideológica, nem contaram com uma preparação e organização séria [...]"[23].

Não era falta de informação. Nesse período, Raimundo Pereira acompanha pessoalmente todas as assembléias de Vila Euclides, o jornal vende assinaturas e cotas populares no ABC. Recusando-se a reconhecer no movimento operário do ABC o centro da gravidade das oposições, MOVIMENTO foi ganhando um perfil estranho, no final de 1979, que misturava populismo com liberalismo no plano político, dogmatismo com sensacionalismo no plano da linguagem. Em maio de 1979, o próprio Raimundo Pereira escreve uma longa reportagem – "Muitos Lulas" –, na qual sutilmente retrata o líder operário como um oportunista, quase pelego, "pressionado pela polícia, pelo governo, pelos patrões, a exercer um papel destacado no controle das manifestações operárias [...] Lula praticamente inibiu a massa de reunir-se livremente [...] à medida que cresce o movimento operário, Lula está, portanto, sob dois fogos: de um lado, o governo e os patrões querendo pô-lo a seu serviço, para controlar o movimento operário; de outro, os próprios operários, a base de São Bernardo do Campo, que, embora avançada, não tem consciência clara [...]"[24].

Apesar do seu prestígio na sociedade civil, como um dos jornais que mais resistiu à ditadura, apesar de sua presença em movimentos populares e sindicais de regiões remotas, MOVIMENTO estava reduzido, no final de 1979, a jornal de seita, em número de leitores e no uso de uma linguagem particular de iniciados. Estava afastado do centro motriz da mobilização popular.

Nas reuniões do Gruex discute-se, no decorrer de 1979, essa perda de rumo. O clima é de perplexidade. "Qual a natureza da correção a fazer?", pergunta Raimundo Pereira. Sua resposta revela a dificuldade em aceitar a importância do movimento operário do ABC:

> *"[...] Qual é a conjuntura [dessas lutas políticas]? [...] as lutas populares estão no centro da luta contra o regime militar? No centro da conjuntura política? [...] Não, o seu reflexo é que chega ao centro [...] a direção do movimento democrático está com as forças liberais e conservadoras; mesmo assim é necessário cobrir esse movimento e mantê-lo no centro da cobertura do jornal [...]"[25].*

Duarte Pacheco, o ideólogo de MOVIMENTO, parece ter ficado à direta do próprio PCdoB, pois a partir da VII Conferência Nacional, realizada na Albânia, o PCdoB passa a aceitar a primazia do movimento operário:

> *[...] O peso específico do proletariado, como classe, elevou-se grandemente no seio da sociedade brasileira. No campo, a penetração capitalista, conservando e ampliando o latifúndio, agravou seriamente o problema das grandes massas camponesas sem terra e determinou forte êxodo rural; numeroso é o contingente de trabalhadores sem qualificação que vivem na periferia das grandes cidades, provindos do campo, carentes de meios de subsistência [...]*[26].

Sobrevive na linguagem do partido a referência ao camponês e ao latifúndio, no entanto, todo o processo é entendido como um “capitalismo” que cria “assalariados rurais” e expulsa os camponeses, enquanto se forma um grande operariado urbano. A cabeça dos membros do PCdoB está mudando. “Nesse período o partido estudou muito o capitalismo brasileiro, concluindo que não era tão atrasado assim, embora dependente; já era industrializado, com a formação de grandes grupos monopolistas e um grande operariado.”[27] A VII Conferência determina a urgência de um “aumento substancial nos efetivos partidários, em especial entre os proletários. Sem perder a vigilância, impõe-se recrutar os melhores filhos da classe operária”[28].

As novas diretrizes da direção do PCdoB chegam ao Brasil via rádio Tirana, e são transcritas por Azevedo no jornal clandestino, A Classe Operária. Mas a partir de outubro, graças à anistia, o partido sai com seu jornal legal Tribuna da Luta Operária, roubando o espaço público de MOVIMENTO. E sua primeira manchete é dedicada à greve dos metalúrgicos de Contagem, com um editorial que não apenas designa a classe operária como “vanguarda do povo”, mas conclui que a luta popular detém a iniciativa do processo político naquela conjuntura, enquanto “o regime militar manobra e recua, buscando uma saída para a crise e para deter a constatação popular [...]”[29].

No final de 1979, com a Tribuna da Luta Operária já nas bancas, no apogeu das lutas operárias e das lutas políticas pela anistia, em meio ao retorno dos exilados, MOVIMENTO vendia apenas sete mil exemplares em banca. Nas reuniões do Gruex, reconhece-se o caráter programático da crise do jornal, e que ela “não é temporária”. MOVIMENTO não é mais visto pelas bases do PCdoB como seu jornal, e não é aceito por ativistas de outras correntes como não sendo do PCdoB. “Dentro do jornal há um equívoco sobre como se descaracterizar [de ser] do PCdoB”. Nesse clima de falta de horizontes, Marcos Gomes afasta-se da redação do jornal, mas continua como colaborador e conselheiro. Acusa Raimundo de “não procurar colaboradores, mas salvadores”[30].

A IRREVERSÍVEL ATRAÇÃO DO PT

O drama vivido pelo grupo dirigente de MOVIMENTO dá-se num contexto em que as bases do PCdoB sentem-se desnorteadas. Sua fé profundamente abalada com as mudanças espetaculares da política chinesa, com a denúncia do “bando dos quatro”, a reviravolta na linha do partido, que na VII Conferência repudia o pensamento Mao Tsé-tung como antimarxista-leninista. As mudanças abruptas de uma doutrina para o seu extremo oposto provocam a ruptura do próprio sistema dogmático de significações. No final de 1979 há uma corrida por fórmulas não stalinistas de fazer política, uma rejeição da cultura política religiosa do PCdoB. Vários núcleos do PCdoB consideram ultrapassada a luta pelas franquias democráticas e se articulam em torno das várias propostas de formação de um novo partido de esquerda.

Lula vinha propondo a criação de um partido de trabalhadores desde

setembro de 1978[31]. Em 1979 já há uma proposta articulada em torno dos sindicalistas de São Bernardo do Campo e do Rio Grande do Sul, que dá origem ao futuro PT. Almino Afonso vinha articulando há dois anos, com Plínio de Arruda Sampaio e Fernando Henrique Cardoso, um partido socialista e democrático, ao mesmo tempo popular e não classista, que rompesse com a ortodoxia marxista-leninista. O que não se harmonizava com as primeiras propostas do movimento pró-PT, de conteúdo fortemente classista. Os autênticos do MDB, estimulados por lideranças do PCdoB, tentam formar um partido popular, mas não recebem apoio indispensável de Miguel Arraes, que por motivos regionais prefere uma base política mais ampla e indefinida, ainda sob hegemonia dos liberais. Pelo mesmo motivo, Arraes rejeita a proposta classista do PT[32]. Brizola tenta rearticular o populismo trabalhista, mas esse modelo também é rejeitado pelas novas gerações, o que limita sua articulação a alguns trabalhadores históricos. O jornal VERSUS, dirigido pelo Partido Socialista dos Trabalhadores, lança o movimento Convergência por um Partido Socialista de Massas. Mas falta-lhes credenciais para atrair as lideranças mais importantes. Devido a tantas divergências, fracassa uma tentativa de lançar o PT num primeiro encontro no Colégio Sion, em São Paulo, em setembro de 1979. Havia, no entanto, 600 pessoas de vários Estados nesse encontro, o que demonstrava a força irresistível da idéia do novo partido.

Raimundo Pereira e Duarte Pacheco, com lideranças do PCdoB, participam ativamente da articulação de um partido popular (PP), à esquerda do MDB, a partir do próprio MDB. Essa articulação antecede o lançamento do PT, ao qual procura se antecipar. Logo assume a denominação de Tendência Popular do MDB. Seria uma forma de bloquear o PT, já que o PCdoB via-se como o único "partido verdadeiro"[33] da classe operária.

Arruda Câmara e João Amazonas, dirigentes do PCdoB, retornam do exílio em setembro de 1979 com a proposta de bloquear o PT:

> *[...] Não acreditamos que o PT vá se organizar. A organização legítima dos trabalhadores vem de longe. Ela começou em 1922 com as greves em São Paulo e no Rio de Janeiro [...]. Com as liberdades partidárias esses mesmos trabalhadores poderão vir para o PCdoB e outros a uma frente democrática [...] pessoalmente creio que o PT não vai vingar. Não há espaço político para um partido especificamente de trabalhadores [...] deveríamos todos marchar em direção a um partido popular coligado com as propostas de Arraes, que pudesse incluir todos os líderes que eventualmente não desejem se incorporar a um ponto de vista marxista-leninista, a um partido ideologicamente configurado [...][34].*

Essa era, portanto, a proposta do PCdoB para a nova quadra de liberdade partidária: manter o monopólio da representação do partido de vanguarda da classe operária, na concepção marxista-leninista de partido, enquanto todas as lideranças progressistas, mas não marxistas-leninistas, formariam o partido popular. Mas, não só Arraes, os demais líderes progressistas preferiam ainda uma temporada de transição no MDB.

As bases do PCdoB sentiam-se perplexas com a orientação de sua direção, que MOVIMENTO seguia à risca. Luís Bernardes, um dos fundadores de MOVIMENTO, chefe da sucursal de Belo Horizonte, acusa Raimundo de levar o jornal à ruína, através de uma linha editorial direitista e da cobertura excessiva dada à articulação do PP[35].

Enquanto o ideólogo do jornal, Duarte Pacheco, considera que "os liberais já se acertaram e havia a necessidade de um novo reagrupamento do campo popular, aproximando-se da dissidência do PCdoB formada

em torno de José Genoíno, Raimundo inclina-se mais pela Tendência Popular, no interior do PMDB, ou pela idéia do PP. Desiludido, cansado das discussões intermináveis, abandona o jornal, nesse período, Teodomiro Braga, o correspondente em Brasília, "a pessoa mais importante que o jornal perdeu". Os que ficam diagnosticam que "o jornal perdeu o rumo"[36].

No seu programa provisório, o novo Partido dos Trabalhadores coloca os trabalhadores como protagonistas da história e o partido como representante, não como seu guia ou vanguarda, e propõe a democracia não como uma conquista tática necessária ao preparo da revolução, mas como o espaço vital para o exercício de uma "hegemonia" dos trabalhadores, ou seja, do poder por persuasão e consenso. A revolução, nessa proposta, é a própria democracia:

> *[...] A democracia interessa fundamentalmente aos trabalhadores e às classes sociais exploradas e espoliadas. Ela é o espaço político onde a possibilidade de hegemonia das classes que formam o PT poderá aparecer e oferecer ao conjunto da sociedade brasileira propostas para sua própria transformação. A conquista da democracia é uma condição fundamental para que as classes sociais exploradas e espoliadas não sejam jogadas ao gueto da não participação, do isolamento e da discriminação [...]*[37].

TENTANDO UMA NOVA FRENTE

Desde meados de 1979, ao mesmo tempo em que o PCdoB ultimava preparativos para lançar seu jornal legal, Raimundo Pereira tentava recompor uma frente jornalística, como forma de sustentação de MOVIMENTO, cuja crise se tornara terminal. Teria que enfrentar dificuldades enormes. Em primeiro lugar a própria conjuntura, com a multiplicação de jornais alternativos. Em segundo lugar o processo de "racha" na cúpula do PCdoB, teoricamente em torno da avaliação da guerrilha no Araguaia, mas cuja causa real subjacente eram os métodos "stalinistas". Nas bases há uma crescente atração pelo PT.

Nesse ambiente, Raimundo Pereira elabora a tática de atrair apoios de notáveis. Há muitos ativistas políticos publicamente identificados com outras tendências, mas que por razões particulares, nessa fase de transição, concordariam em participar de MOVIMENTO. Entre eles, Perseu Abramo, um dos articuladores do PT, que se viu expurgado de Folha de S. Paulo após a greve de junho de 1979.

> *[...] Discutimos longamente para ajustar as divergências. Raimundo teve a idéia de reorganizar o jornal a partir de acordos bilaterais, comigo, com Tibério (ex-AP), com Perseu Abramo (PT), com Lia Ribeiro [...] queria trazer o Azevedo e Luis Weiss [...] faz contatos com PCdoB e PC. Aí surgiram as discussões; eu discordava desse método de montar (uma frente), com representação direta dos partidos. Na minha concepção isso era aprofundar os problemas que o jornal já tinha vivido. Achava que deveríamos discutir toda a experiência com a participação de todos, um projeto jornalístico e editorial, quem concordasse participaria. Prevaleceu a idéia de um processo mais democrático e recomeçou-se a trabalhar [...]*[38].

Além de Duarte Pacheco, que foi oficialmente apresentado aos leitores do jornal no bojo da anistia, incorporam-se à direção Perseu Abramo, Lia Ribeiro, também ligada ao PT. E retorna ao jornal Tibério Canuto, um dos líderes do "racha" de 1977. Com base nesta primeira ampliação, Raimundo detona outra ainda maior, para transformar MOVIMENTO num jornal semanal de informação à altura de competir com a grande imprensa, servindo a todo o campo popular. Idéia ao mesmo tempo

audaciosa e autoritária, pois implicava a autodissolução dos demais alternativos semanais. MOVIMENTO seria o único "semanário nacional de informação, análise e opinião ligado ao movimento democrático e popular e de circulação comparável à dos semanários da grande burguesia". Dispõe-se mesmo a mudar o nome de MOVIMENTO para Novo MOVIMENTO, ou mesmo um nome inteiramente novo, desde que os apoios fossem tais que isso se justificasse.

Em abril de 1980, com a crise financeira se agravando, e uma dívida acumulada em Cr$ 1,6 milhão de cruzeiros, Raimundo renova seus esforços. Critica a prática que havia sido instituída dentro do jornal e a concepção de um jornal que organiza as massas (sem, no entanto, admitir que ela existiu), proclamando que "MOVIMENTO, portanto, volta-se para fora, para a realidade objetiva, para o público; não é um veículo de debate de questões internas à redação e aos grupos políticos", e com essa qualificação, tenta oferecê-lo como o semanário único de informação do campo popular, útil às diversas correntes e partidos que começam a tirar seus próprios jornais:

> *[...] defendemos, no momento [sic] a livre publicação e organização dos periódicos ligados explícita ou implicitamente a todas as correntes de opinião; mas, consideramos indispensável [...] na formação de uma ampla frente de jornalistas, intelectuais, artistas, colaboradores e políticos interessados na informação popular, com vistas a sustentar um conjunto de publicações nacionais amplas, entre as quais, um único semanário político de informação, análise e debate [...]*[39].

Mas era tarde demais para MOVIMENTO voltar a ser aceito por outros grupos e tendências. Só resta continuar a ampliação por pessoas, isoladamente:

> Foi vista a importância de explicar que MOVIMENTO não é um jornal de tendências, isto é, um projeto no qual as tendências entram em acordo entre si sem que isso passe diretamente pelo nosso projeto jornalístico. Assim, para futuras ampliações, é importante frisar que: buscamos atrair pessoas e recursos para fazer um jornal e não para realizar uma frente intertendências, que nada tenha a ver com o projeto jornalístico [...][40].

A CRISE DO ARAGUAIA

A edição número 199 de MOVIMENTO, na última semana de abril de 1979, surpreendeu a maior parte dos leitores, simpatizantes ou filiados ao PCdoB, e principalmente a cúpula do partido. Em página dupla, MOVIMENTO publicava um documento interno e polêmico do partido, a crítica de Pedro Pomar às concepções que levaram à implantação da guerrilha do Araguaia e, especialmente, à análise de João Amazonas sobre as causas da derrota. Essas críticas foram feitas durante a reunião na Lapa, em julho, mas ocultadas das bases do partido:

> *Havia uma divergência profunda na cúpula partidária. João Amazonas e José Duarte atribuíam a derrota do Araguaia a erros táticos. Mas Pomar, seu filho Wladimir, e ainda José Genoíno e Ozéas Duarte, consideravam que havia sido cometido um erro estratégico . O documento que não tinha sido liberado pelo Comitê Central, foi levado ao Raimundo e ele publicou, alegando compromisso de jornalista. Isso foi considerado uma atitude hostil ao partido [...]*[41].

A publicação do texto crítico foi aprovada por nove votos, contra o único voto de Marco Gomes. O texto reproduz os debates ocorridos no

comitê central e critica João Amazonas, que havia classificado a derrota de "temporária". Acusa-o de não explicar por que, entre dispersar e resistir, foi dada a ordem de resistir, "errada e sem objetivo". O texto continua defendendo a luta a mão armada, mas diz que "o crucial é ganhar as massas, convencê-las a fim de que se armem e elevem o nível de suas ações revolucionárias"[42].

Na edição seguinte, MOVIMENTO publica duas páginas de depoimento de José Genoíno, sobrevivente da guerrilha, e também crítico da direção do partido, então exilada na capital da Albânia, Tirana[43]. São significativos os títulos intercalados no depoimento de Genoíno: Uma derrota profunda; A vontade substituiu as massas; A classe operária esquecida. Sucedem-se cartas e matérias sobre a guerrilha. Uma carta, em especial, de Rachel Pomar, nora de Pedro Pomar, irrita profundamente as bases do jornal. Ocorre então um fenômeno curioso: essas bases passam a acusar MOVIMENTO de não ser mais um jornal de frente e de ter-se tornado porta-voz de uma facção. Uma facção do PCdoB contra outra:

> *[...] A publicação do depoimento (de José Genoíno) foi considerada um absurdo. O Bernardes acha que o Raimundo está colocando o jornal num terreno perigoso. Acha que a publicação da carta de Pedro Pomar, da carta de sua nora e do depoimento atual de Genoíno tem o objetivo de fortalecer certas idéias, e que o jornal está se transformando em instrumento de grupo. Acha que o jornal não deve ser instrumento de grupo e corre o risco de se dividir. O tratamento do tema [guerrilha] é discriminatório. O outro lado (se existe) não pode sair a público para se defender, inclusive por razões de repressão*[44].

Amazonas chega a acusar o jornal MOVIMENTO de "estar fazendo trabalho contra-revolucionário"[45].

Raimundo Pereira decide desafiar essas bases, revelando pela primeira vez que os Ensaios Populares, que as bases atribuíam ao PCdoB, não eram de fato redigidos pelo comitê central:

> *[...] Havia um equívoco, o pessoal do PCdoB realmente achava que os Ensaios Populares eram escritos pelo comitê central do PCdoB. Quando acabou a censura fiz uma entrevista apresentando o Duarte Pacheco, e resolvemos que ele escreveria comentando as eleições na Albânia, ridicularizando os resultados que davam 99,9 % ao Partido do Trabalho. Foi de propósito. Todo mundo na redação se revoltou, isso aprofundou as divergências [...]*[46].

Respondendo à tese do partido, de que era preciso administrar as informações, Raimundo escreve "O que os Leitores Não Podem Saber?", em que defende o direito de o jornal dar todas as informações de que dispõe: "[...] É falso que os documentos não devam ser divulgados por razões de segurança [...] os serviços de segurança da ditadura militar os apreenderam na rua da Lapa, onde prenderam e assassinaram dirigentes daquele partido. Se a repressão os lê, por que não os podem ler os leitores do MOVIMENTO?"[47].

É a guerra aberta entre a dupla Raimundo Pereira e Duarte Pacheco, de um lado, e a direção do partido, de outro, paralela a um "racha" dentro da própria direção. Além do debate doutrinário, da avaliação da guerrilha do Araguaia, havia acusações da direção ao comportamento dos que foram presos na Lapa, nos interrogatórios e durante o julgamento. Críticas que começaram logo que Diógenes de Arruda Câmara recebeu o primeiro relatório circunstanciado, em junho de 1977, quando Luís Eduardo Greenhalgh encontrou-o em Roma:

[...] Havia um encontro internacional pela anistia e lá eu me encontrei com Diógenes de Arruda Câmara, que veio especialmente a Roma para isso. Levei cópia xerox de todo o processo, contei tudo e ele levantou a hipótese de que Pedro Pomar ou Elza Monnerat teriam sido seguidos. Disse a ele que Wladimir Pomar tinha certeza de que havia infiltração e que a queda estava ligada a Jover Telles, pois ele e Armando Frutuoso estavam lá e não foram presos. Diógenes disse: infiltração só na cabeça de Wladimir. Leu os depoimentos e ficou furioso: "temos que analisar esse comportamento". Ainda falei que foram muito torturados e ele disse "isso não interessa, é coisa do partido". Nos autos estavam os dois documentos sobre a guerrilha, do Arroyo e do Pomar, só não estavam os nomes dos autores, mas eu sabia[48].

Quando Amazonas e Diógenes de Arruda Câmara estão voltando da Albânia, a luta interna dentro do PCdoB já é total. "A Conferência na Albânia precipitou tudo, os dirigentes foram acusados de não convidarem os grupos que discordavam da direção. A articulação dos dissidentes foi relâmpago; quando a direção sentiu o drama, o partido já estava rachado"[49].

Em março de 1980, Duarte Pacheco publica, sem assinar, uma crítica profundamente ferina, contra a direção do partido:

[...] A realização máxima dos dirigentes e militantes da AP, segundo sua própria avaliação, foi sua incorporação ao PCdoB, por seu turno, também segundo sua própria avaliação, foi a guerrilha do Araguaia. Ora, a partir da crítica de Pedro Pomar, importantes setores do PCdoB hoje consideram (e eu concordo com eles) que a guerrilha do Araguaia foi uma iniciativa essencialmente blanquista. O blanquismo é a idéia de que a revolução pode ser desencadeada pela vontade [...][50].

Raimundo passa a combater o "dogmatismo daqueles que julgam ter soluções prontas e querem impô-las [...]"[51]. Algumas bases do PCdoB reagem com energia, rachando o próprio grupo de direção, já pequeno, criando conflitos de lealdade que nunca haviam existido. "Não bastassem as divergências com o PCdoB, MOVIMENTO sofre com a campanha de atentados a bancas de jornais que atinge o apogeu em 1980. Cheguei a propor o fechamento do jornal, mas fui voto vencido."[52]

Na convenção de julho de 1980, em que são apresentadas as mais diversas receitas editoriais para tirar o jornal da crise, haviam vencido as propostas do grupo de Duarte Pacheco por um jornal menos dogmático e mais informativo. Sua palavra de ordem é a de que "não há mais assuntos tabus"[53]. Luis Bernardes e toda a sucursal de Belo Horizonte respondem com uma carta de demissão do jornal, que Raimundo tenta segurar, mas acaba tendo que publicar, ocupando uma página inteira. Bernardes acusa o jornal de "cobertura unilateral e irresponsável na qual se destaca o tom anti-PCdoB, manifestado claramente na maneira que edita questões relativas ao propalado processo de luta interna dentro desse partido: o jornal vira palco das idéias e versões de dissidências desse partido, dá, inclusive, guarida a dissidentes públicos, como é o caso de Wladimir Pomar [...]"[54].

[...] Na primeira reunião da diretoria para planejar a ampliação, esse pessoal [do PcdoB], faz enorme pressão e o Luís Bernardes ameaça inclusive sair do jornal. Raimundo recebe a incumbência de persuadir Bernardes a aceitar diretrizes do jornal, viaja para Belo Horizonte e faz acordos pessoais com essa área, entre os quais o direito deles publicarem no jornal documentos de crítica a decisões da convenção[55].

No seu retorno é acusado pela diretoria de ter feito acordos, em separado, com Luís Bernardes, de haver conciliado e transigido. Na reunião da

direção de MOVIMENTO de fevereiro de 1981, o clima é de conflito generalizado. "Foi uma discussão tão dramática, que levou ao afastamento de Perseu Abramo e Tonico. Há uma dissolução da direção."[56]

> *Eu e Tonico votamos contra Raimundo, que havia passado por cima de nós. E volta toda aquela discussão que já tinha cansado todo mundo. Achei que a atitude de Raimundo, fazendo acordos em separado em Belo Horizonte, traduzia a necessidade de continuar sendo o árbitro. Para ser árbitro das divergências, ele precisava das divergências. Exigimos dele uma auto-crítica. Eu me retirei, Tonico se afastou logo depois. Perseu já havia se afastado. Como Raimundo também não atendeu as reivindicações do PCdoB, eles igualmente se afastaram[57].*

POR QUE RAIMUNDO FECHOU MOVIMENTO

Em meados de 1981, Raimundo Pereira está só.

> *"[...] Saiu o PCdoB e o Duarte Pacheco; Marcos Gomes, com crises de depressão profunda, havia saído há muito tempo, desde que perdeu o voto contra a publicação dos documentos da guerrilha. Tonico saiu por essa época também. Quem estava no jornal? Basicamente o Sergião, o Murilo [...]."[58]*

Numa última cartada, Raimundo tenta reconstituir uma frente, atraindo os militantes do PCdoB que haviam divergido de João Amazonas na questão do Araguaia e que haviam cindido, constituindo o PCdoB-Esquerda, e formando depois o Partido Revolucionário Comunista (PRC). Esses militantes aderiram ao PT como tendência organizada e tinham como lideranças Maria Luiza Fontenelle, José Genoíno e Ozéas Duarte de Carvalho[59]. Tinham também o repórter Luís Maklouf, que se destacara em Belém do Pará, no jornal alternativo Resistência. Esse grupo que se aproxima do MOVIMENTO em virtude do debate sobre o Araguaia "tinha uma base também no Paraná"[60]. Haviam criticado a concepção da guerrilha do Araguaia e posteriormente passaram a fazer a crítica global às concepções do PCdoB, inclusive a proposta de frente de caráter amplo, e a insistência no guerrilhismo[61]. Um terceiro grupo á formado pelo filho de Pomar, Wladimir Pomar, e Marília Andrade, sua seguidora histórica. Também pertencentes ao PT, ambos críticos ferozes da direção do PCdoB.

Filha de uma das maiores fortunas do Brasil, a do grupo Andrade-Gutierrez, e co-proprietária da Editora Joruês, Marília Andrade oferece uma injeção financeira:

> *[...] O grupo da Marília queria manter a continuidade e garantiria recursos. Se eu tivesse concordado, ela garantiria os recursos e com isso ficaria com o controle [...]. Eu inverti a discussão: propus que primeiro se definissem os rumos do jornal, o jornal como frente. Fechei com o Genoíno, derrotando o grupo da Marília, que aí se afastou. Achei que com isso daria para levar o jornal, mas o Genoíno passou a defender o jornal partidário, eles achavam que a transição tinha acabado e nós achávamos que não. Preferi fechar [...][62].*

Raimundo fechou o jornal para que ele não caísse sob o controle da força política que se tornava hegemônica no movimento popular, o PT. Como um general que, entre deixar uma ponte cair nas mãos do inimigo ou destruí-la, prefere a última hipótese, Raimundo decidiu fechar MOVIMENTO. Mas teve que usar, para isso, seus talentos de manobra política. Derrotou o lance do grupo de Marília e Wladimir Pomar, petistas, fechando com o PRC, ainda semipetista, e depois derrotou o próprio PRC.

Em 15 de novembro de 1981, uma convenção nacional dos trabalhadores

de MOVIMENTO reunida numa sala do cursinho Politécnico, em São Paulo, aprovou a recomendação de Raimundo Pereira, de fechamento do jornal, o que é anunciado em edição pomposa, sua última edição, de número 344. O fechamento é atribuído à falência financeira que, por sua vez, é atribuída ao fato de o jornal ter sempre se posicionado com os que "estão abaixo". Adota uma frase de Dom Pedro Casaldáliga, uma das personalidades mitificadas pelo jornal: "MOVIMENTO não fecha por falta de competência, fecha por sobra de sinceridade [...]". Morre o jornal e nasce o mito de MOVIMENTO:

> *[...] na decisão de fechar chorou Raimundo Pereira [...] distante também choraram um estudante carente uma mulher oprimida um operário valente um jornalista sensato um líder de sindicato e um camponês consciente [...]*[63].

Ao fechar, MOVIMENTO tinha 7.100 assinantes, mas vendia apenas 3 mil exemplares em banca. Compareceram à convenção de fechamento 37 delegados, ausentes doze[64].

NOTAS

1. Para um estudo detalhado da crise intestina no aparelho militar nessa época, ver Bernardo Kucinski, O Fim da Ditadura Militar, São Paulo, Contexto, 2001.
2. A FNR foi originalmente lançada por Magalhães Pinto, mas os coronéis, os mesmos que apoiaram Albuquerque Lima em 1968, não acreditavam que um civil pudesse derrotar o Alto Comando no Colégio ou mesmo tomar posse. Por sugestão de Severo Gomes, Magalhães Pinto chegou a incluir "liberdades sindicais" e o "direito de greve", na sua plataforma, mas depois retirou esses dois itens. Entrevista, 19/7/1978.
3. MOVIMENTO, n. 172, 22/10/1978.
4. MOVIMENTO, n. 157, 3/7/1978.
5. Entrevista com Raimundo Pereira, 21/7/1990. Logo depois, Barbosinha afastou-se do jornal.
6. EM TEMPO, que se torna semanal a partir de maio de 1978, é o único veículo que compete com MOVIMENTO, nessa época, na cobertura da FNR.
7. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990.
8. Cf. carta de Antônio Carlos Ferreira aos membros da Sociedade dos Colaboradores, 19/1/1979, arquivo RP.
9. MOVIMENTO, n. 171, 9/10/1978.
10. MOVIMENTO, n. 176, 20/11/1978.
11. Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.
12. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990.
13. Relatório da comissão executiva de Assuntos, 2/10/1978, arquivo RP.
14. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990; e com Carlos Azevedo, 19/6/1990.
15. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990. Por trás desse choque há uma disputa dentro do próprio movimento popular. A direção do PCdoB impõe José Duarte como dirigente do partido junto ao MCV, deslocando Duarte Pacheco, a grande influência ideológica até então. Cf. depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.
16. Relatório de vendas de Assuntos, arquivo RP.
17. Comunicação da Comissão executiva de Assunto, 2/10/1990, arquivo RP.
18. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990.
19. Carta de Antônio Carlos Ferreira aos membros da Sociedade de Colaboradores, 19/1/1990, arquivo RP.
20. Na primeira greve, de maio de 1978, Lula rejeitou o apoio oferecido por grupos de estudantes trotskistas, dizendo que "lugar de estudante é na escola". Para uma discussão sobre as esquerdas e o movimento operário no período ver Celso Frederico, A Esquerda e o MOVIMENTO Operário, 1990, vol. II.
21. Segundo Celso Frederico, em A Esquerda e o MOVIMENTO Operário, op.cit., o mr-8, em primeiro lugar, e o PCdoB, após se refazer da chacina da Lapa, aproximam-se da política do PCB, confluindo na CGT, que justamente tenta bloquear o movimento operário autônomo originário de São Bernardo do Campo.

22. MOVIMENTO, n. 183.

23. MOVIMENTO, 9/9/1979. A maior parte da reportagem é dedicada a antigos ativistas de esquerda da região. Num artigo anexo, Raimundo Pereira critica a aceitação da proposta patronal após 45 dias de greve; crítica posteriormente aceita por Lula.

24. MOVIMENTO, 20/5/1979.

25. Raimundo Pereira, "Notas sobre o GRUEX", 22/6/1979, arquivo RP.

26. "Resoluções da VII Conferência Nacional do PCdoB", A Classe Operária, n. 137, jun. 1979.

27. Entrevista com Carlos Azevedo, 25/6/1990.

28. "Resoluções da VII Conferência Nacional do PCdoB", A Classe Operária, n. 137, jun. 1979.

29. Tribuna da Luta Operária, n. zero, 18/10/1979.

30. Carta de Marcos Gomes a Raimundo Pereira, 18/6/1979, arquivo RP.

31. Cf. JORNAL DO BRASIL, 17/9/1978, Lula falou durante o lançamento do livro de Eduardo Suplicy, Compromisso, a uma multidão reunida no calçadão da rua Barão de Itapetininga, defronte à editora Brasiliense.

32. Entrevista com Aurélio Perez, 10/10/1979.

33. A Classe Operária, n. 137, jun. 1979.

34. Cf. entrevista de João Arruda a J. B. Natali, Folha de S. Paulo, 23/9/1979.

35. Carta de Luís Bernardes à redação de MOVIMENTO, c. dez. 1979, arquivo RP.

36. Raimundo Pereira, "Notas manuscritas. MOVIMENTO", 12/11/1979, arquivo RP.

37. Em "Pontos para a Elaboração do Programa, Comissão Nacional Provisória do MOVIMENTO Pró-PT, 10/2/1980, arquivo BK.

38. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990. Carlos Azevedo diz em sua entrevista que sua participação foi vetada pelo próprio Duarte Pacheco, que teria dito: "ou ele ou eu".

39. Raimundo Pereira, texto sem título, por ocasião dos cinco anos de MOVIMENTO, mimeo., c. abr. 1980, arquivo CPV, 1/12/1983.

40. Relatório da Comissão de Debates, 21/6/1980, arquivo RP. O leque de consultas amplia-se até atingir Éder Sader e Marco Aurélio Garcia, que haviam retornado do exílio, participado de EM TEMPO, do qual se afastaram por discordar do grupo hegemônico trotskista, Democracia Socialista.

41. Entrevista com Carlos Azevedo, 18/6/1990.

42. Pomar teria obtido sete votos a seu favor contra apenas dois a favor de Amazonas. Mas após a chacina de dezembro em que o próprio Pomar morreu, a repressão que se seguiu, e expurgos promovidos por Amazonas da Albânia, ele recuperou uma maioria na direção. Cf. Jacob Gorender, Combate nas Trevas, op. cit., p. 213.

43. MOVIMENTO, n. 199, 29/4/1980.

44. Transcrição feita por Antônio Carlos Ferreira de telefonema de Luís Bernardes, s. d., arquivo RP.

45. Entrevista com Duarte Pacheco, 3/8/1990. O documento de Pedro Pomar foi entregue a Raimundo por Wladimir Pomar. Em A Classe Operária, n. 144, jul./ago. 1980, é anunciada a decisão do CC do PCdoB expulsando "Marcelo", "porque havia tornado público documentos de discussão interna no CC [...]", e porque "escreveu vários artigos na imprensa alternativa contestando a orientação do partido [...]". Vários dirigentes regionais são expulsos do partido, não por suas idéias, mas acusados de traição.

46. Entrevista com Raimundo Pereira. Ao admitir que sabia que as bases do PCdoB tomavam os Ensaios como sendo a palavra do comitê central do partido, Raimundo abre espaço para a especulação de que deliberadamente alimentava essa crença. A apresentação de Duarte Pacheco é um texto de destaque, ocupando duas páginas, com uma introdução apologética, mas no qual, no entanto, passa quase despercebida a frase "foi o autor da seção Ensaios Populares, MOVIMENTO, 9/9/1979.

47. MOVIMENTO, 4/11/1979.

48. Entrevista com Luís Eduardo Greenhalgh, 1/8/1990.

49. Entrevista com Luiz Maklhouf, 1/10/1990.

50. MOVIMENTO, 9/3/1980. Anotação manuscrita de Raimundo Pereira atribui o artigo a Duarte Pacheco.

51. "Um Jornal Contra o Dogmatismo", texto interno, c. abr. 1980, arquivo CPV.

52. Entrevista com Raimundo Pereira, fev. 1991.

53. Memorando a Raimundo Pereira, 1/12/1980, arquivo RP.

54. MOVIMENTO, 13/7/1980.

55. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/06/1990. Luís Bernardes revolta-se contra o que julgou uma acusação de Raimundo de desvio de dinheiro. Raimundo diz ter acusado a sucursal de desorganização financeira, não de desvio.

56. Depoimento de Raimundo Pereira, fev. 1991.

57. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990.

58. Entrevista com Raimundo Pereira, 19/7/1990. Trata-se de Sérgio Motta, o proprietário da Hidrobrasileira, empresa de planejamento onde trabalhava Duarte Pacheco, clandestino até a anistia; o outro é Murilo Carvalho.

59. O PRC foi fundado em 1984, defendendo o caráter socialista da revolução brasileira e se proclamando partido leninista, com possibilidades de "unificar os comunistas pela construção do partido de vanguarda da classe operária". Dissolveram-se no interior do pt cinco anos depois. Cf. José Dirceu & Wladimir Pomar, "Tendências Organizadas no PT", panfleto, São Paulo, c. 1987.

60. Entrevista com Raimundo Pereira, 19/7/1990.

61. Entrevista com Duarte Pacheco, 21/6/1990.

62. Entrevista com Raimundo Pereira, 19/7/1990.

63. Do livro na forma de Folhetim: A Independência e a Morte de um Jornalismo Democrático, Capistrano Neto, Mossoró, s. d.

64. Diário de Raimundo Pereira, arquivo RP.

EM TEMPO E O HORIZONTE SOCIALISTA

O COLETIVO POLÍTICO

Em torno dos derrotados da reunião do conselho de redação de MOVIMENTO da noite de 29 para 30 de abril de 1977, agregaram-se antigos colaboradores de OPINIÃO, MOVIMENTO e novos grupos políticos, a maioria de extração trotskista, dando-se todo um processo de reaglutinação das esquerdas, e tendo como palco um projeto novo de jornal alternativo. A primeira reunião em que esses dissidentes reconheceram-se como um novo coletivo político aconteceu no 1o de maio, dia seguinte à assembléia geral que consagrou o "racha" de Movimento1:

> *[...] Havia mais de vinte pessoas acotovelando-se e encolhendo-se entre xícaras de café, garrafas de cerveja, de pinga, muita fumaça e sanduíches de mortadela [...] deliberava-se o que fazer [...] coisas importantes se passaram na reunião. Teodomiro Braga, da sucursal de Brasília, que votara na proposta da direção [de MOVIMENTO], fez um apelo para que os presentes buscassem o diálogo. Entretanto, falou-se abertamente em não se perder tempo com uma luta interna, de desgaste para todos. Laís Tapajós, Míriam Botassi, Sílvia Campolim e Flávio Aguiar declararam que não se dispunham mais a trabalhar na sede do MOVIMENTO. Mas todos – estes inclusive – colocaram a decisão de sair completamente do jornal, retirando nomes, renunciando a ações, cargos no conselho de redação, como algo que cabia ao grupo resolver. Foi essa a primeira vez que, explicitamente, os signatários da proposta derrotada se reconheceram como coletivo. A conversa mudou de eixo: começou a se falar sobre a conjuntura política brasileira; que as oposições haviam avançado; que havia lugar para outros jornais, além de MOVIMENTO; que se deveria aproveitar o embalo e a experiência do grupo, pois chegar àquele ponto e ficar no mesmo lugar, ou regredir, era inconseqüente, senão ridículo. Falou-se, afinal, em fundar um novo jornal. Havia muitas dúvidas no ar. Os membros daquele grupo nada tinham de material para fundar um jornal. Entretanto, a idéia foi se materializando em discussões semanais que começaram a definir contornos: um semanário de caráter nacional; poderes totais à assembléia geral; levantava a questão da livre organização dos trabalhadores, sem pretender falar por eles [...]2.*

Assim começou a nascer o jornal EM TEMPO, conglomerado de forças heterogêneas, unidas pela oposição ao que denominavam "reboquismo" de Movimento3 e tendo como ideológo maior Chico de Oliveira, autor das críticas mais elaboradas ao que chamava de "a saída etilista para a crise"4. Chico de Oliveira proclamava como tarefa do campo popular "trabalhar por uma saída democrática", o que implicava a "livre organização dos trabalhadores". Esse acabou sendo o mote do novo jornal.

ESPAÇO DE AGLUTINAÇÃO TROTSKISTA

O grupo trotskista Centelha, que controlava a sucursal de MOVIMENTO em Belo Horizonte, adere maciçamente ao "racha". Também adere o MOVIMENTO de Emancipação do Proletariado (MEP) que, apesar de rejeitar o trotskismo, tinha afinidades com a cultura trotskista, especialmente no repúdio ao stalinismo e na valorização do embate intelectual5. O MEP também criticava a cultura dogmática, propondo um retorno às bases operárias como forma de reciclagem da cultura política. Junta-se ao projeto EM TEMPO dando ênfase à necessidade de ampla democracia na redação e eliminação de todo tipo de comando ou organização hierárquica. Essa proposta refletia tanto as

concepções basistas do MEP como sua necessidade tática de manter espaço numa articulação em que era recém-chegado e minoritário. Concentrou-se no grupo de trabalho que elaborava a proposta de editoria de cultura, que passaria a dominar.

A Libelu (sigla de Liberdade e Luta), de grande notoriedade no meio estudantil nessa época, adere à articulação EM TEMPO, marginalmente, através da participação de apenas dois de seus membros6.

Mas o que vai dar à articulação de EM TEMPO o domínio trotskista é a adesão de um grupo novo, formado no Rio Grande do Sul, que tinha grandes afinidades com o grupo mineiro, com o qual se alia, controlando a máquina administrativa do jornal. Esse grupo gaúcho era liderado por Raul Pont, antigo militante do PC, que havia aderido à dissidência e, depois, ao Partido Operário Comunista (POC), acabando preso em 1970. Convertido ao trotskismo, após contatos com o POC-Combate, identificado com a IV Internacional, formou o grupo Nova Proposta, uma tendência do movimento estudantil no Rio Grande do Sul, aproximadamente na mesma época (1974) em que o grupo trotskista mineiro, liderado por Aluysio Marques e Flávio Andrade, começava a se articular em Belo Horizonte. O grupo mineiro lançou a tendência estudantil Centelha, em 1977, quando se articulava o projeto EM TEMPO. E chamou para o projeto o grupo gaúcho de Raul Pont, com o qual se sentiu identificado7. EM TEMPO foi o espaço da articulação dos grupos Centelha e Nova Proposta, que finalmente fundaram um partido político, a Democracia Socialista (DS): "Tínhamos a obsessão de identificar grupos a nível nacional que nos permitissem formar um partido. Nesse momento já tínhamos contatos com o grupo do Rio Grande do Sul e o convencemos a entrar no projeto do EM TEMPO [...] vieram a São Paulo e participaram com peso na fundação [...]"8.

OS MINORITÁRIOS

Diante da coalizão trotskista, sentiram-se marginalizados os demais grupos do coletivo EM TEMPO, especialmente o MR-8 e os antigos colaboradores de MOVIMENTO, pertencentes ao grupo Debate, que haviam se afastado antes mesmo do "racha", entre os quais Ricardo Maranhão. O MR-8 nem sequer compartilharia a tese do horizonte socialista. Aderira à articulação na esperança de tomar o poder dentro do jornal9. O grupo Debate atraíra à articulação do EM TEMPO antigos militantes da POLOP que não participaram de MOVIMENTO, entre eles Antônio de Prado Pádua Júnior (Paéco), que, por sua vez, trouxe muitos outros novos participantes às reuniões de articulação, ocorrendo um nítido processo de inchaço. Também vieram antigos membros do POC, como Carlos Tibúrcio, que se tornou editor de internacional.

No próprio grupo histórico do "racha", predominavam os não-trotskistas, como Chico de Oliveira, Flávio Aguiar, Bernardo Kucinski e Maria Rita Kehl, e ex-militantes de Ação Popular que não haviam aderido ao PCdoB, como Tibério Canuto, Emiliano José e o grupo autodenominado subfrente, composto por Maria Moraes e Guido Mantega. Do antigo Colina vieram João Baptista dos Mares Guia e Jorge Baptista.

PRIMEIRO "RACHA": NASCE O NOVO AMANHÃ

Logo de início, ficou manifesta a política de aparelhamento do jornal tanto pelo grupo mineiro, que elaborava as propostas do estatuto e de

organização e que, com a presença dos gaúchos, ganhou maioria nas deliberações, como por Antonio de Pádua (Paéco), antigo ativista da POLOP, e pelo MEP. Paéco e o MEP procuravam inchar os coletivos do jornal, trazendo um número cada vez maior de convidados. Esse aparelhamento afastou Flávio Aguiar, que pressentiu a partidarização das discussões10. Chico de Oliveira e Ricardo Maranhão haviam concluído, após a experiência de MOVIMENTO, que "não tinha sentido sair de um jornal aparelhado por grupúsculos para cair em outro"11. Ambos haviam se dedicado intensamente tanto a OPINIÃO como a MOVIMENTO. Antes disso, Maranhão já havia participado de AMANHÃ. Também pressentiram que o novo coletivo já estava sendo aparelhado, e "tentaram eles mesmos ganhar uma maioria frente aos pequenos grupos, contando com o apoio do grupo de Paéco que, no entanto, os abandonou, fechando com os trotskistas"12.

> *[...] O grande problema foi quando percebemos que tínhamos sido enganados durante tanto tempo pelo PcdoB [...] [após o "racha"] deu-se uma longa e chata convivência com o projeto de EM TEMPO, onde havia uma outra divergência, entre o grupo [majoritário] e o MR-8. Gostavam de ganhar as discussões pelo cansaço. Foi nesse momento que o Chico de Oliveira, então no auge de seu prestígio, encabeçou a hipótese de que não deveríamos sair de um jornal aparelhado por grupúsculos para cair em outro, e decidimos lançar o Amanhã13.*

Maranhão retoma o nome do antigo AMANHÃ, num projeto que fica a meio caminho entre a proposta mais à esquerda agrupada no EM TEMPO, e a de MOVIMENTO. Em torno de AMANHÃ se reagrupam antigos simpatizantes do PCB e militantes de esquerda que atuam no interior do MDB (e lá querem permanecer). Suas raízes comuns são a formação marxista e a não participação no ciclo da luta armada por divergências com toda a concepção a ela subjacente. Acreditam na possibilidade de construção de uma "alternativa de poder democrático, sustentado pela livre organização e expressão das classes trabalhadoras". "São marxistas também no papel que atribuem às classes trabalhadoras, os grandes agentes políticos silenciados por catorze anos de autoritarismo",14 mas antileninistas na valorização da autonomia operária e das organizações de base, muito mais do que de um partido de vanguarda, nesse sentido opondo-se à cultura política dos grupos trotskistas agrupados no EM TEMPO, cujo principal objetivo do jornal era exatamente construir o partido.

Há também uma preocupação pelo pluralismo ideológico no campo popular. Ou seja, uma atitude nitidamente antidogmática, manifesta no diagnóstico de que as divergências, ao contrário de condenáveis, são positivas. Resultam dos "diferentes estágios de luta em que se encontram as várias oposições brasileiras":

> *[...] AMANHÃ entende que esta diferenciação é uma das características mais ricas do momento atual. Trabalhadores, estudantes, intelectuais, a oposição parlamentar e a Igreja, todos possuem propostas próprias, diferenciadas, que desejam fazer chegar aos mais amplos setores da sociedade, mas não conseguem pelo controle autoritário dos sindicatos, partidos e associações. Ouvi-las e, tanto quanto possível, veiculá-las criticamente, favorecendo a superação do atual estágio de isolamento entre aqueles que buscam o mesmo fim – a democracia de todos os trabalhadores – se incluem entre nossos propósitos. Um debate em que as diferentes posições se reconheçam é a condição básica para a eficácia política na construção de uma frente democrática [...]15.*

Apesar da adesão de um grande número de intelectuais, políticos e alguns jornalistas, o projeto AMANHÃ não refletia um enraizamento no ativismo político de base, o que frustrou o seu desenvolvimento. Era uma idéia sem organização. Saíram apenas os números zero e 1.

> *[...] Não pensamos em organização nem nada[...] havia um grupo de intelectuais – eu, Chico de Oliveira, Antônio Mendes Júnior, Carlos Dória, Wolfgang Leo Maar, Luís Roncari, que era independente, Sílvia Campolin, Laís Tapajós, Fernando Moraes, o pessoal do grupo Debate e alguns jornalistas do partidão que estavam nas proximidades, como Sérgio Gomes [...] achamos que o EM TEMPO saiu fraco, pretensioso. E tínhamos a pretensão de que por ser de maior qualidade, AMANHÃ seria encampado pelo MDB. [...] era mais uma amostra, para depois se articular [...]16.*

O número 1 de AMANHÃ, da mesma forma como EM TEMPO, rompe com o padrão tablóide, característico da imprensa alternativa. É diagramado em tamanho *standard*, com 20 páginas e tem como editor-chefe Juca Kfouri, editor de cultura Luís Roncari e editor de economia Chico de Oliveira. É criada uma editoria sobre questões da democracia, sob a responsabilidade de Antônio Mendes. Wolfgang Leo Maar edita internacional. Grande parte do jornal é dedicada ao movimento operário e à simbologia do primeiro de maio. Sua manchete anuncia "De Repente, os Trabalhadores", em antecipação à entrada em cena do trabalhador como protagonista. Não haviam eclodido ainda as greves do ABC, mas era perceptível o aumento na mobilização operária e o fortalecimento das chamadas oposições sindicais. Seu editorial, intitulado "Os Trabalhadores e a Democracia", retoma teses do número zero.

> *[...] AMANHÃ pretende contribuir para que as oposições encontrem o denominador comum capaz de facilitar a construção de uma alternativa de poder democrático, sustentado pela livre organização e expressão dos trabalhadores [...]. O jornal não se propõe, portanto, a substituir partidos ou movimentos populares, nem a dirigi-los. Oferece-se como um espaço de expressão e de debate17.*

Em praticamente todos esses aspectos formais está a contraposição ao que havia sido (ou entendido como tendo sido) o projeto MOVIMENTO.

Mas o grupo "racha" antes mesmo de conseguir capitalizar a boa qualidade gráfica e editorial do jornal. Conta Ricardo Maranhão: "Chico de Oliveira estava atraído pela perspectiva do PT, e o PC sempre contra, sempre apostando no MDB. A tendência do Chico e seu pessoal era sair e a formar o PT, minha parcela queria fortalecer o MDB"18.

Assim acabou o novo AMANHÃ.

DA FRENTE DE TENDÊNCIAS À FRENTE DE INDIVÍDUOS

Apesar das evidências de aparelhamento, de um lado, e de inchaço, de outro, havia confiança entre os protagonistas de EM TEMPO na possibilidade de constituição de um jornal de frente que conseguisse superar o trauma causado pela experiência de MOVIMENTO, e administrar democraticamente as divergências internas. Essa foi a tônica dominante em todas as discussões. Contribuiu para que o projeto fosse adiante o grande entusiasmo provocado pelo visível avanço das oposições, o fato de EM TEMPO estar claramente alinhado com o setor dinâmico dessas oposições e o padrão ético diferente do que prevalecia

em MOVIMENTO. Eram abertas as discussões de todas as divergências, as críticas eram assumidas e publicadas, inclusive nos três números experimentais do jornal.

Na discussão do manifesto/programa, que se prolonga até outubro de 1977, vão se formando três núcleos de propostas. O primeiro, no plano programático, dá unidade ao grupo. Inspira-se nas primeiras formulações de Chico de Oliveira:

> *[...] O jornal deve subsidiar o desenvolvimento e a articulação das forças sociais empenhada na luta contra o regime autoritário[...] [contribuindo] para o predomínio daquelas forças mais conseqüentes, assim definidas pela capacidade que tenham de conduzir, até o fim, a luta pela democracia; perspectiva que exige, desde logo, a defesa da livre organização e expressão dos trabalhadores [...]19.*

A empresa é definida como

> *"entidade jornalística, cuja luta direta específica é pela liberdade de imprensa, [não cabendo] a jornalista propor soluções acabadas e muito menos substituir os agentes reais da transformação social [...] [e sim] assumirem-se como agentes sociais específicos, capazes de subsidiar com trabalhos profissionais, ao nível das idéias, o desenvolvimento e a articulação das forças majoritárias empenhadas na luta democrática, especialmente aquelas capazes de conduzir essa luta até o fim [...]20.*

A empresa é o campo onde se materializa a frente jornalística, e a representatividade de cada um é dada por sua participação na empresa e não nos partidos políticos que a apóiam. "Mesmo que alguns indivíduos participantes se considerem portadores de vínculos mais estreitos com os movimentos sociais de oposições, isso não lhes credita nenhuma representatividade extra na frente [...]".21

A unidade, nessa concepção, continua se dando em torno do programa básico, de um documento. Mas há uma grande distinção em relação à concepção de programa que prevalecia em MOVIMENTO. As opções se dão apenas em torno das definições táticas imediatas, que delimitam o campo do documento básico, e não em torno da estratégia socialista ou qualquer outra.

DEMOCRACIA DIRETA

Dada a postulação de que o programa básico inicial era fruto de uma concordância meramente conjuntural e de que existia uma diversidade intrínseca e até desejável no campo popular, havia a necessidade de assegurar mecanismos democráticos para mudanças programáticas, que se fariam necessárias com o desenrolar da conjuntura. A essa necessidade, somava-se uma tendência geral desse período, de exigência de participação. Tudo precisava ser discutido por todos o tempo todo. Essa era a atitude da nova geração, que entrava na política no final dos anos de 1970, manifesta tanto na Libelu como no MEP. Eram também iconoclastas e irreverentes...22. Tudo isso, e mais o trauma da experiência de MOVIMENTO, refletem-se no projeto EM TEMPO, cujo cerne é a definição de mecanismos de democracia interna:

> *[...] O que se propõe é uma forma de democracia interna que permita a aglutinação de vários indivíduos com posições particulares, possivelmente diversas, os quais terão efetivos canais para manifestarem suas idéias e propostas relativas aos rumos e definições do jornal. A democracia interna deverá possibilitar o máximo consenso no interior da frente jornalística*

[...]23.

A questão da eventual hegemonia de uma tendência é colocada em termos da legitimidade dos processos eleitorais e decisórios. Para garantir essa legitimidade, e também como reflexo das tendências basistas do momento, o estatuto da empresa, denominada Época S. A., confere direito de voto qualificado a cada um dos trabalhadores do jornal, designados como acionistas tipo A, através de uma assembléia geral, definida como órgão máximo da empresa. O princípio é o do controle pelo trabalho. Pelo estatuto, somente os trabalhadores, colaboradores e administradores poderiam ser acionistas tipo A. E cabia a eles eleger 80% dos membros de um conselho de administração composto de 17 membros, com um ano de mandato. Cabia ao conselho garantir o cumprimento da linha editorial e nomear a diretoria24. Ao contrário do projeto MOVIMENTO, todos esses direitos são assegurados desde o começo também legalmente, através de um acordo de fundadores e de um estatuto da empresa, partes integrais do registro da empresa na Junta Comercial25.

Aos acionistas tipo B, apoiadores do jornal, cabia o direito de eleger 20% dos membros do conselho e votar, em igualdade com os demais acionistas, a linha editorial do jornal. Mas poderiam se converter em tipo A caso também se tornassem trabalhadores do jornal26. Inversamente, perdia o direito de voto qualificado o acionista A que deixasse de ser um trabalhador do jornal. Tornava-se um acionista B. Ao mesmo tempo, na discussão dos regimentos internos, prevalecia a tese da mais completa autonomia de cada editoria.

A ABOLIÇÃO DA HIERARQUIA, AUTOGESTÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

EM TEMPO não tinha editor formal; prevaleceram na organização interna do jornal os princípios da descentralização e autonomia total das editorias. A editoria de cultura, em especial, havia se auto-estruturado como entidade completamente autônoma, autogerida e contrária a qualquer interferência externa a ela mesma. Tinha uma "gestão coletiva [...] distribuída por um corpo de três editores com iguais poderes de decisão [...] e um corpo de pauta e redação com poder de avaliação, execução e aprovação indicativa das matérias"27. É também a que melhor elabora uma fundamentação teórica para esse novo tipo de gestão jornalística em que toda a criação e edição são processos coletivos e autogeridos. Não há, nessa estrutura, lugar nem para o editor nem para subeditores e nem para o copy desk, acusado de ser o agente principal da burguesia na padronização e homogeneização do texto, na criação de uma "metafísica do texto"28. Negava-se ao editor, aos outros dirigentes, ou coletivos do jornal, qualquer poder de interação com as matérias de cultura. Era execrado o corte de matérias e abolido o comando hierárquico baseado em indivíduos, classificado como necessariamente arbitrário. Toda discussão era remetida a instâncias coletivas de base29.

> *[...] nega-se aqui [...] a prática do corte em textos como meio adequado para solucioná-los, em nosso jornal. Nega-se o poder de corte enquanto poder exercido por "um elemento" da frente jornalística, fazendo-se assim poder arbitrário. Propõe-se a discussão do problema apresentado com o(s) autor(es) para suspender com fundamento [...] dada a matéria, se esta entrar em contradição estrutural com o programa mínimo vigente da frente jornalística [...] devendo [a matéria suspensa] ser remetida à rediscussão em instâncias de base, sucursais, corpos de redatores [...]30.*

Na prática, a elaborada teorização da editoria de cultura protegia uma produção predominantemente amadorística, e por isso insegura. Nesse sentido, tratava-se de uma doutrina libertária na aparência, mas que paradoxalmente continha dois fortes elementos de autoritarismo. O primeiro, ao não se expor ao crivo dos mais experientes, rejeitando o valor da experiência e, portanto, do próprio conhecimento; o segundo, por contrariar o conceito de frente de indivíduos que fundamentava o contrato social do jornal. Tanto a criação como a crítica passavam a ser consideradas obras coletivas, nunca de um indivíduo:

> *O corte estilístico na sua instância última é também político [...] tenta fazer prevalecer um padrão sobre os outros, apelando para categorias subjetivas e discutíveis como fluência, bom entendimento do leitor etc. [...] sabe-se que até a mudança da pontuação de uma frase altera-lhe fatalmente o sentido e propósito [...] este tipo de corte, na sua expressão de arbitrariedade também parece ignorar que a matéria sob sua questão foi proposta, discutida, e aceita pela equipe de sua editoria no respeito à democracia interna do jornal. Ademais, esse tipo de corte entrava o desenvolvimento e o surgimento de novas formas de escrituras, cerceando a criatividade dos redatores [...] alega-se o critério de qualidade jornalística, para a execução do corte estilístico. Um critério baseado na subjetividade e calcado numa discutível padronização do gosto do leitor [...]31.*

O ATREVIMENTO COMO LINHA EDITORIAL

O projeto editorial de EM TEMPO, proposto por Bernardo Kucinski, visava o rompimento com o padrão tablóide da imprensa alternativa, que havia se tornado dominante nessa época e, por isso mesmo, cansativo. Em tamanho *standard*, com grandes manchetes, EM TEMPO deveria demonstrar, nas bancas de jornais e, portanto, ao imaginário dos leitores, a intenção de disputar o espaço visual da grande imprensa, de expressar a ocupação dos espaços políticos pelos movimentos populares, o avanço destes em todo o país. A inspiração do retorno ao tamanho *standard* veio de um jornal estudantil efêmero, mas de grande impacto visual, lançado por estudantes do DCE-Livre da Universidade de São Paulo, em abril de 1977, AVESSO. A solução gráfica dada a essa idéia por José Ramos Neto venceu as resistências naturais, e foi logo imitada por novos jornais que se seguiram. Como reflexo dos novos tempos, de desmoralização do regime e ascensão das oposições, propõe uma “linguagem altiva e bem-humorada”. Propõe ainda níveis diferenciados de leitura, de forma a atender leitores dos mais diferentes tipos, “implodindo com o conceito de leitor médio”. O projeto propõe ainda grande ênfase na interpretação e esclarecimento dos fatos e uma “modernidade” que não define com precisão32.

Mas o resultado foi confuso, refletindo a falta de hierarquia e o crescente democratismo do jornal. Com títulos deliberadamente fora do lugar, no meio ou no pé das matérias, o jornal transmitia uma sensação de anarquia deliberada, de amadorismo gráfico, que prejudicavam o aproveitamento do material editorial. Não conseguia ocupar com eficácia o imenso espaço das páginas *standard*, especialmente as internas.

As bases do jornal criticam vagamente as propostas de modernidade, valendo-se da forma imprecisa com que foram formuladas. Mas os novos grupos de esquerda, representados no jornal especialmente pelo MEP, e que se concentram na editoria de cultura, também são favoráveis a uma linguagem forte e iconoclasta33. E concordam com a idéia de “tratar com ousadia e atrevimento” os temas tabus das esquerdas – como a repressão

na União Soviética e a política externa chinesa –, de "sacudir a forma de pensar" da própria esquerda e das oposições populares34.

Elaborado à parte, o projeto da editoria de cultura dispõe-se a demolir todas as propostas de cultura consagradas pela esquerda brasileira, desde a cultura nacional-popular até a cultura de resistência. Propõe-se a desmascarar as relações de classe e de dominação ideológica embutidas nessas propostas. Já na edição experimental 1, Domingos Pellegrini Júnior critica os grandes mitos da cultura brasileira: Caetano Velloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, Ferreira Gullar, Paulo Pontes, Jorge Amado. "Todos nomes consagrados [...] mitos, artistas consumidos como tótens [...] erigidos ou derrubados, atualmente, conforme as necessidades de três grandes mitos da intelectualidade: a cultura de resistência, a cultura nacional e a cultura popular [...]"35.

Pellegrini dá o tom para o grande ataque iconoclasta da nova geração de EM TEMPO, que se coloca à esquerda das lideranças e movimentos populares, mesmo os mais ousados, criticando impiedosamente todas as vacilações do presente e do passado. Simone de Beauvoir é colocada na "pré-história das lutas pela emancipação da mulher [por ignorar que] hoje a compreensão da questão da mulher identifica no poder masculino um aliado do poder burguês [...]"36.

Gramsci é criticado pelo seu reformismo:

> *[...] como foi possível que Gramsci, um militante que tivera um passado resolutamente hostil ao reformismo, deixasse um legado com tal ambigüidade? [...] no labirinto de suas anotações, Gramsci perdeu seu caminho. E contra suas próprias intenções podem-se extrair conclusões formais que nos levariam a caminhos inteiramente diversos do que ele pretendia [...]37.*

A editoria de cultura se propõe a tratar de tudo, e não apenas de cultura no sentido estrito, pois "a produção crítica de artes se insere no âmbito da luta por novas mentalidades, por novos valores, novas formas de expressão e de associação no âmbito da luta ideológica [...]"38. Era uma maneira de influir sobre o jornal como um todo e, eventualmente, determinar sua linha39.

SEM CENSURA

Crucial na definição do projeto, na idéia de que fosse um jornal que rompesse com o padrão alternativo vigente, foi a percepção de que EM TEMPO poderia não ser submetido à censura prévia, dado o avanço contínuo das oposições e a dificuldade de o governo responder com retaliações. Os militares reconhecem EM TEMPO como mais à esquerda de MOVIMENTO mas já é tarde para impor censura prévia40.

EM TEMPO beneficiou-se por sair sem censura prévia num momento de precipitação dos acontecimentos em pelo menos três frentes importantes: na frente operária, com a eclosão das primeiras grandes greves metalúrgicas, na frente das esquerdas, com o retorno dos exilados, e na frente institucional, com o "racha" do grupo dominante. Após anos de domesticação, a imprensa convencional perdera a sensibilidade para os fatos. Foi um choque, tanto para as esquerdas como para os jornalistas da imprensa convencional, as primeiras manchetes de EM TEMPO. Ao mesmo tempo em que expunham, em letra de forma, uma crise no interior da hierarquia militar, que os grandes jornais continuavam a tratar de forma

envergonhada, anunciavam como fatos importantes as movimentações dos políticos que retornavam do exílio e iniciavam as conversações para a criação de novos partidos. O que as esquerdas faziam passava a ser importante e a grande imprensa ainda não se havia apercebido disso: "A Luta já Pegou no Breu", era uma das manchetes do número zero, sobre a mobilização operária no ABC, e que introduzia o personagem Lula e o debate sobre a falsificação dos índices de inflação, detectado pelo Banco Mundial. "PTB e PS" já em articulação é a manchete do número experimental 2, lançado em dezembro de 1977. "Racha no Poder", a manchete de EM TEMPO na edição número 1, de 23 de janeiro de 1978, sobre o movimento dissidente lançado por Magalhães Pinto.

Por trás dessas manchetes, estão extensas coberturas do editor Bernardo Kucinski, revelando detalhes do que ocorre nos quartéis, que a imprensa convencional não acompanha. EM TEMPO e MOVIMENTO são os únicos jornais a publicar, na íntegra, manifestos militares de oposição ao grupo dominante e a analisar e interpretar as dissidências militares. As manchetes, politicamente fortes, sem ser sensacionalistas, descriminalizavam o debate político e a cobertura das oposições, então em processo de acelerada reorganização. Mas o público estava tão desabituado, que o jornal chegou a ter "problemas de distribuição junto a parcelas significativas de operários, que se assustam com as manchetes do jornal sem ao menos chegar a lê-los"41.

Desde os primeiros números, o jornal assume a liderança da cobertura sobre a anistia. A edição número 3, de março, tem três manchetes paralelas: "Luta pela Anistia em Todos os Cantos"; "Brasileiros no Exílio"; e "Todos de Volta até o Natal". Era a socialização no espaço público daquilo que todos tratavam como se fosse segredo, ou algo que só podia ser sussurrado... Após três meses de periodicidade quinzenal, em março de 1978, EM TEMPO torna-se semanal. Cresce sua cobertura das dissidências militares, das greves e do movimento da anistia. Ao mesmo tempo tornam-se extremamente elaboradas e sofisticadas as pautas da editoria de cultura. Enquanto investem contra os mitos culturais, tentam trabalhar com mentalidades, com ideologia, com o cotidiano, em ambientes de trabalhadores. Mas resultam matérias herméticas e pesadas.

A partir do número 17, junho de 1978, EM TEMPO ganha novo destaque, com repercussão da extraordinária publicação de uma lista de 233 torturadores, elaborada por presos políticos. "Mais tarde, março de 1979, o jornal publicaria uma segunda lista de torturadores e localizaria o sítio clandestino 31 de Março, em São Paulo, onde eram torturados presos políticos"42. O jornal atingia, então, seu apogeu como publicação, pois logo deu-se o primeiro grande "racha", com a saída do MR-8.

Com o retorno dos exilados, em 1979, aderiram ao jornal Eder Sader e Marco Aurélio Garcia, chamados de grupo dos autonomistas, pois defendiam a tese da autonomia operária em relação ao partido. Marco Aurélio Garcia escreve então, através de EM TEMPO, a série História das Esquerdas no Brasil, que também representa uma ruptura cultural, ao descrever detalhadamente os processos amebianos de "rachas" que caracterizaram essas esquerdas, ao tratá-las como objeto de pesquisa histórica43. Mas, alguns meses depois, EM TEMPO já seria um jornal exclusivo dos trotskistas mineiros e gaúchos, que se fundiriam num partido político, a Democracia Socialista (DS), trotskista, filiada à IV Internacional, e atuando como tendência interna do PT.

Em algumas edições de sua primeira fase, EM TEMPO chegou a vender cerca de 10 mil exemplares semanais, mas a média de vendagem ficou

em torno de oito mil. Após o “racha” do MR-8, a vendagem foi caindo para sete mil, em média, depois de cinco mil44. No final de 1979, com a saída de outros grupos, já havia caído para uma média de apenas 2,2 mil exemplares, um jornal de partido político, feito e lido apenas por seus filiados. Ao contrário de MOVIMENTO, não havia levantado muitos recursos junto ao público nem durante o lançamento. Tinha apenas o suficiente para alugar a sede e dar a partida ao projeto, vivendo sempre da mão para a boca. Só sobreviveu pelo empenho da Democracia Socialista, que, assim, fez dele o seu jornal.

O DESCARTE DO EDITOR

De nada adiantaram os mecanismos de deliberação, criados pelo coletivo de EM TEMPO para impedir golpes ou prevenir “rachas” e manter um ambiente de confiança mútua. De pouco adiantou o basismo da editoria de cultura. A assembléia de fundação transcorreu em clima pesado, em meio a acusações recíprocas de inchaço. E o jornal já nascia debilitado e traumatizado pelo cisma liderado por Chico de Oliveira, tornando-se mais ainda dependente de um pequeno núcleo dirigente, no qual tiveram destaque os ativistas da futura DS, que assim logo se tornaram controladores do jornal. E como, entre os que haviam saído, estava a maioria dos que tinham mais experiência, nascia também jornalisticamente debilitado:

> *[...] O jornal encontra-se traumatizado em decorrência da própria realização da assembléia fundadora [...] assim é que, logo após a sua realização, colocava-se como uma das tarefas imediatas da diretoria vencer o clima político de desconfiança e insatisfação com o resultado da assembléia [...] as dificuldades materiais eram de maior porte [...] rigorosamente falando, faltava um mínimo de infra-estrutura ao jornal, particularmente na sede – esta abalada pelas repercussões externas do afastamento dos que foram fundar o AMANHÃ [...]45.*

Em menos de três meses de jornal, em março de 1978, demitiu-se o editor, Bernardo Kucinski, que já vinha se queixando, desde o início, contra a falta de espaço para coordenar ou editar o jornal e “a situação que se criou com a editoria de cultura, que representa teoricamente, e na prática, um terço do jornal”46.

Por outro lado, o editor se tornara um empecilho para os principais grupos que carregavam a responsabilidade do jornal, pois tinha um estilo individualista, não se preocupava com os grupos políticos do jornal, não pertencia a nenhum deles, tinha por hábito não se interessar pelas suas divergências doutrinárias. Enquanto a cobertura da crise institucional era considerada pelas bases um desvio de direita, o próprio editor achava que havia no jornal um desvio de esquerda, através do doutrinarismo e do sectarismo. Muitos leitores também criticavam uma visão “obreirista da articulação dos trabalhadores”, que terminava sempre com as mesmas proposições vagas e genéricas, e a editora de cultura, por doutrinarismo, ao tomar como eixo de sua cobertura as discussões ideológicas no interior das esquerdas47.

Bernardo Kucinski continuou colaborando com o jornal, redigindo as principais reportagens políticas, até que se deu outra crise, dessa vez oriunda de um processo coletivo e generalizado de rejeição de suas reportagens, consideradas favoráveis à saída elitista da crise do regime, por destacarem excessivamente a Frente Nacional de Redemocratização (FNR) do general Euler Bentes Monteiro. Essas reportagens foram consideradas

"carentes de uma visão crítica", dando a EM TEMPO feição parecida à do Movimento48.

A crise estourou a partir de duas grandes entrevistas, ambas feitas por Bernardo Kucinski, e publicadas no número 12; uma com Chico Pinto, defendendo a Frente de Euler Bentes, e a outra com Almir Pazzianoto, explicando a gênese das greves do ABC. Na reunião do núcleo dirigente, da diretoria com alguns editores, foi unânime a crítica à entrevista com Chico Pinto, articulador da FNR. Mesmo a entrevista com Pazzianoto foi criticada.

> *Foi consenso a avaliação da diretoria [...] [de que] o artigo é de apologia a Euler [...] as críticas recolocam a importância da discussão, urgente, em todo o jornal; [a matéria] "Rompendo com a Política Salarial" não subsidia a luta no sentido da organização independente dos trabalhadores na medida em que mantém uma visão legalista do processo dos trabalhadores. Procura-se ligar o sindicato ao Lula ("o sindicato do Lula"). Não há visão crítica sobre a atuação do sindicato, há contradições de suas lideranças, o atrelamento do sindicato. Ao mistificar-se o Lula, entra-se pela mesma porta que a imprensa burguesa: a do puxa-saquismo e a do liberalismo [...]49.*

A forma encontrada para descartar as reportagens de Bernardo Kucinski foi a publicação de duas cartas, uma da sucursal de Curitiba e outra de Luís Nadai, no número 13 do jornal, que o acusavam de se valer de seu prestígio como jornalista para ocupar um espaço exagerado e indevido na cobertura. Sem ter tido a oportunidade de ler a carta antes de sua publicação50, Kucinski demitiu-se de todos os seus cargos no conselho e na direção do jornal, e afastou-se51.

CRISE DA AUTOGESTÃO E INTERVENÇÃO NA CULTURA

Foram toleradas, mas nunca aceitas pelo conjunto do jornal as posições da editoria de cultura. Enquanto as outras editorias, organizadas também de forma autônoma, foram cedendo à necessidade de interação com o resto do jornal e de algum tipo de comando hierárquico, a editoria de cultura manteve-se fechada, insistindo na autogestão coletiva e mantendo três editores ao mesmo tempo.

Em agosto de 1978, antes de EM TEMPO completar um ano, são tão generalizadas as críticas à editoria de cultura que os demais grupos do jornal, apesar de seu mútuo antagonismo, unem-se contra o MEP e, por nove votos contra seis, o conselho editorial e administrativo decreta a intervenção na editoria.

Já em março a sucursal do Rio de Janeiro aprovara uma moção entendendo que, "a orientação da editoria de cultura deve mudar, por não estar de acordo com a frente jornalística e o projeto político do jornal [...]"52. Mas a assembléia geral de abril, que praticamente renovou a diretoria eleita durante a fundação do jornal, preferiu contemporizar. Foi uma assembléia enorme, com a participação de 150 acionistas, representando 359 votos de onze Estados, o que denotava a crescente penetração do jornal como veículo de articulação política à esquerda de Movimento53. No entanto, era frágil a estrutura administrativa do jornal e superficial o nível de comprometimento político das organizações da frente, que não haviam discutido em profundidade suas divergências, numa atitude de compasso de espera. Assim, a assembléia geral de 22 e 23 abril registrou apenas a necessidade de "uma linha editorial orgânica para o jornal".

> *[...] Embora o programa do jornal seja essencialmente adequado, já não é suficiente para defini-lo perante a conjuntura e diante das oposições. Questões como a convocação de uma Constituinte, a formação de um partido socialista, entre outras, exigem que o jornal tenha definições claras a respeito. [...] para tanto a assembléia encarregou o conselho de dirigir um processo de discussão para o aprofundamento dessas questões, a curto prazo, culminando com a convocação de uma assembléia geral extraordinária [...]54.*

Ao contrário do que ocorrera em MOVIMENTO, havia o reconhecimento de que as divergências eram legítimas e de que nenhuma das posições, dentro do jornal, era mais representativa do seu programa do que outras. Todas as discussões principais eram publicadas no próprio jornal. Também havia o reconhecimento da precariedade administrativa e organizacional, ao contrário do tom freqüentemente triunfalista de MOVIMENTO. "Cada número é um número, sendo sua feitura, literalmente, uma aventura financeira: para o próximo, a ser rodado daqui a dois dias, não há condições precisas de definir se teremos ou não dinheiro suficiente [...]", dizia o relatório aos acionistas, de 29 de março, vésperas da assembléia geral55.

A intervenção na cultura marcou o fim da fase infantil do projeto, o reconhecimento de que a autogestão coletiva e por editoria, conforme definida pelo MEP, não era operacional. A isso se somava a crítica à linha editorial em si, que ao invés de dar um combate sistemático à visão do mundo das classes dominantes e aquilo que ela impõe às classes trabalhadoras, [tentava] demarcar um campo no seio das oposições, criticando os principais desvios que existiam no seu interior [...] concepção que só pode ter sua raiz no equívoco de supor que seja possível impor no campo da cultura uma ideologia das classes dominadas antes que elas se transformem em classes dirigentes da sociedade [...]56.

Uma carta de um dos editores da cultura, criticando a "ambigüidade" da editoria de assuntos nacionais perante a Frente Nacional de Redemocratização (FNR), redigida em linguagem considerada antiética, precipitou a intervenção. Na mesma reunião em que decretou a intervenção na editoria de cultura, o conselho editorial e administrativo decidiu "deixar em aberto" a posição do jornal sobre a FNR57. Logo após a renúncia de Bernardo Kucinski – provocada, ironicamente, pelas críticas à sua cobertura da FNR –, foi publicada uma longa carta de Tarso Genro, em que ele colocava a FNR como um sintoma do processo de desagregação do autoritarismo que se dava no campo das classes dominantes e que, portanto, não substituía, em nada, os esforços de organização dos trabalhadores, que se dão em outro campo. De certa forma, Tarso Genro retoma e expande o raciocínio de Chico de Oliveira, quando do "racha" de MOVIMENTO, dizendo que "assim como não se tratava de optar pela hegemonia liberal sacrificando o esforço pela livre organização dos trabalhadores, também não era preciso antagonizar a FNR para priorizar essa organização".

> *[...] O debate está se processando em cima de uma verdadeira confusão de categorias, isto é, como se a presença do general e a participação do MDB fosse alimentar ou frustrar a participação dos trabalhadores [...] em síntese, tudo aquilo que ajudar a desagregar o autoritarismo e abrir cunhas no seio do sistema e tudo aquilo que alimentar as contradições entre as classes dominantes é válido, como é válido e lógico sujar as mãos nesta luta, porque esta é a luta que existe ao alcance dos setores democráticos tradicionais que jamais vão se comprometer com a causa maior do proletariado e dos demais trabalhadores [...]58.*

Logo após a carta de Tarso Genro, começa um processo de discussão política no conselho editorial e administrativo (CEA), que culmina com a elaboração de uma nova plataforma político-editorial para o jornal, aprovada pelo CEA em agosto, por 16 votos contra apenas 1, que defende ao mesmo tempo o apoio à Frente Nacional de Redemocratização e à articulação dos setores populares que propugnam a criação de um partido à esquerda do MDB. É uma solução de compromisso que reflete uma divisão nas forças que sustentam EM TEMPO:

> *[...] não podemos subestimar o conflito entre o governo e a Frente como algo que esteja fora dos interesses das classes populares [...] a luta pela democracia pertence aos trabalhadores e não há por que temer que uma ou mais frações da burguesia se apossem eventualmente de algumas das bandeiras das oposições [...]59.*

Mas a ênfase do programa é posta na articulação já em curso pela formação de um partido à esquerda do MDB, e o jornal se posiciona claramente a favor do que chama "movimento socialista", apesar de aceitar bandeiras importantes do PCdoB, como a da Assembléia Nacional Constituinte.

É nesse contexto, de compromisso entre as duas forças majoritárias do jornal, que se dá o expurgo na editoria de cultura, consumada apesar da forte oposição da sucursal de Curitiba, reduto do MEP. Flávio Aguiar que havia se afastado do jornal antes mesmo do seu lançamento, assume a editoria de cultura. O MEP abandona a frente jornalística, passando a se dedicar ao lançamento de um jornal próprio, O Companheiro, cujo primeiro número sai em 10 de abril de 1979. Seguindo a linha inaugurada por EM TEMPO, também esse jornal adota o padrão standard60.

O "RACHA" DO MR-8

Com o novo avanço do MDB, nas eleições parlamentares de novembro de 1978, quando obtém 47% dos votos para o Senado e quase 40% dos votos para a Câmara Federal, além da maioria em três assembléias legislativas, abre-se uma nova perspectiva de atuação política no campo legal para aqueles ativistas egressos de partidos clandestinos que não estavam articulados em novas organizações61. Era esse o caso do grupo de ex-militantes da AP da Bahia, em torno de Tibério Canuto e Emiliano José, de papel destacado no EM TEMPO. Há, dentro do próprio MDB, um grande demanda por esses quadros políticos, e para eles se abrem espaços de assessoria e até de carreira político-parlamentar. Também o PCB começa a se rearticular. Por outro lado, o MR-8, de participação secundária na articulação de EM TEMPO, mas que no decorrer dos primeiros meses do jornal ganhara força nas sucursais do Rio de Janeiro e de São Paulo, passou a considerar difícil a co-existência com os trotskistas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul que, em meados de 1979, já discutiam a sua fusão para a criação de um partido62.

AP e MR-8 se aliaram então contra o predomínio dos trotskistas, e ganharam o apoio do editor Jorge Batista. "Mas os trotskistas controlavam a máquina do jornal e pelos critérios de acionistas A e B, tinham a maioria."63

O avanço das articulações no campo popular estimula os trotskistas da Democracia Socialista a apostarem na formação de nova alternativa partidária de doutrina socialista64. Os trotskistas vinham propondo ênfase editorial nas articulações em torno do partido socialista desde, virtualmente, a criação de EM TEMPO. E conseguiram aprovar essa ênfase formalmente nas reuniões do CEA de agosto, mas sem contar com o entusiasmo das bases do MR-8 no Rio de Janeiro e em São Paulo, que passaram a esvaziar o jornal. Os mineiros tiveram que reformular a proposta, referindo-se não a um partido socialista mas a um genérico

movimento socialista, entendido como o conjunto dos que apontavam para o caráter socialista de revolução brasileira. Logo depois, em carta ao conselho, Antônio Carlos Carvalho, do MR-8, considera um "fato positivo que os companheiros da sucursal de Minas tenham retirado parcialmente as propostas sustentadas ao longo de seu documento a respeito da reorganização partidária", mas adverte que a resolução finalmente aprovada resultara "híbrida e aquém das necessidades que a conjuntura está impondo de definições mais claras e precisas"65.

Mas o antagonismo vai crescendo. O MR-8 e os baianos liderados por Tibério Canuto opunham-se ao apoio a qualquer partido socialista e muito mais ao PT, já em formação. Propunham "trabalhar no sentido de construção de uma frente popular cujo ponto de união venha a ser a luta por uma alternativa não-elitista à crise do regime". E viam na articulação em torno do PT um movimento predominantemente trotskista, no sentido de toda a carga pejorativa que a expressão carrega no imaginário da esquerda ortodoxa.

> *Há companheiros dentro do EM TEMPO que muitas vezes, por sectarismo ou por levarem muito a sério as versões trotskizantes da história da III Internacional, deformam o sentido da concepção de frente popular, fazendo a seguinte equação: Frente Popular igual a frente com a burguesia. Seria desnecessário repetir que não queremos frentes com a burguesia e que a política de frente popular que queremos é a da unificação do campo popular – no qual não se inclui nenhuma facção burguesa – em torno da luta por uma alternativa operária e popular à crise do regime [...]66.*

Mas a DS foi se tornando cada vez mais insistente na proposta de que o jornal apoiasse explicitamente o partido socialista "com o objetivo de entrar com tudo no PT, que estava se formando, para influenciar o PT"67. Como domina a redação e a máquina do jornal, impõe essa linha, formalmente aprovada em agosto, mas que não contava com o consenso do jornal. Começa aí uma radical mudança nas relações da frente, surgindo a desconfiança e a simulação. A partir de janeiro, as sucursais do Rio de Janeiro e da Bahia vão se desmobilizando, descontentes com a linha editorial menos preocupada em apoiar resolutamente os movimentos populares contra a ditadura [...] e interessada sim, em fazer a propaganda de uma determinada e equivocada concepção de socialismo indefinido [...] convertendo-se [o jornal] numa tribuna para debates, para os círculos intelectuais mais interessados em discussões teóricas e que não tem respaldo no nível de consciência e mobilização dos setores populares que lutam pelo fim do arbítrio [...]68.

> *Nesse clima, às vésperas da nova assembléia geral de EM TEMPO, reúne-se o CEA, no dia 18 de fevereiro de 1979. Articulando-se com os baianos e com o apoio de última hora do editor-chefe Jorge Batista, o MR-8 surpreende os trotskistas com a proposta de que seja suspensa a circulação do jornal. Alegam que "o jornal só vende 7 mil exemplares em banca, de uma tiragem de 28 mil, carregado com matérias pesadas, grandes demais, desligadas do contexto diário mesmo das parcelas mais avançadas e mobilizadas do movimento popular [...] acumulando uma dívida de mais de um milhão de cruzeiros"69. Acusam os mineiros de quererem transformar o jornal em veículo de uma só tendência, a DS e propõe uma rediscussão da linha editorial e do estilo do jornal, que culminaria com a apresentação de propostas à assembléia, marcada para 11 de março. A proposta é aprovada, pois os mineiros acabaram se vendo em minoria no CEA.*

O CONTRAGOLPE DA DS

Assustados com a decisão do CEA, que encaram como um golpe visando ao fim do jornal, os mineiros não a acatam. Continuam a produzir sozinhos o jornal, e convocam a assembléia geral dos acionistas para três semanas

depois, contando que teriam, como tinham, a maioria dos votos dos acionistas A. O MR-8 não compareceu à assembléia geral, denunciando o “caráter ilegítimo da reunião” e declarando que não aceitaria como legítimos a nova diretoria ou o novo CEA dela oriundo. Também não escreveram mais no jornal, “concentrando-se na elaboração de um projeto político alternativo”. Esse projeto seria o futuro Hora do Povo, jornal de partido e não de frente, cujo primeiro número circula em setembro do mesmo ano (1979)70. A sucursal de Salvador também decide não participar da assembléia, ainda que muitos não aprovem a suspensão do jornal. Na assembléia, como previam os mineiros, e mais ainda com o abandono do MR-8 e dos ex-AP, é aprovada a resolução dos trotskistas pela manutenção do jornal71. EM TEMPO passa a ser, quase que exclusivamente, o porta-voz da Democracia Socialista, inaugurando um longo período em que se constitui no único veículo de venda em banca no Brasil que propugna o socialismo. Na edição 53, de março de 1979, Flamínio Fantini denuncia a “tentativa de golpe” do MR-8, ao propor o fechamento do jornal, “transferir a sede para o Rio de Janeiro e apoiar a FNR”.

Hora do Povo é a antítese de EM TEMPO, o que revela a profundidade do antagonismo que vinha sendo vivido pela frente nos últimos meses de 1978 e início de 1979. Seu estilo é dos jornais populares sensacionalistas, como NOTÍCIAS POPULARES, de São Paulo, ou O Dia, do Rio de Janeiro, cuja linguagem tenta mimetizar. Sua linha editorial é de um reformismo consciente e impostado, levado às últimas conseqüências. Configura-se, assim, o retorno completo do MR-8 à vertente stalinista, que começara nas primeiras discussões sobre que tipo de luta EM TEMPO deveria apoiar. É um retorno cultural e que transcende o próprio stalinismo, pois institui as técnicas da mentira e da manipulação não como males necessários, mas como padrão estético72.

SAEM OS AUTONOMISTAS

Em outubro de 1979, EM TEMPO vira tablóide. Já era um jornal essencialmente partidário, mas ainda sobreviviam no seu interior vozes independentes, sem ligação orgânica com a DS. Entre elas a de Marco Aurélio Garcia e Eder Sader que, como a DS, estavam articulados ao processo de criação do Partido dos Trabalhadores, conhecidos como o grupo dos autonomistas, por defenderem a autonomia operária em relação ao partido. No final de 1980, após ficarem no jornal pouco mais de um ano, saem também Marco Aurélio Garcia e Eder Sader, por divergências com a DS em relação ao PT. O veto de Flávio Andrade a uma matéria de Marco Aurélio Garcia, de crítica à tentativa de aparelhamento da União Nacional dos Estudantes, que naqueles dias realizava seu congresso, provocou a saída dos autonomistas. Desde o exílio, em Paris, o grupo autonomista insistia na separação entre partido e movimentos populares, “como essencial para a perfeita articulação dos objetivos democráticos com os socialistas”73. Essa é a idéia central da grande entrevista de Sartre a Marco Aurélio Garcia, Eder Sader e Heitor Macedo, publicada no Em Tempo74. E a ênfase que davam na luta contra a concepção leninista da DS de fazer jornal extravasou para o âmbito da articulação do PT.

> *[...] Eles queriam influenciar o PT numa direção anti-leninista. Nós, da DS, achávamos importante manter algumas características do leninismo, como o centralismo democrático, por exemplo. Eles queriam um partido muito crítico, a autonomia operária [...] também havia sectarismo de nossa parte. Um de nossos membros, Humberto Belvedere, escrevia artigos que sempre terminavam com o texto básico de Trotsky de 1938, o famoso “programa de transição” [...]75.*

Assim terminou a linhagem dos jornais de frentes jornalísticas. EM TEMPO já se havia transformado em um jornal de partido76.

NOTAS

1. Entre outros, lá estavam Chico de Oliveira, Bernardo Kucinski, Ricardo Maranhão, Luiz Roncari, Wolfgang Leo Maar, Antônio Mendes Jr. (Paxá), Jorge Baptista, Inimá Simões, Guido Mantega, Maria Moraes, Dagomir Marquesi, Carlos Dória. Havia representantes de Minas Gerais e da Bahia, mais Laís Tapajós, Míriam Botassi, Sílvia Campolim, Maria Rita Kehl e Flávio Aguiar.

2. Flávio Aguiar, "Primeiro de Maio, Aniversário de uma Idéia", EM TEMPO, n. 9, 1-7/5/1978.

3. Uma das novas forças que se uniu ao projeto, o MR-8 acabaria adotando uma linha ainda mais reboquista, pois, ao contrário do PCdoB, para o qual a proposta de frente com os liberais fazia parte da idéia de preparar as condições para uma futura *guerra popular prolongada*, o MR-8 propugnava uma aliança com setores do empresariado e das Forças Armadas, para um projeto democrático e nacional. Cf. Antônio Ozai da Silva, História das Tendências no Brasil, s. d. O MR-8 uniu-se ao projeto possivelmente para tentar controlá-lo. Teodomiro Braga participou da reunião também como observador de Raimundo Pereira.

4. Chico de Oliveira, Sobre a Conjuntura e Tarefas de uma Publicação Democrática, mimeo., 1977, arquivo BK.

5. Segundo Marco Aurélio Garcia, o MEP originou-se de uma divisão da POLOP, fev. 1991.

6. Entrevista com Flávio Aguiar, 13/8/1990.

7. Entrevista com João Machado, 6/9/1990. Em julho de 1978, o grupo de Raul Pont proclama-se Tendência Socialista do MDB-RS, lançando um manifesto/programa com esse nome, jul. 1978, mimeo., arquivo BK. No final de 1979, os dois grupos, o mineiro e o gaúcho, e alguns outros núcleos, fundam, em congresso, a Democracia Socialista, partido político filiado à IV Internacional. Aderem ao PT, onde permanecem como tendência.

8. Entrevista com João Machado, 6/9/1990. O único grupo trotskista novo que não adere a EM TEMPO é a Convergência Socialista (SC), que tinha suas raízes num coletivo de exilados brasileiros na Argentina, onde publicaram o primeiro número do jornal Independência Operária. De regresso ao Brasil, junto com remanescentes da antiga fração bolchevique da IV Internacional, haviam formado a Liga Operária, ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores (argentino). Em 1977, exatamente quando está se dando a criação de EM TEMPO, a Liga Operária assume o controle do jornal VERSUS, através do seu MOVIMENTO Convergência.

9. O MR-8 foi o primeiro grupo de luta armada a rejeitar o militarismo, ainda em 1972. Ver Celso Frederico, A Esquerda e o MOVIMENTO Operário, 1964-1968, 1990; Antônio Ozai da Silva, História das Tendências no Brasil, op. cit. Em 1982, o III Congresso do MR-8 adotou a política de aliança com a burguesia e o apoio integral ao PMDB.

10. Entrevista com Flávio Aguiar, 13/8/1990.

11. Entrevista com Ricardo Maranhão, 23/3/1990.

12. Entrevista com Flávio Aguiar, ago. 1991.

13. AMANHÃ, n. zero, 15/12/1977.

14. Idem, ibidem.

15. Idem, ibidem.

16. Entrevista com Ricardo Maranhão, 23/3/1990.

17. AMANHÃ, n. 1, maio 1978.

18. Entrevista com Ricardo Maranhão, 23/3/1990. Segundo Maranhão, houve também um motivo de ordem subjetiva. "Quando apareceu Milton Coelho da Graça, junto com o Sérgio Gomes, para fazer o jornal, o Chico de Oliveira disse que com o Milton Coelho ele não trabalhava". Em 1979, Ricardo Maranhão lidera uma nova tentativa, propondo O Bloco, apoiado pela mesma aliança entre remanescentes do grupo Debate, parte do qual tem origem na POLOP e parte na tendência leninista da ALN, e o pc. Saiu apenas o número zero porque o grupo de Maranhão se retirou devido, mais uma vez, à presença de Milton Coelho da Graça. Maranhão diz que seu nome consta indevidamente no número zero.

19. "Um Jornal em Projeto", manifesto/programa de EM TEMPO, 1977, arquivo BK.20. Rascunho de um Jornal em Projeto, mimeo., 1977, arquivo BK.

21. Nossa Oposição sobre a Frente, Editorial de Internacional, São Paulo, mimeo., 1977, arquivo BK.

22. Atitudes que evoluíram rapidamente para um pós-modernismo e para a rejeição dos valores éticos e políticos das gerações anteriores, especialmente das esquerdas. Esse fenômeno terá especial importância no jornalismo porque influirá no desenho do projeto Folha de S. Paulo.

23. "Um Jornal em Projeto", manifesto/programa de EM TEMPO, 1977, arquivo BK.

24. O primeiro conselho é composto por Fausto Brito (presidente), Álvaro Caldas, Waldemir Bargieri, Aluísio Marques, Maria Rita Kehl, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Gilseone Cocenza, João Batista dos Mares Guia, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres Pimenta, Ronaldo Mota, Tibério Canuto, Jorge Batista, Maria Moraes e Otto Filgueiras.

25. O grupo chegou aos cuidados de consultar Modesto Carvalhosa que, no entanto, recomendou que fosse adotada a forma de Ltda. e não de S.A. Modesto Carvalhosa, memorando, 11/8/77, arquivo BK.

26. Estatuto Social da Editora Época S.A.

27. Estrutura, Funcionamento e Temas Privilegiados, editoria de Cultura, out. 1977, mimeo., arquivo BK.

28. Uma Questão Interna, mimeo, c. jan. 1978, arquivo BK.

29. Na consideração de que toda interferência de um editor é manifestação de um poder arbitrário, há influência das idéias de Michel Foucault sobre as práticas da medicina, sobre as formas terminais de poder. Cf. seu clássico Microfísica do Poder, São Paulo, Graal, 1988.

30. Uma Questão Interna, op. cit.

31. Idem. Essa teorização, além de eliminar todo poder hierárquico do editor, o exclui do processo coletivo de elaboração do jornal. Bernardo Kucinski só conseguiu comover as bases do jornal quando argumentou que ele também tinha direito a um espaço nesse processo.

32. Jornal Novo, anteprojeto da comissão de redação, arquivo BK.

33. Projeto da editoria de Cultura, arquivo BK.

34. Jornal Novo, anteprojeto da comissão de redação, arquivo BK.

35. "As Armas e os Barões", EM TEMPO, experimental 1, 2-17/12/1977. Flávio Aguiar respondeu ironicamente na edição seguinte que havia um quarto mito, a "iconoclastia cultural", que EM TEMPO estaria criando.

36. "O que Vê Simone de Beauvoir", EM TEMPO, 8/2/1978.

37. EM TEMPO, n. 1, 23/1/1978, texto de Flávio Andrade.

38. "O Buraco é mais Embaixo", EM TEMPO, n. zero, nov. 1977.

39. Entrevista com Flávio Aguiar, 13/9/1990.

40. Chico de Oliveira defendia a tese de que o espaço a ser ocupado pelo jornal continha a possibilidade de censura prévia e assim deveria ser encarado. Bernardo Kucinski achava preferível até mesmo esperar um pouco, para escapar à censura prévia. Num relatório detalhado sobre a imprensa alternativa produzido pelo Centro de Informações da Marinha em 1978, os militares definiram EM TEMPO como à esquerda de MOVIMENTO, mas a censura prévia não foi imposta. Cf. Maurício Maia, Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas, 1999.

41. Contribuição da distribuição para a assembléia, mimeo., c. abr. 1978, arquivo BK.

42. EM TEMPO, n. 53 e 54.

43. A série começa em 22/8/1979.

44. Boletim Administrativo, n. 4, arquivo CPV.

45. Comissão de organização da Assembléia Geral, relatório, c. fev. 1978, arquivo BK.

46. Carta de Bernardo Kucinski ao conselho editorial e administrativo, 3/3/1978.

47. Informe da Diretoria, 19/2/1978, arquivo BK.

48. Sugestões, mimeo., c. nov. 1978, arquivo BK.

49. Ata do Pautão, 29/5/1978, mimeo., arquivo BK.50. Acusação injuriosa, pois não sendo mais o redator-chefe, desde março, não era ele quem administrava os espaços. Apenas escrevia as matérias.

51. Bernardo Kucinski, no entanto, colaborou em mais duas ocasiões, inclusive com uma série de reportagens sobre a revolução sandinista.

52. Editoria de Cultura; uma Contradição com o Projeto Político do Jornal, mimeo., 29/3/1978, arquivo BK.

53. Os principais núcleos de acionistas estavam em: Rio de Janeiro (122); São Paulo (94); Minas Gerais (45); Bahia (36) e Rio Grande do Sul (28), EM TEMPO, n. 9, 7/5/1978.

54. EM TEMPO, n. 9, 7/5/1978.

55. Relatório aos Acionistas Tipo A, 29/3/1978, arquivo BK.

56. Balanço do Projeto Editorial, sucursal do Rio de Janeiro, mimeo., s. d., arquivo BK.

57. EM TEMPO, n. 22, 4/8/1978.

58. "Encarando a Frente Ampla", EM TEMPO, 25/6/1978.

59. EM TEMPO, n. 26, 3/9/1978.

60. O lema de O Companheiro, logo abaixo do título é: "Por um governo dos trabalhadores". A resistência à hierarquização é tão completa que o expediente do novo jornal não tem nenhuma divisão funcional, apenas a lista dos participantes por sede (São Paulo e Belo Horizonte).

61. O MDB ganha maioria nas assembléias legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o que teoricamente assegurava a eleição do próximo governador desses três Estados poderosos, que se dava pela via indireta, nas assembléias de cada Estado.

62. Efetivamente fundado no final daquele ano, sob o nome de Democracia Socialista.

63. Entrevista com João Machado, 6/7/1990.

64. Uma das características distintivas do trotskismo, em relação às outras correntes de esquerda, é o seu postulado de que uma revolução democrática (em países atrasados) evolui imediatamente para revolução socialista e, portanto, se torna em "revolução permanente". Cf. Irving Howe, Trotsky, 1978.

65. Carta de Antônio Carlos Carvalho, s. d., arquivo CPV.

66. Idem, ibidem.

67. Entrevista com João Machado, 6/7/1990.

68. Carta da sucursal do Rio de Janeiro a todos os acionistas A e B, 8/3/1979, arquivo RP.

69. Carta da sucursal do coletivo de acionistas A da sucursal do Rio de Janeiro, a todos os acionistas A e B, 8/3/1979, arquivo RP.

70. Hora do Povo tem como editor Pedro Camargo e como editor-chefe Ricardo Bueno, que fora de OPINIÃO. Também adota o tamanho *standard*.

71. EM TEMPO, n. 52, 4/3/1979.

72. Para um estudo crítico de Hora do Povo, ver Adelmo Genro Filho; Sergio Weigert e Marcos Rolim, Hora do Povo: Uma Vertente para o Fascismo, 1981; Maurício Tragtenberg, "HP e os Pelegos Sindicais a Nova Face da Repressão", Folha de S. Paulo, 13/7/1981. Tragtenberg denuncia a violência física usada por militantes do MR-8 contra grupos de esquerda em eleições sindicais.

73. Marco Aurélio Garcia, Contribuição para o Debate sobre o EM TEMPO, mimeo., jun. 1979, arquivo CPV.

74. EM TEMPO, n. 64 e 65, 25 e 31, maio 1979. Nessa entrevista Sartre diz também que "o intelectual deverá desaparecer [da política]".

75. Entrevista com João Machado, 6/7/1990.

76. EM TEMPO continuou a circular durante muitos anos, como jornal de partido, tablóide, mensal, com 10 mil exemplares de tiragem. Hora do Povo circulou muito tempo como jornal de partido e durante algum tempo como diário, mas de presença apenas simbólica nas bancas.

Bibliografia

"A Imprensa Alternativa". Cadernos de Comunicação Proal. São Paulo, n. 1, 1977.

ABRAMO, Cláudio. As Regras do Jogo. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

Adusp. O Livro Negro da USP. São Paulo, Adusp, 1979.

Adurgs. Universidade e Repressão: Os Expurgos na UFRGS. Porto Alegre, Adurgs/L&PM, 1979.

AGUIAR, Carly. "CEBs: Comunicação e Identidade Social". In: Gomes, Pedro & Piva, Márcia (orgs.). Políticas de Comunicação e Participação Popular. São Paulo, Paulinas, 1988.

AGUIAR, Flávio. A Comédia Nacional no Teatro de José de Alencar. São Paulo, Ática, 1984.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984.

ALVIM, Tereza Cesário (org.). A Imprensa Disse Não. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1979.

ALVES DE SOUZA, Ulysses. "A História Secreta de VEJA". Revista Imprensa, São Paulo, set. 1988.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). São Paulo, Edusc, 1999.

Arquidiocese de São Paulo. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 1985.

AZEVEDO, Maurício & PINTO, Anna Maria do Amaral. Catálogo da Imprensa Alternativa. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Imprensa, 1979, mimeo.

BACHELARD, Gaston. La Poética del Espacio. 3 ed. México, ed. FCC,1965.

BANDEIRA, Moniz. Caminho da revolução brasileira. Rio de Janeiro, Melso, 1962.

BARTHES, Roland. "Myth Today". In: Barthes. Londres, Fontana, 1982.

Selected Writings. Londres, Fontana, 1983.

BERGSON, Henri. Le rire. Paris, Presse Universitaires de France, 1950.

BETTO, Frei. Batismo de Sangue. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1982.

BISSIO, Beatriz & NAKANO, Maria. Brasil, la Experiência de la Prensa Alternativa. México, ILET, 1982.

BOTAS, Paulo César Loureiro. A Bênção de Abril. Petrópolis, Vozes, 1983.

Brasil, Índio do. Guerra é Guerra. Rio de Janeiro, Codecri, 1981.

BREGUÊS, Sebastião Geraldo. "A Imprensa Brasileira pós-64". In: Encontros com a CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, ago. 1978.

BUENO, Márcio. "A Imprensa Alternativa Ontem e Hoje". In: Mello, Ana Maria (org.). Vinte Anos de Resistência: Alternativas da Cultura ao Regime Militar. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

CABRAL, Reinaldo & Lapa, Ronaldo (orgs.). Desaparecidos Políticos. Rio de Janeiro, Opção, 1979.

CALDAS, Álvaro. Tirando o Capuz. Rio de Janeiro, Codecri, 1981.

CAMARGO, Candido Procópio F. et al. São Paulo, Crescimento e Pobreza. São Paulo, Loyola, 1976.

CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem Massa. São Paulo, Cortez, 1982.

__________. "A Imprensa Alternativa Revisitada". Revista de Biblioteconomia & Comunicação, Porto Alegre, vol. 3, jan./dez. 1988.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo, Contexto/USP, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasleiro e Outros Ensaios. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

CARUSO, Paulo. "Uma Avenida Chamada Brasil". Cadernos de Jornalismo e Editoração. São Paulo, Com-Arte, n. 24, dez. 1989.

CARVALHO, Murilo. Coletâneas de Cenas: Estórias de Trabalhador. São Paulo, Edição S. A., 1976

________. A Cara Engraçada do Medo. São Paulo, Hucitec, 1977.

CASTORIADES, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 2 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Fidel. Discours de la Révolution. Paris, Union Générale d'Editions, 1966.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa & Ramos, Jovelino (orgs.). Memórias do Exílio. São Paulo, Livramento, 1976.

Cba/Rio Grande do Sul. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1983.

CHINEN, Rivaldo. Imprensa Alternativa, Jornalismo de Oposição e Inovação. São Paulo, Ática, 1995.

CLAUDIUS, Jaguar & Fortuna. Hay Gobierno? Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1964.

Cnbb. Comunidades: Igreja na Base. São Paulo, Paulinas, 1977.

CONY, Carlos Heytor. O Ato e o Fato. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1964.

COSTELLA, Antônio F. O Controle da Informação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1970.

COUTO E SILVA, Golbery. Abertura, a História de uma Crise. São Paulo, Brasil Debates, 1982 (edição revista sob o nome O Fim da Ditadura Militar, São Paulo, Contexto, 2001).

COUTINHO, Carlos Nelson. "Cidadão Brasileiro". Teoria e Debate, São Paulo, n. 9, jan./mar. 1990.

CUNHA, Homero. "A Nova Imprensa Universitária". MOVIMENTO, n. 1, Rio de Janeiro, mar. 1962.

DASSIN, Joan. "The Brazilian Press and the Politics of Abertura". Journal of Interamerican Studies and World Affairs, vol. 26, n. 3, ago. 1984.

DASSIN, Joan. Fear and Armed Struggle in Brazil: Political Memoirs of the Generation of 68. Trabalho apresentado no seminário The Culture of Fear, Buenos Aires, 1985, mimeo.

DAVIDSON, Basil. In the Eye of the Storm. Londres, Penguin Book, 1972.

DECCA, Edgar Salvadori de. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DREIFUSS, René. A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de Duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978. São Paulo, PUC, 1987, dissertação de mestrado.

DEBRAY, Régis. Revolution in the Revolution, Londres, Pelican Books, 1968.

EGYPTO, Luiz de Cerqueira. Imprensa a Indústria da Consciência: A Informação e a Contra-Informação. São Paulo, puc, 1983, dissertação de mestrado.

FAERMAN, Marcos. "A Imprensa Alternativa". Cadernos de Comunicação Proal, n. 1, São Paulo, 1977.

FARO, J. S. "Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea". Revista de Cultura, Vozes, n. 67, ago. 1977.

_________. Revista REALIDADE, 1966-1968. Porto Alegre, Ulbra/AG, 1999.

FERREIRA, Maria Nazareth. A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920). São Paulo, Cortez, 1980.

FERNANDES, Millôr & RANGEL, Flávio. Liberdade, Liberdade. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1965.

FESTA, Regina. Comunicação Popular e Alternativa: A REALIDADE e as Utopias. São Bernardo do Campo, ims, 1986, dissertação de mestrado.

_________. "Mulher e Comunicação Alternativa, um Processo de Resistência em Explosão". Comunicação e Sociedade, ano 10, n. 8, 1982.

FESTA, Regina & LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo, Paulinas, 1986.

Folha de s. paulo.Primeira página: 1925-1985. São Paulo, FSP, 1986

FONTCUBERTA, Mar & Mompart, J. L. Gomez. Alternativas en Comunicación. Barcelona, Mitre, 1983.

FORACCHI, Marialice M. O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo, Editora Nacional, 1965.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. São Paulo, Graal, 1988.

FOX, Elizabeth. "Communications and Civil Society". Comunicação e Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. I, n. 1, mar./abr. 1983.

FREDERICO, Celso. A Esquerda e o MOVIMENTO Operário, 1964-1984. São Paulo, Novos Rumos, vol. 1, 1987; São Paulo, Oficina de Livros, vol. 2, 1990.

FREIRE, Roberto. Ame e Dê Vexame. Rio de Janeiro, Guabanara/Koogan, 1990.

FREIRE, Roberto. Sem Tesão Não Há Solução. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

FREITAS, Décio. O Socialismo Missioneiro. Porto Alegre, MOVIMENTO, 1982.

GATRELL, V. A. C. "Introduction". In: Owen, Robert. A New View of Society. Londres, Penguin Books, 1970.

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo, Ática, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela T. Do Jornalismo Político à Indústria Cultural. São Paulo, Summus, 1987.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro,

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1968.

GUATARI, Felix. La Revolución Moleculaire. Paris, Recherches, 1977.

HARNECKER, Marta. O sonho é possível. São Paulo, casa América Livre, 1994.

HABERMAS, Jurgen. Mudança Estrutural na Esfera Pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HOUAISS, Antônio. "Comunicação e Alienação". Comunicação e Política, São Paulo, Cortez, vol. I, número 1, mar./maio 1983.

HOWE, Irving. Trotsky. Londres, Fontana, 1978.

JORDÃO, Fernando Pacheco. Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil. São Paulo, Global, 1980.

KOWARICK, Lúcio (org.). As Lutas Sociais e a Cidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

JOHNSON, Michael L. The New Journalism. Kansas, Kansas University Press, 1981.

JUNG, C. G. O Eu e o Inconsciente. 7 ed., Petrópolis, Vozes, 1988.

KERN, Arno Alvarez. Missões, uma Utopia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

KESSEN, Lauren. The Dissident Press. Beverly Hills, Sage Public, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. O fim da ditadura. São Paulo, Contexto, 2001.

__________ (org.). Contratos de Risco e Dependência. São Paulo, Brasiliense, 1977.

KUCINSKI, Bernardo & TRONCA, Ítalo. Pau de Arara: La Violência Militar en Brasil. México, Siglo XXI, 1972.

LIMA, Herman. História da Caricatura no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963.

LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. História da Ação Popular. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Mil Dias: Bastidores da Revolução em um Grande Jornal. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa de. Reforma ou Revolução. México, Grijalbo, 1967.

MACIEL, Luís Carlos. Os Anos 60. Porto Alegre, L&PM, 1987.

MAIA, Maurício. Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas. São Paulo, ECA/USP, 1999, dissertação de mestrado.

MARCONDES FILHO, Ciro (org.). Imprensa e Capitalismo. São Paulo, Kairós, 1984.

MARCONI, Paolo. A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978). São Paulo, Global, 1980.

MARCUSE, Herbert. Eros & Civilization. Londres, Sphere Books, 1969 (publicado no Brazil pela Zahar, Rio de Janeiro, 1975).

MARKUN, Paulo. Vlado. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MARTINS FILHO, João Roberto. MOVIMENTO Estudantil e Ditadura Militar. São Paulo, Papirus, 1987.

MARX, Karl. CRÍTICA ao Programa de Gotha. Moscou, Progresso, 1977.

MATTA, Fernando Reyes. "La Comunicación Alternativa como Respuesta Democrática. In: Comunicación y democracía en America Latina. Lima, Desco, 1982.

__________. Consensus del Seminário. Comunicación Alternativa y Busqueda Democrática. Buenos Aires, ILET, 1983.

MATTELART, Armand. La Comunicación Masiva en el Proceso de Liberación. México, Siglo XXI, 1973.

MATTELART, Armand & Siegelaub, Seth. "Liberation, Socialism". In: ___________ (orgs.) Communication and Class Struggle. Nova York, International General/France, IMMRDC, vol. II, 1983.

MELO, José Marques de (org.). Comunicação e Classes Subalternas. São Paulo, Cortez, 1980.

----------, "Prensa Comunitária en el Brasil". Comunicación, Caracas, jul./set. 1980, pp. 28-29.

-----------,"Brasil: imprensa e capitalismo dependente" . In: Cadernos Intercom. São Paulo, N. 3, agosto 1982

------------,(org.). Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil. São Paulo, Intercom/CNPq, 1984.

-------------. A Comunicação e a Formação Profissional da Comunicação. São Paulo, Paulinas, 1988.

MELLO, Maria Amélia (org.). Vinte Anos de Resistência: Alternativas da Cultura ao Regime Militar. Rio de Janeiro, Espaço Tempo, 1986.

MICCOLIS, Leila. Catálogo da Imprensa Alternativa. Rio de Janeiro, Centro de Cultura Alternativa e Cultura Popular/Rioarte, 1986.

MIRANDA, Nilmário & Tiburcio, Carlos. Dos Filhos deste Solo. São Paulo, Boitempo

Editorial/FPA, 1999.

MOISÉS, José Álvaro et al. Alternativas Populares da Democracia. Petrópolis, Vozes, 1982.

MOISÉS, J. Álvaro et al. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MORAES, Mário de. "O Último Suspiro". Revista de Comunicação, n. 20, nov. 1989.

MORAES, Demis. O Rebelde do Traço: A Vida de Henfil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999.

MOREIRA, Sônia Virgínia. "Vinte Anos de Imprensa Alternativa". In: O Poder da Imprensa Alternativa pós-64, Histórico e Desdobramentos. Rio de Janeiro, RioArte, 1985.

_________. "As Alternativas da Cultura (anos 60/70)". In: Mello, Ana Maria (org.). Vinte Anos de Resistência: Alternativas da Cultura ao Regime Militar. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

MOTTA, Luiz Gonzaga. "Cultura de Resistência e Comunicação Alternativa Popular no Brasil". Comunicação e Política. Rio de Janeiro, vol. I, n. 1, mar./maio 1983.

MOSSMAN, Carlos, "Um Jornal em Debate". MOVIMENTO, 2 ago. 1976.

NELSON, Elizabeth. The British Counter-culture: 1966-1973. Londres, Macmillan press, 1989.

NETHOL, Ana Maria. Reflexiones Acerca de la Teoria y Accion Comunicativa de los Processos de Transición a la Democracia en America Latina. Lima, Desco, 1982.

NEVES, João Alves das. História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo. Lisboa, DGCS, 1989.

NUNES, Antônio Carlos Felix. Fora de Pauta. São Paulo, Proposta Editorial, 1981.

OLIVEIRA, Chico de. A economia da dependência imperfeita. Graal. 1977.

---------------. CRÍTICA à razão dualista. Estudos CEBRAP, N. 2., São Paulo, outubro 1972.

OZAI DA SILVA, Antônio. História das Tendências no Brasil. São Paulo, Proposta Editorial, s. d.

PCdoB. Documentos. Cinqüenta Anos de Luta; Política e Revolucionarização do Partido; a Linha Política e Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M.-L). Lisboa, Maria da Fonte, 1977.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. "Viva a Imprensa Alternativa. Viva a Imprensa alternativa!..." In: Festa, Regina & Lins da Silva, C. E. (orgs.). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo, Paulinas, 1988.

PING, Teng Hsiao, "China and the Three Worlds". Peking Review, n. 16, 19 abr. 1974.

SINGER, Paul. "O Feminino e o Feminismo". In: Brant, Vinicius Caldeira (org.). São Paulo, o Povo em MOVIMENTO. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981.

SLUB, David. Lenin, a Biography. Londres, Penguin Books, 1976.

VEIGA, José Eli da. A Reforma que Virou Suco. Petrópolis, Vozes, 1980.

PINHO, Diva Benevides. "Notas de Avaliação do Cooperativismo Brasileiro". Cadernos Cooperativistas, Belo Horizonte, n. 2, 1980.

_________. O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro. Brasília, CNPq, 1982.

POERNER, Arthur José. PODER JOVEM. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1978.

-------------. "Passagem de Ida e Volta". In: Memórias do Exílio, vol. I (Muitos Caminhos). Obra coletiva, São Paulo, Livramento, 1976.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. O Massacre da Lapa. São Paulo, Busca Vida, 1987.

POWELL, Chris & PATON, G. E. C. (eds). Humour in Society: Resistance and Control. Londres, Macmillan, 1988.

QUARTIM, João. Dictatorship and armed struggle in Brazil. Londres, NLB, 1971.

REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA DE SÁ, Jair. Imagens da Revolução. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

_________. A Revolução Faltou ao Encontro. São Paulo, Brasiliense, 1990.

REY, José Ignácio. "Comunicación Alternativa y Comunicación Popular". Comunicación. Caracás, n. 28-29, jul./set. 1980.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

RICHARDS, Vernon. Malatesta, Life & Ideas. Londres, Freedom Press, 1984.

RICHARDS, Jorge Andres. "La Prensa Alternativa en Chile, el Testimonio de sus Protagonistas". Comunicación. Caracas, n. 28-29, jul./set. 1980.

RIZZINI, Carlos. O Livro, a Tipografia e o Jornal no Brasil. São Paulo, Imesp, 1988.

ROSSATO, Verônica Lobato. "Jornalismo de Cooperativas no Rio Grande do Sul". Comunicação e Sociedade, ano III, n. 6, set. 1981.

ROZSAK, Theodore. The Making of a Counter-culture. Nova York, Anchor Books, 1968.

RUDINGER, Francisco. "Da Cultura Popular como Estratégia de Recuo". Comunicação e Sociedade, ano III, n. 6, set. 1981.

SALÉM, Helena (org.). A Igreja dos Oprimidos. São Paulo, Brasil Debates, 1981.

SANCHEZ, Fernando Barreira. Periodismo Independiente en Uruguay. Buenos Aires, Ilet, 1985.

SCLIAR, Carlos & LOBO, Luiz, "Uma Senhora Revista". Revista Imprensa, São Paulo, jan. 1990.

SIMPSON, Máximo. Comunicación Alternativa y Cambio social en América Latina. México, Universidade Nacional Autônoma do México, 1981.

SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). O Povo em MOVIMENTO. 2 ed., Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981.

SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários. São Paulo, Global, 1980.

SOARES, Ismar de Oliveira. Do Santo Ofício à Libertação. São Paulo, Paulinas, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1986.

_________. O Naturalismo no Brasil. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1965.

STEINBERG, Charles (org.). Los Medios de Comunicación. México, Robles, 1966.

STEPAN, Alfred. Os Militares, da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o Socialismo. São Paulo, Moderna, 1980.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1965.

VENTURA, Zuenir. 1968, o Ano que Não Terminou. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, R. A. de Amaral. Intervencionismo e Autoritarismo. São Paulo, Difel, 1975.

VIEIRA, R. A. de Amaral (org.). Comunicação de Massa: O Impasse Brasileiro. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

VIEIRA, R. A. de Amaral. "Notas Visando a Fixação de um Conceito de Autoritarismo". Comunicação e Política, vol. I, n. 1, mar./mai. 1983.

_______. "O Exílio de um Povo: Alienação da História". Comunicação e Política, Rio de Janeiro, n. 8, 1983.

WAINER, Samuel. Minha Razão de Viver. Rio de Janeiro, Record, 1987.

WEBER, Max. The Protestant Ethics and the Spirit of Capitalism. Londres, Unwin University Press, 1971.

WOLF, Tom & JOHNSON, E. W. The New Journalism. London, Picador, 1975.

ZIRALDO. Vinte anos de prontidão. Rio de Janeiro, Record,1984.

ESTUDOS DE CASO

OPINIÃO

AFONSO JÚNIOR, Delfim. Alternativa Jornalística e Poder Editorial. Brasília, UnB, 1982, dissertação de mestrado.

KENSKI, Vani Moreira. O Fascínio de OPINIÃO. Campinas, Faculdade de Educação da UNICAMP, 1990, tese de doutorado.

MACHADO, J. A. Pinheiro. OPINIÃO x Censura. Porto Alegre, L&PM, 1978.

TEGON, Ruth. OPINIÃO, étude d'un hebdomadaire brésilien. Université Libre de Bruxelles, 1976, dissertação de mestrado.

SEGUIN DES HONS, Andre de. Le Brésil-presse e histoire, 1930-1985. Paris, L. Harmattan, 1985.

COOJORNAL

UCHA, Danilo da Silva. "História do COOJORNAL". In: O Poder da Imprensa Alternativa pós-64: Histórico e Desdobramentos. Rio de Janeiro, Rioarte, 1985.

COOJORNAL. Edição especial do jornal laboratorial, comemorativa dos 25 anos de fundação do COOJORNAL, UFRS, 1999

DE FATO

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spinola. DE FATO, um (Outro) Sujeito Político na Cena Mineira. Campinas, IFICH/UNICAMP, 1989, mimeo.

HORA DO POVO

GENRO FILHO, Adelmo; Weigert, Sergio & Rolim, Marcos. Hora do Povo: Uma Vertente para o Fascismo. São Paulo, Brasil Debates, 1981.

MULHERIO

BORGES, Adélia. "Mulherio, um Jornal Feminista". Comunicação e Sociedade, ano IV, n. 8, 1982.

MOVIMENTO

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). São Paulo, Edusc, 1999.

NANICO

CARVALHO DA SILVA, Railidia. "Nanico, a Alternativa da Alternativa". TCC, Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, 1993.

O PASQUIM

BRAGA, José Luiz. O PASQUIM e os Anos 70. Brasília, UnB, 1991.

______. Catálogo do II Salão de Cultura Laura Alvim. Rio de Janeiro, Casa de Cultura Laura Alvim, 1989.

GONGORRA, Majoi Faver. A Imprensa Alternativa e O PASQUIM e os Anos 70. São Paulo, 1997, trabalho de aproveitamento apresentado no colégio Oswald de Andrade.

MAIA, Maurício. Henfil e a Censura: O Papel dos Jornalistas. São Paulo, ECA/USP, 1999, dissertação de Mestrado.

______. Catálogo do II Salão de Cultura Laura Alvim. Rio de Janeiro, Casa de Cultura Laura Alvim, 1989.

REPÓRTER DA REGIÃO

FERNANDES, Doraci & OLIVEIRA, Sandra. "Reflexões sobre a Experiência de um Jornal Popular na Periferia de Campinas". In: Melo, José Marques de (org.). Comunicação e Classes Subalternas. São Paulo, Cortez, 1980.

RESISTÊNCIA

MAKLOUF, Luís Carvalho. "Apontamentos para a História do Jornal Resistência". In: O Poder da Imprensa Alternativa Pós-64: Histórico e Desdobramentos. Rio de Janeiro, Rioarte, 1985.

SALÁRIO MÍNIMO

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. "Jornalismo Popular no Rio Grande do Norte". Comunicação e Sociedade, ano III, n. 6, set. 1981.

ANEXO

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
1964	Pif- Paf	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Millôr Fernandes	H n e
1965	(Carta Econômica)	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	R. Saturnino Braga	E n e
	REUNIÃO	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Ênio Silveira	P n e
	(Dealbar)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Pietro Caballo	A n 2
	FOLHA DA SEMANA	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Arthur Poerner	P n 1
	BRASIL SEMANAL	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Euzebio Rocha	P n e
1967	(O Protesto)	Porto Alegre	minitablóide	mensal	Maria P. F. Rodrigues	A n e
	(Exemplar)	Porto Alegre	tablóide	mensal	Juarez Fonseca	P n 5
	AMANHÃ	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Raimundo Pereira	P n e
	O Sol	Rio de Janeiro/RJ	*standard*	semanal	Reinaldo Jardim e/outros	P n e
1968	PODER JOVEM	Rio de Janeiro/RJ	*standard*	semanal	Reinaldo Jardim e/outros	P n e
	PIQUETE	Belo Horizonte/MG				
	A Carapuça	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Stanislaw P. Preta	H r e
	(Fator)	São Paulo/SP	revista	mensal	Aluysio Biondi	P n e
	FATO NOVO	São Paulo/SP	tablóide	semanal	Jorge Figueiredo	P n e
1969	O PASQUIM	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Tarso de Castro	H n 10+
1970	BONDINHO	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Sérgio de Souza	C n 1
	FLOR DO MAL	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	irregular	Luís Carlos Maciel	C n e
1971	Já	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	semanal	Tarso de Castro	C r e
	POLITIKA	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Sebastião Nery	P n2
	Presença	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Rubinho Gomes	C r e

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
	Pato Macho	Porto Alegre	tablóide	semanal	L. F. Veríssimo	H r e
1971	VERBO ENCANTADO	Salvador/BA	tablóide	mensal	Álvaro Guimarães	C r e
	Jornalismo	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Roberto Freire	C n e
	GRILO	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Sérgio de Souza	H n 2
1972	OPINIÃO	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Raimundo Pereira	P n 4
	Balão	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Luci Villar Guanais	H n e
1973	JORNAL DE DEBATES	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Limeira Tejo	P n e
	(Argumento)	Rio de Janeiro/RJ	revista	irregular	Fernando Gasparian	P n e
	FOTOCHOQ	São Paulo/SP	revista	mensal	Sérgio de Souza	F n e
	Circus	Belo Horizonte/MG	revista	mensal	Aloísio Moraes	C r e
	Ex	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Sérgio de Souza	R n e
	(TERRA ROXA)	Londrina/PR	tablóide	mensal	Coletivo	E n e
1974	(MANTIQUEIRA)	P. Caldas/MG	*standard*	semanal	Luís Nassif	R r e
	CRÍTICA	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Geraldo M. Mourão	C n 1
	Jornal da Cidade	Recife/PE	tablóide	semanal	Ivan Maurício	R r e
	Abertura Cultural	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	André D. Buchsbaun	C n e
	(POEIRA)	Londrina/PR	tablóide	mensal	Roldão Arruda	e r 2
1975	BANDEIRA 3	Belém/PA	tablóide	mensal	Lúcio Flávio Pinto	R r e
	O Bicho	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Fortuna e/o	H n e
	Semanário da Informação	Ijuí, RS		semanal	Coletivo	P r e
	A Ilha	São Luiz/MA		irregular	Paulo D. Costa	

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
	MOVIMENTO	São Paulo/SP	tablóide	semanal	Raimundo Pereira	P n 6
	Viver	Londrina/PR	tablóide	semanal	Narciso Kalili	C r e
	(Dois Pontos)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Caio Túlio Costa	P n 1
	Clarim	Campinas/SP	tablóide	mensal	Paulo José B.S. Martim	C r e
	(Aqui São Paulo)	São Paulo/SP	tablóide	semanal	Samuel Wainer	C r 2
	Jornal da Amazônia	Manaus/AM	Tablóide		Márcio Souza	C r 4
	Livrojornal	Manaus/AM			Márcio Souza	e
	Scaps	Curitiba/PR	tablóide	mensal	L. C. Rettamezo e Vaz	R r e
	(Risco)	Porto Alegre	minitablóide	mensal	J. A. Pinheiro Machado	R e
	Brasil Mulher	Londrina/PR	tablóide	mensal	Joana Lopes	F n 5
	DOMINGÃO	Ribeirão Preto/SP	tablóide	semanal	Sérgio de Souza	R r e
1976	COOJORNAL	Porto Alegre	tablóide	mensal	Elmar Bones da Costa	R n 6
	Mais um	São Paulo/SP	tablóide	quinzenal	Sérgio de Souza	R n e
	ABCD Jornal	São Paulo/SP	tablóide	quinzenal	Aparecida F. Carvalho	R r 4
	Lampião	Porto Alegre	*standard*	quinzenal	Marcelo Oscar Lopes	P n e
	VERSUS	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Marcos Faerman	C n 2
	Ovelha Negra	São Paulo/SP	tablóide	mensal	J. B. de Souza Freitas	H n e
	Coisa Nostra	Salvador/BA	minitablóide	quinzenal	Hélio Roberto Lage e/o	P r 1
	(Cobra de Vidro)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P e 2
	DE FATO	Belo Horizonte/MG	tablóide	quinzenal	Aloísio Moraes	P n 3
	(Paca Tatu, Cotia Não)	Gotardo/MG	revista	irregular	Júlio Prado	C r e

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
	(ISTO É)	São Paulo/SP	revista	semanal	Mino Carta	P n
	Nós Mulheres	São Paulo/SP	tablóide	bimestral	Coletivo	F n 2
	Informação	Porto Alegre	minitablóide	mensal	Adelmo Genro Filho	P n e
	Desterro	Florianópolis/SC	tablóide	Mensal	Carlos Damião	Cre
	O Inimigo do Rei	Salvador/BA	tablóide	mensal	Ricardo Liber	P n 2
	Boca do Inferno	Salvador/BA	minitablóide		João Santana Filho e/o	P r e
	Peleia	Porto Alegre	tablóide	irregular	Sergio Batsow	P r e
	Jornal dos Bairros	Belo Horizonte/MG	tablóide	quinzenal	Edson Fernandes	R r 4
	Paralelo	Porto Alegre	revista	mensal	Delmar Marques	C r e
	CHAPADA DO CORISCO	Teresina/PI	minitablóide	mensal	Cineas Santos	C r e
	Triz	Pelotas/RS	minitablóide		Luiz R. Lanzetta e/o	P r e
	Assuntos	São Paulo/SP	tablóide	bimestral	Raimundo Pereira e/o	P n 1
	Posição	Vitória/ES	tablóide	quinzenal	Rogério Medeiros	R r 2
	Extra, REALIDADE Brasileira	São Paulo/SP	revista	irregular	Mylton Severiano	R n e
	Expansão	Uberaba/MG		quinzenal	Pedro C. de Oliveira	R r e
1977	Beijo	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Júlio C. Montenegro	C r e
	Desacato	Aracajú/SE	minitablóide	mensal	Pedro S. C. Valadares	P r e
	Dois Pontos	P. Caldas, MG		semanal	Luís Nassif	R r e
	Contestado	Florianópolis	tablóide	mensal	Coletivo	P r e
	Paranapanema	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Fernando Mesquita	E r e
	Mutirão	Patos/MG		mensal	Roberto de Melo Maia	R e

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
	Invasão	Salvador/BA	tablóide	mensal	José de C. L. Valverde	P r e
	VARADOURO	Rio Branco/Acre	tablóide	mensal	Sílvio Martinello	R r 4
	BAGAÇO	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	bimestral	Coletivo	C r e
	CIDADE LIVRE	Brasília/DF	tablóide	mensal	Eduardo Almeida	R r e
	(AVESSO)	São Paulo/SP	*standard*	mensal	Coletivo	P r e
	Maria Quitéria	São Paulo/SP	minitablóide	mensal	Therezinha Zerbini	P n e
	AMANHÃ	São Paulo/SP	*standard*	semanal	Juca Kfouri	P n e
	Assim	Assis/SP	tablóide	mensal	Júlio Cezar Garcia	R r e
	Pingente	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Coletivo	H r e
	O Vagão	Belo Horizonte/MG	minitablóide	mensal	Coletivo	C r e
	(Novo Rumo)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P n e
	Mutirão	Fortaleza/CE	minitablóide	bimestral	Gervásio de Paula	R r 2
	Etc	Maringá/PR	tablóide	mensal	Edilson P. dos Santos	R r e
	(Palmares)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P n e
	O Debate	Maceió/AL	minitablóide	Semanal	Ronaldo Cavalcante	P r e
	Tapume	Feira de Santana/BA				
	Repórter	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Chico Júnior e/o	R n 4
	EM TEMPO	São Paulo/SP	*standard*	quinzenal	Bernardo Kucinski	P n 2
1978	Resistência	Belém/PA	tablóide	irregular	Luiz Maklouf Carvalho	P r 10
	O Repórter de Guarulhos	Guarulhos/SP	tablóide	mensal	Névio Roberto Gomes	R r 4
	Jornal da Vila	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Silvia Campolim	P r 2

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
	(Leia)	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Caio Graco	C n 10
	Lampião d'Esquina	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Aguinaldo Silva	G r 3
	Geraes	Vale Jequitibá	tablóide	mensal	Aurélio Silby e/o	R r e
	Jornal do Povo	Teresina/PI		mensal	Vanderlei Faria	R r e
	A Bagatela	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Edmundo S. Costa	C r e
	Repórter da Região	Campinas/SP	tablóide	mensal	Coletivo	P r e
	Flagrante Livre	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Ramayana Vargens	R r e
	BATENTE	São Paulo/SP	tablóide	mensal	Antônio R. Espinosa	P r 2
	Pacotão de NAtal	São Paulo/SP	tablóide	irregular	Alcy	H n e
	(Singular & Plural)	São Paulo/SP	Revista	Mensal	Marcos Faerman e/o	C n e
	Berro	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	mensal	Coletivo	R r 1
	Desafio	Maceió/AL	tablóide	semanal	Dêvis de Melo	P r e
1979	Uai	Poços de Caldas/MG	tablóide	mensal	Coletivo	P r e
	Ecojornal	São Paulo/SP	*standard*	mensal	Juarez Albuquerque	E r e
	CORREIO DA MANHÃ	Rio de Janeiro/RJ	*standard*	mensal	Coletivo	P n e
	O Rio Grande	Porto Alegre	tablóide	semanal	Elmar Bones	R r e
	(Microjornal)	São Paulo/SP	minitablóide	mensal	Vera Lúcia Moreira	R e
	Folha Alternativa	Rio de Janeiro/RJ	minitablóide	mensal	Tasso Lós e/o	E r e
	Bloco	São Paulo/SP	*standard*	mensal	Edmilson Silva Costa	P n e
	Brasil Reportagem	São Paulo/SP	revista	bimestral	Coletivo	R n e
	(Jornal da República)	São Paulo/SP	*standard*	diário	Mino Carta	P n e

ANO	TÍTULO	CIDADE	FORMATO	FREQ.	EDITOR	CLASSIF.
	Jornal da Periferia	São Paulo/SP				R r e
	Lado Inverso	Porto Alegre	tablóide	quinzenal	Roberto Alves	P r e
	Nanico	Belém/PA	tablóide	mensal	Ana Petrucelli e/o	R r e
	Enfim	Rio de Janeiro/RJ	tablóide	semanal	Tarso de Castro	P n e
	Afinal	Florianópolis/SC	minitablóide	mensal	Eloy Galloti Peixoto	R r e
	O Povão	Recife/PE	*standard*	mensal	Bruno Maranhão e/o	P r e
	Correio da Mulher	Porto Alegre	tablóide	mensal	Rosane B. Lenes	F r e
	Tchê	Porto Alegre			Airton Ortiz	P n e
	Brasil Hoje	São Paulo/SP	revista	mensal	Ricardo Lessa	P n e
	(Canja)	São Paulo/SP	tablóide	quinzenal	Sérgio de Souza	C n e
1980	Boca no Trombone	Curitiba/PR	minitablóide	mensal	Télia Negrão e/o	P r e
	PARANÁ REPÓRTER	Londrina/PR	tablóide	mensal	Bernardo Pellegrini	P r e
	Denúncia	Florianópolis/SC			Eloy Galloti Peixoto	R r e
	Salário Mínimo	Natal/RN	tablóide	mensal	Coletivo	R r e

Códigos:(P) jornais predominantemente políticos; (R) de reportagem; (H) de humor; (C) Culturais; (F) feministas; (A) anarquistas; (G) gay; (E) ecológicos; (n) nacionais; (r) regionais; (e) efêmeros, para os que duraram menos de um ano; para os outros, o número de anos completos.

Títulos entre parênteses designam periódicos convencionais contendo elementos alternativos, e jornais estudantis.

Fontes:Anuário Brasileiro de Mídia, 1977; Catálogo da Imprensa Alternativa e Episódica do Brasil, Rio de Janeiro, 1979; Catálogo da Imprensa Alternativa, Rio de Janeiro, 1986; Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular, prefeitura do Rio de Janeiro; Arquivo Edgar Loenreuth, Campinas; Centro da Pastoral Vergueiro, São Paulo; Museu da Imprensa, Porto Alegre; arquivos particulares.